



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. AO Nº 82 QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

MENSAGEM Nº 6/2015-CN

(MENSAGEM Nº 181/2015, NA ORIGEM)

Encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei nº 12.593, de 2012,
o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014

PROGRAMAS TEMÁTICOS
Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

VOLUME II / TOMO III

BRÁSÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT ^(22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾ Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾ Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾ Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾ Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25) Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾ Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

**Tomo III - Programas de Desenvolvimento
Produtivo e Ambiental**



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo III - Programas de Desenvolvimento
Produtivo e Ambiental

Brasília - DF
2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União

Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura

Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa

Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação

Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda

Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino

Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde

Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades

Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações

Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia

Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:

<http://www.planejamento.gov.br>,

<http://bibspi.planejamento.gov.br> e

<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br>.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 /
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de
Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	9
INTRODUÇÃO	11
PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	13
2055 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	15
2021 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	52
2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	75
2023 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	84
2024 - COMÉRCIO EXTERIOR.....	92
2076 - TURISMO	123
2050 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS	136
2018 - BIODIVERSIDADE	154
2036 - FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS	197
2045 - LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL	217
2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	236
2012 - AGRICULTURA FAMILIAR.....	255
2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	283
2013 - AGRICULTURA IRRIGADA	311
2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA.....	327
2042 - INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA	345
2026 - CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	366
2052 - PESCA E AQUICULTURA	383
 ANEXO I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS	 407

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 ANO-BASE 2014

**VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS
TOMO III - PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO
PRODUTIVO E AMBIENTAL**



PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,55	31/12/2011	0,59
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67	31/12/2013	12,78
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49	31/12/2013	17,76
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32	31/12/2013	15,3
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16	31/12/2013	18
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB indústria)	tep/R\$ milhão	31/12/2010	150,7	31/12/2011	142,5
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	44,3	31/12/2012	45,3847
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	32,9	31/12/2011	31,7
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	01/12/2010	19,5	30/09/2014	17,192

Observações:

Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB - Fonte: MDIC.

Ainda não se divulgaram dados mais recentes.

Idade média da frota - apoio marítimo - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em <http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013> (tabela 1.1.5).

Ainda não se divulgou o anuário 2014.

Idade média da frota - apoio portuário - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em <http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013> (tabela 1.1.3).

Ainda não se divulgou o anuário 2014.

Idade média da frota - cabotagem e longo curso - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em <http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013> (tabela 1.1.1).

Ainda não se divulgou o anuário 2014.

Idade média da frota - navegação interior (autorizadas) - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em <http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013> (tabela 1.2.2).

Ainda não se divulgou o anuário 2014.

Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB indústria) - Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB

Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação - Fonte: Pesquisa Industrial Anual (Empresa) 2012, acessível em 11/2/2015 pelo endereço: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2012/defaulttabpdf.shtm> (tabela 1.8). Dado consolidado mais recente disponível.

arquivo: tab108.xls

Calculado pela fórmula: P10/D10 no MS Excel

Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira - Fonte: MDIC.

Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB

Taxa de investimento fixo em relação ao PIB - Resultado referente ao período jan-set 2014 (terceiro trimestre), conforme Contas Nacionais Trimestrais, disponíveis através do site: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>

Link para download em 11/2/2014:



ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip

Arquivo: Tab_Compl_CNT_3T14.xls

Planilha: valores correntes

Fórmula: somatório dos valores da coluna U para cada ano, dividido pelo somatório dos valores da coluna R do mesmo ano, dado em percentual.

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O fomento ao complexo da saúde se baseia no financiamento da produção dos insumos estratégicos, no fortalecimento da produção para favorecer o acesso a equipamentos e materiais de uso em saúde, fármacos e medicamentos desenvolvidos nacionalmente e em acordo com as linhas de cuidado prioritárias – articulando programas da assistência farmacêutica com a modernização da rede de laboratórios públicos –, e no uso do poder de compra governamental, sobretudo para estimular a produção no país, mediante Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) ou desenvolvimento tecnológico.

Tendo em vista a importância do fortalecimento dos Produtores Públicos e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e de suporte tecnológico, em 2014 foram contemplados 10 Produtores Públicos e 13 ICTs, que receberam investimentos da ordem de R\$ 149 milhões para o fomento a 49 projetos plurianuais voltados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão da mão de obra.

Outra medida de destaque são as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que envolvem a cooperação entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para o desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS.

Até o momento, foram aprovadas 104 propostas de projetos de PDPs, nove delas destinadas a P&D, sendo que a parceria da vacina Influenza com o Instituto Butantan foi concluída em 2014 e cinco parcerias foram extintas. Esse consolidado destina-se à transferência de tecnologia e produção de 73 medicamentos e 28 produtos para a saúde. Até dezembro de 2014, 32 PDPs possuíam produtos com registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária pelas instituições públicas, sendo que 27 já estão sendo adquiridos pelo Ministério da Saúde. Em 2014, o impacto das PDPs correspondeu a 33,61% do volume total de compras, considerando, inclusive, os processos de aquisição em andamento.

Também no ano de 2014, 55 tecnologias foram incorporadas ao SUS, destacando-se: alfatilglicerase para o tratamento da doença de Gaucher; clorafenicol suspensão e doxiciclina injetável para febre maculosa; fingolimode para esclerose múltipla; risperidona no transtorno do espectro do autismo; raltegravir como antirretroviral para uso pediátrico; avaliação diagnóstica, procedimentos laboratoriais e aconselhamento genético para doenças raras; PET CT para estadiamento do câncer de pulmão de células não pequenas potencialmente ressecável, detecção de metástase de câncer colorretal, exclusivamente hepática e potencialmente ressecável e Linfoma de Hodgkin e Linfoma não Hodgkin; procedimentos relativos ao processo transexualizador; procedimentos relativos à assistência hospitalar à saúde auditiva (implante coclear e prótese auditiva ancorada no osso); stent farmacológico para o tratamento da doença arterial coronariana e suplemento alimentar em pó com múltiplos micronutrientes para fortificação da alimentação infantil, no âmbito do Programa NutriSUS.

Desde a criação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), em 2012, foram incorporadas 115 tecnologias. Dentre as 380 demandas de incorporação de tecnologia, 240 foram referentes à solicitação de inclusão no rol do SUS de medicamentos; 60 de produtos; 76 de procedimentos e quatro de protocolos. Em relação à procedência, foram 200 demandas internas ao SUS, 180 demandas externas, provenientes da indústria farmacêutica, de órgãos do



Poder Judiciário, de associações de pacientes e sociedades médicas. A maioria das demandas foi relacionada a especialidades de oncologia, reumatologia, infectologia e pneumologia.

Em 2014, foram publicadas durante o processo de avaliação das demandas de incorporação tecnológica, 28 consultas públicas e mais de 2,3 mil contribuições foram recebidas de instituições de saúde, associação de pacientes, empresas, instituições de ensino, sociedades médicas, entre outros, sobre as tecnologias analisadas.

Metas 2012-2015

- **Adequação e ampliação do parque produtivo de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS, em especial de centros de pesquisa biomédica responsáveis pela produção de soros e vacinas**

Análise Situacional da Meta

Informações disponíveis para 2013 indicam que foram apoiados projetos plurianuais (iniciados em anos anteriores) e no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis), contemplando 10 Laboratórios Públicos. Estão em análise 48 novos projetos.

- **Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015**

Análise Situacional da Meta

Considerando as aquisições realizadas somente em 2014, os produtos corresponderam a 33,61% do total de compras efetuadas pelo MS. No consolidado 2011-2014, esta participação compreende 86% da meta inicial do PPA, ou seja, 30% de ampliação no período.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015**

Análise Situacional da Meta

Até abril de 2014, informação mais recente disponível, o percentual alcançado foi 28%, sendo 27,3% até 2013 e 0,7% de janeiro a abril de 2014.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

30/06/2014

- **Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 52 ensaios clínicos estavam em desenvolvimento ou em avaliação de produtos. Foi considerada somente a métrica de ensaios clínicos. Se fosse considerada a Pesquisa Clínica da Fiocruz, esse número aumentaria significativamente; no entanto, não necessariamente, estas destinam-se à geração de insumos para a saúde. No primeiro semestre de 2014 está sendo realizada análise para melhor classificação das novas pesquisas. Desta forma, manteremos o informado em 2013.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

30/06/2014



- **Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram criados mais 12 medicamentos, que somados aos 63 existentes, dá um total de 75. A maioria dos produtos novos são provenientes das PDPs (exceção : Atorvastatina – podemos produzir a qualquer momento).

Conforme previsto no processo das PDPs, embora não estejamos na fase de produção em Far, estamos disponíveis para fornecimento (aquisição com os respectivos parceiros e embalagem de Far). Esta etapa faz parte do processo de transferência de tecnologia.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

30/06/2014

- **Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos**

Análise Situacional da Meta

A dotação orçamentária para 2014 é da ordem de R\$ 215,89 milhões, destinados a projetos de infraestrutura, desenvolvimento e inovação, qualificação da gestão e ampliação da produção no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS). Deste total, já foram empenhados R\$ 149 milhões, em 49 projetos plurianuais (iniciados em anos anteriores), destinados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão e da mão-de-obra sendo os beneficiários 10 laboratórios oficiais produtores e 13 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Cabe destacar que R\$ 49,5 milhões da dotação total são recursos de emenda parlamentar.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra a dengue**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida. Os projetos apoiados são do Instituto-Fundação Butantan – IFB e Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

O medicamento tuberculostático 4 em 1 (rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida) – objeto de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmada com Farmanguinhos/Fiocruz – teve registro sanitário de novo medicamento no país publicado em 13/11/2014. Outro produto objeto de desenvolvimento próprio de Farmanguinhos/Fiocruz obteve registro publicado em 29/09/2014 para o produto rifampicina (150mg) + isoniazida (300mg), não se tratando, porém, de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo.

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

O insumo farmacêutico ativo antirretroviral (Hepatite Viral B) Entecavir foi produzido nacionalmente no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), estabelecida entre o Ministério da Saúde e FUNED, com parceiro privado Microbiológica. O medicamento Entecavir se encontra-se na fase de desenvolvimento.



• **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

Os medicamentos antirretrovirais TENOFOVIR (objeto de duas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo firmadas com Funed e Lafepe), TENOFOVIR+LAMIVUDINA 2 em 1 (Farmanguinhos, Funed e Lafepe) e ATAZANAVIR (objeto de PDP firmada com Farmanguinhos) tiveram registro sanitário publicado em 2011, 2014 e 2014, respectivamente, para as instituições públicas e estão em processo de aquisição pelo Ministério da Saúde. Outros três medicamentos para o Programa DST/Aids, objetos de PDPs, encontram-se em fase de desenvolvimento: ENTECAVIR (Funed), RITONAVIR (Lafepe), TENOFOVIR+LAMIVUDINA+EFAVIRENZ 3 em 1 (Farmanguinhos, Funed e Lafepe).

• **Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo adquiridas pelo PNI as vacinas HEPATITE A, VACINA TETRAVIRAL e Vacina quadrivalente contra HPV – produtos objetos de PDP, estabelecidas em 2012 e 2013, com Butantan, Biomanguinhos e Butantan, respectivamente. Dois projetos tecnológicos, enquadrados como PDP para fins de acompanhamento, estão com seus produtos sendo adquiridos pelo PNI: Vacina Pneumocócica e Vacina Meningocócica. Um terceiro projeto tecnológico, da Vacina Influenza, atingiu a fase de internalização de tecnologia em 214 pelo Butantan. A Vacina Adsorvida Difteria, Tétano e Pertussis acelular (DTPa) foi incorporada ao SUS em setembro/2013 e também é objeto de PDP, após concluído o processo de transferência de tecnologia será produzida pelo Instituto Butantan.

• **Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Executado na implantação da indústria (obras e equipamentos) até 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 167.799.964,00 que corresponde a 64,3% do programado para o exercício (R\$260.948.517,00). Desta forma percentual financeiro executado acumulado na implantação da indústria (obras e equipamentos) até 31/12/2014 com base no valor do investimento (R\$855.000.000,00 posição 2012) é de 59,8% ou seja o montante de R\$511.368.233,00. No que se refere à execução física das obras, o bloco B01 (Câmara Fria - plasma) está concluído e em funcionamento desde 02 de setembro de 2012 e os blocos B04 (Embalagem), B05 (Almoxarifado) e B06 (Laboratório) apresentam a execução de 77% em outubro de 2014 e os blocos B02 (Fracionamento) e B03 (Envase) apresentam execução física acumulada de 19,5% na mesma data .

O baixo percentual de execução das obras se deve ao fato de o Consórcio não ter disponibilizado o efetivo de mão de obra compatível com o cronograma estabelecido no 3º Termo Aditivo e tampouco o montante de recursos financeiros necessários para aplicação nas obras da Hemobrás.

O Consórcio Mendes Junior, TEP e Squadro (MJTS) comunicou a suspensão da execução do Contrato 02/2011, com pedido de rescisão do ajuste, por meio do ofício MJTS/CGC/087/2014 de 28/julho/2014. E a Hemobrás respondeu ao Consórcio por meio do ofício nº 1135/2014 de 27/agosto/2014 com a determinação de retomada imediata das atividades. Em seguida, iniciaram-se tratativas para viabilizar a retomada das obras, que culminaram, no último bimestre de 2014, com a anuência da Hemobrás à alteração contratual de uma nova composição societária, onde a Empresa TEP assume a liderança do consórcio com 95% das cotas e a Mendes Junior com 5% remanescente, denominado de Biotec. Em 5 de dezembro o consórcio com a nova composição entregou um cronograma com estimativa de conclusão das obras para o exercício 2016.

• **Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015**



Análise Situacional da Meta

Sem a infraestrutura física plenamente disponível, o desenvolvimento de produtos na Fiocruz tem sido realizado através das atuais plataformas de pesquisa e fomentado pelo Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para Saúde (PDTIS). Por meio do PDTIS, são fomentados atualmente, 40 projetos de desenvolvimento tecnológico, os quais podem gerar produtos para esta meta do PPA 2012 – 2015. Há quatro projetos em negociação com parceiros do setor produtivo: dois em processo de acompanhamento pós-transferência de tecnologia, um com transferência de tecnologia para a Fábrica Fiocruz de Farmanguinhos e um com produção local. Os demais projetos estão em andamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

• Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia

Análise Situacional da Meta

As pesquisas ainda estão em andamento. Na pesquisa, que ocorre na Fiocruz Minas Gerais (CPqRR), o resultado esperado para o primeiro semestre de 2014 foi: conclusão dos testes imunohistoquímicos para verificação do reconhecimento da proteína Rap1 humana em biópsias cervicais pelo anticorpos anti-Rap1 gerados pelo grupo de pesquisa utilizando anticorpos Anti-Rap1 comerciais como controle. Na unidade Fiocruz Bahia (CPqGM), além da pesquisa já informada em 2013 (Desenvolvimento de sistema de screening por bioensaio, in vitro e in vivo para avaliação prospectiva de tratamento oncológico), há a pesquisa Estudo multidisciplinar de Carcinomas Primários de Fígado do Estado da Bahia. Esta última pesquisa possui foco no diagnóstico e a anteriormente informada possui foco no tratamento, assim como outras pesquisas na área oncológica que já ocorrem na Fiocruz Bahia.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

• Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram recebidas e armazenadas 552.157 bolsas de plasma, que compõem um volume estimado de 121.475 litros, resultando em um acumulado de 313.544 litros desde 2012.

Quantidade alcançada

313.544

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	300.000	l	313.544	31/12/2014

• Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos)

Análise Situacional da Meta

Os recursos para execução dos projetos foram disponibilizados pelo BNDES para a FIOCRUZ e, nesse sentido, estão sendo estabelecidos os contratos com a Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde para que estes estudos possam ser realizados nas Unidades da Hemorrede Brasileira. O protótipo desenvolvido está em fase final.

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.



Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao fomento à Base Industrial de Defesa (BID), foi dada continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID), visando o credenciamento das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), classificar Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e mapear as cadeias produtivas do setor, sendo credenciadas 34 (trinta e quatro) EED; participação em feiras internacionais de Defesa, tais como: FIDAE (Chile), EURONAVAL e EUROSATORY (França), MILIPOL (Qatar), 1ª Exposição e Conferência Internacional da Indústria de Defesa e Exposição de Defesa no Azerbaijão – ADEX 2014, EXPODEFENSA 2014 na Colômbia e ITSEC (EUA), que contaram com a presença da ABIMDE e apoio da APEX-Brasil; e Realização da III Mostra BID-Brasil 2014, tendo como participação as comitivas do Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela, África do Sul, Angola, Tanzânia e França.

No âmbito do Acordo de Cooperação Brasil-Turquia, foram realizadas duas reuniões e um Seminário GT- Naval, no Rio de Janeiro-RJ, que teve como objetivo promover a aproximação de empresas brasileiras e turcas visando possíveis parcerias no desenvolvimento conjunto de produtos de Defesa.

Em relação à cooperação no Conselho de Defesa Sul-Americano, entre as atividades desenvolvidas no âmbito do UNASUL I 2014 destacam-se prioritariamente a aprovação do Instrumento Marco (IM), que teve por objetivo materializar, o compromisso sobre a vinculação dos Estados Membros no desenvolvimento do PROGRAMA UNASUL I, que tem como objetivo o desenho, desenvolvimento, certificação, fabricação, comercialização e suporte logístico do Avião de Treinamento Primário e Básico - UNASUL I, correspondente ao Ciclo de Vida completo do produto, como também a um sistema de treinamento de terra.

Foram elaborados e encontram-se em fase final de tramitação os seguintes marcos legais: Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que visa capacitar, de forma competitiva, a indústria nacional de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa nacional; a Política Nacional de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (PNAC); a Política Nacional de Exportações de Produtos de Defesa (PNEPRODE).

Vinculado ao Fomento à BID, foi inserida no contexto do Plano Brasil Maior a Política de Obtenção Conjunta de Produtos de Defesa (PRODE), com a participação da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;

Na área de Catalogação, destacam-se as seguintes atividades: especificação da arquitetura do ambiente conceitual e tecnológico do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT); elaboração de subsídios para a proposta da Política Nacional de Catalogação (PNC); elaboração das Normas de Governança Operacional do SISMICAT (NORCAT); e, principalmente, a elaboração da estratégia e do projeto básico (requisitos conceituais e tecnológicos) da modernização do SISMICAT e a contratação da EMGEPRON, com o objetivo de disponibilizar no âmbito do SISMICAT uma solução tecnológica que permita de forma padronizada, única e integrada, as operações, o planejamento e a coordenação da Atividade de Catalogação, contribuindo para o cumprimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e relativas ao aprimoramento da Logística Militar e do desenvolvimento da BID no país, por meio da aquisição tempestiva de uma ferramenta tipo “COTS” para a catalogação no padrão internacionalmente reconhecido do Sistema OTAN de Catalogação (SOC).

Na área de Ciência e Tecnologia, foram viabilizados os programas mobilizadores, projetos inovadores e integração das atividades de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) das Forças Armadas, tais como: PROSUB-DGPM e Projeto Quercetina,. Além disso, houve a participação em fóruns internacionais e comissões governamentais em assuntos relacionados à C,T&I na área de Defesa, tais como: participação da IX Reunião da Instância Executiva e V Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul- Americano (CDS), encontro de Especialistas Técnicos do Regime de Controle de Mísseis (MTCR), reunião do Comitê de Cooperação Conjunta Brasil-França, Workshop sobre o Sistema Integrado de Indústria e Tecnologia de Defesa; e Realização de seminários e participação em exposições, promoção de seminários e “workshops” sobre temas relativos a C,T&I de interesse da Defesa Nacional, tais como: Semana Nacional de Ciência e



Tecnologia (SNCT), coordenação do GT Naval Brasil-Turquia, realização iniciativa a cargo do Brasil do Plano de ação 2014/CDS referente a 3ª e 4ª Reunião do Sistema VANT UNASUL, Workshop sobre Instrumentos de apoio ao desenvolvimento dos setores de Defesa, Aeronáutico e Espacial, dentre outros.

Metas 2012-2015

• Fabricar o fuzil brasileiro

Análise Situacional da Meta

Como empresta pública estratégica, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) é fortemente dependente das encomendas de produtos e serviços do seu principal cliente, o Governo, o que implica, necessariamente, disponibilizar orçamentos públicos consistentes e regulares que possibilitem um planejamento de longo prazo, envolvendo a capacitação e treinamento dos recursos humanos, a modernização das plantas industriais, as encomendas de insumos e a manutenção da capacidade estrutural de atendimento à demanda do setor, sob quaisquer circunstâncias. A permanente disponibilidade da capacidade produtiva mínima da IMBEL é imprescindível para atender, se necessário, a mobilização nacional, sendo que os custos financeiros decorrentes dessa “prontidão produtiva”, denominado “custo Estado”, devem ser entendidos como inerentes ao setor industrial de defesa devido à sua natureza estratégica.

Nesse contexto, o ano de 2014 foi emblemático para o futuro da IMBEL. Iniciado com expectativas de novas oportunidades de negócios, ele terminou com a consolidação e o aprofundamento de transformações que vêm preparando a empresa para um papel de destaque cada vez mais relevante no setor industrial de defesa. Dentre seus inúmeros produtos de defesa, deu ênfase à produção do Fuzil de Assalto 5,56 IA2, da Carabina 5,56 IA2 e do Fuzil 7,62 IA2.

No ano de 2014, foram produzidos 3.892 Fuzis 5,56 IA2. Foram desenvolvidas novas funcionalidades, que permitem que o armamento seja mais ergonômico e também mais resistente. Iniciou-se o desenvolvimento de uma nova coronha telescópica e rebatível, agregando valor ao produto já aprovado. Somente a linha de produção do fuzil envolve cerca de 700 funcionários, entre empregos diretos e indiretos, além do importante e favorável impacto sócioeconômico no município mineiro de Itajubá.

O fuzil 5,56 IA2 encontra-se em avaliação operacional nas Forças Armadas que já apresentaram algumas solicitações de aperfeiçoamentos que atendem interesses específicos de cada Força. Essas solicitações se encontram em processo de desenvolvimento avaliação de viabilidade. Da mesma maneira, o Fuzil de Assalto 7,62 IA2 encontra-se em avaliação pelo Exército (CAEx), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

Para o próximo semestre foram efetuados contratos para a fabricação de mais 180 fuzis e carabinas, para atender às Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, tendo a Fábrica de Itajubá a capacidade de produzir até 5.000 armas no período, graças à atualização e modernização de uma linha de produção exclusiva.

Indubitavelmente, o setor de defesa vem conquistando espaço na agenda política governamental. Ações concretas aumentaram a segurança das empresas do setor, em decorrência de aplicação de mecanismos previstos na Lei nº 12.598 de 2012, como a categorização das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), o benefício do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) e a participação de Empresas nacionais em melhores condições competitivas nas licitações para reaparelhamento das Forças Armadas. Apesar desses avanços, enormes desafios ainda devem ser enfrentados pela BID, reconhecendo a necessidade de aperfeiçoar seus processos produtivos para fortalecer-se desempenhar, com eficácia, seu papel como vetor de desenvolvimento nacional.

• Modernizar o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT)

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa disponibilizar, no âmbito do SISMICAT, uma Solução Tecnológica que permita de forma padronizada, única e integrada, as operações, o planejamento e a coordenação da Atividade de Catalogação, contribuindo para o cumprimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e relativas ao aprimoramento da Logística Militar e do desenvolvimento da BID no país, por meio da aquisição tempestiva de uma ferramenta tipo “COTS” para a catalogação no padrão internacionalmente reconhecido do Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Dessa forma, nosso objetivo



imediatamente é a obtenção e implantação de um sistema de informações gerenciais aderente ao SOC, que suporte o cumprimento da missão do DECAT/CECAFA.

Nesse sentido, foi assinado um contrato (nº 070/2014) entre o MD e a EMGEPRON, vinculado ao Processo Administrativo nº 60311.000065/2014-87, por meio do Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação nº 144-DECAT-COLIC/2014. O objeto do referido contrato é a prestação de serviços de aquisição e implantação de Solução Tecnológica, que atenda aos protocolos definidos pelos Acordos internacionais do (SOC) previstos nos documentos STANAG (Standardization Agreement) 3150, 3151, 4177, 4199 e 4498.

Como atividades futuras, estão previstos: a) operacionalização da nova Solução Tecnológica do SISCAT-BR – “Um único processo de catalogação, uma única plataforma tecnológica”; b) consolidação da Norma Operacional de Governança do SISMICAT - NORCAT; c) desenvolvimento da Proposta de Projeto sobre o Gerenciamento do Custo do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa (conforme o Comitê Aliado para o Custo do Ciclo de Vida – AC/327); d) desenvolvimento de cursos à distância sobre catalogação; e) implementação dos cursos de catalogação no âmbito dos Acordos Bilaterais (África do Sul, Chile etc.); f) consolidação do Seminário Permanente de Catalogação do CDS-UNASUL (CATSUL); g) realização do Seminário Internacional de Catalogação (LAAD-2015); e h) participação nos programas especiais no âmbito da OTAN (NATO Logistics Stock Exchanges - NLSE, Ammunition Support PartnerShip - ASP, Electronic NATO Ammunition Data Base (e-NADB).

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, pois no caso da cabotagem e navegação interior, propicia a redução de custos logísticos por meio do desenvolvimento do modal aquaviário.

O volume de construções de embarcações e estaleiros foi ampliado nos últimos anos, principalmente nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De janeiro até dezembro de 2014, houve a entrega de 89 embarcações e mais 2 projetos em estaleiros. Considerando o horizonte do PPA 2012-2015 já foram entregues 196 embarcações e 6 estaleiros.

Em 2014 foram priorizados projetos que somam de R\$ 25 bilhões, e que englobam 336 projetos. Considerando o período do PPA tivemos a priorização de R\$ 65,2 bilhões em projetos. As contratações em 2014 chegaram aos R\$ 2,85 bilhões sendo que desde 2012 já somam R\$ 20,55 bilhões contratados com os agentes financeiros do FMM (BNDES, BB, CAIXA, BNB e BASA).

Atualmente o Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem uma carteira de 345 projetos contratados com os agentes financeiros. Em dezembro de 2014, havia 136 embarcações e 7 estaleiros em construção e 199 embarcações e 3 estaleiros contratados, aguardando início da construção. A carteira do FMM é bastante dinâmica, pois ocorrem entregas de embarcações, ao mesmo tempo em que novos projetos são iniciados.

Devido à complexidade e especificidades do setor, os empreendimentos de construção naval têm longo prazo de execução.

Vale salientar que o ritmo e desenvolvimento das obras financiadas pelo FMM são condicionados pelo interesse privado.

Metas 2012-2015

• Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do FMM

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, foram concluídos seis projetos de estaleiros: São Miguel e Aliança (ambos em São



Gonçalo/RJ), Wilson Sons II (Guarujá/SP), Vard Promar e EAS load out (PE) e ERG2 (RS). Todos os demais projetos estão iniciados. Todos têm previsão de conclusão até 2015, exceto o Estaleiro Keppel, que tem previsão de entrega em 2016.

Devido a alterações ocorridas nos projetos, a meta manteve-se em 12 estaleiros, mas na regionalização houve mudanças. Será necessário incluir um projeto de estaleiro no Vetor Logístico Nordeste Meridional (Estaleiro Enseada Paraguaçu/BA). Atualizando a meta teremos um projeto no Vetor Logístico Amazônico (Estaleiro Hermasa/AM), um no Vetor Logístico Centro-Sudeste (Wilson Sons Guarujá/SP - já entregue), dois no Vetor Logístico Leste (São Miguel e Aliança/RJ - já entregues), dois no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (Promar/PE e EAS Load out/PE - já entregues) e cinco no Vetor Logístico Sul (ERG2 - já entregue, CQG, OCEANA, Keppel e HUISMAN).

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	4	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	3	unidade	1	31/12/2014

• Fomentar a contratação de 24,5 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram contratados R\$ 2,85 bilhões em projetos de embarcações financiadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Em 2012 foram contratados R\$ 12,2 bilhões e em 2013 foram R\$ 5,5 bilhões contratados, totalizando R\$ 20,55 bilhões de 2012 até o final de 2014. Até 2015, considerando os projetos já aprovados (priorizados) pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, estima-se que o montante contratado seja ampliado, o que permitirá atingir a meta do PPA.

Quantidade alcançada

20,55

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A fiscalização do Processo Produtivo Básico (PPB) é uma atividade de rotina e vem ocorrendo de acordo com o cronograma de execução. No ano de 2014, foram feitas 32 fiscalizações a empresas habilitadas no Programa.

No extensionismo industrial e empresarial, durante o ano de 2014, foram firmados 4 (quatro) convênios, beneficiando fornecedores dos segmentos automotivo e de petróleo, gás e naval, no valor global de R\$ 4.666.384,60, com vigência de até 36 meses. Os estados beneficiados que foram selecionados em chamamento público, divulgado no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) e na página da SDP, são: São Paulo (Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC), com projeto de qualificação e fornecedores do setor automotivo; Pernambuco e Santa Catarina (Instituto Euvaldo Lodi), com projetos de qualificação de fornecedores dos setores de Petróleo, gás e naval; e Minas Gerais (Associação Internacional de Competências Empresariais), com projeto de qualificação de fornecedores do setor automotivo, do segmento autopeças.



No que se refere ao fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em arranjos produtivos locais (APLs), sua implementação dá-se por meio de repasse de recursos financeiros entre Governo Federal e Administrações Públicas Municipais, Estaduais e/ou Distrital, contemplados por emendas parlamentares. Porém, com a criação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, a partir de 2013 a ação foi transferida para aquela pasta. No ano de 2014, o MDIC manteve a governança somente sobre os convênios em andamento e, sobretudo, aqueles firmados em 2013, num total de 23, no valor global de R\$ 7.150.000,00. Encerrou-se o exercício com: apenas 2 desses projetos, firmados em 2013, pagos; 18 permaneceram inscritos em Restos a Pagar; e 3 foram extintos diante da falta de cumprimento de exigência no prazo legal.

A partir do encontro Brasil-União Europeia em Clusters de Biotecnologia, ocorrido durante a feira internacional BioPartnering Latin America 2013, houve enorme integração e articulação dos representantes dos APLs. Conforme previsto em agenda, foi realizado um workshop internacional promovido pela Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), em Belém, no período de 22 a 24 de setembro de 2014, envolvendo inclusive universidades e representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que atuam no programa Ciências Sem Fronteiras, com o objetivo de fortalecer a integração, troca de experiências e compartilhamento de iniciativas e ações.

Com foco no fortalecimento dos APLs, foi firmada parceria com o Ministério da Cultura tendo como objeto a elaboração e pactuação de 27 Planos Estratégicos de Melhoria da Competitividade, beneficiando APLs de economia criativa. Esses Planos foram entregues e apresentados aos membros do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL) na última reunião plenária, realizada em novembro de 2014, e, também, distribuídos às instituições apoiadoras dos APLs, com o intuito de obter financiamento para sua implementação.

A informatização do processo de concessão e acompanhamento de PPBs depende do Sistema que ainda se encontra em fase de teste, rodando no ambiente de homologação, cuja previsão de lançamento é para 2015.

Metas 2012-2015

• Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país

Análise Situacional da Meta

Apoiar os Arranjos Produtivos Locais é uma atividade contínua da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP), sendo que em 2013 já havíamos atingido um universo de 273 arranjos. As iniciativas vêm sendo implementadas e estão voltadas à elaboração de planos de desenvolvimento, internacionalização de clusters, desenvolvimento e capacitação de fornecedores, gestores e multiplicadores de APLs, dentre outras.

Quantidade alcançada

273

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta ainda não ocorreu, e o atraso deve-se às várias reformulações, mas o sistema continua em fase de teste, rodando em ambiente de homologação e deve entrar em operação em 2015. (A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2014

• Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)

**Análise Situacional da Meta**

A meta foi totalmente alcançada já em 2012. O fluxo de processo de concessão de PPB foi redesenhado e já está sendo implementado, bem como o incremento de controles internos, a fim de observar melhor os prazos previstos e dar maior transparência às empresas que participam do processo.

OBJETIVO: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em dezembro de 2014, chegou ao fim a vigência do Plano Brasil Maior (PBM). Das 299 medidas desenhadas, 149 foram concluídas, 145 estão em andamento, e apenas cinco não foram iniciadas. As medidas ainda em andamento, apesar do fim do cronograma de execução do Plano, possuem indicação de continuidade no próximo ciclo de política industrial.

As medidas podem ser organizadas em três grandes blocos: i) redução dos custos do trabalho e do capital; ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e iii) estímulos às exportações e defesa comercial.

Entre as realizações em 2014, sobre redução dos custos do trabalho e capital, destaca-se que a desoneração da folha de pagamento para os 56 setores contemplados tornou-se permanente com a Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014. A renúncia fiscal estimada para o ano de 2014 é de R\$ 21,607 bilhões. Encontra-se em vigor, desde janeiro de 2014, a Lei nº 12.844, de 13 de julho de 2013, com impacto na arrecadação desde fevereiro de 2014, que inclui a desoneração dos seguintes setores: transporte ferroviário ou metroviário de passageiros; transporte ferroviário e rodoviário de cargas; carga e descarga em portos; construção de obras de infraestrutura; empresa de jornalismo; e ampliação dos setores industriais (Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM).

Ainda houve elevação do número de empresas optantes pelo Simples Nacional, que alcançou 9,1 milhões de beneficiados, dos quais 46% são Microempreendedores Individuais (MEI). A ampliação dos valores contemplados pelo Simples Nacional proporcionou reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento dos beneficiários. Já a ampliação do MEI elevou o limite de faturamento de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil, alcançando o total de 4,3 milhões de optantes registrados até agosto de 2014. Ainda, a publicação da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, atualizou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, dando possibilidade de adesão por parte de empresas prestadoras de serviços.

Destaque-se também a edição da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.300, de 30 de dezembro de 2013, que ampliou o limite de financiamento subvencionado pela União ao Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI) em R\$ 50 bilhões e estendeu o prazo para concessão de financiamentos até 31 de dezembro de 2014; e a Circular BNDES nº 01, de 2014, que definiu as novas condições do PSI: taxas de juros entre 4% e 8% ao ano.

No âmbito dos estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, foi relevante a publicação do segundo edital do Inova Petro, programa que visa o fomento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural, que envolveu valor total de R\$ 3 bilhões, e conclusão do edital destinado ao Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético (PAISS Agrícola), com valor total de R\$ 1,85 bilhão. Os editais conjuntos e programas integrados (parceiros públicos e privados) realizados no âmbito do Inova Empresa, plano de investimento em inovação que prevê apoio a empresas por meio de subvenção, crédito, financiamento não reembolsável e participação em capital, resultaram em: 10 editais com estimativa de recursos na ordem de R\$ 17,8 bilhões, com manifestação de interesse por parte de 2.020 empresas e envolvimento de R\$ 69,6 bilhões; e seleção de 594 planos de negócios, referentes a 523 empresas, e montante de recursos de R\$ 32,5 bilhões.

Nesse sentido, a publicação da Lei nº 12.966, de 18 de junho de 2014, permitiu o estabelecimento de alíquotas de IPI menores para os veículos que adotarem motores flex que tiverem relação de consumo entre etanol hidratado e gasolina superior a 75%, sem prejuízo da eficiência energética da gasolina nos veículos novos. Outra norma importante é a Lei nº



13.033, de 24 de setembro de 2014, que permitiu o aumento da mistura do etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%, possibilitando o aumento da rentabilidade do setor com a venda de etanol anidro e a redução da emissão de gases de efeito estufa. Esse mesmo dispositivo legal dispõe sobre a adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final: o percentual de adição obrigatória desse biocombustível ao óleo foi de 6% e, desde novembro de 2014, passou para 7%. Com isso, a demanda obrigatória do biodiesel deve crescer 40% até o final do ano.

No contexto das cadeias produtivas, em 2014, o número de concessões do benefício de redução do Imposto de Importação (Ex-tarifário) alcançou 3.800, com 50 consultas públicas realizadas e mais de 4.927 pleitos analisados. De 2008 a 2014, o Ex-tarifário produziu números relevantes para a economia brasileira. Foram mais de 17,6 mil máquinas e equipamentos (BK e BIT) beneficiados, gerando um montante de mais de US\$ 56 bilhões em importações vinculadas a projetos de investimentos, com valor total superior a US\$ 277,5 bilhões.

Também notória foi a publicação de 275 portarias de habilitação definitiva de empresas aos benefícios da Lei de Informática, totalizando 435 portarias de habilitação (entre habilitações definitivas e provisórias) contra 333 no ano anterior. O instrumento da habilitação provisória de empresas aos benefícios da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), é um procedimento sumário que permite acesso mais rápido e simplificado aos incentivos da mencionada norma, enquanto o processo de habilitação definitiva ou de inclusão de novos produtos tramita sem interrupção.

Os gastos tributários projetados na Lei Orçamentária Anual de 2014 (LOA 2014), em que se incluem muitos regimes tributários especiais, foram de R\$ 249,8 bilhões. Apenas ao Regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados a atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), que permite a importação de equipamentos específicos para serem utilizados diretamente em pesquisa e exploração de petróleo e gás natural, associam-se R\$ 12,9 bilhões. Também destacam-se os valores destinados ao Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – R\$ 2,2 bilhões; Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REID) – R\$ 1,7 bilhão; Inovar Auto – R\$ 1,5 bilhão, e Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicação (REPNBL REDES) – R\$ 1,01 bilhão.

Destaque para o aperfeiçoamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) com a aprovação do Decreto nº 8.247, de 23 de maio de 2014, que regulamentou atualizações da Lei nº 11.484, de 2007, e a edição da Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 1.045, de 2 de outubro de 2014, que viabiliza a produção de painéis fotovoltaicos sob o Programa.

Quanto aos desembolsos realizados pelo Sistema BNDES por setor da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o detalhe do desembolso destinado a setores do PBM até novembro de 2014 foi de R\$ 439,1 milhões para farmoquímicos e farmacêuticos; R\$ 5.066,9 milhões para telecomunicações; R\$ 5.012,8 milhões para o setor de coque, petróleo e combustível; R\$ 552,7 milhões para o setor de equipamentos de informática, eletrônicos e óticos; R\$ 15.152,8 milhões para eletricidade e gás, sendo que o desembolso total do sistema BNDES por CNAE foi de R\$ 162.236,4 milhões. Já o desembolso total na comercialização no país de Máquinas e Equipamentos Nacionais – Finame, Finame Leasing e Finame Agrícola teve montante de R\$ 55.582,9 milhões até novembro de 2014; e o desembolso total do sistema BNDES para exportação por setor CNAE atingiu US\$ 4 bilhões.

Na área de estímulos às exportações e defesa comercial, houve aprovação de recursos para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex Financiamento) da ordem de R\$ 2,9 bilhões, sendo que já foram desembolsados US\$ 456,2 milhões e alavancados US\$ 514,3 milhões em exportações até 31 de dezembro de 2014. Já na modalidade Proex Equalização, a dotação orçamentária para 2014 foi de R\$ 1 bilhão, tendo sido realizados pagamentos no montante de US\$ 286,8 milhões, alavancando exportações num total de US\$ 6,3 bilhões até 31 de dezembro de 2014.

No âmbito das ações de compras governamentais, instituiu-se margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação. As alterações deste ano foram para fármacos e medicamentos (Decreto nº 8.225, de 3 de abril de 2014); equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (Decretos nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2012; nº 8.184, de 17 de janeiro de 2014; e nº 8.194, de 12 de fevereiro de 2014); aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos



(Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014); aeronaves executivas (Decreto nº 8.185, de 17 de janeiro de 2014); brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte (Decreto nº 8.223, de 3 de abril de 2014); e máquinas e equipamentos (Decreto nº 8.224, de 3 de abril de 2014).

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) foi reinstituído e sua regulamentação é feita pelo Decreto nº 8.304, de 12 de setembro de 2014. O Reintegra havia chegado ao fim em 31/12/2013, de acordo com a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013. Na nova regra, os resíduos tributários reintegrados à empresa podem variar de 0,1% a 3% da receita de atividades exportadoras, e o Regime Especial não tem prazo de vigência.

Metas 2012-2015

• Criar o Portal do Observatório do Investimento

Análise Situacional da Meta

A criação do Portal do Observatório do Investimento foi descartada por dois motivos.

Em primeiro lugar, chegou-se à conclusão de que um novo Portal poderia concorrer com o próprio portal já existente da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento, a Renai (<http://investimentos.mdic.gov.br/>), que já divulga informações relevantes ao investidor e demais interessados no assunto, como oportunidades de investimento, apoio ao investidor, investimentos anunciados e incentivos.

Em segundo lugar, percebeu-se que o assunto “investimento” poderia ser tratado, do ponto de vista estatístico, pelo projeto do Observatório da Indústria, que trataria de diversos temas relacionados à atividade industrial, como emprego e comércio exterior.

O Observatório da Indústria ainda encontra-se em construção, mas pode-se considerar que, embora não esteja oficializado, já opera em capacidade mínima, com um conjunto razoável de dados sobre a atividade dos setores industriais.

OBJETIVO: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem conjugado esforços para a atração de centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. A priorização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação representa questão estratégica para que o país consiga elevar seu nível de produtividade industrial e caminhar em direção ao desenvolvimento econômico.

Com o lançamento, em março de 2013, do Plano Inova Empresa – pacote de estímulos de R\$ 32,9 bilhões que objetiva elevar o índice de inovação tecnológica, a competitividade e a produtividade da indústria nacional –, o Governo Federal passou a dar ainda mais prioridade ao tema.

A Secretaria de Inovação (SI) do MDIC tem contribuído para atingir as metas deste objetivo, principalmente, por meio do trabalho que está sendo realizado em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) para gerar inteligência sobre a inovação no país e atrair centros e projetos de P&D. O projeto busca definir uma estratégia para o posicionamento do Brasil como um player global na atração de investimentos em inovação. O projeto tem como objetivo entender o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, identificar os pontos fortes e fracos do ambiente de inovação, as oportunidades de melhoria e de potenciais investimentos. Os setores escolhidos para estudo foram Petróleo e Gás, Energias Renováveis, Saúde, e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O estudo foi iniciado em maio de 2013 e ao longo do ano foram entregues os resultados da fase 1 e 2 do estudo (panorama do ambiente de inovação no Brasil e tendências de investimentos nos quatro setores selecionados). No mês de abril de 2014, por sua vez, foi concluída a fase 3 do estudo (benchmark internacional e recomendações de políticas



públicas).

É importante ressaltar que os subsídios gerados pelo estudo servem para aperfeiçoar os instrumentos e políticas públicas de atração de investimentos em P&D. O Governo Federal adotará uma postura proativa na prospecção internacional de investimentos em P&D.

Com a conclusão do estudo, foi elaborada a estratégia de promoção do Brasil como destino competitivo para atração de investimentos em inovação. A estratégia será lançada em março de 2015 em evento que contará com a participação de órgãos governamentais e de representantes de empresas.

Além disso, para a promoção do Brasil estão sendo elaborados conteúdos direcionados a potenciais investidores na área de P&D no Brasil. Essa comunicação se dará por meio de um portal de informações e de relacionamento com investidores, vídeos, conteúdo impresso e também por ações de promoção comercial (divulgações em eventos, missões, reuniões, feiras de divulgação do país etc.).

No que diz respeito à adaptação ou criação de instrumentos, destaca-se que o MCTI lançou, em setembro de 2013, um edital para atração de Centros Globais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no país. Esse edital tem o objetivo de ampliar o mercado e a pesquisa na área de Tecnologia da Informação por meio de parcerias com multinacionais para a implementação de centros de pesquisa no Brasil. A iniciativa visa orientar e estimular empresas estrangeiras e nacionais que tenham entre suas atividades o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). As propostas aprovadas pela chamada pública contavam com R\$ 14 milhões em recursos de bolsas oriundos do Fundo Setorial de Tecnologia da Informação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/CT-Info), administrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) e utilizados em até cinco anos. O financiamento teve o valor máximo de R\$ 2 milhões por projeto e a contrapartida mínima de 100% do valor solicitado. A banca avaliadora do CNPq recomendou a aprovação de 5 (cinco) propostas: IBM Research Brazil, Intel Semicondutores, ITVale, CPqD e Freescale. O valor total de bolsas do CNPq para essas 5 propostas contempladas é de R\$6.185.875,40, não sendo, portanto, utilizado o montante de R\$ 14 milhões disponíveis.

Outro diferencial para apoiar esse tipo de investimento é o trabalho realizado pela Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) de apoio às empresas interessadas em participar do edital. A Softex, como braço do Programa Estratégico de Software e Serviços de TI (TI Maior), iniciativa do MCTI de apoio ao setor, fornece assessoramento na utilização dos mecanismos públicos de apoio à inovação, quer sejam incentivos fiscais ou captação de recursos e transferência de tecnologia. Além disso, a entidade atua na construção de cooperações em rede entre empresas privadas, governo e universidades que, além de P&D, inclui a propriedade intelectual como fator competitivo para empresas.

Em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), foi identificado, ao longo de 2014, que grande parte dos seus desafios – atração de pesquisadores nacionais e estrangeiros, concessão de bolsas de pesquisa, concessão de auxílios a pesquisa, entre outros – decorrem de deficiências relacionadas a sua gestão científica. Por isso, no primeiro semestre do ano, foi criado grupo de trabalho informal, coordenado pela Secretaria Executiva do MDIC e com participação de SUFRAMA, ABDI e Secretaria de Inovação do MDIC, para avançar no tema. O grupo realizou agendas no CBA e com diversos atores locais. Ao final dos trabalhos, propôs Plano Executivo para o Centro, com horizonte para 2015/2018, que, no momento, encontra-se em análise no MPOG e na Casa Civil.

Em paralelo, como solução emergencial de curto prazo, o MDIC identificou conhecimento técnico-científico e competências humanas e organizacionais no INMETRO em temas afetos à gestão científica do CBA e propôs a disponibilização dessas à SUFRAMA, autarquia ao qual o CBA faz parte. Isto foi concretizado por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 14/2014, que entrou em vigor a partir de 18 de dezembro de 2014 e vigência de 5 meses, prorrogável por igual período.

Em resumo, enquanto aguarda-se a definição final quanto à constituição da Empresa Pública CBA e sua efetiva implementação, trabalha-se, no curtíssimo prazo, na estruturação de processos críticos do Centro, com o apoio fundamental do INMETRO, ao passo que no curto e médio prazo articula-se a constituição da Associação privada, a ser qualificada como Organização Social, para a gestão mais qualificada e eficiente do CBA.



Metas 2012-2015

• Atrair 40 centros de P&D**Análise Situacional da Meta**

O Governo Federal atuou, por meio de diversas medidas fiscais, de crédito e de regulação, na atração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. Os centros de P&D atraídos para o país estão espalhados por todo o território, sendo que diversos desses centros receberam apoio do governo para sua instalação e desenvolvimento.

Para contabilização na meta do PPA, serão consideradas as datas de inauguração / início das atividades no centro de P&D. Com esse critério, foram mapeados 25 centros inaugurados no período de 2012 a 2014 (2012: FMC Technologies, Microsoft, Siemens, Ericsson, Qualcomm, Basf, EADS, IMPSA, Huawei; 2013: Basf, Boeing, Cisco, Intel, SAP, Halliburton, Elanco, 3M, Vallourec; 2014: Tenaris, Lenovo, EMC, General Electric, Honda, Siemens, Alstom).

Além disso, outras 12 empresas já anunciaram que inaugurarão seus centros de P&D no ano de 2015. Considerando que outros anúncios serão feitos ao longo de 2015, entendemos assim que a meta de 40 centros de P&D será alcançada.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

As ações de expansão, diversificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação têm sido priorizadas pelo Governo Federal, em especial pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que buscam sempre uma maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

O Governo Federal, intensificando sua atuação no incentivo à inovação, lançou o Plano Inova Empresa, o qual consiste em um investimento em inovação a fim de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira. O plano, com investimento total previsto de R\$ 32,9 bilhões em 2013 e 2014, é um novo modelo de fomento à inovação que atua na descentralização do crédito e da subvenção econômica para grandes, médias e pequenas empresas, na articulação entre as instituições de fomento para o uso coordenado dos diferentes instrumentos e, ainda, na redução de prazos e simplificação administrativa.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além de outras instituições como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), trabalham juntos no Plano Inova Empresa para o financiamento público de projetos, apoiando setores considerados prioritários pelo Governo, como Saúde, Aeroespacial, Energia, Petróleo e Gás, Sustentabilidade Socioambiental e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A Secretaria de Inovação (SI) do MDIC, em parceria com entes privados, também realiza o programa InovAtiva Brasil. O objetivo do programa é capacitar em larga escala empreendedores de negócios de alto impacto (startups). Além disso, o programa oferece oportunidades e fomenta o networking entre os empreendedores. Em 2013, o programa foi realizado em três etapas. A primeira, 100% online, ofereceu vídeos gratuitos com conteúdo de empreendedorismo. Nessa etapa, além da capacitação, os empreendedores tiveram a oportunidade de enviar seus projetos de negócio. Entre as 1.600 propostas recebidas (bem acima da expectativa, de 300 projetos), os 50 melhores foram selecionados para participar da segunda fase que, além de disponibilizar mais conteúdo online, teve um workshop presencial em que os empreendedores



tiveram acesso a uma rede de mentores dos parceiros privados da iniciativa. Os 20 melhores projetos foram selecionados para participar da última fase, em que os empreendedores tiveram uma nova rodada de capacitação, mentoria e coaching e, no final, apresentaram seu negócio a uma banca de investidores e especialistas. Em janeiro de 2014, a SI levou os finalistas para uma semana de reuniões e apresentações com universidades, incubadoras de empresas e investidores no Vale do Silício (EUA).

Em 2014 o Inovativa teve como grande ativo a formação de sua rede de mentores (que está em constante expansão). Houve 6.400 participantes na plataforma. 703 projetos submetidos para a segunda fase (número menor que em 2013 em razão de mudanças nos critérios, sendo o próprio processo de inscrição uma forma de capacitação); 128 projetos foram selecionados para a segunda fase, com workshops e acesso a mentores; 75 projetos foram selecionados para a terceira fase, quando os empreendedores desfrutaram de: Acompanhamento de mentores especializados; Treinamento a distância, em dois webinars seguidos de entregáveis; 2 dias de treinamento intensivo em São Paulo, com mentores da rede de mentores InovAtiva, especialistas em modelagem de negócios, acesso a capital e treinamento de pitch (apresentação). Apresentação para grandes empresas e investidores em São Paulo, como parte da Conferência Anual da Anjos do Brasil. Os participantes da fase 3 de 2014 continuarão tendo acompanhamento de mentores por mais quatro meses, até abril de 2015.

Para 2015 os principais objetivos do Inovativa Brasil são: selecionar até 300 empresas para a fase 2; selecionar até 100 empresas para a fase 3; expandir a rede de mentores; fomentar canais de aproximação entre as startups do programa e grandes empresas; integrar o Inovativa com outros programas, como editais de fomento, de forma que as empresas capacitadas possam acessar essas fontes de financiamento, gerando sinergia para toda a cadeia de políticas públicas voltadas para a inovação. No que diz respeito à disseminação da cultura da inovação, em 2013, apoiou-se a 1ª Edição do Congresso de Investimento Anjo. Os investidores anjo são pessoas físicas, tipicamente ex-empresários, que proveem capital financeiro e sua rede de contatos a negócios nascentes e com alto potencial de crescimento. Em troca desse apoio, esses investidores recebem uma participação na empresa. Tais investidores são fundamentais para fomentar o surgimento e o desenvolvimento de novos negócios inovadores e, portanto, são alvo de políticas públicas. Além desse evento, apoiaram-se ainda o 5º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o XXIII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, promovido pela Associação Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas (Anprotec). Destaca-se que a CNI e a Anprotec são duas instituições de suma importância para o fomento à inovação no setor produtivo brasileiro e o apoio a tais eventos está em linha com os objetivos de disseminação da cultura de inovação.

Já em 2014, apoiou-se a 2ª e a 3ª Edição do Congresso de Investimento Anjo. O Instituto Anjos do Brasil é a mais importante e experiente entidade de nível nacional a representar e fomentar o setor. Por isso, o Congresso do instituto é o mais importante do país, uma oportunidade única de conectar o MDIC com os principais agentes brasileiros e internacionais desse segmento, em que a Secretaria de Inovação vem ampliando a sua atuação nos últimos anos. Investidores-anjo e gestores de fundos de investimentos são contatos fundamentais para o Inovativa Brasil, pois podem participar voluntariamente como mentores dos empreendedores participantes e, na última etapa do programa, são potenciais investidores das empresas finalistas. Além desses eventos, apoiaram-se ainda o A 14ª Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica e o XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, organizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). A ANPEI é a mais importante entidade representativa do setor produtivo com foco em PD&I, congregando as principais empresas e institutos de pesquisa científica e tecnológica do país e a Anprotec é uma associação civil sem fins lucrativos que representa os interesses das incubadoras de empresas, parques tecnológicos e empreendimentos inovadores no Brasil, notadamente as gestoras de incubadoras, parques, pólos e tecnópoles.

Na área de cooperação internacional, a Secretaria de Inovação lançou em julho de 2014 o edital da Terceira chamada para apresentação de propostas de cooperação em P&D Industrial entre Brasil e Israel com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial direcionados à comercialização nos mercados domésticos e/ou global. Em setembro de 2014, a Secretaria de Inovação participou da Segunda Reunião do



Grupo de Trabalho em Inovação Brasil-França, que permitiu a troca de experiências e conhecimentos em inovação e reiterou o interesse dos dois países em lançar em 2015 um programa de cooperação em P&D Industrial nos moldes da cooperação com Israel. Também em 2014, acordou-se com o governo da Alemanha, após missão técnica realizada em setembro a este país, o lançamento de programa de cooperação tecnológica em P&D. Finalmente, foram apresentados à Embaixada do Reino Unido dois projetos de cooperação internacional em inovação para desenvolver ações de internacionalização de start-ups relacionadas ao InovAtiva Brasil e trocar experiências em políticas públicas de fomento à inovação.

Para o ano de 2015, a SI espera atingir os seguintes objetivos: lançamento da 1ª Chamada para Apresentação de Propostas de Cooperação Tecnológica entre Brasil e França, lançamento da 1ª Chamada para Apresentação de Propostas de Cooperação Tecnológica entre Brasil e Alemanha; criação do Grupo de Trabalho de Inovação com o Reino Unido e realização de missão ao Reino Unido para troca de experiências em políticas públicas nos seguintes temas: manufatura avançada, incentivos fiscais para promoção de capital de risco e programas para o desenvolvimento de aceleradoras e startups.

Em relação Programa Brasileiro de Design (PBD), no ano de 2013, propôs-se a alteração do Decreto, que consiste em atualizar a composição do Comitê Executivo do PBD; ajustar a denominação de órgãos membros do Comitê Executivo à situação atual e redefinir competências. Contratou-se, mediante convênio celebrado com a APEX, o estudo “Mapeamento e Diagnóstico do Design no Brasil”, que está foi realizado pelo Centro Brasil Design. O estudo foi entregue em maio de 2014. O estudo apresenta um abrangente diagnóstico do setor na indústria e, também, informações sobre os escritórios de design e os cursos de graduação e pós-graduação na área. O estudo é um baseline para elaboração e políticas públicas de fomento do design no país como instrumento de competitividade.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.**

Análise Situacional da Meta

Os números para a apuração dessa meta são baseados na Pesquisa de Inovação (Pintec), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no fim de 2013, com dados referentes ao período de 2009 a 2011.

A referida pesquisa conta com dados de 128.699 empresas. Desse total, de acordo com o IBGE, 5.299 companhias lançaram produtos novos para o mercado nacional no período da pesquisa, o que corresponde a 99,5% da meta proposta.

Quantidade alcançada

5.299

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários**

Análise Situacional da Meta

A meta foi 100% alcançada já em 2012. A ação ocorreu por meio de parceria com Centro de Design do Paraná, pela qual foi possível viabilizar a participação de 100 produtos brasileiros no iF Product Design Award. Desses, 18 foram premiados e participaram da exposição em Hannover, durante a CEBIT, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design**



Análise Situacional da Meta

Como parte das ações realizadas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) para identificação das oportunidades de inserção de produtos brasileiros com valor agregado pelo design, cita-se a compra, a partir de 2013, de produtos com design brasileiro pela rede Muji, um conglomerado de venda ao varejo japonês, que oferta uma grande variedade de bens domésticos e bens de consumo. Esse é um canal de comercialização alcançado dentro da meta estabelecida.

Além disso, destaca-se outra iniciativa com o mesmo objetivo, o estudo acerca do mercado dos Estados Unidos da América para inserção do design brasileiro. Entre os objetivos desse estudo estão:

- Mapeamento das oportunidades de negócio e ações de design no mercado norte-americano, como diferencial competitivo com vistas às possibilidades futuras de negócios para empresas brasileiras;
- Elaboração de um diagnóstico das ações de design nos Estados Unidos; identificando seus pontos fortes e pontos fracos, ameaças e oportunidades;
- Proposição de estratégias específicas para o setor; e
- Identificação e entendimento da cultura americana, sob a ótica do design etnográfico, mapeando técnicas e práticas que a constituem, de forma a traduzi-las de maneira a que possa ser entendida e compartilhada.

Em 2014 a Apex realizou também negociações com uma das maiores redes varejistas japonesas, Isetan, que proporcionou a comercialização de produtos diversos e com design no mercado japonês, alcançando 100% da meta estabelecida.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior

Análise Situacional da Meta

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) viabilizou a promoção internacional do design brasileiro, tendo participado dos seguintes eventos em 2012 e 2013:

1. Exposição Pocket da Bienal Brasileira de Design, no evento Brazil S/A, realizado em Milão, Itália, em abril de 2012;
2. Exposição Casa Brasileira, em que 11 projetos setoriais da Agência apresentaram produtos no evento Brazil S/A, supracitado;
3. Evento Brazil S/A, realizado durante a semana de design de Milão em abril de 2013, onde foram realizadas 5 grandes exposições do design brasileiro, que puderam fortalecer o valor de soluções brasileiras com design autêntico e iniciar negócios;
4. Evento Be Brasil, em outubro de 2013, em Nova Iorque (EUA). O projeto é uma iniciativa que traz o visionário ponto de vista e inovação do Brasil nos setores de Moda, Beleza, Arquitetura, Design, Alimentos e Bebidas, Sustentabilidade, Aeroespacial, Obras Audiovisuais e Produções Cinematográficas, Música, Tecnologia e Arte. O Be Brasil fez parcerias com organizações, empresas e marcas em diversos setores e contou com empresários brasileiros que estão revolucionando em suas áreas e levando o Brasil para o futuro.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	5	unidade	4	28/01/2014

• Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014

Análise Situacional da Meta

A IV Bienal ocorreu em 2012. A próxima será em 2015. Essa ocorreria em 2014 e foi transferida para 2015, por



decisão do Comitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira do Design (Coeb), para não coincidir com os grandes eventos esportivos.

A V Bienal Brasileira de Design será em maio de 2015, em Florianópolis (SC), e terá o tema Design for All (design para todos).

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) preside o Coeb, que realizou quatro reuniões no ano de 2013. Houve o lançamento oficial da Bienal 2015, em Florianópolis. Nessas reuniões já se aprovou o plano de trabalho da Bienal, o tema e a curadoria.

Em 2014, o Coeb aprovou a proposta da curadoria para a Bienal, o layout do site, bem como a identidade visual da Bienal.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução' - realizou-se um evento, do total previsto de dois durante o período do PPA).

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Educação (MEC) continuaram coordenando as diversas ações para a consecução deste objetivo, especialmente no âmbito da Coordenação Sistemática de Formação e Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior.

Destaca-se o lançamento, em setembro de 2013, do Programa Pronatec Brasil Maior, que permite a disponibilização dos recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e da infraestrutura de todos os ofertantes de cursos do Sistema S, dos institutos federais e estaduais para o atendimento das demandas por qualificação profissional dos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior (PBM).

Durante a fase piloto foram realizados alguns ajustes, sendo que as demandas superestimadas e subestimadas foram corrigidas de forma a refletirem as reais necessidades dos setores produtivos. Todas as informações que nortearam o ajuste do modelo de gestão do Programa foram obtidas junto às áreas de recursos humanos das próprias empresas ou junto às entidades representativas do setor produtivo, com vistas à identificação mais fidedigna possível entre a oferta de cursos a ser planejada e a demanda futura por qualificação profissional na economia nacional.

Até o final de 2014 foi mapeada a necessidade de criação de cerca de 558 mil vagas em cursos específicos a serem realizados durante o ano corrente. Somente para o ano de 2014, cerca de 351 mil vagas já foram disponibilizadas dentro dessa perspectiva no Pronatec em diversas regiões do País. Em 2014 a exemplo do que ocorreu em 2013, o MDIC assinou Acordos de Cooperação Técnica com diversas entidades representativas dos setores acima referidos com a finalidade de garantir e aprimorar a qualidade das informações tanto sobre adequação entre oferta e demanda por cursos quanto da qualidade e adequação de seus conteúdos. No âmbito do PRONATEC Brasil Maior, receberam-se demandas por qualificação profissional de dezessete setores produtivos do Plano Brasil Maior. Totalizaram-se, em 2013, 20.668 matrículas.

Em relação ao Ciência sem Fronteiras (CsF), o programa de internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras, o trabalho desenvolvido pelo MDIC é de interlocução do Programa com empresas de outros países para receberem os alunos do CsF em seus centros de P&D. Toda a operacionalização é feita por outros atores do governo (CNPq, Capes e outros). Nesse sentido, foi realizado um seminário via web (webinar) em janeiro 2013 numa parceria entre o MDIC, CAPES e CNPq, a Câmara Americana de Comércio e o Departamento de Comércio Americano (DoC) com o objetivo de



sensibilizar a participação de empresas americanas no programa. Também foi incluído este tema em diversas agendas com outros países.

Metas 2012-2015

- **Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos**

Análise Situacional da Meta

A meta foi ultrapassada com ampla margem, tendo em vista a estratégia adotada de integração das ações de vários órgãos do Governo Federal.

Com a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Educação (MEC), e a entrada de novos setores produtivos no Pronatec Brasil Maior, em 2014, foram disponibilizadas ao setor produtivo 351.196 vagas.

Quantidade alcançada

371.864

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem dando atenção à indústria de semicondutores em todas as políticas industriais lançadas desde 2003. No Plano Brasil Maior, atual política industrial, o tema tem sido tratado no âmbito do Comitê Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicação e Complexo Eletroeletrônico. Entre as prioridades eleitas está o apoio ao desenvolvimento das indústrias de semicondutores e de displays no país. Nesse contexto, a principal realização foi a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012. Os artigos 57 e 58 do referido documento legal dispõem sobre a evolução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – Padis. Entre os principais avanços está a inserção entre os beneficiários do Padis da pessoa jurídica que investir percentual mínimo em pesquisa e desenvolvimento no país e produzir, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico (PPB), insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de dispositivos eletrônicos semicondutores ou displays. A medida visa facilitar a implantação de unidades fabris no Brasil por meio da desoneração de seus insumos e equipamentos. Em relação ao setor de software e serviços de TI, foi lançado, em meados de 2012, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior. O programa está alicerçado no Plano Brasil Maior e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e tem como diretrizes: o desenvolvimento econômico e social, o posicionamento internacional da indústria nacional, o estímulo ao empreendedorismo e inovação no setor, o aumento da competitividade da indústria nacional e o apoio à pesquisa e desenvolvimento. Neste objetivo destaca-se o Programa CENTROS GLOBAIS DE P&D: Programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Um edital do CNPq foi lançado em 2013 e 37 proposições foram enviadas ao CNPq. Desse total, 14 propostas foram enquadradas e avaliadas pela banca, resultando num total de 5 propostas recomendadas. O valor aprovado em bolsas foi de R\$ 7,7 milhões. Em Setembro foi organizado o Seminário "Centros Globais de P&D em TIC", na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a presença de 75 participantes. Além do edital, a ação contabiliza 6 centros que estão instalados, ou em instalação no país, e ainda a contrapartida das empresas privadas selecionadas no valor de R\$ 21,8 milhões.

Metas 2012-2015

- **Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos**

**Análise Situacional da Meta**

A meta busca mensurar investimentos, na sua grande maioria de origem privada, destinados ao incremento da capacidade instalada em componentes eletrônicos no País. Tais investimentos dependem da conjuntura econômica internacional e demanda global por tais componentes. Assim, os investimentos em 2012 no setor de componentes eletrônicos foram da ordem de R\$ 100 milhões

No que tange aos dispositivos eletrônicos semicondutores, existem cinco empreendimentos voltados para a fabricação desses componentes em diferentes estágios de maturidade. A design house e foundry Ceitec S.A., empresa pública instalada no Rio Grande do Sul, e a Smart Technologies, em São Paulo, são as que estão mais adiantadas em termos operacionais. Em relação aos montantes estimados de investimento, é preciso ressaltar aqueles realizados pela HT Micron, uma parceria entre a coreana Hana Micron e a brasileira Parit Participações. Estima-se a aplicação de US\$ 200 milhões nos próximos 5 anos na construção de uma unidade fabril de empacotamento e testes no Rio Grande do Sul. Outro destaque são os investimentos anunciados pela Six Semicondutores, do Grupo EBX, visando a implantação de uma foundry em Minas Gerais. Os valores estão orçados em aproximadamente US\$ 500 milhões, até 2014. Já a Smart prevê investimentos em torno de R\$ 100 milhões nos próximos 3 anos na modernização e ampliação do seu parque fabril em Atibaia/SP. Há ainda o projeto de investimentos da portuguesa Nanium S.A. na ordem de R\$ 100 milhões para a instalação de uma unidade fabril de empacotamento e testes, também em Minas Gerais. O projeto da empresa CBS/SIX em Minas Gerais e os novos investimentos de empresas de semicondutores já se encontram em implantação. Em outubro, foi inaugurada em São Leopoldo a empresa HT Semicondutores, com investimento superior a US\$ 100 milhões. Como principal obstáculo aos investimentos privados em semicondutores no País é importante destacar que a continuidade da crise econômica internacional tem afetado, em especial, a capacidade de investimento dos países da União Europeia. Permanecem os diálogos com as empresas japonesas visando uma maior cooperação no setor. Ainda não é possível quantificar com precisão os investimentos efetivos em capacidade instalada no setor.

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O alcance deste Objetivo tem-se apoiado em iniciativas que, em sua maioria, estão sob responsabilidade da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. As principais obras concluídas em 2014 foram:

- Embutidos do circuito primário da Usina Nuclear de Angra 3 (30 toneladas);
- B.O.P. Hydril da Plataforma P-23 (213 toneladas), para a Petrobras;
- Vaso de Pressão para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (305 toneladas);
- Fabricação de estruturas metálicas e montagem de 2 (dois) SKIDS e 5 (cinco) Módulos da Plataforma (FPSO) P-66 (2300 toneladas), cliente final Petrobras;
- Fornecimento de 2 (dois) Vasos de Pressão 30B e 48Y (3 toneladas), para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB);
- Fornecimento de 2 (duas) Caixas de semi-condensadores para a Usina Nuclear de Angra 3 (320 toneladas);
- Fornecimento de pacote de Embutidos para a Usina Nuclear de Angra 3 (115 toneladas);
- Fornecimento parcial de Suportes Especiais para a Usina Nuclear de Angra 3 (20 toneladas); e
- Fornecimento de "Seção de Qualificação" para a fabricação de seções do Casco Resistente de Submarino Convencional classe Escorpene, cliente final Marinha do Brasil. (40 toneladas).

Ao final de 2014, as principais obras em andamento eram as seguintes:

- Fornecimento de Cascos Resistentes de Submarino Convencional classe Escorpene para a Marinha do Brasil;
- Fornecimento de Equipamentos Pesados para a Usina Nuclear de Angra 3;
- Fornecimento de 1 (um) Vaso de Pressão do Reator e 2 (dois) Geradores de Vapor (66 toneladas), para o Submarino Nuclear, Marinha do Brasil;



- Fornecimento de 36 (trinta e seis) Bocas de Sino Multifuncionais (540 toneladas) para a Petrobras; e
- Fabricação de estruturas metálicas e montagem de 14 (quatorze) Módulos e 16 (dezesesseis) Skids (7307 toneladas) para Plataformas (cliente final Petrobras).

Além desses investimentos, a implementação de melhorias no processo de concessão de ex-tarifários está relacionada à implantação do sistema integrado informatizado de concessão, ainda sem previsão de término, haja vista reformulação de requisitos e redefinição de entrega do sistema em sete módulos. Estão previstas melhorias e acréscimo de funcionalidades em outras etapas/versões.

Metas 2012-2015

• Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012 e 2013, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep) capacitou, respectivamente, 721 e 562 profissionais em diferentes áreas de metal-mecânica.

Para 2014, a previsão era capacitar 612 profissionais para as indústrias Nuclear e Pesada. No 1º semestre de 2014 houve a capacitação de 15 funcionários. Já no segundo semestre houve treinamento de 32 funcionários, resultando, no ano, 47 capacitações. O principal motivo pelo não alcance da meta anual, de acordo com a Nuclep, foi a ausência de aprovação do PAT (Plano Anual de Treinamento) pela empresa.

Quantidade alcançada

1.330

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	2.048	unidade	1.330	31/12/2014

• Implantar sistema informatizado para concessão de ex-tarifários

Análise Situacional da Meta

O sistema informatizado para concessão de ex-tarifários ainda se encontra em desenvolvimento pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O protótipo já foi finalizado e a entrega do sistema, em pleno funcionamento, é prevista para 02/07/2015, com algumas entregas parciais ocorridas no final do ano de 2014. O projeto do sistema Ex-tarifário foi dividido em 08 (oito) iterações (entregas). As iterações 01, 02 e 03 - referentes à segurança, apoio ao sistema e pleitos, respectivamente - já foram entregues, sendo que as iterações 01 e 02 já foram homologadas. A iteração 03, que contempla os diversos tipos de pleitos, está em fase de homologação.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2014

• Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)

Análise Situacional da Meta

Baseada na conjuntura atual (2014), a Nuclep descartou o interesse pela obtenção do selo N (projeto de componentes nucleares), pois a expectativa de entrada de obras com projeto pela Nuclep não se concretizou. E há custos relacionados à obtenção e manutenção desta certificação impostos pelas regras do código ASME. Dessa forma, os selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

• Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia



Análise Situacional da Meta

A meta para 2014 ficou estabelecida em 3.000 toneladas de equipamentos e a Nuclep produziu 2.293,7 toneladas no primeiro semestre e 5.322,3 toneladas no segundo semestre, resultando em 7.616 toneladas/ano.

Registra-se, ainda que, em 2012 e 2013, a meta atingida foi de 2.584,6 toneladas e 3.171,2 toneladas, respectivamente. Com isso, encerrou-se 2014 com superação da meta.

Quantidade alcançada

13.371,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	12.000	TON	13.371,8	31/12/2014

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Com relação à atração de empresas-âncora para os núcleos de nanotecnologia e biotecnologia, destaca-se a organização, pela Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SI/MDIC), de missão governamental ao evento BIO Convention, maior feira internacional do setor de Biotecnologia, nos anos de 2012 (Boston), 2013 (Chicago) e 2014 (San Diego). Cada missão contou com no mínimo 30 representantes governamentais de mais de 10 ministérios e órgãos. Em 2014, ainda, destacou-se a organização de uma missão internacional para o World Congress on Industrial Biotechnology (Filadélfia), oportunidade em que foram apresentadas as políticas públicas brasileiras nas áreas de biocombustíveis e química renovável. Nas convenções, as autoridades brasileiras apresentaram informações sobre as políticas relacionadas ao desenvolvimento da biotecnologia em palestras e painéis para uma plateia de investidores e empresários de todo o mundo.

Quanto à divulgação, junto à sociedade, do papel da biotecnologia e da nanotecnologia como fator de melhoria na qualidade de vida, geração de emprego, renda, produtos, processos e serviços, buscou-se a participação e divulgação de material informativo em eventos referência dos setores, como o 4º Congresso Brasileiro de Biotecnologia (2012), a 4ª edição da feira BioPartnering (2013), o III Workshop Nanotecnologias (2013) e a feira BIO Latin America (2014). Todos estes eventos contaram, entre outros, com a apresentação de casos brasileiros de sucesso, promovendo a divulgação e o investimento em tais áreas. Alguns destes eventos contaram com rodadas de negócios organizadas pela SI/MDIC.

No que se refere ao fomento à construção de instalações para prestação de serviços de escalonamento industrial e semi-industrial, incluindo produção de lotes piloto, destaca-se a finalização e divulgação do “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética”, e a execução e divulgação do “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de nanotecnologias relacionadas a setores competitivos definidos no Plano Brasil Maior (PBM)”. Este último visou estimular o interesse dos empreendedores brasileiros ou estrangeiros no investimento em novas tecnologias com vistas à produção de insumos nanométricos e na prestação de serviços e/ou aperfeiçoamento de equipamentos para o setor de petróleo e gás (estratégico para o PBM), com vistas à exploração econômica do pré-sal. Ambos os estudos apresentam, em detalhe, informações sobre a viabilidade técnica e econômica das tecnologias abordadas, que inclui a fase de escalonamento e produção de lotes piloto.

Metas 2012-2015



• **Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 e 2014 foram realizadas as seguintes rodadas de negócios e atividades complementares para a promoção da interação entre empresas, academia e governo:

1) “Match-making” entre “clusters” de biotecnologia brasileiros e europeus, durante a realização da feira “BioPartnering Latin America”, realizada em setembro de 2013, no Rio de Janeiro (RJ). A SI/MDIC coordenou três dias de atividades que incluíram visitas a empresas de biotecnologia do polo Bio-Rio, apresentações de empresários e acadêmicos, mesas-redondas para discussão de instrumentos de apoio e políticas públicas para o desenvolvimento da indústria de biotecnologia, além de rodadas exclusivas entre representantes governamentais (“administration to administration”), entre representantes de empresas de biotecnologia (“business to business”), e entre os gestores de clusters e parques tecnológicos que abrigam tais empresas (“cluster to cluster”).

2) III Workshop “Nanotecnologias: da Ciência ao Mundo dos Negócios”, realizado em novembro de 2013, em Florianópolis (SC). O evento, organizado em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), recebeu um público de mais de 300 pessoas, entre empresários, potenciais investidores, acadêmicos e representantes governamentais. Os empresários tiveram a oportunidade de apresentar projetos e casos de sucesso para os demais públicos, visando o estabelecimento de parcerias com outros empresários e com o setor acadêmico para o desenvolvimento de produtos nanotecnológicos. Representantes do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNano) de todo o país apresentaram suas linhas de pesquisa e serviços disponíveis à iniciativa privada. Os representantes governamentais, por sua vez, apresentaram algumas das políticas públicas de incentivo à inserção de tecnologias inovadoras no setor produtivo, que poderão ser utilizadas nas parcerias academia-empresa formadas. Foram enfocados no evento os seguintes setores: têxtil, de saúde animal e humana, e metal-mecânica. Também durante o evento foi apresentado o “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de nanotecnologias relacionadas a setores competitivos definidos no Plano Brasil Maior (PBM)”, com vistas à exploração econômica do pré-sal.

3) Fórum dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) durante o evento BIO Latin America 2014 (Rio de Janeiro, setembro de 2014), em parceria com a ABDI. Na ocasião, representantes de 10 NITs, selecionados dentre os NITs de todo o país, apresentaram tecnologias e patentes depositadas da área de biotecnologia e disponíveis para licenciamento e outras formas de parceria para empresas e investidores. A SI/MDIC, ainda, promoveu um treinamento prévio ao evento dos representantes dos NITs para reuniões individuais de negócios (partnering).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as iniciativas compatíveis com as medidas da Agenda Estratégica do Plano Brasil Maior (PBM), foi concluído e divulgado estudo de diversificação da indústria química liderado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Regime de Incentivo ao Investimento na Indústria Química (Repequim) e o Regime de Incentivo à Inovação em Produtos de Origem Renovável na Indústria Química (Reiq-Inovação) encontram-se ainda sem previsão de implantação, em virtude das restrições fiscais para a concessão de novas desonerações.



Quanto à política de utilização do gás natural como matéria-prima, instituiu-se um grupo de trabalho envolvendo o BNDES, a Petrobras e a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (Abiquim) para construir uma proposta até dezembro de 2014. Até o momento não há posições conclusivas a respeito. No âmbito desse Grupo de Trabalho durante o primeiro semestre de 2014, houve reuniões para discussão de propostas. O MDIC não participa do GT, apenas o acompanha.

Metas 2012-2015

• Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano

Análise Situacional da Meta

A Petroquímica Suape iniciou a produção de ácido tereftálico (PTA) em Ipojuca (PE) em junho de 2013. A unidade tem condições de disponibilizar 700 mil t/ano, a depender da demanda. O atingimento da meta foi informado em 31/12/2013.

Quantidade alcançada

700.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	700.000	TON	700.000	31/12/2014

• Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi mensurada a meta, devendo ser atingida no período de vigência do PPA 2012-2015. O alcance da meta depende da conclusão da obra de Uberaba/MG e de Três Lagoas/MS. A obra de Três Lagoas está prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2015, já a obra de Uberaba permanece na terraplanagem, pois houve rescisão contratual com a construtora e a obra somente será retomada a partir da formalização de novo contrato, ainda sem previsão.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foi aprovada pelo CADE a privatização da INNOVA (empresa de capital da Petrobras) pela Videolar (empresa privada), devendo este projeto não fazer mais parte do PPA. Na hipótese de ocorrer a projetada expansão, a mesma deverá ser viabilizada pela Videolar.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano

Análise Situacional da Meta

A unidade de produção de poliéster e resina têxtil ainda não entrou em operação. A Petroquímica de Suape, em Ipojuca (PE) deverá estar em plena atividade no segundo trimestre de 2015 e os filamentos de poliéster e resina têxtil é o último item em sua escala de produção.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014



• **Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

A primeira etapa da planta de produção de resina PET, com capacidade de produção de 225 mil toneladas, entrou em operação em agosto de 2014, em Ipojuca (PE). A produção de PET na planta do Complexo PQS – Petroquímica de Suape/Ipojuca (PE) deverá atingir a sua plena capacidade no primeiro semestre 2015, quando entrará em operação a segunda etapa, também com capacidade de 225 mil toneladas, e todos os clientes tiverem finalizado seus testes de conformidade do produto e começarem a comprar em maior volume a produção de PET.

De acordo com sua escala de produção já estão produzindo PTA e PET, e na sequência entrará em produção, os filamentos de poliéster e resina têxtil.

Quantidade alcançada

225.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	450.000	TON	225.000	31/12/2014

• **Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deve ser atingida com a conclusão do projeto da unidade de Três Lagoas (MS), em fase de acabamento da obra, que deve entrar em produção no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dando continuidade à implementação do Plano Indústria, permanece indefinida a data para a formalização de Acordo de Cooperação Técnica, entre MDIC e representantes dos setores Químicos e Papel & Celulose, pelo qual se pretende discutir os parâmetros de coleta de informações desses setores.

No tocante às tecnologias de baixo carbono, O MDIC contratou estudo sobre tecnologias de baixo carbono na produção de ferro-gusa a partir de carvão vegetal, concluído no mês de novembro de 2014. Essas informações, conjuntamente com os resultados para os setores de ferro & aço, cal e vidro servirão de base para criação do banco de dados de tecnologias de baixo carbono. A criação do banco está prevista para o segundo semestre de 2015.

Metas 2012-2015

• **Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento da meta evolui dentro do previsto. A criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono está incluída no Plano de Ação do Plano Indústria e em discussão no âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPin).

Os estudos concluídos estão disponibilizados no site <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=4147&refr=3651>. Já os estudos dos setores de cal, vidro e ferro e aço, produzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram entregues no final de 2014, mas estão sendo revistos, para depois serem divulgados.



Considera-se que 65% das etapas da meta estão concluídos, porém o registro do alcance da meta (criação do banco) somente será feito ao final da execução.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior, está sendo implantado o Centro de Tecnologia Automotiva com o principal objetivo de pesquisa e desenvolvimento para incrementar a segurança e qualidade dos carros produzidos no país. O projeto executivo está em fase final de elaboração, e sua entrada em operação deve ocorrer no final de 2015 ou no início de 2016.

Em 2014 foram implantados 28 Programas de Avaliação da Conformidade com destaque para os setores automotivo e da construção civil, cujos principais programas foram: Líquidos para freios hidráulicos para veículos automotores; Baterias chumbo-ácido para veículos automotivos; Componentes automotivos; Instalação elétrica de baixa tensão e Blocos de concreto para Alvenaria. Ressaltam-se também outros programas implantados em 2014, que foram: Reatores eletromagnéticos para lâmpadas a vapor de sódio e lâmpadas a vapor metálico (Halogenetos); Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas, nas condições de gases e vapores inflamáveis; Berços infantis; Serviço de requalificadoras de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP); Dispositivo antifurto e tinta de segurança.

O Inmetro criou o site “Inmetro Inovação”, para contar com um canal de comunicação entre o governo e o setor produtivo, de divulgação das competências tecnológicas e condições de infraestrutura disponíveis, para o apoio à inovação e ao desenvolvimento industrial.

O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do Inmetro conta com a adesão de 36 fabricantes, com 576 modelos/versões que poderão exibir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) afixada em seus vidros, contendo informações quanto à eficiência energética, autonomia em km por litro de combustível e emissão de gases poluentes.

Na área da metrologia, o Brasil saiu da 17ª posição em 2010 para a 12ª posição em 2014 dentre os 96 países membros do Bureau Internacional de Pesos e Medidas, passando de 430 serviços de medição disponibilizados em 2010 para 560 serviços em 2014, apresentando nos últimos quatro anos um crescimento da ordem de 30%, com melhor capacidade de medição. Esse resultado reflete os investimentos do governo em infraestrutura e capacitação de pessoal para os laboratórios do Inmetro como referência nacional.

Em 2014, foram acreditados 9 organismos para verificação e validação em emissões de gases de efeito estufa, em programa que visa atestar a competência técnica em matéria de verificação de inventários de emissões, aumentando a inserção internacional das indústrias brasileiras.

Destaque-se a participação do Inmetro no projeto Nanovalid, que consiste em esforço de 24 parceiros europeus de 14 países diferentes e 6 parceiros do Brasil, Canadá, Índia e os EUA, para o desenvolvimento de um conjunto de métodos e materiais de referência confiáveis para a fabricação, caracterização físico-química, identificação de perigos e avaliação quanto à exposição com relação a nanomateriais artificiais.

Em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Instituto de Criminalística de São Paulo, o Inmetro desenvolveu métodos rápidos de análise por espectrometria de massa capazes de diferenciar cédulas bancárias falsas de verdadeiras e de identificar explosivos usados em explosões de caixas eletrônicos.

Foi lançado edital para as obras de infraestrutura do Parque Tecnológico do Inmetro, com previsão de início em 2015, estabelecendo importante espaço na atração de centros de P&D&I, unidades produtoras de insumos para P&D,



laboratórios com finalidades da pesquisa ao controle de qualidade, empreendedores e negócios nascentes, em um ambiente próprio à inovação colaborativa, com apoio da infraestrutura e corpo técnico do Inmetro.

Foi realizada pela primeira vez no Brasil consulta pública de um estudo de Análise de Impacto Regulatório (AIR), no caso em equipamentos para playground. O caráter inovador desta prática propicia mais transparência aos atos de governo e amplia a participação da sociedade nas decisões sobre regulamentos técnicos nas áreas de avaliação da conformidade de produtos, insumos e serviços, além de apoiar os regulamentadores a conhecer a pluralidade de opiniões sobre os temas regulatórios.

No que se refere ao apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente, o Inmetro tem apoiado o projeto “Caminho da Escola” iniciado em 2008, elaborando as especificações em avaliação da conformidade nas áreas de segurança e acessibilidade e de aprovação dos protótipos de ônibus escolares, que ultrapassou a marca de 31.800 ônibus inspecionados, beneficiando mais de 4,6 milhões de crianças em 5.491 municípios. Em 2014 foram inspecionados cerca de 3.500 ônibus.

Para conferir mais segurança ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foi concluída a norma de segurança na produção gráfica, permitindo a atividade da acreditação de organismos de certificação e inspeção.

No que concerne à iniciativa de promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão, foi ampliado o número de Programas de Avaliação da Conformidade, contemplando a figura do Registro de Objetos, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado e aumenta a efetividade do poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória. No ano de 2014 foram concedidos 9.896 registros de objeto, atingindo a marca de 22.898 registros concedidos desde 2011, quando o processo teve início.

O Inmetro vem trabalhando no aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e na implementação dos Planos de Trabalho e de Aplicação e Prestações de Contas nos 26 Órgãos da RBMLQ-I. Na comparação com o ano de 2013, o número de verificações periódicas de instrumentos de medição variou de 3.477.341 para 3.655.34 representando um crescimento de 5,12%, e o número de verificações após reparo variou de 546.921 para 623.372 representando um crescimento de 13,98%. Cabe ressaltar que todos os serviços de verificação que dependem exclusivamente do planejamento e da atuação dos Órgãos integrantes da RBMLQ-I obtiveram crescimento de 6,32% no período analisado, saindo de 4.024.262 para 4.278.716, podendo se destacar também o crescimento de 53,98% no número de instrumentos fiscalizados, que variou de 289.470 para 445.713.

Cabe destacar que o Inmetro tem dado especial atenção à implementação do controle metrológico de cronotacógrafos nos 26 Órgãos da RBMLQ-I, sendo que no período Janeiro a Dezembro de 2014 foram realizadas 744.278 verificações metrológicas e 231.389 fiscalizações, que corresponde a um aumento respectivo de 12,65% e 54,57% frente às 660.710 verificações e 149.694 fiscalizações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. A receita gerada de Janeiro a Dezembro de 2014 foi de R\$ 58.824.094,12 que corresponde a um aumento de 4,73% frente aos R\$ 56.169.039,11 de receita no mesmo período de 2013.

Com o objetivo de aumentar a eficácia no controle das relações de consumo, na promoção da justa concorrência e da proteção do cidadão, destacam-se as seguintes ações: verificação de mais de 27 milhões de instrumentos de medição tais como balanças, bombas de combustíveis e medidores de pressão arterial; fiscalização de 126.136 empresas na conformidade de produtos regulamentados pelo Inmetro; visita a 41.572 estabelecimentos para realizar 1.554.399 inspeções da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, em especial os que compõem a cesta básica; formação de 305 novos agentes fiscais para atuação em todo o território nacional e curso sobre fraudes eletrônicas em bombas medidoras de combustíveis.

Pelo convênio entre Inmetro e Receita Federal do Brasil, foram realizadas algumas operações conjuntas, destacando-se as de vigilância na importação para coibir a entrada de produtos que não atendam aos requisitos dos Programas de Avaliação da Conformidade. A operação em Cadeirinhas de Carro para Crianças verificou 37.820 unidades e outras operações verificaram 15.070 máquinas de cortar cabelo e 133.329 brinquedos.

O Inmetro iniciou a fase de testes de base de dados para cadastro de veículos e equipamentos de transporte de produtos



perigosos, que possibilitará ao Instituto e à Polícia Rodoviária Federal, em 2015, maior controle e efetividade nas operações de fiscalização no transporte destes produtos.

Com o intuito de combater fraudes em bombas medidoras combustíveis, foram ampliadas as ações de fiscalização nos postos de abastecimento, entre Inmetro, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Secretaria de Fazenda dos estados e Distrito Federal. Em 2015 será iniciado projeto de nova geração de bombas combustíveis, criando dispositivo transdutor fisicamente selado, que fará uso de criptografia digital e publicará o resultado inequívoco da medição através de interface sem fio.

No que se refere à colaboração de ensino, pesquisa e inovação o Inmetro utilizou seu Centro de Informação e Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade para capacitar em 2014, 257 profissionais dos postos de ensaios de cronotacógrafos, credenciados pelo Inmetro para a realização dos ensaios previstos na legislação metrológica.

A fim de disseminar a cultura em metrologia e avaliação da conformidade no segmento acadêmico, o Inmetro, em parceria com a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro POLI-UFRJ, vem desenvolvendo disciplina sobre Fundamentos da Metrologia e Avaliação da Conformidade. Nesse sentido, também, realizou um projeto piloto, com a participação de sua Superintendência do Rio Grande do Sul, ofertando um Curso Básico em Metrologia Legal para o público externo ao Inmetro, procurando atender candidatos com nível médio completo, com formação técnica em mecânica, mecatrônica, automação industrial, eletromecânica, eletroeletrônica, eletrotécnica, eletrônica, elétrica ou química.

Metas 2012-2015

• Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa **Análise Situacional da Meta**

Com o objetivo de construir ampla base de apoio à inovação nas empresas, estimulando a conexão entre grupos científicos de alto nível e empresas demandantes de soluções inovadoras, está sendo ampliada a Rede de Laboratórios Associados ao Inmetro para Inovação e Competitividade (RELAJ), em parceria com universidades, centros de pesquisa e agências de fomento federais. Até o final de 2014 foram implantados dois Laboratórios Associados, o de Nanoespectroscopia, ligado ao Departamento de Física da UFMG, implantado em 2013, e o de Materiais Cerâmicos, ligado ao Instituto de Materiais Cerâmicos da Universidade de Caxias do Sul (UCS), implantado em 2014. Espera-se que a meta de 10 laboratórios associados seja alcançada no final de 2015.

A dificuldade enfrentada em 2014 foi o atraso na publicação de edital para a qualificação de novos laboratórios associados. O edital CAPES/Inmetro N º 076/2014 para implantação da Rede de Laboratórios Associados ao Inmetro para Inovação e Competitividade foi publicado no final de dezembro.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada foi superada antes de 2015, consequência dos seguintes fatores:

- novas organizações têm solicitado acreditação em áreas que já possuem organizações acreditadas, demonstrando que ainda há mercado disponível para atuação de novos organismos e laboratórios, podendo ser em decorrência do crescimento industrial;
- publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos e laboratórios acreditados para prover confiança em produtos e serviços à sociedade;
- adoção de práticas de gestão, ferramentas de trabalho internas e processos automatizados no Inmetro que proporcionam maior agilidade na condução e conclusão dos processos de acreditação;
- maior interação com órgãos regulamentadores, o que tem gerado um aumento significativo na quantidade de



solicitações de novas creditações, em grande parte derivadas de regulamentos emitidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo;

e) novas regulamentações nos setores automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos, de eletromédicos e de certificação de implantes mamários também foram responsáveis por parte do aumento da demanda por creditações.

Quantidade alcançada

1.509

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo se cumpre na medida em que os Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval avançam em seus propósitos. Em relação ao tema “produtividade de estaleiros”, o MDIC iniciou tratativas com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a qual pretende estabelecer parceria visando à contratação de estudo para desenvolvimento de indicadores de produtividade na construção naval e a expectativa é de formalizá-la em 2015, para a qual já há dotação orçamentária prevista.

Quanto ao tema “recursos para inovação”, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) realizou audiência pública, em agosto de 2014, para viabilizar a proposta de utilização dos recursos da cláusula de P&D dos contratos de operadoras junto à ANP. Diante das inúmeras propostas de alteração sobre a audiência pública, a ANP informou que deverá refazer o processo, e nova audiência está prevista para janeiro de 2015.

No que se refere ao tema “Apoio ao Desenvolvimento de Empresas de Conteúdo Tecnológico”, foi construída proposta de dispositivo para integrar o Projeto de Lei nº 2177, de 2011, com o objetivo de conceder tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país e às empresas de base tecnológica (EBT), todavia o projeto de lei não tem previsão de votação.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

**Análise Situacional da Meta**

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

OBJETIVO: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo se cumpre com o apoio de iniciativas implementadas tanto pelo BNDES, quanto pela APEX-Brasil. A meta foi plenamente atingida, na medida em que o BNDES, por meio de linhas de crédito fomentou projetos de investimentos de empresas de capital nacional no exterior e, a APEX Brasil, paralelamente, atuou com a disponibilização de serviços de inteligência customizada, envolvendo diversos aspectos relacionados à estruturação do processo de internacionalização de empresas.

Metas 2012-2015

- **Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 79 empresas brasileiras solicitaram um total de 106 serviços aos Escritórios da Apex-Brasil no Exterior. Também, 81 empresas usufruíram dos serviços de incubação dos escritórios da Agência no exterior neste mesmo ano.

Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou ao longo do ano de 2014 R\$ 481.318.567,00 para a linha de Internacionalização de Empresas, tendo sido o valor total acumulado no período 2012-2014 somente para essa linha R\$ 1.320.902.490,00.

No ano de 2014, portanto, computa-se a internacionalização de 81 empresas, as quais utilizaram serviços para instalação local por meio dos escritórios da APEX no exterior, sendo que 23 empresas foram internacionalizadas no primeiro semestre de 2014 e 58 no segundo semestre. Para o período de 2012-2014, somam-se 110 empresas internacionalizadas, refletindo um total cumprimento da meta desenhada e expressando sucesso da atuação dos mencionados escritórios. O importante aporte financeiro disponibilizado pelo BNDES também foi decisivo para esse trabalho, proporcionando, inclusive, o processo de internacionalização de um número muito maior de empresas do que



se pretendia inicialmente. Essas ações possuem caráter de desenvolvimento contínuo e provavelmente permanecerão sendo interessantes para ambas instituições

Obs.: O dado da meta é cumulativo.

Quantidade alcançada

110

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	30	unidade	110	31/12/2014

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, a disseminação da propriedade industrial alcançou 13 mil pessoas por meio de várias ações e atendimentos em estandes de eventos científicos e técnicos realizados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em todo o País. Ademais, o total de atendimentos e orientações feitas pelas unidades regionais foi de 88.200.

Na área de Cooperação Nacional destaca-se a assinatura de novos Acordos de Cooperação Técnica, dentre outros, a saber: (i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de identificar oportunidade de melhoria nas diretrizes e procedimentos de uso da Propriedade Intelectual (PI), nos mecanismos de apoio à Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I), bem como promover a disseminação e capacitação sobre o tema para um melhor uso do sistema de proteção do intangível, visando ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico do País; (ii) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que resultará em ações voltadas à normalização, suporte à análise espacial, difusão e o fortalecimento das Indicações Geográficas (IG) no Brasil, contribuindo para o acesso, o uso e o aprimoramento de informações e procedimentos relativos à delimitação da área geográfica e aspectos correlatos em conformidade com o Sistema Cartográfico Nacional e a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE); (iii) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a fim de apoiar a capacitação e o desenvolvimento de novos conhecimentos na área de PI. Esse apoio será por meio do oferecimento de bolsas de estudo para os cursos de Mestrado Profissional e Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI; (iv) Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), dando continuidade às ações em conjunto relacionadas à disseminação do tema entre os pesquisadores do Inmetro, além de buscas e estudos voltados para Informação Tecnológica; (v) Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), com o objetivo de troca de informações técnicas para a elaboração de estudos e pesquisas sobre PI e desenvolvimento econômico do Brasil.

Quanto às ações da Academia da Propriedade Intelectual e Inovação, destacam-se: edição do curso EaD de extensão de nível básico com 2.029 participantes; e entrada de sete novos doutorandos e 20 novos mestrando. Ademais, foram realizados 28 cursos de curta duração na Sede do INPI, incluindo capacitação para 100 Agentes Locais de Inovação (ALIs) do Sebrae.

No tema de cooperação com o sistema internacional de PI, foram realizadas 15 atividades no âmbito de seus dois Acordos de Cooperação Técnica para melhorar o uso dos procedimentos técnicos e administrativos, e aprimorar o acesso de diversos setores da sociedade, bem como de países em desenvolvimento, à cultura de propriedade intelectual. Essas atividades se constituem, em sua maioria, em missões técnicas de especialistas internacionais que vêm ao Brasil a fim de



compartilhar experiências e melhores práticas.

O Sistema de Cooperação sobre Aspectos de Informação Operacional e de Propriedade Industrial – PROSUL avançou rumo à consecução dos objetivos previstos em seu escopo. Destaca-se a renovação do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) até 2017, dando início à Fase II do PROSUL. Com isso, os projetos de cooperação em patentes, marcas, comunicação e informação tecnológica poderão ser desenvolvidos e aprimorados. O INPI tem participado de atividades de capacitação que fomentam a estruturação de IGs no País, em consonância com as políticas públicas do governo federal, além das discussões relativas à IG no Grupo Interministerial da Propriedade Industrial (GIPI), na Câmara Setorial da Cachaça, no Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura (MAPA) sobre o queijo artesanal e no Grupo de Estudos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com o Sebrae, foram publicados quatro novos livros sobre IGs brasileiras, com destaque para os de Café, Vinhos e Artesanato.

No tocante à implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), objeto do Termo de Cooperação entre INPI e Inmetro, a fase de construção do edifício, sob a responsabilidade deste último, foi paralisada em 2013. Constituiu-se um grupo de trabalho composto por representantes do INPI e do Inmetro para proceder à revisão do projeto para a nova licitação.

Quanto ao Centro de Disseminação da Informação Tecnológica (CEDIN), foi concluída a renovação do acesso aos Bancos de Dados Epoque (por mais cinco anos) e Dialog (até junho de 2015). A contratação do Banco de Dados STN foi efetivada, assim como a da ferramenta Vantage Point. Além disso, um módulo especialmente desenvolvido em parceria com a OMPI do programa de limpeza e indexação de imagens WIPOScan foi implantado no INPI com consideráveis ganhos de produtividade na geração dos documentos brasileiros de patentes. Ainda por meio desta parceria, finalizou-se o processo de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) da documentação brasileira publicada até dezembro de 2012. Esse processo de OCR é contínuo e esta documentação é incorporada ao PatentScope (base de dados da OMPI), ao Escritório Europeu de Patentes (EPO) e no Portal Latipat. Em parceria com o Escritório Coreano de Patentes, foi disponibilizado intercâmbio da coleção completa das patentes coreanas, com resumos em inglês. Assim, há um total de 18 escritórios/organizações de patentes com os quais o INPI realiza intercâmbio de documentação.

Com foco na expansão dos serviços que fomentam o uso estratégico da informação tecnológica, o CEDIN desenvolveu no primeiro semestre de 2014 estudos setoriais de monitoramento tecnológico em parceria com atores do sistema nacional de inovação e dois Radares Tecnológicos, além do projeto do calendário de patentes a expirar, que é uma remodelação da área do Portal do INPI denominada “Patentes em Aniversário”, a fim de facilitar a recuperação dos dados pelos usuários externos. Em relação ao e-buscas, foi elaborado um tutorial básico de busca em documentação patentária nacional e, para buscas em documentação de outros países, as bases Latipat e Espacenet. Inseriu-se também no e-buscas um tutorial anexo referente à Classificação Internacional de Patentes. O objetivo é prestar assistência remota ao usuário, em seus passos iniciais na busca de informação tecnológica nas bases gratuitas de patente. No âmbito dos estudos setoriais, desenvolveu-se a segunda oficina de monitoramento tecnológico em oncológicos em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e apoio do Instituto Nacional de Câncer. Em parceria com a Agência Brasileira da Inovação, foi desenvolvido um estudo sobre tecnologias voltadas para doenças hipertensivas. Com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), houve apresentação e levantamento de dados referentes a informações tecnológicas contidas em patentes para seis comissões setoriais dessa Associação. Quanto ao Radar Tecnológico, ele é um novo produto de informação tecnológica desenvolvido com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão na indústria por meio de um relatório estatístico setorial. O primeiro Radar Tecnológico desenvolvido teve como tema o tratamento e o acabamento de couro, que foi validado pela comissão setorial de produtos químicos para couro da Abiquim no segundo semestre de 2014. O segundo Radar Tecnológico seguiu o tema do estudo desenvolvido em parceria com a Finep e apresenta, no formato de infográfico, as informações sobre o setor de anti-hipertensivos.

O Portal Periódicos Capes tem sido amplamente utilizado pelo INPI, especialmente no contexto acadêmico e para fins de busca e exame de patentes. Em 2014, o acesso às bases de dados disponibilizadas para o Instituto tornou-se gratuito, em virtude do aumento da nota do Mestrado Profissional, gerando grande economia de recursos para o INPI. Além disso, a Autarquia também passou a ter acesso a mais bases de dados, de 95 em 2013, para 107 em 2014.



Os esforços de aumento da eficiência do Instituto continuam sendo desenvolvidos pela área de Tecnologia da Informação. Destaca-se o sistema de depósito eletrônico de patentes - e-Depósito -, operando desde março de 2013 e que tem permitido a entrega de documentos relacionados a pedidos de patentes na forma digital, o que representa uma economia significativa de recursos que seriam destinados à digitalização e guarda do documento entregue em papel. Em 2014, 70% dos documentos foram apresentados de forma eletrônica. Estima-se ser este o limite na proporção de documentos eletrônicos frente ao papel, e que para o alcance máximo será necessário um meio alternativo de peticionamento eletrônico, de uso simplificado.

Em dezembro de 2014, completou um ano e meio da implantação do IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Após a fase de consolidação, os ganhos operacionais e gerenciais esperados foram obtidos. Além disso, devido ao programa de transferência de conhecimento entre a OMPI e o INPI, este instituto passou a ter mais autonomia para gerenciar e modificar alguns aspectos do sistema, possibilitando otimizar fluxos de trabalho e procedimentos. Em paralelo, o e-Marcas, sistema de depósito pela internet implantando em 2006, já corresponde a cerca de 95% dos depósitos.

Foram iniciados os testes do Formulário Eletrônico de requerimentos de registro e petições do e-Contratos de Tecnologia e implantado o Formulário Eletrônico de exame do e-Desenho Industrial. Também foi implementada a padronização da numeração dos requerimentos de averbação ou registro de contratos e faturas, seguindo o padrão internacional sugerido pela OMPI.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram capacitadas 3.168 pessoas. Em 2013, foram capacitadas 4.027. Em 2014, foram capacitadas 3.110, o que representa 62,2% da meta de 5.000 pessoas em 2015.

Ressalte-se que a meta é anual, e não cumulativa.

Quantidade alcançada

3.110

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicados 56 trabalhos. Em 2013, foram publicados 65. Em 2014, foram 63 publicações. 2014 foi um ano atípico, com a Copa do Mundo, por exemplo, o que impactou o total de congressos no período. Apesar disso, o total de publicações foi maior do que a meta estabelecida.

Ressalte-se que esta meta é anual, e não cumulativa.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve 4.334 registros de desenho industrial. Em 2013 foram concedidos 2.656 registros de desenho industrial. Em 2014, foram 4.339 concessões de registro de desenho industrial.

Esse resultado pôde ser alcançado devido ao desenvolvimento e implementação da tela de exame eletrônico de primeira instância de pedidos de registro desenho industrial; ao ingresso de três novos servidores na Divisão de DI; e aos resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho de Exame de Primeira Instância de Desenho Industrial, criado com o



objetivo de reduzir o backlog de pedidos de DI, que contou com servidores da Segunda Instância.

Quantidade alcançada

4.339

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem**

Análise Situacional da Meta

O INPI recebeu 12 depósitos de pedidos de registro em 2014. Foram concedidas 3 indicações geográficas. A concessão é condicionada ao número de pedidos de registro depositados e ao cumprimento à legislação vigente.

Considerando os resultados obtidos em 2012, de 21 registros concedidos (10 indicações de procedência e 11 denominações de origem), em 2013, de 7 registros (5 IP e 2 DO), e em 2014, 3 registros de IP, o resultado acumulado até 2014 é de 31 IG concedidas, sendo 18 IP e 13 DO.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

- **Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram desenvolvidas atividades de disseminação de propriedade intelectual (PI) em 39 Instituições Públicas de Ensino Superior (IES). Em 2013, foram realizadas atividades em 35 IES e, em 2014, o número foi de 32 IES.

Somando-se os números dos três últimos anos, tem-se 106 instituições públicas de educação superior brasileiras contempladas com a disseminação da cultura de PI, representando 86% da meta a ser alcançada até 2015.

Esta meta é cumulativa.

Quantidade alcançada

106

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi descontinuada por não mais refletir os procedimentos do fluxo de análise dos pedidos de patente, uma vez que sofreram alterações com a implantação do novo sistema "EPTOS" (depósito online de patentes) em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2013

- **Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame**

Análise Situacional da Meta

Houve uma redução da estimativa de tempo até o primeiro exame de 74,42 meses em 2013 para 41,6 meses em 2014. Este resultado deveu-se ao aumento do número de examinadores de 69 (2013) para 102 (2014) e às ações de informatização (Sistemas eMarcas e IPAS).

Em dezembro de 2014, a capacidade de processamento era superior à demanda. Todavia, a meta de 9 meses, em 2015, provavelmente não será atingida porque as últimas contratações demoraram a ser realizadas e os concursos anteriores foram seguidos de evasão. Por isso o estoque de pedidos de registro de marcas a serem examinados (backlog) se manteve alto (501.785 pedidos).

**Quantidade alcançada**

41,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 registrou-se um tempo médio de 87,9 meses para a decisão final dos pedidos de patentes. Em relação a 2013 (90,3 meses), observou-se recuo no prazo médio de decisões finais. No entanto, estima-se que a meta prevista para 2015 não será alcançada. Este resultado se deve a não concretização de fatores condicionantes considerados para o alcance da meta, principalmente quanto à retomada e normalização do serviço de digitalização e ao preenchimento de vagas para a função de examinador de patentes. O concurso para o preenchimento de 100 vagas de examinadores ocorreu em dezembro de 2014 e a contratação da nova empresa prestadora do serviço de digitalização dos processos ainda não aconteceu.

Quantidade alcançada

87,9

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2008	529	31/12/2012	644
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,55	31/12/2012	0,56
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,6	31/12/2012	1,74
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,17	31/12/2012	1,24
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R\$ milhão	31/12/2010	800	31/12/2013	1.500
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus	unidade por ano	31/12/2011	46.933	31/12/2013	56.017
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2009	1.421	31/12/2013	1.804
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2009	2.678	31/12/2013	3.432
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425	31/12/2011	5.609
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046	31/12/2011	94.646
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	31/12/2011	2,28	31/12/2013	2,47
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2008	47,67	31/12/2012	45,07
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2008	7.873	31/12/2012	7.692
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,3	31/12/2014	34,95

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.



Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A realização do conjunto das metas definidas e em andamento agrega valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), uma vez que promove constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma atuação voltada ao desenvolvimento nacional, em uma singular parceria com diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. Exemplo disso são as parcerias firmadas com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, superação dos gargalos relativos à C,T&I e redução das desigualdades regionais.

A ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa tem-se demonstrado uma estratégia essencial, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local.

A ampliação do apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do CNPq, tem apresentado resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo inovativo e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Superar a meta de 10 mil projetos de pesquisa apoiados demonstra todo o esforço pró-ativo que o CNPq vem realizando no sentido de maximizar sua capacidade de fomento, racionalizando seus processos internos de trabalho, melhorando a interação com as outras agências de fomento e incrementando as parcerias, e com isso os recursos voltados à pesquisa, com diversos órgãos governamentais e instituições públicas e privadas tornando-se um agente essencial na execução de políticas públicas.

Metas 2012-2015

• Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq

Análise Situacional da Meta

A ampliação do número de projetos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vem contribuindo para o desenvolvimento do país, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação entre o sistema produtivo e com a sociedade.

A meta prevista foi superada. Só o edital universal apoiou cerca de 4.000 projetos em 2014.

A ampliação do apoio a projetos de pesquisa apresenta resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Quantidade alcançada

11.754

Data de Referência

31/12/2014

• Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015

Análise Situacional da Meta

As parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas: Programa de Apoio a Núcleo de Excelência (PRONEX), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM), Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, Programa Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAe) com as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, dentre outros. Os dados de 2014 ratificam o sucesso dessa estratégia: já foram firmados um total de 76 convênios envolvendo todas as unidades da federação, o que resultou tanto na ampliação de recursos voltados à ciência, tecnologia e inovação, como no número total de projetos apoiados.

Cabe esclarecer que, a partir de entendimento com a Controladoria-Geral da União (CGU), consideramos como



firmados apenas os convênios cadastrados no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), na condição de assinados, não considerando mais os convênios exaustivamente acordados mas ainda não cadastrados no SICONV. Por isso a aparente redução da meta alcançada em 2014 em relação à apresentada em 2013.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Quanto aos ativos de propriedade intelectual, os arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) da Amazônia (AMOCI e Rede Namor) se consolidaram, com o primeiro congregando 26 NITs em toda a Amazônia Ocidental e o segundo, 12 NITs na Amazônia Oriental. Ambos foram institucionalizados em 2014. O Instituto Mamirauá, com apoio do MCTI, inaugurou sua incubadora de empresas.

A infraestrutura laboratorial também foi ampliada. Foi criado o primeiro centro de pesquisa em quelônios da Amazônia (Cequa) e equipamentos de alta tecnologia foram adquiridos, como no caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, que adquiriu um espectrômetro de massas para seu Laboratório de Análises Químicas.

Quanto à expansão da infraestrutura de rede, foram incorporadas à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) diversas unidades de ensino e pesquisa em todos os estados da Amazônia, inclusive em áreas muito remotas, como por exemplo, Cruzeiro do Sul, no Acre.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**

Análise Situacional da Meta

Houve redução do número de bolsas de 113 para 54 em decorrência de dificuldades com o convênio 002/2011, firmado com a Fundação de Defesa da Biosfera (FDB), e o reajuste dos valores das bolsas, em dezembro de 2013. Havia um saldo remanescente relativo a bolsas de pesquisas que não foram implementadas no período de outubro de 2013 a abril de 2014, porém não suficiente para cobrir o reajuste. Esses fatos levaram a Suframa a adequar o Plano de Trabalho do referido convênio de maneira a manter o número de bolsas e aumentar o prazo de vigência do convênio até dezembro de 2014. Por isso, no período janeiro a junho de 2014, foi mantido o quantitativo de 54 bolsas, até que seja realizado o chamamento público para seleção da nova Instituição que irá gerir as atividades de operação e manutenção desenvolvidas no CBA.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters**

Análise Situacional da Meta

De acordo com Termo de Compromisso de Gestão (TCG) 2013/2014 do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), houve um aumento de 12% no Índice de Publicações do SCI (Science Citation Index).

Quantidade alcançada

3,98

Data de Referência

31/12/2014



- **Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais**

Análise Situacional da Meta

A ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) está em parte concluída, com cerca de 60% de execução física.

Um passo importante alcançado em 2013 foi o início das atividades científicas no biotério recém-implantado, equipado com aparelhos de climatização, mobiliário, sistema de purificação de ar e outros equipamentos relacionados ao seu pleno funcionamento. Também foram concluídas em 2013 as obras de construção do prédio da Estação Experimental de Fruticultura Tropical e do Depósito de Materiais Radioativos no Campus I do INPA.

Em 2014 foram concluídas as obras de Reforma do Pavilhão anexo da Coordenação de Apoio Técnico e Logístico no Campus I.

- **Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)**

Análise Situacional da Meta

A execução das bolsas que seria realizada mediante convênio tripartite firmado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)/CT-PIM, em que a FAPEAM atuaria como executora financeira, não ocorreu.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No que diz respeito à inovação nas unidades de pesquisa, foram consolidados os arranjos de núcleos de inovação tecnológica. Analisando com base em série histórica iniciada em 2002 foi enorme o avanço em depósito de ativos de propriedade intelectual (PI). A média saltou de dois ativos por ano (para o conjunto de unidades do MCTI) para 58,67 ativos por ano. Embora o número ainda não seja competitivo do ponto de vista internacional, há de se considerar a histórica vocação das unidades do MCTI para a pesquisa científica clássica; e o corpo funcional das unidades, cujos pesquisadores em sua maioria não têm uma cultura empreendedora. Mesmo assim, unidades como Observatório Nacional, Laboratório Nacional de Astrofísica e Museu Paraense Emílio Goeldi já depositam ativos com mais frequência e participam ativamente de seus respectivos arranjos.

Já a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (Embrapii) consolidou suas atividades, com a integração das três unidades piloto (IPT – Tecnologias de Materiais de Alto Desempenho; SENAI CIMATEC – Manufatura Integrada e INT– Tecnologia Química Industrial); com o lançamento de chamadas públicas para seleção de unidades Embrapii e sua contratação, diversificando seu escopo de competências; e com o credenciamento de polos formados por unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Embora ainda não tenhamos o número consolidado para 2014, há forte tendência de cumprimento das metas de publicações e processos técnicos. O Programa de Capacitação Institucional (PCI) continua importantíssimo para o atingimento destas metas. Só em 2014 foram contratadas 953 bolsas, que por sua vez carecem de reajuste, uma vez que seus valores estão congelados desde 2011.

Em termos de parcerias internacionais, estão em forte andamento as tratativas para engajamento do Brasil (e das unidades



do MCTI) no projeto Large Synoptic Survey Telescope (LSST), um dos maiores telescópios do planeta, que terá a maior câmera digital do mundo. No mesmo sentido, estão em andamento iniciativas como o projeto Torre Alta da Amazônia, capitaneado pelo INPA; o experimento Large Hadron Collider beauty (LHCb), o maior acelerador de partículas do mundo, com participação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); o LIneA – Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (constituição de um grande banco de dados de astronomia, dentro de um Programa Internacional), com a participação do CBPF, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e Observatório Nacional (ON), todas Unidades de Pesquisa do MCTI).

Quanto à infraestrutura, destacam-se a criação de 10 novos laboratórios multiusuários; a expansão da rede da RNP para 288 novos pontos; a criação do Núcleo Regional do CETEM em Cachoeiro do Itapemirim; e o lançamento da pedra fundamental do Projeto Sirius, a nova fonte de luz síncrotron brasileira, cujos investimentos são da ordem de 1,3 bilhões de reais.

Em termos de realizações, destaca-se o recebimento da maior honraria oferecida a um matemático, a medalha Fields, ao pesquisador Artur Ávila, do Instituto de Matemática Pura Aplicada.

Foram criadas quatro novas unidades de pesquisa em 2014: o Centro de Tecnologias Estratégicas da Região Nordeste (CETENE), o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e o Instituto Nacional de Águas (INA). Destes, o CETENE já se encontra em pleno funcionamento. O INMA, que constituía anteriormente um museu ligado ao Ministério da Cultura, está em franco processo de transição para a estrutura do MCTI, com a criação de uma comissão para transferência de bens, a implantação do programa PCI, a incorporação à rede da RNP e o repasse de recursos financeiros. O INPP teve seu edifício finalizado no campus da UFMT em Cuiabá (atualmente o edifício está ocupado por redes de pesquisa da universidade) e encontra-se sob gestão do Museu Goeldi. Foram tomadas medidas para o estreitamento da parceria com a UFMT com vistas a viabilizar sua manutenção e foi cedido um servidor, então lotado na sede em Brasília, para exercer suas funções no Instituto. O INA ainda não teve iniciadas suas atividades.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI (PcTD) de 0,83 para 0,95**

Análise Situacional da Meta

O preenchimento definitivo deste campo depende de informações advindas dos relatórios anuais dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das Unidades de Pesquisa. A entrega dos relatórios atrasou em função das mudanças que ocorreram na Administração do MCTI em 2014, que por sua vez geraram atraso na assinatura dos TCG. A previsão para o recebimento de todas as informações é a segunda quinzena de março de 2015. De toda forma, considerando os dados enviados nos relatórios semestrais, há forte tendência de atingimento da meta, pois todas as unidades cumpriram com suas metas pactuadas para o semestre.

Quantidade alcançada

1,24

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCTI**

Análise Situacional da Meta

Foram depositados 49 ativos no ano de 2014. Comparando este ciclo de gestão com o anterior, e mais ainda, com uma série histórica iniciada em 2002, os avanços foram muito significativos. Saltou-se de uma média anual de dois depósitos por ano em 2002 para os 49 atuais. Considerando este e o último ciclo, foram depositados entre 2012 e 2014, 176 ativos. E em todo o último ciclo de gestão, 159. Frisa-se também que a maior parte das unidades tem forte vocação para a pesquisa científica e não para o desenvolvimento tecnológico. Atualmente, mesmo unidades como o



Observatório Nacional e o Laboratório Nacional de Astrofísica, historicamente dedicados à produção científica tradicional, geram ativos de PI.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

• **Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCTI de 1,85 para 2,20**

Análise Situacional da Meta

O preenchimento definitivo deste campo depende de informações advindas dos relatórios anuais dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das Unidades de Pesquisa. A entrega dos relatórios atrasou em função das mudanças que ocorreram na Administração do MCTI em 2014, que por sua vez geraram atraso na assinatura dos TCG. A previsão para o recebimento de todas as informações é a segunda quinzena de março de 2015. De toda forma, considerando os dados enviados nos relatórios semestrais, há forte tendência de atingimento da meta, pois todas as unidades cumpriram com suas metas pactuadas para o semestre.

Quantidade alcançada

2,32

Data de Referência

31/12/2014

• **Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram conectados 288 novos campi pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O Programa Veredas Novas, de interiorização da rede Ipê, alcançou 60% da meta de conectar todos os campi do interior a 100 Mb/s ou 1 Gb/s, com ampliação significativa da base de fornecedores. Foi implantada solução de infraestrutura para as conexões internacionais para os EUA em parceria com a Ansp, com uma saída de 40 Gb/s, 20 Gb/s pelo Atlântico e 20 Gb/s pelo Pacífico, a partir de São Paulo e também de Fortaleza. Foi finalizada a implantação da rede metropolitana do Rio de Janeiro, a maior rede metropolitana acadêmica da América Latina, tanto em extensão quanto em capacidade. Ocorreu também a implantação do serviço de conferência web com a plataforma aberta Mconf, desenvolvimento do appliance fone@RNP, trazendo redução de custos de implantação, e expansão do eduroam para além das fronteiras dos campi das universidades. Foi realizado o lançamento do serviço FileSender@RNP, que viabiliza, de maneira simples, o envio de arquivos grandes entre usuários da rede por meio de uma interface web. A Rede Universitária de Telemedicina (Rute) atingiu a marca de 108 núcleos implantados e 67 grupos de interesse especial. Foram capacitadas 36.496 pessoas-hora em cursos oferecidos pela Escola Superior de Redes. Em 2014 ainda ocorreu a transmissão em super alta definição (8K) dos jogos da Copa do Mundo FIFA, e a implantação de dois Centros de Dados, em Manaus e Recife.

Quantidade alcançada

288

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	71	unidade	27	31/12/2014
Região Nordeste	216	unidade	94	31/12/2014
Região Norte	111	unidade	42	31/12/2014
Região Sudeste	186	unidade	62	31/12/2014
Região Sul	138	unidade	63	31/12/2014

• **Criar 5 laboratórios multiusuários no país**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram criados os seguintes laboratórios multiusuários: Laboratório de Energia Fotovoltaica do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer; Laboratório de Modelagem Molecular, Laboratório de Pesquisas



Gemológicas (LAPEGE), Núcleo Regional de Cachoeiro do Itapemirim (voltado para pesquisa e desenvolvimento em rochas ornamentais) do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); e Centro de Estudos de Quelônios da Amazônia (Cequa), finalizado em 2014 e inaugurado em janeiro de 2015, do INPA.

No Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) foram abertas cinco novas instalações aos usuários externos: uma linha de luz, a IR (Espectroscopia de Infravermelho); um equipamento de simulação termomecânica (XTMS) que opera acoplado a linha XRD1 (Difração de Raios X); o Laboratório de Desenvolvimento de Processos (LDP); o Laboratório de Materiais Nanoestruturados (LMN); e a Planta Piloto de Desenvolvimento de Processos (PPDP), incluída no Portal de Usuários a partir de janeiro de 2014.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	10	31/12/2014

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O SIBRATEC, Sistema Brasileiro de Tecnologia, está subdividido em três componentes: Centros de Inovação, Extensão Tecnológica e Serviços Tecnológicos. O SIBRATEC é um dos principais instrumentos de integração de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação e de competitividade, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Em 2014 foi implementada uma rede nova de Serviços Tecnológicos de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia, totalizando 19 Redes de Serviços Tecnológicos e permanecendo as 13 Redes de Centros de Inovação e 22 Redes de Extensão Tecnológica. Ressaltam-se como resultados das Redes SIBRATEC em 2014:

- Redes SIBRATEC de Centros de Inovação – A contratação de 14 projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas, totalizando 31 projetos, no valor total de R\$56,3 milhões. As empresas beneficiadas foram as micro e pequenas (81%) e as médias (16%).

- Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos – A realização de mais de 1,5 milhão de ensaios e calibrações de produtos pelos laboratórios das Redes, beneficiando mais de 380 mil empresas brasileiras; o apoio ao fortalecimento da infraestrutura laboratorial para ensaios de produtos com nanotecnologia, o MODERNIT – Sisnano, visando constituir uma nova Rede de Serviços Tecnológicos do SIBRATEC; a realização do workshop das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos no 14º Congresso Enqualab-RESAG; a implantação da rede de Desempenho em Edificações Habitacionais; a consolidação da implantação do sistema de informações estratégias deste componente e o apoio à infraestrutura laboratorial do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), unidade de Pesquisa do MCTI, para suporte ao setor de Gemas e Joias.

- Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica – A realização de 3.287 atendimentos para micro, pequenas e médias empresas. As empresas atendidas foram principalmente as micro e pequenas empresas. Houve continuidade de apoio para a consolidação de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica implantadas (SP e SC) e do fortalecimento do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), que em 2014 atendeu a 2.328 demandas, elaborou 1.005 respostas técnicas, dois dossiês técnicos e 1.325 informações referenciais, de forma gratuita, por meio da Rede de instituições e especialistas. Foi iniciada a elaboração de um Manual de Extensão Tecnológica do SIBRATEC. Em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi realizado o Workshop Internacional de Boas Práticas em Extensão Tecnológica.

Foram finalizados o processo de avaliação dos componentes SIBRATEC por consultores da Organização das Nações



Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e a proposta de sistema de monitoramento e indicadores do Programa, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). As conclusões desses trabalhos proporcionarão ações de melhoria nos componentes e o aperfeiçoamento do programa.

Metas 2012-2015

• Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos**Análise Situacional da Meta**

Em 2014 foram realizados mais de 560 mil ensaios e calibrações, totalizando desde 2013 1,5 milhão de ensaios e calibrações executados, pelos 259 laboratórios das Redes, distribuídos em 11 estados da federação, beneficiando mais de 380 mil empresas.

Quantidade alcançada

560.000

Data de Referência

03/02/2015

• Realizar 1.500 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica**Análise Situacional da Meta**

Em 2014 foram realizados 229 atendimentos, totalizando 3.278 atendimentos realizados entre 2009 e 2014, para 2.788 micro, pequenas e médias empresas. As empresas atendidas foram principalmente as micro (49%) e pequenas empresas (35%). Houve continuidade de apoio para a consolidação de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica implantadas (SP e SC).

Por outro lado, houve dificuldades para a renovação dos projetos de seis Redes (PA, CE, BA, MG, PR, RS) e dificuldades de desembolso de recursos para uma Rede de alto desempenho (SC), o que causou grande impacto nos resultados de 2014.

Quantidade alcançada

229

Data de Referência

03/02/2015

• Ter em curso 80 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas**Análise Situacional da Meta**

Em 2014 foram contratados 14 projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas, totalizando 31 projetos, no valor total de R\$56,3 milhões. As empresas beneficiadas foram as micro e pequenas (81%) e médias (16%), confirmando que esse componente proporciona alcance do financiamento da inovação às MPME.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

03/02/2015

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foi realizada a execução do Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior), desenhado no contexto do Plano Brasil Maior, para atuar na promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de software e serviços de tecnologia da informação, com impacto em diversos segmentos da sociedade. Dentre os programas do TI Maior destaca-se a realização das chamadas públicas do Programa Start-Up Brasil: Programa de



estímulo ao empreendedorismo de base tecnológica, que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas nascentes de base tecnológica (startups). O Start-Up Brasil já publicou dois editais nos anos 2013 e 2014, com cada edital contemplando duas turmas. Ao todo, 2.839 projetos já foram submetidos. Desse total, 226 startups foram aprovadas. O Programa envolveu ainda a realização de vários eventos como os primeiros “demo-days” nacional e internacional, que são os eventos de demonstração dos resultados alcançados pelos projetos que já estão em oferta no mercado. Outros eventos importantes são os “welcome aboard”, onde as startups aprovadas no edital se apresentam oficialmente e participam de atividades de mentoria, “networking” e troca de experiências com aceleradoras, mentores e outros empreendedores. Os dados da turma 1, já acelerada, revelam que o investimento privado naquelas startups totalizou 10,25 milhões e que supera os 7,7 milhões de investimento público pagos em bolsas pelo programa.

No âmbito do Programa CERTICS (certificação que identifica, credencia e diferencia software e seus serviços, resultante de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País), em 2014, 15 certificações foram concluídas. Em dezembro de 2014, um total de 30 softwares estavam em processo de avaliação e mais 51 registrados em pré-análise. A rede conta hoje com 10 entidades habilitadas para apoiar a avaliação e 153 profissionais capacitados na metodologia. Destaca-se também a formulação da expansão do programa de capacitação técnica e profissional em tecnologia da informação (Brasil Mais TI), o estabelecimento de um quarto centro global de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de informação e comunicação (TIC), e avanços na prospecção em inteligência de mercado do setor de tecnologia da informação e em estudos sobre segurança da informação. Na área de microeletrônica e dispositivos semicondutores, mantiveram-se as atividades de atração de investimentos e grandes projetos (ex.: Foxconn, SIX, HT Micron, Smart, etc.), formação e treinamento de mão obra especializada para o setor (Programa CI-Brasil e CT) e programas como o PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays). Em dezembro de 2013, uma nova empresa fabricante de componentes semicondutores teve o seu projeto PADIS aprovado. Ressalta-se também o investimento do governo a partir dos fundos setoriais no apoio às empresas e centros de projeto de circuitos integrados, por intermédio da Finep e do CNPq.

Metas 2012-2015

• Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados

Análise Situacional da Meta

Em 2014, os dois centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) – CSEM Brasil (Belo Horizonte/MG) e CERTI (Florianópolis/SC) – deram continuidade às suas atividades nas áreas de semicondutores orgânicos e componentes avançados, e em 2015 deverão transferir tecnologia para o setor produtivo. Foi contratada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) a realização de um estudo junto às empresas e instituições de P&D da área de semicondutores no Brasil, avaliando a situação atual, os resultados obtidos com o Programa CI-Brasil e apresentando um conjunto de recomendações para a sua evolução, centros de P&D e unidades de projeto e de fabricação na área de semicondutores. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) em Campinas recebeu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) e iniciou atividades de projeto de circuitos integrados na área de fotônica, criando uma empresa privada. A meta foi cumprida em 2014.

• Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade às atividades de incentivo governamental para o projeto, produção e comercialização de componentes semicondutores e displays no País, integrando as ações do Programa CI-Brasil com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS). Foi aprovado mais um projeto de corte, encapsulamento e teste de memórias e verificou-se um avanço significativo na implantação da empresa SIX em Minas Gerais. Em 2014, cinco empresas de projeto de circuitos integrados (Design Houses) privadas estavam em operação, com mais de 200 projetistas em atividade.



• **Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais**

Análise Situacional da Meta

O Programa Brasil Mais TI integra o Plano Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior). Com a cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), o programa oferta, para jovens e outros interessados, trilhas de formação em competências fundamentais na área de tecnologia da informação em um ambiente de "elearning" massivo. Em 2014 foram alcançados 10.000 profissionais, atingindo no final de 2014 a quantidade de 40.735 profissionais, superando a meta estabelecida. Em 2014 houve ampliação dos cursos oferecidos, com destaque para a inclusão do curso de inglês, inclusão de novas ferramentas e ampliação de parcerias com empresas do setor de TI. O Programa está iniciando a sua terceira fase.

Quantidade alcançada

40.735

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em relação à Biotecnologia, houve as seguintes realizações até 2014:

A - Chamada em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira: a chamada, lançada em 2013, teve demanda total de 263 propostas, tendo sendo selecionados 10 projetos, perfazendo um total de R\$ 3.685.198,00, em custeio, com desembolsos em 2013 e 2014.

B - O Laboratório Nacional de Biociências (LNBio) concluiu a primeira etapa do projeto de implantação da plataforma biotecnológica de produção de esteróides. Para esta ação, foram destinados recursos globais no valor de R\$ 1,0 milhão em 2013, R\$ 949 mil em capital e R\$ 51 mil em custeio.

C - Apoio à gestão da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio): foram destinados R\$ 300 mil em custeio, com o objetivo de dar continuidade às ações da Renorbio, como a formação de recursos humanos na área e a promoção do desenvolvimento científico nas suas diversas aplicações.

D - Chamada para apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais (RENAMA): foi instituída a RENAMA, cujo objetivo é desenvolver, validar e certificar tecnologias e métodos alternativos para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos. Os modelos desenvolvidos/implementados poderão ser utilizados para avaliar os mecanismos de ação, a efetividade e a toxicidade de substâncias relevantes para saúde humana, incluindo fármacos, medicamentos, cosméticos, químicos, pesticidas e testes de potência para produtos imunobiológicos. Foi lançada uma chamada pública em 2012, com valor global de R\$ 1,1 milhão, que selecionou nove projetos de P,D&I, para uma demanda total de 53 propostas.

E - Apoio a gestão e desenvolvimento de estudos in silico da RENAMA. Em 2014, foram destinados recursos para apoiar dois projetos, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visando ao fortalecimento da RENAMA, a saber: (i) Vetores Virais para desenvolvimento de ensaios in vitro (R\$ 290 mil – LNBio) e; (ii) Validação do método de HET-CAM (R\$ 296 mil – INCQS-Fiocruz).

F - Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB): trata-se de uma cooperação exitosa que o Brasil mantém com a Argentina há 28 anos, por meio de cursos de curta duração e projetos conjuntos de P&D. No período, foram apoiadas quatro ações no âmbito do CBAB: (i) 2012 – Chamada pública para seleção de projetos de P,D&I conjuntos e encomenda para apoio à gestão do Centro (R\$ 525.497,00 em custeio); (ii) Chamadas públicas para seleção de cursos de curta duração no âmbito do Centro, em 2013 (R\$ 600 mil em custeio) e 2014 (R\$ 700 mil em custeio); (iii) 2014 - Chamada pública para seleção de projetos de P,D&I conjuntos (R\$ 976.300,00 em custeio).



G - Projeto Papilomavírus Bovino – Instituto Butantan: a infecção por papilomavírus bovino (BPV) provoca perdas significativas na produção de carne, leite e derivados e da qualidade do couro, decorrendo em relevantes prejuízos econômicos. Foram destinados R\$ 147 mil, em 2012. Aguarda relatório final para fevereiro de 2015.

H - Chamada para seleção de projetos em P,D&I de bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana: esta é considerada uma área estratégica para o país, pois anualmente o sistema público de saúde gasta mais de quatro bilhões de dólares com a importação de medicamentos biológicos. Os recursos aplicados nesta Chamada (R\$ 1,3 milhões) ainda estão aquém da demanda e das necessidades do país.

I - Cooperação Internacional com o Canadá: foi lançada uma Chamada conjunta em 2012, no âmbito da Cooperação CNPq/International Science and Technology Partnerships Canada (ISTP-Canada) visando intensificar e promover novas parcerias entre os setores industrial, acadêmico e de pesquisa entre o Brasil e o Canadá. No campo da Biotecnologia, foram apoiados cinco projetos nos temas de doenças neurodegenerativas e infecciosas, totalizando R\$ 400 mil em custeio, além de significativo aporte do Programa Ciência sem Fronteiras. Apenas um dos projetos aprovados está finalizado. Os demais foram prorrogados.

J - Apoio à gestão e estruturação da Rede Biosul de Biotecnologia: iniciou-se a estruturação da Rede, abrangendo os três estados do sul do Brasil, com o objetivo de promover P,D&I e aumentar a interface entre a pesquisa das ICTs e o setor privado, por meio de edital do CNPq no valor de R\$ 250 mil.

K - Apoio ao evento BIO Latin America 2014 (R\$ 25 mil, via CNPq): o evento abordou temas como saúde humana e animal (biossimilares, pesquisa clínica, etc.), biotecnologia industrial (biocombustíveis), propriedade intelectual (lei da inovação), investimento (venture, seed e angel capital), recursos humanos, dentre outros, com destaque para a apresentação das potencialidades das empresas e tecnologias inovadoras de biociências, proporcionando excelentes oportunidades de contatos, negócios e parcerias.

L - No âmbito do Fundo Setorial de Biotecnologia (CT-BIOTEC) foram apoiadas sete chamadas públicas visando alavancar o desenvolvimento da biotecnologia nacional:

- 1 - Chamada pública conjunta Brasil-Holanda para Pesquisa e Inovação em Bioeconomia - Convênio CNPq/NWO (Holanda)
- 2 - P,D&I na produção de vacinas recombinantes para promoção da saúde humana e animal
- 3 - Engenharia de Sistemas Biológicos
- 4 - Chamada pública sobre espécies vegetais
- 5 - P,D&I em Biotecnologia para solução de problemas ambientais
- 6 - Novas Terapias Portadoras de Futuro
- 7 - P,D&I para a produção de biocombustíveis a partir de microalgas

No primeiro semestre de 2013, o programa de nanotecnologia do MCTI foi revisto e reestruturado, com o objetivo de otimizar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em nanotecnologia e novos materiais. Esse trabalho culminou com a elaboração da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), lançada em 19 de agosto de 2013.

De forma estratégica, a IBN prioriza o fomento nas áreas definidas no Plano Brasil Maior, sem deixar de considerar eventuais desenvolvimentos nanotecnológicos que passaram a ter importante papel na competitividade da indústria brasileira, a médio e curto prazo. A maioria das ações que compõem a IBN apresentam um viés tecnológico, o que estimula e induz empresas em atividades de P&D. O Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia (SisNANO), que faz parte da IBN, conta com oito laboratórios estratégicos e 18 laboratórios associados. Esses laboratórios tem compromisso de dedicar 50% e 15%, respectivamente, de seu tempo de laboratório a usuários externos públicos e privados. Nos programas de Cooperação internacional, seja com o Canadá, China ou União Européia, o foco está direcionado a viabilizar produtos de base nanotecnológica envolvendo, preferencialmente, a participação de empresas. Em 2014 a IBN agregou ao Programa Sibratec, implementando uma Rede Serviços Tecnológicos em Nanotecnologia, e duas redes de Inovação Tecnológica: Nanodispositivos e Nanosensores e Nanomateriais e Nanocompósitos. Ainda em



2014, foram contratados seis estudos nos setores de Eletrônica, Nanoeletrônica, Dispositivos e Sensores, Tintas e Revestimentos, Aeroespacial, Automobilístico e Odontologia, Fármacos e Medicina, Óleo e Gás e Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Meio Ambiente e Têxtil. Esses estudos contemplam aspectos do mercado atual e o potencial de futuro, patentes e competências científicas, potencial de impacto da nanotecnologia do ponto de vista da inovação e competitividade, análise do mercado internacional e potenciais aplicações a serem exploradas pelo Brasil.

Em termos de promoção de PD&I em nanotecnologia, foram implementadas as seguintes ações:

- 1- Workshop de avaliação das redes de nanotoxicologia e nanoinstrumentação.
- 2- 16º Encontro ISO-TC229 Nanotechnology;
- 3- Workshop de integração SisNANO/SENAI/CNI juntamente com o workshop para discutir a inserção do Brasil no Programa NanoReg da União Européia;
- 4- Apoio à instalação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) do Microscópios de tunelamento (STM) doado pela HP de Palo Alto (Califórnia) e um sistema de Litografia por Feixe Eletrônico;
- 5- 17ª Conferência em filmes sólidos e superfícies e a 4ª Conferência internacional em TERS (“Tip Enhanced Raman Spectroscopy”);
- 6- Renovação das seis redes de nanotoxicologia e duas redes de nanoinstrumentação,
- 7- Renovação das bolsas dos pesquisadores que atuam no SisNANO,
- 8- Apoio para fortalecer três laboratórios do SisNANO em Microscopia por feixe eletrônico,
- 9- Apoio ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para atuar na implementação do Programa de Regulação da Nanotecnologia (NanoReg).

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos**

Análise Situacional da Meta

O último levantamento da PINTEC, publicado em 2013, e que reflete os resultados do período de 2009 a 2011, reporta que existiam 1132 empresas que realizavam alguma atividade baseada em nanotecnologia. Entretanto, apenas 123 empresas desenvolviam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos, insumos ou processos nanotecnológicos.

Atualizações permanentes promovidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) mostram que aproximadamente 190 empresas brasileiras desenvolvem atividades de P&D em nanotecnologia. Este resultado contabiliza empresas que participaram de Chamadas Públicas realizadas até 2014, assim como empresas identificadas por meio de contato direto. A expectativa é que, com as ações apoiadas em 2014, novas empresas internalizem o componente de P&D em suas estruturas.

Quantidade alcançada

190

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país**

Análise Situacional da Meta

Entre 2008 e 2011, período do PPA anterior, houve um total de 1.095 pedidos de patentes em biotecnologia. Em 2012, o número de pedidos de patentes em biotecnologia foi de 160. Em meados de 2015 será possível obter o número de patentes solicitadas durante o ano de 2013.

Neste momento, portanto, não é possível avaliar o cumprimento da meta, pois os dados estão incompletos devido ao prazo de sigilo dos documentos (18 meses) para a sua indexação nas bases de dados.

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial



da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, os esforços empreendidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com a finalidade de intensificar a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em setores estratégicos estiveram relacionados, sobretudo, à continuidade do Plano Inova Empresa e à consolidação do Finep 30 Dias Inovação.

O Plano Inova Empresa, lançado em março de 2013 com o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, previu recursos da ordem de R\$ 32,9 bilhões para apoio à inovação em setores considerados prioritários pela Política Industrial e Tecnológica do Governo Federal. Entre as principais características do Plano estão: a articulação entre diferentes instituições governamentais – ministérios, agências de fomento, agências reguladoras; o incentivo a projetos de maior risco tecnológico; a disponibilização, de forma integrada, de diferentes modalidades de financiamento; a potencialização do uso do poder de compra do Estado; o estímulo a parcerias entre empresas e instituições científicas e tecnológicas (ICTs); a descentralização do fomento para micro, pequena e médias empresas; e a simplificação de processos e redução de prazos. A operacionalização dos programas do Inova Empresa estão a cargo da Finep e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No âmbito do Plano Inova Empresa, foram lançados 12 editais (Inova Petro I e II, Inova Energia, Inova Agro, Inova Aerodefesa, Inova Telecom, Inova Sustentabilidade, PAISS Etanol 2ª geração, PAISS Agrícola, Infraestrutura e Inova Saúde - Fármacos e Equipamentos Médicos) direcionados às seguintes áreas prioritárias: energia, petróleo e gás, complexo da saúde, complexo aeroespacial e defesa, TICs, sustentabilidade socioambiental, cadeia agropecuária, ações transversais (inovação e engenharia, descentralização para MPEs, infraestrutura para inovação).

A demanda por financiamento decorrente desses editais foi de R\$ 98,7 bilhões, envolvendo 2787 empresas e 238 instituições de pesquisa. Até dezembro de 2014, o valor total contratado correspondia a R\$ 35,4 bilhões, sendo R\$ 17,8 bilhões via BNDES e R\$ 17,6 bilhões via Finep. Já o saldo a ser contratado nos próximos meses corresponde a R\$ 15,91 bilhões, divididos entre Finep (R\$ 7,1 bi) e BNDES (R\$ 8,82 bi).

Outra importante iniciativa da Finep no período foi a consolidação do Finep 30 Dias Inovação como metodologia para a análise de operações reembolsáveis. O modelo permite processar as solicitações de financiamento e responder ao cliente sobre a aprovação e condições de contratação em 30 dias. O Finep 30 Dias contribui significativamente para melhorar a alocação dos recursos, aumentar a transparência da tomada de decisão dos agentes públicos e diminuir as incertezas enfrentadas pelas empresas no processo de concessão de crédito público.

O aumento da eficiência operacional proporcionado pelo Finep 30 Dias permitiu elevar a escala das operações de crédito da Finep, com impactos positivos sobre o objetivo de promover PD&I. Até o final de 2014, o portal do Finep 30 Dias havia registrado mais de 4 mil cadastros de empresas, dos quais 1247 estavam concluídos. Das empresas com cadastro concluído, 680 apresentaram projetos de inovação à Finep, totalizando uma demanda de R\$ 31 bilhões.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da Pesquisa de Inovação (PINTEC) referente ao período em questão. No entanto, pode-se adiantar informações referentes à atuação da Finep. Desde 2012 até o final do primeiro semestre de 2014, a Finep desembolsou aproximadamente R\$ 7,1 bilhões para apoio a projetos de inovação de empresas brasileiras. A contrapartida aportada por essas empresas foi de R\$ 3,4 bilhões. Desse modo, tendo em vista que a concessão de crédito e subvenção econômica a empresas leva em consideração as prioridades setoriais das políticas públicas do Governo Federal, a contribuição da Finep para elevar a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial em atividades de PD&I totalizou cerca de R\$ 10,5 bilhões. A previsão é de que essa parcela seja sensivelmente ampliada no próximo ano, com o desembolso dos planos de inovação contratados e em processo de



contratação do Plano Inova Empresa e os que ingressaram pelo Finep 30 Dias.

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) atua em todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, infraestrutura, melhoria e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A Finep apoia, ainda, a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, o desenvolvimento de mercados, e projetos de pré-investimento. O apoio dado a empresas é realizado por meio de financiamento não-reembolsável (Subvenção Econômica, Projetos Cooperativos entre ICT e Empresa), investimento direto e por intermédio de fundos, e financiamento reembolsável com equalização das taxas de juros.

Com o intuito de aumentar utilização desses instrumentos, a Finep tem empreendido esforços para ampliar o volume de recursos ofertados, aumentar a eficiência operacional interna, melhorar as condições de financiamento com o uso articulado dos diferentes instrumentos de apoio a CT&I e facilitar o acesso das empresas a esses instrumentos. Nesse sentido, a Finep intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes, bem como aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro. No que tange à descentralização, estão em operação os programas TECNOVA (subvenção econômica) e INOVACRED (operações de crédito).

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas**

Análise Situacional da Meta

A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da Pesquisa de Inovação (PINTEC) referente ao período em questão. No entanto, pode-se adiantar informações referentes à atuação da Finep.

Desde 2012 até o final de 2014, a Finep apoiou 569 empresas por meio de 324 operações de crédito, 163 operações de subvenção econômica e 174 projetos cooperativos. Nesse período, o número de empresas que receberam apoio da Finep pela primeira vez foi de 345. Especificamente em relação ao ano de 2014, esse número correspondeu a 137, sendo 81 apoiadas através do Crédito, 34 pela Subvenção Econômica, e 22 através de projetos cooperativos.

Além dos clientes diretos, a Finep também apoiou 69 empresas por meio do Inovacred e 382 através do Tecnova. Essas informações podem ser complementadas com as que foram capturadas pelo Finep 30 dias: das 1247 empresas que concluíram o cadastro, 644 declararam terem sido beneficiadas por algum instrumento governamental de apoio à inovação nos últimos três anos.

- **Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo**

Análise Situacional da Meta

A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da Pesquisa de Inovação (PINTEC) referente ao período em questão. No entanto, cabe destacar que o estímulo à implantação de atividades contínuas de P&D nas empresas está entre os desafios que a Finep se propõe a enfrentar. Assim, além das diversas modalidades de apoio à inovação oferecidas, essa instituição mantém uma linha de ação voltada especificamente para a implantação e fortalecimento de atividades de PD&I compreendidas na estratégia empresarial de médio e longo prazo. Atualmente, da carteira de clientes da Finep, composta por 427 empresas, é possível estimar que, no mínimo, 160 realizam P&D contínuo.

Outra fonte de informação importante sobre o tema é o cadastro do Finep 30 Dias, segundo o qual, das 1247 empresas



que concluíram seu preenchimento, 937 declararam realizar P&D contínuo.

• **Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas**

Análise Situacional da Meta

O sistema Finep 30 Dias registrou que, nas 1247 empresas que concluíram o cadastro, o número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D no último ano era de 83.974. Contudo, apesar desses dados indicarem a superação da meta, sua apuração de forma mais precisa só poderá ser realizada após a publicação da PINTEC referente ao período.

A Finep contribui diretamente para consecução desta meta por meio do custeio da folha de pagamento do pessoal próprio previsto para executar os projetos apoiados. Desde 2012 até o fim do primeiro semestre de 2014, a FINEP destinou R\$ 2,9 bilhões à rubrica de manutenção de equipe própria de P&D nas empresas, dos quais R\$ 432,0 milhões são referentes a projetos contratados em 2014.

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial o investimento contínuo na formação, capacitação e fixação de recursos humanos, capaz de se dedicar ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade. O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

Uma análise comparativa do montante de recursos disponível frente ao número de bolsas concedidas já apresenta um quadro geral de execução em 2014 positivo, em termos de índices já alcançados. Quanto a uma abordagem relacionada com um resultado mais qualitativo, em relação ao que o conhecimento adquirido pelos bolsistas tem agregado no Sistema Nacional de C,T&I, cabe ressaltar que a agregação de valor ao sistema e as mudanças realizadas no aumento da produção científica nacional, aumento do número de patentes e processos inovativos, ocorrem no tempo, não sendo uma análise pontual ou isolada da execução da missão institucional, que tem apresentado resultados visíveis e comprováveis no tempo.

Ao final do exercício de 2014 é possível observar que, apesar de resultados gerais bastante significativos no âmbito deste objetivo, houve uma evolução média no número de bolsas concedidas nas diferentes modalidades relacionadas que não aponta para o alcance integral das metas ao final do PPA, com exceção das bolsas relacionadas ao Intercâmbio Internacional (Ciência sem Fronteiras), já superadas.

De qualquer forma, cabe ressaltar que o já observado alcance de alto percentual das metas estabelecidas e os resultados observados no contexto da formação e capacitação de pessoas qualificadas para C,T&I garante avaliação positiva sobre a execução do objetivo em pauta.

Metas 2012-2015

• **Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

Ao final do exercício de 2014 observa-se uma execução de 67% da meta prevista. Cabe salientar, no entanto, que a previsão é de não atingimento da meta na sua integralidade ao final de 2015.

**Quantidade alcançada**

18.261

Data de Referência

31/12/2014

• Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq**Análise Situacional da Meta**

Verifica-se, ao final do exercício, que não houve acréscimo na execução de 2014 em relação a 2013, tendo em vista a impossibilidade de incremento no volume de recursos orçamentários e financeiros aportados. Nessa nova tendência, a previsão é de não alcance, na sua integralidade, da meta prevista para o final de 2015.

Quantidade alcançada

26.729

Data de Referência

31/12/2014

• Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq**Análise Situacional da Meta**

O alcance dessa meta tem sido priorizado no contexto do conjunto de ações institucionais, tanto no que se refere à infraestrutura, recursos humanos e orçamentários. A previsão, portanto, é de cumprimento integral da meta prevista. Cabe esclarecer que, no caso das bolsas voltadas para o intercâmbio internacional, diferentemente do restante das modalidades concedidas, computadas como bolsa-ano, a mensuração se dá de forma cumulativa, a partir de 2011 (início do programa Ciência Sem Fronteiras).

A meta prevista para o final do PPA já foi ultrapassada, o que já era esperado tendo em vista o contexto de execução do Programa Ciência Sem Fronteiras.

Quantidade alcançada

36.241

Data de Referência

31/12/2014

• Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq**Análise Situacional da Meta**

O incremento do biênio 2013/2014 foi menor do que o observado no biênio 2012/2013, contexto que põe em risco o cumprimento da meta conforme previsto. De qualquer forma, esforços institucionais continuarão a ser feitos no sentido de alcance da meta ao final do PPA.

Quantidade alcançada

44.028

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo foi desenhado para ajudar a mudar a realidade em relação à defasagem tecnológica do país, promovendo a formação para um engajamento de pesquisadores e de profissionais em desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas. Certamente que outros objetivos do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação agregam iniciativas que também favorecem a mudança de realidade prevista. No entanto, as metas estabelecidas no âmbito deste objetivo buscavam, por meio de uma atuação mais concentrada, uma mudança



rápida de contexto e resultados mais imediatos.

Metas 2012-2015

• Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE**Análise Situacional da Meta**

Ao final do exercício de 2014, 263 empresas foram apoiadas pelo Programa RHAE. Observa-se, desde o ano de 2007, uma evolução no número de empresas apoiadas, saindo de um patamar de 124 em 2007 para 263 em 2014.

Quantidade alcançada

263

Data de Referência

31/12/2014

• Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias**Análise Situacional da Meta**

Infelizmente, houve decréscimo no número de bolsas de iniciação tecnológica concedidas no biênio 2013/14, voltadas para as Engenharias. Embora já previsto o não atingimento da meta, havia uma tendência de acréscimo, que não se concretizou. Não estão computadas aqui as bolsas no exterior.

Quantidade alcançada

6.340

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%**Análise Situacional da Meta**

O percentual de execução da meta apresentou ligeira queda em relação aos exercícios anteriores. Cabe observar que o percentual de bolsas destinadas às engenharias em relação a todas as outras áreas, no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras, correspondeu, no biênio 2013/2014, a valores superiores a 45%.

Quantidade alcançada

19,32

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente Objetivo está subdividido em três iniciativas principais, cujas metas refletem a grande necessidade de popularizar a ciência no país. Diante das grandes desigualdades enfrentadas pela população, é necessário enviar esforços para atingir todo o território brasileiro. Como resultado desses esforços, já se percebe uma mudança de atitude do brasileiro em relação à ciência. A terceira edição da Pesquisa de Percepção Pública de C&T indica que a participação em atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia aumentou 37,5% em relação a 2010 (3% em 2006, 4,8% em 2010 e 6,6% em 2014). A visitação a museus e centros de ciência e tecnologia cresceu de 8,3% em 2010 para 10,9% em 2014. Atividades de popularização da ciência vêm sendo cada vez mais reconhecidas e valorizadas no currículo e o número de trabalhos científicos de avaliação das políticas e dos resultados obtidos nesses últimos 10 anos vem aumentando constantemente. Pode-se perceber o fortalecimento das articulações entre instituições de ensino, pesquisa e divulgação, num esforço coordenado, dirigido a promover a apropriação da ciência e tecnologia pelos diferentes públicos: estudantes do ensino fundamental e médio, estudantes de graduação e cidadãos já fora do sistema escolar. Somado a isso,



nota-se, também, o revigoramento das práticas de ensino e divulgação, que são cada vez mais voltadas para atrair e reter a atenção dos diferentes públicos, levando a ressignificação da ciência e da tecnologia para a sociedade. Devido à temática abordada na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em 2014 (“Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social”), houve também uma intensa disseminação entre instituições de ciência e tecnologia do conceito de Inclusão Social, algo particularmente novo para a comunidade científica brasileira.

Porém, ainda enfrentam-se dificuldades, comprometendo o atingimento da meta de ampliação do número de museus no país.

Portanto, o tema desse objetivo é recorrente, pois ainda estamos longe de uma realidade onde a população tenha equidade no acesso ao conhecimento científico. As iniciativas deste Objetivo foram pensadas de forma a gerar uma integração duradoura entre os ambientes não formais de educação científica (museus e centros de ciência, eventos de divulgação), ações como feiras e olimpíadas de ciências e o ambiente formal de ensino, em especial as escolas públicas. Os resultados alcançados em 2014 são positivos, mas diante das dificuldades, principalmente no que diz respeito à criação de novos museus de ciência no Brasil, entende-se que, a não ser que haja uma mudança considerável no cenário atual, talvez não seja possível atingir as metas do PPA em 2015.

Metas 2012-2015

• Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros

Análise Situacional da Meta

Desde o início dos anos de 1980 vêm sendo criados por todo o país dezenas de centros de ciência. Segundo os dados do livro “Centros e Museus de Ciência do Brasil 2015” da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), até início de 2015, eram 268 os espaços de ciência registrados no país (155 na região Sudeste; 44 na região Sul; 43 na região Nordeste; 15 na região Norte; e 11 na região Centro Oeste). No segundo semestre de 2014 foram repassados ao CNPq R\$ 7,5 milhões do FNDCT, para apoiar os projetos aprovados no edital de criação e desenvolvimento de museus e centros de ciência lançado em 2013. Apesar de o valor não ser suficiente para apoiar os 62 projetos originalmente aprovados, possibilita que seja ampliado o número de museus no Brasil. Somados aos R\$ 7,5 milhões do FNDCT, no final do ano de 2014 foi realizado aditivo a esse edital, da ordem de R\$ 4 milhões. Com esses recursos, estima-se que seja possível apoiar 18 projetos adicionais, do banco de reservas do edital. Portanto, embora lançado em 2013, esse edital ainda está sendo executado e deverá contribuir para a implementação de novos museus e centros de ciências no país, de forma que deve ser possível chegar às 300 instituições (implantadas ou em implantação) até o final de 2015. Tais resultados vão também ao encontro da meta de implantação de cinco grandes museus de ciência no Brasil, um para cada região, prevista na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Adicionalmente ao aditivo acima mencionado, no ano de 2014 foram apoiados sete projetos individuais de atividades de divulgação científica realizados por museus de ciência, compondo um total de cerca de R\$ 1,8 milhão.

Quantidade alcançada

268

Data de Referência

31/12/2014

• Atingir 1000 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram apoiados diretamente cerca de 45 projetos, envolvendo eventos e atividades que aconteceram principalmente durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), executados pelas coordenações regionais e pelas Unidades de Pesquisa do MCTI. Nessa edição, a SNCT alcançou 905 cidades brasileiras, cerca de 20% a mais que em 2013. Foram registradas no sítio eletrônico da SNCT 107.981 atividades desenvolvidas em todo o território nacional, o que representa um aumento de mais de 300% em relação ao ano anterior. Esse aumento significativo é atribuído ao empenho em formular um sítio e estimular e instruir a forma correta de preenchimento por parte das coordenações regionais. Ainda que esse aumento tenha sido expressivo em comparação com os anos anteriores, acredita-se que este número ainda esteja subestimado, pois houve problemas técnicos no sítio, o que dificultou o



cadastramento por parte dos parceiros. No ano de 2015, espera-se melhorar o procedimento de cadastramento e estimular os executores a cadastrarem as atividades de modo a fornecer indicadores reais da participação popular na SNCT. Ainda dentro do escopo dessa meta, foi lançado um edital junto ao CNPq para o financiamento de feiras de ciências e mostras científicas. No total, foram apresentadas 182 propostas para as três linhas (123 para municipal, 47 para estadual/distrital e 12 para nacional), das quais foram selecionadas quatro de âmbito nacional, 18 estaduais e 83 municipais, totalizando 105 projetos. Portanto, somando todas as ações empreendidas no ano de 2014, estima-se que foram atingidos com atividades de divulgação científica, individualmente, no mínimo 1000 municípios, superando esta meta.

Quantidade alcançada

1.000

Data de Referência

31/12/2014

• Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%**Análise Situacional da Meta**

Desde 2013, a Olimpíada é executada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). No ano de 2014, participaram da primeira fase da competição 18.192.526 alunos, de 46.711 escolas em 99,41% dos municípios brasileiros. O número de municípios participantes cresceu ligeiramente em relação a 2013. De acordo com o Censo Escolar de 2013, o Brasil tem 21.460.997 alunos (ensino regular e EJA) matriculados nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio em escolas públicas (estaduais e municipais, rurais e urbanas). Portanto, em 2014, a participação do público elegível na OBMEP foi de 84,7%. Os resultados alcançados nos 10 anos da OBMEP têm sido bastante positivos e o IMPA tem conduzido esforços para garantir a participação de 100% dos municípios brasileiros, além de aumentar o número de escolas participantes e de alunos participantes por escola. Sendo assim, até 2015 espera-se que a participação do público elegível na OBMEP se aproxime da meta.

Quantidade alcançada

84,7

Data de Referência

31/12/2014

• Criar o Desafio Nacional de Ciências**Análise Situacional da Meta**

A presente meta constou do planejamento quando da definição do PPA 2012-2015. Entretanto, mais recentemente, percebeu-se a necessidade de uma reformatação do projeto, modificando sua concepção inicial, no sentido de instituir uma olimpíada integrada, composta por questões de diferentes áreas do conhecimento. A realização de um evento dessa escala, no entanto, depende de articulação com a comunidade acadêmica e da colaboração dos organizadores das diversas olimpíadas que já acontecem anualmente no Brasil, o que demonstrou ser uma tarefa árdua. Existe a possibilidade da criação de uma linha específica no edital regular de Olimpíadas Científicas/CNPq para eleger o melhor projeto de uma Olimpíada Nacional de Ciências ainda em 2015.

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente objetivo está subdividido em cinco iniciativas principais, cujas metas refletem a grande necessidade de apoiar o desenvolvimento social e inclusão de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre academia e a realidade social em suas diversas facetas. Avaliando a atuação deste Ministério nos últimos anos e no ano de 2014, a tendência é de que todas as metas sejam cumpridas até o ano de 2015.



Em relação aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), de 2012 a 2014 foram apoiados 121 CVTs. A Rede Nacional de Núcleos de Tecnologia Assistiva tem a finalidade de promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologia Assistiva, por intermédio da interação de núcleos de Tecnologia Assistiva (TA) de universidades, Institutos Federais e Unidades de Pesquisa. A rede originou-se da articulação dos pesquisadores em TA em torno da prospecção de demanda social e das perspectivas de inovação a partir da articulação com o setor produtivo. O foco é potencializar a pesquisa, o desenvolvimento ou inovação voltados para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência. A Rede iniciou com 29 núcleos, com representação em todas as regiões brasileiras, atuando nas seguintes áreas: comunicação alternativa, órteses e próteses, recursos de acessibilidade ao computador, dispositivos de orientação, acessibilidade na internet, reconhecimento de voz, cadeiras de roda, novos produtos para pessoas com paralisia cerebral e AVC, entre outros.

Em 2013 foi lançado o Edital CNPq nº 84/2013 Tecnologia Assistiva, com a finalidade de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos para o desenvolvimento de produtos e serviços em tecnologia assistiva. Foram selecionados 63 projetos de instituições de ensino e pesquisa distribuídos em três categorias: Categoria A (núcleo em consolidação), Categoria B (núcleo emergente), Categoria C (núcleo nascente); resultando na ampliação da Rede Nacional de Núcleos. Essas iniciativas resultaram na criação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (NPDTA), composta por 54 instituições. As instituições que compõem a Rede passam a ser orientadas a partir das políticas públicas estabelecidas pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. As diretrizes para as ações colaborativas e interativas da Rede serão estabelecidas em instrumento específico.

Metas 2012-2015

• Apoiar 15 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foi articulado o Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA), por meio do Edital Tecnologia Assistiva no Brasil e Estudos sobre Deficiência (PGPTA) Nº 59/ 2014. O Programa constitui ação do governo brasileiro destinada a fomentar a cooperação entre instituições civis para implementação de projetos voltados ao ensino, à pós-graduação e ao desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados na área de Tecnologia Assistiva. Sua execução foi realizada mediante parceria entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Treze projetos foram apoiados no âmbito desse edital.

Com relação à Tecnologia Social, foi lançada a Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013 para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários. As linhas da Chamada foram: A) Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária; e B) Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária. O público alvo final das incubadoras tecnológicas apoiadas são empreendimentos econômicos solidários em todo o país. Essa Chamada aprovou 86 projetos de incubadoras que apoiarão até 700 empreendimentos econômicos solidários em 2013, 2014 e 2015. Em 2014 foram liberados para os projetos os recursos financeiros previstos.

O Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA) foi elaborado para estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa que estimulem a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Tecnologia Assistiva no Brasil, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro contemporâneo na área.

Com o edital nº 59/2014 selecionaram-se 13 propostas, apresentadas por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior (IES), para implantação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e cooperação acadêmica com vistas à formação de recursos humanos (RH) na área de Tecnologia Assistiva no Brasil. As propostas selecionadas



receberão recurso para bolsas na modalidade de mestrado, de doutorado e de doutorado- sanduíche, todas no país, passagens aéreas para missões de estudo e de trabalho, diárias para missões de pesquisa e docência, auxílio-moradia concedido aos doutorandos vinculados aos projetos aprovados para a realização de doutorado sanduíche no país nas instituições associadas, despesa de consumo, entre outros benefícios.

Quantidade alcançada

99

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foi elaborado e articulado junto ao CNPq o Termo de Referência para a Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq nº 82/2013 em Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da Unasul e da África, que resultou na aprovação de 25 projetos com total de R\$ 4 milhões. O edital previa a colaboração entre Universidades e Instituições Brasileiras e parceiros nos países da UNASUL, sendo que alguns projetos também possuíam uma colaboração com países da África, a saber, Angola, Cabo Verde, Etiópia, Moçambique, Niger, Malawi, Camarões e Guiné Bissau. Assim, foram contemplados pelo Edital um total de 103 instituições, entre Universidades, Empresas Públicas, Fundações, Organismos Internacionais e Institutos. Articulou-se, ainda, parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp), no valor de R\$ 700 mil, para coordenação do projeto denominado "Rede-SANS Brasil UNASUL de pesquisa, extensão e ensino em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional Sustentável", que coordenará a Rede Nacional dos 25 Núcleos aprovados pela Chamada nº 82. Em 2014 também ocorreu o apoio à participação do MCTI na Expo Milão 2015, cujo tema é "Alimentando o Mundo".

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 não houve execução orçamentária, em que pese o fato de ter sido previsto um edital para apoio a soluções tecnológicas para Arranjos Produtivos Locais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram apoiados projetos frutos de parcerias e articulações interinstitucionais. Foram apoiados projetos para implantação de: CVT da Diversificação da Fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS, CVT Móvel no estado do Goiás, CVT para apoio ao desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva de bambu no Estado do Acre, CVT voltado à indústria do Carnaval no município do Rio de Janeiro e CVT Unesp, campus Itapeva/SO, voltado ao Cultivo e Transformação do Bambu como Alternativa Sustentável para Geração de Renda na Agricultura Familiar.

Também foi apoiado um CVT por meio de emenda parlamentar no estado de Pernambuco.

Quantidade alcançada

121

Data de Referência

31/12/2014



• **Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva**

Análise Situacional da Meta

Uma das ações na área de Tecnologia Assistiva (TA) trata-se da Rede Nacional de Núcleos em Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, uma estratégia no âmbito do Plano Viver sem Limite para a promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação na área em questão, por meio da interação de núcleos de TA de Universidades, Institutos Federais e Unidades de Pesquisa, Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA, inaugurado em 20/07/2012) e

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

No primeiro semestre de 2013 o foco foi a realização da análise técnica dos projetos habilitados no chamamento público realizado em maio de 2012. Tal análise culminou na descentralização dos respectivos créditos orçamentários no segundo semestre de 2013, para os seis núcleos que apresentaram projetos adequados, enquadrando-se no escopo do Plano Viver sem Limite.

Também foi articulada entre o MCTI e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) “Chamada para Seleção de Projetos” com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que possuam como objeto o desenvolvimento de produtos e serviços em TA. Os itens do referido documento foram exaustivamente discutidos pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, visando à otimização da sua futura execução. Tais articulações culminaram no lançamento da Chamada Pública MCTI-SECIS-CNPq nº 84, que teve 62 projetos aprovados.

Foi também articulado com o CNPq o fornecimento de bolsas de estudo para alunos do curso de formação de instrutores/treinadores de cães-guia, do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Camboriú. A implementação de tais bolsas se efetivará em fevereiro de 2014.

Em parceria com o MDS, o MCTI, por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), lançou edital para contratação de consultoria para elaboração de projetos de residências inclusivas. A empresa vencedora do certame já iniciou a realização dos trabalhos propostos naquela chamada.

A SECIS/MCTI, em parceria com o CTI Renato Archer, iniciou articulação com demais órgão do governo federal para fins de produzir normas para certificação de cadeiras de rodas. Foi também lançado edital da Finep no valor de R\$ 20 milhões e está em fase de avaliação das propostas.

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre a academia e a realidade social em suas diversas facetas. Para cumprimento das metas, foram apoiados projetos que incluem pesquisa aplicada em bambu como indutora de desenvolvimento regional na Amazônia e na região Sudeste, desenvolvimento de ônibus elétrico alimentado por energia solar fotovoltaica e utilização de microalgas para segurança alimentar e na produção de biopolímeros para a construção civil. Os projetos abrangem municípios do Acre, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, beneficiando populações locais como, alunos, professores, merendeiras, pescadores, comunidades quilombolas e pequenos agricultores por meio de geração de emprego e renda, capacitação, oferta de meios de transporte de baixo impacto ambiental e tecnologias para o desenvolvimento sustentável.



Ainda em 2014, foi realizado acompanhamento de projetos vigentes submetidos diretamente ao MCTI e projetos resultantes da chamada pública nº 66/2013 para Estruturação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu – Redebambu/BR.

Foram contratados dois estudos sobre o tema Cidades Sustentáveis junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ambos complementares e com o objetivo de orientar de forma qualificada os investimentos realizados em PD&I nessa área.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram aprovadas quatro propostas de três subtemas do programa Tecnologia para Cidades Sustentáveis. Nos subtemas “Sistemas Sustentáveis de Energia” e “Mobilidade e Transporte Coletivo” foi aprovada a proposta “Desenvolvimento de Ônibus Elétrico para Transporte Público Alimentado por Energia Solar Fotovoltaica”. Trata-se de um Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina. No subtema “Construções Sustentáveis de Interesse Social”, foram aprovadas as seguintes propostas:

- Centro Vocacional Tecnológico de Pesquisa Aplicada e Tecnologia do bambu;
- Centro de Capacitação Tecnológica de Bambu e Madeira;
- Cultivo de microalgas no Brasil: Segurança Alimentar, Desenvolvimento Sustentável e Alternativa de Trabalho e Renda.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	01/01/2011	102,1	31/12/2014	99,4
Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100	31/12/2011	43.620
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2010	48,51	31/12/2012	51,6573
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2009	0,86	31/12/2014	0,87
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	55,2	31/12/2014	44,5
Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade	%	31/12/2007	71,9	31/07/2013	75,6

Observações:

Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas - Resultado referente à variação entre o ano de 2013 e o ano de 2014, conforme publicação 'Indicadores SEBRAE-SP - Pesquisa de Conjuntura', de fev 2014, acessível em: http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/indicadores/indicadores_fev_15.pdf

Páginas 4 e 14

Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras - Dado mais recente disponível, devido à periodicidade da pesquisa.

F o n t e : <http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/dados/Dados%20Brasil/2011%20faixas%20de%20po/Tabela%201.2.1.xls>
arquivo: Tabela 1.2.1.xls

Fórmula de cálculo: somatório das colunas C11 à C14

Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal - Resultado referente a 2012, conforme Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2013

Link disponível em:

http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/Emprego,destaque,13

Arquivo:

http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf

Página 183

Fórmula de cálculo: divisão do número absoluto de empregos gerado pelas MPE pelo total de empregos, em percentagem ($16.157.382 / 31.277.977 = 51,65\%$)

Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações - Resultado referente ao período jan-dez 2014, conforme relatório 'Exportações por porte de empresa - 2014-2013 - Distribuição por Porte:

Link acessível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>

download: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1426776648.zip

Planilha: resumo

Fórmula de cálculo: somatório das células C10 e C11, dividido pela célula C8, em percentual

Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal - Fonte: Sebrae e MDIC.

<http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/VisualizarRankingEstados.do?acao=>

Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade - Fonte: Não houve atualização do relatório 'Sobrevivência das Empresas no Brasil', de julho de 2013, acessível em <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil.pdf>. Dado consolidado mais recente disponível.

OBJETIVO: 0836 - Regularizar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.



Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

1)Marco legal das MPE: Desde o início das suas atividades a SMPE-PR passou a acompanhar a tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 221, de 2012, que propunha alterações no Estatuto Nacional da MPE (Lei Complementar 123, de 2006) , nele identificando a oportunidade de introduzir avanços necessários para aprimorar a política pública de tratamento diferenciado e favorecido para a MPE, de forma a viabilizar vários dos seus objetivos institucionais. A partir do desenvolvimento de esforços de diálogo e construção de consenso no âmbito do Governo Federal, do Confaz, da Abrasf e instâncias de representação empresarial o projeto foi sancionado sem vetos essenciais pela Presidência da República no dia 07 de agosto de 2014, vindo a transformar-se na Lei Complementar 147. O novo marco normativo da MPE representa uma nova e importante conquista, pois universaliza o Simples Nacional e traz inovações em praticamente todos os capítulos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Com a universalização, mais de 450 mil empresas serão beneficiadas e 142 novas atividades poderão, a partir de 2015, optar pelo regime simplificado. A importância desse passo é gigantesca para aumentar o potencial de geração de trabalho e renda na sociedade, incentivar o empreendedorismo e a transição dos negócios para a formalidade. O regime tornou-se mais atrativo e justo, incentivando a melhora no ambiente de negócios das micro e pequenas empresas. Dentre os mais de 80 pontos de inovação da nova lei, que cuida, dentre outros aspectos, dos direitos fundamentais da MPE, de mecanismos para a facilitação da obtenção de licenciamento de atividade, dispensa de certidão negativa de débitos em atos da vida empresarial, ampliação da fiscalização orientadora e do mercado de compras públicas, inovações na recuperação judicial e na falência, merecem destaque os mecanismos que induzem a redução da burocracia. A simplificação tributária, com a diminuição dos encargos, aponta para a formalização dos empreendimentos, gerando milhares de empregos e ampliando a renda. Proporciona o aumento a base de contribuintes e estimula o crescimento econômico com justiça social. Na esfera da simplificação, a nova lei criou o cadastro nacional único de empresas, abrindo espaço para a implementação de um sistema informatizado nacional que garanta a execução de processo único e sequencial de registro e legalização, o Portal Empresa Simples, portal de serviços do governo federal destinado ao setor empresarial. Dessa forma, as empresas de qualquer porte poderão obter, em prazo reduzido e por meio eletrônico, a permissão da Prefeitura para exercício de suas atividades no endereço indicado, o registro na Junta Comercial, a inscrição no CNPJ e nos fiscos estadual e municipal, assim como as licenças de funcionamento. A entrada única permitirá o uso de contratos e declarações eletrônicos, isto é, com o processo todo realizado pela internet. A obtenção da licença ou do alvará será simplificada para empresas que exerçam atividades de baixo risco nos aspectos sanitários, ambientais e de segurança contra incêndio e pânico, mediante o simples fornecimento de dados e declarações sobre o cumprimento de exigências em substituição da comprovação prévia mediante vistoria. Para que tal avanço seja possível, estados, municípios e órgãos federais devem estabelecer as listas de classificação de risco. Na ausência de normas estaduais ou municipais sobre a classificação de risco, será aplicada norma nacional. As inovações legislativas permitiram também desburocratizar a vida das empresas em seus processos de registro empresarial. Norma regulamentadora da SMPE dispensou os empreendedores da apresentação de certidões negativas tributárias, trabalhistas e previdenciárias em todos os atos levados ao registro nas Juntas Comerciais brasileiras, reduzindo custos e agilizando o atendimento de suas demandas. Imediatamente após a aprovação da Lei Complementar 147 , de 2014, a SMPE iniciou ações voltadas à implantação das medidas nela preconizadas, bem como de disseminação do seu conhecimento pela sociedade. São algumas dessas ações: a) elaboração e edição em parceria com a OAB da cartilha “81 Inovações do Simples”, em meio digital e impresso, voltada a atingir os mais de 850 mil advogados inscritos em todo o Brasil; b) elaboração e edição de coletânea de artigos de especialistas, em parceria com a OAB, a respeito dos temas mais importantes trazidos pela nova lei, com lançamento previsto para 1º de dezembro de 2014; c) elaboração em parceria com o Senado Federal, com colaboração do SEBRAE, da segunda edição da cartilha “Tratamento Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas – Legislação para Estados e Municípios”, que apresenta as atualizações promovidas pela nova lei, com o objetivo fornecer aos Estados e Municípios informações e sugestões para regulamentar e aprimorar sua legislação; d) envio de expedientes a todas as agências reguladoras e órgãos e entidades federais com poder



normativo para comunicar a edição da nova legislação e solicitar informações a respeito da implantação do tratamento favorecido e diferenciado à MPE; e) Desenvolvimento de novas edições da Caravana da Simplificação, envolvendo reuniões promovidas em 14 cidades de três estados, bem como a participação em reuniões de Fóruns Regionais da MPE, para apresentar as novas disposições normativas; f) edição de ato normativo para dispensar a apresentação de certidões negativas em todos os atos empresariais perante as juntas comerciais (Instruções Normativas DREI 25 e 26, de 10 de setembro de 2014); g) elaboração de minuta de texto para alterações ao Decreto 1800, de 1996, sobre o registro empresarial; h) elaboração de minuta de texto para alterações ao Decreto 6.207, de 2007, que regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido nas contratações públicas e estabelecimento de diálogo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e, i) estabelecimento de acordo de cooperação técnica com o Ministério Público Federal (Coordenação da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão), objetivando a adoção de ações conjuntas para garantir a efetivação do tratamento diferenciado e favorecido. Novos avanços são necessários, no entanto. Com essa visão, a SMPE-PR, a partir de estudos econômicos encomendados, em parceria com o Sebrae Nacional, da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Dom Cabral, elaborou proposta de revisão das alíquotas e tabelas do Simples e de criação de regime de transição do MEI para microempresa e de saída do regime, que será enviada ao Congresso Nacional. A SMPEPR trabalha com foco na necessidade de eliminar a chamada "morte súbita" das empresas que estão no Simples. É necessário melhorar o atual modelo de faixas, que tem elevação brusca da tributação. Em vez de escada com altos degraus, rampa de acesso. Isso vai garantir que as empresas percarn o medo de crescer e que tenham um ambiente favorável para isso.

2) Implementação da Lei: a implementação da Lei Geral de MPE nos municípios é realizada em cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Conforme dados do Observatório da Lei Geral, a Lei Geral está implementada em 2.423 municípios, ou seja, 43,5% (dados de dezembro de 2014).

3) Fórum Permanente de ME e EPP: Durante o ano de 2014, foram realizadas 19 Caravanas da Simplificação em diversas unidades da federação, com o objetivo de iniciar o processo de fortalecimento dos Fóruns Estaduais das MPE em todo o país, a partir da atuação conjunta do Fórum Permanente com a Secretaria da Micro e Pequena da Presidência da República (SMPE/PR). Em novembro, houve a 24ª Reunião Plenária, momento em que foram apresentados os resultados das ações realizadas em 2014. Em destaque, a promulgação do Decreto nº 8.364/2014, regulamentando o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que transferiu a responsabilidade pela gestão do Fórum Permanente, previsto no art. 2º, inciso II, da LC 123/2006 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE); e, também, a criação do Site do Fórum Permanente para facilitar a gestão, a transparência, os debates e a divulgação dos resultados de seus trabalhos, disponibilizando em sua homepage o Empresômetro MPE, ferramenta que objetiva apresentar um resultado prático e facilitar o acompanhamento da aplicação da LC 123/2006.

4) Agenda Nacional: as oficinas de coleta de insumos e construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitividade da Micro e Pequena Empresa foram finalizadas em maio de 2013. Posteriormente, elaborou-se plano de trabalho consolidando os resultados apresentados e vinculando-os às ações constantes do planejamento da SMPE/PR para a política pública de apoio à micro e pequena empresa. Das 120 ações propostas, 25 foram apresentadas ao relator do PLP 221, que altera a Lei Complementar 123/2006, e passaram a compor o conteúdo da proposta de alteração da lei, outras 52 serão executadas diretamente pelo Portal Empresas Simples, enquanto as demais serão tratadas no âmbito do Fórum Permanente (ação finalizada).

Metas 2012-2015

• Regular a Cédula de Crédito Microempresarial - art. 46 da Lei Complementar 123/2006

Análise Situacional da Meta

A Lei Complementar nº 147/14, que alterou a Lei Complementar nº 123/2006, estabeleceu eficácia plena a este dispositivo, desobrigando o poder público de sua regulamentação. Neste sentido, esta meta se encontra cumprida.

• Regular a Fiscalização Orientadora - art. 55 da Lei Complementar 123/2006

**Análise Situacional da Meta**

Publicada a norma RDC ANVISA nº 49/2013, que regulamenta a fiscalização orientadora em matéria sanitária. Em matéria ambiental, o Ibama, após demanda da SMPE/PR à Consultoria Geral da União/AGU, publicou a Instrução Normativa nº 8, de 28 de março de 2014, que garante que o princípio da fiscalização orientadora deve ser observado pelo Ibama nas seguintes situações: i) ausência de inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; ii) utilização de motosserra sem autorização da autoridade ambiental competente; iii) não apresentação dos documentos solicitados pela autoridade ambiental competente referentes às atividades exercidas; iv) infração administrativa ambiental passível de sanção de advertência.

A Advocacia Geral da União (AGU) emitiu parecer favorável à MPE após consulta da SMPE/PR (Parecer 075/2013 /DECOR/CGU/AGU, aprovado em sete de novembro de 2013). Ao avaliar a divergência de entendimento entre SMPE/PR e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a AGU assegurou a aplicação da fiscalização orientadora em matéria ambiental. A Lei Complementar 123, de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevê a realização de fiscalização orientadora pelos órgãos e entidades competentes quando a atividade ou situação for classificada como de baixo risco. A lei, segundo a AGU, não se restringe apenas ao aspecto trabalhista, mas tem incidência também nos aspectos metrológico, sanitário, ambiental e de segurança. Isso quer dizer que, nesses casos, deve ser observado o critério da dupla visita, a primeira de orientação quanto ao cumprimento de eventuais exigências, com prazo para regularização, exceto se ocorrer reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização. Segundo a interpretação que vinha sendo aplicada pelo órgão ambiental os campos de incidência metrológico, sanitário, ambiental e de segurança se referiam ao primeiro, o trabalhista. Deste modo, excluía a sua aplicação da fiscalização ambiental e autorizava que os fiscais autuassem com multa as micro e pequenas empresas na primeira visita. Neste sentido, o princípio constitucional presente no art. 179 da Constituição, pelo qual, todas as esferas públicas devem dar "tratamento jurídico diferenciado para a simplificação, eliminação ou redução de obrigações legais às microempresas e empresas de pequeno porte" foi fundamental para assegurar o parecer favorável à SMPE-PR. A fiscalização não ficou restrita apenas ao meio ambiente do trabalho, pois isto não estaria em sintonia com o disposto na Constituição.

• Regularizar a Sociedade de Propósito Específico - art. 56 da Lei Complementar 123/2006**Análise Situacional da Meta**

O decreto de regulamentação se encontra em fase final de revisão, com previsão de publicação em 2015.

• Regularizar o acesso simplificado à justiça - art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006**Análise Situacional da Meta**

Encontram-se em curso tratativas para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o Ministério da Justiça e o Ministério Público da União para implementação do acesso aos mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias por meio do portal Empresa Simples, que será um portal de serviços dirigidos às micro e pequenas empresas. A previsão para a celebração do acordo é para 2015.

• Regularizar o apoio à inovação - art. 65 da Lei Complementar 123/2006**Análise Situacional da Meta**

Encontra-se pendente de regulamentação dispositivo que prevê a concessão de incentivos fiscais para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à inovação em micro e pequenas empresas. A regulamentação desse dispositivo deixou de ser prioritária, em função das diretrizes do Plano Brasil Maior.

• Regularizar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - art. 60-A da Lei Complementar 123/2006**Análise Situacional da Meta**

A regulamentação do dispositivo encontra-se em estudo pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).



OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

a) Portal Empresa Simples: em outubro de 2014, foi inaugurado o módulo do Portal Empresa Simples para baixa de empresas no Distrito Federal, já que a Junta Comercial do Distrito Federal é a única sob a responsabilidade direta do Governo Federal. A ampliação do modelo integrado para a baixa e a abertura de empresas deve alcançar todo o Brasil em 2015. No âmbito do registro e legalização de empresas (RLE), o empresário, pessoalmente, baixa a sua empresa na Junta Comercial e na Receita Federal do Brasil num único processo, de forma simples e rápida. Com certificado digital, o procedimento pode ser feito pela Internet, sem necessidade de comparecimento em qualquer órgão público. Além dos serviços relacionados ao registro e legalização de empresas (RLE), o Portal Empresa Simples (PES) disponibilizará ao segmento empresarial brasileiro, especialmente à MPE, um conjunto de soluções voltadas à melhoria da competitividade e expansão da lucratividade. Essas soluções compõem o serviço do Portal Empresa Simples denominado Praça Eletrônica de Negócios (PEN), ponto de encontro entre a MPE e seus parceiros comerciais no mercado interno e externo. Entre 2013 e 2014 foi realizada a especificação técnica dos sistemas que comporão a Praça Eletrônica de Negócios. A implantação dos sistemas está prevista para o segundo semestre de 2015. A PEN foi concebida para integrar a empresa com seus compradores e fornecedores. Com a ferramenta, o catálogo da empresa poderá ser facilmente pesquisado pelos compradores usando os mesmos termos usados pelo vendedor para a caracterização. O comprador por sua vez, também poderá demandar à rede de empresas que tenham catálogo com um determinado produto ou serviço, solicitando fornecimento com determinada característica desejada. Em relação ao comércio exterior, a PEN, via consulta ao catálogo de produtos e serviços, promoverá a aproximação dos compradores estrangeiros, funcionando como poderoso instrumento de promoção comercial. A PEN disponibilizará também informações sobre as licitações de entes públicos bem assim informações cadastrais e certificados requeridos no processo de habilitação para vender para esses entes facilitando o cumprimento de exigências para participação em certames.

b) acesso ao mercado externo (Simples Internacional): em outubro de 2015, foi realizado o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para Micro, Pequenas e Médias Empresas, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), evento que contou com a participação de representantes de 30 países na discussão de medidas de simplificação e ampliação do comércio exterior para micro e pequenas empresas. Na ocasião, foi aprovada proposta brasileira de criação do Simples Internacional, que prevê a celebração de acordos bilaterais entre países que dispensem reciprocidade no tratamento tributário privilegiado e simplificado às exportações de micro e pequenas empresas. No âmbito do contrato SMPE – SERPRO encontra-se em fase final de especificação técnica o módulo de simplificação do comércio exterior para micro e pequenas empresas do Portal Empresas Simples. Sob a denominação de Simples Internacional, o sistema permitirá a criação de regime de exportação que contemplará procedimentos simplificados de habilitação, licenciamento, despacho aduaneiro e câmbio. Encontram-se também em curso tratativas com RFB/MF, SECEX/MDIC e operadores logísticos para a implementação do Simples Internacional.

c) acesso ao crédito: no âmbito do Portal Empresa Simples, foi concluída em julho a especificação funcional da solução CREDIRETO, mecanismo que facilitará a interação entre MPE e bancos. O início do desenvolvimento da solução está previsto para março de 2015, com previsão de lançamento para julho de 2015. Em 2014, foi assinada parceria para oferta do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, por meio do Bradesco e Santander. O objetivo é facilitar o acesso dos pequenos negócios a financiamentos, por intermédio de garantias complementares, em operações de crédito contratadas junto às instituições financeiras conveniadas.

d) acesso à inovação: no âmbito do Portal Empresa Simples, foi finalizada em junho de 2014 a especificação técnica da



solução Inova Fácil, que facilitará o acesso do empresário de MPE às soluções de inovação. O início do desenvolvimento da solução está previsto para março de 2015

e) capacitação de micro e pequenos empreendedores: em 2014, foi lançado o PRONATEC Aprendiz MPE, que permitirá aos pequenos negócios com um empregado a contratação de ao menos um aprendiz, o que aumenta o potencial do segmento para contribuir com a introdução do jovem no mundo do trabalho. O programa custeará o curso de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino. No âmbito das ações de capacitação financiadas com recursos provenientes de emenda parlamentar, foram atendidos 2.565 empreendedores em convênios firmados com as unidades do SEBRAE em RR e DF. No âmbito do Portal Empresa Simples, foi finalizada em junho de 2014 a especificação técnica da solução Gestão Progressiva, que facilitará o acesso do empresário aos instrumentos de capacitação e de melhoria de gestão empresarial. O início do desenvolvimento da solução está previsto para março de 2015, com previsão de lançamento para julho de 2015.

f) desenvolvimento do artesanato brasileiro: por meio do Programa do Artesanato Brasileiro, coordenado pela SMPE/PR, são desenvolvidas ações voltadas à geração de oportunidades de trabalho e renda, ao aproveitamento das vocações regionais, à preservação das culturas locais, à formação de uma mentalidade empreendedora e à capacitação de artesãos para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização e a comercialização dos produtos artesanais brasileiros. As ações do Programa visam, portanto, a consolidação do artesanato brasileiro enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades. O Programa é responsável pela elaboração de políticas públicas em nível nacional, contando com a parceria das Coordenações Estaduais do Artesanato, unidades responsáveis pela intervenção e execução das atividades de desenvolvimento do segmento. No período 2013 a 2014, foram ações da SMPE-PR: 1) Apoio logístico às Coordenações Estaduais: a SMPE-PR doou um caminhão baú a cada uma das 27 unidades da federação. A concessão dos veículos tem o objetivo de atender as Coordenações Estaduais do Artesanato e entidades representativas do segmento para aumentar as oportunidades de negócios com diferentes parceiros, e consequentemente, fomentar a renda e produção do artesão. O aumento da comercialização do artesanato é um dos principais objetivos do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Nesse sentido, com a melhoria na logística, é possível aumentar a oportunidade de participação de um maior número de artesãos e produtos nas feiras, além de viabilizar a presença em eventos por todo o país, como parte da política de apoio ao artesanato brasileiro; 2) Acordo de Cooperação com a Marinha brasileira: o navio-escola da Marinha que leva várias peças do artesanato brasileiro para apresentar a população de vários países da Europa e da América, percorrerá 12 países (Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal, Inglaterra, Suécia, Finlândia, Alemanha, EUA, México e Colômbia) até dezembro de 2014. A iniciativa é fruto da parceria entre a Marinha e a SMPE-PR, e faz parte do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Sob o conceito “Amazônia Azul”, as peças remetem ao mar e trazem um pouco da cultura brasileira como, por exemplo, as obras Sereia, Tartaruga Marinha, Caranguejo Gigante da Amazônia, Peixe Tucunaré, dentre outros trabalhos artesanais que farão parte da mostra. Em cada cidade que o navio-escola atracar será realizado um coquetel para as autoridades locais, que serão presenteadas com alguma peça do artesanato brasileiro; 3) Apoio em oportunidades de negócios: apoio à participação de artesãos em sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas 235 mil peças, com faturamento aproximado de R\$ 5,5 milhões; 4) Plano Nacional de Capacitação de Artesãos: realização de três turmas para artesãos em três unidades da federação, que promoveram a formação de oitenta multiplicadores da metodologia; 5) Apoio aos estados para utilização do SICAB: aquisição e doação aos estados de 27 impressoras da Carteira do Artesão e do Trabalhador Manual no âmbito do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB); 6) Cooperação Técnica com Secretaria de Promoção da Igualdade Racial: assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e a Secretaria de Política para Promoção da Igualdade Racial com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola, durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocorrida em Brasília; 7) Projeto Vitrines Culturais: parceria com o Ministério da Cultura que viabilizou espaços de comercialização nas doze cidades-sede da Copa do Mundo – FIFA 2014, que contaram com a participação de artesãos de todos os estados; 8) Promoção da Feira de Natal Mãos Brasileiras – Capital – SP: realizou-se no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo-SP, entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2014, com representação de 24 estados, ocupando 9.044 m² de área para comercialização. Foram



vendas cerca de 93 mil peças artesanais, totalizando a comercialização em aproximadamente R\$ 1.800.000,00.

Metas 2012-2015

- **Atender 3 milhões de micro e pequenos empresários por meio de portal de serviços disponível na internet**

Análise Situacional da Meta

A implantação do Portal está prevista para o segundo semestre de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs**

Análise Situacional da Meta

Os valores referentes à execução de 2013 foram revistos. Os valores inicialmente informados eram referentes a informações declaradas. Os valores inicialmente informados eram referentes a informações declaradas pelos convenientes dos convênios nºs 780589/2012 e 781211/2012 se referiam, na verdade, ao número de empresários matriculados e não efetivamente concluintes das atividades de capacitação. Após revisão dados referentes a 2013, os seguintes resultados foram consolidados por região: sul: 0; sudeste: 0; centro oeste: 605; nordeste: 52; e norte: 736. Em 2014, foram atendidos 2.565 empreendedores em convênios firmados com as unidades do SEBRAE em RR e DF. A meta alcançada até 2014 é de 4.908 empreendedores capacitados.

Quantidade alcançada

4.908

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	unidade	3.163	31/12/2014
Região Nordeste	20.000	unidade	302	31/12/2014
Região Norte	5.000	unidade	998	31/12/2014
Região Sudeste	40.000	unidade	240	31/12/2014
Região Sul	20.000	unidade	205	31/12/2014

- **Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R\$ 5 bilhões em 2010 para R\$ 21,2 bilhões.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram concedidos R\$ 38,3 bilhões, superando a meta em mais de 80%.

Quantidade alcançada

38,3

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

As ações de cooperação técnica internacional realizadas no âmbito desse objetivo buscaram promover o intercâmbio de boas práticas em políticas públicas para micro e pequenas empresas, focando essencialmente a transferência de conhecimentos que possam apoiar o desenvolvimento de iniciativas correlatas em nível nacional. Entre 2012 e 2013,



foram realizadas três ações de cooperação técnica do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil sobre o tema pequenas empresas. No âmbito destas ações foram produzidos três estudos sobre capacitação empreendedora, fomento ao artesanato e anjos de investimento, que buscam identificar boas práticas sobre o tema encontradas na União Europeia que possam auxiliar o Brasil na definição de políticas públicas para os temas. Ainda no âmbito do Projeto foram lançados em junho livros correspondentes que compilam os resultados da ação empreendedorismo e competitividade para pequenas empresas.

Em outubro de 2013, foi realizado o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para Micro, Pequenas e Médias Empresas, em parceria com a Organização dos Estados Americanos - OEA e com o SEBRAE, evento que contou com a participação de representantes de 30 países na discussão de medidas de simplificação e ampliação do comércio exterior para micro e pequenas empresas. Na ocasião, foi aprovada proposta brasileira de criação do Simples Internacional, de autoria da SMPE-PR, que prevê a celebração de acordos bilaterais entre países que dispensem reciprocidade no tratamento tributário privilegiado e simplificado às exportações de micro e pequenas empresas.

Em 2014, foram realizadas reuniões com organismos multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ocasião, foram tratadas possibilidades de cooperação em estudos e políticas para micro e pequenas empresas. Foram ainda mantidos contatos com representantes da Colômbia, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan, com o objetivo de discutir intercâmbio de experiências em políticas para MPE e facilitação do comércio. Em reuniões mantidas com a Secretaria Executiva, representantes de países africanos como Angola e Senegal demonstraram interesse nas políticas para MPE desenvolvidas no Brasil. O Ministro de Estado realizou visita à Argentina com o objetivo de discutir ações para simplificação do comércio bilateral das micro, pequenas e médias empresas. A SMPE participou do Foro PYMES Itália-América Latina, evento que teve por objetivo promover o intercâmbio de boas práticas e a colaboração entre os sistemas de PME italiano e latino-americano. Para discutir políticas de financiamento às MPE, o Secretário-Executivo da SMPE participou do FOROMIC, evento organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Metas 2012-2015

- **Estabelecer acordo de cooperação técnica internacional para implantação do Simples Internacional**

- Análise Situacional da Meta**

- Em 2014, foram realizados contatos com representantes da Colômbia, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan, com o objetivo de discutir intercâmbio de experiências em políticas para MPE e facilitação do comércio. O Ministro de Estado realizou visita à Argentina com o objetivo de discutir ações para simplificação do comércio bilateral das micro, pequenas e médias empresas.

- **Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF)**

- Análise Situacional da Meta**

- Em 2014, foram realizadas reuniões com organismos multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

- **Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF**

- Análise Situacional da Meta**

- Em 2014, foram realizadas reuniões com organismos multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.



Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

Foi apresentada proposta de exclusão deste objetivo, pois o conteúdo deste objetivo caracteriza na verdade um conjunto específico de iniciativas do objetivo 0837.

Metas 2012-2015

- **Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato**

Análise Situacional da Meta

Não houve execução desta meta tendo em vista que a iniciativa deixou de ser prioritária a partir da contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para desenvolvimento do portal Empresa Simples, plataforma de serviços que disponibilizará ao empresário brasileiro soluções na área de abertura e fechamento de empresas, acesso a mercados, crédito, inovação e acesso à justiça.

- **Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi alcançada em 2012, por meio de acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Foi desenvolvido o mapeamento da produção artesanal, a partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ilustra, por unidade da federação, quais os principais produtos artesanais produzidos na região. O estudo foi realizado para 18 categorias de artesanato, o que apoiará a elaboração do diagnóstico e o planejamento de ações específicas para cada segmento, buscando identificar desafios e oportunidades para cada tipologia de artesanato.



PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	19.591.282	31/12/2012	22.217.595
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.402.075	31/12/2012	1.613.060
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	848.970	31/12/2012	1.155.634
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	66,6	31/12/2014	71,03
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	3,21	31/12/2014	9,16

Observações:

Número de empregos formais no setor terciário - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Anual de Serviços.

Somatório dos pessoal ocupado dos serviços empresariais não financeiros e do pessoal ocupado das empresas comerciais.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Servicos/pas2012/xls/tab01.zip (serviços não financeiros)

ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Comercio/2012/xls/total_empresas_2012.zip (comércio)

Número de estabelecimentos do setor de comércio - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual do Comércio.

Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pac/2012/default_xls.shtm

ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Comercio/2012/xls/total_empresas_2012.zip

arquivo: tab01.xls

planilha: TAB01C

A Pesquisa Nacional do Comércio de 2013 do IBGE tem previsão de publicação em 2015.

Número de estabelecimentos do setor de serviços - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Serviços.

Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2012/defaulttabzip_xls_2012.shtm

ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Servicos/pas2012/xls/tab01.zip

arquivo: tab01.xls

planilha: Tab01B

A Pesquisa Nacional de Serviços de 2013 do IBGE tem previsão de publicação em 2015.

Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2014, cf. Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

Link para acesso em 8/4/2015:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>

Link para download em 11/2/2015:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip

Arquivo: Tab_Compl_CNT_4T14.xls

Planilha: Valores Correntes

Calculado pela soma dos quatro últimos trimestres disponíveis da coluna "O" (Total Serviços) dividido pela soma dos quatro últimos trimestres disponíveis da coluna "P" (VA), dado em percentual.

Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro 2014, comparado a igual período de 2013, cf. Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, disponíveis em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip



Arquivo: Tab_Compl_CNT_4T14.xls

Planilha: Valores Correntes

Fórmula de cálculo: (Somatória dos valores dos últimos 4 quadrimestres da coluna "Total - Serviços" (coluna O da planilha), dividido pela somatória dos 4 quadrimestres anteriores)-1

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

1. Atos registrados: Micro Empreendedor Individual – MEI: O número de microempreendedores individuais (MEI) atingiu 4.653.131 de beneficiários registrados pelo Portal do Empreendedor, desde sua implantação em julho de 2009. Para facilitar a realização do pagamento pelo MEI e garantir o seu acesso aos benefícios previdenciários, incentivando a inadimplência, no ano de 2014 a SMPE-PR promoveu o Carnê da Cidadania, com a impressão e remessa de carnês a todos os formalizados até o ano anterior e no decorrer deste período.

Outras Naturezas Jurídicas: tendo como fonte os relatórios estatísticos enviados pelas Juntas Comerciais de todo o País em 2014, o Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI apurou a abertura de 529.759 empresas e o registro de 993.350 microempreendedores individuais (MEI), totalizando 1.523.109 constituições de empresas no país. Processaram-se 1.716.534 alterações e 281.271 extinções, totalizando 3.520.914 atos registrados, exceto atos concernentes a alterações e extinções do MEI.

2. Projeto Integrar: em continuidade com a implantação do Projeto Integrar, foi implantada mais uma etapa prévia de coleta eletrônica de informações e consulta sobre a viabilidade de nome empresarial nas Juntas Comerciais e de localização do empreendimento, mediante integração com prefeituras. Decorrente de parceria com o Sebrae e a Junta Comercial de Minas Gerais, foram iniciadas operações nos estados de Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Ceará. A iniciativa reduz as etapas do processo de legalização para os usuários e prepara as equipes técnicas para a execução dos novos processos do RLE - Registro e Licenciamento de Empresa.

3. Normatização: atualizou-se o normativo vigente sobre o registro empresarial, resultando na edição de um novo conjunto de 20 instruções normativas, publicadas em dezembro de 2013, e revogação de 39 atos, alguns superados há muitos anos. A iniciativa traz mais segurança e previsibilidade aos usuários e facilita revisões normativas para adaptação aos novos processos de trabalho que serão implantados. Uma das mais importantes inovações trazidas pela revisão é a possibilidade de utilização de via única para registro. Atualmente são necessárias três vias. A simplificação facilita a operação de análise e registro, devendo aumentar a agilidade do atendimento dos usuários.

4. Migração de sistemas de registro mercantil do MDIC/SMPE/SERPRO: Em 2014, deu-se ainda, continuidade da transição de bases cadastrais e aplicativos informatizados relativos ao sistema de registro mercantil (migração dos sistemas, CNE, SIARCO V3, SEDMEI, RE e FCN) de atendimento de Juntas Comerciais brasileiras, inclusive a Junta Comercial do Distrito Federal, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para o SERPRO, por força da lei de criação da SMPE-PR.

5. Capacitação de técnicos e vogais das juntas comerciais: reunião técnica, em seis de outubro de 2014, com a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis – FENACON com vista à parceria, por meio de acordo de cooperação técnica para a capacitação das equipes técnicas das juntas comerciais, dos vogais, e de usuários, em especial, os contabilistas e empresários contábeis, por meio de ações voltadas para o compartilhamento de conhecimento e metodologias relacionadas ao processo de simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios que resultem no intercâmbio de informações, cursos e projetos para capacitação à distância. Em análise técnica pela FENACON, a minuta de ACT será encaminhada, posteriormente, para a análise e aprovação da Assessoria Jurídica da SMPE.

Metas 2012-2015



- **Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Levantamento realizado pela aferição dos prazos de registro micro e pequenas empresas de baixo risco pelas juntas comerciais, por meio de pesquisa junto a essas, com resultado divulgado em janeiro de 2015. Nos anos de 2012 e 2013, pelo fato de o departamento não possuir ferramentas adequadas para o levantamento, os dirigentes do DREI (antigo DNRC) optaram por não realizá-lo. Manteve-se o número de nove dias, resultado da Pesquisa Base do ano de 2011.

Quantidade alcançada

4,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Levantamento realizado pela aferição dos prazos de registro micro e pequenas empresas de baixo risco pelas juntas comerciais, por meio de pesquisa junto a essas, com resultado divulgado em janeiro de 2015. Nos anos de 2012 e 2013, pelo fato do departamento não possuir ferramentas adequadas para o levantamento, os dirigentes do DREI (antigo DNRC) optaram por não realizá-lo. Manteve-se o número de seis dias, resultado da Pesquisa Base do ano de 2011.

Quantidade alcançada

2,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais**

Análise Situacional da Meta

Levantamento realizado pela aferição das soma dos prazos para a decisão de processos/registo de empresários individuais e sociedades contratuais, por meio de pesquisa junto as Juntas Comerciais, com resultado em janeiro de 2015. Nos anos de 2012 e 2013, pelo fato do departamento não possuir ferramentas adequadas para o levantamento, os dirigentes do DREI (antigo DNRC) optaram por não realizá-lo. Em 2014, apurou-se a taxa de 5% para redução de tempo de registro de processo.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Durante a elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços, sabia-se que a existência de informações oficiais que permitissem avaliar oportunidades dispersas pelo País seria um dos principais requisitos para a formulação de políticas públicas e a realização de bons negócios no setor privado. A assimetria de informações poderia prejudicar investimentos regionais e comprometer o desenvolvimento econômico e social locais. A primeira edição do Atlas Nacional do Comércio e Serviços representa medida pioneira das Agendas Estratégicas dos três Conselhos de Competitividade do Bloco 5 do Plano Brasil Maior. Trata-se de um referencial público de informações, com vistas a caracterizar o setor terciário brasileiro com maior exatidão, e orientar as políticas públicas e os investimentos privados mediante o mapeamento do setor.



Para a elaboração da 1ª edição impressa, em 2013, fez-se necessária uma intensa articulação com diversas instituições, em especial o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-Nacional). Tem havido apoio também da Secretaria de Planejamento e Investimentos (SPI/MP) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Encontra-se vigente Acordo de Cooperação Técnica com o Sebrae, assinado em 2012, no qual está prevista a parceria para o Atlas.

Em 2014, discutiu-se a parceria com o IBGE para desenvolver plataforma eletrônica online específica para o Atlas em 2015 para realização de novos cruzamentos e geração de mais informações, bem como gerar novos dados e mapas para a versão on-line. Está prevista também a publicação da 2ª edição impressa do Atlas ao final desta parceria.

Para esta atividade, os principais resultados, acumulados até dezembro de 2014, foram: 1) Disponibilização da Primeira Edição 2013, em versão em pdf na página da SCS; 2) Inclusão de camadas do Atlas na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE; e 3) Elaboração de proposta de Termo de Execução de Descentralização de Crédito entre SCS/MDIC e IBGE para o desenvolvimento de plataforma online, atualização de dados e elaboração de novos mapas e informações.

Metas 2012-2015

• Elaborar o Atlas Nacional de Serviços

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas tratativas com o IBGE para o desenvolvimento do projeto do Atlas Nacional de Comércio e Serviços com base em Termo de Execução de Descentralização de Crédito para este órgão com duração de cinco anos. Nesta cooperação estão previstos o desenvolvimento de plataforma eletrônica online específica para o Atlas, contemplando atualização de mapas existentes e inclusão de novas informações e variáveis; e a formulação, publicação e divulgação de segunda edição do Atlas, amplamente revista, ao término desta cooperação.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar o Atlas Nacional do Comércio

Análise Situacional da Meta

O processo de elaboração do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços produziu um único documento chamado Atlas Nacional de Comércio e de Serviços. Esse processo ocorreu conforme descrito na análise situacional da meta “Elaborar Atlas Nacional de Serviços”.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Um dos principais objetivos do Programa Comércio e Serviços é traçar uma agenda de ações para promover uma



inserção econômica competitiva nos ambientes doméstico e internacional do setor terciário nacional. Para isso, é importante a compreensão das perspectivas de crescimento e desenvolvimento do País.

Até o terceiro trimestre de 2014, para o acumulado nos últimos quatro trimestres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor de terciário, que inclui comércio e serviços, respondeu por 69,82% do valor adicionado do PIB (frente a 66,6% registrado em 2010). Outro dado relevante do setor é que no acumulado de janeiro a novembro de 2014, de acordo com os dados atualizados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), Comércio e Serviços, corresponderam a 86% do saldo total de empregos com carteira assinada, ao adicionarem, respectivamente, 191 mil e 614 mil postos de trabalho. Esses dados atestam a importância dos setores de comércio e serviços para a dinâmica da economia brasileira.

No âmbito da estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços e intangíveis, cabe destacar que, para fazer frente aos desafios do comércio exterior de serviços, em 01/01/2014, entrou em produção o submódulo Registro de Presença Comercial no Exterior (RPC), integrante do Módulo Venda do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV). Esse submódulo destina-se à coleta de informações, para fins econômicos e comerciais, a respeito de operações realizadas por meio de presença comercial no exterior (filial, sucursal ou controlada) relacionada à pessoa jurídica domiciliada no Brasil, relativas à prestação de serviços, à transferência de intangíveis ou à realização de outras operações que produzam variações no patrimônio. Em 2014, deu-se prioridade ao desenvolvimento e à homologação do Data Warehouse – DW para o Siscoserv, que deverá entrar em produção e estar disponível como ferramenta de geração de estatísticas a partir de 2015. Com as informações coletadas e processadas a partir dessa funcionalidade, serão disponibilizados insumos estatísticos essenciais tanto à implementação do sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços e intangíveis quanto para a formulação de políticas públicas para fomento à exportação.

Em 2014, iniciou-se uma nova revisão da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações (NBS), de forma mais ampla que a de 2013, cujo objetivo foi corrigir as inexatidões presentes na versão original da Nomenclatura, analisando as contribuições advindas dos setores público e privado para que seja possível acrescentar novos serviços que não foram incluídos nas

versões anteriores da NBS. Uma nova versão da NBS e de suas Notas Explicativas deve entrar em vigor a partir de 2016. Ainda, entre as ações estratégicas do Plano Brasil Maior (PBM), foram realizadas atividades para a elaboração de estudo visando o fomento do uso de etiquetas inteligentes nos setores de Comércio e Serviços Logísticos do Brasil. Essa tecnologia possibilita a modernização do varejo, fortalecimento da logística e construção de maior integração e competitividade das cadeias produtivas. Trata-se de uma nova ferramenta da automação, que carrega informações completas do produto, que, ao ajudar a criar um sistema global de registro de bens usando um sistema de numeração único (Electronic Product Code), viabiliza a chamada internet das coisas e possibilita a leitura dos dados por radiofrequência, em todos os elos da cadeia de suprimentos e em todos os mercados. Nesse sentido, em conjunto com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI, a SCS/MDIC realizou quatro oficinas para levantamento do cenário nacional de possibilidades de uso de etiquetas inteligentes por instituições de Governo e pelo Setor Privado, nas seguintes temáticas:

1) as experiências públicas de uso das etiquetas inteligentes; 2) aspectos fiscais relacionados a etiquetas inteligentes; 3) as experiências privadas no uso das etiquetas inteligentes; e 4) soluções tecnológicas e industriais fornecidas no País. Além das oficinas, foi realizado benchmark internacional com países selecionados (Reino Unido, Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos), para a identificação de boas práticas, cases e políticas adotadas para estimular a utilização da tecnologia. O resultado do estudo foi apresentado em evento ocorrido no MDIC em dezembro de 2014, com a participação de representantes do setor público e privado.

O Programa Servir foi lançado durante o Simbracs de 2013 e busca identificar e disseminar boas práticas no atendimento prestado aos consumidores, provendo informações de qualidade para a busca da excelência nos serviços prestados pelos setores de Comércio e Serviços. O piloto foi realizado em 2014 com o setor supermercadista e as informações foram coletadas por meio de aplicativo digital desenvolvido especialmente para o programa e pode ser acessado por



smartphones (inicialmente sistema Android).

Com o objetivo de ampliar as fontes de informação disponíveis e apoiar os potenciais exportadores de serviços, elaborou e publicou-se o Guia Básico para Exportação de Serviços. O Guia explica como fazer um planejamento estratégico para exportação de serviços e detalha os mecanismos de apoio à exportação de serviços e intangíveis. Essa iniciativa foi elaborada com a parceria do MRE, o que possibilitou a sua publicação sem a utilização de recursos financeiros. Cabe também destacar que, no primeiro semestre de 2014, foi disponibilizada 4ª edição do Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil, atualizada até junho/2014. Essa edição contém cerca de 176 projetos, totalizando mais de US\$ 136,2 bilhões a serem realizados nos próximos anos, nos setores de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, telecomunicações, geração e transmissão de energia, mobilidade urbana, construção, turismo e óleo e gás. O Catálogo é um instrumento para a atração de recursos voltados aos projetos de desenvolvimento do País, com objetivo principal de apoiar a tomada de decisões por parte dos investidores, oferecendo acesso a informações seguras, organizadas e de qualidade sobre os projetos. Sua elaboração contou ainda com o apoio do MRE, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Ministério da Fazenda (MF), da Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI) e do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico (CONSEDIC). A publicação do Catálogo foi realizada pela Apex-Brasil.

A 4ª Edição do Catálogo encontra-se disponível no sítio do MDIC, no seguinte link:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4470>.

Em 2014, desenvolveu-se um sistema on-line, que está em fase de homologação, que irá receber informações de novos projetos, promovendo as oportunidades de investimento no Brasil de forma mais dinâmica. O Catálogo, bem como o sistema on-line, será administrado, ao ser concluído, pela Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI).

Metas 2012-2015

• Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)

Análise Situacional da Meta

Implantou-se o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) em 1º de agosto de 2012. O Sistema teve implantação gradual, por capítulos da NBS, e em outubro de 2013 concluiu-se essa implantação. Em 2014, o Submódulo de Presença Comercial no Exterior, parte integrante do Módulo Venda do Siscoserv, foi implantado possibilitando o conhecimento dos serviços prestados e intangíveis transferidos pelas empresas brasileiras com presença comercial no exterior (filiais, sucursais ou controladas)

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (Siscoserv) foi implantado, em 1º de agosto de 2012.

Para propiciar ao setor privado um tempo de adaptação às exigências do Sistema, sua implantação ocorreu de acordo com um cronograma, que adota como referência os capítulos da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – NBS, disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2234>. Além do cronograma de implantação do Sistema por capítulo da NBS, e com o objetivo de oferecer um período de transição para adaptação dos usuários ao sistema, foram previstos prazos diferenciados para o registro no sistema:

-De 1º/8/2012 a 31/12/2013: até o último dia útil do sexto mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização de operação que produza variação no patrimônio;



-De 1º/1/2014 a 31/12/2015: até o último dia útil do terceiro mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização de operação que produza variação no patrimônio (alteração de prazo em virtude de diversas demandas recebidas do setor privado quanto à necessidade de ampliar o prazo de adaptação do setor privado às exigências do Sistema); e

-A partir de 1º/1/2016: até o último dia útil do mês subsequente à data de início da prestação de serviço.

Tendo em conta as etapas e prazos descritos acima, bem como o tempo necessário para o desenvolvimento e homologação do DW, o início da divulgação periódica de estatísticas do Sistema dar-se-á a partir de 2015, para que se possa garantir uma série histórica que gere comparabilidade e maior qualidade dos dados.

Não obstante, no Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços – ENASERV 2014, ocorrido em 30/5/2014, foram apresentados dados preliminares oriundos do Siscoserv, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2013. Na ocasião, demonstrou-se um total de 6.616.206 operações realizadas no Sistema. Apuraram-se US\$ 16.951 milhões em vendas ao exterior e US\$ 31.556 milhões em aquisições pelo Brasil.

Adicionalmente, os dados extraídos das informações registradas no Sistema já estão sendo utilizados como subsídios para o desenho de trabalhos de inteligência comercial e de estratégias de ação e políticas para o fomento ao comércio exterior de serviços, bem como para subsidiar reuniões bilaterais. Como exemplo, podem ser enumerados o Perfil dos negócios em Serviços do Brasil com os países da Copa, com os países dos BRICS e com os países do G-20. O Perfil, fruto da utilização de dados agregados do SISCOSERV, traça panoramas bilaterais de relação comercial no setor de serviços e intangíveis entre o Brasil e os demais países participantes da Copa e dos Blocos mencionados, oferecendo novas perspectivas para a inteligência comercial do setor privado de serviços.

No primeiro mês de produção do Sistema (agosto de 2012), 27 usuários efetivaram registros de operações de venda e aquisições de serviços e intangíveis com o exterior. Com o transcorrer do tempo, houve um aumento considerável na quantidade de usuários mensais do Sistema. Em dados ainda preliminares, computou-se, até o início de outubro de 2014, 10.464.263 operações realizadas no Sistema, por cerca de 27.500 usuários, em transações com 243 países. Adicionalmente, o DW do Siscoserv, ferramenta que possibilitará a disponibilização de dados acurados e de forma ágil e segura foi desenvolvido e homologado em 2014 e estará disponível a partir de 2015, como ferramenta que possibilitará maior qualificação dos dados gerados a partir do Sistema.

Cabe, ainda, destacar que em 2014 trabalhou-se na homologação do DW, para sua entrada em produção a partir de 2015. Com as informações coletadas e processadas a partir dessa funcionalidade, serão disponibilizados insumos estatísticos essenciais à implementação do sistema de informação estatística mensal.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

• Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi descontinuada, em função das dificuldades operacionais e técnicas para executar a premiação.

• Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio

Análise Situacional da Meta

Em 2014, em parceria com o Sebrae Nacional, elaborou-se e divulgou-se a revista referente à edição de 2013 do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), que possui como objetivo difundir os avanços, as propostas, as ideias, e sugestões discutidas durante toda a programação do evento. O Simbracs integrou o Plano Brasil Maior (PBM) e se propôs a congregar a sociedade brasileira e parceiros internacionais em torno de ações que fortalecessem a competitividade do setor terciário e o bem-estar do consumidor.

A discussão sobre a estrutura e programação do evento foi iniciada durante as reuniões dos Conselhos de Competitividade de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos do Plano Brasil Maior, realizadas em 23, 24 e 30 de abril de 2014. No dia cinco de junho de 2014 foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho formado por membros



dos três Conselhos (Comércio, Serviços e Serviços Logísticos) do PBM, no qual foram detalhadas e debatidas as principais propostas de temas e estrutura do evento. Entretanto, pelo fato do evento necessitar de ampla divulgação principalmente nos meses que o antecederiam (setembro e outubro), considerando as restrições do período eleitoral o Simbracs não foi realizado em 2014.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

12/12/2014

• **Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014, em parceria com a AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil, organizou-se no dia 30 de maio, o ENAServ 2014 – Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços, com o objetivo de discutir uma agenda propositiva para as exportações de serviços do país. Durante o evento, foram realizados painéis para a discussão das perspectivas das exportações brasileiras sob a ótica das autoridades públicas e das lideranças empresariais, que contou com a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como do Secretário de Comércio e Serviços; os avanços e aprendizados para a internacionalização do setor de serviços e as iniciativas para a alavancagem de exportação de serviços.

Além disso, durante o encontro foram lançadas estatísticas do Siscoserv atualizadas, e o Prêmio Destaque nas Exportações de Serviços 2014, conferido pelo MDIC e pela AEB para empresas que tiveram expressiva participação nas vendas externas de serviços e intangíveis no ano de 2013. As indicações do MDIC tomaram por base as informações registradas no Siscoserv.

Em agosto, participou-se da 33ª edição do Encontro Nacional de Comércio Exterior – ENAEX 2014, no Rio de Janeiro, organizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, o evento de referência no Brasil em matéria de comércio exterior. Naquela oportunidade, em parceria com a AEB organizou-se uma oficina para avaliar os dois anos de funcionamento do Siscoserv, na qual foram discutidos os desafios e as oportunidades para a utilização do sistema.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

12/12/2014



PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	01/01/2011	9,7	31/12/2013	10,8
Corrente de comércio de bens	US\$ bilhão	01/01/2011	383,564	31/12/2014	454,1609
Exportação total de bens	US\$ bilhão	01/01/2011	201,915	31/12/2014	225,101
Exportação total de serviços	US\$ bilhão	01/01/2011	30,072	31/12/2014	41,107
Participação brasileira no comércio mundial	%	01/01/2011	1,36	31/12/2013	1,33
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	01/01/2011	35,5	31/12/2014	31,9
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	01/01/2011	22,7	31/12/2014	-10,44
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	01/01/2011	15,43	31/12/2014	7,1974
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	01/01/2011	25,5	31/12/2014	23,7

Observações:

Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro - Fonte: Secex/MDIC e IBGE - Balança Comercial - Dados consolidados 2014.

Site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEEX » Balança comercial brasileira: dados consolidados (publicação)

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf (página 33)

Corrente de comércio de bens - Resultado de 2014, cf. relatório 'Balança Comercial Brasileira: acumulado em 12 meses', disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014_12/bcb002.doc Arquivo: bcb002.doc

Alternativa: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf

Pelo site do www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEEX » Balança comercial brasileira: Mensal » 2014 » Dezembro 2014

Exportação total de bens - Resultado de 2014, cf. relatório 'Balança Comercial Brasileira: acumulado em 12 meses', disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf

Alternativa: http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014_12/bcb002.doc Pelo site do www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEEX » Balança comercial brasileira: Mensal » 2014 » Dezembro 2014

No site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEEX » Balança comercial brasileira: Mensal » 2014 » Dezembro 2014

Exportação total de serviços - Resultado acumulado em 2014, cf. relatório 'Série Histórica do Balanço de Pagamentos', disponível em <http://www.bcb.gov.br/ftp/notaecon/balpagm.zip>

No site www.bcb.gov.br: Início » Economia e finanças » Séries temporais » Tabelas especiais » Setor Externo » Balanço de pagamentos

Participação brasileira no comércio mundial - Fonte: Secex/MDIC e OMC-WTO - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2014.

Site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEEX » Balança comercial brasileira: dados consolidados (publicação)

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf (página 35)



Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2014. Extraído da página 21 da apresentação 2014: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf

Dados completos de 2013 disponível em:

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1389617044.xls

Link disponível na página do Ministério: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1113&refr=608> (Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEX » Outras estatísticas de comércio exterior » Exportações / importações dos setores industriais por intensidade tecnológica)

Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2014, comparado a igual período anterior, cf. relatório 'Exportação brasileira – FOB – Por fator agregado', disponível em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>.

No site www.bcb.gov.br: Início » Economia e finanças » Indicadores de conjuntura » Indicadores econômicos >> Exportação brasileira – FOB – Por fator agregado

<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/ie5-04.xls>

Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2014, comparado a igual período anterior, cf. relatório 'Série Histórica do Balanço de Pagamentos', disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>.

No site www.bcb.gov.br: Início » Economia e finanças » Séries temporais » Tabelas especiais » Setor Externo » Balanço de pagamentos

No arquivo .xls, subtrai-se a linha 49 (receita governamental de serviços) da linha 11 (receita de exportação de serviços) e se tira a variação percentual.

Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras - Fonte: MDIC - Dados referentes ao acumulado de 2014.

No site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Operações de Comércio Exterior - DECEX » Drawback » Dados Consolidados de Drawback (Suspensão)

http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1421841683.pdf (página 5)

OBJETIVO: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2014 foram implementadas diversas melhorias em sistemas informatizados aduaneiros, com destaque para:

1. Programa Portal Único do Comércio Exterior

1.1 Lançamento do Portal Único do Comércio Exterior com a Implantação do Portal Siscomex e da Visão Integrada do Comércio Exterior - VICOMEX.

O Portal Siscomex visa centralizar o acesso aos serviços e sistemas governamentais destinados à obtenção de autorizações, certificações e licenças para exportar ou importar e à legislação pertinentes às operações de comércio exterior. No mesmo portal, o sistema Visão Integrada do Comércio Exterior (Vicomex), quando concluída todas suas fases de produção, irá facilitar o monitoramento das operações de comércio exterior, oferecendo aos usuários um painel de controle de suas operações, concentrando num só ponto informações até então dispersas em diferentes sistemas.

1.2 Piloto em quatro unidades aduaneiras, o projeto de anexação eletrônica de documentos e imagens digitais aos processos de importação, desenvolvido em âmbito do Portal Único do Comércio Exterior, a partir da Visão Integrada do Contribuinte.

1.3. Os demais projetos do programa também tiveram avanços significativos, com destaque para os projetos Catálogo de Produtos, Cadastro de Interveniente e Novo Processo de Exportação, que estão em fase de modelagem de processos.

2. Melhorias e Avanços nos Sistemas de Controle de Carga:

2.1. Foram implantadas diversas alterações no Sistema Mercante para absorção pela RFB da fiscalização e controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) decorrentes da publicação do Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.



2.2. Integração entre os sistemas Mercante x Porto Sem Papel (PSP) para a disponibilização de entrada única de dados relativos às cargas a partir do Sistema Mercante. A 1ª fase de integração, que contemplava a integração somente das informações comuns aos dois sistemas, foi implantada ainda em 2013. A 2ª fase da integração, correspondente à disponibilização da entrada única a partir do Sistema Mercante contendo todos os dados necessários aos dois sistemas, já foi entregue e está em fase de testes pelas Agências Marítimas desde 05/03/2014.

2.3. Foram desenvolvidas e implantadas novas funcionalidades e melhorias relativas ao Controle de Carga no Siscomex Carga, como o Boletim de Carga e Descarga fornecido pelos operadores portuários, contendo a lista de itens movimentados, motivos da movimentação, avarias e ocorrências, bem como o termo de constatação eletrônico para ciência do transportador frente às irregularidades apontadas pela Aduana.

2.4. Foi também efetuada uma ampla extração em diversos sistemas da RFB para se realizar um levantamento global e detalhado dos tempos dispendidos para a carga marítima em cada etapa do processo de importação, em todas as unidades do país, abrangendo os tempos médios gastos por cada interveniente no processo, incluindo os demais órgãos intervenientes, e permitindo que se efetuasse um diagnóstico dos entraves e dificuldades enfrentadas em cada etapa.

3. Novas Versões do Siscomex Importação Web:

3.1. Em continuidade ao processo de modernização da plataforma do Siscomex Importação, foram implantadas novas versões web do sistema, disponibilizando funcionalidades e facilidades até então somente disponíveis na versão desktop. As principais entregas e inovações do sistema até o momento foram:

- Registro e consulta aos demais tipos de declaração de importação;
- Consulta ao Tratamento Administrativo da SECEX e demais órgãos anuentes;
- Despacho Simplificado de Importação;
- Registro da declaração simplificada de importação;
- Consulta à tabelas do SISCOMEEX;
- Declarações de internação provenientes das importações de produtos através da Zona Franca de Manaus;
- Cadastro da Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística.
- Envio e recepção de declarações de importação via estrutura .XML;
- Despacho de declarações vinculadas a processos de perdimento de mercadoria;
- Alteração do fluxo do despacho de importação necessária ao desenvolvimento do projeto de Anexação Eletrônica de Documentos. Esta versão teve lançamento simultâneo com a implantação da anexação eletrônica de documentos no Portal Único de Comércio Exterior (dezembro 2014).

4. Melhorias na Gestão de Risco e Seleção para Conferência Aduaneira:

4.1. Está em processo de testes para implantação uma nova versão do atual sistema de seleção para conferência aduaneira, com implementação de melhorias nos atuais critérios de seleção das declarações de importação.

4.2. Está também em fase de piloto em três unidades da RFB o Sistema de Seleção por Aprendizado de Máquina (SISAM), o qual utiliza modernas técnicas de Inteligência Artificial para indicar possíveis riscos e irregularidades nos registros das declarações aduaneiras de importação.

5. Nova versão Web da Declaração de Exportação:

5.1 Iniciou o Piloto da versão Web da Declaração de Exportação em três unidades da RFB (modal marítimo, aéreo e terrestre), em dezembro de 2014, com possibilidade de upload de arquivo e acesso via certificação digital. Essa versão web traz ainda inovações como a vinculação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) à declaração e ao processo de exportação.

5.2 Estão sendo estruturados documentos eletrônicos como o conhecimento de carga terrestre eletrônico (CRT-e) e o Mic/Dta eletrônico, permitindo automatizar e simplificar procedimentos do controle aduaneiro de exportação atualmente exigidos em papel, como a autorização de embarque eletrônica, o controle do fracionamento da Declaração de Exportação e o Mic/Dta de saída.

Metas 2012-2015

- Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados (exs: e-NF, e-CRT, e-MIC/DTA, e-BL e e-AWB)

**Análise Situacional da Meta**

Além do desenvolvimento de uma nova versão Web da Declaração de Exportação, com possibilidade de upload de arquivo e acesso via certificação digital, está em desenvolvimento o Conhecimento de Carga Eletrônico Terrestre (CRT-e) no Siscomex Carga e o MIC/DTA eletrônico no Siscomex Trânsito, o que permitirá automatizar e simplificar procedimentos do controle aduaneiro de exportação atualmente exigidos em papel, como autorização de embarque eletrônica, o controle do fracionamento da Declaração de Exportação e o MIC/DTA de saída.

- **Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014 incidiram em canal de conferência 11,02% das Declarações de Importação registradas, superando, portanto, a meta estabelecida. A implementação e operacionalização do Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro foi relevante para o melhor direcionamento das ações de fiscalização aduaneira nos despachos de importação.

Quantidade alcançada

11,02

Data de Referência

31/12/2014

- **Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dias e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia**

Análise Situacional da Meta

Em relação a 2012, não houve impacto por movimento paredista, todavia continuam a ocorrer operações para defesa da capacidade concorrencial das empresas brasileiras, que impactaram o atingimento da meta de 1,5 dia. Obteve-se em 2013 tempo de 1,68 dia.

Na exportação a meta foi superada com folga, atingindo-se o tempo de 0,3 dia.

O tempo bruto do despacho de importação, no ano de 2014, foi de 1,64 dias, superando, portanto, a meta estabelecida de 2,22 dias.

Para o despacho de exportação obteve-se o tempo de 0,1 dia, tempo este bastante inferior à meta de 0,4 dia.

Quantidade alcançada em 2014: 1,64 dia para importação e 0,11 dia para exportação.

Quantidade alcançada

0,1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

No que concerne à Receita Federal, foram realizadas ações com vistas ao aprimoramento da fiscalização do comércio exterior no combate às práticas ilegais. Destaque-se a implantação e operacionalização do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, o qual tem contribuído para aumentar o grau de eficácia na seleção e a efetividade da atuação da Receita Federal no combate às irregularidades nas operações de importação e exportação. Faz-se relevante destacar ainda o crescente aumento das apreensões, cujo valor total de 2013, R\$1,68 bilhão, foi ultrapassado no ano de 2014, quando o valor total obtido das apreensões foi de R\$1,80 bilhão. Quanto à fiscalização aduaneira em zona secundária, o total de créditos tributários lançados chegou a R\$ 4,5 bilhões, resultado inferior ao mesmo período do ano passado (R\$ 5,5 bilhões), embora tenham sido realizadas 2256 fiscalizações, contra 1585 realizadas no ano de 2013.

Metas 2012-2015



• **Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A meta estabelecida para 2013 foi de 20% de incremento em relação às apreensões de 2011, ou seja, de R\$ 1,77 bilhão. A partir da realização de diversas operações especiais, o valor de apreensões obtido em 2013 foi de R\$1,68 bilhão, atingindo-se 95% da meta anual de 2013

No primeiro semestre de 2014 o valor total das mercadorias apreendidas em operações de repressão ao contrabando e descaminho atingiu o montante de R\$ 889 milhões. Tal volume de apreensões representa um incremento de 20,5% em relação às apreensões realizadas em 2011 (50% de R\$ 1,475 bilhões).

A meta estabelecida para 2014 foi de 30% de incremento em relação às apreensões de 2011, ou seja, de R\$ 1,92 bilhão. A partir da realização de diversas operações especiais, o valor de apreensões obtido em 2014 foi de R\$1,80 bilhão, atingindo-se 93,7% da meta anual de 2014.

No acumulado de 2012 a 2014 o valor total das mercadorias apreendidas em operações de repressão ao contrabando e descaminho atingiu o montante de R\$ 5,51 bilhões, que equivale a 103,5% da meta prevista para os 3 anos, R\$ 5,32 bilhões.

Quantidade alcançada

93,7

Data de Referência

31/12/2014

• **Aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária e, em igual percentual, o crédito tributário lançado**

Análise Situacional da Meta

Analisando os resultados do 1º semestre de 2014, houve o encerramento de 527 ações fiscais, o que representa um incremento de 29,8% em relação às ações encerradas em 2011, considerando que no primeiro semestre programa-se a realização de 40% da meta anual.

O total de crédito tributário lançado no 1º semestre de 2014 atingiu R\$ 1,93 bilhões, o que representa um crescimento de 12,2% em relação ao valor lançado em igual período de 2011 (40% de R\$ 4,3 bilhões)

Quantidade alcançada no 1º semestre de 2014: 29,8% no número de ações fiscais e 12,2% no valor dos lançamentos.

Até o final do ano de 2014 foram lançados R\$ 4.461.759.898,22, valor um 3% inferior ao lançado no ano de 2011. Com relação à meta de aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária, no ano de 2014 foram realizadas 2256 fiscalizações, quantidade superior em 79% à realizada em 2011.

Quantidade alcançada

79

Data de Referência

31/12/2014

• **Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, estiveram em curso 26 processos de investigação de origem na Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O mecanismo de falsa declaração de origem teve sua primeira investigação concluída em 2011. Concluíram-se 29 investigações de origem não preferencial, sendo seis em 2011, nove em 2012, oito em 2013 e seis em 2014. O universo de produtos investigados inclui ímãs de ferrite, escovas de cabelo, lápis de madeira, magnésio metálico, calçados, cadeados, malhas de viscose e ácido cítrico. Apesar de relativamente novo, o mecanismo tem se mostrado eficaz na proteção da indústria contra práticas ilegais de comércio.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014



- **Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Cumpriu-se a meta com a publicação da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

- **Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Não será criado sistema informatizado para a atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior. Em vez disso, está em desenvolvimento o Sistema DECOM Digital, que permitirá que os trâmites relativos aos processos administrativos de defesa comercial sejam feitos por via eletrônica. O mencionado sistema relaciona-se ao combate a práticas desleais (e não a práticas ilegais) no comércio exterior.

- **Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida. O Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros já se encontra instalado no prédio do Ministério da Fazenda, na cidade do Rio de Janeiro e está totalmente operacional.

- **Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras**

Análise Situacional da Meta

No Projeto de Adequações algumas obras de reformas e ampliações já foram concluídas, outras estão em andamento e outras foram iniciadas ainda no segundo semestre de 2014. No Projeto de Unidade Modelo, foi abandonada a ideia de construir inicialmente cinco unidades modelo, passando a trabalhar com um projeto macro visando englobar todos os 34 pontos de fronteira, para definir o Projeto Básico com módulos interconectáveis, concentrando diversas edificações em função de suas atividades e fluxo de serviço, sendo a quantidade e tamanho dos módulos de acordo com a necessidade específica da Unidade.

A Minuta do Edital de Licitação do Projeto Básico dos Módulos, a ser implantado em cada unidade de fronteira para atender as necessidades e especificidades de cada localidade encontra-se em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que se autorizado, será licitado para dar início ao Plano de Modernização das Unidades Aduaneiras das Fronteiras.

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 foram iniciadas 45 investigações de defesa comercial, número 32% inferior ao alcançado em 2013. Nesse período, foram recebidas e analisadas 53 petições de investigação, número 26% inferior ao de 2013. Atualmente, estão em curso 56 investigações de dumping e uma de subsídios. Em se tratando de investigações de fraude de origem, foram concluídos seis procedimentos em 2014. Ainda em 2014 foram iniciados 24 novas investigações de origem, com previsão de conclusão ainda durante o primeiro semestre de 2015.

Com a publicação e a entrada em vigor do Decreto nº 8.058, de 2013, bem como o contínuo treinamento da equipe de investigadores, em 2014, houve redução dos prazos em todas as etapas das investigações. Em média, a análise das petições de investigação original ocorreu em 40 dias, as verificações in loco na indústria doméstica ocorreram em 35 dias, as determinações preliminares ocorreram em 118 dias e as determinações finais em 275 dias.

No que se refere às revisões de direitos antidumping em vigor, que têm procedimento diferenciado das investigações



originais, os prazos também foram reduzidos. Destaque-se que as verificações na indústria doméstica têm sido conduzidas antes do início dos procedimentos, a fim de evitar que possíveis inconsistências nos dados possam inviabilizar a investigação após seu início.

Cabe destacar também a consulta pública realizada com o objetivo de coletar sugestões da iniciativa privada para a atualização da legislação de medidas compensatórias, com regras mais precisas que possam neutralizar os efeitos negativos à indústria doméstica decorrentes de concessão de subsídios por governos estrangeiros aos seus exportadores. No que concerne à orientação do setor produtivo nacional, destaca-se a contínua instrução da indústria doméstica na elaboração de petições e o auxílio prestado por meio do Comex Responde, canal direto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) com o público externo.

Em 2015, prevê-se a publicação de regulamentações previstas no Decreto nº 8.058, de 2013, sobre revisão por alteração de circunstâncias, revisão para novo produtor ou exportador, restituição e redeterminação.

Além dos atos normativos supracitados, espera-se que a atualização do texto legal sobre investigações de subsídios, cuja minuta de decreto está em elaboração, seja discutido e aprovado no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Ademais, prevê-se que esteja em funcionamento o Sistema DECOM Digital, cuja finalidade é a formação de autos digitais, nos quais as partes interessadas em investigações de defesa comercial deverão enviar apenas versões eletrônicas dos documentos e terão acesso online aos autos, garantindo maior celeridade e transparência aos procedimentos.

Metas 2012-2015

- **Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação**

Análise Situacional da Meta

Desde a entrada em vigor do Decreto nº 8.058/2013, já foram iniciados 49 processos de defesa comercial sob seu amparo, dos quais 39 tiveram determinações preliminares publicadas. Registra-se que, para tais investigações iniciadas ao amparo do Decreto nº 8.058/2013, o prazo para a publicação da determinação preliminar foi, em média, de quatro meses. O prazo médio das determinações preliminares concluídas em 2013 ao amparo do Decreto 1.602/1995 foi de 12 meses. Contribuíram para a superação da meta a nova legislação (Decreto 8.058, de 2013), o aumento do número de investigadores e o seu contínuo treinamento. Na nova legislação foi estabelecida a obrigatoriedade das determinações preliminares, bem como a clara delimitação das fases probatória e de manifestações, além de uma linha do tempo precisa para todas as etapas da investigação. Com as novas regras, foram especificados todos os prazos que a autoridade investigadora e as partes interessadas devem observar ao longo de toda a investigação, inclusive as situações em que solicitações de extensão de prazos podem ser concedidas.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses**

Análise Situacional da Meta

Das investigações iniciadas sob a égide do Decreto nº 8.058/2013, quatro foram concluídas até a data de referência. Registra-se que, para tais investigações, o prazo para a publicação da determinação final foi, em média, de nove meses, superando com folga a meta para esse PPA.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.



Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Programa “Portal Único do Comércio Exterior” foi lançado oficialmente, em 23 de abril de 2014, com dois produtos (sistemas) em produção, a saber: O sistema de Visão Integrada (consulta processual integrada sobre declarações do comércio exterior) e o Portal Siscomex, que agrega em um único site os sistemas, legislação e notícias de comércio exterior de todos os órgãos governamentais intervenientes.

A fim de atender aos objetivos do programa Portal Único, foi editado o Decreto no 8.229/2014, de 23 de abril de 2014, que alterou o Decreto nº. 660, de 25 de setembro de 1992, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), e dispõe sobre o Portal Único de Comércio Exterior, criando uma Comissão Gestora responsável por sua governança. Em 17 de outubro de 2014, publicou-se a Portaria Interministerial nº 444 que aprovou o Regimento Interno da Comissão Gestora do SISCOMEX.

Os projetos constantes do Programa Portal Único obtiveram avanços importantes em consonância com o cronograma de trabalho. O Projeto Exportação concluiu o mapeamento de processos e legislação, situação atual e iniciou as discussões para a criação de uma nova sistemática de exportação. Projeto Plataforma e Anexação concluíram as fases de levantamento de requisitos e passaram a trabalhar na criação da especificação dos novos sistemas enquanto o Projeto Catálogo de Produtos encerrou a primeira etapa de pré-especificação.

Criou-se um novo Projeto dedicado à harmonização de dados, que consiste na coleta e análise de dados de formulários papel e eletrônicos solicitados por órgãos de governo com o objetivo de eliminar redundâncias e tornar o pacote de dados utilizados pelo governo brasileiro aderente aos modelos internacionais. Esse projeto tem por objetivo facilitar a integração dos sistemas de governo e a integração entre janelas únicas de diversos países tramitando protocolos de dados harmonizados com padrões internacionais.

No andamento dos trabalhos da criação de uma nova portaria que regulamente as normas de tratamento administrativo em conjugação ao trabalho do Programa Portal Único, surgiu a necessidade de tratar com prioridade a reformulação da regulamentação do Regime Aduaneiro Especial de Drawback. A partir de dois de setembro de 2014, com a edição da Portaria Conjunta RFB/SECEX nº 1.618, as empresas que utilizam a modalidade suspensão do regime aduaneiro especial de drawback podem substituir os insumos adquiridos por mercadorias equivalentes compradas sem o benefício para incorporação às exportações vinculadas ao regime. A atual norma elimina a obrigação de controles segregados de estoques físicos por parte das empresas beneficiárias e reduz custos de acesso aos mecanismos de desoneração tributária.

Metas 2012-2015

• Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal

Análise Situacional da Meta

O Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação de Comércio Exterior (GTIC) estabeleceu o cumprimento de seu mandato em duas etapas:

- i) Elaboração de projeto de norma em nível de lei. Desenvolveu-se, com apoio de consultores contratados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma proposta de medida provisória.
- ii) Na segunda etapa, o GTIC reunirá, em um só diploma legal, todas as normas que o exportador e o importador precisam conhecer para tomar decisão sobre a realização dos seus negócios. Aqui seria produzido, em nível de decreto, o Regulamento de Comércio Exterior. Esta etapa encontra-se em fase de elaboração.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) decidiu contemplar o tema da racionalização das normas de comércio exterior entre seus objetivos. Dessa forma, a proposta ganhou suporte na meta de “Simplificação do Comércio Exterior Brasileiro”, que foi dividida em três fases: a) saneamento da legislação de comércio exterior; b) lastro para o Portal Único de Comércio Exterior; e c) segurança e transparência no comércio exterior.

Ao todo, a proposta de medida provisória revoga seis leis e 13 decretos-leis, em razão de as suas normas não mais atenderem às necessidades de controles governamentais e dos operadores de comércio exterior, em face da evolução



quantitativa e qualitativa dessas operações, ou por aglutinação das suas normas vigentes nessa proposta de medida provisória, e ainda:

- Define em lei a competência da Camex para deliberar sobre matérias relativas ao comércio exterior e alterar as alíquotas do imposto de importação, observando os acordos internacionais;
- Identifica, segundo a natureza do produto ou da operação, os órgãos responsáveis por esses controles sobre o comércio exterior;
- Estabelece infrações às atividades de controle, autorização e fiscalização exercidas pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e cria o marco legal sobre o processo administrativo competente;
- Dispõe sobre as infrações e penalidades ao controle administrativo exercido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Adequa a base de cálculo do PIS/Pasep-importação e da Cofins-importação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) (RE 559.937);
- Faz o Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966, passar a ser a norma guia do comércio exterior, agregando-se a essa norma, entre outras, as regras de exportação, as regras do controle administrativo, as regras do regime de tributação simplificada sobre remessas postais internacionais e a legislação sobre bagagem;
- Compatibiliza o prazo decadencial de que dispõe a Receita Federal (RFB) para realizar a revisão aduaneira com os prazos decadenciais previstos no Código Tributário Nacional, harmonizando-se, assim, com a legislação dos demais tributos internos;
- Determina que o termo inicial do prazo concedido para aplicação de regime aduaneiro especial passa a ser a data do desembaraço aduaneiro da mercadoria submetida e não a data do despacho concessório do regime, como é hoje;
- Declara não constituir fato gerador do Imposto de Importação a entrada no território aduaneiro de mercadoria à qual tenha sido aplicado o regime de exportação temporária (reimportação), ainda que descumprido o regime (adequação à decisão do STF e Resolução do Senado Federal no 436, de 1987);
- Inclui a intimação postal como forma de intimação no processo de perdimento, a exemplo do que ocorre no processo administrativo fiscal regido pelo Decreto no 70.235, de 1972, medidas em consonância com o rito célere próprio daquele tipo de processo;
- Desconcentra o despacho aduaneiro na zona primária de portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, potencializando-se a liberação de mercadorias com maior celeridade, sem a perda dos pertinentes controles aduaneiros;
- Cria um sistema integrado único para o controle das operações de comércio exterior.

Em relação à meta de criação de um sistema integrado único, a instituição do Portal Único de Comércio Exterior, por meio do Decreto 8.229, de 22 de abril de 2014, representa o primeiro passo para a operacionalização do sistema. O ato normativo constitui o marco legal necessário para a implementação da abordagem de guichê único (single window).

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução").

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi suspensa, por ter sido priorizada a implantação de outro sistema com alto impacto na racionalização e aperfeiçoamento da logística de fluxo informacional e de processos na exportação, importação e trânsito: o Portal Único do Comércio Exterior.

Quantidade alcançada

0

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal lançou, no dia 23 de abril de 2014, o Programa “Portal Único de Comércio Exterior” que pretende atingir os seguintes objetivos estratégicos: i) integração dos sistemas de controle dos órgãos governamentais que atuam no comércio exterior; ii) otimização e simplificação da intervenção estatal nos fluxos logísticos internacionais; e iii) fortalecimento do comércio exterior e da competitividade exportadora do País. Além da integração dos sistemas atuais de controle fiscal, logístico, aduaneiro e administrativo e do agendamento de inspeções físicas de órgãos em um único momento, pretende-se, fundamentalmente, atingir a meta de redução do prazo médio para conclusão de operações de exportação, de 13 para 8 dias; e de 17 para 10 as operações de importação.

O programa é dividido em sete projetos: i) Projeto Plataforma do Portal Único do Comércio Exterior; ii) Projeto Novo Processo de Exportação; iii) Projeto Cadastro de Intervenientes; iv) Projeto Catálogo de Produtos; v) Projeto de Anexação Eletrônica de Documentos Digitais; vi) Projeto Novo Processo de Importação e vii) Projeto Harmonização de Dados.

O Projeto “Novo Processo de Exportação” é atualmente o eixo principal das mudanças que o Programa Portal Único pretende promover e compreende, fundamentalmente, as seguintes etapas básicas: i) mapeamento de processos, levantamento de dados e identificação de necessidades; ii) revisão de exigências, reengenharia de processos e harmonização de dados; iii) avaliação de impacto das novas soluções propostas; iv) pré-especificação do Sistema de Exportação; e v) entrada em produção pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Os eventos mais significativos relacionados à condução das atividades desse projeto, durante o ano de 2014, foram os seguintes: i) levantamento dos atos normativos e de toda a legislação dos órgãos anuentes em operações de exportação; ii) modelagem de processos, macro levantamento de dados e identificação de necessidades dos órgãos de Governo com atribuições de controle nas operações de exportação (Modelagem AS IS); iii) apresentação de proposta preliminar de novo fluxo de exportação, elaborada por integrante do Projeto pertencente aos quadros técnicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil; iv) lançamento do Portal Único de Comércio Exterior, no dia 23 de abril de 2014, e publicação do Decreto nº 8.229, de 22 de abril de 2014, que altera o Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), e dispõe sobre o Portal Único de Comércio Exterior; v) aprovação do Regimento Interno da Comissão Gestora do SISCOMEX com a publicação da Portaria Interministerial nº 444, de 17 de outubro de 2014.

As peças mais relevantes produzidas no período mencionado foram: i) identificação e mapeamento do macroprocesso de exportação; ii) modelagem dos procedimentos preliminares ao Registro de Exportação (RE), sob responsabilidade do Órgãos Anuentes; iii) modelagem do Tratamento Administrativo na Exportação, com o detalhamento das atividades sob a responsabilidade direta do exportador e iv) modelagem do Tratamento Aduaneiro na Exportação, com o detalhamento das atividades dos intervenientes no processo.

O Projeto Plataforma iniciou a especificação de uma nova versão do sistema Visão Integrada, franqueando o acesso ao sistema aos servidores de todos os órgãos intervenientes além de aumentar os filtros e os escopos das pesquisas disponíveis aos operadores de comércio exterior. O sistema Visão Integrada é uma importante ferramenta de garantia de previsibilidade nos processos de comércio exterior.

O Projeto Anexação de Documentos Digitais, no primeiro semestre de 2014, concluiu o trabalho de levantamento de requisitos do sistema junto ao SERPRO. A implantação do sistema, prevista para o segundo semestre de 2014, foi finalizada em 15 dezembro de 2014.

O Projeto Catálogo de Produtos finalizou, no primeiro semestre de 2014, a especificação da primeira etapa do Cadastro de Atributos e iniciou a especificação do Catálogo de Produtos. Os sistemas têm previsão de entrega no primeiro



semestre de 2015.

O novo Projeto Harmonização de Dados foi formalizado no primeiro semestre de 2014 e, com o intuito de iniciar a análise, iniciou a coleta dos dados que todos os órgãos intervenientes no comércio exterior solicitam aos operadores. De acordo com o cronograma estabelecido, importantes avanços já foram realizados, destacando-se:

- Lançamento oficial do Programa Portal Único de Comércio Exterior;
- Publicação do Decreto nº 8.229/2014;
- Lançamento do Sistema Visão Integrada de Comércio Exterior;
- Lançamento do novo Portal Siscomex;
- Criação do Projeto Harmonização de Dados;
- Aprovação do Regimento Interno da Comissão Gestora do SISCOMEX;
- Publicação da Portaria Interministerial nº 444/ 2014;
- Publicação da Portaria Conjunta RFB/SECEX nº 1.618/2014;
- Lançamento do sistema de anexação eletrônica de documentos;
- Lançamento do sistema Drawback Integrado Isenção.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

A Secex/MDIC reformulou a regulamentação do Regime Aduaneiro Especial de Drawback sob sua alçada, com a incorporação de sugestões provenientes do setor privado, recebidas em pesquisa divulgada no sítio do Ministério, para a regulamentação das normas de tratamento administrativo das exportações, importações e drawback.

Com a edição da Portaria Conjunta RFB/SECEX nº 1.618, em dois de setembro de 2014, as empresas que utilizam a modalidade suspensão do regime aduaneiro especial de drawback podem substituir os insumos adquiridos por mercadorias equivalentes compradas sem o benefício para incorporação às exportações vinculadas ao regime. A permissão elimina a obrigação de controles segregados de estoques físicos e reduz custos de acesso aos mecanismos de desoneração tributária. A medida visa facilitar o uso do regime de drawback sem alterar o controle e a fiscalização do benefício fiscal. Trata-se, após consulta e intenso diálogo com as empresas beneficiárias, da reforma do regime de drawback.

No âmbito do Programa Portal Único de Comércio Exterior, está em curso a revisão de processos das operações de importação e exportação. Assim que concluída a revisão dos processos, será feito levantamento para identificar as alterações normativas necessárias. Por garantir um comando político de alto nível, a nova Comissão Gestora do Siscomex, formada por órgãos do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tem papel importante na articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública intervenientes no comércio exterior para que as regulamentações por eles emitidas sejam executadas por meio do Siscomex

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



Análise Situacional do Objetivo

Sobre a iniciativa de disponibilização de alternativas de garantias para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), a Resolução nº 21, de quatro de abril de 2012, da Câmara de Comércio Exterior (Camex) autorizou o Banco do Brasil – agente da União para o Proex – a aceitar outras garantias admitidas em lei, inclusive quando apresentadas pelo próprio exportador. Com isso, empresas com faturamento de até R\$ 3,6 milhões, em operações de até US\$ 50 mil, poderão obter financiamento do Proex com as mesmas garantias que são aceitas para operações no mercado interno, como bens móveis e imóveis, fundos garantidores, mecanismos de autoliquidez e aval/fiança de pessoa física. Até o momento, contudo, o Banco do Brasil não concluiu a adequação de seu sistema para comportar essa mudança nos normativos do Programa. Cabe mencionar, sobre a mesma iniciativa, que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S/A (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda instituída pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, entrou em efetivo funcionamento. A nova agência passou, no dia 1º de julho de 2014, a executar os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE, coberto pelo Fundo de Garantia às Exportações – FGE, depois de ser contratada para essa finalidade em substituição à Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S/A – SBCE. Destaca-se que a Lei nº 12.712, de 2012, autorizou a União a contratar a agência.

Destaca-se, ainda, que o Conselho de Ministros da CAMEX aprovou, em outubro de 2014, Nota Técnica Atuarial sobre Risco de Curto Prazo Político e Extraordinário Não-Financeiro. Por meio desta, passou a ser regulamentada a cobertura do SCE/FGE contra risco político e extraordinário em operações de financiamento de até dois anos – como costuma ser o caso nas exportações de bens – a exportações para a África. Dessa forma, preenche-se uma importante lacuna no mercado de crédito a exportações, que dificultava a venda de bens para países de alto risco político e extraordinário, aos quais as seguradoras privadas são avessas. Destaca-se que o FGE seguirá sem cobrir, contudo, risco comercial em operações de curto prazo (exceto quando os exportadores se enquadrarem na categoria de micro, pequena ou média empresa), uma vez que seguradoras privadas têm apetite por esse tipo de risco e podem, então, atuar em parceria com o fundo da União.

No que tange ao desempenho dos programas oficiais, somente no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e da CAMEX, entre janeiro e dezembro de 2014, foram aprovadas 44 operações, que poderão alavancar em torno de US\$ 6,6 bilhões em exportações brasileiras, com o apoio do Proex-financiamento, do Proex-equalização, do FGE ou, ainda, destes dois últimos combinados. Os principais destinos das exportações apoiadas por esses instrumentos, no período, são: Angola, Equador, Estados Unidos, Gana, Guatemala, Paraguai e Tanzânia. Considerando-se todas as operações aprovadas do PROEX, nas alçadas do COFIG e do Banco do Brasil, verifica-se que, na modalidade financiamento, foram alavancados US\$ 514,3 milhões em exportações, tendo sido desembolsados US\$ 456,2 milhões; já na modalidade equalização de taxas de juros, um valor total de US\$ 6,3 bilhões em exportações foi alavancado, no mesmo período, tendo sido, para tanto, emitidos títulos pelo Tesouro Nacional no valor US\$ 286,8 milhões.

Quanto ao FGE, sua exposição no final de 2014 alcançou US\$ 31 bilhões, dos quais US\$ 19 bilhões referem-se a operações concretizadas e US\$ 12 bilhões, a operações aprovadas. Em relação ao início do período plurianual, em janeiro de 2012, a exposição do fundo cresceu 36%, o que demonstra que o fundo vem se consolidando cada vez mais como um importante instrumento de apoio às exportações brasileiras.

Metas 2012-2015

• Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, 54 empresas foram beneficiadas pelo PROEX-equalização. Houve, portanto, um crescimento de 74% desse indicador, tomando-se o ano de 2010, quando 31 empresas foram atendidas, como base.

Destaca-se que, em 2012, 38 empresas foram atendidas pelo Programa. No ano seguinte, 14 novas empresas passaram a integrar a carteira de beneficiários do Programa. Já em 2014, 2 novas empresas foram atendidas pelo PROEX-equalização. Assim, em média, a cada ano 8 empresas entram no grupo de beneficiadas pela equalização de taxas de juros.



Mantida essa progressão, estima-se que o Programa poderá atingir 62 empresas no quadriênio, de modo que o atingimento da meta de 89 empresas mostra-se pouco factível.

Convém acrescentar que em 2014 a aprovação de novas operações do PROEX-equalização foi suspensa, tanto no âmbito do COFIG quanto na alçada do Banco do Brasil, devido ao esgotamento do orçamento disponível para o Programa ainda no mês de outubro. Por essa razão, menos empresas foram beneficiadas pelo Programa, o que compromete o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2014

• **Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

A carteira de clientes do FGE conta atualmente com 54 exportadores, de acordo com dados da ABGF, sendo que, no ano de 2014, apenas uma nova empresa foi atendida pelo produto. Esse quantitativo correspondia, em 2010, a 48 empresas, de modo que o crescimento da carteira de clientes do SCE/FGE foi de apenas 12,5% em quatro anos. Dessa forma, o atingimento da meta de 100 empresas beneficiadas pelo FGE aparenta ser pouco plausível. Fundamentalmente, isso se deve ao número restrito de empresas exportadoras que atuam em operações de prazo superior a dois anos, as quais, no período selecionado, foram as únicas elegíveis ao apoio do fundo. Além disso, considera-se que, nos anos de 2008 e 2009, por conta da crise financeira internacional de então, o número de empresas beneficiadas cresceu muito acima da média do período 2006-2014, indo de 29 para 46, o que possivelmente distorceu a definição da meta.

Por outro lado, em 2014 foram implementadas medidas que devem incrementar a utilização do FGE. Com efeito, o SCE/FGE para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) e para cobertura de risco político e extraordinário para operações de curto prazo foi disponibilizado, no final daquele ano, aos exportadores.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2014

• **Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 205 empresas foram atendidas pelo PROEX-financiamento. Esse indicador foi majorado para 293 empresas em 2013 (crescimento de 43% em relação a 2012) e para 363 empresas em 2014 (crescimento de 24% em relação a 2013). Assim, embora tenha sido verificado um crescimento expressivo do indicador, o atingimento da meta de 1060 empresas mostra-se bastante infactível.

Contudo, com a entrada em operação do SCE destinado a operações de micro, pequenas e médias empresas e com o ajuste do sistema do Banco do Brasil para comportar operações envolvendo garantias reais, espera-se que mais empresas possam ser beneficiadas pelo programa. Isso porque, com ambas as inovações, o custo das garantias exigidas do exportador deverá decrescer substancialmente.

Quantidade alcançada

363

Data de Referência

31/12/2014

• **Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável**

Análise Situacional da Meta

Modalidade criada por meio da Resolução CAMEX nº 45, de 26 de agosto de 2009, o PROEX Financiamento à Produção Exportável (pré-embarque) ainda não está em operação, uma vez que está pendente a atualização dos normativos que regem o PROEX. Embora já tenha sido publicada a Resolução CAMEX nº 126, de 26 de dezembro de



2013, que disciplina aspectos comerciais do Programa, é necessário que o Conselho Monetário Nacional (CMN) redefina as condições financeiras do PROEX, inclusive na modalidade pré-embarque.

Destaca-se que, na referida resolução, deverá constar um anexo no qual ficarão estabelecidos os prazos máximos de financiamento, tanto para a modalidade equalização de taxas de juros quanto para a modalidade financiamento. Por essa razão, para que a minuta de resolução, já elaborada por grupo técnico constituído no âmbito do COFIG, seja submetida ao CMN, é necessária a publicação de decreto estabelecendo os prazos máximos e limites para a concessão de equalização de taxas de juros em financiamentos pré-embarque. A minuta do referido decreto encontra-se atualmente na Casa Civil da Presidência da República.

• **Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

O SCE, com cobertura do FGE, para micro, pequenas e médias empresas, na modalidade pós-embarque, após a necessária regulamentação e desenvolvimento de sistema informatizado, foi disponibilizado, em dezembro de 2014, aos exportadores que o tomam diretamente, sem intermediário bancário. Está em fase final de ajustes o sistema mediante o qual o SCE/FGE para MPME poderá ser concedido via instituição financiadora.

No caso da modalidade pré-embarque do SCE/FGE para MPME, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) concluiu a análise do Certificado de Garantia de Cobertura. Para que o produto seja disponibilizado, é necessária a criação de um sistema informatizado, cujo desenvolvimento deverá ser iniciado tão logo sejam concluídos os ajustes no sistema da modalidade pós-embarque.

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as diversas ações para a Promoção da Cultura Exportadora planejadas para o ano de 2014, destacam-se: a Implantação de cinco novos Núcleos Operacionais nas seguintes regiões: São Bento do Sul/Joinville – SC (FITEJ), Goiânia - GO (FAPEG), Rio de Janeiro – RJ (PUC Rio), São José do Rio Preto - SP e São José dos Campos-SP (ambos com a Fundação Vanzolini). As ações acima citadas foram realizadas e atualmente o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX) conta com 37 (trinta e sete) Núcleos Operacionais em funcionamento.

Em 2014 foram distribuídas 19.100 unidades de material destinado à difusão da cultura exportadora, como apostilas do Programa Redeagentes, folhêres, incluindo 3.100 DVDs e 1.200 CDs da série “Aprendendo a Exportar”. Os sítios da série Aprendendo a Exportar (www.aprendendoaexportar.gov.br) receberam, no mesmo período, 630.001 visitas gerais por parte de 480.078 visitantes únicos. Elaboração do “Guia Básico para Exportação de Serviços”, lançado no Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (ENASERV) 2014, ocorrido em 30 de maio de 2014, que busca fomentar a exportação e a internacionalização das empresas do setor de serviços e intangíveis. No segundo semestre de 2014, foi elaborada metodologia apropriada para o setor de serviços com vistas a atualizar os Estudos de Oportunidades para Exportação de Serviços e Investimentos em Presença Comercial no Exterior, com o apoio dos Setores de Promoção Comercial (SECOM) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com as estatísticas do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). Encontra-se em fase de conclusão o primeiro estudo sobre a Colômbia. No que se refere à Série Aprendendo a Exportar, que também consiste em uma das ações que integram a matriz de oferta no âmbito do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), foram realizadas as seguintes ações em 2014:

- 1) Elaboração e atualização de dados estatísticos do Portal de Negócios Brasil-África;
- 2) Atualização do conteúdo dos produtos da Série Aprendendo a Exportar com inclusão de novos temas e elaboração de



conteúdo para o Aprendendo a Exportar - versão 3; e

No que tange ao estabelecimento de parcerias com organismos internacionais de cooperação, no primeiro semestre de 2014, o grupo de estatística de comércio exterior do Mercosul não teve atividade. No segundo semestre, ocorreram reuniões para promover a revisão anual do manual de produção estatística de comércio exterior elaborado pelo grupo; recepcionar a volta do Paraguai, que estava suspenso; e promover as análises dos fluxos de comércio intrabloco. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) também mantém intercâmbio de dados com os países do Mercosul e mantém aberto ao público um sistema denominado AliceWeb Mercosul, onde é possível consultar os dados dos países membros. Foram realizadas reuniões com o setor privado e com órgãos gestores dos mecanismos de fomento ao comércio exterior de serviços (Programa de Financiamento às Exportações (Proex); adiantamento sobre contrato de câmbio e adiantamento sobre cambiais entregues (ACC/ACE); redução a zero da alíquota do Imposto de Renda para a promoção de serviços no exterior; Fundo de Garantia à Exportação (FGE), etc.) para identificação das razões da subutilização dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, com vistas a estabelecer a estratégia de divulgação ou a promoção de ajustes nos normativos e a estruturar operações que propiciem alavancagem para oportunidades de exportação de bens e serviços.

A Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC) lançou, no ENASERV 2014 pesquisa junto aos Exportadores e Potenciais Exportadores de Serviços e Intangíveis com vistas a conhecer o perfil das empresas exportadoras e com potencial para exportação, identificar as limitações dos mecanismos públicos de apoio ao comércio exterior para o setor de serviços, entraves no Brasil à exportação de serviços e obstáculos nos mercados externos. A despeito das diversas tentativas da SCS de sensibilizar as Associações representativas do setor privado, bem como as empresas que atualmente registram suas operações de exportação no Módulo Venda do Siscoserv, não foi possível obter uma amostra significativa de questionários respondidos (99 respostas num total de 27.500 empresas usuárias do Siscoserv). Neste sentido, não foi possível extrair informações precisas a partir dos questionários respondidos e por isso não houve divulgação dos resultados da pesquisa. Ainda no ENASERV, foi realizado o painel “Iniciativas para a Alavancagem da Exportação de Serviços”, no qual foi apresentado o diagnóstico dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, com base nos dados do Siscoserv.

No que se refere à implementação do PNCE, destacam-se a execução de 213 atividades, a inclusão de uma nova Unidade da Federação (DF) e de um novo parceiro (INPI) e a ampliação das ofertas do MDIC. Quanto aos cursos e treinamentos do Projeto Redeagentes, destacam-se a realização de 29 treinamentos em todas as regiões do País.

No que se refere ao Projeto Primeira Exportação, em 2014 foi feita a avaliação do realizado pelo Projeto e estudos adicionais com objetivo de reformular a proposta metodológica. Além disso, para contribuir com essa avaliação, foram realizados contatos com servidores e instituições que participaram ativamente do Projeto.

No primeiro semestre de 2014 foi realizado o Encontro de Comércio Exterior (ENCOMEX) em Jaraguá do Sul-SC no dia cinco de junho com 627 participantes.

No que tange à atuação do Banco de Brasil, no desenvolvimento de cursos, treinamento e seminários na área de negócios internacionais que possibilitam conhecimento prático sobre comércio exterior e câmbio, ressalta-se que tal ação é executada pelas 16 Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior (Gecex), localizadas em diversas regiões do país, cobrindo 100% do território nacional. Os instrutores dos cursos são Educadores Corporativos do BB, formados e capacitados pela Diretoria Gestão de Pessoas com fundamentos pedagógicos baseados na orientação metodológica Construtivista. Com iniciativas próprias e ações conjuntas com entidades parceiras que atuam nas políticas voltadas para o setor, em 2014 foram capacitados em todo país 9.200 pessoas. O Programa de Capacitação em Negócios Internacionais do Banco do Brasil tem viés social, pois oferece uma capacitação de qualidade a um preço abaixo da média do mercado, beneficiando principalmente pequenos e médios empresários, assim como estudantes, que operam ou desejam operar com câmbio e comércio exterior, contribuindo para que suas operações sejam feitas de forma mais eficiente e segura. Também tem um viés econômico, pois capacitando as pessoas em câmbio e comércio exterior, o desempenho das empresas em seus negócios internacionais tende a ser maior e melhor, potencializando o crescimento das empresas, a eficiência em seus negócios, a ampliação de mercado, contribuindo para o crescimento econômico do país.



Metas 2012-2015

• Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)**Análise Situacional da Meta**

Considerando a abertura dos cinco Núcleos Operacionais, conforme informado na análise do objetivo, e o fechamento dos núcleos de Nova Friburgo - RJ (UERJ), Vale do Itajaí e do Oeste Catarinense - SC (CIN), o PEIEX conta hoje com 37 (trinta e sete) Núcleos Operacionais em funcionamento. Para o ano de 2015, diante da disponibilidade orçamentária do objetivo, priorizarmos a Renovação dos Convênios Vigenes.

Os dados abaixo refletem a situação atual do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), executado pela Apex Brasil, como se segue (Entidade e Núcleo Operacional):

1. FACCAT - Região do Paranhana, Encosta da Serra e Hortências - Taquara-RS;
2. FEEVALE- Vale dos Sinos do Rio Grande do Sul - Novo Hamburgo-RS;
3. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Curitiba – PR;
4. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Londrina – PR;
5. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Cascavel – PR;
6. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Maringá – PR;
7. Fundação Vanzolini- Região do Grande São Paulo – SP;
8. Fundação Vanzolini- Região do Grande Ribeirão Preto – SP;
9. Fundação Vanzolini- Região da Grande Campinas – SP;
10. Fundação Vanzolini- Região de São José dos Campos – SP;
11. Fundação Vanzolini- Região de São José do Rio Preto – SP;
12. IEL/AL- Região Metropolitana de Maceió – AL;
13. IEL/BA- Portal do Sertão - Feira de Santana/BA;
14. IEL/MG- Centro-Oeste de Minas - Divinópolis-MG;
15. IEL/MG- Região Metropolitana Belo Horizonte;
16. IEL/MG- Sul de Minas Santa Rita do Sapucaí;
17. IEL/MG- Triângulo Mineiro Uberlândia;
18. IEL/MG- Vale do Aço -Ipatinga;
19. IEL/MG- Zona da Mata Juiz de Fora;
20. IEL/MG- Teófilo Otoni;
21. IEL/MG- São João Del Rei;
22. IEL/MG- Muriaé – MG;
23. URI- Erechim – RS;
24. IEL/RS – CIERGS - Região Metropolitana Porto Alegre – RS;
25. IEL/RS – CIERGS - Serra Gaúcha - Caxias do Sul – RS;
26. IEL/RS – CIERGS - Sul do Rio Grande do Sul - Pelotas – RS;
27. IEL/SE- Região Metropolitana de Aracajú – SE;
28. JTEP- Região Metropolitana de Recife – PE;
29. NUTEC- Região Metropolitana de Fortaleza – CE;
30. AIPD- Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul - Ijuí-RS;
31. UNISC- Região do vale do Rio Pardo e Região Central do Rio Grande Sul - Sta. Cruz do Sul-RS;
32. UNIVATES- Região do Vale do Taquari e Vale do Caí do Rio Grande do Sul - Lajeado-RS;
33. IBTI- Brasília – DF;
34. FIEPA- Núcleo Operacional de Belém-PA;
35. FAPEG – Núcleo Operacional Região Metropolitana de Goiânia – GO;
36. FITEJ – Núcleo Operacional Região São Bento do Sul e Joinville – SC; e



37 PUC-RJ - Núcleo Operacional Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2014

• **Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior**

Análise Situacional da Meta

Foram construídos 24 Mapas de Comércio Exterior, para as seguintes UF's: Alagoas / Amapá / Amazonas / Bahia / Ceará / Espírito Santo / Goiás / Maranhão / Mato Grosso / Mato Grosso do Sul / Minas Gerais / Pará / Paraná / Pernambuco / Piauí / Rio de Janeiro / Rio Grande do Norte / Rio Grande do Sul / Rondônia / Roraima / Santa Catarina / Sergipe / Tocantins / Distrito Federal. Foram planejadas e pactuadas entre diversos parceiros nacionais e locais ações e iniciativas, consolidadas em um único documento, alinhadas ao Plano Brasil Maior. A organização dos Mapas está sustentada sobre os seguintes eixos:

- Cultura exportadora
- Inteligência comercial e competitiva
- Ambiente de negócios
- Diversificação e qualificação da pauta exportadora
- Promoção comercial

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

• **Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram elaborados quatro estudos. Em 2013, foram realizados 10 estudos sobre vocação exportadora dos seguintes estados: AL, GO, MG, MT, RJ, RO, RR, RN, RS e SC. Considerando os seis estudos realizados em 2012, foram elaborados até o momento 20 estudos.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora**

Análise Situacional da Meta

O PNCE procura organizar a oferta de ações cuja natureza e características possibilitem obter nos estados a difusão da cultura exportadora e a capacitação de gestores, empresários e profissionais de comércio exterior. Realizam-se ações de capacitação e treinamento sobre como exportar, sobre como utilizar as ferramentas destinadas ao apoio ao exportador, sobre barreiras técnicas à exportação e outras. Realizam-se palestras, feiras e encontros voltados para a temática do comércio exterior como, por exemplo, Seminário do Agronegócio para Exportação (AGROEX) e ENCOMEX.

No Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) para 2014, foram mapeadas 499 ações a serem executadas em 24 estados (AC; AL; AP; AM; BA; CE; ES; GO; MA; MT; MG; MS; PA; PR; PE; PI; RJ; RN; RS; RO; RR; SC; SE; TO), em parceria com 15 instituições (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Apex Brasil; Banco da Amazônia (Basa); Banco do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Caixa Econômica Federal (CEF); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Correios; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)). Até o dia 31/12/2014 foram realizadas 213 do total de 499 atividades previstas, correspondentes a 42,77% do total planejado. Foram canceladas 125 atividades e 161 atividades ainda estão pendentes de informação.

As principais atividades realizadas em 2014 pelo Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) são:

- 1) Realização de 213 atividades do total de 499 previstas no PNCE 2014;
- 2) Adesão do Distrito Federal ao PNCE;
- 3) Adesão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);
- 4) Ampliação das ofertas do MDIC, com a inclusão de ações desenvolvidas pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), Departamento de Negociações Internacionais (DEINT) e pela Secretaria de Comércio e Serviços, além das já oferecidas pelo Departamento de Estatística e Apoio à Exportação (DEAEX);
- 5) Início do desenvolvimento do sistema de gerenciamento e acompanhamento das ações do PNCE.
- 6) Início do planejamento do PNCE para 2015 com a elaboração da matriz de ofertas das 17 instituições participantes (ABDI, Apex-Brasil, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, BNDES, BRDE, CAIXA, Correios, CNI, Inmetro, INPI, MAPA, Ministério das Relações Exteriores (MRE), MDIC, Sebrae, Senac, e Suframa).

Quantidade alcançada

42,77

Data de Referência

31/12/2014

• **Lançar 6 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

A elaboração dos seis produtos multimídia “Aprendendo a Exportar Unidades da Federação” não será realizada. Está sendo avaliada a viabilidade de se elaborar Guias de Exportação Estaduais, sob a nova dinâmica que está sendo implementada por intermédio do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE). A evolução do assunto depende do interesse das Unidades da Federação a ser manifestada por intermédio dos seus pontos focais e, posteriormente, da disponibilidade operacional da Coordenação-Geral de Modernização e Informática (CGMI), bem como da viabilização de recursos financeiros e logísticos para realização do produto.

(A unidade de medida desta meta é “percentual de execução”)

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Lançar o Aprendendo a Exportar para a África**

Análise Situacional da Meta

Concluída a elaboração do Portal de Negócios Brasil-África com a correspondente atualização mensal dos dados estatísticos que integram o produto. Originalmente, esse produto estava previsto como um produto da série Aprendendo a Exportar, mas, no decorrer dos trabalhos de desenvolvimento, optou-se pela construção de um portal denominado Portal de Negócios Brasil-África, realizado pela equipe do Aprendendo a Exportar. Apesar de concluído, o produto ainda não foi lançado.

(A unidade de medida desta meta é “percentual de execução”)

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

• **Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3**

Análise Situacional da Meta

A série Aprendendo a Exportar integra a matriz de oferta no âmbito do PNCE. Em 2013 iniciou-se a elaboração do conteúdo do “Aprendendo a Exportar- versão 3” com a solicitação da construção do referido sítio. Em 2014 não houve



disponibilidade operacional da CGMI para desenvolvimento e implementação do produto multimídia. A continuação da elaboração deste produto permanece dependendo da disponibilidade operacional da CGMI.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

60

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados 29 treinamentos, cursos e oficinas para 620 participantes com a seguinte distribuição:

- Etapa específica (fevereiro) do. Curso para Capacitação de Formadores do Programa Redeagentes.
- Etapa didático-pedagógica do Curso para Capacitação de Formadores do Programa Redeagentes(maio).
- Seis treinamentos para Agentes de Comércio Exterior nos seguintes locais: Belém-PA e Salvador-BA; Recife-PE; Rio de Janeiro-RJ; Boa Vista-RR e Natal-RN (realizado pelos Correios).
- 10 treinamentos em exportação para empresas de pequeno porte-Treinamento EPP em Serra-ES, Aracaju-SE, Rio de Janeiro-RJ, Belém-PA, Parnaíba-PI, Macapá-AP, Recife-PE e Cachoeiro do Itapemirim-ES; Maceió-AL e Natal-RN (realizado pelos Correios).
- Oito cursos básicos de exportação em Parnaíba-PI, Aracaju-SE, Jequié-BA, Belém-PA, Rio de Janeiro-RJ, Jaraguá do Sul-SC e Primavera do Leste-MT e ; e Passo Fundo-RS.
- Três oficinas sobre os Sistemas AliceWeb,Radar Comercial e Vitrine do Exportador em Niterói-RJ, Caxias do Sul-RS e Teresina-PI.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Uma das ações para promover o comércio exterior brasileiro em 2014 consistiu na distribuição de 4.200 exemplares da série Aprendendo a Exportar, em mídia física (1.142 CDs e 3.058 DVDs), em eventos de comércio exterior, balcões, treinamentos e cursos. O acesso a tal conteúdo também é disponibilizado por intermédio do sítio www.aprendendoaexportar.gov.br, que, no mesmo período, recebeu 630.001 visitas gerais por parte de 480.078 visitantes únicos.

O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) vem trabalhando na consolidação de um programa para fortalecer o fomento das exportações brasileiras de serviços, com a parceria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de órgãos gestores de mecanismos de apoio ao comércio exterior brasileiro e entidades representativas do setor privado. Foi realizado, em 30 de maio de 2014, em São Paulo, o Encontro Nacional do Comércio Exterior de Serviços (ENASERV 2014). O evento, resultado de uma parceria da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) com o MDIC, reuniu mais de 450 pessoas, entre autoridades e empresários, para tratar do tema da exportação de serviços. A Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC) estreitou, ainda, a parceria com o



Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores para o fomento ao comércio exterior de serviços e a internacionalização das empresas do setor.

Em 2014, com o objetivo de capacitar o setor empresarial para utilizar de maneira eficiente os instrumentos de Propriedade Industrial (PI) e proporcionar um melhor entendimento sobre sua importância no processo de inovação, fornecendo conhecimentos básicos sobre inovação, PI (Marcas, Patentes, Desenho Industrial, Indicação Geográfica, Software, Topografia de Circuitos Integrados) e gestão de ativos de PI, foram treinadas 215 pessoas em seis oficinas de competitividade para empresas exportadoras, nas unidades de atendimento da Apex-Brasil, em Caratinga/MG, Goiânia/GO, Maringá/PR, Londrina/PR, Lajeado/RS, Belém/PA. Vale também destacar que a cartilha "A Propriedade Intelectual e O Comércio Exterior - Conhecendo Oportunidades Para o Seu Negócio", produzida em parceria pelo INPI e APEX Brasil, continua sendo utilizada nos treinamentos realizados e está disponível para download no site dessas instituições.

A nova versão do Sistema de Registro de Operações de Promoção Comercial (SISPROM) foi implementada em julho de 2013. Em comparação com os dados da versão anterior do Sistema, o número de empresas cadastradas praticamente duplicou. Antes da implantação da nova versão, havia 323 empresas cadastradas. A partir de julho de 2013, com a implantação da nova versão do Sistema, a dezembro de 2014, 307 novas empresas aderiram, totalizando 630 empresas cadastradas no Sisprom.

Por sua vez, o número de registros efetivados no total do período foi de 4.355, contemplando-se os módulos Produto e Serviço. Para o cálculo da meta foi levado em consideração o período do lançamento da nova versão do Sistema até dezembro de 2014. Com a entrada em vigor da nova versão do SISPROM – V3, pode-se observar um incremento tanto no volume de Registros de Promoção, e consequentemente nos valores relacionados a esses, quanto na quantidade de empresas ativas no Sistema.

A instituição de mecanismo para investigação e resolução de barreiras comerciais às exportações brasileiras de bens, serviços e investimentos encontra-se em fase de desenvolvimento de um sistema informatizado que permita a interlocução com o setor privado bem como o levantamento, o processamento e o tratamento das eventuais barreiras às exportações brasileiras. Para tanto, previu-se a criação e organização dos processos (em forma digital, via internet), nos quais o impacto e a legitimidade de medidas tarifária e não tarifárias restritivas às exportações brasileiras serão analisados. Tal sistematização permitirá o controle e o acompanhamento dessas medidas não tarifárias tanto por parte do governo quanto do setor privado, ou seja, das partes interessadas envolvidas em determinado processo. O desenvolvimento do protótipo do sistema foi concluído e espera-se que a conclusão da primeira fase da entrega do sistema ocorra até o início do primeiro semestre de 2015. A partir da entrega da segunda fase, prevista para março de 2015, pretende-se que seja iniciado o cronograma para validação das medidas e de seus efeitos junto à iniciativa privada seja elaborado.

Entre os mecanismos de identificação, promoção, atração e divulgação das vantagens comparativas para atrair novos investimentos e promover o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destaca-se o dinamismo do Polo Industrial de Manaus (PIM), principal motor econômico da Amazônia Ocidental, onde se concentra o maior número de empresas do modelo Zona Franca de Manaus, o qual alcançou nos primeiros 11 meses de 2014:

- Faturamento da ordem de R\$ 80,4 bilhões contra R\$ 76,5 bilhões registrados no mesmo período de 2013 (crescimento de 5,1%);
- Investimentos da ordem de US\$ 10,63 bilhões, valor semelhante ao registrado ao longo de todo o ano de 2013, que foi de US\$ 10,66 bilhões;
- Exportações de US\$ 671,1 milhões contra US\$ 805,0 milhões no mesmo período de 2013 (redução de 16,6%);
- Oferta de 118.485 postos de trabalho contra 130.220 registrados no mesmo período de 2013 (redução de 9,0%).

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 12.403 para 14.023 o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

Análise Situacional da Meta



Essa meta refere-se à variação do número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos seus projetos. O objetivo deste indicador é permitir o acompanhamento da ampliação da base de empresas envolvidas e beneficiadas com os projetos da Agência.

Foi considerada como apoiada a empresa que participa dos projetos de promoção de exportações e investimentos da Apex-Brasil considerando o período acumulado do início do ano até o mês de apuração.

De Janeiro à Dezembro/2014, o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil foi de 10.786 empresas, atingindo 76,9% da meta estipulada no PPA.

Quantidade alcançada

10.786

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 14,76% para 16,67% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira**

Análise Situacional da Meta

Essa meta refere-se à participação das empresas exportadoras apoiadas pela Apex-Brasil no número total de empresas exportadoras brasileiras. O objetivo deste indicador é auxiliar na formulação de estratégias que aumentem cada vez mais a base de empresas exportadoras no país, servindo como indicativo de alto desempenho e competitividade nos mercados mundiais. Para fins de apuração foram considerados cada estabelecimento e cada pessoa física com exportações no período como uma empresa exportadora. O número de empresas exportadoras brasileiras apoiadas pela Apex-Brasil e o número total das empresas exportadoras brasileiras são apurados com base nos dados oficiais encaminhados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e Secretaria de Comércio e Serviços (SCS) do MDIC. De Janeiro à Dezembro/2014, o número de empresas exportadoras brasileiras foi de 19.250. Nesse mesmo período, o número de empresas exportadoras apoiadas pela Apex-Brasil foi de 3.182, representando 16,53 % do total de exportadoras brasileiras, e 98,16 % da meta prevista no PPA para o ano de 2014.

Quantidade alcançada

16,53

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de US\$ 39,58 bilhões para US\$ 57,8 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

Análise Situacional da Meta

Essa meta visa acompanhar a evolução das exportações das empresas participantes nos projetos da Apex-Brasil, nos produtos apoiados pela Agência. Também sinaliza o esforço finalístico da Agência no cumprimento de sua missão institucional. O indicador apura o valor das exportações de mercadorias das empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos últimos 12 meses. A exportação de serviços não será considerada para efeitos desse indicador, até que a rastreabilidade de suas informações seja viabilizada no País. Considera-se a soma das exportações (US\$ FOB), no período comparativo, dos produtos/empresas que participam dos projetos da Apex-Brasil, apurada pelos dados oficiais encaminhados pela SECEX e pela SCS, do MDIC. De Janeiro à Dezembro/2014, o resultado obtido deste indicador foi de US\$62,0 bilhões, representando 107,3% da meta estipulada no PPA para o ano de 2014.

Quantidade alcançada

62

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 4 vezes a quantidade de empresas cadastradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção (SISPROM), com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implementação da nova versão**

Análise Situacional da Meta

A nova versão do Sistema de Registro de Operações de Promoção Comercial (SISPROM) foi implementada em julho



de 2013. Em comparação com os dados da versão anterior do Sistema, o número de empresas cadastradas praticamente duplicou. Antes da implantação da nova versão, havia 323 empresas cadastradas. A partir de julho de 2013, com a implantação da nova versão do Sistema, a dezembro de 2014, 307 novas empresas aderiram, totalizando 630 empresas cadastradas no Sisprom.

Por sua vez, o número de registros efetivados no total do período foi de 4.355, contemplando-se os módulos Produto e Serviço. Para o cálculo da meta foi levado em consideração o período do lançamento da nova versão do Sistema até dezembro de 2014. Com a entrada em vigor da nova versão do SISPRO – V3, pode-se observar um incremento tanto no volume de Registros de Promoção, e consequentemente nos valores relacionados a esses, quanto na quantidade de empresas ativas no Sistema.

- **Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros**

Análise Situacional da Meta

As barreiras comerciais ao setor exportador brasileiro impostas pelos parceiros comerciais do Brasil estão em processo de identificação. Esse processo denotou a necessidade de um sistema informatizado que permita a identificação e a interlocução com o setor privado. Para tanto, previu-se a criação e organização dos processos (em forma digital, via internet), nos quais o impacto e a legitimidade de medidas não tarifárias restritivas às exportações brasileiras serão analisados. Tal sistematização permitirá o controle e o acompanhamento dessas medidas não tarifárias tanto por parte do governo quanto do setor privado, ou seja, das partes interessadas envolvidas em determinado processo. A etapa de desenvolvimento do protótipo do sistema foi concluída e foi dado início ao desenvolvimento da ferramenta. Espera-se que a conclusão da primeira fase ocorra até o início do primeiro semestre de 2015. Pretende-se, ainda, que com a entrega da segunda fase do sistema, prevista para março de 2015, seja iniciado o cronograma para validação das medidas e de seus efeitos junto à iniciativa privada.

- **Elaborar a -Estratégia Nacional de Exportações-, que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado**

Análise Situacional da Meta

O trabalho desenvolvido no âmbito da Estratégia Nacional de Exportações é qualitativamente diferente do que ocorreu nos anos precedentes, nos quais, em conjunto com a APEX, apresentava-se uma lista de países prioritários, com a indicação de ações de médio e longo prazo para orientar esforços quanto às exportações. O novo processo surgiu de uma demanda de elaboração de um plano mais bem estruturado e com uma visão estratégica mais abrangente sobre o incentivo às exportações. Sua metodologia e priorização foram sendo modificadas ao longo do seu desenvolvimento. Em dezembro de 2013, realizou-se uma análise comparativa de estratégias nacionais de exportação de países selecionados (Escócia, EUA, Reino Unido, Nova Zelândia, África do Sul), dos quais resgatou alguns aspectos comuns a esses planos que poderiam aperfeiçoar os planos que já existiam no País.

Em janeiro de 2014, com o objetivo de apresentar a proposta de método a ser trabalhada em um novo plano, reuniões de alinhamento ocorreram com os diversos representantes do MDIC e da APEX. Constituíram-se quatro grupos de trabalho, cada qual com um coordenador e relator, com o objetivo de propor minuta de texto para quatro blocos de assunto, a saber:

GT1: Reposicionamento da Imagem da Nação. Coordenador: APEX. Relator: ASTEC/SE. GT2: Revisão das Políticas Públicas. Coordenador: SECEX/MDIC. Relator: ASTEC/SE. GT3: Criação de novas ferramentas. Coordenador: SE/CAMEX. Relator: ASTEC/SE. GT4: “Ambiente Internacional” e “Brasil no Contexto Internacional”. Coordenador: Assessoria Internacional (ASINT/MDIC). Relator: ASTEC/SE.

As minutas produzidas por esses grupos foram entregues em fevereiro. No primeiro momento, foram apresentados e discutidos artigos acadêmicos que tratam de temas relacionados à diplomacia comercial, política comercial e variáveis que impactam o comércio exterior. Posteriormente, já no fim de 2014, realizou-se uma análise quantitativa das importações mundiais e das exportações brasileiras, a fim de identificar possíveis oportunidades para o Brasil. Foi



analisado, inicialmente, o desempenho das importações mundiais, dos continentes e dos países, tanto em termos agregados quanto por grupos de produtos (manufaturados, produtos agropecuários e combustíveis e produtos minerais). Examinou-se, da mesma forma, o desempenho das exportações brasileiras e, a partir dessas informações, calculou-se o “market share” das exportações brasileiras, agregado e por setores, em relação ao mundo, aos continentes e aos outros países.

Por fim, foi construída uma adaptação da Matriz BCG, que é uma ferramenta utilizada no marketing para identificar oportunidades de mercado. Para isso, a taxa de crescimento das importações, o “market-share” e o valor importado, de todos os países que possuíam os dados, foram relacionados em um gráfico com o intuito de verificar possíveis mercados prioritários. Essa última etapa do trabalho foi finalizada em dezembro de 2014.

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito dos trabalhos relativos ao Detalhamento Brasileiro de Nomenclatura (DBN), em 2014 foram recebidas 14 solicitações, ora em análise.

Quanto aos trabalhos para aperfeiçoamento da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e da Tarifa Externa Comum (TEC) no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do Mercosul (CT-1), de “Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias”, Em 2014, por falta de convocação por parte da Presidência Pro Tempore Venezuelana, não houve reuniões do Comitê no primeiro semestre, o que resultou em atraso dos trabalhos do Comitê. No segundo semestre, durante a Presidência Pro Tempore Argentina, foram organizadas três reuniões do CT-1. No total, foram recebidos em 2014, 55 pedidos de alteração da TEC. Dos pleitos analisados no âmbito do CT-1, logrou-se a confecção de projetos de resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) e consequente alteração da TEC para dez casos. Apresenta-se como dificuldade para o bom andamento dos trabalhos no âmbito do CT-1 o difícil e moroso processo de construção de consenso para a tomada de decisões.

No que concerne à elaboração de proposta para a implantação da nomenclatura comum de serviços no âmbito do Mercosul, em 2014, os membros da SCS na Comissão da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) estão trabalhando na análise das propostas recebidas durante a consulta pública, o que contribuirá para a elaboração da versão 2.0 da NBS.

No que diz respeito aos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), cujo objetivo principal é expandir e apoiar os investimentos nacionais a terceiros países, com foco inicial no continente africano, tal modelo de acordo já foi apresentado, com grande aceitação, para Angola, África do Sul, Moçambique, Malawi, Argélia, Nigéria, Marrocos e Tunísia. Na América do Sul, foram feitas apresentações a Peru e Colômbia. Em 2015, pretende-se assinar os acordos já negociados com Malawi e Moçambique e, no primeiro semestre, obter mandato da CAMEX para negociação do ACFI com países da América do Sul.

A respeito da representação do Governo Federal nos foros de negociações de novos acordos e administração dos acordos existentes, foram enviados representantes aos seguintes eventos:

- No que tange às negociações entre Mercosul e União Europeia, em 2014, foram realizadas quatro reuniões entre os técnicos do Mercosul para a elaboração da oferta comum do bloco. Além dessas reuniões internas, foi realizada, em março de 2014, reunião em Bruxelas, entre os negociadores do Mercosul e da União Europeia para troca de informações sobre os parâmetros da negociação. O Mercosul aguarda sinalização do bloco europeu para que seja marcada a data para a troca de oferta entre os dois blocos.
- Reuniões e videoconferência com o Uruguai para negociações pontuais do acordo automotivo.

Mais detalhes estão na análise situacional da meta ‘Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir’, deste objetivo. O Governo



Federal participou, ainda, de encontros bilaterais para administração de acordos existentes com:

- Argentina – Houve encontros para destravar o comércio bilateral e reuniões que culminaram na celebração de Protocolo Adicional ao ACE 14, que prorrogou, com algumas alterações, as condições e regras para o comércio automotivo entre o Brasil e a Argentina.
- Equador – Reunião no âmbito da Comissão de Monitoramento Bilateral do Comércio a fim de tratar de temas pontuais relacionados ao ACE no 59;
- Peru – Cooperação entre zonas francas como passo para inclusão no ACE no 58; encontro entre o Secretário de Comércio Exterior com o Vice Ministro de Comércio Exterior do Peru, com vista a um maior estreitamento das comerciais entre os dois países, além da aceleração dos cronogramas de desgravação do ACE 58 no que se refere a Brasil e Peru.
- África do Sul, Moçambique, Angola, Malawi e Nigéria – Reuniões bilaterais para negociação da adesão destes países ao Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs);
- Argélia, Marrocos e Tunísia – Reuniões bilaterais para apresentação a estes países do modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs);
- Colômbia – Reunião no âmbito da Comissão de Monitoramento Bilateral do Comércio e videoconferências para discussão sobre temas diversos com o governo colombiano, inclusive com o propósito de avançar com a negociação do Protocolo sobre o Comércio de Serviços no âmbito do ACE no 59;
- Mercosul - Participação nas três reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul, realizadas em 2014 e nas duas reuniões do Grupo Mercado Comum.

Foi realizado estudo exploratório de oportunidades comerciais entre o Mercosul e ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

O Mercosul assinou um Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica com a República da Tunísia e um Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica com a República do Líbano.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir**

Análise Situacional da Meta

A partir de novembro de 2013, iniciou-se no âmbito do Mercosul um processo de convergência das ofertas nacionais com o objetivo de consolidar uma oferta comum do Bloco. Em 2014, foram realizadas quatro reuniões técnicas de convergência no âmbito do Mercosul. Além das reuniões internas, foi realizada, em março de 2014, reunião em Bruxelas, entre os negociadores do Mercosul e da União Europeia para troca de informações sobre os parâmetros da negociação. Além de bens, estão sendo negociados serviços e investimentos e compras governamentais.

A ampliação do acesso das exportações brasileiras a mercados está sendo atingida, entre outros, pela negociação de melhores condições nos seguintes acordos:

- Argentina– Renegociação de protocolo adicional ao ACE 14 relativo ao comércio automotivo.
- Uruguai - Reuniões e videoconferência para negociações pontuais do acordo automotivo.

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O modelo de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) reitera o compromisso com a agenda nacional. Atualmente, após a desistência formal dos proponentes das ZPEs de João Pessoa (PB) e Rio Grande (RS), 22 ZPE encontram-se em diferentes fases pré-operacionais, distribuídas em dezoito estados brasileiros. Dentre elas, três estão mais adiantadas:



Senador Guimard (AC), Pecém (CE), e Parnaíba (PI). Destacando-se que as duas primeiras receberam a autorização da Receita Federal do Brasil para funcionar (alfandegamento).

Vale ressaltar que a ZPE de Pecém foi inaugurada no dia 30 de agosto de 2013 e encontra-se em operação, inclusive com controle informatizado e movimentação diária de cargas. Essa ZPE está instalada inicialmente em uma área de 576 hectares, sendo a área total de 4.271,41 hectares, no município de São Gonçalo do Amarante (CE), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a cerca de 60 km de Fortaleza. O CIPP foi concebido para abrigar atividades diversas, tendo como infraestrutura e equipamentos: correia transportadora, porto, ferrovia, gasoduto, duas usinas termelétricas, energia convencional e possibilidades de utilização de formas alternativas (eólica e solar), refinaria, siderúrgica e atividades industriais relacionadas. A Área de Despacho Aduaneiro (ADA), porta de entrada da ZPE, fica aproximadamente a seis quilômetros do Porto.

Outro fato que merece registro é a inauguração da primeira etapa da ZPE de Parnaíba, no dia 28 de novembro de 2013. Na primeira etapa da obra foram investidos recursos da ordem de R\$ 2 milhões, provenientes do Tesouro Estadual. Essa etapa consiste na sede do prédio administrativo, guarita para controle de entrada e saída de veículos leves e pesados e cerca perimetral.

No tocante ao marco legal referente ao regime, foi publicada a Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, que altera a Lei nº 11.508/2007. A nova Lei, no seu artigo 22, dispõe sobre o prazo de caducidade das ZPE e estabelece competência para o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) decidir sobre pedidos de prorrogação dos prazos de caducidade previstos na legislação, além de prorrogar, para até 31/12/2015, o prazo para as ZPEs criadas até 13 de outubro de 1994 comprovarem as suas obras de implantação.

Nesse contexto, a Lei nº 12.865, de nove de outubro de 2013, alterou o prazo para comprovação do início das obras de implantação das ZPEs criadas a partir de 23 de julho de 2007, passando de 24 para 48 meses. Ainda com relação ao processo de aprimoramento do arcabouço jurídico e administrativo relativos ao funcionamento das ZPEs, ressalta-se que foram publicadas, em abril de 2013, três Resoluções do CZPE que tratam das responsabilidades das Administradoras das ZPEs; procedimentos para apresentação de propostas de criação de ZPE; alteração de requisitos, parâmetros básicos e roteiro para apresentação e avaliação técnica de projetos industriais nas ZPE; e procedimento para declarar a caducidade de ato que cria ZPE. Em dezembro de 2013, foram publicadas mais duas Resoluções: a primeira trata da alteração da Resolução ZPE nº 1/2010, que estabelece a orientação superior da política de ZPE; e a segunda trata da alteração das Resoluções CZPE nº 5/2009 e nº 8/2010, que dispõe sobre as atribuições e responsabilidades dos Administradores de ZPE e estabelece o procedimento para declarar a caducidade de ato que cria a ZPE, respectivamente.

Além disso, em fevereiro e maio de 2014 foram publicadas duas Resoluções do CZPE que tratam, respectivamente, do Regimento Interno do Conselho Nacional das ZPEs e da publicação de Resolução do Conselho que aprova projeto industrial após a inscrição da empresa no CNPJ. Ademais, houve o acompanhamento das proposições legislativas que envolvem os temas afetos ao regime ZPE.

Vale destacar também as atividades desenvolvidas no que tange à análise da experiência internacional, as quais podem ser evidenciadas, principalmente, pelos trabalhos desenvolvidos com o Ministério da Estratégia e das Finanças da Coreia do Sul, por intermédio do Programa de Compartilhamento de Conhecimento (Knowledge Sharing Program – KSP), no sentido da análise, por parte de técnicos sul-coreanos, da experiência brasileira de ZPE, bem como das visitas técnicas realizadas àquele País, para conhecimento da experiência sul-coreana quanto ao tema. Da mesma forma, registre-se a participação em Colóquio, organizado pelo Governo chinês, acerca da Gestão de Zonas Econômicas Especiais para os Países de Língua Portuguesa.

Além das iniciativas acima descritas, ressalta-se a contratação de empresa de consultoria, selecionada por meio de pregão eletrônico, para a elaboração de estudo tributário aplicado às empresas instaladas em ZPE e outras modalidades de incentivos fiscais disponíveis para promover exportações. Sete setores industriais com potencial exportador, presentes em projetos e propostas já apresentados ao CZPE, foram selecionados: metalurgia, petróleo e combustíveis, eletrônicos, alimentos e bebidas, vestuário e calçados, metais e pedras preciosas e produtos de madeira.

O impacto tributário associado à operação sob o regime das ZPEs foi comparado com outros mecanismos de incentivo às



exportações, tais como o Regime Aduaneiro Especial de Drawback, o Regime Suspensivo para Empresa Preponderante Exportadora, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), o Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof), dentre outros. Seis tributos federais (II, IPI, PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e AFRMM) e o ICMS tiveram os efeitos de sua incidência investigados nas operações de aquisição de insumos e bens de capital. O resultado é quantificado em cada um dos setores selecionados, segundo o mecanismo de tributação adotado pelo produtor-exportador. O detalhamento foi realizado nos estados da federação que possuem ZPEs aprovadas, revelando quais opções contribuem para maximizar a desoneração tributária da atividade exportadora.

Finalmente, com relação às medidas de apoio à implantação das ZPE, destaca-se a contratação, no âmbito do Projeto 914BRZ2019, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de consultor para a realização de planos de negócios de empresas administradoras de ZPEs selecionadas. As diretrizes dos estudos pretendidos foram estabelecidas no Edital nº 06/2014, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) no dia 12 de fevereiro de 2014. Além disso, ressalta-se que a Secretaria-Executiva do Conselho das Zonas de Processamento de Exportação (SE/CZPE) continuará realizando reuniões com os Administradores das ZPEs e com órgãos e entidades envolvidos com o regime para promover e difundir os mecanismos já disponibilizados de apoio à competitividade das exportações do Brasil. Destaca-se, ainda, as ações prioritárias da SE/CZPE no tocante a atração de investimentos para as ZPEs do País.

Metas 2012-2015

• **Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas**
Análise Situacional da Meta

Conforme dispõem o §4º do inciso I do art. 2º e o art. 25 da Lei nº 11.508/2007, a SE/CZPE comprovou o início das obras de implantação das seguintes ZPE: Acre (AC), Ilhéus (BA), Pecém (CE), Bataguassu (MS), Suape (PE), Parnaíba (PI), Cáceres (MT) e Macaíba (RN). Já as ZPE de Rio Grande (RS), Imbituba (SC), Teófilo Otoni (MG) e Araguaína (TO) comprovaram o início de obras antes do advento da Lei nº 11.508/2007 (no âmbito do Decreto-Lei nº 2.542/1988). Contudo, os proponentes da ZPE de Rio Grande (RS) e da ZPE de João Pessoa (PB) apresentaram pedido de desistência da implantação das ZPEs naqueles Estados.

As ZPEs de Barcarena (PA), Corumbá (MS), Fernandópolis (SP), Itaguaí (RJ), São Luís (MA), Uberaba (MG) e Vila Velha (ES) deverão comprovar o início de suas obras entre 2015 e 2016. Nesse contexto, registre-se que as ZPE de Boa Vista (RR), Barra dos Coqueiros (SE) e Aracruz (ES) solicitaram prorrogação do prazo legal para comprovação do início de suas obras, tendo em vista diversos problemas enfrentados pelas Administradoras daquelas ZPE. Desse modo, o CZPE prorrogou os referidos prazos em reunião realizada no dia quatro de dezembro de 2014. Na oportunidade, o Conselho também ampliou o prazo para comprovação de conclusão de obras da ZPE de Cáceres (MT). As medidas foram publicadas no DOU, de 18 de dezembro de 2014, e integram as Resoluções CZPE nº 11 (ZPE de Aracruz); nº 12 (ZPE de Barra dos Coqueiros); nº 13 (ZPE de Boa Vista); e a nº 14 (ZPE de Cáceres). As citadas Resoluções, inclusive, estabeleceram uma nova sistemática de acompanhamento, por parte da SE/CZPE, da viabilidade e da execução das etapas de implantação das referidas ZPEs. Na mesma reunião, o Conselho autorizou ainda os Municípios de Fernandópolis e Uberaba a procederem à transferência para a iniciativa privada das ações das respectivas Administradoras, conforme Resoluções CZPE nº 10 e nº 15.

Registre-se que em 2014 foram realizadas visitas técnicas a oito estados brasileiros (Acre, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Pará e São Paulo). Ademais, foram estabelecidos contatos com os Proponentes e Administradores de ZPE e mantidas cooperações técnicas e parcerias com órgãos e entidades envolvidos no processo de implantação das ZPEs.

No tocante aos projetos industriais aprovados pelo CZPE, podemos citar: Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Vale Pecém S.A., e White Martins Pecém Gases Industriais Ltda., a serem instalados na ZPE de Pecém; Amazon Polímeros Ind. Comércio Imp. e Exp. Ltda., Anawa Ind. de Alimentos Ltda., Uniart Ind. Comércio, Imp. e Exp. (razão



social alterada para Acreparquet Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda), e Superfruits Global Acre Importação e Exportação Ltda, a serem instalados na ZPE de Senador Guiomard; e DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda., KTAFarma Indústria e Comércio, e Agrocera Piauí Ind.Com. Exp a serem implantados na ZPE de Parnaíba.

Todos os projetos citados atenderam ao requisito no que concerne à agregação de valor aos produtos primários já desenvolvidos na área de implantação de cada empreendimento, incentivando uma maior integração das ZPE com a economia local e regional, além de possibilitar o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões de influência.

Nesse sentido, vale ressaltar que as obras de implantação da CSP encontram-se em estágio avançado e as da Vale Pecém e da White Martins acompanham essa tendência. Informamos que as referidas empresas foram autorizadas a iniciar suas operações a partir da publicação dos atos da Receita Federal do Brasil (RFB), a saber:

-Cia Siderúrgica do Pecém – Ato Declaratório Executivo Nº 2, de 27 de agosto de 2013, retroativo a 1º de maio de 2013 (publicado no Diário Oficial da União- D.O.U nº 166, de 28/08/2013).

-Vale Pecém S.A - Ato Declaratório Executivo nº 3, de 27 de setembro de 2013 (publicado no D.O.U nº 189, de 30/09/2013).

-White Martins Pecém Gases Industriais Ltda - Ato Declaratório Executivo nº 1, de 12 de setembro de 2014 (publicado no D.O.U nº 178, de 16/09/2014).

As demais empresas ainda não iniciaram suas obras de implantação.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

20/01/2015

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizados diversos aprimoramentos nos módulos do Siscomex administrados pela SECEX. No período foram implantadas 18 demandas evolutivas nos sistemas Drawback WEB – Integrado e Suspensão, Exportação WEB – Novoex, além de diversas outras correções e apurações especiais para ajustes nos sistemas. Esse é um trabalho inerente à gestão dos sistemas para garantir o seu correto funcionamento e permitir o acompanhamento da evolução e das inovações das operações de comércio exterior. São etapas constantes de manutenção e aprimoramento dos sistemas.

Além disso, foram continuados os projetos de novos sistemas, visando a implantação de ferramentas mais modernas e ágeis, com tecnologias acessíveis a um maior número de usuários. São os casos dos projetos de modernização do Siscomex Importação – Fase de Licenciamento (Projeto LI WEB) e de desenvolvimento do Siscomex Drawback Isenção WEB.

Em relação ao Siscomex Importação (Projeto LI Web), em 2014 foi iniciado o desenvolvimento do sistema pelo Serpro e já estamos em fase final de homologação dos módulos Importador e Anuente. É importante ressaltar que o lançamento desse novo sistema deverá implicar no desligamento automático do sistema atual. Por isso, a implantação deverá ser cercada de cuidados especiais, testes e período considerável de adaptação dos importadores e anuentes, a fim de não impactar na continuidade das operações de importação. Desta forma, a previsão de lançamento do sistema é para o primeiro semestre de 2015, precedido de período razoável de treinamento para anuentes e importadores. Já para o módulo de Tratamento Administrativo, foi iniciada a fase de documentação do sistema e definição do escopo do projeto. A previsão é para implantação também até o final do primeiro semestre de 2015.

O Drawback Isenção WEB é um novo sistema para a informatização de processo hoje cursado totalmente em papel.



Neste ano foram realizadas diversas etapas de homologação, com resultados bastante positivos. O lançamento do sistema para os usuários externos foi feito no dia 15/12/2014 e o seu funcionamento tem sido acompanhado de perto, com resultados satisfatórios.

Houve melhorias na gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line AliceWeb e AliceWeb-Mercosul, a saber: a) Inclusão das variáveis de consulta “SH4” e “SH6” no módulo “Balança Comercial” no site ALICEWeb; b) Melhoria na segurança do sistema (banco de dados), seja quanto a questão de invasão de banco de dados, quanto a restrição de dados (perfis de acesso ao sistema), c) Inclusão de novos Blocos para pesquisas: “COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC)” e “ALIANÇA DO PACÍFICO”, e d) Atualização do ALICEWeb-Mercosul passou a ser de dois em dois meses (mais rápida) devido à melhoria no processo de transferência de dados entre Brasil e UTECEM no Uruguai (Unidade Técnica de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul).

Em 2011 o sistema Vitrine do Exportador foi reformulado e adotado outro critério para contagem de acessos. O novo método contabiliza o número de página visualizadas por mês. No período janeiro a dezembro de 2014, foram registradas 25.822 pesquisas por produtos e um total de 2.462 demandas de importadores às empresas brasileiras. Esse sistema ampliou o número de potenciais exportadores cadastrados em razão da parceria com o Ministério das Relações Exteriores de 238 potenciais para 2.650 até dezembro de 2014, sendo que 107 potenciais passaram a exportar.

O Portal Brasileiro de Comércio Exterior ainda está em processo de fusão com o BrasilGlobalNet, do Ministério de Relações Exteriores, para a migração e integração de todos os produtos para o novo site Guia de Comércio Exterior e Investimento Brasil Export. O processo finalizou a primeira fase com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na cerimônia de lançamento do Guia de Comércio Exterior e Investimento Brasil Export no dia 02/07/2014. No segundo semestre de 2014 teve início a segunda fase do processo com o desenvolvimento de funcionalidades como o georreferenciamento, que está em fase de homologação. No período de julho a dezembro de 2014 o Brasil Export registrou 172.236 acessos com 564.536 visualizações de páginas.

No ano de 2013, com a Resolução Camex n. 78/2013 o sistema Comex Responde passou a ser o canal de comunicação brasileiro para dirimir dúvidas e acatar sugestões de comércio exterior integrando 23 órgãos intervenientes no tema. A resolução obedece critérios definidos no art. 11 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o qual diz: “O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”. Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 dias, observando as peculiaridades de cada consulta. Desta forma prazo de resposta não mais deverá atingir a meta anteriormente definida como dois dias úteis. O sistema integrou os 23 órgãos em junho de 2014 e atingiu a média de 2,99 dias para a resposta.

Em 2012, foram realizados seis seminários de operações de comércio exterior, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. Em 2013, foram realizados mais seis seminários, em Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Em 2014, foram realizados sete seminários: em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Florianópolis, em Porto Alegre, em Curitiba e em Recife.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços disponíveis do Fala Exportador no COMEX Responde, mantendo o padrão de qualidade, tempo médio de resposta de 2 dias úteis e índice de satisfação de 80%**

Análise Situacional da Meta

O sistema passou por um processo de reformulação para a integração dos órgãos intervenientes no comércio exterior.

Os índices do sistema Comex Responde registrados no período de janeiro a dezembro de 2014 foram de: 2.485 consultas recebidas, provenientes de 49 países, de 27 Unidades da Federação e de 439 municípios brasileiros, com o tempo médio de resposta de três dias e 15 horas.

A inclusão de novos prestadores no serviço “COMEX Responde” significa a ampliação do serviço para abranger novos órgãos anuentes do comércio exterior, integrantes da Administração Pública. Houve aumento significativo do número de parceiros que passaram a receber e, por conseguinte, esclarecer consultas do público por meio do “COMEX



Responde".

O aumento do número de órgãos participantes no sistema no ano de 2014 contribuiu para a diversificação dos temas e a eficiência na elaboração das respostas exaradas. As consultas recebidas no sistema substituíram o teor básico sobre comércio exterior por um teor mais específico, e o tempo médio de resposta diminuiu, o que indica o aumento na sua qualidade do serviço.

• **Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do período de vigência do PPA, diversas melhorias nos sistemas envolvidos com as operações de drawback, bem como simplificações de normas e de procedimentos, proporcionarão maior facilidade para o operador. A evolução do Siscomex Exportação Web, a modernização da plataforma do Drawback Suspensão e do Drawback Integrado e a implantação do Drawback Isenção Web visam integrar melhor as informações, aumentando a eficiência dos controles das operações, gerando maior segurança aos operadores. Com maior confiança no mecanismo, o incremento da participação de empresas é a consequência esperada. Além disso, tem sido feita uma intensa divulgação tanto do mecanismo como de seus procedimentos por meio dos seminários de comércio exterior para esclarecer os usuários atuais e alcançar outros potenciais usuários.

Até o momento, as estatísticas que se referem ao drawback na modalidade suspensão são as seguintes: 2011: 2.081 empresas; 2012: 1.957 empresas; 2013: 1.754 empresas; 2014: 1.604 empresas. Ressalta-se que o resultado não reflete a quantidade de CNPJ e sim o número de empresas, o que acaba por abranger, inclusive, as filiais. Ademais, para o ano de 2014, foram considerados os dados até o final de novembro.

Embora os dados observados até o momento demonstrem diminuição da quantidade prevista na meta, é importante destacar que, com o lançamento do sistema de drawback isenção web, espera-se que um novo contingente de empresas passe a utilizar o regime, em razão da diminuição dos custos de operacionalização e da simplificação dos procedimentos nesta modalidade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Criar ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

No mês de dezembro foi finalizada a entrega da primeira etapa do sistema BI SECEX, contemplando as informações disponíveis na base Alice. Os produtos gerados neste projeto ampliarão as análises que atualmente são executadas a partir de sistemas como ALICEWeb. Além disso, facilitará a criação de relatórios pelos próprios usuários consumidores destas informações. Para as próximas etapas está previsto a inserção de outras bases estatísticas internacionais.

• **Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações**

Análise Situacional da Meta

Trata-se de um novo sistema para a informatização de processo que até então era cursado totalmente em papel. Foram realizadas, no total, sete etapas de homologação do sistema, sendo uma em 2013 e as demais já em 2014, envolvendo as equipes do DECEX, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Serpro. O sistema foi totalmente homologado em novembro de 2014 e foi lançado em produção em 15/12/2014. Os primeiros dias de funcionamento estão sendo acompanhados de perto, com monitoramento constante, e os resultados estão satisfatórios.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada



100

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foi iniciado o processo de desenvolvimento dos módulos Importador e Anuente do projeto LI WEB pelo Serpro. Foram realizadas três rodadas amplas de homologação, com resultados satisfatórios, e está prevista uma última fase ainda para janeiro de 2015. Para este projeto, é importante ressaltar que, após a homologação do sistema, será necessário disponibilizar prazo suficiente para que importadores e anuentes possam conhecer o novo sistema e adaptar seus processos para as novas rotinas com segurança, visando garantir que não haja solução de continuidade para os processos de importação. O lançamento dos novos sistemas determinará o desligamento do sistema anterior, não sendo possível adotar o paralelismo do antigo com o novo como solução de contingência. Por isso, o planejamento para a implantação prevê a finalização do processo para meados de 2015, caso não sejam detectados problemas na fase de treinamento dos usuários.

Para o módulo de Tratamento Administrativo, foram feitas gestões junto ao Serpro para a alocação de equipe específica para este projeto, tendo em vista a sobrecarga da equipe já existente em outras ações. Isso foi materializado e a construção da documentação de requisitos do sistema foi iniciada e está em fase de revisão.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução").

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Com o advento do Portal Único de Comércio Exterior, coordenado pela Secretaria de Comércio Exterior e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a maior parte dos recursos disponíveis foi alocada para o Portal. Da mesma forma, o restante dos recursos escassos está voltado para a finalização e implantação dos demais projetos com previsão de lançamento para o final de 2014 ou início de 2015. Assim, esta meta continua realocada para período posterior, quando houver mais recursos disponíveis.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Após ter sido suspenso em meados de 2013 por problemas na solução tecnológica aplicada no desenvolvimento, o projeto foi retomado no final do primeiro semestre de 2014, com a análise das alternativas apresentadas pelo SERPRO. Ficou decidido que a alternativa que geraria menos impactos, de prazos e custos, era dar continuidade ao que já havia sido desenvolvido, com algumas pequenas adaptações, tais como criação de dois novos filtros de busca e limitações de períodos de dados para os relatórios. Porém, ao iniciar os testes do sistema, ficou evidente que a solução implementada não atenderia às necessidades dos usuários, desde os órgãos de Governo até os usuários finais, os exportadores. Desta forma, o projeto foi cancelado, sem ônus para a SECEX, tendo em vista a existência de divergências durante o processo de definição da solução tecnológica. Outra solução poderá ser desenvolvida no âmbito do Portal Único de



Comércio Exterior.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos**

Análise Situacional da Meta

Já foram realizados 19 seminários de operações de comércio exterior: três em Brasília, três em São Paulo, três no Rio de Janeiro, três em Porto Alegre, dois em Florianópolis, dois em Curitiba, um em Fortaleza, um em Recife e um em Belo Horizonte. A expectativa era pela realização de 12 seminários por ano de vigência do PPA. Porém, como se trata de um projeto novo, inicialmente foi preciso consolidar o formato ideal do evento e buscar parcerias, o que inviabilizou o cumprimento dessa meta no primeiro ano. Em 2013, as dificuldades giraram em torno de disponibilidade de equipe e de recursos financeiros. O início do programa Portal Único de Comércio Exterior, prioridade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também foi um dos fatores para que o número de seminários no ano fosse aquém do esperado. O ano de 2014 terminou com a realização de sete seminários, número significativo, considerando as limitações de calendário impostas pelo evento da Copa do Mundo no Brasil.

Diante do exposto, a avaliação é altamente positiva, com diversas manifestações de satisfação pelos resultados, tanto pelos parceiros locais, como pelo público. Mesmo estando abaixo da meta esperada, a disseminação das informações, esclarecimentos de dúvidas e orientações aos usuários tem se refletido no fluxo das operações de comércio exterior, tendo em vista que os operadores estão mais esclarecidos em relação aos procedimentos corretos que precisam ser cumpridos.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	26	quantidade/ano	3	31/12/2014
Região Nordeste	4	quantidade/ano	2	31/12/2014
Região Norte	1	quantidade/ano	0	31/12/2014
Região Sudeste	10	quantidade/ano	7	31/12/2014
Região Sul	7	quantidade/ano	7	31/12/2014

- **Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb**

Análise Situacional da Meta

A meta foi alcançada, com o site ALICEWeb atualizando entre três e quatro dias úteis após o final do mês.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2076 - Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16	31/12/2013	5,8133
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53	30/12/2014	3,1579
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56	31/12/2014	59,5
Receita cambial gerada pelo turismo	US\$ bilhão	31/12/2010	5,7	31/12/2014	6,914
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186	31/12/2013	201,76

Observações:

Chegadas de turistas internacionais - Resultado referente a 2013, cf. 'Anuário Estatístico de Turismo - 2013', disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/arquivo: Anuario_Estatistico_Turismo_2014_Ano_base_2013_De2014.xlsx
planilha: Brasil_1.1
célula: C7

Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs) - Fonte: MTur
Dados extraídos do CAGED em 30/12/2014

Os dados da RAIS de 2014 tem previsão de divulgação para o segundo semestre.

Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Resultado referente a 2014, cf. 'Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Relatório Brasil 2014', disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/indice_Bra

Receita cambial gerada pelo turismo - Resultado acumulado no ano de 2014, cf. relatório 'Receita e despesa cambial turística'.

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/receita_cambial/

Dados de 2014 fornecidos pelo MTUR

Viagens realizadas no mercado doméstico - Fonte: Estimativa MTur

Há previsão para divulgação dos dados de 2014 ao longo do ano de 2015, provavelmente em abril

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Entre janeiro e dezembro de 2014, celebraram-se contratos de repasse para destinos turísticos envolvendo implantação, melhoria e recuperação de infraestrutura turística. Os recursos envolvidos atenderam emendas parlamentares do orçamento impositivo, programação financeira deste órgão e medidas provisórias.

Para financiar o desenvolvimento do turismo nacional, o MTur articula permanentemente com Órgãos Governamentais e Instituições Financeiras Federais a melhoria das condições de acesso e a efetiva disponibilização de crédito às empresas ligadas ao turismo. O esforço de articulação promovido pela pasta contribuiu para o alcance da marca de R\$ 11,9 bilhões desembolsados por conta das operações de financiamentos firmadas por Instituições Financeiras Federais até o mês de novembro de 2014, sendo R\$ 4,4 bilhões do Banco do Brasil, R\$ 6,5 bilhões da Caixa Econômica Federal, R\$ 0,6 bilhão do Banco do Nordeste e R\$ 0,4 bilhão do Banco da Amazônia. Considerando o período de 2012 a outubro de 2014, os desembolsos alcançaram R\$ 35,277 bilhões. No total desembolsado não constam os valores relativos ao BNDES a partir de novembro de 2013, não disponibilizados por aquele Banco por problemas operacionais.

Destinaram-se recursos para obras de infraestrutura turística que incluem: a) Centros de Eventos, Convenções, Culturais:



134 obras, no valor de R\$ 70 milhões; b) Centros de Atendimento ou de informação aos Turistas: 16 unidades, no valor de R\$ 5 milhões; c) Sinalização Turística: 24 obras, no valor de R\$ 9 milhões; d) Portais e Pórticos: 72 obras, no valor de R\$ 27 milhões; e) Infraestrutura Viária (pavimentações): 95 obras, no valor de R\$ 49 milhões; f) Construção/Reforma de Praças: 210 obras, no valor de R\$ 78 milhões; g) Construção/Reforma de Parques: 55 obras, no valor de R\$ 25 milhões; h) Construção/Reforma de Orlas: 62 obras, no valor de R\$ 41 milhões.

O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento das regiões turísticas. No âmbito do Prodetur Nacional, foi dada continuidade ao apoio à realização de estudos, planos, projetos, bem como o fortalecimento institucional, além do investimento em infraestrutura turística e de apoio ao turismo. Em 2014 foram empenhados cerca de R\$ 24,7 milhões para cinco ações de infraestrutura turística. Além disso, destaca-se a conclusão e aprovação de três Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS e o repasse de R\$ 1,1 milhão para o andamento das ações.

As ações de qualificação deste Ministério estão sendo executadas pelo PRONATEC TURISMO. O Programa, até o mês de novembro de 2014, matriculou 180.561 alunos e obteve 105.214 concluintes (dezembro/2014). Em 2012 foram realizadas 51.120 matrículas e 35.454 concluintes. Em 2013 foram realizadas 73.845 matrículas e 48.216 concluintes. Até o presente momento de 2014 foram realizadas 44.314 matrículas e 19.646 concluintes. Além disso, simultaneamente, o MTur trabalha na concepção de uma Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo, com intuito de repensar o turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento do País, elevando a competitividade mediante a qualificação profissional, com a valorização dos trabalhadores do setor.

Desde 2008, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente são parceiros no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, na Campanha Passaporte Verde no Brasil. A Campanha 2014 reuniu 60 roteiros Passaporte Verde nas doze cidades-sede da Copa, oferecendo ao turista a oportunidade de comentar e compartilhar suas experiências durante e depois do Mundial.

Em dezembro, foi lançado o Plano de Marketing Turístico – Experiências do Brasil (2014-2018). Três objetivos principais norteiam o planejamento: ampliar e diversificar o consumo turístico no mercado nacional, incrementar a qualidade e a competitividade dos produtos e destinos além de implementar mecanismos efetivos para a cooperação público-privada.

No âmbito da regionalização, em 2014, os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica, bem como do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo. Esse Sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo, os dados levantados pela Matriz, assim como, os relacionados à rede formada pelo Programa, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais. O Sistema será, ainda, uma ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do Programa.

Quanto aos cadastramentos, o MTur tornou o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo (Cadastur), mais simples e inclusivo. As novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. O Ministério do Turismo deu continuidade ao processo de desenvolvimento da atividade, por meio da Portaria MTur nº312/2013, que estabelece requisitos para o exercício da atividade de guias de turismo.

O Ministério do Turismo e o Sebrae lançaram o guia Boas Práticas em Turismo que reúne casos de sucesso em inovação na gestão do turismo, selecionados em pesquisa realizada em 65 destinos.

O Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama & café. Em 2014, o Ministério assinou o acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuou principalmente na promoção e disseminação do sistema. Atualmente, há 58 meios de hospedagem classificados e divulgados por meio do sítio eletrônico institucional.

O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo – MTur, para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, das



informações exigidas pela Lei 11.771/2008 e Decreto 7.381/2010. Essa ferramenta permite que o governo federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região, possibilitando a melhoria da elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor turístico. Atualmente, o projeto se encontra em fase de manutenção, sem expressivos investimentos. Durante o ano de 2014, 1.808 meios de hospedagens distribuídos em 452 municípios utilizaram o sistema, totalizando cerca de 14,30 milhões de Fichas Nacionais de Registro de Hóspedes.

Metas 2012-2015

• Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos

Análise Situacional da Meta

Com a realização da Copa do Mundo de 2014, o cadastro dos prestadores de serviços turísticos apresentou um aumento significativo nos registros efetuados no CADASTUR. Durante o ano, foram efetuados 11.445 novos cadastros e, atualmente, o CADASTUR conta com 52.850 prestadores regularmente cadastrados. O sucesso dessa iniciativa também se deve à publicação das Portarias nº 197, de 31 de julho de 2013 e nº 311, de três de dezembro de 2013, que disciplinam e desburocratizam o processo, com o intuito de alcançar um número maior de empreendimentos e equipamentos turísticos. Com o somatório de 2012 a 2014, ultrapassamos as expectativas da meta em 24,22%.

Quantidade alcançada

42.051

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.876	unidade	5.795	31/12/2014
Região Nordeste	5.020	unidade	8.263	31/12/2014
Região Norte	1.536	unidade	2.254	31/12/2014
Região Sudeste	14.615	unidade	18.143	31/12/2014
Região Sul	6.805	unidade	7.597	31/12/2014

• Classificar 2.000 empreendimentos turísticos

Análise Situacional da Meta

Pelo Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass), foram classificados 21 empreendimentos turísticos em 2012, 28 em 2013, e nove em 2014, totalizando 58 classificações no período de 2012 a 2014.

Com o intuito de sensibilizar os meios de hospedagem, em 2014, o Ministério assinou o acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuou principalmente na promoção e disseminação do sistema. Por meio desta ação foram sensibilizados aproximadamente 60 empreendimentos, com vistas à classificação prevista para ser realizada no ano de 2015.

Apesar de ter sido desenvolvido com o apoio da maioria das entidades representativas do setor, o SBClass tem se revelado um processo lento de adesões por parte dos meios de hospedagem. Mesmo sendo de caráter voluntário, a grande maioria dos meios de hospedagem, optaram por não aderir ao sistema. Alguns outros fatores vêm sendo identificados como limitadores das adesões:

- i) O SBClass é um sistema pago ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), pelos custos da auditoria;
- ii) Ainda não há um reconhecimento dos meios de hospedagem sobre os benefícios em se classificar;
- iii) Ainda não foi realizada campanha de sensibilização para os meios de hospedagem, bem como para os turistas;
- iv) Muitos empresários não se dispõem a dedicar tempo suficiente para seguir o passo-a-passo do sistema;
- v) O SBClass foi desenvolvido com foco, principalmente, nos meios de hospedagem independentes, ou seja, que não são associados às grandes redes hoteleiras, que já possuem padrões próprios e clientela própria e, portanto, não têm interesse em aderir ao SBClass.



Em face das razões apresentadas, o MTur vem promovendo reavaliações estratégicas quanto ao arranjo institucional e ao próprio modelo atual do Sistema Brasileiro de Classificação – SBClass. Por esse motivo, os avanços necessários ao aprimoramento da ferramenta, como a simplificação do sistema e a adesão gratuita, ainda são inviáveis, resultando numa manutenção técnica sem grandes avanços, nos últimos meses e, conseqüente, dificuldade no alcance da meta proposta.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	595	unidade	6	31/12/2014
Região Nordeste	523	unidade	20	31/12/2014
Região Norte	163	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	450	unidade	18	31/12/2014
Região Sul	269	unidade	11	31/12/2014

• Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo

Análise Situacional da Meta

A composição das metas de qualificação para os objetivos do PPA 2012/2015 foram planejadas à luz do Programa Bem Receber Copa, concebido com a estimativa de qualificar 306 mil profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo. Sendo assim, as ações iniciadas a partir de 2011 seriam contabilizadas ao longo do PPA no âmbito dos 53 convênios celebrados. Neste contexto, o alcance da meta restou prejudicado em decorrência da suspensão dos repasses de recursos e da interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos por força do Decreto nº 7.592, de 28/10/2011. Após análises, pelo MTur, dos 51 instrumentos, apenas um foi considerado apto a retomar a execução. Os demais foram acionados a restituir, integral ou parcialmente, os recursos recebidos, ou foram encaminhados com indicação de instauração de TCE. Assim, somente os convênios celebrados com a Prefeitura de Santos, Secretaria Estadual de Turismo de Mato Grosso, Secretaria Municipal de Turismo de Boa Vista, Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Acre e Secretaria de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte não foram suspensos. No entanto, desses cinco instrumentos, apenas nos convênios com Santos, Mato Grosso e Rio Grande do Norte foram executados os cursos de qualificação destinados aos gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo no ano de 2012/2013, perfazendo 1.042 qualificações. Não obstante, o MTur realinhou as ações de qualificação profissional e empresarial e inseriu novo modelo de execução, o PRONATEC Turismo, estabelecendo novas regras e critérios para formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoiar as ações complementares ao PRONATEC Turismo. Ademais, em observância às recomendações do TCU, exaradas no Ac. Nº 6.395/2012-2ª Câmara, publicado em 10/09/2012, proferido nos autos do processo nº TC-006.757/2012-0, quanto ao item 1.7.1.3 – adoção de metodologia única para os cursos complementares ao PRONATEC Turismo, com conteúdo básico pré-definido, esta Pasta adotou uma série de medidas para alinhar a execução dos 18 convênios celebrados em 2012 (com a previsão de atender 20 mil profissionais) às determinações do Tribunal e prognosticou cenários que se mostraram inviáveis. Dessa forma, verificou-se que a única forma de alinhar as ações de qualificação às demandas do Acórdão seria assumir parte da execução prevista nos convênios celebrados em 2012, a fim de evitar dispêndios em ações similares, bem como padronizar a metodologia, os conteúdos mínimos, os planos de curso e o material didático. Para tanto, iniciaram-se os procedimentos licitatórios, com a elaboração de Projeto Básico com objetivo de contratar uma instituição de ensino renomada, pública ou privada, com expertise na área de qualificação e turismo para a elaboração de metodologia, conteúdos mínimos, planos de cursos e material pedagógico de referência para o professor, além de apostila didática para os treinandos, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas nas Normas Técnicas da ABNT destinadas ao setor de turismo. Por oportuno, registra-se que em 2012 foram celebrados 18 convênios, sendo que desse total 11 foram denunciados, em razão do respectivo objeto prever “qualificação para a



Copa das Confederações 2013 e/ou Copa do Mundo de 2014”, dois solicitaram rescisão por perda de interesse no objeto e os cinco convênios sobressalentes estão em fase de cancelamento, uma vez que será inviável o cumprimento do objeto sem um Plano Nacional para Qualificação em turismo. Assim, este Ministério optou em trabalhar primeiramente na concepção das Diretrizes de Qualificação, para posterior institucionalização da Política Nacional de Qualificação em Turismo, sendo o primeiro passo para a definição das ações, programas, públicos alvos e cursos que deverão ser priorizados, de acordo com as demandas do setor. A definição das Diretrizes representa uma ação estruturante, pois primeiramente se deve propor diretrizes para nortear a concepção da Política de Qualificação em Turismo e posteriormente elaborar o Plano Nacional de Qualificação, documento que poderá definir de forma estratégica e por ordem de prioridade as áreas de atuação, as ações que poderão ser apoiadas e sobretudo o papel do Ministério na condução da Política. Ademais, simultaneamente, o MTur, na busca pelo aprimoramento de suas ações, vem trabalhando para a construção dessa Política Nacional pautada por uma visão transversal e integrada. Como ponto de partida, iniciou a elaboração das diretrizes dessa Política, a fim de indicar possíveis áreas de atuação, públicos-alvo, ações a serem apoiadas e o papel do Ministério em relação à qualificação no setor. Para a elaboração das diretrizes dessa Política, o Ministério conta com o apoio da Universidade de Brasília, que realizou coletas de dados e levantamentos de informações que orientarão a formulação da Política Nacional de Qualificação em Turismo.

Quantidade alcançada

1.354

Data de Referência

10/12/2014

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Como estratégia para a elevação da qualidade da oferta dos serviços aos turistas, busca-se qualificar e priorizar o aperfeiçoamento de profissionais da cadeia produtiva do turismo, assim como suprir a necessidade de mão de obra no setor. A escolha do Brasil como sede dos eventos da Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 representa uma oportunidade para deixar como legado uma imagem positiva do País para aqueles que estarão visitando as cidades brasileiras.

Apoiaram-se, conforme matriz de responsabilidade da Copa do Mundo 2014, 39 projetos de sinalização turística, centros de atendimento aos turistas móveis e fixos (CATs) e acessibilidade a atrativos turísticos nas 12 cidades sede que receberão os jogos da Copa. São 13 contratos para construção, reforma, adequação e compra de veículos para CATs, 14 contratos para acessibilidade a atrativos turísticos e 12 contratos para sinalização turística nas cidades sede. Referidas obras serão concluídas, já sendo consideradas como legado da Copa do Mundo 2014.

O PRONATEC TURISMO encontra-se com 103.345 pessoas qualificadas (dezembro/2014).

Para as Olimpíadas de 2016, será reforçada a oferta de cursos de qualificação em idiomas para o efetivo da segurança pública que atuará nas cinco cidades onde serão sediados os jogos e as modalidades paralímpicas e olímpicas, bem como a oferta de cursos de idiomas para as pessoas que atuam no receptivo turístico.

No tocante à Copa do Mundo 2014, realizaram-se visitas às cidades-sede, buscando dialogar com entidades do setor hoteleiro acerca dos preços a serem praticados nos megaeventos esportivos. Além disso, criou-se um comitê para avaliar a quantidade de diárias de quartos de hotel reservadas pela operadora oficial da FIFA, nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. O objetivo é verificar se existe concentração de mercado que possa ser qualificada como cartel, de forma a evitar eventuais abusos nos preços da hospedagem durante o Mundial. Também se continuou com ações do Projeto Parques da Copa (Ecoturismo e Turismo de Aventura), da campanha do Pronatec Copa, iniciada em 2012 (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento deste programa de qualificação profissional); campanha “Pátria de



Chuteiras” (incentivo à receptividade brasileira aos turistas, nacionais e estrangeiros, da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014). Algumas dessas ações poderão ter desdobramentos para os Jogos Olímpicos do Rio 2016. Especificamente em relação aos Parques para a Copa, em outubro de 2013 elaborou-se o projeto base para subsidiar a assinatura de um termo de cooperação entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como a priorização dos investimentos a serem realizados nos parques nacionais selecionados no programa.

Metas 2012-2015

• Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol

Análise Situacional da Meta

De acordo com a demanda identificada em cada localidade, de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de turismo, puderam ser ofertados até 54 cursos do Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Os cursos selecionados pelo Ministério do Turismo podem ser ofertados aos municípios que aderiram ao Programa da seguinte forma: no âmbito do PRONATEC COPA, ofertaram-se 21 cursos do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer para pessoas interessadas em se qualificar com vistas a ingressar no mercado de trabalho, suprimindo carência de mão de obra qualificada do setor de turismo na respectiva região. Para os trabalhadores que já estão no setor, o PRONATEC COPA na EMPRESA, ofertou até 54 cursos, dentre eles, idiomas, visando o aperfeiçoamento dos profissionais, de maneira a elevar a qualidade dos serviços prestados aos turistas. O Ministério do Turismo firmou uma parceria com o Conselho Nacional do Sesi e, por meio do PRONATEC COPA SOCIAL, irá qualificar os jovens egressos do Projeto Vira Vida e seus familiares, visando o ingresso dessa mão de obra no mercado de trabalho do setor de turismo. Serão oferecidos 37 cursos nos eixos tecnológicos Turismo, hospitalidade e lazer; Gestão e Negócios e Idiomas.

Dentre outras considerações julgadas relevantes, destaca-se que para atender uma demanda dos profissionais do setor, relativa à qualificação em idiomas, foi solicitado ao Ministério da Educação a inclusão dos cursos de inglês e espanhol no Guia PRONATEC de Cursos FIC, e para dar suporte a essa ação, houve o aporte de recursos, deste Ministério, por meio de descentralização de crédito ao Fundo Nacional de Educação (FNDE), autarquia vinculada ao MEC, no montante de R\$ 16.320.000,00, destinados a qualificar aproximadamente 12 mil profissionais do setor. Com a reformulação do Programa em 2012, o qual foi intitulado de PRONATEC TURISMO, abrangendo três linhas de ação: PRONATEC COPA, PRONATEC na EMPRESA e PRONATEC COPA SOCIAL, o MTur passou a trabalhar de forma descentralizada, tendo parceiros (demandantes adjuntos) as secretarias estaduais e os órgãos municipais de turismo, INFRAERO e Conselho Nacional do Sesi oficializando a parceria por meio de Acordos de Cooperação. O Programa, até dezembro de 2014, matriculou 180.561 alunos e obteve 105.214 concluintes. Esses alunos qualificados são considerados como legado dos eventos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Quantidade alcançada

180.561

Data de Referência

19/12/2014

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Para o ano de 2014, estavam previstas a produção e veiculação de três campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno. No entanto, foram realizadas as cinco campanhas (três novas e duas continuidades) descritas a seguir, e ainda a veiculação da Campanha do Bolsa-Família para o Ministério do Desenvolvimento Social.

I. Continuação da Campanha Turismo Acessível, iniciada em 2013 (publicidade de utilidade pública para divulgar o site do Turismo Acessível);



- II. Continuação da Campanha do Viaja Mais Melhor Idade, iniciada em 2013 (programa de incentivo às viagens na terceira idade);
- III. Campanha Contra Exploração Sexual Infantil, com a produção de materiais para o carnaval e permanentes;
- IV. Campanha “Celebração” – Copa do Mundo 2014, para mostrar que o turismo é um propulsor do crescimento do país, que a Copa vai sedimentar a imagem do Brasil no cenário mundial, convocar o povo brasileiro para a Copa, para receber as pessoas de braços abertos e viver toda a alegria desse mundial. Mostrando que quem faz a Copa são todos os brasileiros e que o país está preparado para receber o mundo inteiro que está vindo para o Brasil;
- V. Campanha “#PartiuBrasil” - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros a conhecerem o seu país e convencer os brasileiros a optarem pelas viagens internas, que estimulam a qualidade dos serviços de turismo e promovem o crescimento econômico.

Metas 2012-2015

• **Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram realizadas as seis campanhas a seguir: Turismo Acessível (continuação); Viaja Mais Melhor Idade (continuação); Contra Exploração Sexual Infantil; “Celebração” – Copa do Mundo 2014; Bolsa Família; “#PartiuBrasil” - Turismo Interno.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

A entrada de divisas estrangeiras em 2014 somou US\$ 6,914 bilhões, o que representa 3,02% além dos gastos realizados em todo o ano passado, quando atingiram US\$ 6,711 bilhões. Os gastos de turistas estrangeiros no Brasil em junho, quando começou a Copa, registraram um crescimento de 75,93% na comparação com o mesmo mês de 2013. Com US\$ 797 milhões, a entrada de divisas é um novo recorde mensal desde que o Banco Central começou a calcular essa informação, em 1947. Esses dados mostram a importância do turismo para a economia brasileira. Mais de um milhão de visitantes estiveram no Brasil durante o Mundial, o que contribuiu para gerar empregos e aumentar a exposição internacional do país.

Em dez anos, os congressos e convenções de negócios realizados no Brasil registraram um aumento de 408%. Conforme os dados divulgados hoje pela ICCA (International Congress and Convention Association), entre 2003 e 2013, o total de eventos passou de 62 para 315. No mesmo período, o número de cidades que sediaram esse tipo de evento subiu 145%, passando de 22 para 54. O ranking divulgado mostra que o Brasil permaneceu entre os dez países que mais recebem congressos e convenções associativas, liderado pelos Estados Unidos. Os dados divulgados mostram que 11 novas cidades brasileiras, a maior parte fora das regiões metropolitanas, entraram no ranking do ICCA pela primeira vez. Os 315 eventos realizados no ano passado colocaram o Brasil no 9º lugar no ranking do ICCA.

O filme publicitário “Dance”, lançado pela Embratur, foi escolhido como “O Melhor Comercial da Copa do Mundo de 2014”, em concurso promovido pelo Meio & Mensagem. A peça fez parte da campanha publicitária internacional lançada pelo Instituto a exato um mês para início da Copa, com objetivo de convidar os turistas a desfrutarem dos múltiplos destinos culturais e naturais, assim como da alegria, hospitalidade e paixão do povo brasileiro pela dança e pelo futebol. O concurso foi realizado em três etapas e as votações foram encerradas no dia 18 de julho passado. O vídeo da Embratur levou a melhor na segunda e terceira fases do processo. Para a Embratur o filme “Dance” foi a peça que fechou um ciclo



de promoção do Brasil como sede da Copa do Mundo, iniciado há quatro anos atrás, durante a Copa da África do Sul. Desde então, as peças e campanhas publicitárias do Instituto tem buscado emocionar, impactar e motivar as pessoas a visitarem o País, ressaltando o estilo de vida dos brasileiros, o fervor e intensidade do nosso povo. O objetivo é incrementar o fluxo de turistas estrangeiros, estimular o aumento da permanência e dos gastos desses visitantes e, ao mesmo tempo, tornar o País mais conhecido no exterior, divulgando novos atrativos e destinos turísticos brasileiros. A campanha foi planejada para chegar a 1,3 bilhão de pessoas, e foi vista na televisão, na internet, nas redes sociais e nas vias públicas em 14 países (EUA, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, México, Alemanha, Reino Unido, Portugal, Espanha, Itália, Canadá, Holanda, França). De todo histórico de propaganda e marketing utilizado pela Embratur, percebe-se um ponto muito forte presente em todas as campanhas de divulgação do Brasil no exterior. De uma forma ou de outra, o jeito de ser e a receptividade do nosso povo esteve sempre em evidência e o vídeo ‘Dance’ mostra muito bem isso.

Pesquisa realizada com jornalistas estrangeiros que participaram da Copa do Mundo revela que profissionais da mídia avaliaram positivamente o Brasil com destino turístico. Mais de 98% dos entrevistados aprovaram os atrativos turísticos. A pesquisa com turistas estrangeiros que aqui estiveram corroboram o mesmo entendimento.

Em uma iniciativa inédita na história das Copas do Mundo, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM adotou uma estratégia de comunicação integrada para enfrentar o desafio de levar informações sobre o Brasil e apoiar a imprensa global que veio ao País para a cobertura do Mundial. Durante o torneio, mais de 10 mil jornalistas de 84 países foram atendidos nos Centros de Abertos de Mídia instalados nas 12 cidades-sede. Num levantamento preliminar, a SECOM identificou mais de 60 mil matérias sobre o Brasil veiculadas em todo o mundo. A ação foi idealizada com o objetivo de aproveitar a visibilidade que a Copa trouxe ao Brasil.

O Programa de Relações Públicas do Instituto, que tem como objetivo explorar as potencialidades de exposição dos destinos turísticos brasileiros na imprensa internacional, além de monitorar diariamente o que é publicado sobre o Brasil também foi destaque. O país está presente em dez países-chave: Alemanha, Argentina, Chile, Peru, Espanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, Itália e Portugal, e durante a Copa, expandiu o monitoramento para outros países da América do Sul.

A cidade de Rio Claro recebeu em julho o 21º Campeonato Mundial de Balonismo, que aconteceu pela primeira vez na América Latina e que teve o apoio para realização da Embratur. A cidade de Rio Claro sediou, nos últimos anos, importantes campeonatos de balonismo, como a etapa da Copa Brasil, duas edições do Campeonato Brasileiro, o 1º Campeonato Sul-Americano e o Campeonato Ibero-Americano. Em 2011, o Instituto apoiou a captação do evento na Hungria e, em 2012, apoiou a promoção do campeonato na Lituânia. A disputa é realizada entre 60 pilotos de 22 países com equipes da Alemanha, Argentina, Áustria, África do Sul, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Lituânia, Luxemburgo, México, Polônia, República Tcheca, Rússia, Suíça e Ucrânia. Na mesma linha e no mesmo mês, aconteceu em João Pessoa um dos maiores eventos de tecnologia e robótica do mundo, a Robocup. Realizado pela primeira vez na América do Sul, o torneio tecnológico reuniu cerca de 4.000 participantes de 45 países. Em 2013, durante a edição da Holanda, a Embratur realizou a promoção de João Pessoa como sede do evento. O Brasil disputou a candidatura com o Japão e o Canadá em 2012, na Cidade do México. Por meio do seu programa de apoio à Captação e Promoção de Eventos, a Embratur apoiou, também, a candidatura do Rio de Janeiro para sediar o Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos (UIA) de 2020. A vitória da cidade foi anunciada em agosto durante a Assembleia Geral da entidade, em Durban, na África do Sul, na qual concorriam também Melbourne, na Austrália, e Paris, na França. O evento, que acontece a cada três anos, espera reunir 15 mil arquitetos e urbanistas de todo o mundo para discutir o futuro das cidades baseado no tema "Todos os Mundos". Em 2017, o Congresso será realizado em Seul, na Coreia. O Rio de Janeiro já tinha sido anunciado como sede de dois outros importantes eventos: o Figo World Congress of Gynecology and Obstetrics, que acontecerá em 2018, e o International Biophysics Congress, em 2020.

Além do prêmio para o filme “Dance”, a Embratur recebeu nos últimos dois anos diversos prêmios como resultado do trabalho de promoção do Brasil no exterior. Esse reconhecimento veio de várias áreas do trade turístico nacional e



internacional, comprovando a eficiência das campanhas realizadas pelo Instituto e a visibilidade alcançada tanto no mercado do turismo como entre as autoridades do setor. Em setembro deste ano a Embratur somou duas premiações. Foi eleita a melhor na categoria Incentivo ao Turismo Nacional do prêmio “Os Dez Mais do Turismo”, promovido pelo Grupo Travel News. E no Reino Unido, em Londres, recebeu o prêmio de “Melhor Escritório de Promoção da América do Sul”, pela Travel Bulletin Star Awards 2014, que elege os melhores do trade turístico mundial com atuação no mercado britânico. No mês de agosto, a plataforma Sunny Days, lançada pela EMBRATUR, ficou com troféu de bronze na categoria Melhor uso de mídia interativa, na etapa nacional do prêmio Ampro Globes Award. Essa ferramenta de promoção turística internacional foi lançada pela Autarquia em dezembro de 2013 e premiada como case de sucesso da agência Monumenta pelo Ampro Globes Award, prêmio realizado pela Associação de Marketing Promocional. A plataforma tinha base na ideia de que a incidência do sol está diretamente ligada ao bom-humor, a ferramenta calculava quantos dias de sol a pessoa viveu no último ano e a convidava para visitar o Brasil e viver mais dias de sol e felicidade. O case “World Cup Pre-Campaign – Brazil 2014”, idealizado pela EMBRATUR para promover o Brasil como destino turístico antes do Mundial, com foco nos jornalistas, formadores de opinião, trade turístico e potenciais turistas ganhou o prêmio Gold Stevie Awards. O projeto foi inscrito pelo Grupo Máquina PR em parceria com a LLORENTE & CUENCA, e garantiu o ouro no programa International Business Awards. O pacote da campanha vencedora incluiu ações no Rock in Rio Lisboa 2014; na Jornada Mundial da Juventude, quando a Embratur fez uma ação especial na Argentina para retransmissão simultânea do evento que estava ocorrendo no Rio de Janeiro; no Festival do Cinema Brasileiro, em Montevideu; e em edições do Goal to Brasil na Colômbia e na Argentina.

Metas 2012-2015

• **Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Os dados de desembarques internacionais apurados junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) estão comprometidos, pois não estão computando os movimentos aeroportuários de Guarulhos, Campinas e Brasília, que tiveram suas gestões terceirizadas. Guarulhos é o primeiro aeroporto nos desembarques internacionais; Brasília é o segundo nesse tipo de desembarque. Uma apuração sem esses aeroportos não reflete a realidade. Ou seja, excluí-los do levantamento compromete a meta e não permite uma análise razoável. O assunto já foi tratado com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que pode exigir esses dados das operadoras privadas. É de se destacar que o aumento nos desembarques internacionais não implica, necessariamente, na chegada de turistas estrangeiros, pois pode representar a volta de brasileiros ao país. Essa métrica é uma condição necessária para a meta de chegada de turistas estrangeiros, mas não necessariamente indica seu alcance.

A meta informada foi feita com base em pesquisa realizada pela equipe técnica da EMBRATUR em banco de dados públicos e privados sobre a oferta de voos internacionais para o Brasil. Em 2014, segundo esse levantamento, foram ofertados 13.762.934 assentos em 64.904 voos internacionais que chegaram ao país.

Quantidade alcançada

13.762.934

Data de Referência

30/01/2015

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Após 10 anos de seu lançamento, o Programa de Regionalização do Turismo foi reestruturado com base nas orientações do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, e suas novas diretrizes foram lançadas, após a realização, inclusive, de consultas públicas com representantes de todas as regiões do país, em maio de 2013, durante a realização do I Encontro



Nacional de Turismo.

A próxima etapa de implementação do Programa de Regionalização do Turismo compreenderá o processo de categorização das regiões e municípios turísticos, utilizando-se como base o mapa atualizado. A categorização consiste na aplicação da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas, e tem por objetivo identificar o nível de desenvolvimento turístico dos municípios e regiões turísticas mapeadas.

O diagnóstico será realizado tendo como base oito eixos de gestão, estruturação e promoção, quais sejam: i) gestão descentralizada (visando a participação social e fortalecimento das entidades locais); ii) planejamento e posicionamento de mercado (identificação da oferta de produtos); iii) qualificação profissional; iv) empreendedorismo e promoção de investimento; v) infraestrutura (obras e instalações necessárias); vi) informação ao turista; vii) promoção e apoio à comercialização; e, viii) monitoramento (mensuração da satisfação dos turistas e dos resultados da atividade). As novas orientações do Programa estão descritas na Cartilha “Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes”, e podem ser acessadas pelo sítio institucional do Ministério do Turismo.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo-SNPTur, por intermédio do Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Turismo e a Universidade Federal de Santa Catarina, finalizou em 20 de maio de 2014 o projeto “Ações de Gestão do Conhecimento para o Aprimoramento da Política Nacional de Turismo”. O trabalho envolveu a elaboração de uma “Agenda Estratégica do Turismo: 2013-2022”, que pretende ser o documento de orientações estratégicas e de ações táticas para a implementar um conjunto de políticas públicas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no País. Para dar consequência objetiva à Agenda Estratégica e ao Programa Nacional de Turismo – PNT, já elaborado e validado no âmbito do Conselho Nacional do Turismo, o projeto deve contemplar, ainda, a elaboração de documento de caráter executivo a ser denominado “PNT em Ação”.

Como resultado final o estudo deve possibilitar a orientação de recursos públicos e privados para solução dos gargalos que têm impedido ou adiado a plena expansão da atividade turística no País, notadamente no que diz respeito ao tratamento fiscal e tributário – demanda recorrente das entidades que fazem parte do Conselho Nacional de Turismo. Paralelamente, está em fase de revisão a Lei Geral do Turismo para adequar as demandas do setor.

O Talentos do Brasil Rural é resultado de uma parceria entre Ministério do Turismo – MTur, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Sebrae que procura fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística. O projeto está estruturado em dois eixos: (1) Produtos da Agricultura Familiar, em que foram selecionados 89 empreendimentos (cooperativas, associações, redes) da agricultura familiar de todo o Brasil para fornecerem produtos para empreendimentos turísticos (meios de hospedagens, bares, restaurantes, entre outros) das 12 cidades sede da Copa do Mundo. Os produtos são organizados em três linhas: “amenities” (cosméticos); alimentos e bebidas; e decorativos e utilitários (artesanato, produção agroindustrial etc.). (2) Roteiros e Serviços Turísticos, com 23 roteiros turísticos (compostos por 54 municípios e cerca de 400 empreendimentos), localizados no entorno das 12 cidades-sedes da Copa, compostos por pelo menos 10% de empreendimentos da agricultura familiar (propriedades).

Em 2014, o Ministério do Turismo fez Seleção de empreendimentos e roteiros participantes, fez o diagnóstico dos participantes do roteiro (visita in loco de técnicos do Projeto e realização de workshop com os participantes do roteiro para apresentar os resultados – pontos fracos e fortes), elaborou planos de ação, qualificou os empreendimentos e roteiros (consultorias para fortalecimento de parcerias, roteirização turística, gestão de negócios, aperfeiçoamento de produtos e geração de experiências e inovações), promoveu e apoiou a comercialização dos produtos e serviços da agricultura familiar para o mercado turístico (participação em feiras e eventos; produção de material promocional, realização de rodadas de negócios e famtours). Em 2014, 24 roteiros turísticos foram selecionados, 23 roteiros turísticos foram diagnosticados, tendo sido um desclassificado por não comprovar comercialização – em amarelo, dois roteiros participaram da Rodada de Negócios na Braztoa (setembro de 2012), 15 roteiros participaram do 24º e, ou, do 25º Festival de Turismo de Gramado (2012 e 2013), 15 roteiros já estão em condições de serem promovidos: oito para o mercado internacional, dois para o mercado nacional e cinco para o mercado regional.

Reconhecendo a importante missão de estimular a segurança na prestação de serviços turísticos, foi instituída a Portaria MTur nº 311, de dezembro de 2013, que estabelece a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de



serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados. A partir da publicação, a fiscalização dos prestadores turísticos poderá advertir, multar, interditar e até pedir o cancelamento do registro dos prestadores que estiverem prestando serviço sem o cadastro e que não apresentarem informações referentes ao exercício de suas atividades ou deixarem de fornecer dados sobre o perfil dos hóspedes, como taxa de ocupação, permanência média e números de hóspedes por unidade habitacional.

Por fim, foram realizados estudos e pesquisas ligados ao setor turístico brasileiro. A maior parte deles segue série histórica e seus objetos e principais resultados são divulgados periodicamente pelo sítio eletrônico: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>.

Os principais estudos/pesquisas realizados em 2014 incluem:

- Pesquisa sobre demanda turismo internacional no Brasil - 2014;
- Pesquisa e divulgação de resultados sobre demanda internacional - Copa 2014
- Pesquisa e divulgação de resultados - Demanda Doméstica - Copa 2014
- Divulgação do Anuário Estatístico de Turismo - 2014 - Ano Base 2013
- Divulgação dos dados de chegada de turistas não residentes – ano-base 2013;
- Divulgação dos dados do turismo internacional receptivo – 2013
- Sondagens - consumidor e empresários
- Divulgação mensal do Sondagem do Consumidor e intenção e viagem - 12 edições;
- Divulgação trimestral do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo - 4 edições;
- Divulgação anual da Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo - 10ª. edição;
- Manutenção e atualização das informações disponibilizadas na área de Dados e Fatos, no portal do turismo brasileiro, endereço eletrônico www.turismo.gov.br/dadosefatos.
- Atendimento a demanda de organismos internacionais - Anuário Estatístico e Compendium OMT 2013 Preparação e envio de dados sobre turismo receptivo e emissivo no Brasil em 2013.
- Compilação de dados secundários (receita cambial turística; emprego, desembarques nacionais e internacionais; dentre outros).

Metas 2012-2015

• Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as principais ações foram direcionadas para o processo de reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), bem como de suas diretrizes, e atualização do mapa das regiões turísticas do Brasil. A consolidação de instâncias de Governança é parte inerente a este processo e será realizado em uma etapa posterior, com a identificação dos interlocutores regionais e municipais do programa.

Em 2012, 145 instâncias de governança estavam em funcionamento. Para 2013, a contagem foi reiniciada por conta da reestruturação do PRT.

A institucionalização das instâncias de governança foi um compromisso assumido pelos municípios e regiões turísticas que fazem parte do Programa de Regionalização do Turismo, contudo essa etapa ainda não foi iniciada. O processo de revisão dos mapas das Unidades da Federação, com foco nos novos territórios a serem trabalhados pelas políticas de turismo, foi concluído em dezembro de 2013 com a publicação da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, que definiu o Mapa do Turismo Brasileiro.

A partir da delimitação do Mapa do Turismo Brasileiro 2013, que identificou 303 regiões turísticas no país, foi possível mapear 88 Instâncias de Governança Regional. Esse trabalho de consolidação das governanças, contudo, está diretamente vinculado à aplicação da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas. Tal matriz se baseia nos eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo, e tem por objetivo identificar o nível de desenvolvimento turístico dos municípios e regiões turísticas mapeadas.

No 1º semestre de 2014, os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica bem como do



Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo. Esse sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo, os dados levantados pela Matriz, assim como, os relacionados à rede formada pelo programa, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais. O Sistema será, ainda, uma ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do programa.

No 2º Semestre de 2014, a partir da consolidação da 1ª proposta da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas, passou-se à etapa de críticas e contribuições ao trabalho realizado. Primeiramente, o documento foi exposto às avaliações dos demais departamentos do Ministério, o que permitiu chegar à conclusão de que essa primeira versão a ser aplicada deveria ser modificada, considerando apenas dados secundários, já disponíveis ao MTur. Além disso, concluiu-se que a metodologia mais adequada para categorizar destinos e regiões turísticas seria a “Análise de Clusters” (ou de agrupamento), pela qual os municípios são divididos em grupos, a partir de seus comportamentos em variáveis pré-determinadas. Municípios com comportamentos semelhantes se posicionam no mesmo agrupamento. Após análise e avaliação da CGED e do DEPROD, as contribuições das demais áreas do MTur foram incorporadas à nova proposta de categorização de municípios turísticos, gerando sua versão atual, validada pelos Departamentos do Ministério (contendo os 3345 do Mapa do Turismo Brasileiro categorizados em A, B, C, D ou E).

Num segundo momento, em 15 de dezembro de 2014, a nova proposta de categorização foi apresentada aos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo, bem como à Câmara Temática de Regionalização, órgão integrante do Conselho Nacional de Turismo, que fizeram apontamentos e validaram a proposta. Paralelamente ao processo de Categorização de Destinos Turísticos, foi realizado o desenvolvimento parcial do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo, mais especificamente, do módulo pertinente ao Mapa do Turismo Brasileiro categorizado, disponível em www.mapa.turismo.gov.br. A parte faltante, referente ao cadastro de interlocutores municipais, regionais e estaduais do Programa de Regionalização está prevista para 2015.

Finalizadas, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo serão os principais instrumentos utilizados para consolidar as instâncias de governança estaduais, regionais e municipais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados

Análise Situacional da Meta

De janeiro a junho de 2014, a equipe técnica do Ministério do Turismo estruturou uma metodologia de trabalho, aplicada em caráter preliminar em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas, a Empresa de Estado do Turismo do Amazonas-Amazastur, Secretaria do Turismo do Estado da Bahia, e Agência Estadual de Turismo-Goiás Turismo (cinco Órgãos Oficiais de Turismo), totalizando o fortalecimento em 25 órgãos oficiais de turismo.

Através da Gestão Descentralizada o Ministério do Turismo vem, ao longo dos anos articulando ações para o fortalecimento institucional dos entes que integram o Sistema Nacional de Turismo (Conselho Nacional de Turismo, Órgãos Estaduais de Turismo, Colegiados estaduais e municipais), no sentido de integrar o Plano Nacional de Turismo com os Planos Estaduais para alinhamento de diretrizes estratégicas e o cumprimento das metas, em âmbito nacional. As atividades executadas em 2013 para disseminação das novas Diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, bem como a divulgação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 culminaram na realização de 20 Seminários Estaduais, onde servidores do Ministério do Turismo e representações locais e regionais tiveram a oportunidade de apresentar e discutir as prioridades elencadas e a necessidade de possíveis ajustes e complementações.

Na sequência, com a conclusão do novo Mapa do Turismo brasileiro e do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, foi possível definir um plano de ação a ser trabalhado com algumas Unidades da Federação que estavam em fase de



atualização dos seus Planos Estaduais de Turismo.

Paralelamente, na linha de fortalecimento institucional, atividades foram realizadas com membros integrantes do Conselho Nacional de Turismo, por meio do Comitê Gestor na realização de três Oficinas de Trabalho no sentido de:

- Motivar para assegurar a presença voluntária e periódica nos debates de interesse coletivo;
 - Definir como tornar permanente e sistemática a presença das entidades nos colegiados e conciliar interesses;
- informações sobre o Conselho Nacional de Turismo podem ser acessadas em http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/conselho_nacional

No 2º Semestre de 2014, os esforços foram concentrados na estruturação da proposta de categorização de municípios turísticos (os 3.345 do Mapa do Turismo Brasileiro, devidamente categorizados em A, B, C, D ou E) e na realização de encontros com os Departamentos do Ministério, os Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização e com os membros da Câmara Temática de Regionalização, órgão integrante do Conselho Nacional de Turismo, para críticas, contribuições e validações da proposta elaborada.

Para o ano de 2015 estão previstas a realização de ações de capacitação de gestores públicos com foco em planejamento e gestão do turismo, bem como, a realização de Encontros dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	6	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014



PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	1.637.905	31/12/2012	667.237
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.107	31/12/2012	16.653
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	546	31/12/2012	577,4

Observações:

Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, 2ª edição, período de 1990-2012, MCTI (2014).

Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.

Emissões antrópicas de metano (CH4) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2012, 2ª edição, MCTI (2014).

Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.

Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2012, 2ª edição, MCTI (2014).

Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM, anteriormente denominado Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global) tem como objetivo gerar cenários de mudanças climáticas em escala global (em toda a superfície terrestre) e fornecer condições de contorno lateral e da superfície do mar para modelos regionais gerarem cenários de mudanças climáticas regionalizados (sobre um continente ou país – por exemplo, América do Sul e Brasil) decorrentes de ações antrópicas (provocadas pelas ações do homem) e naturais.

O BESM é organizado por um grupo multi-institucional e interdisciplinar de modelagem do sistema climático global (todas as variáveis que determinam o clima do planeta) coordenado pelo INPE, com participação de universidades e centros de pesquisa nacionais, redes estaduais de pesquisa e colaboração internacional. Esse grupo conta com os recursos de supercomputação (supercomputador Tupã, para processamento e geração dos cenários) de última geração da Rede CLIMA e do Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), e é responsável por disponibilizar e facilitar o uso dos cenários para a comunidade científica nacional, principalmente para as demais sub-redes da Rede CLIMA e do PFPMCG.

As pesquisas dos últimos anos têm permitido uma evolução significativa do acoplamento oceano-atmosfera-biosfera globais, com ênfase nos processos relativos à convecção atmosférica sobre a Amazônia e seus impactos na circulação



atmosférica global, com atenção ao acoplamento oceano-atmosfera na bacia do Oceano Atlântico Tropical.

O desenvolvimento do BESM permitiu a compleição de cenários de mudança climática com a versão BESM2.3, com 7 cenários de 100 anos cada, até 2100, e 50 cenários de 30 anos cada, até 2035.

Os cenários globais do BESM foram utilizados como condições de contorno para o modelo Eta para gerar cenários de mudanças climáticas regionais para o clima presente e para o clima futuro, os quais foram utilizados na Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Foi também gerada uma nova versão do BESM, utilizando a última versão do modelo atmosférico global do CPTEC acoplado ao modelo global oceânico MOM4p1 (BESM2.4) e desenvolvida uma versão do acoplador de fluxos FMS para utilização de centenas a milhares de processadores do supercomputador CRAY EX6, com ganhos de desempenho da ordem de 50%.

A maior interação com outras sub-redes da Rede CLIMA em 2014 continua contribuindo com grandes avanços no desenvolvimento do BESM. Em contribuição sinérgica com as pesquisas da Rede CLIMA, o BESM provê novas simulações e contribui com novos resultados de projeções de mudanças climáticas.

É digno de nota que essa iniciativa é de alta relevância para a formulação de políticas públicas relacionadas à redução de vulnerabilidades e desenvolvimento de estratégias de adaptação e medidas de mitigação.

Metas 2012-2015

• Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo

Análise Situacional da Meta

O BESM é composto por quatro grandes componentes, que têm interferência significativa nas alterações climáticas: Atmosfera (massas de ar quente e frio, nuvens, regime de chuvas etc.), Oceano (fenômenos como o El Niño e La Niña), Superfície (parte terrestre, uso da terra, vegetação, hidrologia) e Química (composição) da atmosfera e aerossóis. Esses componentes constituem as variáveis essenciais para a produção de cenários de mudanças climáticas futuras, com ênfase no Brasil e América do Sul.

Está em curso a implementação do modelo de aerossóis Hamburg Aerosol Model (HAM) na componente atmosférica do BESM, i.e., o modelo global atmosférico do INPE/CPTEC. No que tange à modelagem de processos de superfície continental, que engloba a área de agricultura e fogo (queimadas), a representação dos ecossistemas da América do Sul no modelo Inland foi melhorada, que presentemente é capaz de considerar mapeamentos de usos da terra e, quando acoplado ao modelo BESM, permitirá fazer simulações do clima futuro considerando cenários de usos da terra. Também está sendo desenvolvida a componente de hidrologia continental (modelo THMB) no BESM, o que permitirá a assimilação das descargas fluviais pela componente Oceano do modelo.

O estágio atual de desenvolvimento do modelo BESM conta com o acoplamento dos modelos componentes Atmosfera (AGCM/CPTEC), Oceano (OGCM-MOM4p1/NOAA GFDL), Gelo Marinho (ISI/GFDL) e Superfície (SSIB), via acoplador de fluxos FMS (NOAA/GFDL). Nesta fase, somente o modelo componente oceânico conta com modelo de ciclo de carbono (TOPAZ). Futuramente serão implantados modelos de ciclo de carbono nos modelos atmosférico (MOZART do NCAR) e de superfície (INLAND/INPE), este último ainda em fase de acoplamento à componente Atmosfera.

Estima-se que 70% do modelo BESM já tenha sido desenvolvido. A implementação da componente de superfície se encontra atrasada devido à perda de pessoal-chave do projeto no processo de substituição de servidores CDT (contratados temporariamente) do INPE por novo concurso público federal. A implementação da componente de química da atmosfera e aerossóis se encontra atrasada, devido à substituição da equipe.

Para o próximo ano, espera-se recuperar parte dos atrasos explicitados acima, contando com um modelo de superfície com vegetação dinâmica e hidrologia implantado, assim como modelo de aerossóis atmosférico implantado.



70% (MODELOS ATMOSFÉRICO, OCEÂNICO E GELO MARINHO ACOPLADOS).

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do objetivo, estão em andamento diversos programas, projetos e redes de pesquisa que contribuem para seu alcance, a saber:

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) foi instituída pelo MCT no final de 2007 e tem como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Foi reconhecida pela Lei nº 12.187/2009 como um dos instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.

A Rede congrega aproximadamente 350 pesquisadores de 80 instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras e é dividida em 15 sub-redes de pesquisa. A Rede CLIMA tinha, até dezembro de 2014, 95 bolsas de pesquisa vigentes e 594 bolsas de pesquisa encerradas.

Durante o período de 2012 a 2013, a Rede CLIMA desenvolveu as seguintes atividades:

- execução de projetos de pesquisa que resultaram em trabalhos que contribuíram para a elaboração dos relatórios do Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas e para a contribuição inédita do país ao quinto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima).
- Publicação de artigos científicos, livros e capítulos de livros:
 - o 199 artigos publicados em revistas científicas (127 internacionais e 72 nacionais);
 - o 9 livros e 18 capítulos de livros.
- Desenvolvimento da biblioteca digital da Rede CLIMA.
- Disseminação de conhecimento através dos relatórios científicos <http://redeclima.ccst.inpe.br/index.php/ciencia-para-todos/relatorios-de-atividades/>, revista <http://climacom.mudancasclimaticas.net/> e em eventos organizados tanto pela academia quanto pela sociedade civil por meio do lançamento de cartilhas e vídeos educativos – “O futuro que queremos: Economia Verde” (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/o_futuro_que_queremos/ ou em <http://youtu.be/dr5dueiANhI>), “Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza” (com versão em língua inglesa); e “Pegada Ecológica: Qual é a Sua?” (disponível em <http://issuu.com/magnostudio/docs/pegada-ecologica>) acompanhado de um teste online para detectar a pegada ecológica do indivíduo (disponíveis na internet – www.suapegadaecologica.com.br).
- Realização da Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais (Conclima), em setembro de 2013, em São Paulo, quando foram apresentados os resultados das pesquisas da Rede.
- Contribuição da Rede CLIMA na elaboração do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.
- Contribuição para capacitação de pessoas por meio da concessão de 358 bolsas de pesquisa.
- Em 13/12/2013, conforme Portaria MCTI 1.295 de 16/12/2013, teve início a vigência da nova fase da Rede CLIMA (Rede CLIMA 2).

Em 2014, os principais resultados da Rede CLIMA foram:



- Contribuição à elaboração e conclusão do relatório da Terceira Comunicação Nacional.
 - Conclusão de nova versão do sítio da Rede CLIMA, disponível em <http://redeclima.ccst.inpe.br>.
- Dentre as ações de disseminação de conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, destacam-se:
- Realização da conferência internacional Adaptation Futures, em maio de 2014, em Fortaleza, quando as pesquisas da Rede CLIMA foram apresentadas para a comunidade científica do Brasil e de diversos países do exterior.
 - Realização do workshop com os coordenadores das sub-redes e representantes do MCTI, para discussão sobre a contribuição da Rede CLIMA para a Terceira Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.
 - Lançamento e início das atividades da sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas, cujo marco foi a representação da Rede CLIMA na 66ª Reunião da SBPC (22 a 26 de julho de 2014, Rio Branco, AC).
 - Reunião do projeto integrativo Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas.

Para o próximo período, deverão ser realizados:

- 1) ações de mobilidade (encontros, reuniões e conferências), visando à consolidação dos projetos temáticos integradores.
- 2) capacitação de recursos humanos por meio de bolsas de pesquisa.
- 3) difusão do conhecimento (publicação de relatórios de atividades, cartilhas educacionais etc.)
- 4) aquisição de equipamentos para viabilizar a interação e integração entre os coordenadores dos projetos temáticos.
- 5) reuniões de integração para a elaboração dos projetos temáticos da Rede CLIMA. O desenvolvimento de projetos temáticos integradores faz parte do plano de trabalho da Rede CLIMA 2 e deverá ser assim estruturado: 1) Seguranças Hídrica, Energética e Alimentar/Nutricional no contexto das Mudanças Climáticas; 2) Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas e o Futuro das Cidades; 3) Modelagem das Mudanças Climáticas Globais e Regionais.

Metas 2012-2015

- **Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

As bases de dados de várias sub-redes, listadas abaixo, necessitam de estrutura de TI para serem integradas em uma única plataforma. Tal estrutura ainda não está disponível atualmente na instituição sede, entretanto, já foram iniciadas as medidas necessárias para a realização do trabalho.

- Dados de cenários climáticos futuros produzidos pelo Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que já vêm sendo utilizados pela Rede CLIMA (acesso: <http://dadosclima.ccst.inpe.br/>).

- Observatório Nacional de Clima e Saúde, que reúne e conjuga informações de diversas naturezas com o objetivo de facilitar a análise da relação entre clima e saúde. Para tal são necessários dados ambientais, climáticos, epidemiológicos, socioeconômicos e de saúde pública. Estes dados são coletados e disponibilizados por diferentes instituições, porém de maneira dispersa, o que dificulta a sua análise de forma integrada. Nesse sentido, o Observatório atua como um mediador disponibilizando, de forma livre e gratuita por meio de um site interativo, um grande conjunto de dados, estudos, metodologias e resultados. Essas informações possibilitam alertar e acompanhar situações de emergência na saúde oriundas de eventos climáticos, além de permitir acompanhar tendências no longo prazo das mudanças ambientais e climáticas (acesso em: <http://www.climasaude.icict.fiocruz.br/>).

- SCenAgri – Simulação de Cenários Agrícolas Futuros.

- SiMCosta – Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (acesso: <http://www.simcosta.furg.br/portal/>).

- WebRESNAT - criado em março de 2012 pelo IVIG/UFRJ dentro da Sub-Rede de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, tem a finalidade de disponibilizar informações de emissões de gases de efeito estufa em reservatórios



hidrelétricos e ambientes naturais (acesso: <http://webresnat.ivig.coppe.ufrj.br/>).

- NEREUS – Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (acesso: <http://www.usp.br/nereus/?fontes=dados-matrizes>).

Uma vez estruturadas as bases de dados das diversas sub-redes, o próximo passo é integrá-las e disponibilizá-las via web.

Em relação à disponibilização de dados das pesquisas da Rede CLIMA para o público amplo, foi concluída a nova versão do site da Rede na Internet. Em <http://redeclima.ccst.inpe.br> estão disponíveis vídeos com a apresentação de todas as sub-redes e suas linhas de pesquisa, vídeos e cartilhas educacionais, publicações, relatórios de atividades e outros documentos.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas

Análise Situacional da Meta

Em relação à fase anterior da Rede CLIMA, o Plano de Ação foi elaborado conforme proposto. O Plano de Ação da nova fase da Rede CLIMA (Rede CLIMA2) está em fase de conclusão, dependendo da submissão para aprovação do Conselho Diretor.

Entretanto, algumas ações já foram realizadas:

- Dezembro/ 2014 – 1ª Reunião do Conselho Diretor
- Indicação dos membros do Conselho Científico
- Nomeação do vice-coordenador

A agenda científica está sendo planejada.

Para a Rede CLIMA 2, a meta é cumprir 50% do Plano de Ação ao longo do ano de 2015.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, instituída por meio da Lei nº 12.187/2009, constam como instrumentos centrais o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Plano e Fundo Clima). Nos Artigos 6 e 11 da referida lei constam, respectivamente, os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas e os Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima.

O Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (GEx/CIM), que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, orienta a implementação de 9 Planos sob a responsabilidade das respectivas pastas setoriais. Os referidos Planos abrangem as maiores fontes de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, com exceção do tratamento de resíduos.

A elaboração dos seguintes Planos Setoriais, conforme previsto no Decreto 7.390/2010 que regulamenta a PNMC, foi concluída em 2012: Transporte (de cargas e mobilidade urbana); Indústria de Transformação (papel e celulose, alumínio,



cimento, ferro- gusa e aço, química); Mineração e Serviços de Saúde.

No primeiro semestre de 2013 esses Planos foram tornados públicos no evento oficial do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e passaram para a etapa de implementação. Na mesma ocasião, também foi apresentada à sociedade a terceira revisão do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.

Ao longo de 2013 o GEx também tratou de temas relevantes, dos quais se destacam: continuidade da atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; Estratégia Nacional de REDD; instalação do Núcleo de Articulação Federativa sobre o Clima; e início da elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Em paralelo, o MMA continuou a construir uma proposta para monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa, em articulação com os Ministérios coordenadores dos Planos de Ação e Planos Setoriais.

No âmbito do Fundo Clima, entre 2012 e 2014, foram apoiados 170 (cento e setenta) projetos (166 projetos não reembolsáveis e 4 empreendimentos reembolsáveis), sendo 78 projetos em 2012; 83 projetos em 2013 e 9 projetos em 2014, abrangendo as áreas de combate a desertificação, manejo florestal, adaptação, gerenciamento costeiro, apoio aos planos setoriais, desenvolvimento de tecnologias para mitigação, sistemas e centros de monitoramento. O montante investido em recursos não reembolsáveis foi de cerca de R\$ 95 milhões.

O ano de 2013 marcou o início das primeiras aprovações e liberações de recursos reembolsáveis para financiamento a projetos pelo BNDES, totalizando R\$73,6 milhões. Os investimentos ocorreram na linha de carvão vegetal, com melhoria da eficiência energética em siderurgia; e na linha de mobilidade urbana e modais de transportes eficientes, com aumento na automatização dos controles de trens, aumento da segurança operacional e redução de intervalos entre composições. Com a instituição de nova resolução do Bacen, os juros do Fundo foram diminuídos e os prazos aumentados, ampliando a possibilidade de acesso e o interesse dos investidores.

Em fevereiro de 2013 foi criado o Núcleo de Articulação Federativa sobre o Clima - NAFC, no âmbito do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. O NAFC constitui-se em uma iniciativa transversal de fortalecimento da interação entre os diferentes entes governamentais e tende a ampliar seus temas de debate para todos os aspectos relacionados à questão da mudança do clima. Em linha com a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, em 2014 foi dada continuidade ao diálogo com atores setoriais, sociedade civil e entes subnacionais para o entendimento, geração e disseminação de conhecimento e delineamento de ações coordenadas sobre adaptação à mudança do clima.

Em relação à implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), em 2013 e 2014, foram elaborados 22 planos de seleção de tecnologia e 15 planos de conversão tecnológica para o setor de manufatura de espumas de poliuretano visando a eliminação do consumo de HCFC-141b. Nesse período, foram concluídos 4 projetos de conversão tecnológica, com a emissão de 3 certificados de adequação e 2 certificados de conclusão de projeto, acarretando a eliminação total de 21,19 toneladas PDO (Potencial de Destruição do Ozônio) de HCFC-141b. No setor de serviços de refrigeração, com o objetivo de promover a redução do consumo de HCFC-22 proveniente dos vazamentos dessa substância para atmosfera, foram capacitados 55 instrutores e treinados 557 técnicos para aplicação das boas práticas na refrigeração durante a instalação, operação e manutenção de equipamentos de refrigeração comercial utilizados principalmente em supermercados. Foram elaboradas duas apostilas, sendo uma sobre boas práticas na refrigeração comercial e outra sobre boas práticas para aparelhos de ar condicionado do tipo Split, além da implantação do sistema online “ProOzonio” para administração e manutenção eficiente de sistemas de refrigeração com acesso gratuito para empresas e profissionais interessados.

Com relação à operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), é papel da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), Autoridade Nacional Designada, composta por representantes de 11 ministérios e presidida pelo MCTI, atestar o caráter voluntário do envolvimento dos participantes de projetos de MDL e a contribuição das atividades de projeto para o desenvolvimento sustentável do país por meio da emissão de Carta de Aprovação.

Em 2012, a CIMGC recebeu e analisou 121 novas propostas de projetos de MDL, número significativamente superior ao submetido nos anos anteriores. Como consequência, a CIMGC emitiu 118 Cartas de Aprovação para projetos de MDL.



brasileiros. Além disso, até 31 de dezembro de 2012, o Brasil possuía 300 atividades de projetos e oito Programas de Atividades (PoAs) registrados no Conselho Executivo do MDL, ocupando a terceira posição no ranking mundial. Nesse mesmo ano, a CIMGC submeteu ao Conselho Executivo do MDL e teve aprovada a proposta para que as tecnologias de geração de energia renovável de atividades de projeto de microescala desenvolvidas no Brasil recebessem caráter de adicionalidade automática.

Em 2013, a CIMGC analisou 22 novos projetos de MDL, além dos 17 que se encontravam no pipeline. Essa atividade resultou na emissão de 22 Cartas de Aprovação. Ao final desse ano, o Brasil possuía 323 atividades de projetos e oito PoAs registrados no Conselho Executivo do MDL com estimativa de redução total de 366 milhões tCO₂eq e 90 milhões de RCEs emitidas.

Em 2014, foram submetidas à CIMGC sete novas atividades de projeto. Assim, o Brasil permanece na 3ª colocação do ranking mundial de projetos registrados, com um total de 327 atividades de projeto e oito PoAs registrados.

Em 2013 e 2014, a Secretaria Executiva da CIMGC promoveu dois cursos de capacitação voltados aos membros da CIMGC e ao seu corpo técnico: 1) “Programa de Atividades (PoAs) do MDL no Brasil, em parceria com a Sociedade Alemã de Cooperação Internacional Ltda. (GIZ); e 2) “Análise de Projetos no Âmbito do Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Elementos sobre o Protocolo de Quioto”.

Como projeção para os próximos períodos e desafios, estão previstas a implementação do sistema modular de monitoramento e acompanhamento de redução de emissão de gases de efeito estufa (SMMARE) e a publicação do texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Destacam-se, ainda, a publicação e a implementação da Estratégia Nacional de REDD+, bem como a ampliação e a diversificação das fontes de recursos do Fundo Clima para apoio a projetos, negociando com possíveis doadores e melhorando a eficiência na aplicação dos recursos, a fim de aprimorar as oportunidades de captação no Fundo Social.

Metas 2012-2015

• Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)

Análise Situacional da Meta

Em 2013, após oito anos de rodadas de negociações, foi concluído o marco internacional de REDD+ (Marco de Varsóvia para REDD+), sigla usada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para políticas e incentivos a países em desenvolvimento para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. O sinal “+” na sigla REDD contempla a conservação florestal, o manejo florestal sustentável de florestas e o aumento dos estoques de carbono florestal.

O estabelecimento do marco internacional para REDD+, na 19ª Conferência das Partes (COP-19) da UNFCCC, em 2013, possibilitou avanços na formulação da Estratégia Nacional e maior clareza sobre os requisitos necessários para ter os resultados reconhecidos internacionalmente. Eventuais recursos externos decorrentes do pagamento por resultados de REDD+ poderão ser internalizados pelo Brasil por meio dos mecanismos existentes, sem prejuízo da criação de novos instrumentos no futuro.

As decisões de REDD+ aprovadas pela UNFCCC orientaram a revisão do texto preliminar da Estratégia Nacional, preparado inicialmente pelo GT Interministerial sobre REDD+ e submetido ao GEx em dezembro de 2013 para comentários e sugestões, levando também em consideração os processos de consultas de 2010 a 2013, bem como as recomendações do GT REDD+.

A Estratégia Nacional de REDD+, um dos requisitos para obter o reconhecimento internacional dos resultados alcançados pelo país, é o documento que formaliza à sociedade brasileira e aos países signatários da UNFCCC como o Governo brasileiro estrutura os seus esforços e pretende aprimorá-los até 2020 para receber pagamentos por resultados de mitigação de emissões no setor de florestas, com enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento. Em 2014, após apreciação e sugestões do GEx e do CIM, foi concluído o texto da Estratégia Nacional de REDD+ e submetido à Presidência da República. A proposta de decreto presidencial que institui a Estratégia



encontra-se em tramitação na Presidência.

Para que os países em desenvolvimento tenham seus resultados reconhecidos na UNFCCC, além da Estratégia Nacional de REDD+, necessitam submeter os seguintes documentos: (1) Nível de Referência de Emissões Florestais (Forest Reference Emission Level – FREL); (2) Anexo Técnico de REDD+, o qual é parte integrante do Relatório Bienal de Atualização (Biennial Update Report – BUR) e contém os resultados de redução de emissões obtidos em comparação com o FREL; e (3) Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas durante a implementação de ações de REDD+. Após análise internacional de especialistas designados pelo Secretariado da Convenção-Quadro, os resultados reconhecidos são divulgados no Portal de Informações de REDD+ da UNFCCC, para que os doadores possam efetuar pagamentos em recompensa aos esforços dos países em desenvolvimento.

Com o propósito de elaborar e revisar insumos para submissões brasileiras à UNFCCC sobre REDD+, o MMA instituiu o Grupo de Trabalho Técnico de REDD+ por meio da Portaria nº 41, de 4/2/2014. Como resultado do trabalho realizado por esse Grupo, em junho de 2014, o FREL do Brasil foi submetido à UNFCCC para a mensuração dos resultados de redução de emissões por desmatamento alcançados pelo País no bioma Amazônia. O documento foi avaliado positivamente por especialistas da UNFCCC, após o processo de análise internacional realizado de agosto a novembro de 2014. Os especialistas concluíram que os dados e as informações usados pelo Brasil são transparentes e completos, em conformidade com os parâmetros definidos pela Convenção-Quadro.

O Anexo Técnico de REDD+ foi concluído em novembro de 2014, e o Sumário de Informações sobre Salvaguardas será consolidado após processo de consulta. Ambos foram submetidos, em 2014, como parte integrante do Relatório Bienal de Atualização (BUR) do Brasil à UNFCCC. A análise internacional do Anexo de REDD+ para o reconhecimento dos resultados do Brasil ocorrerá em 2015.

Para 2015, o desafio será preparar o nível de referência para a mensuração dos resultados de REDD+ no bioma Cerrado. Além disso, será desenvolvido o Sistema Nacional de Informações de Salvaguardas REDD+ (SIS REDD+). Esse processo tomará como base o Sumário de Informações sobre Salvaguardas e diálogos com as partes interessadas relevantes.

Para a implementação da Estratégia Nacional de REDD+, após a publicação do decreto presidencial, a parceria com os entes da federação será fundamental. O principal desafio será consolidar uma estrutura de gestão capaz de coordenar processos de captação e distribuição dos recursos externos e de monitoramento de resultados, de forma alinhada com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima e os objetivos dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros.

• **Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima e acompanhar a execução dos Planos Setoriais (Art. 6º e 11 da Lei nº 12.187, de 2009)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Clima, elaborado em 2008, reuniu num só documento todas as iniciativas governamentais em andamento que contribuíam para a mitigação da mudança do clima, apresentando ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa provenientes de diversos setores socioeconômicos, além de estabelecer ações para adaptação à mudança do clima. O Plano Clima é um instrumento de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009, PNMC).

Como consta no texto de 2008, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima é um plano dinâmico, obra em progresso, a ser reavaliado constantemente para que possa ser implementado em consonância com os desejos e desígnios da sociedade brasileira.

Em 2013, o Plano Clima passou por um processo de atualização, realizado pelo Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) sob a coordenação do MMA. O GEx está subordinado ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), coordenado pela Casa Civil. A contribuição da sociedade, além do processo de consulta pública, também foi identificada como fundamental e, nesse contexto, durante o primeiro semestre de 2013, reuniões foram promovidas



pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas denominadas “Diálogos Setoriais”, a fim de colher contribuições ao processo de atualização do Plano. Em paralelo, o GEx trabalhou no texto governamental da atualização do Plano Clima, buscando apresentar os principais avanços institucionais ocorridos no Brasil na área de mudança do clima desde a sua elaboração em 2008.

Durante o processo de atualização do Plano Clima, o Grupo Executivo realizou nove reuniões ordinárias e oito reuniões das subdivisões do GEx para a elaboração da redação do texto de atualização (dentre elas, duas reuniões para apreciação das contribuições dos Diálogos Setoriais, coordenados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), e contribuições da consulta pública eletrônica), totalizando assim dezessete reuniões em 2013 e 2014.

No início do segundo semestre de 2013 realizou-se oficina de apresentação das contribuições da sociedade civil provenientes dos Diálogos Setoriais à atualização do Plano Clima, e as sugestões entendidas pelo GEx como pertinentes foram incorporadas ao texto. Após o período de consulta pública (eletrônica e presencial), as novas contribuições foram analisadas e, quando pertinentes, incluídas ao texto. Em dezembro do mesmo ano foi realizada a consulta pública presencial na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em Brasília. Dessa forma, adicionando-se esta última às dezessete reuniões realizadas pelo GEx e às seis reuniões que o FBMC realizou para os Diálogos Setoriais, seguida de uma oficina de apresentação das contribuições da sociedade civil, totaliza-se 24 reuniões para o processo de atualização do Plano Clima em 2013 e 2014.

A versão consolidada do texto foi aprovada pelo GEx e encaminhada ao CIM no primeiro trimestre de 2014. O CIM enviou a versão aprovada pelo GEx aos Ministérios componentes daquele Comitê no final de março de 2014, para validação do texto. Os comentários recebidos foram analisados pela coordenação do GEx e incorporados, quando possível, no texto. Assim, nova versão consolidada da Atualização do Plano Clima foi encaminhada pelo GEx ao CIM em setembro de 2014. A impressão e publicação do referido Plano dependem de aprovação do CIM, após reunião daquele Comitê, a qual ainda não ocorreu.

Conforme previsão do Decreto nº 7.390/2010, em 2015 se iniciará o processo de revisão do Plano Clima. Assim, entende-se que o aprimoramento da visão estratégica, com definição e detalhamento de ações e indicadores de acompanhamento, desafios e meios de implementação das atividades, poderá ser trabalhado durante o processo de revisão do Plano Clima.

O Grupo Executivo sobre Mudança do Clima acompanha a implementação dos Planos de Ação e dos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. Destaca-se aqui os principais resultados do PPCDAM, tendo em vista os resultados expressivos para a PNMC e para a consecução do compromisso nacional voluntário de redução de emissão de GEE. Os resultados iniciais do SMMARE para o PPCDAM mostram que a redução média de emissões no período entre 2010 e 2014 foi de mais de 650 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Apenas no ano de 2010, a redução de emissão de gases de efeito estufa realizada pelo Brasil, em relação aos níveis de 1995, equivale ao dobro das reduções de emissões feitas pelo conjunto dos países desenvolvidos. A redução de emissões de gases de efeito estufa alcançada pelo Brasil em 2012 foi superior a 41% em relação a 2005.

• **Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2014, foram apoiados 170 (cento e setenta) projetos (166 projetos não reembolsáveis e 4 empreendimentos reembolsáveis). O acumulado ao longo dos anos é o seguinte: 2012 - 78 projetos; 2013 - 161 projetos; 2014 - 170 projetos. O termo “projeto” tem sido usado para especificar os apoios dados pelo Fundo Clima com recursos não reembolsáveis, geridos pelo próprio MMA, e disponíveis para entidades públicas da União, Estados e Municípios e privadas sem fins lucrativos. O termo “empreendimento” é usado para os apoios com recursos reembolsáveis, realizados por meio do BNDES, agente financeiro do Fundo, e disponíveis para a iniciativa privada ou entidades públicas com capacidade de endividamento.

O Fundo já investiu, em recursos não reembolsáveis, cerca de R\$ 95 milhões em implantação de infraestrutura de



coleta e tratamento de informações climáticas, monitoramento de emissões, desenvolvimento de metodologias e procedimentos técnico-científicos, avaliação e prevenção de riscos e de impactos, projetos experimentais de recuperação e adaptação nas áreas vulneráveis dos ecossistemas costeiros e semiáridos, nas áreas desmatadas e de ocupação inadequada.

Quanto aos recursos reembolsáveis, além dos empreendimentos contratados, houve a composição de um conjunto de recursos por meio do Programa Inova Sustentabilidade, criado pelo BNDES, pela FINEP e pelo MMA, que encontram-se em adiantado estado de análise, cujo impacto maior na realização da meta deverá ocorrer em 2015.

Dentre os seus resultados expressivos, o Fundo Clima apoiou o projeto de práticas inovadoras de desenvolvimento social no semiárido, conhecido como Adapta Sertão, e desenvolvido pela Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH com o envolvimento de 14 municípios da Bacia do Jacuípe - BA. O projeto já recebeu o prêmio Mandacaru, do Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, e o prêmio Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – ODM, da Presidência da República, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O sucesso do projeto levou o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID a investir na ampliação das ações para outras áreas do Estado da Bahia.

Recentemente, foi lançado o Selo Baixo Carbono para compensação de emissões na Copa do Mundo. O projeto, também apoiado pelo Fundo Clima, foi desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o PNUD, para estimar as emissões de gases de efeito estufa e elaborar metodologia de compensação nas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo.

O Fundo Clima também apoia projetos na área de combate à desertificação para aumentar a resiliência da população, com propostas de intervenções físicas para retenção de água, assistência técnica ao pequeno produtor, capacitação de técnicos, estudantes e produtores para adaptação à seca, disseminação do manejo florestal, além da instalação de equipamentos de natureza mitigatória como cisternas e poços tubulares, secadores solares, fogões ecológicos e fornos ecoeficientes. Na zona costeira, o Fundo apoia o Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SIMCosta, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande, e o Programa Nacional de Bóias – PNBóias, desenvolvido pela Marinha, para coleta de informações meteo-oceanográficas.

Quantidade alcançada

170

Data de Referência

31/12/2014

• Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, muitos foram os avanços alcançados na implementação do Plano de Ação em Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). Os temas desenvolvidos referem-se às agendas relativas à construção sustentável, contratações públicas sustentáveis, relatórios integrados, finanças sustentáveis, pactos e acordos de cooperação técnica e capacitação. Vale lembrar que 2014 foi o último ano do primeiro ciclo de implementação do PPCS brasileiro. Em 2015, conforme a concepção inicial, será elaborado um novo plano, no qual buscar-se-á avançar nas experiências bem-sucedidas, ao mesmo tempo em que serão corrigidas as experiências que não proporcionaram os resultados esperados. Trata-se, pois, de uma política inovadora, cuja implementação se dá de forma inédita em nosso país.

No que se refere à agenda da construção sustentável, iniciou-se parceria com o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS). Essa parceria teve como resultado a produção da publicação Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas: Subsídios para a Promoção da Construção Civil Sustentável que procura organizar um diagnóstico do estado atual da construção civil como subsídio para propor um conjunto de orientações



para balizar, de forma técnica e objetiva, políticas públicas futuras para contribuir com o direcionamento de práticas para uma construção mais sustentável.

Em relação às contratações públicas sustentáveis, foi desenvolvido estudo a respeito dos Planos de Gestão de Logística Sustentáveis (PLS), publicados pelos órgãos e entidades do Governo Federal, para verificação, dentre outras variáveis, a sua qualidade. Os resultados desse estudo motivou a produção de um modelo/guia para a elaboração dos Planos, além de formatar, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), curso presencial e a distância para formação de gestores públicos capazes de elaborar planos de qualidade superior.

Outra iniciativa relacionada com as contratações públicas sustentáveis, que está em curso, é a elaboração de estudo, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), que tem como objetivo identificar, descrever, catalogar e definir critérios socioambientais dos produtos de limpeza e afins, mobiliários e informática, comprados pela Administração Pública Federal, para que possam ser utilizados como instrumentos operacionais efetivos das contratações públicas sustentáveis, no âmbito do sistema de catalogação de materiais (CATMAT).

No que diz respeito às finanças sustentáveis, o MMA, por exemplo, auxiliou o Banco Central do Brasil (BACEN) na construção das condições necessárias para a publicação da Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

No que se refere aos instrumentos voluntários de adesão ao PPCS, a parceria com a Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins foi renovada, em evento realizado na semana do meio ambiente deste ano. Também está prevista para o primeiro semestre de 2015 a celebração de acordo de cooperação com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) com o objetivo de criar um Fórum Permanente de discussão referente aos temas centrais da agenda de Produção e Consumo Sustentáveis.

Outra atividade em curso que deve ser destacada é a evolução da elaboração do curso a distância em Produção e Consumo Sustentáveis, que foi elaborado junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia (SENAI/BA). A expectativa é que no primeiro trimestre de 2015 seja possível ofertar curso on-line aos interessados em se tornarem Agentes em Produção e Consumo Sustentáveis.

Além disso, o MMA coordenou os projetos de sustentabilidade da Copa do Mundo por meio da Câmara Temática de Sustentabilidade junto ao Ministério dos Esportes.

• Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa

Análise Situacional da Meta

A estratégia de monitoramento dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, previstos no Decreto 7.390/2010 que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009), está sendo coordenada pelo MMA, no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx).

A coordenação do MMA tem como objetivo auxiliar a proposição de metodologias para o monitoramento e o acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa no âmbito dos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas e dos Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima. O MMA contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e, no escopo deste contrato, foi elaborado o desenho do sistema de monitoramento de emissões, incluindo uma plataforma eletrônica para gerenciamento das informações.

Ao longo de 2013, as metodologias de monitoramento de cada um dos Planos foram discutidas separadamente com os coordenadores dos Planos, com a identificação de entidades parceiras no desenvolvimento da plataforma. Como resultado, foi proposta a criação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE), dado que os Planos são heterogêneos.

A implementação da proposta do Sistema de Monitoramento (SMMARE) está em construção. Para 2015 está prevista a continuidade dos trabalhos de desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de monitoramento dos



nove Planos Setoriais.

Projeto piloto voltado para o monitoramento do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi desenvolvido e apresentou os primeiros resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa associadas à redução do desmatamento na Amazônia.

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Os trabalhos empreendidos para consecução do objetivo tem sido implementados por meio de iniciativas de combate à desertificação e de ações para promoção da adaptação à mudança do clima.

Em relação às iniciativas para a adaptação à mudança do clima, estruturou-se o trabalho do grupo interministerial sobre adaptação tendo em vista o alcance da meta de elaboração do Plano Nacional de Adaptação.

O trabalho técnico foi dividido em onze setores estratégicos: água, cidades, saúde, agricultura, segurança alimentar, desastres naturais, transportes, indústria, biodiversidade e ecossistemas, zona costeiras e energia. Para cada estratégia setorial de adaptação a liderança técnica dos trabalhos tem sido conduzida pelo órgão competente.

Em 2014, paralelamente à elaboração da minuta de texto do Plano, os subgrupos setoriais do GT trabalharam em suas estratégias específicas, que deverão ter suas minutas finalizadas no primeiro semestre de 2015, a tempo de compor o texto final do Plano Nacional de Adaptação. Todos os processos de trabalho estão sendo acompanhados pelo MMA para garantir a convergência de esforços e recomendações.

Em 2014, foi fortalecido o processo de diálogo e participação para a construção do Plano Nacional de Adaptação. Foram recebidos subsídios técnicos da sociedade civil de forma direta, através de chamada pública realizada no site do MMA, bem como de forma indireta através do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O diálogo com o setor privado também foi ampliado, resultando em debates e recomendações técnicas oferecidas pela Confederação Nacional da Indústria.

Também foi realizada a articulação federativa com representantes estaduais, sob a coordenação do Núcleo de Articulação Federativa para o Clima, voltado para a mobilização dos agentes estaduais e para a construção do PNA.

Na descrição do objetivo foram destacados dois resultados esperados para adaptação à mudança do clima. Para o resultado “desenvolvimento e divulgação de dados de monitoramento e de estudos que indiquem as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais da mudança do clima para o planejamento das medidas de adaptação”, as atividades realizadas obtiveram êxito e contaram com o apoio da contratação da Fundação Getúlio Vargas e com o projeto de financiamento da União Europeia. Toda informação e melhor evidência científica disponível foi consolidada e repassada aos órgãos pertinentes e demais interessados.

Vale ressaltar que são contínuos os esforços do Ministério do Meio Ambiente em garantir o amplo acesso à informação e conhecimento gerado no tema.

Quanto ao resultado esperado de redução das prováveis vulnerabilidades dos sistemas naturais e humanos, principalmente



nas regiões com climas mais propensos a eventos críticos, encontra-se em andamento, uma vez que os órgãos estão elaborando as estratégias setoriais com medidas adaptativas. Um avanço observado importante consiste na identificação da exposição e da sensibilidade dos setores à mudança do clima e na melhoria da percepção sobre nossa capacidade adaptativa, ou seja, nossa capacidade de resposta ao problema. Com este conhecimento será possível desenhar diretrizes e ações custo-efetivas para promover a adaptação.

Outros resultados alcançados cumulativamente de 2012 a 2014 foram:

- mobilização e capacitação dos atores governamentais e não-governamentais para elaboração do plano nacional e contratação da Fundação Getúlio Vargas para elaboração de subsídios para elaboração do Plano;
- fomento a projetos de adaptação pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
- estabelecimento de diálogo e demanda por subsídios da sociedade, setor privado, estados da federação e conselhos setoriais.

Dentre os fatores que contribuíram para andamento do objetivo em 2014 destacamos o grande interesse da sociedade pelo tema e o engajamento dos órgãos setoriais para encaminhamento de trabalhos. Internacionalmente também nota-se uma crescente importância dada ao tema de adaptação e um grande interesse sobre o posicionamento brasileiro no tema.

Em termos de desafios, a articulação federativa apresenta grande complexidade. O grupo de trabalho de articulação federativa em adaptação com Estados interessados produziu documento com subsídios e recomendações para a construção do PNA apontando questões relevantes a serem consideradas no Plano Nacional de Adaptação e alternativas de coordenação e governança entre os entes.

Metas 2012-2015

• Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

Análise Situacional da Meta

Durante o processo de atualização do Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação - PAN-Brasil, que esteve alinhada à Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD, da sigla em Inglês), destacam-se:

- Apresentação e aprovação de dois projetos ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em Inglês) na linha Terras Degradadas para o combate à desertificação e aprovação de um projeto de cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Todos os projetos estão integrados numa Estratégia Financeira Integrada.
- Elaboração, aprovação e início da implementação do Projeto BRA/13/G42 - Manejo de uso sustentável de terras no semiárido do Nordeste brasileiro (Sergipe) com recursos no valor de US\$ 4.261.635,00, tendo o PNUD como Agência Implementadora e parceria com a SEMARH/SE/MMA.
- Elaboração e aprovação do Projeto GPC/BRA/085 - Revertendo os processos de Desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade com recursos no valor de US\$ 4.433.520,00, tendo a FAO como Agência Implementadora em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB e o Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Nesse contexto foi criado um Escritório de apoio a projetos com a FAO para o Nordeste, em parceria com o IICA.
- Aprovação do Projeto de Cooperação Técnica com o IICA – PCT/BRA/14/001, voltado à implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e implementação da UNCCD. Foi realizado o cadastramento das Agências Implementadoras e os contratos operacionais.
- Implementação da Estratégia com Agentes de Fomento (Fundo Clima, CAIXA, FNMA e FNDF) para apoio a projetos de convivência sustentável com a semiaridez para o combate à desertificação, que possibilitou investimentos da ordem de R\$ 100 milhões em projetos no campo. Foram criadas linhas de financiamento para o combate à desertificação no BNDES e no BNB para apoio ao manejo florestal e melhoria tecnológica dos setores gesseiro e cerâmico. Um grande avanço na promoção do manejo florestal foi a sinalização da criação do “custeio florestal” para



financiar as atividades florestais.

- Implementação do Projeto Econormas, uma ação no âmbito do Mercosul, com recursos da União Europeia (€\$ 250.000) para o estabelecimento de projetos piloto de combate à desertificação nos países envolvidos. No Brasil, é uma ação de apoio ao primeiro Plano Municipal de Combate à Desertificação no Município de Irauçuba/CE, com intervenções estruturantes: formação de viveiros permanentes, ações de ATER para promoção de boas práticas de convivência sustentável com a semiáridade e de formação técnica para práticas conservacionistas visando a segurança alimentar, hídrica e energética.
- Com apoio do Fundo Clima e do IICA, foi apoiada a realização do Primeiro Encontro dos Países de Língua Portuguesa da UNCCD, com visitas técnicas às boas práticas de convivência sustentável com a semiáridade, realização de reuniões e seminários com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, a Universidade Federal do Cariri - UFCA e o Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Foi definida uma estratégia de cooperação técnica fortalecendo as relações Sul x Sul. Os recursos levantados foram de R\$ 169.830,00.
- Elaboração e encaminhamento à UNCCD do Relatório Nacional de implementação da Convenção no Brasil, na Plataforma PRAIS.
- Adequação do Regimento Interno da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), deliberado em quatro Câmaras Técnicas, e adequação do Projeto de Lei para o estabelecimento da Política Nacional de Combate à Desertificação (PL2447), nas diretrizes para a implementação do PAN-Brasil e a relação com a UNCCD.
- Elaboração de proposta de programa estruturante para as famílias agricultoras visando ofertar água no campo para produção: “Programa Nacional de Recuperação e Uso Sustentável de Recursos Naturais nos Ecossistemas das Áreas Suscetíveis à Desertificação” – PROSPERAR. A proposta está em fase de análise e promove uma interface do PAN-Brasil com o Plano Nacional de Segurança Hídrica e com o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2014, foram realizadas ações de formação técnica e preparação de material didático.
- Consolidação do marco legal com o envio do PL 2447 para a Câmara dos Deputados.
- Conclusão do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – SAP. Estão em elaboração Acordos de Cooperação com o INPE para manutenção e difusão do Sistema.

• Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

Análise Situacional da Meta

A meta de elaboração do Plano Nacional de Adaptação está em andamento. O grupo de trabalho interministerial sobre adaptação do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima tem mantido reuniões periódicas e frequentes e conta com ampla participação Ministerial, do Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima e de representantes da Rede Clima e do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima. A coordenação do grupo de trabalho também tem fomentado a participação social no debate por meio de encontros frequentes com o setor privado e com organizações da sociedade civil, da organização de chamada pública e do estabelecimento de diálogo com estados da federação. Vale destacar a criação de um grupo de trabalho no âmbito do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima para prover subsídios técnicos ao governo. Todas as memórias do processo de trabalho e de engajamento da sociedade têm sido amplamente divulgadas no sítio eletrônico do MMA. O engajamento da Academia resultou em uma proposta de plano de trabalho para adaptação até 2016 do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima. Outros resultados alcançados foram: a pactuação da estrutura do Plano, a divisão de responsabilidades sobre elaboração de minutas, a discussão preliminar de alguns capítulos, elaboração da minuta da parte geral do plano e início do processo de construção dos capítulos setoriais. Espera-se que até no primeiro semestre de 2015 sejam finalizados os capítulos setoriais e concluída a versão final do PNA para submissão ao Grupo Executivo sobre Mudança do Clima e Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.



Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, as atividades realizadas estavam voltadas para a definição de um modelo de sistema que possibilitasse a avaliação dos impactos das mudanças climáticas. Foram realizadas reuniões com pesquisadores da Rede CLIMA que concluíram pelo desenvolvimento do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Foi contratada consultoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para a realização de estudo sobre o estado da arte mundial no tocante a sistemas de observação de impactos das mudanças climáticas como também para o planejamento da implantação do Sistema no Brasil. Foi concedido apoio financeiro às seguintes atividades científicas da Rede CLIMA que possuíam aderência ao objetivo geral do Sistema:

- 1) Seminário sobre Recursos Hídricos
- 2) Curso sobre Acidificação dos Oceanos
- 3) Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta)
- 4) Chamada CNPq 34/2012 – Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD)
- 5) Projeto Fluxo de CO₂ (Continental e Oceânico)
 - 5.1 Projeto Pirata (Fernando de Noronha)
 - 5.2 Amazônia
 - 5.3 Rede Sul Brasileira de Fluxos Superficiais e Mudanças Climáticas (SULFLUX)
 - 5.4 Monitoramento de GEEs
 - 5.5 Prejuízos Agrícolas
 - 5.6 Observatório de Saúde Humana
 - 5.7 Observatórios Ecohidrológicos

Em 2013, esforços foram envidados visando à definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. O estudo “Estado da Arte dos Sistemas de Monitoramento de Impacto das Mudanças Climáticas em Países Selecionados”, entregue pelo CGEE, mostrou que a atribuição de causa dos impactos observados nos ecossistemas e sistemas humanos à mudança climática representa um grande desafio a ser vencido. Além disso, apontou para a importância do desenvolvimento de estudos e de indicadores de vulnerabilidade dos sistemas vivos para o aprimoramento dos indicadores de impactos que, em conjunto, permitirão a proposição de medidas de adaptação. Já o relatório do Painel Brasileiro sobre Mudanças Globais do Clima “Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação” ressaltou que as zonas costeiras estão entre as áreas mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas globais, sendo atingidas diretamente pelo aumento do nível médio do mar, entre outros fatores. Baseado nesse fato, a implantação de uma rede de mareógrafos no âmbito do SiMCosta foi apoiada com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de um sistema integrado que gere medidas contínuas em escala compatível com as dimensões da costa do Brasil. Os dados consolidados da rede maregráfica serão disponibilizados em www.simcosta.furg.br.

Já em 2014, a continuidade do sistema de observações meteoceanográficas no Atlântico tropical foi apoiada. Visando ao desenvolvimento de atividades voltadas para a definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas e para a “tropicalização” de critérios e indicadores de impactos, o MCTI em parceria com a Embaixada Britânica e com o apoio do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia realizaram em Brasília o Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change. O evento reuniu expertos europeus e brasileiros e promoveu a troca de conhecimento e experiências que vieram a auxiliar na definição das fronteiras e características do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Como resultado, foi definido que o sistema deve fornecer dados de fácil acesso e informação simples. A definição de indicadores e das fontes de dados deve resultar de processos colaborativos e da transferência de dados/conhecimento entre setores e agências. Para garantir transparência e robustez ao conjunto de dados, o inventário e o controle de qualidade são pontos iniciais importantes que permitirão o cálculo de indicadores e o apoio à elaboração de políticas públicas, inclusive do Plano Nacional de Adaptação.



Um novo workshop para definir o escopo de um projeto-piloto do SISMOI foi planejado para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

• **Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas discussões sobre o desenho do sistema a ser desenvolvido, com a participação de especialistas de diversas áreas. A partir das conclusões obtidas, foram identificadas e apoiadas atividades da Rede Clima em andamento que possuíam aderência ao objetivo geral do sistema e que podiam gerar dados a serem incorporados no Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas.

Em 2013, tomando como base o estudo desenvolvido pelo CGEE que elencou questões-chaves do sistema de monitoramento – necessidade de atendimento às principais vulnerabilidades climáticas do país, indicadores monitorados no mundo, premissas para a eleição de indicadores, estruturas de governança de sistemas existentes no mundo e sua forma de operacionalização – foi contratado um consultor para coordenar e elaborar proposta de metodologia de sistematização de informações e de critérios necessários para a definição de indicadores a serem utilizados no monitoramento dos impactos observados no âmbito do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Além disso, apoiou-se a instalação de uma rede de marégrafos que possibilita o monitoramento de variações nas marés da costa brasileira.

Em 2014, ocorreram atrasos no cronograma de planejamento do Sistema e no desenvolvimento de seu marco conceitual. Apesar das dificuldades, por meio de um processo participativo, a estrutura teórica do Sistema foi definida. Durante o Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change houve discussão sobre o conjunto de dados necessários para o monitoramento de impactos e as lacunas existentes. O Sistema deverá focar na integração e harmonização dos dados existentes para calcular indicadores-chaves.

Espera-se que em 2015 seja concebido e iniciada a implementação de um projeto-piloto do Sistema.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de expandir a previsão do tempo, da qualidade do ar e do clima, de 2012 a 2014, continuaram os desenvolvimentos e refinamentos no sistema de assimilação de dados em escala global. O sistema encontra-se em avaliação de desempenho. A assimilação de dados visa obter o cenário atual (análise) mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro (previsão) com o menor erro. Permanece o aprimoramento dos sistemas de monitoramento da recepção e armazenamento de dados meteorológicos, com a elaboração periódica de boletins de acompanhamento e a utilização do sistema MARS (Meteorological Archival and Retrieval System) do ECMWF (European Centre for Medium-Range Weather Forecasts). Um grande desafio para a expansão da previsão do tempo foi o serviço e a página com previsões de tempo para a Copa do Mundo. Esta página representou uma iniciativa inovadora por parte do INPE, num trabalho conjunto com o CEMADEN e outros órgãos. Para executá-la foi montado um esquema especial de trabalho com os meteorologistas e realocado pessoal internamente. Além da página para a Copa, o INPE também teve a responsabilidade de fornecer informações diferenciadas para o Comitê



Organizador Local da FIFA. Duas vezes ao dia foram enviadas previsões para todas as cidades-sede da Copa, além de serem disponibilizados meteorologistas de plantão para atendimentos e contatos especiais. Um serviço especial de monitoramento também foi estabelecido em parceria com o CEMADEN, e avisos meteorológicos especiais mandados várias vezes ao dia durante os dias dos jogos. Estas informações também foram disponibilizadas para o MCTI e a Casa Civil. Além de conseguir prover serviço tão amplo e detalhado, o desafio de fornecer a informação com a qualidade mais apurada possível foi alcançada.

Metas 2012-2015

• Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida com o desenvolvimento de uma ferramenta de seleção de área que permite detalhamento conforme a necessidade do usuário. A metodologia dá como resultado a previsão sazonal objetivamente, mostrando a distribuição esperada dentro do conjunto de cenários gerados pelas simulações do modelo numérico da atmosfera.

A implementação dos critérios objetivos permite que a previsão climática seja realizada para qualquer número de regiões. Essa meta foi cumprida em 2012. A previsão pode ser feita para 10 ou mais regiões.

A implementação necessitou do domínio de técnicas de estatística e previsão numérica por conjuntos, além do domínio de programação para criação da ferramenta.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

• Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida superando o desafio de atingir um índice de acerto superior ao esperado (75%) nas previsões de tempo para 4 a 5 dias de antecedência. Isto foi alcançado com o desenvolvimento dos modelos e com o aumento da resolução espacial e detalhamento horizontal nos modelos regionais de 5 km (BRAMS) e de 15 km (ETA). Em 2012, o modelo de previsão regional de tempo BRAMS-5 tinha um índice de acerto de 66%, tendo crescido 10% em relação ao índice do ano anterior. Em 2013, para os modelos regionais, foi obtida uma melhoria na resolução, refletindo uma leve melhora da acurácia das previsões. Em 2012, a acurácia foi de 84,5% para previsões de 96 horas (4 dias), enquanto no ano seguinte, a acurácia das previsões passou para 84,8%. O mesmo padrão se observa na acurácia para previsões de 5 dias (120 horas): em 2012, a precisão foi de 82,8%, enquanto que em 2013, passou para 83%. Aparentemente, a melhoria na acurácia da previsão de tempo foi insignificante, contudo o grande desafio de melhorar o índice de acerto foi superado, especialmente, com o aumento na resolução espacial de 20 para 5 km, o que é por si só um valor agregado único. Em 2014, estas acurácias se mantiveram. Toda a realização somente foi possível com a disponibilidade do supercomputador, capaz de gerar as previsões com melhores resoluções (detalhamentos) dos modelos, o que permite simular eventos mais fielmente.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2014

• Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação

Análise Situacional da Meta

O desafio de aumentar em 50% o índice de acerto da previsão de precipitação foi alcançado apenas em 2014. A meta estabelecida em 2012 foi cumprida. Para tanto, foi adotado um índice internacional ETS (Equitable Threat Score - índice de avaliação de precipitação) que passou a ser acompanhado e monitorado ao longo das melhorias implementadas nos modelos regionais de previsão de chuva. O índice escolhido, ETS, é dependente das escalas temporal e espacial dos fenômenos atmosféricos causadores da precipitação, de tal forma que pode haver oscilações



para mais ou para menos na medição deste índice que independem do esforço de pesquisa e inovação dedicados à melhoria dos modelos atmosféricos. Mesmo assim, o INPE alcançou índice superior a 20% do ETS para os seus modelos regionais. Em 2014, em avaliação do acerto pelo índice ETS, os modelos regionais de previsão de tempo ETA e BRAMS atingiram o índice de 20,4% de acerto da previsão de precipitação para 36h. Esse resultado significa uma melhoria de 50% no índice da previsão de precipitação em relação ao que se obtinha em 2011. Apesar deste êxito, o INPE prosseguirá com o desenvolvimento, investindo em pesquisa e atualizações do código dos seus modelos de previsão numérica de tempo para garantir a busca contínua pela melhoria da qualidade dos produtos oferecidos para a sociedade.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,5	27/10/2014	26,6
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,4	27/10/2014	7,4
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,1	27/10/2014	8,3
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,5	27/10/2014	1,5
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,2	27/10/2014	9,1
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,3	27/10/2014	2,7
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,9	27/10/2014	4,6
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38	31/12/2009	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16	31/12/2010	50,84
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25	31/12/2009	22,23
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06	31/12/2009	35,89
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14	31/12/2009	83,07
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25	17/12/2014	39
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67	16/12/2014	17,5

Observações:

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica - A indicador caiu porque a metodologia de delimitação das áreas está mais precisa.

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa - A indicador caiu porque a metodologia de delimitação das áreas está mais precisa.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal - O indicador ainda não foi atualizado.

Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados - referência: email enviado por (flavia.silva@mma.gov.br), data 19/12/2014.

Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo - Em 2014 foi finalizado o processo de reavaliação das espécies ameaçadas de extinção e essa reavaliação aumentou



consideravelmente o número total de espécies ameaçadas de extinção. Dessa forma, houve queda da taxa. Fauna Terrestre, Répteis e Mamíferos aquáticos: das 698 espécies ameaçadas da nova lista, 349 tem Planos de Ação. Fauna Aquática: das 475 espécies ameaçadas da nova lista, 149 tem Planos de Ação. Flora: das 2113 espécies ameaçadas da nova lista, 79 tem Planos de Ação. Cálculo: $577/3286 = 17,5\%$ Referência: email enviado por (flavia.silva@mma.gov.br) no dia 19/01/2015 e (leonardo.correia@mma.gov.br) no dia 23/02/2015

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em contribuição a esse objetivo, estão em andamento diversos programas, projetos e redes de pesquisa:

1. O Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR) tem como um de seus objetivos disponibilizar os dados de todas as Coleções Biológicas Brasileiras e ferramentas on-line aos tomadores de decisão e à sociedade em geral. Entre as principais realizações, destacam-se: i) cumpridos os compromissos da Chamada MCTI/CNPq nº 45/2012 - SiBBR, cujos os coordenadores dos projetos estão sendo visitados para integrarem os dados ao SiBBR e 6 projetos já estão sendo atendidos para publicação dos seus dados; ii) instalado o Nodo GBIF (Global Biodiversity Information Facility) no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); iii) contratados e lotados no LNCC cinco funcionários para implantar o SiBBR com financiamento GEF (Global Environmental Facility); iv) lançado o Repositório de dados do PELD (Programa Ecológico de Longa Duração), o que tornará os dados sobre biodiversidade acessíveis à sociedade; v) lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT-Ação Transversal Nº 67/2013 - Coleções Biológicas para promover a melhoria da infraestrutura e a modernização das coleções; vi) Elaboração do sistema do “Catálogo da Fauna do Brasil”, que funcionará como backbone taxonômico do SiBBR; vii) disponibilização do Catálogo Flora do Brasil no SiBBR; viii) firmadas parcerias com o CRIA, LNCC, JBRJ, INPA, MPEG, MZUSP e FIOCRUZ para apoiar a troca de informações para a implantação do SiBBR; ix) lançado, em novembro, o SiBBR que atualmente tem dois módulos operacionais - o explorador de dados de ocorrências de espécies e o repositório de dados ecológicos.
2. O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi expandido para outros biomas, atingindo o âmbito nacional, e propiciou: fortalecimento institucional; organização da informação científica (padronização e modernização dos acervos e inclusão de informações em banco de dados); formação de recursos humanos; estabelecimento de protocolos; realização de inventários; integração de grupos de pesquisa que atuam nos biomas abrangidos pelo Programa; e inserção da biodiversidade no contexto do desenvolvimento. Em resposta à Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma, foram contratadas 7 redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, duas no Cerrado e uma nos Campos Sulinos, envolvendo 42 projetos. Em abril/2014, foi realizada reunião de avaliação do PPBio e Geoma. O Comitê Avaliador ratificou a relevância do PPBio em preencher uma lacuna importante no país detentor da maior diversidade do Planeta.
3. As Redes de Pesquisas dos Ecossistemas do Pantanal são apoiadas pelo Termo de Parceria com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) cujo plano de trabalho prevê a execução do Projeto “Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental”, com vigência até 2015. Estão em execução 7 componentes e, em 2014, foram realizadas duas reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, uma em março e outra em setembro.
4. O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) tem contribuído no avanço do conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas da Amazônia; nos estudos sobre os impactos de mudanças ambientais nas interações entre biosfera e atmosfera, na formação de recursos humanos; e no fortalecimento da



infraestrutura de pesquisa. Em setembro/2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal N° 68/2013 Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa que contemplassem três linhas de ação de caráter inter e/ou multidisciplinares. Como resultados dessa Chamada, foram contratados 14 projetos, com vigência de 36 meses e recursos da ordem de R\$ 11 milhões, os quais foram integralmente repassados ao CNPq em 2014.

5. A Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma) foi apoiada Chamada MCTI/CNPq/N° 35/2012 – PPBio/Geoma, com a contratação do projeto “Modelagem dos efeitos do regime de alagamento e da ação antrópica sobre a vegetação das florestas de várzea da calha do Solimões-Amazonas”, comprometendo recursos até 2014. Em novembro/2013, foi realizado o “Evento Científico de Modelagem Ambiental da Amazônia (ECMAA)”, no qual foi possível sintetizar os avanços alcançados da modelagem ambiental pela comunidade científica que atua na Amazônia e avaliar as necessidades de integração dos diferentes programas de pesquisa voltados para a Amazônia, visando melhorar a eficiência de uso dos recursos. Em abril/2014, foi realizada reunião de avaliação do PPBio e Geoma. O Comitê Avaliador ratificou a importância do Geoma e recomendou que a estratégia de atuação dessa Rede fosse redefinida em termos de integração dos Institutos do MCTI, de recursos financeiros disponibilizados e de áreas temáticas.

6. A Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE) possui 20 projetos nas áreas de biodiversidade, conservação e biotecnologia, no formato de redes interestaduais, com período de execução até 2014, apoiados pelo Edital MCT/CNPq/FNDCT/CT- AMAZÔNIA/BIONORTE N° 66/2009. Em 2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia N° 79/2013 para o período de 2013 a 2014. Como resultados, foram contratados 16 projetos, estruturados em 4 redes de pesquisa para a Rede Bionorte. Em abril de 2014, ocorreu a 13ª. Reunião do Comitê Científico e, em julho de 2014, foi publicada a Portaria SEPED n° 13, com a nomeação dos membros do Comitê Científico e da Coordenação Executiva. Além disso, foram prorrogados nove Acordos de Cooperação entre o MCTI e as instituições de ensino e pesquisa ligadas à Rede Bionorte.

7. A Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro Oeste) compreende 16 redes de pesquisa, com 101 projetos, contratados por meio do Edital MCT /CNPq /FNDCT /FAPs /MEC /CAPES/PRO- CENTRO-OESTE N° 031/2010. Em 2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal N° 79/2013 para o período de 2013 a 2014. Como resultados, foram contratados 39 projetos abrangidos por nove redes de pesquisa para a Rede Pró-Centro-Oeste, os quais receberam recursos financeiros apenas para as bolsas devido ao contingenciamento financeiro de 2014.

8. A Rede de Identificação Molecular da Biodiversidade Brasileira (BrBoL) tem por objetivo sistematizar programa de caracterização molecular da biodiversidade brasileira através do “código de barras da vida”. Com apoio do FNDCT, é composta por mais de 200 pesquisadores e alunos de pós-graduação em 11 subprojetos. Para consolidar e expandir essa Rede, foi previsto o lançamento de uma Chamada com aporte de recursos do FNDCT da ordem de R\$ 5 milhões, para os exercícios de 2013 e 2014. Entretanto, como os recursos não foram disponibilizados, não foi possível lançar a Chamada.

9. A iniciativa de C,T&I Aplicadas aos Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Biológicos, em dezembro de 2014, apoiou a contratação de um projeto no âmbito da Chamada MCTI/MAPA/CNPq n° 40/2014, relacionado ao tema de sementes e extrativismo sustentável orgânico executado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e pelos Centros Vocacionais Tecnológicos em Agroecologia e Produção Orgânica das Universidades Federais.

10. O projeto Amazon Face, lançado em maio, é uma iniciativa conjunta do MCTI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que pretende realizar um experimento de enriquecimento por CO2 ao ar livre (“Free Air CO2 enrichment – FACE”) que irá simular a composição atmosférica do futuro, em face das mudanças climáticas previstas.

Metas 2012-2015

- Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira

**Análise Situacional da Meta**

O Programa de repatriação de informações sobre a Flora Brasileira (Reflora) continua, inclusive em associação com o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) Herbário Virtual, disponibilizado ao público em 30 de setembro de 2013, com mais de 420.000 imagens, sendo mais de 120.000 de espécimes repatriados do Herbário do Jardim Botânico de Kew (Reino Unido) e Museu de História Natural de Paris (França). Está sendo negociada com o CNPq a possibilidade de continuidade do Reflora para 2015. Enquanto isso, avançamos para socializar o acesso às informações dos acervos com a estruturação do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros – SiBBR. Em forma de piloto, o banco de dados do Jardim Botânico do Rio de Janeiro já está disponível para consultas no site do GBIF (Global Biodiversity Information Facility), com mais de 600.000 registros. Esses registros já são acessados pelo nodo Brasil (o sistema que exerce a função de ponto focal para o GBIF), ou seja, só não são visualizados pelo público. Com o lançamento do nodo Brasil do GBIF e as adesões das instituições que já assinaram (CRIA, LNCC, JBRJ, INPA, MPEG, MZUSP e FIOCRUZ) ou assinarão acordos de cooperação, o número de registros disponibilizados via SiBBR aumentará exponencialmente e o trabalho de quantificar o número de espécimes será muito facilitado, pois será possível fazer a coleta de dados diretamente das instituições que se integrarão ao SiBBR.

No período 2012-2014 foram coletados 580.000 espécimes.

Quantidade alcançada

580.000

Data de Referência

15/12/2014

• Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada**Análise Situacional da Meta**

No Brasil, há cerca de 150.000 espécies de invertebrados terrestres descritos (Lewinsohn, T.M. & P.N. Prado, 2000). No ano de 2013, não houve nenhuma espécie catalogada em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada. Com o lançamento do SiBBR, em novembro/2014, verificou-se que já constam da plataforma integrada aproximadamente 3 milhões de registros, ou seja, quase metade do que existe nacionalmente em bases de dados que estão dispersas. Desse total, pelo menos 86.356 mil são registros de espécies de invertebrados.

Quantidade alcançada

86.356

Data de Referência

15/12/2012

• Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros**Análise Situacional da Meta**

A Lista da Flora e Fungos Brasileiros foi lançada em 2010 com 40.982 espécies, reunindo os esforços de mais de 500 especialistas. É constantemente atualizada e já conta com 45.867 espécies, inclusive com suas sinônimas.

A lista da fauna no que se refere aos vertebrados está sendo concluída. O sistema online que receberá informação sobre as listas, entretanto, ainda não está concluído e por isso ainda encontra-se indisponível. A estimativa é de que, em janeiro/2015, o sistema possa receber a primeira carga de dados e, ao final do primeiro semestre de 2015, a informação correspondente a todos os grupos zoológicos que foram concluídos esteja inserida no sistema e disponíveis online para o lançamento.

Quantidade alcançada: 100%

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

15/12/2014



• **Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está atendida basicamente por duas grandes ações: i) Chamada MCTI/CNPq 045/2012 - recebeu 211 propostas para a informatização e melhoria de infraestrutura das coleções biológicas nacionais, das quais 20 foram financiadas para execução no período de 2012 a 2014; ii) Chamada MCTI/CNPq 67/2013 - recebeu 256 propostas para a informatização e melhoria de infraestrutura das coleções biológicas nacionais, das quais 37 foram contratadas com financiamento total de R\$6 milhões para os exercícios de 2013 e 2014. Foi contratado projeto de apoio ao JBRJ que inclui, entre outras, atividades de fortalecimento e modernização das coleções.

É importante ressaltar que essa meta não será atendida no prazo do PPA, pois não existe um diagnóstico preciso sobre o número de coleções (incluindo zoológicas, herbários e coleções microbiológicas) existentes no País. Temos somente um número estimado de instituições que abrigam coleções científicas. Com a implantação do SiBBR será possível obter esse diagnóstico, mas não no prazo do PPA. Entretanto, com os recursos do PPA e por meio da ação do SiBBR, consideramos que são apoiadas as instituições brasileiras que abrigam as maiores coleções de referência.

Para o lançamento do SiBBR em novembro/2014, foram mapeadas e compiladas informações existentes sobre o número de coleções existentes no Brasil, indicando que esse número pode ser superior a 500 coleções. A meta de proteger 80% das coleções é, portanto, incompatível com os recursos disponíveis, haja vista o número de propostas que puderam ser apoiadas pelas chamadas acima mencionadas.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Houve esforços para que a Lei de Biossegurança mantenha-se adequada diante de novas tecnologias. Nesse sentido, houve projetos de lei apresentados ao Congresso propondo alterações na lei de Biossegurança propondo a liberação da tecnologia Terminator, que confere esterilidade à 2ª geração de sementes. O MMA se posicionou desfavoravelmente a essa proposição. O MMA participa do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade, criado no âmbito do MDA, que conduz ampla discussão de possíveis impactos à biodiversidade advindos de OGM's e vem participando de diversas discussões sobre a liberação desses. O MMA participou da oficina organizada pelo Secretariado da CDB sobre a implementação do Protocolo de Cartagena, que teve como objetivo debater estratégias para integrar ações de biossegurança relacionadas ao Protocolo na Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade.

O MMA, em parceria com outras instituições, convidou a sociedade para participar do processo de definição das metas nacionais de biodiversidade, no que foi chamado de Diálogos da Biodiversidade. Os resultados dessas consultas foram apresentadas à CONABIO, que definiu as 20 metas nacionais, em setembro de 2013, por meio da Resolução nº 6. Ocorreu também a criação e entrada em operação do plataforma colaborativa PaineBio, que objetiva fomentar o alcance das Metas Nacionais e o estabelecimento de indicadores para as mesmas. Houve a elaboração e aprovação pela CONABIO do 5º Relatório Nacional para a CDB.

O MMA submeteu ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil uma proposta de alteração do PL 792/2007 que institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, define o que são serviços ambientais e prevê a transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços, visando transformar a natureza do



fundo a ser constituído em decorrência do PL, de contábil para financeiro e, principalmente, trazer maior participação da iniciativa privada. Em 2014, o Relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados apresentou seu relatório para a comissão, posicionando-se favoravelmente, porém o texto, ainda não foi apreciado.

A Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras visa criar as condições para prevenção da introdução de espécies exóticas invasoras, bem como a mitigação dos seus impactos, o controle e o monitoramento. O Primeiro Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, apresentou o levantamento das espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente marinho, de águas continentais e terrestre, os sistemas de produção e a saúde humana. Foi publicado o Informe sobre Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil e elaborada uma minuta de portaria para reconhecimento da Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil e ainda criado, por meio da Portaria nº 37, de 27/01/2014, o Grupo de Trabalho sobre a Gestão da Fauna Brasileira, que tem por finalidade assessorar o MMA no que tange à gestão da fauna.

Foi elaborado o Anteprojeto de Lei sobre Acesso e Repartição de Benefícios pelo uso dos Recursos Genéticos, encaminhado ao Congresso Nacional em 2014, que tramita como PL 7735/2014 em regime de urgência. O objetivo da proposta é simplificar o acesso ao patrimônio genético, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios provenientes do uso de componentes da biodiversidade, segurança jurídica e redução da burocracia. O aperfeiçoamento do marco legal abre espaço para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, e deve resultar, espera-se, em inovações tecnológicas, em dividendos e dinamismo econômico e, ainda, retorno financeiro para as comunidades mantenedoras das florestas e que cuidam da biodiversidade. Visando o reconhecimento e promoção do uso tradicional e popular de plantas medicinais e de fitoterápicos ou de produtos da biodiversidade de uso terapêutico tradicional foram realizadas oficinas e reuniões técnicas, com o envolvimento de representantes dos diversos segmentos sociais e dos poderes públicos envolvidos com o tema e elaborada uma estratégia voltada a promover o uso sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade dos biomas brasileiros por meio do incentivo e fomento à pesquisa, ao manejo, ao cultivo, à produção, à manipulação e à comercialização de plantas medicinais nativas e de seus fitoterápicos, e das exóticas adaptadas a cada bioma. Adicionalmente, teve início articulação com o Ministério da Saúde visando integrar esforços no âmbito da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

A ratificação do Protocolo de Nagoya foi solicitada pela Presidência da República ao Congresso Nacional em junho de 2012. No Congresso Nacional foi formada uma comissão especial para discutir a proposta. O MMA tem participado e está organizando fórum de discussão voltados para informar e sensibilizar sobre a importância da ratificação do Protocolo de Nagoya para o Brasil. Já o Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação resgata um dos compromissos assumido pelas Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, especialmente relacionado ao Artigo 27, que diz respeito à responsabilidade e compensação decorrentes do movimento transfronteiriço de OGMs, incluindo o manuseio, o transporte e o uso. O MMA buscou a aprovação de normativa que pudesse, de alguma forma, responsabilizar e penalizar toda a cadeia (instituições/empresas), desde a produção até o movimento transfronteiriço e uso desses organismos, por eventuais danos ao meio ambiente e à biodiversidade. Atualmente, está sendo avaliado uma proposta de projeto regional, com países da América Latina, tendo como objetivo socializar e melhorar o entendimento das autoridades nacionais e tomadores de decisão a respeito do Protocolo que proporcionará ao Brasil condições de participar efetivamente dos debates e influenciar na tomada de decisões sobre responsabilidade e compensação relacionados aos organismos vivos modificados.

Quanto à regulamentação das categorias do SNUC, em 2011 teve início o processo de regulamentação das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Quanto às Áreas de Proteção Ambiental - APA, houve contratação para subsidiar a realização do Seminário sobre APA e produzir um documento com recomendações para melhorar sua gestão. Seguimos avaliando, em contato com outros entes federativos, como proceder com a regulamentação desta categoria.

Metas 2012-2015



- **Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Os Organismos Geneticamente Modificados - OGMs liberados no meio ambiente podem contaminar, por meio de cruzamento natural, componentes da diversidade biológica, a exemplo das variedades crioulas e das espécies silvestres aparentadas às espécies geneticamente modificadas. Tendo isto em vista o MMA acompanha com particular interesse a discussão desse tema e a liberação de eventos comerciais no meio ambiente. Em junho de 2013, ocorreu em Brasília/DF a Conferência Temática sobre Agrobiodiversidade, com o Tema “Transgênicos e Agrotóxicos” o evento teve como objetivo promover o debate sobre o uso desses elementos no Brasil dentro do escopo da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como discutir suas implicações sobre o desenvolvimento territorial rural. O evento contou com a participação de especialistas representantes de diversas entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais e órgãos governamentais. O MMA se fez presente nessa Conferência e contribuiu nas discussões relacionadas aos atuais problemas decorrentes do uso dos transgênicos e agrotóxicos. Como resultado dessa Conferência, foram aprovadas 10 propostas, que serão levadas à coordenação da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – 2ª CNDRSS.

No 2º semestre de 2013 ocorreram inúmeros debates relacionados à Lei de Biossegurança. Novos Projetos de Lei propondo alterações na lei de Biossegurança foram apresentados. A alteração mais significativa se refere à proposta de liberação da tecnologia “Terminator”, a qual confere esterilidade à 2ª geração de sementes. Essa proposição compromete a possibilidade de uso da semente para uso próprio. Por meio de pareceres técnicos, o MMA se posicionou desfavoravelmente a essa proposição. Essa temática foi discutida na reunião do SBSTTA (CDB), em Montreal, uma vez que a CDB adotou, durante a COP-5 (Nairobi, 2000), a Decisão V-5, que estabelece uma moratória do uso dessa tecnologia.

Além disso, ocorreram ao longo do 2º semestre de 2013 diversas discussões relacionadas à liberação de transgênicos com resistência ao herbicida 2,4-D, um agrotóxico considerado extremamente tóxico. Essa temática é bastante complexa, uma vez que envolve questões tanto agronômicas quanto de saúde e meio ambiente. O MMA contribuiu com essas discussões e participou da Audiência Pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF) para tratar da liberação comercial do milho e da soja transgênicas tolerantes a esse herbicida. Da mesma forma, ocorreram reuniões promovidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, com vistas a promover uma maior discussão do tema.

Ao longo do primeiro semestre de 2014 o MMA continuou acompanhando as discussões relacionadas à liberação de novos eventos transgênicos, caso dos mosquitos *Aedes aegypti* geneticamente modificado, criado para combater o vírus da dengue, e da liberação comercial do plantio de eucalipto geneticamente modificado, onde busca-se maior produtividade. Além disso, o MMA analisou e emitiu diversos pareceres e notas técnicas sobre diferentes Projetos de Lei, reafirmando a sua posição favorável à realização de audiências públicas e sua posição contrária à flexibilização das normas de rotulagem e à tecnologia Terminator (GURTs), evidenciando sempre os impactos dessa tecnologia às populações rurais e urbanas e à soberania alimentar e nutricional dos povos e agricultores familiares. Vale ressaltar ainda que o MMA integra o Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade – GEA, criado no âmbito do Ministério da Desenvolvimento Agrário – MDA, que conduz ampla discussão dos temas relativos à agrobiodiversidade, particularmente aos possíveis impactos à biodiversidade. Em setembro, ocorreu uma audiência pública relacionada a liberação comercial do eucalipto geneticamente modificado. Foi um evento de grande importância, tendo em vista que é a primeira espécie florestal transgênica sujeita à aprovação comercial no Brasil. O MMA participou da audiência pública compondo a mesa de discussão, além de apresentar as principais preocupações envolvendo a análise de risco para espécies florestais. Em dezembro, um representante do MMA participou de uma oficina organizada pela Secretaria de Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB) relacionada a implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. O principal objetivo da Oficina foi debater estratégias para a integrar ações de biossegurança relacionadas ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança na Estratégia Nacional de Conservação da biodiversidade.



• **Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur**

Análise Situacional da Meta

O Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação, aprovado na 10ª Conferência das Partes – COP, da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, em Nagóia, no Japão em 2010, resgata um dos importantes compromissos assumido pelas Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, especificamente em relação ao Artigo 27, que trata sobre “Responsabilidade e Compensação”.

De conformidade com esse artigo, a “Conferência das Partes, atuando na qualidade de reunião das Partes do presente Protocolo, adotará, em sua primeira reunião, um processo em relação à elaboração apropriada de normas e procedimentos internacionais no campo da responsabilidade e compensação por danos que resultem dos movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados, analisando e levando em devida consideração os processos em andamento no direito internacional sobre essas matérias e procurará concluir esse processo em um prazo de quatro anos”.

O Artigo 1º estabelece que: “De acordo com a abordagem de precaução contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o objetivo do Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços”.

A regulamentação do Artigo 27 se refere a um dos temas mais desafiantes no que diz respeito à implementação do Protocolo, já que trata da Responsabilidade e Compensação decorrentes do movimento transfronteiriço de OGMs, incluindo o manuseio, o transporte e o uso. O MMA sempre buscou a aprovação de normativa que pudesse, de alguma forma, responsabilizar e penalizar toda a cadeia (instituições/empresas), desde a produção até o movimento transfronteiriço e uso desses organismos, por eventuais danos ao meio ambiente e à biodiversidade.

Em 2013, o MMA continuou com articulações junto a setores do governo federal, particularmente o Ministério das Relações Exteriores, na busca de formação de um consenso com vistas ao encaminhamento de Mensagem Presidencial ao Congresso para aprovação da adesão do Brasil a esse Protocolo. No primeiro semestre de 2014, foram realizadas discussões a fim de subsidiar a participação do país na 7ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-7) a ser realizada em Pyeongchang, na Coreia do Sul, de 29 de setembro a 3 de outubro. Além disso, o MMA vem participando junto ao MRE das reuniões de coordenação para a definição da posição a ser defendida pelo Brasil na MOP7.

Em dezembro de 2014, um representante do MMA participou de uma oficina organizada pela Secretaria de Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB) relacionada a ratificação e implementação do Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação. O evento forneceu subsídios para que os países avancem na ratificação do referido protocolo e desenvolva estrutura física e capacidades para a sua implementação. Atualmente, está sendo avaliado uma proposta de projeto regional, com países da América Latina, tendo como objetivo socializar e melhorar o entendimento das autoridades nacionais e tomadores de decisão a respeito do Protocolo Suplementar Nagoya-Kuala Lumpur. Além disso, também tem o objetivo de construir capacidades e fortalecer o conhecimento relacionado a responsabilidade e compensação de danos à biodiversidade resultante do movimento transfronteiriço de organismos vivos modificados. Para que o Protocolo Suplementar Nagoya-Kuala Lumpur entre em vigor são necessários 40 instrumentos de ratificação. Atualmente, 27 países já ratificaram o referido protocolo. Portanto, com mais 13 instrumentos de ratificação, o Protocolo entrará em vigor. Entre os países da América Latina, apenas o México (importante centro de origem do milho) ratificou o Protocolo.

É importante ressaltar que de acordo com o artigo 3.7 do referido Protocolo, a legislação nacional que implementa o Protocolo Suplementar também se aplica a danos resultantes de movimentos transfronteiriços de organismos vivos



modificados provenientes de países não-Parte do Protocolo. Sendo assim, mesmo que o Brasil não o ratifique, terá que seguir as regras do Protocolo Suplementar caso esteja exportando para um país que o ratificou.

A ratificação do Protocolo Suplementar proporcionará ao Brasil condições de participar efetivamente dos debates e influenciar na tomada de decisões sobre responsabilidade e compensação relacionados aos organismos vivos modificados.

• **Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação**

Análise Situacional da Meta

O MMA, em parceria com outras instituições, convidou a sociedade para participar do processo de definição das metas nacionais de biodiversidade, no que foi chamado de "Diálogos da Biodiversidade". Cinco setores foram reunidos para que estabelecessem quais deveriam ser as metas do Brasil, como uma colaboração para o atingimento das metas estabelecidas pela Convenção sobre Biodiversidade – CDB, denominadas de Metas de Aichi. O resultado dessas consultas foi consolidado e submetido à uma consulta-pública por meio digital. Durante o ano de 2013, as sugestões de metas nacionais para 2020 resultante desse processo foram discutidas pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO. As 20 metas nacionais foram definidas, no âmbito da Conabio, em setembro de 2013, por meio da Resolução nº 6. A implementação das Metas Nacionais de Aichi é um dos componentes da Estratégia Nacional de Biodiversidade. Destaca-se em 2014 a Criação e a operação do PainelBio, plataforma colaborativa multisetorial que objetiva fomentar o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade (Metas de Aichi) e a finalização e aprovação pela Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO, do 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Além disso, foi iniciado o processo de definição de indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade. O MMA, em parceria com o IUCN, promoveu um ciclo de oficinas participativas para a construção de indicadores de avaliação relacionados à implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade. A proposta envolve o apoio da Biodiversity Indicators Partnership (<http://www.bipindicators.net/>), bem como a realização de cinco oficinas, uma para cada um dos objetivos estratégicos estabelecidos para as Metas Nacionais, além de uma preliminar para capacitação. Esta primeira oficina de mobilização e capacitação foi realizada nos dias 22 e 23 de setembro, a qual teve como objetivo principal mobilizar e capacitar o grupo que integrará os núcleos temáticos do PainelBio, definidos de acordo com a estrutura dos cinco objetivos estratégicos estabelecidos nas Metas Nacionais. Além de oferecer aos participantes treinamento sobre a metodologia BIP/WCMC, o encontro teve como objetivo central estabelecer diretrizes gerais para a dinâmica de trabalho de cada um dos núcleos temáticos. Nos dias 6 e 7 de novembro foi realizada a oficina para definição de indicadores o Objetivo Estratégico D “Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Já nos dias 9 e 10 de dezembro ocorreu a oficina para definição dos indicadores para o Objetivo Estratégico C “Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética” (Metas 11 a 13). Para oferecer subsídios às oficinas, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do MMA, e a Cooperação Técnica Alemã – GIZ contrataram um consultor para preparar um “White Paper” sobre conceitos e indicadores relacionados às metas, sendo um “White Paper” por objetivo estratégico tratado até o momento

• **Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais**

Análise Situacional da Meta

O MMA, por meio de um grupo de trabalho formado para tratar a questão de regulamentação de pagamento por serviços ambientais, enviou ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil uma proposta de alteração do PL 792/2007 que institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA), e que define o que são serviços ambientais e prevê a transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços, com o objetivo de transformar a natureza do fundo que viria a ser constituído em decorrência desse PL por meio de regulamento (de contábil para financeiro) e, principalmente, de trazer maior participação da iniciativa privada



para financiar o programa. Além disso, o MMA firmou Termo de Cooperação com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido para executar estudos para subsidiar o Governo Federal na Regulamentação dos artigos 47 e 48 da Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Termo de Cooperação está sendo executado e será feito um aditivo de tempo para estender a vigência do Termo para setembro de 2015.

Em relação à tramitação do PL 792/2007 que institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA), durante o primeiro semestre de 2014, observou-se que o Relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados apresentou seu relatório para a comissão, em que se posicionou favoravelmente a que o referido PL encontra-se adequado financeira e orçamentariamente. Essa ação legislativa foi registrada no dia 03/04/2014. O texto, no entanto, ainda não foi apreciado.

- **Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras**

- Análise Situacional da Meta**

- A Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO, aprovou a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, que visa criar as condições para prevenção da introdução de espécies exóticas invasoras, bem como a mitigação dos seus impactos, o controle e o monitoramento. Com o intuito de fortalecer essa estratégia, promover e facilitar sua institucionalização e internalização no país, o MMA trabalha na elaboração e aprimoramento de mecanismo que possa dar maior visibilidade e facilite a aplicação no país desse instrumento, seja na forma de um Decreto da Presidência da República ou de uma Portaria.

- Outra importante linha de ação do MMA se refere ao levantamento e identificação das espécies exóticas invasoras (atuais e potenciais) no Brasil. O “Primeiro Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras”, tratou do levantamento das espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente (marinho, de águas continentais e terrestre), os sistemas de produção e a saúde humana. Como resultado desse levantamento, o MMA publicou o “Informe sobre Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil”. Esforços continuam sendo realizados para a publicação completa dos resultados do I Informe, como é o caso das Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais e Terrestres no Brasil, que deverá ser publicado em 2015.

- O MMA trabalhou, ainda no primeiro semestre de 2014, das negociações em torno da Minuta de Portaria para reconhecimento da “Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil”. Foram promovidas discussões com os órgãos interessados a fim de buscar contribuições para a elaboração dessa Portaria. Será a primeira vez que o Brasil reconhecerá, em caráter oficial, uma lista de espécies exóticas invasoras marinhas no Brasil, além de representar um grande avanço para a implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Essa Portaria irá indicar as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil e assim estimular a prevenção, manejo e controle dessas espécies pelos diferentes setores da sociedade. Em 2014, foi criado, por meio da Portaria nº 37, de 27 de Janeiro de 2014, o Grupo de Trabalho sobre a Gestão da Fauna Brasileira (GT da Fauna). O GT tem por finalidade assessorar o Ministério do Meio Ambiente na gestão da fauna, incluindo análise das normas e regulamentações existentes e a formulação de propostas. Um dos assuntos priorizados para serem trabalhados no âmbito do GT da Fauna foi a temática das Espécies Exóticas Invasoras e seus problemas relacionados. Ainda durante 2014, foi realizada a sistematização dos dados para editoração do livro “Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil”. O livro foi aprovado para publicação pelo Comitê Editorial do MMA no dia 21 de outubro de 2014. Já foi solicitada a impressão gráfica de 1.000 exemplares do livro “Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil” com vistas ao seu lançamento. Paralelamente, está sendo realizado o levantamento de dados e informações referentes às Espécies Exóticas Invasoras que afetam o ambiente terrestre, que, posteriormente, culminará na publicação do livro “Espécies Exóticas Invasoras de Ambiente Terrestre no Brasil”.

- Todas essas ações que o MMA vem realizando compõem a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras e tem por objetivo o seu fortalecimento, de modo a criar uma maior articulação entre os órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e a sociedade civil e possibilitar o planejamento e execução de ações de prevenção, erradicação,



contenção ou controle de espécies exóticas invasoras. A internalização da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras no país permitirá que os diferentes setores, tanto do governo quanto da sociedade civil, elaborem planos ação para Espécies Exóticas Invasoras alinhados com os princípios e diretrizes da Estratégia Nacional.

• **Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica**
Análise Situacional da Meta

O marco regulatório deve dar as bases legais para a regulamentação necessária à proteção das práticas e experiências, bem com valorizar e promover o seu desenvolvimento, com modelo de inclusão social e produtiva e de desenvolvimento regional sustentável. Os itens a serem abordados na proposta de legislação devem ser: i) Conceito e definições relativas ao uso tradicional e popular de plantas medicinais; ii) Enfoque a partir das experiências desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com os diversos níveis de complexidade da cadeia produtiva; e iii) Abrangência a partir dos biomas brasileiros, com base nas suas espécies nativas e nas exóticas adaptadas que compõem a agrobiodiversidade em cada bioma.

No primeiro semestre de 2013 foi elaborada, por meio de consultoria técnica especializada, uma estratégia para construção de uma minuta de legislação, com vistas ao reconhecimento e promoção do uso tradicional e popular de plantas medicinais e de fitoterápicos ou de produtos da biodiversidade de uso terapêutico tradicional, a partir da avaliação do estado da arte das diversas experiências existentes nos biomas brasileiros, identificando gargalos e potencialidades. Tal estratégia tem como foco central a realização de oficinas e reuniões técnicas, com o envolvimento de representantes dos diversos segmentos sociais e dos poderes públicos envolvidos com o tema.

Em paralelo, foi elaborada também, por meio de consultoria técnica especializada, estratégia voltada a promover o uso sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade dos biomas brasileiros por meio do incentivo e fomento à pesquisa, ao manejo, ao cultivo, à produção, à manipulação e à comercialização de plantas medicinais nativas e de seus fitoterápicos, e das exóticas adaptadas a cada bioma, considerando: i) o conhecimento e o uso tradicional e popular das plantas medicinais e as diversas experiências existentes nos biomas; ii) as necessidades epidemiológicas da população residente na área de abrangência de cada bioma; iii) a articulação entre os setores governamentais e a sociedade civil no âmbito das políticas públicas de saúde, meio ambiente, agricultura e afins. Tal estratégia tem como foco viabilizar a criação das Redes de Plantas Medicinais por Bioma, com o objetivo de promover a inclusão das espécies fitoterápicas nativas dos biomas brasileiros no âmbito do Serviço Único de Saúde - SUS.

No segundo semestre de 2013 foram definidas as estratégias para elaboração das farmacopéias populares dos biomas Caatinga e Mata Atlântica, com o objetivo de valorizar as espécies medicinais da flora nativa de uso popular e tradicional, utilizadas pelas populações localizadas nesses biomas. Também foi definida a estratégia para promover a inclusão das espécies de plantas medicinais nativas dos biomas, com enfoque para as espécies priorizadas na Iniciativa “Plantas para o Futuro”, no âmbito do Sistema único de Saúde.

Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões para definir a atuação do MMA no âmbito do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e do Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos, com vistas a pautar as estratégias internamente definidas com relação à promoção da utilização sustentável da biodiversidade de uso terapêutico tradicional e popular, por meio da discussão e elaboração de um marco regulatório adequado. Durante o primeiro semestre de 2014, o MMA acompanhou as discussões ocorridas no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos. Além disso, desenvolveu articulações com membros do governo e sociedade civil a fim de indicar os representantes do diferentes biomas no Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos. Adicionalmente, iniciou-se uma articulação com o ministério da saúde para identificar ações convergentes desenvolvidas entre os dois ministérios e como integrar esforços no âmbito da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

No segundo semestre de 2014, o MMA continuou participando das discussões ocorridas no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos. Paralelamente, desenvolveu articulações para dar maior evidência à temática



das Plantas Medicinais e Fitoterápicos nas discussões regionais e no 2º Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Além disso, colocou as Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Pauta de Discussão do Núcleo Interno de Acompanhamento e Monitoramento da Pauta Extrativista, Núcleo instituído pela Portaria nº 56, de 14 de Março de 2013.

• **Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

A ratificação do Protocolo de Nagoya foi solicitada pela Presidência da República ao Congresso Nacional em junho de 2012. No Congresso Nacional foi formada uma comissão especial para discutir a proposta. A tramitação referente a ratificação do Protocolo de Nagoya pelo Congresso Nacional pode ser acompanhada pelo seguinte endereço eletrônico (link):

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=547397>. O Ministério do Meio Ambiente tem participado e está organizando fórum de discussão voltados para informar e sensibilizar sobre a importância da ratificação do Protocolo de Nagoya para o Brasil. Ao mesmo tempo foi elaborada a proposta de uma Ante Projeto de Lei (APL) de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, passo este indispensável para a implementação do protocolo. Este APL foi encaminhado à Casa Civil e desde junho o Projeto de lei está tramitando em regime de urgência no Congresso. Com relação à ratificação do Protocolo de Nagoya, esta ainda aguarda a aprovação do Congresso Nacional, solicitada em junho de 2012. No Congresso Nacional foi formada uma comissão especial para discutir a proposta, mas esta comissão ainda não se reuniu. O Ministério do Meio Ambiente tem participado e está organizando fórum de discussão voltado para informar e sensibilizar sobre a importância da ratificação do Protocolo de Nagoya para o Brasil. (DPG)

• **Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada uma discussão ampla com os principais setores envolvidos (Ministérios, setor produtivo e movimentos sociais). As contribuições foram harmonizadas e compiladas em um Anteprojeto de Lei sobre Acesso e Repartição de Benefícios pelo uso dos Recursos Genéticos, que foi encaminhada à Casa Civil. Em junho de 2014 foi encaminhada ao Congresso Nacional. O PL 7735/2014 tramita em regime de urgência. A tramitação deste PL pode ser acompanhada pelo seguinte endereço eletrônico (link):

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619150>

As últimas movimentações do Congresso quanto ao PL 7735/2014 foram a transformação da sessão plenária em Comissão Geral, quando não só os parlamentares, mas também representantes da sociedade relacionados ao tema podem se manifestar sobre a matéria em debate; e a inclusão do Projeto na ordem do dia de 12/11/2014. Contudo, não houve votação, em face do encerramento da sessão.

O objetivo da proposta é simplificar o acesso ao patrimônio genético, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios provenientes da utilização de componentes da biodiversidade, segurança jurídica e redução da burocracia. O aperfeiçoamento do marco legal de acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e a repartição justa e equitativa dele advindos abre espaço para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, podendo resultar em inovações tecnológicas, em dividendos e dinamismo econômico. Espera-se que haverá também o retorno financeiro para as comunidades mantenedoras das florestas e que cuidam da biodiversidade, para que a mata não seja derrubada e usada para outros fins.



• **Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**

Análise Situacional da Meta

Em relação à regulamentação das categorias do SNUC, em 2011 iniciou-se o processo de regulamentação das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Visto que no processo de consulta pública surgiram poucas contribuições da sociedade civil e que falta uma reunião de consolidação do Grupo de Trabalho Interministerial para deliberar sobre as contribuições advindas da consulta pública, o MMA/ICMBio estão reavaliando o processo de regulamentação, em função da definição de competências entre os órgãos (criação de unidades de conservação). Em relação à portaria que regulamenta processo de eleição da sociedade civil para Câmara Federal de Compensação Ambiental - CFCA., temos a informar, que a mesma foi publicada em 07 de outubro de 2013 – Portaria nº 410, de 04/10/13, estabelecendo regras para eleição das entidades ambientalistas que ocupam vagas não governamentais na CFCA. Com relação à regulamentação de pagamento pelos serviços ecossistêmicos (art.47 e 48 da Lei 96.985/2000), foram realizados estudos preliminares em parceria com WWF-Brasil e Fundação Moore no contexto do Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia) e contratação para desenvolvimento de estudos base para a regulamentação dos artigos, com apoio do Programa Nacional do Meio Ambiente II, de acordo com o Termo de Cooperação nº 9, de 29 de novembro de 2013, celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Em continuidade aos estudos para regulamentação do art.47 e 48 da Lei 96.985/2000, está previsto para fevereiro/2015 oficina de capacitação e apresentação da metodologia desenvolvida pela UFERSA e previsão do término dos trabalhos para final de 2015. Quanto as Áreas de Proteção Ambiental - APA, em 2012 houve contratação de consultoria para subsidiar a realização do Seminário sobre APA e produzir um documento com recomendações para melhorar sua gestão, no âmbito do Projeto Proteção da Mata Atlântica II. O Departamento segue avaliando, e contato com outros entes federativos, como proceder com a regulamentação desta categoria.

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Temos 12 Cadeias Produtivas de Produtos da Sociobiodiversidade apoiadas, com projetos em fase de finalização. As experiências acumuladas com os projetos de apoio a Arranjos Produtivos Locais, seja no âmbito da Cooperação Técnica Internacional, seja no âmbito dos Projetos Demonstrativos Ambientais, em muito vem contribuindo para a definição da agenda da promoção da sociobiodiversidade que está sendo construída em nível federal, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As políticas de acesso a mercados institucionais e apoio à comercialização para Extrativistas e comunidades tradicionais somam cerca de 65.000 famílias beneficiárias, somados os acessos ao PAA e à PGPMBio. O Plano Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas (PLANAFE) está em fase final de aprovação. Estão em construção o II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, o I Plano Integrado de Implementação da PNGATI, o I Plano Nacional de Regularização Ambiental de Territórios Quilombolas, o I Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Territórios Quilombolas (PNGAT Quilombola), o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Programa Nacional da Sociobiodiversidade. O Programa Bolsa Verde somam mais de 71.000 famílias beneficiárias, com a proposta de priorização de territórios atendidos pelo programa para o adensamento de políticas públicas que envolvam os eixos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a saber: acesso ao território e aos recursos naturais, inclusão social, inclusão produtiva e garantia de infra-estrutura.

Metas 2012-2015



- **Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Esta meta está relacionada ao projeto “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano”, conhecido como “Biodiversity for Food and Nutrition” - BFN. No ano de 2012, foi organizada, juntamente com a Bioversity International, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril de 2013. Em fevereiro de 2013 foi organizada, em Brasília, a Primeira Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN. Em março foram realizadas reuniões bilaterais com os parceiros do projeto (MAPA, FNDE, MDA, MMA/SEDR, MS, MDS e Conab), para apresentação do plano de trabalho e definição de estratégias comuns. Em junho foi iniciada articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para, juntamente com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANEs, dar início às atividades de análise da composição nutricional. Em junho foi realizada visita ao CECANE da Bahia, na Universidade Federal da Bahia. Ainda em julho de 2013 foi realizada visita ao CECANE de Santa Catarina, na UFSC, oportunidade em que foi apresentado o projeto em evento interno do FNDE, com técnicos dos CECANEs. Em outubro foi realizada a oficina “Introdução à Metodologia para Compilação de Dados de Composição Nutricional de Alimentos”, em parceria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e envolveu representantes dos diversos CECANEs já estabelecidos no país, com vistas ao desenvolvimento de capacidades para a disponibilização de dados em Tabelas de Composição de Alimentos. Em novembro de 2013, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), administrador financeiro do Projeto BFN, publicou o Edital para concessão de bolsas de estudo e pesquisa para atividades de compilação de dados de composição nutricional de espécies vegetais priorizadas pelo BFN (Plantas para o Futuro e Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade).

Também estão participando do Projeto um estudante de graduação da Universidade Federal do Pará e um pesquisador sênior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com vistas à coleta de dados nutricionais das espécies das regiões Norte e Sul, respectivamente. Com a concessão das bolsas, o Projeto adotou estratégia para, em curto prazo, facilitar a criação de centros regionais de avaliação e gestão de dados de composição nutricional dos alimentos, a partir das universidades federais, a fim de “alimentar” os bancos de dados. A análise da composição nutricional está sendo realizada com a compilação de dados já existentes na literatura científica, utilizando metodologia desenvolvida e padronizada pela FAO/INFOODS (Food and Agriculture Organization - International Network of Food Data Systems) e por meio de análises laboratoriais dos alimentos para complementação dos dados compilados. Para fins de capacitação, foram realizadas as oficinas “Compilação de Dados Nutricionais das Espécies Alvo do Projeto BFN com a metodologia da FAO/INFOODS” em São Paulo- SP (09 e 10 de maio de 2014) e Fortaleza – CE (05 e 06 de junho de 2014). Também foi realizada a tradução de materiais sobre a metodologia FAO/INFOODS para português e inclusão no site da FAO (<http://www.fao.org/infoods/infoods/training/apresentacoes/pt/#c271583>).

Durante o segundo semestre de 2014, as atividades de compilação de dados nutricionais para as espécies nativas priorizadas foram iniciadas nos CECANEs que articularam parceria com o MMA. Até dezembro de 2014, haviam sido compilados dados preliminares de 34 espécies de frutas nativas. Além da compilação de dados nutricionais, atualmente está sendo elaborado um Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) com o objetivo de realizar análises laboratoriais de composição nutricional para as espécies nativas da região Norte que ainda não possuem dados publicados na literatura. Todos os dados levantados, tanto os compilados como os gerados em laboratório, serão inseridos, na forma de um banco de dados interativo, no SiBBR (Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira), sistema de informação coordenado pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), a qual visa integrar informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros. Os dados de composição nutricional poderão ser acessados livremente por alunos e profissionais da área de nutrição, pela indústria de alimentos, por gestores de políticas públicas e pelo público em geral, promovendo maior visibilidade para os benefícios nutritivos da biodiversidade nativa.

**Quantidade alcançada**

34

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	5	unidade	14	31/12/2013
Bioma Caatinga	8	unidade	11	31/12/2013
Bioma Cerrado	8	unidade	18	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	9	unidade	17	31/12/2013
Bioma Pampa	8	unidade	4	31/12/2013
Bioma Pantanal	2	unidade	4	31/12/2013

- **Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano**

Análise Situacional da Meta

A temporada de postura e eclosão dos ovos de quelônios inicia em julho e termina em fevereiro do ano seguinte, de acordo com o regime das chuvas.

No ano de 2014, em janeiro e fevereiro, período final da temporada 2013\2014 foram acompanhados 17.702 filhotes.

As informações dos trabalhos relativos ao início da temporada 2014 \2015 só estarão disponíveis nos primeiros meses de 2015.

Estima-se que a temporada 2014 \2015 terá entre 1 a 2 milhões de filhotes acompanhados. Ressalta-se que desde a publicação da portaria número 15 de 2013, que reestruturou o PQA no Ibama, a meta de compartilhar o manejo de 10 milhões de filhotes está superestimado. (17.702 até 30/06/14).

Quantidade alcançada

17.702

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	10.000.000	unidade	17.702	30/06/2014

- **Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

O MMA trabalha em parceria com a Embrapa, por meio do seu Macroprograma 6 (Macroprogramas são prioridades definidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa. O Macroprograma 6 corresponde à prioridade: “Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural”). MMA e Embrapa realizaram cinco Workshops regionais intitulados “Agrobiodiversidade e Agroecologia” em 2013. Os encontros ocorreram em Brasília/DF, Petrolina/PE, Belém/PA, Pirenópolis/GO e em Pelotas/RS. Os Workshops contaram com a participação da sociedade civil, de pesquisadores da Embrapa e de representantes de órgãos do governo, parceiros na implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Seu objetivo principal era articular a elaboração/alinhamento de projetos visando o mapeamento contínuo de organizações e instituições, redes e de suas iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm. Os projetos desenvolvidos devem se articular ao PLANAPO e ao Portfólio de Agricultura de Base Ecológica da Embrapa. Em 2013 foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e Embrapa com vistas a envidar esforços interinstitucionais para obtenção de informações relativas a representatividade das espécies, populações, variedades de cultivos dos sistemas agrobiodiversos, representatividade geográfica, situação de conservação das coleções, atividades de pesquisa, infraestrutura disponível para conservação de sementes, necessidades de pesquisa e desenvolvimento.



Sugere-se que esta meta seja compatibilizada com o que está previsto no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) lançado (18/10/13), especificamente, com a meta 08: “ampliar processos para produção, manejo, aquisição, conservação e distribuição de recursos genéticos da agroecologia e da produção orgânica”. A referida meta articula iniciativas de mapeamento redes de conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm, apoio a estruturação de redes locais de conservação e bancos comunitários de sementes.

Em 2014 foi estabelecido um Grupo de Trabalho, no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade, da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, incluindo membros do MDA, MMA, MDS, Conab, Funai, Serviço Florestal Brasileiro, MCTI, MPA, EMBRAPA, CNS, Rede Cerrado, MIQCB, Rede Juçara, além de outras instituições convidadas, para rever as metas relacionadas à sociobiodiversidade e à agrobiodiversidade no PLANAPO e reforçar o investimento no fortalecimento dos territórios na conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade. A proposta de ampliação das ações voltadas para a agrobiodiversidade e sociobiodiversidade serão discutidas no Seminário Nacional da Sociobiodiversidade, previsto para ser realizado no final de abril de 2015.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	8	sistema	6	30/12/2014
Bioma Caatinga	8	sistema	2	30/12/2014
Bioma Cerrado	8	sistema	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	8	sistema	0	30/12/2014
Bioma Pampa	8	sistema	0	30/12/2014
Bioma Pantanal	8	sistema	0	30/12/2014

- **Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica**

Análise Situacional da Meta

Análise situacional: Já foram concluídos os estudos em 2 bacias hidrográficas (Tapajós e Juruena).

Próximos passos: Aguarda-se definição da próxima bacia a ser estudada. Além disso, o Mapa de Áreas Prioritárias do bioma amazônico também poderá apontar áreas prioritárias para a conservação dos ecossistemas aquáticos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	3	unidade	2	31/12/2014

- **Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi elaborado o plano de manejo de javali e normatizado pela IN 03/2013. Ressalta-se a importância da iniciativa para regulação do setor, no entanto, não é uma espécie da fauna silvestre nativa.

No ano de 2013, o Ibama desenvolveu estudos para a revisão normativa dos manejos de Caiman yacaré, Jacaré do Pantanal, e Podocnemis sp., Tartaruga da Amazônia. Para a primeira espécie, o modelo de manejo pretendido será útil



para outras espécies do mesmo gênero. No segundo caso, foi publicada no Ibama a portaria 15/2013 de institucionalização do PQA (Programa Quelônios da Amazônia) em substituição à anterior (portaria 259/2011). Ainda em 2013, foi elaborado o plano de manejo do Minhocucu e encaminhado para análise jurídica.

No ano de 2014, as atividades se resumiram a duas espécies (Javali e Quelônios), considerando as questões jurídicas ainda não resolvidas, após a LC 140/2013 e pelo fato das espécies anteriormente discutidas estarem na lista de espécies ameaçadas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	5	unidade	2	31/12/2014

• Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais

Análise Situacional da Meta

O portal YPADÊ (www.caa.org.br/ypade) é um portal com informações sobre povos e comunidades tradicionais, contendo um mapeamento inicial e banco de dados de entidades representativas desses segmentos. Foi desenvolvido por meio de contratação pelo MMA e Programa BRA 08/012/PNUD, com seu lançamento oficial na 18ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais -CNPCT, realizada durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro, em junho de 2012.

Em 2013, foi lançado edital 21548/2013/PNUD BRA08012, com o objeto: contratação de consultoria para mapeamento e cadastramento de entidades representativas de povos e comunidades tradicionais, de forma a ampliar o banco de dados existente, bem como atualização e manutenção do portal Ypadê. A análise das propostas das empresas foi finalizada e a empresa foi contratada em maio de 2014. Na ocasião do Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, que ocorreu em Cuiabá entre os dias 12 e 15 de agosto, foi realizada uma reunião prévia com os membros CNPCT para apresentação da primeira versão do Portal Ypadê, após as atualizações realizadas pela Solar. Foram discutidos critérios para cadastramento e mapeamento de organizações representativas de PCT, a arquitetura e funcionalidades do novo Portal Ypadê e ferramentas para a comunicação e interatividade. Foi formado um GT da CNPCT que passará a acompanhar junto à Solar, e o MMA o desenvolvimento dos trabalhos. O grupo também ficou responsável por dar os encaminhamentos necessários para a continuidade da manutenção do portal, após o encerramento do contrato. Durante o Encontro Nacional, que ocorreu em Novembro de 2014, foram cadastradas aproximadamente 100 organizações representantes dos diferentes segmentos de PCT, para inclusão no portal.

Está prevista para o primeiro semestre de 2015 a realização de uma oficina com os representantes da sociedade civil da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com caráter mobilizador a respeito do cadastramento de instituições representativas de povos e comunidades tradicionais, além de situar-se como um momento formativo para uso e gestão do Portal Ypadê. O Portal será apresentado, incluindo os conteúdos e ferramentas existentes, além de casos de sucesso no uso e gestão de portais de internet pela sociedade civil organizada. Está prevista, ainda, uma oficina de nivelamento para transferir o conhecimento a respeito do manuseio e administração do Portal Ypadê para os dirigentes e técnicos do Departamento de Extrativismo do MMA (responsáveis pela secretaria executiva da CNPCT), da Coordenação Geral de Tecnologia e Informática (CGTI) e da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério do Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

**• Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais****Análise Situacional da Meta**

O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, contou com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, da Educação, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Fundação Cultural Palmares, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária.

Será instituído até março de 2015 novo grupo de trabalho formado por representantes de Instituições Federais e de entidades da sociedade civil, cuja responsabilidade será de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, cuja vigência está prevista para o período entre 2015 e 2017.

Em 2014, foi finalizada a minuta do documento que passou a se chamar Plano Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados e Áreas Destinadas federais (PLANAFE). O documento foi apresentado aos Secretários Executivos do MMA, MDA e MDS e pactuado que, para sua estrutura de gestão e monitoramento, será proposta a criação de uma Câmara Técnica no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT.

A partir de julho de 2014 foi iniciado, no âmbito do Comitê Gestor (CG) da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), os trabalhos da Câmara Técnica de Implementação da PNGATI que tem a tarefa de elaborar o Plano Integrado de Implementação da PNGATI (PIIPNGATI) até o primeiro semestre de 2014. Os trabalhos estão sendo coordenados pela FUNAI, em parceria com o MMA e organizações indígenas e indigenistas.

A Matriz de Insumos do Plano PNGATI foi consolidada a partir de uma minuta, elaborada pela Câmara Técnica do CG; e, posteriormente, analisada e discutida (por meio de reunião e correspondência escrita) pelas diversas áreas do MMA e órgãos vinculados.

Para a reunião do CG da PNGATI, prevista para março de 2015, será apresentada a versão consolidada do Plano de Implementação da PNGATI, a ser proposto para o PPA 2016-2019.

A instituição do PNGAT Quilombola é um dos objetos do Grupo de Trabalho Interministerial criado por meio da Portaria interministerial nº 429 de 22/10/2013, que define: Art. 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial GTI com a finalidade de elaborar proposta para a regulamentação ambiental em territórios quilombolas estabelecida na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural-CAR para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas (PNGAT Quilombola).

Para cumprir com este objetivo é necessário, com base na articulação interinstitucional existente e nas referências disponíveis, elaborar um proposta, que posteriormente deverá ser avaliada pelos órgãos e demais atores envolvidos na sua elaboração e implementação. Neste está sendo contratada consultoria que deverá sistematizar informações, articular experiências e propor relatórios e documentos que subsidiem o GTI.

A Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade/CNAPO prevê, como uma de suas ações estratégicas para 2015, a realização de um Seminário da Sociobiodiversidade, previsto para maio de 2015, com o objetivo principal de validação da proposta para o Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016/2019)

Foram desenvolvidos até 2014: 2 Planos Nacionais de Povos de Matriz Africana, 1 PLANAFE, 1 PIIPNGATI, 1 PNGAT, 1 Quilombola e 1 Programa da Sociobiodiversidade.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

30/12/2014

**• Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade****Análise Situacional da Meta**

Para aferição do cumprimento dessa meta, foram utilizados os dados informados sobre projetos apoiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e Fundo Nacional de Mudança do Clima – FNMCF, instrumentos de fomento a projetos sócio ambientais do MMA.

No ano de 2012 o FNMA apoiou com essa temática 5 projetos (3 direcionados à iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral; e 2 voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção).

Já o FNMC apoiou 15 projetos envolvendo a temática. Daí, o total de projetos em 2012 foi 20.

Em 2013, o FNMA aprovou 7 projetos de conservação e manejo da biodiversidade (4 de instituições públicas e 3 de Organização Não Governamentais. Já o FNMC apoiou 5 projetos.

Soma-se a esses números 10 projetos de redes, aditivados no âmbito do PDA (Projetos Demonstrativos) implementado pelo Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, o total de projetos em 2013 foi de 22. Em 2014, no âmbito do Objetivo 506, o FNMA elaborou seis projetos para o apoio a Educação Ambiental na Agricultura Familiar, voltados à capacitação para a inserção de práticas de conservação, agroecologia e produção sustentável nas suas atividades.

Cabe esclarecer que, de acordo com o FNMA, na época de elaboração do PPA, a proposta original era apoiar projetos que contemplasse 200 municípios e que foi modificado na redação final.

Dessa forma, o total de projetos de 2012 a 2014 foi de 48 projetos (20 + 22 + 6 = 48)

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

30/12/2014

• Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade**Análise Situacional da Meta**

Essa meta tinha como objetivo contribuir para implementação de ações constantes no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB, instituído por meio da Portaria Interministerial nº 239, de 21 de junho de 2009, cujo objetivo é fomentar o uso sustentável da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, foram identificados 30 espécies com potencial econômico de uso sustentável.

Em 2012, foram apoiadas 12 organizações locais, visando a mobilização, articulação e capacitação das organizações econômicas dos povos e comunidades tradicionais (Cooperativa e Associações) e outros atores que interferem nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade, na busca de fortalecer os Arranjos Produtivos Locais – APLs das cadeias prioritárias, de modo que os seguimentos de povos e comunidades tradicionais, consigam se organizar para acessar os mercados e estabelecer relações com os outros segmentos que participam ou interferem nas cadeias de forma mais equilibrada:

Os APLs apoiados nesse ano foram os seguintes:

- 1 - pequi (Norte de Minas Gerais),
- 2 - pinhão (Paraná),
- 3 - umbu e licuri (região de Paulo Afonso - Bahia),
- 4 - piaçava (baixo Sul da Bahia),
- 5 - pequi e babaçu (região da Serra do Araripe - Ceará),
- 6 - babaçu (região do médio Mearim - Maranhão),
- 7 - buriti (Piauí),



8 - carnaúba (Piauí),

9 – castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (região da BR 163 - Pará),

10 - açaí e óleo de copaíba (região do baixo Amazonas – Oriximiná -Pará),

11 - açaí (região da Ilha do Marajó - Pará),

12 - piaçaba (Alto e médio Rio Negro - Amazonas).

Em 2013 o MMA continuou apoiando os mesmos APLs, com exceção dos APLs do pinhão no Paraná e carnaúba no Piauí, as organizações que executaram essas projetos concluíram o trabalho em 2012.

Dessa forma, em 2013, continua-se apoiando 10 APLs que envolvem 11 espécies de produtos da sociobiodiversidade: babaçu, castanha do brasil, pequi, piaçava (BA), piaçaba (AM), umbu, licuri, andiroba, copaíba, Buriti, açaí; nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Minas Gerais.

No primeiro semestre de 2014 os 10 projetos de APL apoiados pelo MMA receberam termo aditivo para finalizarem suas atividades até março de 2015. Em 2014 foi realizado o processo de contratação de consultoria (por meio do edital No - 3/2014/ PNUD BRA 08/012) para sistematização dos resultados dos projetos de APL, que darão subsídios à construção do Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016-2019). O programa está em discussão no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade/CNAPO e sua implementação e monitoramento estarão previstos no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/PLANAPO (2016-2019). Espera-se que a experiência dos projetos de APL possa servir de referência para a ampliação do leque de espécies e territórios a serem priorizados para a implementação de políticas ligadas à agregação de valor e acesso a mercados dos produtos da sociobiodiversidade.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	5	30/12/2014
Bioma Caatinga	3	unidade	3	30/12/2014
Bioma Cerrado	8	unidade	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	7	unidade	2	30/12/2014

• Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o MMA publicou o livro: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul. Agora avança na publicação do livro relacionado às: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Centro-Oeste.

Esse trabalho, iniciado em 2013, já permitiu a revisão e a finalização de portfólios referente aos Grupos de Uso. Durante o primeiro semestre de 2014, foram finalizados os portfólios relativos às plantas alimentícias, medicinais e ornamentais.

No segundo semestre de 2014, todos os portfólios dos diferentes grupos de plantas relacionadas à biodiversidade do Centro-Oeste brasileiro foram revisados e finalizados. Atualmente, está sendo escrito o Prefácio, a Apresentação e a Introdução, com vistas a publicação e lançamento do Livro "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro - Região Centro-Oeste". A publicação do livro será mais uma importante contribuição para a promoção do uso da biodiversidade brasileira, especificamente da Região Centro-Oeste. A previsão é que a publicação ocorra ainda no 1º semestre de 2015. Paralelamente, discussões estão sendo realizadas com vistas a definir as espécies priorizadas que irão compor os diferentes grupos de plantas do Livro referente à biodiversidade da Região Norte. Alguns portfólios já foram elaborados e os dados estão sendo analisados e revisados de modo que os resultados desse trabalho para a Região Norte possam ser publicados em 2015 ou 2016. A organização dessa publicação está sendo conduzida em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.



Essa iniciativa vem promovendo uma forte ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade nativa da flora brasileira, com grande estímulo à conservação e ao uso sustentável de seus recursos genéticos.

Durante o primeiro semestre de 2014 foram realizadas ações de conscientização relacionados às espécies subutilizadas da flora nativa em diferentes eventos. Durante a 10ª Semana dos Alimentos Orgânicos no DF ocorrida em Junho de 2014, foram realizados espaços de degustação aberto ao público e capacitação sobre a importância e diferentes possibilidades de uso alimentício de diferentes espécies nativas. Nessa ocasião foram trabalhadas as possibilidades de uso das seguintes espécies: pequi (*Caryocar brasiliense*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), mangaba (*Hancornia speciosa*), umbu (*Spondias tuberosa*), babaçu (*Attalea speciosa*), murici (*Byrsonima crassifolia*), taioba (*Xanthosoma sagittifolium*). As atividades foram realizadas no CEASA, na Sede da Associação dos Produtores do Lago Oeste - ASPROESTE e no Parque da Cidade. Na oportunidade, milhares de pessoas tiveram o privilégio de degustar produtos preparados por chefs de cozinha.

Ainda no primeiro semestre de 2014, o MMA, em parceria com a Rede Cerrado, realizou, durante o VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, seis oficinas gastronômicas com vistas a capacitar diferentes atores na confecção e elaboração de pratos a partir de espécies nativas do Cerrado. Duas oficinas foram voltadas especificamente para gestores públicos, uma para nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra para cozinheiras dos restaurantes comunitários do DF. Nessas oficinas foram elaborados pratos com: buriti (*Mauritia flexuosa*), baru (*Dipteryx alata*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), araticum (*Annona crassiflora*), cajá (*Spondias mombin*), coquinho azedo (*Butia capitata*).

No segundo semestre de 2014, eventos visando incentivar a ampliação do uso das espécies nativas do Brasil continuaram sendo realizados. Um evento foi realizado em Porto Alegre, em Novembro, tendo como enfoque as espécies alimentícias nativas dos Biomas Mata Atlântica e Pampa. Nessa ocasião, diversos produtores e extrativistas que trabalham com espécies nativas estiveram presentes apresentando seus produtos. Diversas preparações com diferentes espécies foram ofertadas para degustação, podendo citar entre elas: Ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), Jussara (*Euterpe edulis*), butiá (*Butia Eriostachya*), Araçá (*Psidium cattleianum*), Guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), araucária (*Araucaria angustifolia*), uvaia (*Eugenia uvalha*), caruru (*Amaranthus viridis*), jabuticaba (*Myrciaria cauliflora*), ananás (*Ananas comosus*), pitanga (*Eugenia uniflora*). Outro evento foi realizado em dezembro de 2014, no Shopping Passeio das Águas, em Goiânia, tendo como enfoque as espécies alimentícias nativas do Bioma Cerrado. Em geral, foram utilizadas as mesmas espécies do cerrado que já tinham sido trabalhadas nos eventos do primeiro semestre.

Espécies que até recentemente não faziam parte da mesa do brasileiro ou que, até então, eram utilizadas apenas em âmbito local ou mesmo regional começam a alcançar os mercados das grandes capitais e estão, rapidamente, se tornando novas opções para a mesa do brasileiro.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

24/12/2014

- **Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas**

Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres de plantas cultivadas representam um patrimônio de grande relevância, na medida em que desenvolveram condições para sobreviver a situações extremas, caso de secas, inundações, calor e frio, e ainda adquiriram resistências a pragas e doenças que causam tantos danos às culturas afins.

Apesar da promessa da biotecnologia, os melhoristas continuarão a depender de material genético convencional para o desenvolvimento de novos cultivares altamente especializados. Os parentes silvestres e as raças locais/variedades crioulas das plantas cultivadas fornecem uma importante fonte de variação. A conservação desses materiais é,



entretanto, tarefa complexa e tecnicamente difícil.

Muitas espécies, a partir das quais foram selecionadas plantas cultivadas, continuam ainda sobrevivendo em condições naturais. O mesmo acontece com espécies silvestres afins. Esse “pool” de espécies silvestres constitui os parentes silvestres das plantas cultivadas. Apesar de ainda estarem evoluindo na natureza, os parentes silvestres vivem sob regras muito diferentes em relação às culturas: sobrevivem os mais adaptados. Muitas dessas espécies desenvolveram resistência a pragas e a doenças que causam tantos danos às culturas afins. Estas são algumas das razões porque esses parentes silvestres e as raças locais/variedades crioulas são de tanta importância para as atividades relacionadas à agricultura e ao agronegócio.

Apesar dessa importância, há ainda muita falta de informação sobre os parentes silvestres de plantas cultivadas, e muitos estão com sua sobrevivência ameaçada, principalmente pela destruição dos ambientes naturais. É essencial, portanto, que as instituições com governança nessa área realizem esforços para garantir a conservação dessas espécies, de modo a torná-las disponíveis para uso pelos atuais e futuros programas de pesquisa, que enfrentam constantes desafios para a superação dos problemas impostos pelas diferentes culturas.

Considerando a dimensão continental do Brasil, o mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, apesar de tarefa complexa e bastante onerosa. Para tanto, o MMA vem empreendendo uma série de ações voltadas à proteção dos parentes silvestres e das variedades crioulas de muitas culturas, a exemplo do algodão, amendoim, arroz, abóbora, mandioca, milho e da pupunha.

Parceria com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia está permitindo avanços em relação à avaliação das áreas e espécies mais adequadas, bem como no que se refere ao mapeamento das espécies alvo. As atividades estão sendo planejadas, prioritariamente, no Parque nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque nacional da Serra da Canastra e Parque nacional da Serra do Cipó, onde os trabalhos se concentram nos gêneros *Manihot* e *Arachis*, e envolvem o mapeamento e a modelagem da distribuição das espécies; avaliação do estado de conservação e das ameaças; proposição de ações complementares para conservação e manejo; estabelecimento de projeções de ocorrência com auxílio de Sistemas de Informação Geográfica; realização de visitas ao maior número de UCs de Proteção Integral, para confirmação de ocorrências projetadas e outras não previstas; e realização de seminários, incluindo integrantes das equipes responsáveis por UCs, no âmbito do ICMBio.

No segundo semestre de 2014, um consultor foi contratado e foi realizado um extenso trabalho envolvendo espécies de parentes silvestres do gênero *Manihot*. Inicialmente, foi realizado um levantamento de dados secundários de registros de ocorrência de espécies de *Manihot* em Unidades de Conservação do Cerrado utilizando fontes tais como check-lists, planos de manejos e levantamentos florísticos. Outro Termo de Referência já foi elaborado e novo consultor está sendo contratado visando a realização do mapeamento da ocorrência potencial de espécies nativas dos gêneros *Arachis* e *Manihot* no domínio biogeográfico do Cerrado. Posteriormente, será possível integrar os dados de mapeamento com os dados de levantamentos populacionais e propor ações de conservação específicas para as espécies-alvo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

24/12/2014

• Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional

Análise Situacional da Meta

Durante o exercício de 2012, apoiou-se a articulação e fortalecimento das cadeias de 14 espécies dos seguintes produtos da sociobiodiversidade: babaçu, buriti, carnaúba, pequi, piaçava (BA), Pinhão, piaçaba (AM), castanha do Brasil, andiroba, copaíba, açaí, umbu, licuri, juçara.

Em 2013, permaneceu o apoio à articulação de 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade com exceção do pinhão, por meio de 11 APLs: pequi e outros frutos do cerrado (no APL do Norte de Minas Gerais), umbu e licuri (no APL da região de Paulo Afonso – Bahia), piaçava (no APL do baixo Sul da Bahia), pequi e babaçu (no APL da região da Serra



do Araripe – Ceará), babaçu (no APL da região do médio Mearim – Maranhão), buriti (no APL do Piauí), castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (no APL da região da BR 163 – Pará), açaí e óleo de copaíba (no APL da região do baixo amazonas - Oriximiná - Pará), açaí (no APL da região da Ilha do Marajó – Pará), piaçaba (no APL do Alto e médio Rio Negro – Amazonas) e Canaúba no APL do Rio Grande do Norte.

No primeiro semestre de 2014 os 10 projetos de APL apoiados pelo MMA receberam termo aditivo para finalizarem suas atividades até março de 2015. Em 2014 foi realizado o processo de contratação de consultoria (por meio do edital No - 3/2014/ PNUD BRA 08/012) para sistematização dos resultados dos projetos de APL, que darão subsídios à construção do Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016-2019). O programa está em discussão no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade/CNAPO e sua implementação e monitoramento estarão previstos no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/PLANAPO (2016-2019). Espera-se que a experiência dos projetos de APL possa servir de referência para a ampliação do leque de espécies e territórios a serem priorizados para a implementação de políticas ligadas à agregação de valor e acesso a mercados dos produtos da sociobiodiversidade.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	30/12/2014
Bioma Caatinga	3	unidade	5	30/12/2014
Bioma Cerrado	4	unidade	3	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	2	30/12/2014

• Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado

Análise Situacional da Meta

Os instrumentos para atingimento dessa meta foram a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram investidos em operações de subvenção a produtos extrativos (PGPMBio) - açaí, pequi, fibra de piaçava, castanha do Brasil, amêndoa de babaçu e borracha, Macaúba e Piaçava – 19,03 milhões de reais, viabilizando 56,16 mil acessos de famílias extrativistas. As operações de subvenção induziram o aumento significativo na quantidade produzida desses produtos, colaborando para formalização de negócios, formação de preços e estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Em 2014 foram 7.095 acessos; com o valor R\$ 2.933.000,00 pagos em subvenção; totalizando 1.746T dos produtos: Babaçu, Borracha, Macaúba e Piaçava. Atualmente, na lista de produtos da PGPMBio, constam 16 produtos extrativistas, com previsão de investimentos da ordem de 120 milhões até 2016. As compras e subvenções governamentais desses produtos promovem o rompimento das relações de exploração e de monopólio por parte de compradores a nível local, e tem gerado competição entre compradores, o que provoca melhoria dos preços pagos aos extrativistas, estímulo a formalização da atividade e estruturação de cadeias extrativistas.

O PAA que, entre 2012 e 2013, investiu 40,4 milhões de reais em aquisição de produtos da sociobiodiversidade, recursos acessados por mais de 8,6 mil famílias extrativistas. Em 2013, o programa foi acessado por 2,8 mil famílias extrativistas com investimento de R\$ 14,8 milhões de reais. Soma-se a esses números as operações realizadas em parceria com estados e municípios, que ainda não temos informações consolidadas. Em 2013: foram adquiridos 3.260 toneladas de produtos da sociobiodiversidade, com valor de R\$ 10,2 milhões. Em 2014, as famílias de comunidades tradicionais acessando o PAA somavam cerca de 7.000.

No período os dois programas foram acessados por 64,76 mil famílias com investimentos de R\$ 53,7 milhões de reais.

Quantidade alcançada

64.760

**Data de Referência**

30/12/2014

- **Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação**

Análise Situacional da Meta

As 77 unidades de conservação de uso sustentável já realizaram o levantamento socioeconômico e diagnóstico produtivo das famílias das comunidades extrativistas.

Quantidade alcançada

77

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	30	unidade	52	31/12/2014
Bioma Caatinga	2	unidade	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	4	unidade	4	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	11	31/12/2014
Zona costeira e marinha	4	unidade	10	31/12/2014

- **Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ**

Análise Situacional da Meta

Nos últimos anos ocorreram importantes avanços relacionados à conservação e à promoção do uso dos recursos genéticos, a exemplo dos acordos logrados pelos países: 1) o Plano Global de Ação para a Conservação e a Utilização Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura; e 2) o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura. Apesar desses avanços, deve-se reconhecer que a conservação dos recursos genéticos no Brasil, um dos principais países de megadiversidade, ainda está longe da situação ideal. Faltam, por exemplo, inventários das instituições envolvidas na conservação in situ, on farm e ex situ de recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos); representatividade das coleções (local, regional ou nacional); infraestrutura existente em cada coleção; nível de uso e intercâmbio de recursos genéticos, bem como informações sobre as necessidades e as medidas necessárias para a melhor manutenção de cada coleção, tanto a curto quanto a médio e longo prazos. O MMA desenvolve esforços para que o país consiga avançar com um inventário dessa natureza, com ênfase para as espécies da agrobiodiversidade e que seja abrangente, de modo a permitir comparações entre as coleções e entre as regiões. Para isso o MMA realiza reuniões internas com vistas a definição de estratégias para a realização desses diagnósticos. Entre outras, está sendo avaliado um termo de cooperação entre o MMA e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

- **Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, tem sido implementado com o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural. Até 01/01/2015, o PBV tinha 71.759 famílias beneficiárias, distribuídas em todo o território nacional. A concentração dos beneficiários ocorre na região norte, com 78% dos beneficiários, sendo a maior concentração nos estados do Pará (61%), Amazonas (10%), Acre (3%) e Tocantins (2,6%). A segunda região com o maior número de beneficiários é a nordeste, com 16% dos beneficiários, concentrados especialmente nos estados da Bahia (8,6%) e Maranhão (2,8%). Quanto a origem desses beneficiários, 59% são provenientes de projetos de assentamento do INCRA, seguidos de 32% de unidades de conservação do



ICMBio e 8% de territórios ribeirinhos reconhecidos pela SPU. Até o final de 2014, o programa pretende atender 73 mil famílias. Em 2013, foi criado o banco de dados do PBV e o módulo básico do sistema para manipulação desse banco de dados o SisVerde. O módulo do SisVerde permite ao público geral e aos gestores locais, de maneira diferenciada, uma série de consultas públicas, através do link do Programa Bolsa Verde no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente. O monitoramento da cobertura vegetal é feito anualmente em mais de 946 áreas que correspondem a cerca de 471.423,92 km², aproximadamente 5% do território nacional duas vezes o Estado de Rondônia. Outro componente estratégico do Programa é o monitoramento amostral. Sua metodologia foi desenvolvida entre 2012 e 2013 tendo como proposta a avaliação do impacto da política sobre as famílias beneficiárias, com previsão de um primeiro resultado no final de 2014. Encontra-se em estruturação um Programa de Formação Técnica para as famílias beneficiárias do programa. Quantidade alcançada: 71.759 Famílias em situação de extrema pobreza

Quantidade alcançada

71.759

Data de Referência

01/01/2015

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, o MMA reiniciou a elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, com os objetivos de simplificar os procedimento para obtenção de autorização de acesso, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios, segurança jurídica e redução da burocracia, bem como estimular o uso sustentável dos ativos da biodiversidade e fomentar a ciência, tecnologia e inovação nos setores acadêmico e industrial. Ao mesmo tempo, o MMA fortaleceu institucionalmente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) com a contratação de novos funcionários e modernização da gestão da Secretaria Executiva. Como parte da estratégia de modernização da gestão, em 2012 e 2013 vem sendo desenvolvido um sistema digital de solicitação de acesso, como também um Portal de Acesso ao Patrimônio Genético voltado para orientar os usuários sobre a aplicação da legislação, de forma eficiente e ágil. Já foi finalizada a tramitação de 80% dos processos do passivo (processos que entraram no CGEN até 2011); 80% dos processos que entraram em 2012; e cerca de 40% dos processos de 2013; mais de 300 coleções ex situ foram credenciadas como fiéis depositárias. Isto representa um avanço de mais de 1000% em relação à situação encontrada em 2010. Grande parte deste sucesso se deve também às iniciativas do CGEN de aperfeiçoar o marco legal existente para torná-lo mais aplicável e seguro para os usuários e para o próprio CGEN. A edição das Resoluções 35, 37, 38, 39, 40 e 41, as Orientações Técnicas no. 7, 8 e 9 bem como a revisão do regimento interno e das resoluções de remessa de amostra de componente do patrimônio genético exemplificam essa modernização.

Metas 2012-2015

• 60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético

Análise Situacional da Meta

Foram credenciadas 61 Instituições como Fiel Depositária de 2012 até 31/12/2014 e a meta foi alcançada em 101,7%. O avanço desta depende das solicitações das instituições públicas em credenciar as coleções de recursos genéticos como fiéis depositárias do patrimônio genético. Assim, a meta prevista para o PPA já foi alcançada e será superada considerando-se o interesse das instituições em atender à Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 e às legislações Brasileiras sobre acesso ao patrimônio genético e ao Protocolo de Nagoia.

**Quantidade alcançada**

61

Data de Referência

31/12/2014

• Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos**Análise Situacional da Meta**

Esta ação foi postergada, a fim de priorizar a modernização da gestão do patrimônio genético, no que se refere a sua adequação normativa, prioritariamente através da elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético, no sentido de buscar retorno de benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. É possível que diante ao novo marco legal, não seja mais estratégico o credenciamento de novas instituições e essa meta poderá vir a ser anulada.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas**Análise Situacional da Meta**

O sistema digital estava em desenvolvimento com a firma (BASIS) contratada pelo CGTI –Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do MMA, desde 29/08/2012 (1ª reunião), sendo que a primeira fase (modulo I) entregue, embora efetuada, não atendeu a demanda para o DPG. O módulo II estava quase na metade, contudo, o contrato não foi renovado. Encontra-se em fase inicial de desenvolvimento um Portal de Acesso ao Patrimônio Genético voltado para orientar os usuários sobre a aplicação da legislação, de forma eficiente e ágil. Atualmente o MMA/SBF/DPG e o CNPq vem organizando reuniões para definir as regras, a fim de permitir o compartilhamento do sistema informatizado para solicitação de autorizações utilizado pelo CNPq, com sucesso desde 2009, com as adaptações necessárias para abranger todas as competências do CGEN.

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em dezembro de 2014, foram lançadas as novas listas de espécies ameaçadas de extinção, resultado das avaliações do estado de conservação das espécies, coordenadas pelo ICMBIO, no caso da fauna, e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no caso da flora.

O estado de conservação das espécies da fauna terrestres de vertebrados foi totalmente avaliado. A Portaria MMA nº 444 de 17 de dezembro de 2014 apresenta a lista das espécies da fauna terrestre ameaçadas de extinção, totalizando 698 espécies.

Quanto ao estado de conservação das espécies da fauna aquática de vertebrados também houve a avaliação de todas as espécies além de algumas espécies de invertebrados. A Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014, apresenta uma lista com 475 espécies ameaçadas de extinção.

Para a flora foi avaliado o estado de conservação de todas as espécies presentes em alguma lista de espécie ameaçada, seja nacional ou regional, totalizando a avaliação de 5.195 espécies, sendo que a Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, apresenta uma lista com 2113 espécies ameaçadas de extinção.

Os números atuais não podem e não devem ser comparados com os números anteriores, pois o universo de espécies avaliadas subiu significativamente, e é esperado que ao se avaliar o estado de conservação de um maior número de espécies sejam identificadas um número maior de espécies ameaçadas. O indicador “taxa de conservação de espécie



ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo” caiu em 2014, devido a ampliação do número de espécies ameaçadas. Cabe ressaltar que algumas espécies importantes, como a baleia-jubarte, deixaram de ser consideradas ameaçadas de extinção e que houve um aperfeiçoamento das avaliações, pois o grau do risco de extinção passou a ser detectado de acordo com a metodologia desenvolvida pela IUCN. O esperado é que possam ser monitoradas as mudanças do estado de conservação entre as 3 categorias de ameaçadas, identificando melhor os progressos na gestão das espécies ameaçadas de extinção.

Metas 2012-2015

• 80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação

Análise Situacional da Meta

Esta é uma meta de acompanhamento. Em 2012 foi apurado que 58,8% das espécies da fauna ameaçadas de extinção tinham registro de ocorrência em Unidades de Conservação - UC federais. Para 2013, estava planejado verificar a ocorrência destas espécies em UC estaduais e municipais, por meio do desenvolvimento de um sistema de informação. No entanto, o desenvolvimento do sistema não foi concluído em 2013, o que impossibilitou a verificação destas espécies em UC estaduais. Com bases nas informações de distribuição de espécies coletadas em 2013, estima-se que 482 espécies ameaçadas devam ocorrer nas UC federais (77%). Este dado será validado em 2015.

Quantidade alcançada

58,8

Data de Referência

31/12/2014

• Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora

Análise Situacional da Meta

Nos anos de 2012 e 2013 foram avaliadas as seguintes espécies:

- 1) *Carcharhinus longimanus*
- 2) *Sphyrna lewini*
- 3) *Sphyrna mokarran*
- 4) *Sphyrna zygaena*
- 5) *Lamna nasus*
- 6) *Manta birostris*
- 7) *Manta alfredi*
- 8) *Tillandsia kautskyi*
- 9) *Tillandsia suerei*
- 10) *Tillandsia sprengeliana*
- 11) *Aniba rosaeodora*

Na 16ª Conferência das Partes CITES, que aconteceu no ano de 2013, foram apresentadas propostas resultantes destas avaliações. As sete primeiras espécies foram incluídas no anexo II da CITES por serem bastante exploradas pelo comércio internacional e por se enquadrarem nos critérios de avaliação do anexo II. As espécies 8, 9 e 10 foram retiradas do anexo II em razão da não existência significativa do comércio internacional.

Para a espécie 11 foi realizado um ajuste no escopo das partes da espécie que estão incluídas no anexo II com a finalidade de dar uma maior eficiência no produto comercializado da espécie.

Em meados de 2013 até novembro de 2014, as espécies *Cacajao melanocephalus*, *Pionopsitta pileata*, *Saguinus martininsi*, *Leopardus geoffroyi*, *L. braccatus*, *L. pardalis*, *L. wiedii* e *Puma yagouaroundi* foram avaliadas quanto a sua permanência ou mudança dos anexos da CITES. Os resultados desses estudos deverão ser apresentados na próxima 17ª



Conferência das Partes da CITES, que deverá acontecer em 2016.

Total de espécies avaliadas: 19

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2014

• **Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção**

Análise Situacional da Meta

Não há alteração quantitativa em relação a 2013, no entanto as atividades relacionadas a esta meta estão em avanço. Ainda não há um sistema de informação, que consolide os dados referentes às espécies ameaçadas de extinção que são conservadas em condições ex situ, o que dificulta a avaliação sobre o cumprimento da meta estabelecida.

Com relação às atividades conservação ex situ desenvolvidas no escopo do objetivo 0508, em 2014, foram identificados 26 jardins botânicos com a presença de 102 (21%) espécies da Lista Oficial da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção (IN 06/2008), ou seja, esse número está desatualizado, pois a nova lista oficial é a portaria 443/2014. A atualização deste número dependeria de uma ampla consulta aos JBs nacionais (como feita anteriormente em relação a IN 6/2008), por isto é inviável atualizar os dados neste momento. O estudo apontou a presença de 36 (8%) espécies ameaçadas em 10 reservas de jardins botânicos, ou seja, em áreas de vegetação natural administradas por estas instituições.

Um documento contendo a proposta de uma Estratégia Nacional para Conservação ex situ de Espécies Ameaçadas de Extinção, encontra-se em fase final de revisão devendo ser encaminhado ao MMA no primeiro semestre de 2015. Este documento contém diretrizes e recomendações que orientam a adoção e integração das iniciativas de conservação ex situ da flora brasileira ameaçada de extinção, a fim de contribuir para o atendimento e monitoramento das metas nacionais e globais referentes ao tema.

Em relação a conservação in situ, os estudos realizados pelo CNCFlora em 2014 mostraram que 1230 espécies (70,3%) têm pelo menos um registro de ocorrência dentro de uma unidade de conservação (SNUC) e somente 112 (6,4%) espécies estão completamente protegidas dentro de UCs. Além disso, somente 37,6% (463 espécies) tem mais que a metade de sua distribuição dentro de UCs. Estes dados foram analisados conforme os registros de ocorrência das espécies constantes do Livro Vermelho da Flora Brasil (Martinelli & Moraes, 2013), o qual foi a base da nova portaria contendo a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (Portaria 443/2014).

Diante do exposto, não é possível calcular de forma precisa o valor da meta, pois as variáveis podem ser consideradas de diferentes formas, e não há um sistema de informação que consolide os dados referentes às espécies ameaçadas de extinção que são conservadas em condição ex situ.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

31/12/2014

• **Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas 20 oficinas de avaliação do risco de extinção das espécies, com a participação de mais de 230 especialistas da comunidade científica brasileira e estrangeira, avaliando 4.637 espécies. Com isso, atingiu-se o total de 12.255 espécies avaliadas, em 73 oficinas de trabalho, com participação de mais de 1.200 especialistas da comunidade científica. Nesse universo estão todos os vertebrados brasileiros (8.923). O processo foi concluído em oficina de validação realizada no final de novembro de 2014. Os resultados foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente e subsidiaram a atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicada através das Portarias MMA 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014.

**Quantidade alcançada**

100

Data de Referência

31/12/2014

• Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)**Análise Situacional da Meta**

Até o final de 2014 foram avaliadas 5233 espécies quanto ao risco de extinção (estado de conservação). Considera-se que esta meta já foi atingida.

Quantidade alcançada

5.233

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção**Análise Situacional da Meta**

Atualmente são consideradas ameaçadas de extinção 627 espécies da fauna brasileira. Desde 2006 são elaborados Planos de Ação Nacional – PAN para espécies da fauna ameaçadas de extinção. O ICMBio coordenou a elaboração de 7 novos planos em 2014 (Tatu-Bola, Tubarões, Ambientes Coralíneos, Aves da Mata Atlântica, Herpetofauna da Mata Atlântica do Sudeste, Manguezais, Quelônios), contemplando 109 novas espécies, totalizando 415 espécies ameaçadas com PAN (66%), além de outras aproximadamente 383 espécies não ameaçadas de extinção, que também foram contempladas nos Planos.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção**Análise Situacional da Meta**

Os planos de ação em fase de elaboração em 2014:

1. PAN Grão Mogol - contempla 74 espécies ameaçadas de extinção.
2. PAN Espinhaço Meridional - contempla 257 espécies ameaçadas de extinção.
3. PAN Bacia Alto Tocantins- 78 espécies ameaçadas de extinção.

Estes planos estão em fase avançada de elaboração, sendo o PAN do Espinhaço Meridional já em fase de revisão.

Os planos de ação já elaborados são:

1. Faveiro de Wilson (*Dimorphandra wilsonii*) - espécie criticamente em perigo de extinção e endêmica do Cerrado de Minas Gerais. As ações do plano beneficiam não só a espécie foco, mas também mais 28 espécies ameaçadas e 13 quase ameaçadas de extinção.
2. PAN Cactaceae e Sempre-vivas envolvem 50 espécies ameaçadas e 41 com dados insuficientes. Ao todo estes PANs englobam 488 espécies ameaçadas de extinção.

Quantidade alcançada

488

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da



biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo é desenvolvido por duas instituições vinculadas ao MMA. São desenvolvidas atividades voltadas a aprimorar instrumentos de gestão e melhorar as condições dos ecossistemas. As ações necessárias vêm sendo implementadas com sucesso para o cumprimento deste objetivo.

Estima-se que 125 UCs federais possuem espécies exóticas invasoras documentadas, sendo a maior parte delas no bioma Mata Atlântica (Sampaio e Schmidt, 2013). Em 2014, constatou-se a implementação de medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras em 33 unidades de conservação federais.

Com relação à meta de revisão e publicação de normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre, durante o 2014 foram elaboradas seis normas de gestão ex situ: i) Proposta de lista da Resolução CONAMA 394/2007; ii) Proposta de norma com os procedimentos de transição de criadouros comerciais relacionados à norma anteriormente citada; e iii) Elaboração de proposta de Resolução CONAMA sobre os empreendimentos de fauna; iv) Proposta de Resolução CONAMA relacionada ao transporte e marcação de fauna em cativeiro; v) Proposta de revisão Instrução Normativa 169/2008; e vi) Portaria PAN/PQA. Com a vigência da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, a competência para a aprovação do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos - PMFA passou a ser responsabilidade da autoridade ambiental que concedeu o licenciamento ambiental. Dessa forma, o Ibama perdeu a competência de autorização e de monitoramento dos planos para controle de espécies sinantrópicas nocivas. No entanto, em relação a espécies exóticas invasoras, quando se tratar de um manejo regional ou nacional, permanece a competência do Ibama em regulamentar os procedimentos e executar o controle e o monitoramento das ações. Ressalta-se que tanto as espécies sinantrópicas quanto as exóticas invasoras são consideradas nocivas e promotoras de risco. A edição da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, atribuiu aos estados e ao Distrito Federal, diversas ações administrativas referente à gestão dos recursos faunísticos, dentre as quais, a competência para executar o controle e o monitoramento que não extrapole seus limites territoriais. Nesse sentido, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, vem assumindo seu papel normatizador tendo ocorrido a participação do Ibama na discussão da proposta que resultou na aprovação da Resolução que “Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos e dá outras providências”, além de ter participado da discussão da proposta de Resolução Conama que visava regulamentar o manejo de quirópteros sinantrópicos.

Desde 2012, foram debatidos e propostos, pelo MMA e MPA, os critérios e padrões, normas e procedimentos para o ordenamento das seguintes atividades ligadas ao uso sustentável de recursos pesqueiros sobre-explotados: - A pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul (INI Nº12, de 22 de agosto de 2012); - A pesca do camarão-rosa da Costa Norte do Brasil (INI ainda não publicada); - A pesca, o desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias (INI Nº14, de 26 de novembro de 2012); - A moratória, por um período de três anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, da captura da espécie (*Epinephelus itajara*), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote (INI nº13, de 16 de outubro de 2012); - As áreas proibidas à captura do pargo entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas com mais de 50 (cinquenta) metros de profundidade (INI nº08, de 8 de junho de 2012). Já em 2013, foram publicadas a Instrução Normativa MPA nº 9/2013, que regulamentou o uso sustentável do caranguejo-uçá, a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 2/2013, regulamentando a pesca na Lagoa de Araruama/RJ, bem como a PORTARIA IBAMA nº 200, que constituiu o Comitê Interinstitucional para acompanhar e avaliar as normas de uso do tambaqui em cultivo de tanques-rede na BH do Tocantins. Paralelamente, o IBAMA, na condição de autoridade administrativa brasileira junto à Convenção Internacional sobre o Comércio de fauna e flora ameaçados de extinção - CITES – propôs a inclusão de 3 espécies de tubarão no apêndice II, que inclui espécies não necessariamente em perigo de extinção mas que necessitam de comércio controlado, com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo.



Em 2014, foram produzidas e encaminhadas as propostas de portarias que trata da pesca de emalhe nas regiões norte e nordeste do Brasil, e foi publicada a Instrução Normativa nº 02/2014, regulamentando os procedimentos de fiscalização do comércio de barbatanas de tubarão e raias. Também foram publicadas instruções normativas interministeriais sobre a moratória da pesca da piracatinga, como forma de impedir a continuidade da matança de botos no Amazonas e sobre a regulamentação da paralisação da pesca para a andata do caranguejo. Finalmente, encontra-se em andamento a revisão de duas normas relativas à pesca de águas continentais, para as Bacias Amazônica e do São Francisco, e duas para águas marinhas, relativas à pesca de lagostas e do pargo. Ainda foram publicadas duas Instruções Normativas Interministeriais, a INI MPA/MMA nº 7, que estabelece medidas para mitigação da captura incidental de aves marinhas e a INI MPA/MMA nº 8 que proíbe a pesca, retenção a bordo, transporte e a comercialização do tubarão do lombo-preto (*Carcharhinus falciformis*) em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional.

Metas 2012-2015

• **Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras**

Análise Situacional da Meta

Há pelo menos 38 unidades com ações em curso relativas a controle de espécies exóticas, desde unidades com planos prontos para iniciar a execução a algumas unidades com programas de manejo bem estruturados. Como referência, tem-se estimativa de 125 UCs federais com espécies exóticas invasoras documentadas, sendo a maior parte delas no bioma Mata Atlântica (Sampaio e Schmidt, 2013).

Apa Fernando de Noronha e Parna Marinho de Fernando de Noronha (parte terrestre) – mapeamento da invasão por *Leucena* sp. e teste de métodos de controle. Projeto de controle da população de teiú (*Tupinambis merianae*).

Apa Petrópolis – plano de controle elaborado

Apa Ibirapuitã – início do controle de javalis

Esec Seridó – Teste de método para retirada de tilápia do açude (UFRN)

Esec Tupinambás – monitoramento coral sol

Flona de Bom Futuro – plano de controle elaborado

Flona de Canela - retirada de *Pinus* em curso, com recuperação de mata ombrófila mista

Flona de Capão Bonito – plano de controle elaborado

Flona de Chapecó - retirada de *Pinus* em curso, com recuperação de mata ombrófila mista

Flona de Ibirama - retirada de *Pinus* em curso, com recuperação de mata ombrófila

Flona de Irati – previsão de retirada de *Pinus* com recuperação de mata ombrófila mista

Flona de Jamari – plano de controle elaborado

Flona de Passo Fundo – previsão de retirada de *Pinus* com recuperação de mata ombrófila mista

Flona de Piraí do Sul – retirada de *Pinus* e ações de regeneração

Flona do Açungui – previsão de retirada de *Pinus* com recuperação de mata ombrófila mista

Flona de Carajás – controle de exóticas relacionadas à mineração, pelo empreendedor

Parna Brasília – plano de controle elaborado, medidas de controle de gramíneas, arbustos e árvores em implementação

Parna Chapada Diamantina – mapeamento de *Dicranopteris flexuosa*, samambaia invasora

Parna Chapada dos Veadeiros – teste de métodos de controle de gramíneas exóticas invasoras

Parna da Tijuca – plano de controle elaborado, medidas de controle de arbóreas em implementação, com ênfase nas jaqueiras.

Parna das Araucárias – plano de controle elaborado, estudo de medidas para controle do javali à luz da nova legislação.

Parna de Emas – controle de gramíneas exóticas na rede de aceiros; estudo do efeito de gramíneas exóticas sobre a anurofauna.

Parna Itatiaia e Apa Serra da Mantiqueira – integram estudo de manejo de javalis na região



Parna Lagoa do Peixe – estudos e ações de manejo para retirada do Pinus – tentativas de edital de licitação da madeira.
 Parna Serra da Bodoquena – plano de controle elaborado
 Parna Serra do Cipó – teste de controle de braquiária
 Parna Serra do Itajaí – recuperação de áreas degradadas com Pinus, projeto BNDES.
 Parna Serra dos Órgãos – medidas de controle de Impatiens walleriana e retirada das exóticas da sede do parque.
 Parna Serra Geral/ Aparados da Serra (computados como uma única unidade, dada a forma de gestão) – experimentos de retirada de Pinus e de controle de uva do Japão.
 Rebio Arvoredo – controle/ monitoramento de coral sol
 Rebio Contagem – teste de métodos de controle de gramíneas exóticas invasoras
 Rebio Guaporé – apresentação de projeto para erradicação de búfalos, em parceria com órgãos estaduais
 Rebio Guaribas – plano de controle elaborado, ações de controle do Dendê.
 Rebio Lago Piratuba – TAC com proprietários de búfalos para sua retirada.
 Rebio Saltinho – plano de controle elaborado, parceria com CPB para erradicação de saimiri
 Resex do Rio Cajari – grupo de trabalho sobre búfalos e em curso elaboração de plano de retirada dos animais.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	6	13/02/2015
Bioma Cerrado	8	unidade	6	13/02/2015
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	20	13/02/2015
Bioma Pampa	1	unidade	1	13/02/2015
Zona costeira e marinha	4	unidade	4	13/02/2015

- **Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco**

Análise Situacional da Meta

Com a vigência da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, a competência para a aprovação do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos - PMFA passou a ser responsabilidade da autoridade ambiental que concedeu o licenciamento ambiental. Dessa forma, o Ibama perdeu a competência de autorização e de monitoramento dos planos para controle de espécies sinantrópicas nocivas.

Uma vez que não sendo mais competência do IBAMA a meta em questão, desde final de 2012, o resultado seria zero.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram debatidos e propostos, com o MMA e o MPA, os critérios e padrões, normas e procedimentos para o ordenamento das seguintes atividades ligadas ao uso sustentável de recursos pesqueiros sobre-explotados: - A pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul (INI Nº12, de 22 de agosto de 2012); - A pesca do camarão-rosa da Costa Norte do Brasil (INI ainda não publicada); - A pesca, o desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias (INI Nº14, de 26 de novembro de 2012); - A moratória, por um período de três anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura da espécie



(*Epinephelus itajara*), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote (INI Nº13, de 16 de outubro de 2012); - As áreas proibidas à captura do pargo entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas que 50 (cinquenta) metros de profundidade (INI Nº08, de 8 de junho de 2012); Em 2013, foram publicadas 2 Instruções normativas e 1 Portaria: A Instrução normativa MPA Nº 9/2013, que regulamentou o uso sustentável do caranguejo-uçá, a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 2/2013, regulamentando a pesca na Lagoa de Araruama/RJ, bem como a PORTARIA IBAMA nº 200, que constituiu o Comitê Interinstitucional para acompanhar e avaliar as normas de uso do tambaqui em cultivo de tanques-rede na BH do Tocantins. Também foram analisadas, discutidas e propostas no âmbito do IBAMA, e estão em tramitação entre os órgãos que compõe o Comitê Técnico de Gestão da Pesca outras 03 Instruções Interministeriais e 01 de Portaria, que tratam dos seguintes assuntos: Peixes Ornamentais marinhos, Raias de águas continentais, Manejo de corais exóticos invasores e Trânsito e comércio de barbatanas de tubarões e raias. Paralelamente, o IBAMA, na condição de autoridade administrativa brasileira junto à Convenção Internacional sobre o Comércio de fauna e flora ameaçados de extinção - CITES - propôs, com o apoio do MMA, ICMBio e MRE, a inclusão de 3 espécies de tubarão no apêndice II, que inclui espécies não necessariamente em perigo de extinção mas que necessitam de comércio controlado, com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo. Em 2014, foram produzidas e encaminhadas duas propostas de normatização para submissão ao Ministério do meio Ambiente, as portarias que trata da pesca de emalhe nas regiões norte e nordeste do Brasil, e o IBAMA publicou a Instrução Normativa nº 02/2014, regulamentando os procedimentos de fiscalização do comércio de barbatanas de tubarão e raias. Também foram publicadas instruções normativas interministeriais sobre a moratória da pesca da piracatinga, como forma de impedir a continuidade da matança de botos no Amazonas e sobre a regulamentação da paralisação da pesca para a andada do caranguejo (IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura). Finalmente, está em andamento a revisão de duas normas relativas à pesca de águas continentais, para as Bacias Amazônica e do São Francisco, e duas para águas marinhas, relativas à pesca de Lagostas NE do Pargo. Ainda foram publicadas duas Instruções Normativas Interministeriais, a INI MPA/MMA nº 7 (Estabelecer medidas para mitigação da captura incidental de aves marinhas) e a INI MPA/MMA nº 8 (Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo, transporte e a comercialização do tubarão do lombo-preto (*Cracharhinus falciformis*) em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional).

• **Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foram elaboradas 3 normas de gestão ex situ: i) Proposta de lista da Resolução CONAMA 394/2007; ii) Proposta de norma com os procedimentos de transição de criadouros comerciais relacionados à norma anteriormente citada; e iii) Proposta de Resolução CONAMA sobre os empreendimentos de fauna. No segundo semestre de 2014, foram elaboradas: i) Proposta de Resolução CONAMA relacionada ao transporte e marcação de fauna em cativeiro, ii) Proposta de revisão Instrução Normativa 169/2008 e iii) Portaria PAN/PQA.

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O MMA vêm trabalhando com um conjunto de programas e projetos especiais que aportam recursos para induzir órgãos



vinculados (como IBAMA e ICMBio) e parceiros de outras esferas públicas e privadas para buscar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sempre relacionando estas atividades com as Unidades de Conservação. Dos projetos em execução pode-se relatar notadamente o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia ARPA, atualmente em conclusão de sua Fase II e início da operação de sua Fase III, o qual apoia a consolidação e manutenção de 95 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 52 milhões de hectares. O Projeto Terra do Meio, que trabalhou sob a mesma estrutura do ARPA, vinha sendo executado desde 2012, e encerrou-se em novembro de 2014, com importantes resultados para a gestão de 11 UC da região da Terra do Meio no Pará. O Projeto Corredores Ecológicos, com atuação no Amazonas, Bahia e Espírito Santo, foi concluído em novembro de 2014 com a realização de um Seminário sobre os 12 anos do Projeto, ao longo dos quais contribuiu decisivamente para o fortalecimento da gestão ambiental no entorno das UCs na Amazônia e Mata Atlântica. Adicionalmente trabalha-se com a captação de recursos adicionais para fomentar as atividades de conservação, notadamente tem-se hoje duas propostas do Global Environment Facility – (GEF Terrestre e Marinho) contemplando prioritariamente os biomas Caatinga, Pampa e Pantanal e o Marinho, o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (submetido à Plataforma Life Web da CDB, Convenção da Diversidade Biológica, e já contando com apoio do Governo Alemão) e a nova reformulação do ARPA, que deve captar recursos adicionais e operar em prazo longo (25 anos). Ademais, o Ministério mantém o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, onde são inseridos, certificados e publicados os principais dados sobre as Unidades de Conservação. O CNUC é hoje a principal ferramenta de sistematização e divulgação de informações sobre as Unidades de Conservação. Visando melhorar esse sistema, o Ministério vem trabalhando em uma nova plataforma (Novo CNUC) de forma a apoiar ações de planejamento, gestão e coordenação do SNUC. Com a rescisão do contrato pelo Ministério com a empresa que vinha trabalhando na implementação/construção da nova plataforma, houve necessidade de readequação dos trabalhos. Atualmente o CNUC está sendo desenvolvido pela empresa CAST junto ao Serviço Florestal Brasileiro. Em relação às Unidades de Conservação federais, no ano de 2013, foi criado o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no município Pontal do Paraná - PR, totalizando 313 UCs Federais. Em 2014, foram criadas 7 novas unidades de conservação federais, sendo 4 de uso sustentável (Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba; Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo; Reserva Extrativista Marinha Cuinarana e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, localizada no bioma Cerrado) e 3 de proteção integral (Estação Ecológica Alto Maués, na região Amazônica; Parque Nacional da Serra do Gandarela e Parque Nacional Guaricana, para fortalecer a proteção do bioma Mata Atlântica). Além disso, foram ampliadas a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba e a Reserva Extrativista do Médio Juruá, localizada no Estado do Amazonas. Assim, o total de incremento de área protegida em âmbito federal, no ano, foi de 9.327 km². O Brasil possui 1.930 Unidades de Conservação (UCs), de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (dezembro/2014), sendo 320 Federais. O total de UCs abrange a área de aproximadamente 1.550.854 km² do território brasileiro, ou seja, 17,7% do território continental e 1,5% do território marinho.

Metas 2012-2015

• Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio

Análise Situacional da Meta

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade conta agora com 15 centros de pesquisa, pois recebeu em 2013 quatro centros que estavam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama: os Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – Cepnor, e Estuarinos e Lagunares – Ceperg; e os Centros de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste – Cepene, e do Sudeste e Sul – Cepsul. Tais centros estão em fase de redesenho de escopo, com foco na conservação e manejo da biodiversidade marinha. Houve reforma da sede do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros – Cenap e término da obra da sede do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônia – Cepam. No entanto, a situação ainda é grave em algumas edificações. Há perda de estruturas pelas marés no Centro Nacional de



Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos – CMA e prédio que necessita de ampla reforma no Cepene. Três centros precisam de sede própria: o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Patrimônio Espeleológico – Cecav, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Cerrado e Caatinga – Cecat.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

• **Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha**

Análise Situacional da Meta

As áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e do pantanal foram atualizadas e encontra-se em processo a atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade para a caatinga. O início da atualização das áreas prioritárias da Amazônia, Mata Atlântica, Pampa e da zona costeira e marinha devem ocorrer durante 2015. No primeiro semestre de 2014 os processos para revisão das áreas prioritárias destes biomas foram estruturados, por meio da elaboração dos termos de referência, formação de parcerias e mobilização de recursos financeiros e o processo de atualização das áreas prioritárias para a zona costeira e marinha foi iniciado. Até agora, foram levantados os dados já existentes e está sendo organizada uma oficina para identificação de alvos e metas de conservação. O resultado do processo de revisão das áreas e ações prioritárias deverá ser objeto de discussão no âmbito da CONABIO - Comissão Nacional de Biodiversidade - em 2015. Após sua aprovação, será publicada portaria oficializando as novas áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica brasileira. Encontra-se em negociação com o MCTI a criação de uma ferramenta digital que possibilite aos tomadores de decisão o acesso mais ágil e amigável aos resultados dos processos das áreas e ações prioritárias, que serão abrigados em bancos de dados para uso permanente e que possibilite que as prioridades sejam atualizadas quando necessárias.

• **Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Esta meta trata do monitoramento in situ da biodiversidade com conjunto mínimo de variáveis que permitam comparação entre Unidades de Conservação – UC, aos quais são agregadas outras variáveis. O monitoramento da gestão e o monitoramento remoto são feitos para o conjunto das 320 UC federais. Em relação ao monitoramento in situ tem-se atualmente, além das iniciativas pontuais nas unidades, o monitoramento coordenado em cinco UC marinhas com o protocolo Reef Check (Reserva Extrativista Corumbau, Parque Nacional Fernando de Noronha, Parque Nacional Abrolhos, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e Reserva Biológica Atol das Rocas) e o segundo ano do monitoramento em três UC da Caatinga (Estação Ecológica Raso da Catarina, Parque Nacional Serra da Capivara e Floresta Nacional Contendas do Sincorá).

Está em fase de implantação em campo o monitoramento em seis UC no Cerrado (Parques Nacional das Emas, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Serra do Cipó e Serra da Bodoquena e Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins), UC na Mata Atlântica (Parques Nacionais Serra dos Órgãos, Superagui e Bocaina e Reserva Biológica Una) e UC amazônicas (Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Jaú, Reservas Extrativistas Cazumbá-Iracema, Arapiuns e Unini, Floresta Nacional Jamari e Reserva Biológica Uatumã). Está em desenvolvimento o conjunto de protocolos mais específicos, com ênfase em UC amazônicas, com enfoque fortemente participativo. O conjunto das ações conta com pequena parcela de recursos orçamentários e contribuição de projetos diversos de cooperação, em que se destacam a Agência de Cooperação Técnica Alemã (BMU/GIZ), Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, Fundo Clima, Fundação Moore e Instituto de Pesquisas Ecológicas – Ipê.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	6	31/12/2014
Bioma Caatinga	7	unidade	3	31/12/2014
Bioma Cerrado	7	unidade	6	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	6	unidade	4	31/12/2014
Zona costeira e marinha	8	unidade	5	31/12/2014

- **Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais**

Análise Situacional da Meta

Foram celebrados 7 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso com as associações das seguintes Reservas Extrativistas (todas no Amazonas): Auati Paraná, Baixo Juruá, Médio Juruá, Médio Purus e Rio Jutai; com Floresta Nacional de Tefé (Amazonas); e com a Reserva Extrativista de Corumbau (Bahia).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar**

Análise Situacional da Meta

O DMAR finalizou a elaboração e análise de 7 Fichas Ramsar para Designação de novos Sítios Ramsar no Brasil e, em maio de 2014, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas aprovou as candidaturas, correspondentes às seguintes Unidades de Conservação:

- REBIO Atol das Rocas;
- APA Fernando de Noronha + PARNA Marinho de Fernando de Noronha;
- ESEC Taim;
- PARNA Viruá;
- REBIO Guaporé;
- PARNA Ilha Grande;
- APA Estadual de Guaratuba.

Ainda em 2014, o MMA preparou a candidatura de 6 dos Sítios acima citados: REBIO Atol das Rocas, APA Fernando de Noronha + PN Marinho de Fernando de Noronha, ESEC Taim, PARNA Viruá, REBIO Guaporé e PARNA Ilha Grande.

Próximos passos: O Secretariado da Convenção de Ramsar recebeu as seis candidaturas de UC Federais e as analisará para possível aprovação final. A UC Estadual (APA de Guaratuba) terá sua Ficha Ramsar traduzida ao inglês, e aguardaremos manifestação do Estado do Paraná, quanto ao seu compromisso na conservação das características ecológicas das áreas úmidas da Unidade, para então encaminharmos a candidatura ao Secretariado da Convenção.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

- **Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem implementando o Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil (Reef Check Brasil) nas UC federais e iniciou a elaboração do Plano de Ação Nacional – PAN Corais no início de 2014. Ambas as ações servirão de subsídios para a elaboração do Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral.

Próximos passos: Está prevista a conclusão da elaboração do programa em 2015.

**• Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público****Análise Situacional da Meta**

O ICMBio trabalha em parceria com outras instituições em âmbito nacional e regional no sentido de promover o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo e a inserção das Unidades de Conservação (UC) neste contexto. Dentro das ações do ICMBio para estruturação da visitação estão: diversificação do conjunto de atividades oferecidas aos visitantes, melhoria da infraestrutura e delegação de serviços de apoio à visitação. O planejamento necessário para estruturação para visitação deste conjunto de UC foi realizado e as ações da esfera administrativa foram tomadas e estão em andamento. O ICMBio trabalha continuamente para aprimorar as parcerias e a captação de recursos para atingir esta meta, porém a construção de infraestrutura envolve processos licitatórios complexos, considerável aporte de recursos financeiros e longo tempo de execução. A morosidade na execução de obras em 2014, principalmente devido a alterações em projetos e cronogramas, levou a um resultado inferior ao previsto para o ano – das cinco UC com expectativa de conclusão, duas foram concluídas.

No biênio 2012-2013 foram estruturadas 22 UC e em 2014 foram estruturadas outras duas (02), totalizando vinte e quatro (24) unidades estruturadas nos últimos três anos, entre Parques Nacionais e outras categorias de UC. No período houve aprimoramento na infraestrutura e nos serviços oferecidos pelas Unidades de Conservação consideradas já estruturadas.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

• Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais**Análise Situacional da Meta**

O fomento a projetos de pesquisa para o manejo de unidades de conservação e da biodiversidade se dá de duas formas:

- Por meio de Chamadas Internas de Projetos, lançadas todos os anos: os projetos, propostos por Analistas Ambientais, são submetidos a um processo seletivo no qual são avaliados diversos itens, como o intercâmbio de conhecimento por meio de parcerias, a importância do projeto para o manejo da biodiversidade e a prioridade institucional, por exemplo. Estes projetos têm sido apoiados com recursos do orçamento e do Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental. Desde 2012, foram financiados 133 projetos no âmbito das Chamadas Internas.

- Por meio de termos de cooperação no qual o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio transfere recursos de compensação ambiental a uma instituição federal de fomento à pesquisa, que se responsabiliza por lançar uma chamada de projetos aberta a pesquisadores, em temas e unidades de conservação definidos pelo ICMBio. Até o momento, esta modalidade de fomento ocorreu uma única vez, entre 2012 e 2013, em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esta parceria permitiu a execução de 16 projetos.

Considerando as duas formas de apoio, temos o total de 149 projetos de pesquisa apoiados pelo ICMBio. Os projetos tratam de espécies ameaçadas, uso direto de recursos, manejo de impactos, serviços ambientais, inventários em áreas remotas, dentre outros.

Quantidade alcançada

149

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais**Análise Situacional da Meta**

Em 2013, quatro Unidades de Conservação – UC Federais (Parques Nacionais Serra dos Órgãos, Itatiaia e Viruá e



Floresta Nacional de Açungui) tiveram suas estruturas de pesquisa aprimoradas ou reformadas com recursos orçamentárias ou recursos provenientes da compensação ambiental. Para melhorar a estrutura para pesquisa na Amazônia estão sendo propostas bases compartilhadas de pesquisa e proteção, com recursos do Fundo Amazônia. São quatro melhorias ao todo no biênio, além de uma nova base flutuante no Parque Nacional Jurueña, inaugurada em 2013.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação

Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres das plantas cultivadas e as espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial representam relevante fonte de recursos genéticos, já que constituem importante variabilidade genética para ser acessada com vistas ao desenvolvimento de novas variedades, conferindo resistência a pragas e doenças quanto para condições ambientais adversas. A conservação desse material genético é estratégico, haja vista à crescente demanda por novas espécies alimentícias e às pressões decorrentes das mudanças climáticas sobre a produção e alimentos.

Com a caracterização das populações das espécies de reconhecido valor, essas reservas irão evidenciar o valor desse patrimônio e ampliar sua utilização em prol da sociedade. A combinação de abordagens complementares é vital para a preservação das potencialidades e usos da flora frente à crescente destruição de habitats naturais e consequente erosão genética. Além de ampliar o conhecimento sobre espécies de valor econômico presentes nessas áreas protegidas, o estabelecimento de reservas genéticas em UCs contribuirá para promover uma maior utilização dessas espécies, bem como para valorizar as Unidades de Conservação existentes.

Esse trabalho, realizado em parceria com instituições acadêmico-científicas, caso da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, contribui fortemente para a ampliação do conhecimento sobre os recursos genéticos de uso atual ou potencial e incluem a definição das espécies de interesse presentes nessas UCs, mapeamento da ocorrência e o tamanho das populações. Prioritariamente estão sendo diagnosticados o estado de conservação de importantes grupos de recursos genéticos nativos, a exemplo dos gêneros *Manihot*, *Arachis* e da espécie *Caryocar* brasiliense, selecionados pela importância econômica e elevada ocorrência no domínio biogeográfico do Cerrado.

As atividades envolvem o mapeamento e a modelagem da distribuição das espécies; avaliação do estado de conservação e das ameaças; proposição de ações complementares para conservação e manejo; estabelecimento de projeções de ocorrência com auxílio Sistemas de Informação Geográfica; realização de visitas ao maior número de UCs de Proteção Integral, para confirmação de ocorrências projetadas e outras não previstas; e realização de seminários, incluindo as equipes responsáveis por UCs.

Termos de Referência foram elaborados e consultores estão sendo contratados, com vistas a: levantamentos populacionais em espécies de parentes silvestres do gênero *Manihot* em UCs no Cerrado. Especial atenção será dada às UCs: Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Nacional da Serra da Canastra.

No segundo semestre de 2014, um consultor foi contratado e foi realizado um extenso trabalho envolvendo espécies de parentes silvestres do gênero *Manihot*. Foi realizado um levantamento populacional em campo de 10 espécies priorizadas de *Manihot* (*M. nogueirae*, *M. nana*, *M. gabrielensis*, *M. kalungae*, *M. pusilla*, *M. purpureo-costata*, *M. oligantha*, *M. tomentosa*, *M. stricta*, *M. attenuata*) em quatro Unidades de Conservação do Cerrado, quais sejam: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Nacional da Serra da Canastra. Esse trabalho permitirá desenvolver ações de conservação específicas para parentes silvestres do gênero *Manihot*. Após a caracterização das populações inventariadas nos levantamentos populacionais



realizados nessas quatro Unidades de Conservação, será possível propor a criação de reservas genéticas visando a conservação in situ desse importante recurso genético nativo do Cerrado. Um trabalho dessa natureza poderá favorecer a integração das estratégias de conservação da biodiversidade em UCs com a conservação in situ de recursos genéticos em Reservas Genéticas, que podem ser implantadas dentro das próprias UCs, com custos reduzidos, haja vista se valerem da infraestrutura ali existente.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

24/12/2014

• **Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram implementados instrumentos de gestão de conflitos territoriais com comunidades tradicionais em 4 UC federais (Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Parque Nacional Cabo Orange, Reserva Biológica Serra Negra e Parque Nacional Monte Pascoal; esta última relacionada ao Termo de Conciliação entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Fundação Nacional do Índio e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que foi possível graças a edição do Decreto 7.747/12).

Em 2013, não foi possível a conclusão de processos de celebração de instrumentos de gestão de conflitos territoriais. Destaca-se o curso de gestão de conflitos que capacitou a equipe gerencial, formada por coordenadores regionais e servidores, na temática.

Em 2014, foram atendidas duas UC com termos de compromissos celebrados (Parque Nacional do Jaú e Parque Nacional de Jurueña). Também foram prorrogados os Termos de Compromisso relativos à Reserva Biológica do Rio Trombetas firmados em 2011 junto a três associações de coletores de castanha-do-brasil. Foram finalizados instrumentos de gestão de conflitos territoriais com comunidades tradicionais em 4 outras UC federais, porém estes não foram ainda assinados.

Observa-se a falta de um alinhamento intra e interinstitucional no que diz respeito à avaliação de pertinência quanto ao estabelecimento desses instrumentos para as UC federais. Tais fatores prejudicaram a possibilidade concreta de alcance da meta inicialmente proposta. Neste contexto, procurou-se avançar em um diagnóstico mais detalhado sobre as interfaces territoriais existentes entre as UC federais com existência de populações tradicionais que residam ou dependam do uso de recursos naturais no interior das UC. Tal diagnóstico subsidiará o estabelecimento de um sistema de informações informatizadas sobre essas interfaces territoriais.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

• **Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

Esta meta vêm sendo alcançada com a operação em duas frentes específicas: com a criação de Unidades de Conservação e com o reconhecimento e cadastramento de novas UC pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC. A primeira atividade recebe apoio financeiro do MMA (ARPA, LIFE WEB, GEF TERRESTRE e GEF MARINHO). Adicionalmente, a condução política para a esfera federal é levada pelo MMA - hoje com perspectivas sólidas de avanço em articulação com o órgão executor federal (ICMBio) e lançando mão de parcerias com outras pastas de governo, como o MDA. Atualmente o cadastro encontra-se em revisão - sua nova estrutura deve garantir maior eficiência no processo de reconhecimento e cadastramento de UCs estaduais e municipais. Em 2011 havia 151,4 milhões de hectares de UC reconhecidas, em 2012 foram incorporados mais 1,4 milhões de hectares, em 2013 mais 0,2 milhão e em 2014 mais de 2,1 milhões, atingindo área superior a 155 milhões de hectares. Desta forma, de 2012 ao 2º semestre de 2014, tivemos ampliação do sistema de 3,7 milhões de hectares aproximadamente.

**Quantidade alcançada**

3.700.000

Data de Referência

31/07/2014

• Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**Análise Situacional da Meta**

Ao final de 2010 havia 181 Unidades de Conservação federais com Conselhos Gestores instituídos. A meta de 131 se refere à instituição nas demais UC, de modo a completar 312 UC com conselhos (total de UC federais existentes em 2012). Com a publicação de novos Decretos de criação, atualmente existem 320 UC.

Em 2011 foram instituídos 36 Conselhos Gestores, totalizando 217. Uma vez que a meta foi elaborada a partir do quantitativo observado ao final de 2010, o dado de 2011 deve ser considerado na aferição da meta.

Foram instituídos 28 conselhos em 2012, 8 em 2013 e 11 em 2014, totalizando 47 Conselhos Gestores instituídos no período 2012-2014. Somados aos 36 de 2011, chega-se ao total de 83 Unidades de Conservação com Conselhos Gestores instituídos.

A universalização para as 320 UC hoje existentes implica em ponderações, posto que cerca de 30 UC não dispõem de equipe técnica e outras condições objetivas para gestão, de modo que o universo de Unidades a constituir alvo da meta do PPA seria de 290 UC. Nesse sentido, restariam 29 UC para formação de Conselho, meta que, à luz da realidade fática do SNUC, que envolve conflitos e dificuldades de várias ordens, seria alcançada em 2017, considerando uma média de criação de 10 Conselhos por ano. Com efeito, o ritmo de criação de conselhos nos últimos dois anos revela a média de 8 conselhos criados por ano. Esse quantitativo decorre do fato de restarem Unidades de Conservação com maiores dificuldades para criação de Conselhos.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2014

• Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2012 foram publicados 21 Planos de Manejo, sendo 11 de unidades de domínio privado (11 Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e 10 de domínio público (4 Florestas Nacionais, 4 Reservas Extrativistas, 1 Estação Ecológica e 1 Reserva Biológica);

No ano de 2013 foram publicados 19 Planos de Manejo, sendo 12 de unidades de domínio privado (10 Reservas Particulares do Patrimônio Natural e 2 Áreas de Proteção Ambiental) e 7 de domínio público (3 Florestas Nacionais, 2 Reservas Extrativistas, 1 Estação Ecológica e 1 Parque Nacional);

No ano de 2014 foram publicados 25 Planos de Manejo, sendo 15 de unidades de domínio privado (13 Reservas Particulares do Patrimônio Natural e 2 Áreas de Proteção Ambiental) e 10 de domínio público (4 Florestas Nacionais, 2 Reservas Extrativistas, 1 Estação Ecológica, 1 Área de Relevante Interesse Ecológico e 2 Parques Nacionais, sendo que em 1 Parque Nacional houve revisão do Plano de Manejo).

Considerando o Bioma temos a seguinte evolução:

No ano de 2012: Dos 21 planos de Manejo elaborados temos: 5 Bioma Amazônia, 1 Bioma Caatinga, 2 Bioma Cerrado, 1 Pantanal e 12 Mata Atlântica;

No ano de 2013: Dos 19 planos de Manejo elaborados temos: 3 Bioma Amazônia, 2 Bioma Caatinga, 2 Bioma Cerrado, 2 Marinho Costeiro e 10 Mata Atlântica;

No ano de 2014: Dos 25 planos de Manejo elaborados temos: 5 Bioma Amazônia, 3 Bioma Caatinga, 2 Bioma Cerrado, 2 Marinho Costeiro e 13 Mata Atlântica.

Os resultados acumulados de 2012, 2013 e 2014 (total de 65 Planos publicados) indicam que a meta foi alcançada em 2014. No entanto, quando se trata da meta por Bioma ainda temos uma lacuna a vencer, sendo mais acentuada no



Bioma Amazônia.

Cabe esclarecer que eventuais incoerência em relação a números apresentados em relatórios anteriores quanto ao Bioma explicam-se pela confusão ainda existente em relação às UC que contemplam dois ou mais biomas.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	34	unidade	13	31/12/2014
Bioma Caatinga	2	unidade	6	31/12/2014
Bioma Cerrado	8	unidade	7	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	10	unidade	35	31/12/2014
Zona costeira e marinha	4	unidade	4	31/12/2014

• Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais

Análise Situacional da Meta

Para atender o proposto no Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358/2009), vem-se dando continuidade ao Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional, que inclui expedições para inventariamento de cavidades subterrâneas. Estes dados obtidos diretamente e outros oriundos de outras fontes são sistematizados por meio do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – CANIE, lançado em 2013. Foram inventariadas 389 cavidades em 2012, 287 em 2013 e 151 até outubro de 2014. Desta forma, tem-se o total de 827 cavernas inventariadas no período.

• Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas

Análise Situacional da Meta

O procedimento de transferência destas áreas da União para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio é regido pela Portaria Interministerial nº 436/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente - MMA, que delegou à Secretaria de Patrimônio da União – SPU seu repasse ao MMA mediante Termo de Entrega, o qual, por sua vez, fará concessão do direito real de uso destas ao ICMBio, possibilitando desta feita a outorga coletiva e gratuita da concessão do direito real de uso (CDRU) às associações e cooperativas representativas das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. No caso das Glebas Públicas Federais sob domínio ou gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra sobrepostas às Unidades de Conservação do ICMBio a transferência se dá por Concessão de Uso e é regida pela Portaria Conjunta Nº 4/2010.

O estabelecimento destes dois instrumentos possibilitou que entre 2010 e 2011, o Ministério do Meio Ambiente recebesse da SPU o Termo de Entrega e realizasse a Concessão de Direito Real de Uso ao ICMBio de cerca de 3 milhões de hectares de terras e bens indubitavelmente da União beneficiando a 30 UC. Por sua vez o Incra fez a Concessão de Direito Real de Uso ao ICMBio de 10 UC, compreendendo cerca de 7 milhões de hectares de terras de domínio federal.

Em 2012 foram feitas CDRU de 5 unidades de conservação federais nos biomas Amazônia e 2 na Mata Atlântica. Em 2013 as áreas de outras 5 unidades de conservação federais no bioma Amazônia foram concedidas para o ICMBio.

Uma parceria entre o ICMBio e o Governo do Estado do Amazonas possibilitou a CDRU de 6 Reservas Extrativistas em 2014. Ainda neste ano outras UC em terras federais foram concedidas ao ICMBio.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data



Bioma Amazônia	8	unidade	16	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	2	unidade	2	31/12/2014

• **Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio**

Análise Situacional da Meta

Há três tipos de processos de incorporação de terras privadas nas Unidades de Conservação - UC ao patrimônio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: por doação de terras, por desapropriação amigável ou por desapropriação judicial.

A desoneração de Reserva Legal permitiu que proprietários pudessem regularizar seu passivo de reserva legal através de doação ao poder público de área localizada no interior da UC de domínio público pendente de regularização fundiária. Posteriormente o artigo nº 66 a Lei nº 12.651/2012 passou a denominar este instrumento de compensação de reserva legal. As doações por compensação de reserva legal no Parque Nacional de Ilha Grande/PR e no Parque Nacional da Serra da Canastra/MG já atingiram 11,9 mil hectares de terras, o que representou uma economia de recursos da ordem de R\$ 29,3 milhões. A elas, se somam outros 15,2 mil hectares desapropriados, que marcam o avanço da meta até 2013.

A Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002, definiu normas e critérios de utilização dos recursos da Compensação Ambiental, que é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos na implantação de empreendimentos. Tais recursos devem priorizar a regularização fundiária das Unidades de Conservação.

Para superar a baixa capacidade operacional encontra-se em tramitação um processo licitatório para contratação de serviços especializados para a produção das peças técnicas necessárias à instrução dos processos de desapropriação e doação por compensação de reserva legal de imóveis.

Para viabilizar a execução da meta é necessário que haja uma maior disponibilização de recursos no Orçamento Geral da União tanto para pagamentos dos imóveis quanto para a contratação dos serviços.

Quantidade alcançada

31.090,77

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	115.000	unidade	916,72	31/12/2014
Bioma Caatinga	20.000	unidade	4.869,15	31/12/2014
Bioma Cerrado	35.000	unidade	15.297,7	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	30.000	unidade	10.007,19	31/12/2014

• **Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Houve um avanço considerável nesta ação nos 2 primeiros anos de execução.

Em 2012, foram demarcadas 3 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia, financiadas com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Em 2013 foram demarcadas 12 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia e 1 no Cerrado com recursos oriundos de doação do Governo da Noruega/PNUD; em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário foram demarcadas 4 Unidades de Conservação na Amazônia; com recursos do Governo do Piauí foi atendida 1 Unidade de Conservação no Cerrado; e com recursos de compensação ambiental foi demarcada 1 Unidade de Conservação no Bioma Mata Atlântica.

Os recursos para essa atividade foram basicamente oriundos de doações ou recursos de compensações ambientais vinculados a unidades específicas, por isso não foi possível ampliar o atendimento em 2014, mas para 2015 já há uma



previsão de demarcação de outras 8 unidades com recursos de doação do KfW (banco de desenvolvimento do governo alemão).

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	15	unidade	19	31/12/2014
Bioma Caatinga	5	unidade	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	5	unidade	2	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	1	31/12/2014



PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941	31/12/2014	183.693
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,6	31/12/2009	1,5
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451	31/07/2014	4.848
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921	-	-
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637	31/12/2010	6.469
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457	31/12/2009	248
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713	31/12/2009	188
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363	31/12/2009	331

Observações:

Número anual de focos de calor - <http://www.inpe.br/queimadas/estatisticas.php>

Participação da produção de base florestal na economia nacional - Anuário Estatístico 2012. Participação das Classes e Atividades no Valor Adicionado a Preços Básicos Participação percentual da produção de base florestal na economia nacional = $0,3+0,5+0,7 = 1,5$

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1337260114.pdf

Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal - Em novembro, o Projeto PRODES do INPE estimou 4.848 km² de desmatamento na Amazônia no período de agosto de 2013 a julho de 2014. A taxa estimada em 2014 indica uma redução de 18% em relação ao período anterior PRODES 2013, em que foram medidos 5.891 km². O resultado consolidado deve ser apresentado nos próximos meses e pode variar para mais ou para menos 10% do valor estimado.

Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado - Área desmatada no período 2009-2010. O indicador não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo conta atualmente com metas de fomento a atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável, implementação de acordos de gestão florestal compartilhada entre entes federais e estaduais, autorização de manejo de uso múltiplo de florestas e de implementação do Inventário Florestal Nacional.



O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, enquanto instrumento de fomento florestal, apoia atualmente 150 projetos de promoção de atividades florestais sustentáveis nos biomas Amazônia e Caatinga. O Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama firmou acordos para implantação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR em 27 estados. Iniciou-se nova fase do Projeto SICAR em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e tem realizado a manutenção evolutiva do Sistema de controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais – DOF e desenvolveu os primeiros módulos do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO que, possibilitará a emissão e formação de banco de dados único de empreendimentos e autorizações de acesso e uso dos recursos florestais. Com relação às autorizações para manejo sustentável de uso múltiplo, o Ibama tem realizado vistorias de acompanhamento de exploração florestal e aprovou 26.456,9 ha em Planos Operacionais Anuais – POA. Cabe destacar que tais áreas sofreram redução após a publicação da Lei Complementar nº 140/2011, que cumpriu o mandamento constitucional do artigo 23 e regulamentou a competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para proteção do meio ambiente. No que diz respeito ao Inventário Florestal Nacional – IFN, previsto no artigo 71 da Lei nº 12.651/2012, a meta de implementá-lo em todo país deve ser alcançada até 2017. Atualmente está sendo realizado em 13 estados (sendo concluída a coleta de dados de campo em 6 estados), correspondente a uma área inventariada de 99 milhões de hectares. Para a implementação deste projeto conta-se com recursos externos oriundos do Global Environment Facility (GEF) e Fundo Amazônia.

A meta existente de apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação foi equivocada no desenho, uma vez que os próprios Estados elaboram seus programas florestais. O MMA os apoia por meio da normatização da gestão florestal, acordos de cooperação, capacitação e outras atividades inerentes ao setor florestal. Portanto, não é possível informar quantitativamente quantos Estados tiveram programas florestais elaborados por meio do apoio do MMA exclusivamente. Além disso, as ações desenvolvidas nesta meta estão descritas em outras metas e iniciativas do PPA.

Metas 2012-2015

• Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação

Análise Situacional da Meta

Conforme informado no monitoramento de 2012, há um equívoco no desenho desta meta, uma vez que os próprios Estados elaboram seus programas florestais. O MMA os apoia por meio da normatização da gestão florestal, acordos de cooperação, capacitação e outras atividades inerentes ao setor florestal. Portanto, não é possível informar quantitativamente quantos estados tiveram programas florestais elaborados por meio do apoio do MMA exclusivamente. Além disso, as ações desenvolvidas nesta meta estão descritas em outras metas e iniciativas do PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/12/2014

• Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável

Análise Situacional da Meta

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão “fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor”. Esse Fundo conta com o Plano Anual de Aplicação Regionalizada – PAAR, o qual indica temas, públicos e biomas prioritários, modalidades de seleção, formas de aplicação e respectivas disponibilidades de recursos, além da situação da carteira de projetos. Em 2012, foram definidas duas linhas de ação do FNDF, a saber: fortalecimento do manejo florestal sustentável e fortalecimento da gestão de negócios florestais madeireiros. Dessa forma, foram selecionados 77 projetos nessas duas linhas de ação, cuja execução iniciou-se em 2013. O FNDF ampliou, ainda, sua escala de atuação, por meio de cooperação técnica



com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), que disponibilizou R\$ 7,4 milhões em 2012. Esses recursos foram utilizados na contratação de projetos de apoio ao manejo florestal da Caatinga.

Em 2013 foram selecionados mais 67 projetos, que parte se encontra em fase de contratação, perfazendo um total de 150 projetos contratados. Os temas prioritários para os projetos selecionados em 2013 referiam-se à promoção de atividades florestais sustentáveis nos biomas Amazônia e Caatinga, para as quais se evidenciaram as seguintes estratégias: 1. Capacitação de extensionistas e multiplicadores para o fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável; e 2. Assistência técnica para o fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Em 2014 não foram realizadas novas seleções de projetos via Chamadas Públicas.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

22/12/2014

• **Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas vistorias de acompanhamento de exploração florestal e aprovados 26.456,9 ha em Planos Operacionais Anuais – POA. As áreas referem-se apenas aos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis que estão sob competência do Ibama. Cabe destacar que tais áreas sofreram redução após a publicação da Lei Complementar nº 140/2011, que passou parte da competência de autorizar manejo sustentável de uso múltiplo para os Estados.

Quantidade alcançada

26.456,9

Data de Referência

03/12/2014

• **Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Iniciou-se nova fase do Projeto Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural Nacional - SICAR em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro. Nessa fase, foram realizados o levantamento de requisitos e a validação de módulos do Sistema. Também foram feitas capacitações para sua utilização e atendimento aos questionamentos por parte de usuários e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs.

Além disso, foi realizada manutenção evolutiva do Sistema de controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais – DOF e capacitações para sua utilização.

Foram desenvolvidos e encontra-se em fase de conclusão e testes os primeiros módulos do Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais – SINAFLORE que, quando em funcionamento, possibilitará a emissão e formação de banco de dados único de empreendimentos e autorizações de acesso e uso dos recursos florestais.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

03/12/2014

• **Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Para a realização do Inventário Florestal Nacional - IFN, um conjunto de ações e articulações institucionais são necessárias. Os trabalhos de campo são precedidos de acordos com governos estaduais, acordos com instituições de apoio nas identificações botânicas (em herbários) e análise de solos, além de consultores para controle de qualidade e análise de dados.

Entre os anos de 2012 e 2013 foram assinados oito acordos de cooperação com governos estaduais (CE, RJ, PR, SE, BA, RS, RO e AM) e quatro acordos com universidades (UFC, UFS, UFSM e UFPR) para atuar no apoio ao IFN, e um importante acordo com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, determinando-o como fiel depositário das amostras



botânicas coletadas em todo o país. Está em andamento a negociação para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com mais 14 instituições (Museu Paranaense Emílio Goeldi – MPEG/PR, INPA/AM, CEPLAC/BA, UNEMAT/MT, SEMA/MT, UFRN/RN, SEAMA/SEAG/IDAF/ES, UFG/GO, UFES/ES, UFAC/AC, UFRA/AM, EMBRAPA/DF, UFAM/AM e UNIR/RO).

Em 2014 foram celebrados os contratos com as empresas executoras dos trabalhos de campo em onze estados – Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Já foram realizados até o momento 19 cursos, em 11 Estados, totalizando 281 profissionais capacitados para os trabalhos de coleta de dados e iniciada a coleta de dados em campo nesses Estados. Já foi concluída a coleta de dados nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo. Portanto, pode-se afirmar que o IFN foi concluído nestes estados, que, somando-se à SC e ao DF onde o IFN já havia sido concluído, totalizam seis estados com o IFN concluído e mais sete com o IFN implementado, em andamento até dezembro de 2014. Nos treze estados foram medidos 2.396 pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 99.249.380 ha (11,67% do território nacional).

Os trabalhos empreendidos no âmbito do IFN somente foram possíveis devido aos recursos complementares, provenientes dos governos estaduais (SE, CE, RJ, SC, RS e PR) e de projetos externos. No ano de 2014, além dos recursos provenientes dos governos estaduais, houve grande aporte de recursos executados provenientes do projeto GP/BRA/079/GEF, e nos estados da Amazônia, recursos do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.

Os dados do IFN nos Estados onde já foram concluídas as coletas de dados em campo estão sendo recebidos e validados pelo SFB, por meio de atividades de controle de qualidade. Nos Estados onde as identificações botânicas estão sendo concluídas, os dados estão sendo analisados para disponibilização por meio de relatórios estaduais. Amostras botânicas foram coletadas de 126 mil árvores e enviadas para os herbários que participam do IFN. Dessas, cerca de 34 mil já foram identificadas, o que é necessário para o processamento de dados e produção de resultados. Além disso, cerca de 5.500 pessoas foram entrevistadas sobre o uso dos recursos florestais existentes próximos aos seus domicílios para análises socioambientais relacionadas às florestas e percepções das comunidades rurais.

Ainda em 2014, concluiu-se o módulo de entrada e armazenamento de dados do sistema de informações do IFN e foi elaborado e negociado o projeto “Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado”, financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal – PIF, com um componente voltado à implementação do IFN nos estados do Cerrado, da ordem de 16 milhões de dólares a serem executados por meio do BID. O projeto foi aprovado e será executado a partir de 2015.

O Serviço Florestal Brasileiro, criado em 2007, ainda carece de um quadro técnico amplo, o que torna necessária a contratação de consultores externos para a execução de atividades ligadas à implementação do Inventário Florestal Nacional – IFN. Medidas para sanar tal situação vêm sendo implementadas, concurso para profissionais temporários foi realizado em 2014. Ademais, deve ser advertida a dificuldade de formalizar parcerias para que se realizem as diferentes atividades associadas à sua implementação, especialmente a dificuldade de pessoal e estrutura dos herbários para atender à demanda de identificação botânica de milhares de coletas realizadas no âmbito do IFN.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

**Análise Situacional do Objetivo**

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, desenvolveu o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, que integra as informações dos imóveis rurais de todo o país. Foram cadastrados no SICAR, até o final de 2014, cerca de 500.000 imóveis rurais (de um total de 5,1 milhões), abrangendo 130 milhões de ha (de um total de 330 milhões de ha). Das metas que compõem o presente objetivo, as que se relacionam à implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR e ao SICAR, estão sendo cumpridas com mais celeridade do que as demais. A formalização do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG tem sido desafiadora por implicar diversas articulações políticas. A implementação de Centros de Referência para Recuperação de Áreas Degradadas - CRADs está com nova perspectiva, pautada no estabelecimento de acordos de cooperação técnica, sem previsão de repasse financeiro com instituições potenciais. Por fim, a promoção da recuperação de áreas degradadas está fortemente ligada à implementação do CAR e de outras condições estruturantes ainda em andamento (campanhas de sensibilização, estímulo à cadeia de produção de sementes e mudas nativas, fomento de mercados de produtos e serviços, alinhamento de políticas, mecanismos financeiros inovadores, expansão de serviços de assistência técnica e extensão rural, planejamento e monitoramento espacial e pesquisa e desenvolvimento).

Metas 2012-2015

• Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas**Análise Situacional da Meta**

No âmbito do Webambiente (cooperação entre MMA e Embrapa), a Embrapa, no primeiro semestre de 2014, estava validando as espécies, técnicas e modelos de recuperação e restauração de Reserva Legal - RL e Área de Proteção Permanente - APP para os biomas Mata Atlântica e Cerrado, envolvendo participantes da USP, Esalq e Instituto Florestal, e continuou esse processo, no segundo semestre. Além disso, o MMA, que no primeiro semestre de 2014, havia publicado termo de referência - TDR para contratação de serviços de consultoria visando à elaboração de uma análise econômica dos principais modelos de recuperação de áreas degradadas nos biomas brasileiros teve que iniciar processo de republicação do TDR por ter havido menos de três interessados.

• Implantar o Cadastro Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - CAR**Análise Situacional da Meta**

Foi realizada a formalização e acompanhamento de Acordos de Cooperação Técnica com 14 instituições da cadeia agropecuária e representantes dos produtores rurais para mobilização e divulgação do CAR para os produtores rurais. Para acompanhar a implantação do CAR pelos Estados, o MMA iniciou, em parceria com a cooperação alemã GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) e os Estados, o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento da implementação do CAR que utilizará os dados do SICAR e permitirá identificar os gargalos e subsidiar tomadas de decisões que contribuam para a realização do Cadastro dos imóveis rurais do país dentro do prazo legal, que termina em 05/05/2015. Para alcançar um grande número de inscrição de imóveis, o MMA estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal de Lavras – UFLA para elaborar e implementar Cursos de Capacitação a Distância para capacitar cerca de 30 mil pessoas, que poderão atuar no apoio à inscrição dos agricultores familiares no CAR. Essa capacitação está dividida em 4 turmas: primeira com mil alunos e exclusivamente para técnicos dos OEMAs e de ATER dos Estados e as outras 3 turmas com 10 mil alunos cada. Cerca de 20 mil pessoas foram capacitadas em 2014. Foi atualizada e impressa uma nova versão do material de divulgação. Dois projetos de financiamento internacional foram aprovados e estão sendo finalizados pelo MMA para apoiar a implementação do CAR em regiões prioritárias, somando cerca de 150 milhões de reais. Um projeto, junto ao Programa de Investimento Florestal-FIP, para a implantação do CAR no Bioma Cerrado, foi desenvolvido e aprovado junto aos financiadores. O outro projeto, junto ao KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau Bankengruppe), para implementação do CAR na região de transição dos Biomas Amazônia e Cerrado. Essas ações possibilitaram alcançar a marca de mais de 500.000 cadastros e cerca de 130 milhões de ha até o final de 2014, de um total de 5,1 milhões de imóveis rurais e 330 milhões de ha cadastráveis (dado IBGE 2006).



• **Implantar o Sistema de Cadastramento Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - SICAR**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, desenvolveu o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, que integra as informações dos imóveis rurais de todo o país. Esse sistema é composto por três módulos: módulo de inscrição, módulo de gestão e módulo de análise. O módulo de inscrição foi finalizado e lançado em maio de 2014 com a disponibilização para os Estados. O módulo de gestão está pronto e sendo utilizado internamente pelo MMA. Em breve esse módulo será disponibilizado também aos Estados. O módulo de análise está em fase de homologação e deverá ser lançado e disponibilizado aos Estados no início de 2015. Como o sistema é composto por 3 módulos e 2 estão finalizados e 1 completamente disponibilizado, considera-se que 50% do sistema está implantado. Assim que o módulo de gestão for disponibilizado e o módulo de análise for lançado e disponibilizado aos Estados ter-se-á 100% do sistema implantado, o que deverá ocorrer em 2015.

Também houve treinamento presencial das equipes estaduais que gerenciarão o SiCAR em seus Estados e teve início a fase de integração de bancos de dados estaduais de CAR e o SiCAR., assim como apoio técnico aos Estados no desenvolvimento de customização do SiCAR às suas demandas específicas.

• **Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros**

Análise Situacional da Meta

O edital nº02/2013, do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), destinado a apoiar o cumprimento da Lei nº12.651/2012, por meio da seleção e apoio a projetos visando ao fortalecimento da produção e oferta de sementes e mudas nativas e a recuperação de áreas de preservação permanente, em parceria com os CRADs, referido no relatório de 2013, não obteve propostas válidas. A implementação de 3 novos CRADs via “Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica” (duração prevista de abril de 2013 a abril de 2017), parceria entre o MMA e o Ministério do Meio Ambiente da Alemanha (BMUB), ainda está em fase de planejamento.

No primeiro semestre de 2014, o MMA reprogramou a meta de sete para quatro CRADs implementados (um a ser instalado nos Pampas, além dos 3 implementados antes de 2014), tendo em vista que existia uma possibilidade de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para promoção de um CRAD nos Pampas. Ainda no primeiro semestre de 2014, o MMA revisou o TDR para contratação de pessoa física para elaborar proposta de modelo de formalização institucional, de estrutura organizacional e de gestão financeira para a sustentabilidade e autonomia financeira dos CRADs e para estimar o custo médio de criação e de manutenção de novos CRADs.

No segundo semestre, o MMA publicou esse TDR, analisou os currículos enviados e selecionou candidato (atualmente, em fase de contratação). Ainda no segundo semestre, a tramitação da minuta de Portaria de reconhecimento de CRADs foi suspensa, a princípio, por implicações técnicas e jurídicas. Por fim, a tramitação do acordo de cooperação técnica com a UFSM continuou em andamento na segunda metade de 2014, mas não chegou à fase de assinatura (atualmente, está sendo revisada pelas partes a pedido da CONJUR do MMA). Ou seja, o CRAD dos Pampas ainda não foi implementado, permanecendo apenas 3 CRADs implementados.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	0	31/12/2014
Bioma Caatinga	2	unidade	1	31/12/2014
Bioma Cerrado	3	unidade	2	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	3	unidade	0	31/12/2014
Bioma Pampa	1	unidade	0	31/12/2014
Bioma Pantanal	1	unidade	0	31/12/2014



• **Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o MMA, o Ipea e o Pacto para a Restauração da Mata Atlântica iniciaram uma articulação para executar um projeto estruturante para a elaboração do Plano Nacional de Recuperação de Cobertura Vegetal, visando diagnosticar a infraestrutura e os gargalos (inclusive de ordem legal) da cadeia produtiva de sementes e mudas no território nacional, levantar custos e benefícios da recuperação da cobertura vegetal e, especificamente para a Mata Atlântica, estimar receitas e riscos da restauração florestal e identificar casos de negócios. Foram levantados os viveiros do território nacional (com base no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, na literatura e nas informações fornecidas por Secretarias Estaduais) e elaborados questionários para entrevista de viveiristas, gestores públicos (ligados ao RENASEM e a projetos de recuperação florestal) e executores de projetos de recuperação florestal. No primeiro semestre de 2014, o Ipea iniciou a elaboração da publicação dos resultados do diagnóstico da infraestrutura e dos gargalos (inclusive de ordem legal) da cadeia produtiva de sementes e mudas no território nacional, realizado em parceria com o MMA e o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. Adicionalmente, o MMA continuou a elaboração da proposta de decreto que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG e da proposta do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - PLANAVEG. O MMA também promoveu, em parceria com o secretariado da Convenção da Diversidade Biológica - CDB, o evento “Capacity-Building Workshop for South America on Ecosystem Conservation and Restoration to Support Achievement of the Aichi Biodiversity Targets” (em Linhares-ES, em março), no qual foram apresentadas e discutidas as iniciativas estratégicas da minuta do PLANAVEG. O MMA organizou, ainda, em parceria com o WRI (World Resources Institute), um seminário (em São Paulo- SP, em maio), com o objetivo de discutir a iniciativa estratégica da minuta do PLANAVEG relacionada ao desenvolvimento de um sistema nacional online de planejamento e monitoramento espacial da recuperação da vegetação nativa no Brasil.

O MMA também organizou, em parceria com o WRI (World Resources Institute), mais um seminário (em São Paulo-SP, em setembro) com o objetivo de discutir a iniciativa estratégica da minuta do PLANAVEG relacionada ao estímulo da cadeia de produção de sementes e mudas para recuperação da vegetação nativa no Brasil. Finalmente, o Ipea publicou o capítulo intitulado “Desafios da cadeia de restauração florestal para a implementação da Lei nº

12.651/2012 no Brasil”, no volume 2 do livro “Brasil em Desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas”.

• **Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais**

Análise Situacional da Meta

Segundo estudo de SOARES-FILHO et al. (“Cracking Brazil’s Forest Code”, Science, vol. 344, 2014), estima-se que haja, atualmente, cerca de 21 milhões de hectares de APPs e RLs a serem recuperados (aproximadamente 16 milhões de hectares de RLs e 5 milhões de hectares de APPs). Por força legal (Lei nº 12.651/2012, art. 66, § 2º), a recomposição de RLs deverá ser concluída em até 20 (vinte) anos. Assumindo-se também que as APPs em déficit também devam ser recuperadas em igual período, os principais desafios para o atingimento da marca de 21 milhões de hectares perpassam: realização de campanhas de sensibilização sobre os benefícios da recuperação de APPs e RLs voltadas a produtores rurais e formadores de opinião; realização de oficinas, estudos e programas de capacitação para a produção de sementes e mudas nativas; atualização do marco regulatório (manejo florestal, compras públicas, PSA, mecanismos financeiros inovadores); aprimoramento de linhas de crédito e desoneração fiscal; estudos sobre produtos e serviços gerados pela recuperação da vegetação nativa; desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores, por meio da elaboração de estudos, da capacitação dos agentes financeiros; expansão dos serviços de assistência técnica e extensão rural; implementação de um sistema nacional de planejamento e monitoramento espacial, mediante a realização de oficinas, estudos, programas de capacitação e aquisição de imagens, softwares e equipamentos; fomento à pesquisa e desenvolvimento, por intermédio da promoção de eventos científicos e redes de pesquisa, da ampliação de programas de pesquisa e de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Estas ações serão mais bem fomentadas a



partir da implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG, cuja proposta de decreto foi encaminhada à apreciação da Casa Civil no segundo semestre de 2014.

Essa meta será readequada na elaboração do PPA 2016-2019.

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A integração das políticas para o controle do desmatamento com políticas orientadas para a mudança do modelo produtivo está sendo implementada por meio da execução das ações do Subgrupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. Foi definido como estratégia de monitoramento, o acompanhamento das principais políticas públicas que contribuem para a promoção da viabilidade das cadeias produtivas que constituem alternativas ao desmatamento nos municípios prioritários desse Subgrupo, o que permitirá identificar suas principais dificuldades e necessidades e, a partir daí, potencializá-las. No final de 2014 foi concluído o monitoramento das políticas referente ao primeiro semestre de 2014.

Metas 2012-2015

- **Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental**

Análise Situacional da Meta

Houve alteração no foco da meta, inicialmente definido nas cadeias produtivas indutoras da mudança do modelo produtivo, para uma análise das principais políticas públicas relacionadas (Bolsa Verde, Cadastro Ambiental Rural –

CAR, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, Ações para o Fomento à Pesca e Aquicultura – MPA, Crédito Rural/BACEN, Concessão Florestal e Manejo Florestal Comunitário e Familiar/SFB e Plano da Agricultura de Baixo Carbono – ABC), o que permitirá identificar as principais dificuldades e necessidades de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Assim, será possível estruturar estratégias de intervenção nas políticas de fomento de maneira a potencializá-las, principalmente nas áreas prioritárias para a prevenção e controle do desmatamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento**

Análise Situacional da Meta

O Novo Código Florestal, Lei nº12.651 de 2012, definiu em seu artigo 41 que o poder público federal é autorizado a instituir o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente que prevê, entre outros instrumentos, o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. A regulamentação desse artigo está em



curso e possibilitará o atingimento da meta estabelecida.

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A promoção do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, comunitário e familiar, vem sendo desenvolvido através da implementação de ações constantes em vários programas articulados no âmbito do Governo Federal. Destacam-se as ações constantes nos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia e Cerrado e as ações de ATER e capacitação presentes no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Além disso, retomou-se no primeiro semestre de 2014 o planejamento das ações de fomento do Plano Nacional da Sociobiodiversidade. As ações em todos os programas estão voltadas principalmente para ATER e capacitação com vista ao fortalecimento das capacidades de produção florestal sustentável de empreendimentos na Amazônia, Caatinga e Cerrado. Essas ações vêm sendo executadas principalmente pelo MMA, através do Serviço Florestal Brasileiro - SFB e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

Metas 2012-2015

• Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros

Análise Situacional da Meta

Foi realizado um curso de capacitação para a formação de agentes multiplicadores no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde, o qual atendeu 120 pessoas. Essa capacitação teve o objetivo de construir conhecimentos práticos da agricultura de base ecológica, manejo sustentável dos recursos naturais, gestão e administração de estabelecimentos familiares e organização sócio-política das comunidades, na Amazônia Paraense. Os cursos foram realizados em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB e contou com apoio da Embaixada Britânica. Foram realizados nos meses de novembro e dezembro de 2013, nos municípios paraenses de Belém, Santarém e Bragança. Em 2014, a partir da experiência e metodologia aplicadas, estava prevista a formação de mais 180 agentes multiplicadores, atividade esta que foi prorrogada para ser executada no primeiro semestre de 2015. Além disso, estão em fase de finalização cursos de ensino a distância sobre manejo da caatinga e Amazônia, a serem promovidos pelo SFB em parceria com a Universidade Federal de Lavras. Os materiais didáticos já estão em processo de formatação final e as inscrições deverão ser abertas até o primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

15/12/2014

• Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar

Análise Situacional da Meta

Essa meta está sendo realizada a partir da ação de diversos órgãos para a viabilização de uma assistência técnica de qualidade com vistas ao manejo florestal comunitário e familiar. Os órgãos participantes desta ação são o ICMBIO, SFB, MDS, MDA e INCRA.

Essa meta foi contemplada com a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para extrativistas beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde. A proposta de metodologia e o edital



foram elaborados no ambiente do programa, envolvendo os órgãos que fazem parte do seu grupo gestor (MMA, MDA, SFB, MDS, INCRA, ICMBio). O público a ser atendido são famílias de áreas de Projetos de Assentamento e de Unidades de Conservação de uso Sustentável.

O edital da chamada pública para Assistência Técnica Extrativista foi lançado pelo INCRA e previa atender a 26.597 famílias residentes que desenvolvem atividades de conservação ou exploração sustentável em Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento Agroextrativistas, localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Pará. Em setembro de 2013 foram assinados os primeiros contratos e ordens de serviço para prestação de ATER a 16.743 famílias de Projetos Agroextrativistas (PAE) e Reservas Extrativistas (RESEX) em situação de vulnerabilidade social. O valor dos contratos é de cerca de R\$ 70 milhões. Pelo menos 63% das famílias desse total estão em noventa PAEs criados pelo INCRA em dez municípios do Marajó e em três RESEX do nordeste paraense reconhecidas como beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Está sendo programado o lançamento de novo edital para ampliação da assistência técnica as famílias beneficiárias do programa Bolsa Verde. Os técnicos contratados deverão desenvolver ações de capacitação das famílias beneficiárias, contribuindo para a melhoria do manejo dos recursos florestais já realizado e de outros recursos ambientais utilizados. Para os demais biomas, as ações de promoção de ATER para o Manejo Florestal Comunitário vêm sendo executadas pelo Serviço Florestal Brasileiro em parceria com o Fundo Nacional para Mudança do Clima, beneficiando 2140 produtores no Cerrado e na Caatinga.

Quantidade alcançada

26.697

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	4.000	unidade	24.557	15/12/2014
Bioma Caatinga	1.500	unidade	1.600	15/12/2014
Bioma Cerrado	500	unidade	540	15/12/2014

• Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)

Análise Situacional da Meta

O último levantamento de informações acerca do manejo florestal comunitário e familiar (MFCF) praticado na Amazônia, identificou 1.213 iniciativas de manejo madeireiro e não madeireiro (biênio 2009/2010). O manejo florestal é praticado por comunidades de todos os demais biomas, havendo dezenas de organizações comunitárias comercializando produtos como pequi, baru, açaí, piaçava, farinha de jatobá, entre outros.

Com vistas a apoiar as cadeias produtivas do manejo florestal comunitário, o Decreto 6.874/2009 estabelece o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, assim como a elaboração dos Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Desde o estabelecimento do Programa, foram elaborados apenas Planos Anuais de 2010 e 2011. O comitê gestor do Programa, composto pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário se reuniram até o ano de 2012, somente. Após isso, com o surgimento de outras políticas e programas que passaram a atender algumas das demandas extrativistas, o comitê gestor não mais se reuniu.

Destaca-se que parte das ações inicialmente previstas continuaram sendo atendidas pelo SFB, INCRA, ICMBio e governos estaduais. No segundo semestre de 2014 iniciou-se um movimento da sociedade civil interessada no Manejo Florestal Comunitário para pressionar pela retomada das reuniões dos Grupos de Trabalho e do planejamento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário, entretanto, até o momento as reuniões não foram retomadas e nenhum Plano foi elaborado desde 2012.

Caberá a próxima equipe de governo definir a continuidade ou não desta meta visto que as ações componentes do PFMCF podem estar sendo atendidas a partir de outros Planos e Programas do MMA e MDA, tais como o Plano Nacional e Agroecologia e Produção Orgânica e as Chamadas de ATER Extrativista.

**Quantidade alcançada**

0

Data de Referência

15/12/2014

- **Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Nas Reserva Estrativista (Resex), Florestas Nacionais (Flonas) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federais estão em execução atividades de manejo e produção sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, visando a oferta de produtos extrativistas e geração de renda, a saber: - Castanha do Brasil (Flona Saracá-Taquera, Resex Rio Ituxi, Resex Cazumbá-Iracema, Resex Cajari);- Jaborandi (Flona Carajas);- Copaíba (Flona Macaúba e Flona Crepori); - Açaí (Resex Lago do Cuniã, Resex Rio Ouro Preto, Resex Médio Juruá, Resex Gurupá melgaço, Resex Quilombo do Frexal, Resex Rio Cajari, Flona Amapá e comunidades do entorno da Flona Trairão, Flona Itaituba I e Flona Itaituba II);- Andiroba (Resex Médio Juruá);- Buriti (Resex Chapada Limpa);- Cacau Nativo (Resex Arapixi e Resex Médio Purus);- Seringa (Resex Cazumbá-Iracema, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex do Rio Iriri, Resex do Rio Xingu, Flona Tapajós e Resex Tapajós Arapiuns). - Babaçu (Resex Chapada Limpa, Resex Ciriaco e Resex Extremo Norte do Tocantins). - Mel de abelha nativa (Flona Crepori). Atualmente o manejo sustentável abarca 10 produtos da sociobiodiversidade em 26 Unidades de Conservação federais.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	15/12/2014
Bioma Cerrado	4	unidade	3	15/12/2014

- **Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi programada em parceria entre MMA e MAPA, com o objetivo de elaborar parâmetros técnicos que orientem a certificação do extrativismo sustentável orgânico previsto na Instrução Normativa Conjunta (MMA/MAPA), nº 17 de 29 de maio de 2009, e orientar extrativistas e técnicos extensionistas no manejo das espécies. Inicialmente ficaram 17 espécies sob a responsabilidade do MAPA e 10 sob a responsabilidade do MMA. Posteriormente mais 3 espécies foram adicionadas ao MMA. Das 30 diretrizes programadas, 23 foram elaboradas, sendo 16 coordenadas pelo MAPA e 7 pelo MMA, faltando ao MMA elaborar 6.

O processo de elaboração dos parâmetros técnicos contidos nas diretrizes constitui-se de processo participativo envolvendo a realização de oficinas nas áreas de incidência de cada espécie, nas quais participaram pesquisadores, extrativistas e técnicos de órgãos governamentais que trabalham com as espécies em questão.

As diretrizes elaboradas pelo MAPA abrangeram as seguintes espécies: castanha-do-brasil, babaçu, açaí, licuri, caroá, baru, buriti, pequi, carnaúba, cajazinho do cerrado, erva mate, murumuru, barbatimão, pracaxi, umbu e mangaba.

As elaboradas pelo MMA foram as seguintes: juçara, pinhão, borracha, piaçaba do rio negro, umburana de cambão, angico de caroço e umburana de cheiro.

Das diretrizes programadas para o MMA falta elaborar as seguintes espécies: andiroba, copaíba, jatobá, piaçava da bahia, aroeira e faveira.

As espécies que foram elaboradas as diretrizes estão distribuídas pelos biomas: Amazônia 7, cerrado 6, caatinga 8 e mata atlântica 3.

O trabalho constitui-se na elaboração de documentos técnicos. Falta ainda a publicação destes documentos em formato e linguagem acessíveis aos extrativistas e técnicos extensionistas, ação que está sob a responsabilidade do MMA e



MAPA, e a publicação dos parâmetros técnicos como anexo da Instrução Normativa Conjunta (MMA/MAPA) nº 17 de 2009, que está sob a responsabilidade do MAPA.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	15/12/2014
Bioma Caatinga	7	unidade	8	15/12/2014
Bioma Cerrado	9	unidade	6	15/12/2014
Bioma Mata Atlântica	5	unidade	3	15/12/2014

• **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 5 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário estão autorizados e em execução em Resex e Flonas federais sendo: 1 PMFS na Flona Tapajós com área autorizada e sob Contrato de Concessão Real de Uso – CCDRU de 18.785 ha; 1 PMFS na Resex Verde para Sempre com área 18.772 ha; 1 PMFS na Resex Chico Mendes com área de 4.233 ha; 1 PMFS na Flona Purus com área de 1.000 ha e 1 PMFS na Resex Ituxi com área de 1.403,53 há. Total de área maneja de 44.193 ha. Importante destacar que existem outros seis planos de manejo florestal comunitário em fase de elaboração, contemplando cerca de 60.000 (sessenta mil) hectares adicionais de área, a ser manejada a partir do próximo ano. Outras unidades de conservação na Amazônia têm realizado discussões interinstitucionais e com comunidades extrativistas no sentido de promover a atividade naquelas localidades onde há demanda e potencial para isso. A complexidade social, econômica, institucional e ambiental que envolve o manejo florestal exige um processo cuidadoso e de média e longa duração para que se criem condições para que o manejo seja implementado em bases sustentáveis.

Quantidade alcançada

44.193

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	175.000	ha	44.193	15/12/2014
Bioma Caatinga	5.000	ha	0	15/12/2014

• **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram elaborados planos de manejo para o Programa Nacional de Crédito Fundiário da SRA/MDA referentes a uma área sob manejo de aproximadamente 20.000 ha com PMFS no estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, beneficiando 2342 famílias. Essa meta foi executada através de parcerias entre SFB (Serviço Florestal Brasileiro), FNMC (Fundo Nacional de Mudanças Climáticas), Funbio e CEF (Caixa Econômica Federal).

A maior parte da meta será executada em assentamentos da Amazônia, sob responsabilidade do INCRA/MDA, o qual até o presente momento não autorizou a implementação de nenhum plano de manejo. Com a revogação da resolução do Conama que tratava do licenciamento dos assentamentos e a simplificação dos procedimentos internos para análise dos PMFS, em 2013, espera-se um aumento da implementação dos Planos. Encontram-se hoje em execução, ações prévias de elaboração de inventário florestal e elaboração de Planos de Manejo.

O INCRA vem avançando nas discussões sobre metodologias e busca de financiamentos para apoiar as ações de manejo florestal nos assentamentos diferenciados na Amazônia. Entretanto, por se tratar de uma ação que exige grande



soma de recursos e uma organização social bastante avançada a meta vem avançando lentamente. A expectativa é que nos próximos 4 anos os elementos estruturantes desenvolvidos durante o corrente PPA possam se materializar em Planos de Manejo em execução nos assentamentos. As ações mais avançadas estão sendo desenvolvidas no Amapá e no Pará.

Quantidade alcançada

25.159

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	300.000	ha	0	15/12/2014
Bioma Caatinga	40.000	ha	25.159	15/12/2014

• Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável

Análise Situacional da Meta

Com a Edição da Lei Federal Complementar No 140/2011 (LC140/2011), a competência da União para aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS se restringe às florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de conservação instituídas pela União, exceto em APAs. Os Estados receberam a competência de aprovação dos PMFS em todas as demais áreas, inclusive em áreas privadas. A falta de integração entre os sistemas de informação florestal do país impede uma verificação satisfatória da meta.

Com vistas a viabilizar a geração e integração das informações do manejo florestal, em terras públicas e privadas, o Comitê Técnico de Sistemas de Controle, coordenado pelo IBAMA, realizou reuniões durante o ano de 2013 para avaliar os avanços na integração entre os sistemas de autorização florestal da União e dos estados. A integração destes sistemas irá permitir verificação desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o programa avançou durante o período com a assinatura de mais 4 contratos de concessão florestal nas Flonas de Saracá-Taquera e Crepori, ambas no Pará, totalizando 280.000 hectares. Durante o período também foi lançado o edital de concessão florestal da Flona de Altamira, que se encontra em fase de apresentação de propostas, totalizando 360 mil hectares.

Também houve avanços no processo licitatório das Flonas de Caxiuanã e Itaituba I e II. Na primeira, foi publicada a minuta de edital e realizada a consulta pública. Na segunda, foi publicada a minuta de edital e iniciada a consulta pública. Em 2015, a previsão de assinatura é de 12 contratos, totalizando 830 mil hectares.

Metas 2012-2015

• Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento com a assinatura de 11 contratos relativos a 512.000 hectares (um contrato de 23 mil hectares foi rescindido), um processo licitatório em fase final envolvendo mais 310.000 hectares e o lançamento de 2 editais de



licitação para a concessão florestal, totalizando 475.000 hectares. Com o relançamento de dois editais em 2015 seguindo as novas regras estabelecidas na confecção do último edital, a previsão é de que o programa alcance 1,5 milhão de hectares em contratos no ano de 2015.

Quantidade alcançada

512.000

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O setor de florestas plantadas responde pelo abastecimento de 75% do consumo de produtos florestais, a partir de uma base de plantios de somente 7,6 milhões de hectares, que correspondem a menos de 1% da área do território nacional. O setor está relacionado a importantes cadeias produtivas da economia, como construção civil, siderurgia a carvão vegetal, celulose e papel, movelaria e energia.

A Lei nº 12.651, de 2012, trouxe a adoção de dispositivos favoráveis ao desenvolvimento de florestas plantadas, como a obrigatoriedade da reposição florestal para quem utiliza matéria-prima oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenha autorização de supressão de vegetação nativa. Com vistas a maior segurança jurídica, o Código Florestal estabelece textualmente que o plantio ou o reflorestamento com espécies florestais nativas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas na Lei. Neste sentido, a Lei estabelece que o corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, desde que o plantio ou reflorestamento esteja previamente cadastrado.

Em 2013, o Comitê Técnico de Sistemas de Controle Florestal, coordenado pelo IBAMA, reuniu representantes de diversos setores relacionados à gestão florestal para trabalhar no aprimoramento e integração dos sistemas de controle de origem florestal, simplificando e conferindo maior segurança ao transporte de produtos de florestas plantadas.

As florestas plantadas podem contribuir, indiretamente, com a proteção das florestas naturais na medida em que proveem fonte alternativa de madeira e outros produtos. De acordo com o “Relatório da Indústria Brasileira de Árvores de 2014”, em 2012 e 2013, dos 393.715 hectares incrementados à área de florestas plantadas no Brasil, cerca de 154.497,1 ha foram utilizados para carvão e lenha industrial.

No entanto, a ampliação da área de florestas plantadas tem ocorrido abaixo das expectativas. O baixo crescimento tem ilustrado uma tendência de desaceleração do crescimento da área de plantios. Uma das razões apresentadas para isso foi a ausência de uma política voltada para o setor de árvores plantadas. Em resposta a isso, em dezembro de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.375, que definiu a Política Agrícola para Florestas Plantadas e transferiu ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a coordenação do planejamento, a implementação e a avaliação dessa política de maneira a promover a sua integração às demais políticas e setores da economia.

A expansão das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial também tem sido mais tímida do que o esperado, uma vez que, nos últimos anos, as exportações de ferro-gusa foram afetadas pela crise financeira mundial. Entretanto, espera-se que o gusa brasileiro ganhe competitividade com a valorização do dólar frente ao real.

Por fim, da mesma forma, a ampliação das florestas plantadas com espécies nativas tem sido menor do que a projetada, mas se espera que a implementação gradativa dos novos dispositivos da Lei nº 12.651/2012, reverta essa situação.



Metas 2012-2015

• Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares**Análise Situacional da Meta**

Com vistas a projetar um cenário mais favorável à ampliação de área plantada, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE coordenou em 2011 um esforço interministerial de formulação de diretrizes para uma política de florestas plantadas. Ao longo de 2013, a SAE promoveu reuniões e seminário para o desenvolvimento de instrumentos econômicos que possam promover a ampliação das florestas plantadas. Como materialização desses esforços, o Plano Agrícola 2013/2014 estabelece uma série de incentivos ao setor, como a elevação nos limites de financiamento, por beneficiário, para os programas Moderinfra, Moderagro, Pronamp e Programa ABC, cujo financiamento seja destinado ao plantio comercial de florestas. Além disto, as florestas passaram a fazer parte das culturas prioritárias do seguro rural.

Segundo o “Relatório da Indústria Brasileira de Árvores – Ibá - 2014”, em 2012 a ampliação da área de florestas plantadas (eucalipto, Pinus, acácia, araucária, pópulus, teca, seringueira e paricá) no Brasil foi de 207.189 há e o incremento de área plantada com árvores no Brasil em 2013 foi de 212.897 hectares.

Quantidade alcançada

420.086

Data de Referência

31/12/2013

• Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, segundo o “Anuário Estatístico da Associação Brasileira de Produtores de Florestas PLantas de 2013”, 38,7% da madeira de florestas plantadas produzida no país foram utilizados para a produção de carvão vegetal, lenha e outros produtos florestais. Ou seja, cerca de 69.977 ha foram destinados ao suprimento de carvão vegetal, lenha e outros produtos florestais.

Em 2013, 39,7% da madeira in natura produzida foram consumidos para carvão e lenha industrial (“Relatório Ibá 2014”). Portanto, dos 212.897 hectares incrementados à área de florestas plantadas em 2013, cerca de 84.520,1 ha foram utilizados para carvão e lenha industrial.

Quantidade alcançada

154.497,1

Data de Referência

31/12/2013

• Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas**Análise Situacional da Meta**

Apesar de abrigar milhares de espécies de árvores, o Brasil tem apenas cerca de 3% da área de florestas plantadas com espécies nativas (seringueira, paricá, araucária, dentre outras). Em 2012, a ampliação dessa área foi de 6.792 ha.

É esperado que os novos dispositivos legais que dispensam de autorização o plantio e colheita de espécies nativas tenham efeito positivo sobre a ampliação da área de florestas plantadas com tais espécies.

O MMA estava apoiando o desenvolvimento de estudo através do lançamento de edital para analisar e promover a economia do plantio de florestas plantadas, mas não seguiu adiante com ele por ter havido menos de três interessados. Em 2013, a ampliação da área de florestas plantadas com espécies nativas (seringueira, acácia, teca, paricá, araucária, pópulus, dentre outras), segundo o “Relatório Ibá 2014”, foi de 36.521 ha.

Quantidade alcançada

43.313

Data de Referência

31/12/2013

**• Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais****Análise Situacional da Meta**

Atualmente, há 16 linhas de crédito identificadas para o fomento a empreendimentos florestais. O Guia de Financiamento Florestal 2013 disponibiliza as principais informações sobre estas linhas de crédito: áreas financiadas, beneficiários, limites de valores, taxas de juros, prazos de reembolso e carência, as garantias estipuladas e os agentes financeiros (órgãos ou bancos) que as operam. Dentre as linhas de crédito elencadas, em 2013, agricultores familiares brasileiros fizeram mais de dois milhões de contratos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para financiar sua produção, o que corresponde a mais de R\$ 20 bilhões emprestados, em operações de custeio e investimento. O último Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012) indica que o Pronaf concedeu R\$489.201,46, repassados por meio de 40.551 contratos de extrativismo de espécies nativas e formação de culturas perenes. Atualmente, o Anuário Estatístico do Crédito Rural não apresenta o número de contratos e volume de recursos concedidos por linha do Pronaf. O Departamento de Financiamento e Proteção da Produção – DFPP, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA está em contato com o Banco Central, com vistas a promover esta discriminação nas próximas edições do Anuário Estatístico, o que permitirá aferimento mais adequado desta meta para os próximos exercícios.

Quantidade alcançada

40.551

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Prevfogo/Ibama tem intensificado as ações de prevenção voltadas à capacitação de multiplicadores das melhores práticas de se trabalhar a terra sem o uso do fogo. A intenção desse trabalho é ampliar o número de pessoas divulgando a temática fogo, suas causas, consequências e propostas de se mudar o paradigma atual de produção da terra. Dentre os capacitados encontram-se os brigadistas contratados do Ibama que, além de combater os incêndios têm atuado em diversas ações de prevenção em escolas e comunidades rurais. Tendo em vista o fortalecimento da proteção dos remanescentes dos biomas brasileiros e a necessidade de proteção das áreas federais no âmbito nacional, o programa de brigadas passou por uma reformulação em 2012 e tem-se atuado principalmente em apoio as unidades de conservação, parceria como o ICMBio e terras indígenas, parceria com a Funai.

As atividades e programas de interações para a prevenção extrapolaram os 50% requeridos em 2012, 2013 e 2014. O número superior de atividades interações em relação aos anos anteriores se deve ao aumento das ações realizadas pelas coordenações estaduais do Prevfogo, a realização de ações pelos brigadistas capacitados como multiplicadores em educação ambiental voltados para a temática de incêndios, a intensificação/ implementação das ações voltadas para as alternativas ao uso do fogo e o aumento da execução de projetos de parcerias nacionais e internacionais. A meta de brigadistas já foi alcançada e superada em 2014.

Metas 2012-2015

• Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interações na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010**Análise Situacional da Meta**

O Programa de Ação Interações tem como principal objetivo a ampliação da capacidade de resposta do IBAMA em todo o território nacional, no âmbito das questões relacionadas ao controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais. No ano de 2014, o Ibama realizou 184 ações interações de prevenção aos incêndios florestais,



este valor representa 106,7% do mínimo dos 50% de referência da meta. Entre as ações executadas encontram-se os diversos cursos de formação e capacitação realizados pelo Prevfogo, os cursos e oficinas de educação ambiental na temática de queimadas e incêndios florestais, as oficinas e atividades de criação e fortalecimento de comitês estaduais e municipais de prevenção e combate aos incêndios, as ações previstas com as cooperações internacionais e o projeto Cerrado Jalapão, parceria entre Ibama, MMA e cooperação alemã no Brasil.

Quantidade alcançada

106,7

Data de Referência

31/12/2014

• **Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais**

Análise Situacional da Meta

O Prevfogo/Ibama tem intensificado as ações de prevenção voltadas à capacitação de multiplicadores das melhores práticas de se trabalhar a terra sem o uso do fogo. A intenção desse trabalho é ampliar o número de pessoas divulgando a temática fogo, suas causas, consequências e propostas de se mudar o paradigma atual de produção da terra. Dentre os capacitados encontram-se os brigadistas contratados do Ibama que, além de combater os incêndios, têm atuado em diversas ações de prevenção em escolas e comunidades rurais. Tendo em vista o fortalecimento da proteção dos remanescentes dos biomas brasileiros e a necessidade de proteção das áreas federais no âmbito nacional, o programa de brigadas passou por uma reformulação em 2012 e tem-se atuado principalmente em apoio às unidades de conservação, parceria como o ICMBio e terras indígenas, parceria com a Funai. Por esse motivo e considerando a adequação ao orçamento, houve uma redução do número de brigadistas contratados em 2013 e 2014 em relação à 2012. O Ibama contratou 1.679 brigadista em 2014. O ICMBio contratou de 1589 brigadistas para o ano de 2014. Houve uma redução 154 brigadistas em relação ao ano passado, esse fato se deve ao aumento dos auxílios e do salário mínimo.

Memória: ICMBIO= 1.729(2012) + 1.743 (2013) + 1.589 (2014)

IBAMA= 2.212 (2012) + 1.545 (2013) + 1.679 (2014)

Quantidade alcançada

10,497

Data de Referência

31/12/2014

• **Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 1,03 milhão de hectares de Unidades de Conservação foram atingidos por incêndios florestais.

Em 2013 foram atingidos 610 mil hectares. No ano de 2014, foram atingidos por incêndios florestais 990 mil hectares no interior de unidades de conservação federais.

A ocorrência de incêndios florestais tem relação intrínseca com fenômenos climáticos que afetam os regimes de chuvas, como por exemplo, El Niño e La Niña. O ano de 2013 apresentou precipitação bem distribuída, com chuvas ocorrendo em meses comumente secos na região do Cerrado e maior parte da Amazônia, como junho, julho e agosto. Estas chuvas bem distribuídas aumentaram a umidade relativa do ar e do solo e mantiveram a vegetação verde por mais tempo, diminuindo o risco de grandes incêndios.

Este comportamento climático favorável, aliado a melhor capacidade institucional de enfrentamento dos incêndios, quer pela capacitação dos servidores, quer pela distribuição de equipamentos e organização de apoio entre as unidades próximas (Bases Operativas), tornou positivo o cenário de prevenção e combate a incêndios florestais em 2013.

Em 2014, sob influência do El Niño, isto é, com condições climáticas e distribuição de chuvas mais adversas, a área atingida por incêndios florestais voltou a subir. Contudo, dentro do esperado pelo ICMBio e menor do que em 2012, outro ano de clima seco.



A área atingida por incêndios em 2014 (989.813 ha) aumentou 16% em relação aos dados de 2011.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	87.919	ha	101.430,64	31/12/2014
Bioma Caatinga	11.342	ha	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	733.215	ha	874.644,87	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	135	ha	13.737,67	31/12/2014
Bioma Pantanal	20.000	ha	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A capacidade instalada para prover ações de fiscalização e proteção ambiental nas unidades de conservação federais é limitada devido ao quadro de pessoal. Dessa forma, se faz necessário uma maior articulação institucional para garantir a presença de servidores de outras unidades de conservação. Com a expectativa de concurso público para o próximo ano o déficit de pessoal pode ser parcialmente superado.

As principais ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia são conduzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama no âmbito da Operação Onda Verde e demais operações subsidiárias. Esse esforço de fiscalização culminou na redução da taxa de desmatamento, atingindo a segunda menor marca, de 4.848 km² em 2014. Nas unidades de conservação federais, a maioria dos desmatamentos (mais de 90%) encontram-se concentrados em apenas 5 (cinco) delas, localizadas na região da BR 163, no estado do Pará. Assim, faz-se necessário focar as ações de fiscalização e proteção ambiental nessas unidades, como forma de potencializar os recursos disponíveis. Outro ponto importante refere-se à regularização fundiária dessas unidades.

Por fim, comparativamente, nos últimos 5 (cinco) anos houve uma redução significativa nas taxas de desmatamento e isso, em boa medida, deve-se a atuação da fiscalização ambiental. Assim, o investimento em sistemas informatizados é importante para o fortalecimento da gestão do processo administrativo sancionador, contudo, é necessária a implementação de uma estratégia mais efetiva para proteger as unidades de conservação.

Também se deve considerar que diversos delitos que envolvem o desmatamento na Amazônia estão associados a crimes ambientais e diversos outros crimes correlatados (comércio ilegal de terras, violência, assassinatos, sonegação fiscal, entre outros). Por isso, é necessária a atuação mais intensa da polícia judiciária, para demover grupos organizados que não são atingidos pelas sanções administrativas.

Metas 2012-2015

• Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais

Análise Situacional da Meta

Os Planos de Proteção de cada Unidade de Conservação federal, elaborado pela equipe das Unidades de Conservação, é a base que norteia as ações de proteção, que por sua vez se subdivide em ações de fiscalização e de prevenção e combate a incêndios. É, portanto um instrumento dinâmico, que deve ser revisado/atualizado periodicamente. No período de 2012 a 2014 foram elaborados um total de 63, sendo em 2012 (36); 2013(14) e 2014 (13).

Tais documentos deram base para as operações de fiscalização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que realizou no exercício de 2012 um total de 551 operações nas Unidades de Conservação



Federais (UCs) e sua zona de amortecimento. Em 2013 houve um total de 410 Operações, e no ano de 2014 as ações fiscalizatórias totalizaram 288 apenas no primeiro semestre. Para o segundo semestre houve uma mudança de estratégia, com a descentralização de quase metade dos recursos financeiros anuais de fiscalização do ICMBio para as 11 Coordenações Regionais do ICMBio no Brasil – CR ICMBio, visando aumentar a capilaridade, bem como dar atenção às especificidades de cada UC.

Dos recursos remanescentes destinados às operações de fiscalização prioritárias do Ministério do Meio Ambiente - MMA para o ICMBio, focadas na diminuição do desmatamento da Amazônia, em especial no Mosaico de 16 UCs Federais ao longo da BR-163/PA; Reserva Biológica do Gurupi/MA; Reserva Biológica do Bom Futuro/RO e Floresta Nacional do Abufari/AM, foram realizadas mais 197 operações nas chamadas Bases fixas, onde foram realizadas operações integradas entre ICMBio, IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Batalhão de Polícia Ambiental do Pará e Polícias Militares do Maranhão e Amazonas.

Além destas ações planejadas, ainda foram realizadas mais 3 ações emergenciais na região norte: Estação Ecológica da Terra do Meio/PA; Parque Nacional da Serra do Pardo/PA e Parque Nacional do Juruena/MT, perfazendo portanto um total de 488 Operações em 2014, com quase 100 Mil horas/homem de trabalho em campo e com mais de R\$ 51 mi em multas aplicadas, somente na região norte, sem considerar as fiscalizações/operações realizadas pelas UCs com os recursos descentralizados para as CRs, ainda não contabilizadas e compiladas para o exercício de 2014.

Ressalta-se que, em virtude do Sistema de Ocorrências de Fiscalização e Infrações Ambientais - SOFIA, desenvolvido para o planejamento, monitoramento e controle da execução das ações fiscalizatórias do ICMBio, ainda estar em fase de testes, o ICMBio desenvolveu para ser implementada no ano de 2015, a ferramenta PLANAF. Trata-se de um sistema mais simples de planejamento e monitoramento das ações de fiscalização. Para compilação de resultados, está em fase de conclusão o CSAI - Controle Simplificado de Autos de Infração. Esses sistemas serão utilizados até que o SOFIA esteja efetivamente operante.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Quanto ao tema do fogo na vegetação, os objetivos estão sendo cumpridos conforme previsto. Contatos mais estreitos com o PrevFogo/IBAMA (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), tiveram impacto positivo no uso efetivo dos dados e no sistema CIMAN (sistema de monitoramento e apoio ao Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal em Brasília) gerados pelo INPE.

Metas 2012-2015

- Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional

Análise Situacional da Meta

O monitoramento dos focos de queima da vegetação cobre todos os biomas. A análise do impacto do fogo está iniciada



por meio de estudos e pesquisas, estando prevista para ser desenvolvida operacionalmente em 2015, caso os recursos solicitados pelo MCTI para esta finalidade sejam recebidos.

Foram gerados todos os produtos operacionais previstos para monitoramento do fogo e risco de incêndios, os quais são apresentados e distribuídos em <http://www.inpe.br/queimadas>

Quantidade alcançada

4.196.943

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	4.196.943	km²	4.196.943	31/12/2014
Bioma Caatinga	844.453	km²	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	2.036.448	km²	0	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	1.110.192	km²	0	31/12/2014
Bioma Pampa	176.496	km²	0	31/12/2014
Bioma Pantanal	150.355	km²	0	31/12/2014

• Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)

Análise Situacional da Meta

O Ibama/Prevfogo não possui um banco de dados das autorizações de queima controlada emitidas no país. Este módulo tem como objetivo oferecer aos órgãos estaduais de meio ambiente uma ferramenta para emissão de autorizações de queima controlada pela internet e compilar as informações de autorizações de queima controlada em todo o Brasil. Dessa forma, permitirá uma melhor análise da situação das queimas e consequentemente propiciará a melhoria de estratégias de prevenção aos incêndios florestais no país.

O Centro Especializado Prevfogo, em parceria com o Governo do Reino Unido, através de consultoria, produziu o mapeamento de processos do Sisfogo, o que dará base para o desenvolvimento do sistema. Os módulos iniciais do sistema já estão em desenvolvimento e o módulo de emissão de autorizações de queima controlada está previsto para o início de 2015.

No entanto, como o Ibama está na fase de licitação de uma nova “fábrica de softwares”, o início do desenvolvimento do módulo de queima controlada está dependendo de aprovação no Conselho de Tecnologia da Informação desta instituição e pode sofrer atrasos.

Futuramente, o INPE integrará o Sisfogo do Prevfogo/Ibama por meio do fornecimento da localização dos eventos de queima de vegetação detectados no País pelo seu monitoramento operacional com satélites, permitindo ao Sisfogo confirmar e complementar os dados recebidos de outras fontes de informação.

• Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)

Análise Situacional da Meta

O sistema de cadastro de alvos para fiscalização consiste num mecanismo que é alimentado por denúncias ou detecções provenientes de imagens de satélites ou auditoria em sistemas que identificam e caracterizam infrações ambientais. Os módulos de recepção e disponibilização de alvos detectados por imagens de satélite estão em funcionamento desde 2010. Para concluir o ciclo de informação, resta finalizar o módulo de retorno das informações de campo que está em desenvolvimento e tem previsão para entrar em funcionamento em agosto de 2015.

• Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas

Análise Situacional da Meta

Cada desmatamento ilegal autuado pelo IBAMA é imediatamente embargado para que a vegetação possa regenerar e assim reparar o dano ambiental. Em 2014, o monitoramento para identificar se os embargos estavam sendo respeitados ou não foi concluído nos estados do Acre e Mato Grosso, o que representa 20% dos embargos a serem monitorados. Até o final de 2015 se pretende atingir a meta de 50% dos embargos por desmatamento monitorados em todo Brasil.



PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	127	31/12/2014	66
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	104	31/12/2014	100
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	83	31/12/2014	30
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	11,03	31/07/2013	5,06
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	4,49	31/07/2013	5,15

Observações:

Licenças de Instalação emitidas - Referência: Email enviado pelo IBAMA no dia 09/06/14 e SISLIC

Licenças de Operação emitidas - Referência: SISLIC

Licenças Prévias emitidas - Referência: SISLIC

Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos - Fonte IBGE MUNIC 2013

Total de Municípios = 5.570

Nº de municípios iniciaram o processo de Agenda = 1.197 (21,5%)

Nº de municípios possuem Fóruns de Agenda 21 = 769

Nº de municípios possuem Fóruns de Agenda 21 Ativos = 282

Percentual de municípios com Fórum de Agenda 21 ativos (reuniões nos últimos 12 meses) = $282/5.570 = 5,06\%$

Dos municípios que iniciaram o processo de Agenda 21, 769 possuem Fóruns

de Agenda 21. No entanto, 487 destes não se reuniram nos últimos 12 meses. (Fonte: Munic 2013)

Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados - IBGE MUNIC 2013 - Nº total de municípios do país = 5.570

IBGE MUNIC 2013 - Nº de municípios com PLDS (Implementação das ações da Agenda 21 em políticas públicas) = 287

IBGE MUNIC - IBGE MUNIC - Nº de municípios com PLDS / Nº total de municípios do país X 100 = 5,15%

Cabe esclarecer que a pesquisa informou que 185 municípios estão em processo de elaboração dos seus Planos, mas que em 287 o plano já se encontra em execução.

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A estratégia de longo prazo para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental e para o gerenciamento de substâncias perigosas envolve a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Química, que trace objetivos, diretrizes, instrumentos e demais componentes. Para tanto, tem-se buscado conhecer as experiências internacionais de sucesso por meio de cooperações bilaterais e do apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em um nível tático e operacional, busca-se o cumprimento das Convenções e Tratados Internacionais que versam sobre esta temática, o que vem sendo executado por meio de Projetos Internacionais e Termos de Cooperação com Universidades e Instituições de Pesquisa.

Nesse sentido, com relação à elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre



Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), foram produzidos no período, com participação de diversos atores, os seguintes estudos e inventários, que levantaram a situação nacional referente a esses poluentes: 1) Inventário de estoques e resíduos de agrotóxicos POPs; 2) Inventários de Áreas Contaminadas por POPs; 3) Inventário de Bifenilas Policloradas - PCBs (exceto setor elétrico); 4) Inventário de Novos POPs de uso Industrial; 5) Inventário de fontes e estimativa de emissões de dioxinas e furano; e 6) Análise da legislação referente aos POPs. O desenvolvimento destes estudos representa o cumprimento de compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção de Estocolmo.

A partir destes Inventários e Estudos, foram produzidos, ao longo de 2014, cinco Planos de Ação específicos de cada temática dos Inventários. Concluídos os Planos de Ação, está em processo de finalização a redação do documento do Plano Nacional de Implementação, que compreende todos esses inventários e planos de ação - para ser submetido a consultas finais, validação, divulgação e transmissão ao Secretariado da Convenção, no primeiro semestre de 2015. Ainda no que atine ao atendimento dos compromissos internacionais, foi aprovado um projeto junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), no valor de US\$ 821.918,00 com a finalidade de inventariar as emissões e liberações de mercúrio em processos produtivos industriais, de comércio e serviços, para o cumprimento da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, celebrada em outubro de 2013. O projeto será implementado por intermédio do Escritório do PNUMA no Brasil. No momento, está sendo elaborado o Programa Executivo entre o Governo brasileiro e o PNUMA, dentre outros arranjos formais, para dar início à execução do projeto.

Em relação ao estabelecimento de suporte laboratorial para ações de monitoramento de substâncias químicas, foi firmada cooperação com a Universidade Federal de Santa Maria para monitoramento da contaminação ambiental e de leite materno por poluentes orgânicos persistentes (está em sua fase conclusiva, sem prorrogação, com entrega de relatório prorrogada para o início de 2015). Além disso, foi celebrado Termo de Cooperação com a Fiocruz para análise da contaminação de leite materno por poluentes orgânicos persistentes, finalizado durante o segundo semestre de 2014, com a entrega dos relatórios de análise.

Ainda como parte da cooperação com outras instituições, vem sendo retomados os entendimentos junto à área técnica do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia/MDIC, para a celebração de um Termo de Cooperação Técnica, no âmbito do Programa de Análise de Produtos daquele Instituto, para a identificação do teor de chumbo em tintas.

Encontra-se em negociação parceria com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB - para: (i) fortalecimento da capacidade analítica de POPs; (ii) monitoramento da contaminação ambiental e (iii) capacitação de órgãos estaduais de meio ambiente.

No âmbito do Projeto “Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia”, coordenado pelo MPOG, foram aprovadas e executadas duas ações: em 2013, a Ação “Controle e Regulação de Substâncias Químicas de uso industrial”, com o objetivo de trocar conhecimento e experiências sobre regulação de químicos, arranjos institucionais e comércio internacional de substâncias perigosas; e, em 2014, foi executada a Ação “Controle e Regulação de Agrotóxicos e Biocidas”, com o objetivo de conhecer a experiência europeia nos processo de registro e avaliação destes produtos químicos. Em ambas as ações, foram contratados consultores para elaborar estudos, realizadas missões técnicas a instituições europeias afetas ao controle destas substâncias e realizados seminários de fechamento das ações, que reuniram atores para apresentação dos resultados das visitas técnicas e dos estudos dos consultores.

A primeira Ação retro mencionada propiciou o debate em torno da necessidade de o Brasil elaborar sua lei de controle de substâncias químicas de uso industrial, além do inventário nacional de substâncias químicas. Como resultado desta iniciativa, foi formado um grupo de trabalho no âmbito da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), com a finalidade de propor a estruturação do referido projeto de lei em questão, estabelecendo competências, arranjos institucionais e mecanismos para a avaliação e gestão de risco destas substâncias. O GT, constituído em dezembro de 2013, teve 06 encontros ao longo de 2014, e terá continuidade em 2015. Servem de insumo para os debates os estudos sobre algumas experiências internacionais de gestão de químicos (da União Europeia, Canadá e China), elaborados por consultora no âmbito da mencionada Ação dos Diálogos Setoriais.

Outra relevante ação iniciada em 2014, no sentido de se estruturar amplamente o arcabouço legislativo do país em torno



da gestão de substâncias químicas, foi a inserção, no Planejamento Estratégico do MMA, da discussão e elaboração da Política Nacional de Segurança Química. As discussões para elaboração da lei da Política foram iniciadas no segundo semestre de 2014, pela CONASQ, e deverão tomar conta da agenda da comissão por todo o ano de 2015.

Outro foco de atuação tem sido a capacitação de servidores, tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais, para a prevenção da contaminação e o gerenciamento de substâncias perigosas.

Foi realizada a capacitação de técnicos brasileiros no que tange à aplicação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), tendo em vista que a tendência é que, num futuro próximo, todos os grandes produtores e exportadores de substâncias químicas, como é o caso do Brasil, adotarão as estratégias do GHS para classificar e rotular substâncias químicas. Foram capacitados cerca de 15 técnicos do MMA, IBAMA, ANVISA e INMETRO.

No que diz respeito à capacitação de servidores e técnicos de órgãos estaduais, foram capacitados técnicos de 9 (nove) órgãos estaduais de meio ambiente (INEMA/BA, SEMACE/CE, IBRAM/DF, SEAMA/ES, IMASUL/MS, SEMA/MT, SEMA/PA, SEMA/PR, FEPAM/RS), junto ao Programa Internacional para Capacitação Intensiva para a Gestão Ambiental de Substâncias Químicas e Resíduos, em especial Poluentes Orgânicos Persistentes e Mercúrio – CESTESB/SP.

Seis Analistas Ambientais da equipe do DQAM/MMA foram capacitados no curso de Estratégias em Gestão de Substâncias Químicas do International Training Programme oferecido pela Agência de Cooperação Internacional da Suécia (SIDA), em conjunto com a Agência Sueca de Químicos (KEMi).

Ainda como atividade no âmbito da Cooperação com a Agência Sueca de Químicos (KEMi), foi realizado o Seminário sobre o Mercúrio.

No que tange ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, os dados parciais obtidos a partir da base de dados do Cadastro Técnico Federal (CTF) mostram que dos 1.827.933 representantes legais (entre pessoas físicas e jurídicas) cadastradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), 11,60% são mulheres. Os dados do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) mostram que 29,29% dos 55.368 representantes são mulheres.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

A meta de ampliação das ações de controle e fiscalização tem como referência o valor de 65 ações de fiscalização, que corresponde ao total registrado em 2010. A ampliação percentual (anual) de 5% estabeleceu um quantitativo gradual de fiscalizações com os seguintes totais:

68 (2012), 71 (2013), 75 (2014), 79 (2015). Cumulativamente, essas ações totalizariam 293 (conforme indicado na quantificação / regionalização da meta).

O IBAMA possui duas estratégias de atuação, sendo uma as operações de fiscalização e a outra as ações de fiscalização. As operações compreendem um conjunto de ações, sendo um método mais complexo, com atividades de planejamento, inteligência e envolvimento conjunto de outras instituições, em diversos Estados da Federação. As operações são em menor número, porém com um alcance maior.

Aparentes discrepâncias entre a meta estabelecida e os números informados nos exercícios de 2012 e 2013 encontram justificativa no fato de que a meta foi estabelecida tendo-se em mente a quantidade de AÇÕES de fiscalização executadas, enquanto os números informados nesses exercícios se basearam no número de OPERAÇÕES de fiscalização. No primeiro semestre de 2014, foi proposta a alteração da metodologia de aferição da meta e ajuste do seu



quantitativo de 293 para 100, porém não cabe sua adoção e devem ser mantidas as metas e metodologias originalmente propostas.

Desta forma, relatamos que durante o exercício de 2012, foram realizadas 17 operações e executadas 171 ações de fiscalização relacionadas ao tema da qualidade ambiental e lavrados 7.257 Autos de Infração.

Em 2013, foram executadas 12 operações, 86 ações de fiscalização e lavrados 6.064 Autos de Infração, perfazendo 257 ações em 2012 e 2013.

Em 2014, há registros no Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI de já ter sido confirmadas a execução de 76 ações de fiscalização e lavrados 2.975 Autos de Infração relacionados ao tema.

Isto posto, desde 2012 até a presente data, foram executadas, conforme os registros existentes, 333 ações de fiscalização relacionadas ao tema e lavrados 16.296 Autos de Infração, conforme o quadro abaixo:

Exercício	Previsão	Execução	% Execução	Autos de Infração
2012	68	171	251,5%	7.257
2013	72	86	119,4%	6.064
2014	75	76	101,3%	2.975
2012/2014	215*	333*	154,9%*	16.296

Quantidade alcançada

154,9

Data de Referência

02/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	293	unidade	333	02/12/2014

• Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente

Análise Situacional da Meta

Essa meta compreende a elaboração de dois documentos técnicos relevantes para a área da qualidade ambiental.

Para executar a atualização e revisão do documento Perfil Nacional sobre a Gestão das Substâncias Químicas, um termo de referência para contratação de consultoria foi elaborado, em 2012, para ser contemplado no âmbito da Revisão Substantiva do Projeto GEF/NIP – Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação no Brasil, como primeira etapa da Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

Com o objetivo de envolver os membros da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ) no processo de atualização do Perfil, foi realizado, em março de 2014, o Seminário sobre o LIRA Guidance do PNUMA, que orienta os países sobre como desenvolver suas infraestruturas legais e institucionais para a gestão de substâncias químicas, a partir do levantamento de informações sobre a situação nacional e análise das necessidades. O objetivo do Seminário foi apresentar aos membros da CONASQ as ferramentas do Guia, úteis ao processo nacional de análise das lacunas e necessidades, que deverão estar consubstanciadas no documento do Perfil Nacional atualizado.

Algumas restrições orçamentárias no Projeto NIP, combinada com os prazos já exíguos para a finalização, impossibilitaram a contratação da consultoria em 2014.

A equipe do MMA iniciou em 2013 a elaboração dos Inventários Nacionais de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs.

Os Inventários foram concluídos em 2014, e sistematizaram relevantes informações sobre o cenário nacional dos POPs,



além de identificarem algumas lacunas de gestão e necessidades de ação, à luz do cumprimento das obrigações da Convenção de Estocolmo. Parte das informações levantadas deverão compor o documento atualizado do Perfil Nacional. Esse levantamento de informações envolveu diversas instituições nacionais, com destaque para aquelas integrantes da CONASQ.

Com referência ao RQMA (Relatório de Qualidade do Meio Ambiente) a estratégia de construção do Relatório contou com o envolvimento e contribuição de diferentes instituições. A versão final composta por 7 (sete) capítulos – Atmosfera; Água; Terra; Biodiversidade; Florestas; Ambiente Costeiro e Marinho; Ambiente Urbano – foi apresentada/validada pelo MMA e disponibilizada no site do IBAMA em 28 de maio de 2014: www.ibama.gov.br/rqma.

- **Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes**

- Análise Situacional da Meta**

Essa meta representa um dos compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), ou seja, a disponibilizar informações sobre a avaliação da situação do País com relação aos POPs. Nesse sentido, foi definida a necessidade adotar os seguintes passos: (1) realizar e/ou estabelecer inventários sobre produção, uso, comércio, estoques e resíduos de substâncias químicas previstas na Convenção; e (2) desenvolver estratégias e planos de ação para a redução, eliminação e/ou gestão de tais substâncias. Durante os anos de 2012 e 2013, o inventário de estoques e resíduos de agrotóxicos POPs foi elaborado - além de mais outros 05 inventários/estudos relacionados à Convenção de Estocolmo - com a consolidação dos dados por Unidades da Federação e por substâncias. O Inventário foi avaliado por um grupo de trabalho interinstitucional, em evento ocorrido em março de 2014. Incorporadas as sugestões de aperfeiçoamento oriundas dos parceiros, o Inventário foi validado pelo grupo nacional coordenador do Projeto NIP/POPs em abril de 2014. Este material serviu de base para a preparação e elaboração do respectivo Plano de Ação para eliminação de estoques e resíduos de agrotóxicos POPs, que foi preparado, discutido e aprovado com as demais instituições e atores relacionados, ao longo de 2014, com início de execução em 2015. Este Plano de Ação compõe o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo.

- **Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos**

- Análise Situacional da Meta**

Entre as substâncias abrangidas pela Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), as “Dioxinas e Furanos” constituem um grupo, cujo inventário de fontes e estimativas de emissão foi elaborado em 2011/2012.

Em 2013, foi desenvolvido documento contendo subsídios para a “formulação de estratégias e Plano de Ação para a redução progressiva das liberações não intencionais de POPs (dioxinas e furanos) de fontes antropogênicas”. Esse documento foi discutido com os segmentos envolvidos, em reunião de grupo de trabalho interinstitucional ocorrida em março de 2014.

Reuniões individualizadas com segmentos prioritários identificados no Inventário para o Plano de Ação foram realizadas ao longo de 2014, para serem definidas atividades, metas e prazos de redução de emissão de dioxinas e furanos. O Plano de Ação foi discutido e aprovado com as instituições e os atores relacionados ao longo de 2014, com início de execução em 2015. Este Plano de Ação compõe o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo.

- **Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos**

- Análise Situacional da Meta**

O processo de avaliação de risco contemplando a identificação do problema, análise de risco e caracterização do risco



pode ser ordenado em fases sequenciais:

A Fase I é planejada para permitir a identificação rápida daqueles agrotóxicos que não apresentam risco significativo para o ambiente. Nesse nível os cálculos das concentrações ambientais, invariavelmente, superestimam a exposição, resultando em uma avaliação conservadora. Consiste no emprego de coeficientes de risco que relacionam a exposição ao agrotóxico e a sua toxicidade.

No Ibama esta etapa já está sendo realizada com a utilização de modelos matemáticos utilizados pela United States Environmental Protection Agency – EPA/USA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos) tanto para águas superficiais como para solos.

Havendo risco na fase I é necessária uma avaliação mais refinada com estimativas mais prováveis das concentrações ambientais (Fase II), critérios menos conservadores e mais realistas podem ser usados (Fase III), culminando, se necessário, com uma etapa de monitoramento (Fase IV).

A perspectiva é atingir a Fase II e, para isso, serão necessárias uma série de ações que passam pela implementação de uma base de dados climatológicos e de solos não disponíveis ao Ibama, além do desenvolvimento ou adaptação de modelos capazes de avaliar potenciais efeitos adversos sobre as espécies não alvo a proteger.

Durante o ano de 2014 foi instituído um grupo de trabalho com a incumbência de identificar as espécies a proteger e propor um cronograma para o desenvolvimento dos estudos e dados necessários para a implementação da Fase II. A meta é dar início à fase II ainda em 2015, mesmo que de forma inicial, com vistas ao seu aprimoramento futuro.

O valor de 40% da meta foi estimado de forma conservadora e advém do fato de que já estamos procedendo a avaliação em Fase I para os novos ingredientes ativos e foram iniciados os trabalhos para implementação da Fase II e III, tendo sido realizado no início de novembro de 2014 o curso " Uso de modelos preditivos de exposição na avaliação do risco ambiental de agrotóxicos" para 35 servidores, com duração de 20 horas.

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo encontra-se com desenvolvimento dentro do cronograma previsto, tendo todas as iniciativas apresentado resultados até 2014. A previsão é de que as metas sejam cumpridas até dezembro de 2015.

O Ministério do Meio Ambiente tem atuado na formação e estruturação das Comissões Estaduais do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), principalmente com ações de mapeamento de áreas de riscos, proteção de áreas sensíveis aos acidentes com produtos perigosos e estruturação e capacitação das equipes estaduais que atuam nas emergências. Os Planos de Ação de Emergência Estaduais deverão ser elaborados até 2015, sendo que os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais já foram apoiados na elaboração dos seus Planos.

O apoio aos Estados de Minas Gerais e Paraná é mais amplo e prevê o fortalecimento das Comissões Estaduais do P2R2, com objetivo de prevenir os impactos ambientais; e avaliar e monitorar os danos decorrentes das emergências com produtos perigosos preservando vidas, a saúde humana e o meio ambiente. Em Minas Gerais serão implementadas bases avançadas em 4 regiões do Estado com estrutura mínima para melhorar a resposta aos acidentes ambientais; serão identificadas, caracterizadas e mapeadas as áreas de risco e potencial perigo de ocorrência de acidentes ambientais; e propostas medidas necessárias a serem implantadas para prevenir e mitigar a ocorrência de acidentes ambientais e os impactos decorrentes, além de capacitados agentes das instituições em nível operacional e segurança de barragens.

Conseguiu-se avançar na elaboração dos Planos de Área, tendo sido concluído o "Plano de Área do Porto Organizado de São Sebastião" (litoral norte de São Paulo) e aprovado pelos órgãos competentes. A coordenação da elaboração dos Planos de Área nos estados, por parte do Ibama continua em andamento. O Plano do Espírito Santo e o Plano do Ceará (Pecém e Mucuripe) já estão em fase de conclusão, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015. O Plano de



área de São Paulo (Santos) e o Plano de Área da Bahia (Aratu) encontram-se em andamento devendo ser finalizados em 2015.

Quanto ao Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo, no primeiro semestre de 2014 foi instituído Grupo de Trabalho formado pela Diretoria de Proteção Ambiental, pela Diretoria de Licenciamento Ambiental e pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama para elaboração do plano, com previsão de conclusão em dezembro de 2015.

O Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias foi elaborado e seu projeto-piloto, que está sendo desenvolvido na tipologia transporte ferroviário, encontra-se em andamento.

O Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas (Cartas SAO) das Bacias de Campos e de Pelotas continua em execução e deverá ser concluído em 2015. Em continuidade de execução também os projetos de mapeamento das Bacias Sedimentares Marítimas da Foz do Amazonas e Bacia do Pará – Maranhão/ Barreirinhas, sob a cooperação entre o MMA e o CNPq. Todos esses projetos de mapeamento serão entregues até dezembro de 2015 e permitirão a conclusão do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, que abrange os nove agrupamentos de bacias sedimentares marítimas da costa brasileira.

Metas 2012-2015

- **Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras**

Análise Situacional da Meta

O “Plano de Área do Porto Organizado de São Sebastião” (litoral norte de São Paulo) foi elaborado e aprovado pelos órgãos competentes.

A coordenação, por parte do Ibama, da elaboração dos Planos de Área nos estados continua em andamento. O Plano do Espírito Santo está em fase de conclusão, tendo sido entregue a primeira versão, porém esta ainda não foi aprovada pelo Ibama.

Os Planos de Área do Ceará (Pecém e Mucuripe), Plano de Área de São Paulo (Santos) e Plano de Área da Bahia (Aratu) encontram-se em andamento, sendo que o do Ceará já está em fase de conclusão, com previsão de entrega da primeira versão em fevereiro de 2015.

O Plano de Área do Paraná foi descontinuado em 2013 e deverá ser retomado, conforme o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - Portaria Ibama n. 34/2013. A Superintendência do Ibama no Paraná ainda não convocou as reuniões de reinício.

Ressalta-se que, embora a coordenação da elaboração do plano seja feita pelo Ibama, está fora da governança deste Instituto a data em que os planos poderão ser considerados tecnicamente aprovados.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais**

**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, foi iniciada a elaboração dos Roteiros para os Planos de Ação de Emergência de diferentes tipologias (rodovias, ferrovias, aquavias, dutovias, indústrias e armazenamento). O escopo do Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos está sendo discutido com os setores envolvidos na sua elaboração e deverá ser concluído até o final de 2015.

Quanto ao apoio à elaboração dos Planos de Ação Estaduais, o Estado de São Paulo elaborou e assinou em 2013 o Plano Estadual de Atendimento a Emergências Químicas, que tem a finalidade de estabelecer uma padronização na gestão das emergências ambientais com produtos químicos naquele estado.

Em 2013 também houve o apoio técnico e financeiro ao Estado do Paraná para a elaboração do Protocolo de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos do Estado, bem como protocolos regionais. O apoio ao Estado é mais amplo e prevê o fortalecimento da Comissão Estadual do P2R2 do Paraná, por meio de ações integradas na Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências com Produtos Químicos Perigosos, com objetivo de prevenir os impactos, sobretudo nos recursos hídricos; preparar a resposta a emergências com produtos perigosos, com vistas a mitigar os impactos ambientais e à saúde humana; e avaliar e monitorar os danos oriundos dos desastres que envolvem produtos perigosos preservando vidas, a saúde humana e o meio ambiente.

Com o Protocolo Unificado de Atendimento a Emergências Ambientais envolvendo Produtos Perigosos elaborado pelo Estado de Minas Gerais em 2014, somam-se 3 Planos Estaduais elaborados. Ainda em 2014 foi celebrado convênio com o Estado de Minas Gerais denominado “Fortalecimento da Comissão Estadual P2R2 Minas – Ação Integrada na Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências com Produtos Perigosos” com objetivo de fortalecimento da Comissão Estadual do P2R2-Minas no processo de ação integrada na prevenção, preparação e resposta às emergências com produtos perigosos, tendo como objetivos específicos: (i) Implementar bases avançadas nas regiões Central, Sul, Leste e Triângulo Mineiro com estrutura mínima para melhorar a resposta aos acidentes ambientais; (ii) Identificar, caracterizar e mapear as áreas de risco e potencial perigo de ocorrência de acidentes ambientais; (iii) Propor as medidas necessárias a serem implantadas para prevenir e mitigar a ocorrência de acidentes ambientais e os impactos decorrentes à população e ao meio ambiente; e (iv) Capacitar os agentes das instituições que compõem a Comissão Estadual P2R2 em primeira resposta, em nível operacional e segurança de barragens (preferencialmente, aqueles que atuam na região das unidades a serem descentralizadas), integrando-as ao Protocolo Unificado de Atendimento a Emergências envolvendo Produtos Perigosos no Estado de Minas Gerais, elaborado pela Comissão Estadual. O mapeamento abrangerá todo o Estado de Minas Gerais, devendo ser mapeadas as fontes fixas e as rotas de transporte que apresentem potencial de provocarem emergências ambientais com produtos perigosos, nos modais de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial; o transporte por meio de dutos; as atividades industriais; a segurança de barragens; a mortandade de peixes; a gestão de áreas contaminadas; e os resíduos abandonados.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo
Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foi instituído Grupo de Trabalho formado pela Diretoria de Proteção Ambiental, pela Diretoria de Licenciamento Ambiental e pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (todas do Ibama) para elaboração do Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo, com previsão de conclusão em dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

0

**Data de Referência**

03/12/2014

• Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias**Análise Situacional da Meta**

O Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais foi elaborado e seu projeto-piloto já está em andamento. A implantação do programa em 2014 foi definida e aprovada pelo Ibama e faz parte das ações do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental – PNAPA.

O Programa tem por objetivo a definição de critérios para priorização de vistorias em um determinado empreendimento, com base em conceitos de gestão de riscos.

Os acidentes ambientais são registrados e compilados pelo Ibama desde 2006, por meio da Coordenação Geral de Emergências Ambientais – CGEMA. Anualmente são gerados relatórios com os dados consolidados de todos os acidentes que são conhecidos pelo Ibama a cada ano. Dentre as tipologias licenciadas pelo órgão, as rodovias, plataformas, ferrovias e portos destacam-se, nessa ordem, como maiores geradores de acidentes, considerando os registros de 2006 a 2013. Assim, o escopo de um programa de gestão de riscos será voltado inicialmente para esses quatro tipos de empreendimentos.

A gestão de riscos vem sendo incorporada nas políticas públicas de diversos países. O processo de gestão de riscos envolve etapas de identificação dos riscos, análise, avaliação, monitoramento, comunicação, tratamento dos riscos e a prevenção de acidentes.

Uma das atribuições do Ibama é realizar vistorias em empreendimentos ou atividades com potencial para causar acidentes ambientais. Um dos grandes gargalos na gestão de empreendimentos licenciados pelo Ibama está na imensa quantidade de instalações que precisam ser acompanhadas e vistoriadas, comparada ao efetivo técnico e orçamento disponíveis para tal atividade. Além disso, os critérios para avaliação de um mesmo empreendimento podem variar de uma equipe para outra, pela falta de treinamento e procedimentos padronizados de vistoria.

Dessa maneira, justifica-se a implantação de um Programa de Gestão de Riscos, que tem como objetivo principal, a definição de critérios para priorização de vistorias em um determinado tipo de empreendimento, com base em conceitos de gestão de risco.

Espera-se aperfeiçoar o serviço prestado à sociedade no acompanhamento de risco de empreendimentos licenciados pelo Ibama, além de conferir transparência ao processo, tanto para os empreendedores, quanto para o público em geral. Outro resultado esperado é a diminuição dos acidentes ambientais ocorridos nas tipologias trabalhadas no programa.

São previstas as seguintes fases para implantação do Programa de Gestão de Riscos:

1a fase: Gerenciamento do Projeto

2a fase: Diagnóstico da tipologia licenciada pelo Ibama quanto aos acidentes

3a fase: Planos de Ação de Emergência

4a fase: Implantação da Metodologia de Riscos Ambientais

O projeto-piloto está sendo desenvolvido na tipologia transporte ferroviário, escolhido tendo em vista o licenciamento federal, o crescente número de acidentes e a existência de dados que possibilitem análise comparativa entre os empreendimentos.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas**Análise Situacional da Meta**

A execução do Mapeamento da Bacia Sedimentar Marítima de Campos e de Pelotas continua em execução no primeiro semestre de 2014 e deverá ser finalizados em 2015.



Em continuidade de execução também os projetos de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas (Cartas SAO) para as Bacias Sedimentares Marítimas da Foz do Amazonas e Bacia do Pará – Maranhão / Barreirinhas.

O Projeto de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, além de prever o mapeamento das Bacias de Campos e Pelotas (objetos desta Meta), é mais amplo, constando também o mapeamento das bacias da Foz do Amazonas e do Pará-Maranhão/Barreirinhas para a conclusão do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, abrangendo nove agrupamentos de bacias sedimentares marítimas da costa brasileira.

Bacia de Pelotas

Ao longo do primeiro semestre de 2014 foram realizados avanços na elaboração do banco de dados e do Sistema de Informação Geográfica (processamento de imagens, harmonização da base temática etc.), além de realização de campanhas de campo ao longo da bacia. A maior parte das campanhas foi realizada, uma vez que as equipes se subdividiram em diversas frentes, visando o completo mapeamento de toda a região da Bacia de Pelotas. Diversos equipamentos e materiais foram adquiridos conforme as necessidades reveladas pelos grupos. O banco de dados e o sistema de informações geográficas foram consolidados no final de 2014.

Bacia de Campos

Ao longo de ano de 2014 foram realizadas atividades referentes à consolidação da base geográfica e do banco de dados e realizadas campanhas de campo ao longo da área da bacia, como a seleção, pré-processamento e interpretação de imagens de satélite e fotos aéreas, definição da linha de costa, elaboração de cartas base para apoio a trabalhos de campo, com definição preliminar de segmentos de costa e geração de 36 cartas-base para o uso no campo. Foram consolidados o banco de dados e o sistema de informações geográficas.

Bacia da Foz do Amazonas

Foram coletados e processados quase todos os dados de campo, restando ainda a coleta de informações referentes ao meio físico, em especial dados de correntes e ondas, haja vista a dificuldade logística e de navegação na região norte do país. Foram consolidadas as informações coletadas sobre os recursos socioeconômicos. As informações referentes aos recursos biológicos estão em fase de revisão pelos coordenadores temáticos e pelo comitê técnico do projeto. Foram consolidados o banco de dados e o sistema de informações geográficas, que estão sendo alimentados com as informações coletadas.

Bacia do Pará-Maranhão/Barreirinhas

A maioria das campanhas de campo e o levantamento de informações foram concluídas em 2014, bem como a identificação das áreas críticas na região do Pará-noroeste do Maranhão e Piauí. Os dados de campo estão sendo processados e refinados. O banco de dados e o sistema de informações geográficas estão consolidados e alimentados com as informações coletadas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

**Análise Situacional do Objetivo**

O Licenciamento Ambiental é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente estabelecida em 1981, fundamental para o controle e acompanhamento de atividades e empreendimentos potencialmente poluidores ou causadores de degradação ambiental. No intuito de promover agilidade às avaliações ambientais sem abrir mão da qualidade técnica, o licenciamento ambiental passa por um processo de modernização e aperfeiçoamento, centrado em normatização, ampliação do quadro técnico, capacitação e informatização. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, atua em nível federal para fortalecer este mecanismo, com melhoria dos projetos a ele submetidos ao assegurar a viabilidade ambiental das melhores alternativas tecnológicas e locais, com consequente diminuição dos custos sociais e ambientais das atividades licenciadas.

Para atender às expectativas sobre este serviço público, a partir de 2011 foram editadas 12 Portarias e 4 Instruções Normativas para conferir maior clareza dos prazos e procedimentos aplicados às diferentes tipologias de empreendimento, tais como, rodovias, linhas de transmissão, petróleo e gás e portos. As novas normas contemplam de forma clara as diferenças existentes entre empreendimentos de baixo e alto impacto ambiental, consideram a sensibilidade ambiental dos locais previstos para sua implantação e atendem características especiais de cada tipologia. Foram editadas Portarias do Ministério do Meio Ambiente e com os Ministérios de Minas e Energia, Transportes, Justiça e Secretaria Especial de Portos. Do conjunto de Portarias normativas destaca-se a organização da participação dos órgãos federais envolvidos no processo de licenciamento – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares (FCP), Ministério da Saúde (MS) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com delimitação do conteúdo de análise, previsibilidade dos termos de referência e prazos para manifestação.

Quanto à capacitação dos analistas ambientais, o IBAMA alcançou 100% de formação de seus servidores no tema avaliação de impactos ambientais entre os anos de 2012 e 2014, contribuindo para a qualidade das análises e aperfeiçoamento de seu corpo técnico.

Como resultado desses esforços, em 2014 o órgão recebeu o prêmio internacional de Destaque Regional pelos avanços obtidos na avaliação de impacto ambiental, no âmbito do licenciamento. O prêmio foi entregue pela Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA) em seu 34º congresso anual, em Viña del Mar, no Chile.

O atual Sistema de Licenciamento Ambiental Federal – SISLIC – foi desenvolvido em 2002 para promover transparência do processo de licenciamento ambiental no IBAMA, pois disponibiliza para consulta online as licenças e autorizações emitidas pelo órgão, os dados e informações dos projetos e os estudos ambientais. O novo Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA está em implantação e substituirá o SISLIC para modernizar os procedimentos técnico e administrativo, propiciar melhor acompanhamento das análises e estudos, e disponibilizar dados ambientais para a sociedade. Em sua primeira fase, encontra-se operacional a geração de dados ambientais e informações geolocalizadas de empreendimentos em início do licenciamento ambiental.

Metas 2012-2015

• Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal**Análise Situacional da Meta**

Deve ser efetivado aumento do número de analistas ambientais capacitados e dotados com equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades, além do aumento da estrutura de gestão da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC do IBAMA. Em dezembro de 2011, o número de analistas ambientais da DILIC era de 380 em todo o território nacional. Para atingir em 2015 a meta de aumento em 50% é necessária a contratação de pelo menos 190 analistas ambientais. Em 2012 esse número se manteve até que em 2013 foi realizado concurso com 61 vagas específicas para o licenciamento, os quais foram empossados ao longo de 2014, tendo atingido então 32% da meta. Os novos analistas já passaram por capacitação em licenciamento ambiental e contam com estrutura para desenvolvimento das atividades.

Quantidade alcançada

32

**Data de Referência**

30/12/2014

- **Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado Projeto pedagógico do curso de especialização e o Projeto básico para a contratação da pessoa jurídica, que se encontram na Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan) para as providências pertinentes. A capacitação dos analistas que atuam no licenciamento federal é importante para que as análises sejam feitas com segurança e foco nos objetivos da ferramenta e domínio dos conceitos de avaliação de impactos é fundamental para isso. Com os resultados do Mapeamento de Competência contratado via PNMA II, será elaborado plano de capacitação para o licenciamento ambiental federal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

- **Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

Face às modificações trazidas pela lei complementar nº 140, de 2011, as ações ligadas à qualificação técnica em avaliação de impactos ambientais tiveram seu escopo revisto e estão em desenvolvimento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente por meio de capacitações mais amplas que a incluem no plano de trabalho. Tais ações se darão em conjunto com outras atividades de capacitação para os entes do SISNAMA, em ação articulada entre as Secretarias do MMA e a Secretaria Executiva (SECEX).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Espera-se maior previsibilidade temporal, geração de indicadores de eficiência do processo administrativo e ambientais, e redução da discricionariedade técnica. As duas metas sobre implementação do sistema informatizado serão plenamente atingidas com a conclusão do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA. Serão implantados em 3 fases diferentes os 4 módulos do Sistema: Área do Empreendedor, Licenciamento Ambiental Federal – LAF, Avaliação de Impacto Ambiental – AIA e Área dos Envolvidos. Em 2012 e 2013 foi executado 30% da meta, em 2014 se alcançou 35% e está previsto para 2015 conclusão de 60% do sistema. As Fases para a construção dos módulos dividem-se em Documentação, Desenvolvimento e Implantação/Operação. Até 2015 pretende-se desenvolver 60% do Sistema, tendo sido alcançado 50% da área técnica da Avaliação de Impactos, 100% do módulo administrativo da Área do empreendedor e 100% do Licenciamento Ambiental Federal. Em 2015, o SIGA já permitirá acesso aos dados ambientais dos novos empreendimentos licenciados pelo Ibama.

- **Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Essa meta refere-se ao mesmo sistema da meta anterior. Espera-se maior previsibilidade temporal, geração de indicadores de eficiência do processo administrativo e ambientais, e redução da discricionariedade técnica. As duas



metas sobre implementação do sistema informatizado serão plenamente atingidas com a conclusão do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA. Serão implantados em 3 fases diferentes os 4 módulos do Sistema: Área do Empreendedor, Licenciamento Ambiental Federal – LAF, Avaliação de Impacto Ambiental – AIA e Área dos Envolvidos. Em 2012 e 2013 foi executado 30% da meta, em 2014 se alcançou 35% e está previsto para 2015 conclusão de 60% do sistema. As Fases para a construção dos módulos dividem-se em Documentação, Desenvolvimento e Implantação/Operação. Até 2015 pretende-se desenvolver 60% do Sistema, tendo sido alcançado 50% da área técnica da Avaliação de Impactos, 100% do módulo administrativo da Área do empreendedor e 100% do Licenciamento Ambiental Federal. Em 2015, o SIGA já permitirá acesso aos dados ambientais dos novos empreendimentos licenciados pelo Ibama.

- **Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08**

Análise Situacional da Meta

Para alcançar esta meta foi desenvolvido o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental – PNLA, de acordo com o Termo de Cooperação celebrado entre a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com início da execução das atividades em março de 2013 e com vigência até dezembro de 2014. Atualmente já estão integrados ao Portal Nacional do Licenciamento Ambiental – PNLA, os bancos dados do IBAMA, dos órgãos estaduais ambientais e do Distrito Federal, responsáveis pelo licenciamento ambiental (28 órgãos licenciadores). Prossegue a execução da cooperação através do 2º termo aditivo com vigência para Março de 2015, visando a operação assistida dos sistemas. Desenvolvido módulo de checar coordenada através do I3GEO e o PNLA (versão 2.0) lançado em dezembro de 2014. Endereço para consulta do PNLA: pnla.mma.gov.br.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Foi elaborado o planejamento logístico de modo a atender todos os municípios a serem envolvidos, tanto os escolhidos como polo das ações quanto os municípios que participarão, nos polos, das atividades de apoio a atualização e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável. A logística elaborada diz respeito, inicialmente, apenas ao trabalho relativo ao ano de 2013, mas com reflexo nos resultados dos trabalhos para os anos seguintes, visto que a meta é para o período 2012 a 2015.

Ao longo de 2012 e início de 2013 foram levantados os estágios em que se encontram os municípios no que diz respeito à elaboração e implementação de seus Planos de Desenvolvimento Sustentável. Com base nos dados do Sistema Agenda 21 (que acompanha as atividades do Fórum de Agenda 21), no levantamento do IBGE de 2009 e em pesquisa feita pelo próprio MMA, constatou-se que o processo de Agenda 21 estava presente em mais de 11% dos municípios brasileiros e que 3 a 5% outros demonstravam interesse em ter o processo de Agenda 21 como parte de seu planejamento.

A partir destes dados foi então elaborado o planejamento logístico de modo a atender aos municípios interessados. Pretende-se, até 2015, alcançar o percentual de 15% de municípios incluídos dentre aqueles que desejavam iniciar seus processos de Agenda 21, os que estavam elaborando ou já possuíam seus Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (PLD) e os que esperavam apoio para implantá-los. Para tanto o Sistema Agenda 21 foi aperfeiçoado de modo a permitir que cada município possa inserir seus dados, bem como atualizá-los na medida em que os resultados do trabalho forem



sendo concretizados.

Apesar de não se ter obtido o avanço esperado na meta relativa a Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, buscou-se aperfeiçoar o planejamento do programa e o sistema de dados das Agendas 21, bases importantes para a continuidade dos trabalhos. Por outro lado, verificou-se um progresso significativo na meta relativa à implementação de projetos socioambientais, com o apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, razão pela qual se considera que o Objetivo tem sido, de modo geral, alcançado satisfatoriamente.

Em 2012 e 2013, foram lançados editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA para apoio a projetos socioambientais. O edital FNMA 2012 selecionou projetos de elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos para os estados da Amazônia Legal, os quais abrangem os 331 municípios dos estados de Rondônia, Maranhão e Amazonas. Outros nove projetos foram selecionados por meio da Demanda Espontânea em educação ambiental e recuperação de áreas degradadas, abrangendo diversos municípios. O edital FNMA 2013 apoiou 19 projetos para formação de agentes populares de educação ambiental para a agricultura familiar, cobrindo 81 municípios. Portanto, os projetos apoiados pelo Fundo no período de 2012 a 2014 contemplaram mais de 412 municípios ao todo, superando em mais de 100% a meta proposta.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21**

Análise Situacional da Meta

A logística elaborada diz respeito, inicialmente, apenas ao trabalho relativo ao ano de 2013, mas com reflexo nos resultados dos trabalhos para os anos seguintes, visto que a Meta é para o período 2012 a 2015.

Tendo em vista que os recursos orçamentários previstos para apoiar o cumprimento da meta foi praticamente todo contingenciado, em 2013 e 2014, foi elaborado um esforço de planejamento visando ao apoio para o desenvolvimento de Planos Locais, a partir da identificação de polos que possam facilitar o alcance de várias localidades e multiplicar a capacidade de implementação.

Foi também trabalhado o aperfeiçoamento de um sistema informatizado que facilite a consolidação, organização e disponibilização de informações sobre Agendas 21 Locais, o qual foi prejudicado pelas dificuldades da área de informática.

Além disso, a partir das deliberações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, 2012), a comunidade internacional vem trabalhando no desenvolvimento de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável, o qual representará, a partir de 2015, o novo marco para a implementação de ações globais, nacionais e locais de desenvolvimento sustentável. Tendo em vista esse novo contexto, está sendo iniciado um processo de avaliação que leve à definição de uma estratégia mais adequada para apoiar os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável no país, que considere como elemento central esses novos objetivos de desenvolvimento sustentável, os quais serão formalmente adotados em final de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

O alcance desta meta está sob responsabilidade do Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA, criado pela Lei nº 7.797, de julho de 1989, que tem por objetivo apoiar projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

No período de 2012 a 2014, o FNMA apoiou 32 projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, no âmbito deste Objetivo do PPA. Dezesete dos projetos foram aprovados por meio da demanda espontânea FNMA, nos temas



educação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Em geral são projetos locais de pequena escala, com valores até R\$300 mil, que abrangem um ou mais municípios. Os municípios contemplados com recursos dessa chamada são: Ipê, Giruá, e Santa Cruz do Sul/RS; Votuporanga e São Paulo/SP; Lajeado/SC; Luís Eduardo Magalhães e Itanhaém/BA; Campo Grande/MS; Brusque e Imbuia/SC; e Rio Branco/AC, entre outros. Dois projetos de educação ambiental foram apresentados por secretarias estaduais para implementação em diversos municípios dos estados de Tocantins e Sergipe. Em 2012, o FNMA lançou um edital para a seleção de projetos de elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos para os estados da Amazônia Legal. Foram selecionados quatro projetos para apoio no período de 2012-2014. Em 2012, foram celebrados dois contratos de repasse para o apoio aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos de Rondônia e Maranhão, e em 2013, foi celebrado contrato de repasse com o Estado do Amazonas. Os projetos contemplam todos os 331 municípios dos três estados. Portanto, somados aos projetos da Demanda Espontânea apoiados desde 2012, a meta de fomento a projetos abrangendo 200 municípios já foi amplamente ultrapassada. Em 2013, O FNMA lançou o Edital 01/2013 – Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar. Foram selecionados 19 projetos em todo o território nacional e 12 receberam recursos até dezembro de 2014. Os 12 projetos contemplam 81 municípios. Portanto, até dezembro de 2014, foram apoiados projetos abrangendo 412 municípios, superando em mais de 100% a meta proposta para este Objetivo.

Quantidade alcançada

412

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A Educação Ambiental (EA) está apoiada em três pilares básicos para a implementação da Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA: (i) processos de Gestão e Articulação; (ii) Formação de Educadores e Educomunicação; e (iii) Comunicação Social. Vários órgãos federais, estaduais, municipais e da Sociedade Civil, bem como áreas do MMA, estão sendo articulados para execução de Educação Ambiental de modo integrado. Estão sendo desenvolvidas ações e práticas formativas e mobilizadoras voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões socioambientais, orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente.

A prioridade é ampliar significativamente a escala do público a ser atendido por seus programas e projetos, tanto com a cooperação entre os entes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), quanto na expansão de cursos à Distância (EaD), sempre buscando a redução das desigualdades sociais, a melhoria das condições de vida no campo e na cidade, a transversalização da EA nas demais políticas públicas, a difusão das informações, a participação democrática e a construção de um país mais justo e sustentável.

O Projeto Salas Verdes enviou kits com publicações do MMA, vinculadas e doações de outros ministérios para as 358 Salas Verdes em todo o país e realizou o Encontro Nacional de Salas Verdes. Foi lançada, no Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), a 5ª Mostra de Nacional de Produção Audiovisual Independente do Circuito Tela Verde, exibida em 1.314 espaços exibidores em todo o País.

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) incentiva ações educativas para o enfrentamento da problemática socioambiental rural, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais. No âmbito do Edital “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar



e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental” priorizando a formação de mulheres e agentes jovens, foram assinados 12 convênios, que irão formar minimamente 1.800 agentes populares de EA. Também foram estruturados e produzidos conteúdos para dois cursos de EaD: Formação de Educadores Ambientais e Agentes Populares de EA na Agricultura Familiar e Apoio à implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos territórios. Ambos serão iniciados no segundo semestre de 2014. A realização de oficinas nas localidades para o planejamento dos Planos de Ação é uma estratégia que está sendo executada.

Foi estruturada uma plataforma virtual de prática de referência em Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos para apoiar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na plataforma constam atualmente 183 práticas nessa temática, servindo de inspiração para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As ações de educação ambiental previstas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para 2014 foram executadas dentro do esperado com a manutenção do Projeto Conhecendo Nosso Jardim e a reabertura do Laboratório Didático com o tema “Plantas Ameaçadas no Jardim”, continuação de projetos iniciados em 2013 e participação em programas institucionais tais como o Jardim Virtual e Programa de Treinamento para Excelência no Atendimento ao Público. A apuração realizada considerou atendimento de professores, alunos e outros visitantes interessados em educação ambiental, bem como público atendido em oficinas, palestras e cursos dados por membros da equipe SEA, a partir de nossos projetos, junto a instituições parceiras (LIEAS/UFRJ, PROJETO CORAL VIVO e REDE A3P) em universidades, eventos regionais, entre outros. Ainda em 2014, o SEA realizou um novo roteiro didático dirigido ao público em geral - Roteiro das Águas no Jardim - para comemorar o Dia Mundial da Água, e tratar do tema água e sustentabilidade.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou eventos estruturados para gestão ou educação ambiental em parques nacionais, áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas em todo o território nacional.

O programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) completou, em 2014, quinze (15) anos de existência. Trata-se de ação referencial para a implantação da gestão socioambiental em órgãos e entidades de todo o país, que tem crescido, a cada ano e que conta, atualmente, com 240 órgãos com adesão formal e cerca de 600 na Rede A3P.

A A3P tem ganhado amplitude nos últimos anos, especialmente junto aos municípios. Segundo dados da Munic/IBGE (2013), 672 municípios conhecem o programa, ou seja, 11% do total dos municípios do Brasil. Desse total, 519 municípios implantam ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P e 153 municípios já participam da Rede A3P, possuindo contato direto com o Programa, em forma de adesão ou com compartilhamento de iniciativas e/ou informações provenientes do MMA. Quatro Estados possuem adesão formal ao Programa: Bahia, Pernambuco, Sergipe e Ceará.

Em relação aos estados e municípios, a atuação da A3P tem focado nas capacitações presenciais e à distância. Foram realizados 13 cursos de capacitação presencial, com a participação de 780 servidores, e duas (2) turmas de capacitação à distância, com 3.727 participantes.

Os Fóruns da A3P têm como objetivo promover o debate acerca da formulação e viabilização de políticas públicas de gestão ambiental para a Administração Pública, a troca de experiências e o engajamento de novos parceiros que se comprometam com a implementação da A3P. O Prêmio A3P Melhores Práticas de Sustentabilidade, criado em 2008, tem como objetivo dar visibilidade e reconhecer o mérito das iniciativas de órgãos e instituições do setor público.

Para fortalecer a adesão voluntária ao programa, foram criados os Selos de Sustentabilidade, com três (3) categorias: Verde, Laranja e Prata, para reconhecer e divulgar práticas de gestão de órgãos, parceiros do Programa, que se baseiam em conceitos de sustentabilidade.

Todas as publicações do programa A3P foram revisadas para torná-las mais técnicas e específicas. No primeiro semestre, foram elaborados manuais práticos para a gestão eficiente da água e dos resíduos sólidos, incluindo modelos de relatórios a serem divulgados pelos órgãos públicos. Desses, merece destaque o modelo para os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, os quais contribuem para a efetiva implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS no país.



Metas 2012-2015

- **Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da gestão e articulação institucional, no ano de 2012 foram apoiadas 1809 instituições (1609 Instituições e 200 salas verdes implementadas em 2012), por meio das seguintes ações: lançamento da 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente; 5 Acordos de Cooperação Técnica com o estado da Bahia e com outros quatro estados das Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso); criação de 200 Salas Verdes; publicação da Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012, do MMA, que institui, no âmbito da Política Nacional de EA (PNEA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) e Grupo Técnico para apoio à implementação do programa; publicação da Instrução Normativa nº 2 do IBAMA que estabelece diretrizes de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental; e criação, no âmbito do Comitê Interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Grupo Técnico Nº 5, que trata de Educação Ambiental, Comunicação Social e Desenvolvimento de Capacidades.

No ano de 2013 foram apoiadas 394 instituições, por meio de: apoio na preparação e realização da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente - 4ºCNMA e da IV Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente - IV CNIJMA em todas as etapas estaduais e distrito federal, envolvendo os 27 Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, algumas Secretarias Estaduais de Educação e instituições governamentais e não governamentais nos estados, distrito federal e capitais envolvendo 85 instituições; os cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública envolveu 84 órgãos públicos e no projeto Salas Verdes apoiamos mais 133 novas salas.

Em 2014 foram firmados 12 (onze) convênios referentes aos projetos selecionados no edital FNMA 01/2013: “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental”. Foram realizadas 8 oficinas locais (AM, AC, PA, TO, BA, MT, MG e SP) para o fortalecimento do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.

Apoiamos a realização do 8º Fórum Brasileiro de EA por meio de repasse financeiro e realização de oficinas, encontros e reuniões técnicas no evento.

Totalizando 21 instituições apoiadas no ano de 2014.

Está em fase de construção o Projeto Político Pedagógico do MMA para integração e apoio das ações de capacitação e educação ambiental desenvolvidas pelo MMA, visando otimizar o investimento de recursos financeiros e promover a sinergia entre as iniciativas. A produção, publicação e distribuição de livros, cartilhas e material pedagógico foram outras ações desenvolvidas para apoiar essas instituições.

Quantidade alcançada

2.224

Data de Referência

09/02/2015

- **Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram formados 1.080 educadores ambientais por meio das seguintes ações: 6 eventos paralelos de capacitação sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental; realização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental com 800 educadores; realização do Seminário de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar com a participação de 92 pessoas; reunião do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental envolvendo 55 representantes e convidados e 33 participantes da Comissão Inter setorial de EA; 2 oficinas de Ed. Ambiental, somando 80 educadores locais de cooperativas de produtores rurais e extensionistas.



No ano de 2013, contando com a colaboração das nossas vinculadas: Jardim Botânico do RJ e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, foram formados 20.213 pessoas. As atividades desenvolvidas foram: formação para a IV Conferência Nacional Infância Juvenil pelo Meio Ambiente dos membros da Comissão Organizadora Estadual e técnicos das regionais de ensino, realização de seis oficinas estaduais, uma territorial e uma municipal para a capacitação na implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF tendo formados 418 pessoas, eventos de sensibilização ambiental e mobilização social do ICMBio com participação de 10.195 pessoas; o Jardim Botânico do Rio de Janeiro em seus processos formou 9.172 pessoas e quatro cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública para 168 servidores.

As atividades de formação desenvolvidas pelo MMA em 2014 foram: oficinas do Grupo de Trabalho do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, tendo sido formadas 10 pessoas; oficinas da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental na elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico que vai apoiar as ações de EA em todas as Secretarias do MMA e suas vinculadas, foram formados 60 servidores; reuniões do Órgão Gestor da Política Nacional de EA, 14 pessoas formadas; reunião formativa do Comitê Assessor da Política Nacional de EA, 20 pessoas capacitadas; 144 pessoas formadas nas atividades realizadas no 8º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (Encontro de Salas Verdes, Encontro Educare, Oficina de Criação da Rede de Educadores Ambientais na Agricultura Familiar, Encontro: A Estratégia de Educação Ambiental no âmbito do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, Oficina de Construção de Indicadores e Intercâmbio para o Processo Formativo de CIEAS e Reunião do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental); 6.359 formandos nos oito cursos realizados em nossa plataforma de EaD (no endereço eletrônico: ava.mma.gov.br) e 106 formandos no Encontro de Educadores do MMA e entidades vinculadas, realizado com o objetivo de fortalecer a Educação Ambiental, Educação Corporativa e outros processos formativos no âmbito da política ambiental implementada pelo MMA e vinculadas.

O JBRJ realizou suas ações de educação ambiental, previstas para 2014, dentro do esperado, com a manutenção do Projeto Conhecendo Nosso Jardim e a reabertura do Laboratório Didático com o tema “Plantas Ameaçadas no Jardim”, continuação de projetos iniciados em 2013 e participação em programas institucionais tais como o Jardim Virtual e Programa de Treinamento para Excelência no Atendimento ao Público. Ainda em 2014, o JBRJ realizou um novo roteiro didático dirigido ao público em geral - Roteiro das Águas no Jardim - para comemorar o Dia Mundial da Água, e tratar do tema água e sustentabilidade. Além da continuação dos projetos já mencionados tivemos a realização do segundo Curso de Extensão Educação, Ambiente e Sociedade, em parceria com a Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) e o Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ) que reafirmou a ótima repercussão do ano anterior e a conclusão do curso de 25 alunos. O SEA deu continuidade ao projeto Tecendo Redes dentro da SNCT e ao projeto Leia Verde. Os recursos do PPA foram utilizados pelo SEA para viagem técnica (2) a Brasília para oficina de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Ministério do Meio Ambiente e impressão gráfica do livro “NEA – 20 anos”. No contexto do Treinamento Didático de Professores, o Projeto “Conhecendo Nosso Jardim”, teve a participação de 378 pessoas. O tema “Plantas Ameaçadas no Jardim” do projeto Laboratório Didático atendeu 1.205 estudantes sendo 77% oriundos de escolas públicas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade realizou em todo o território nacional eventos estruturados para gestão ou educação ambiental, o número de pessoas capacitadas foi de 400 pessoas.

Quantidade alcançada

30.014

Data de Referência

09/02/2015

- **Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foram realizadas gestões interministeriais que resultaram na inserção da A3P no Projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial Nº 244, de 6 de junho de



2012) e como referencial para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012). Com vistas a incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública foram celebrados 31 Termos de Adesão à A3P em 2012 e ampliada a Rede A3P que já conta com a participação de 369 instituições.

A implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em órgãos da administração avançou bastante em 2013. Com vistas a incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública foram celebrados 34 Termos de Adesão à A3P, entre instituições federais, estaduais e municipais e do executivo, legislativo e judiciário.

O 8º Fórum e 5º Prêmio da A3P, realizados nos dias 3 e 4 de junho de 2014, contaram com a participação de representantes de órgãos públicos, entidades, conselhos e organizações da sociedade civil, num total de 324 pessoas credenciadas. Foram organizados 13 (treze) cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública em 10 cidades. Nesse processo foram capacitadas 602 pessoas.

Em 2014 foram celebrados 29 novos Termos de Adesão à A3P, totalizando 94 Termos de Adesão à A3P.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

09/02/2015



PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,5	30/01/2015	1,38
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26	31/12/2014	70,75
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16	05/02/2015	10,95
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32	05/02/2015	42,4
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36	31/12/2013	102,9

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Na busca pelo fortalecimento da governança sobre a malha fundiária brasileira, o Incra tem priorizado a transparência, a qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão.

Está em curso o Projeto de modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a introdução da Declaração Eletrônica cujo sistema está em fase de homologação para entrar em produção em março de 2015. A partir de 2015, a atualização dos imóveis rurais passará a ser anual e obrigatória, o que permitirá uma atualização contínua da base e facilitará o trabalho de fiscalização de eventuais indícios de inconsistências e grilagem de terras.

O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) teve sua especificação pelo INCRA e Receita Federal finalizada, tendo na sequência sido aberta demanda de desenvolvimento ao Serpro, ora em fase de análise.

Foi elaborado Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o INCRA e a Receita Federal do Brasil, o qual está em vias de assinatura e publicação.

A Declaração Eletrônica em desenvolvimento pelo INCRA incorpora diversos serviços e funcionalidades que serão utilizados no coletor integrado Incra/RFB que alimentará a parte estrutural do CNIR programada para 2016, solução que integrará as declarações da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DITR/RFB e dos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR/INCRA numa só declaração.

Como primeiro produto do CNIR, foi desenvolvido e homologado o Portal Cadastro Rural, programado para entrar em modo de produção em março de 2015

No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiro, o Incra já está utilizando as ferramentas disponíveis no Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, para ordenamento da tramitação de processos de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros – pessoa natural e pessoa jurídica. O sistema dispõe de funcionalidade que permite a geração de estatísticas cadastrais de terras sob domínio estrangeiro por Município, Unidade da Federação e Superintendência Regional.

Com relação ao SIGEF, o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF passou a funcionar a partir de 2013, mudando



completamente o paradigma estabelecido. Dentre tantas outras vantagens, procurou corrigir a ambiguidade existente entre a interpretação produzida pelas duas definições de imóvel rurais existentes na legislação brasileira. Estabeleceu que o georreferenciamento dos imóveis será efetuado através da matrícula de cada parcela, atendendo aos requisitos da Federação Internacional dos Geômetras – FIG –, reconduzindo o cadastro de terras do Brasil no rumo do cadastro multifinalitário.

Apesar do pleno funcionamento do sistema, algumas funcionalidades ainda não estavam contempladas, o que provocou uma retenção de requerimentos de certificação.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais**

Análise Situacional da Meta

As ações de ampliação da RIBAC estão esbarrando na capacidade de transmissão de dados, nas localidades previstas: Barcelos/AM, e Coxim/MS encontram-se nessa situação.

Além da infraestrutura de hospedagem, estamos limitados pela ocorrência de mau funcionamento de diversas estações já instaladas. Isso significa que estamos substituindo os receptores antigos (ou parte deles: antena, cabos etc), por equipamentos não instalados, que poderiam inaugurar novas estações.

Em 2014, efetuamos a instalação de diversas estações no Amazonas, em sítios da Universidade Estadual do Amazonas - UEA nas cidades de Coari, Parintins, Tabatinga, Humaitá e Itacoatiara e ainda, em Santana/AP e Cerro Largo/RS. Retiramos as estações instaladas em Unidades Avançadas do INCRA em Benjamim Constant e Humaitá, por falta de infraestrutura de rede.

Ampliamos a rede em SP com estações em Dracena, Lins, Piracicaba, São Paulo, Sorocaba e Tupã totalizando assim, 13 estações no ano de 2014, num total de 32 desde o início do plano.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a. Formalização da parceria INCRA e RFB; b. Fechamento do modelo conceitual; c. Desenvolvimento e produção**

Análise Situacional da Meta

O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) teve sua especificação pelo INCRA e Receita Federal finalizada, tendo na sequência sido aberta demanda de desenvolvimento ao Serpro, ora em fase de análise. Foi elaborado Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o INCRA e a Receita Federal do Brasil, o qual está em vias de assinatura e publicação. A Declaração Eletrônica em desenvolvimento pelo INCRA incorpora diversos serviços e funcionalidades que serão utilizados no coletor integrado Incra/RFB que alimentará a parte estrutural do CNIR programada para 2016, solução que integrará as declarações da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DITR/RFB e dos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR/INCRA numa só declaração. Como primeiro produto do CNIR, foi desenvolvido e homologado o Portal Cadastro Rural, programado para entrar em modo de produção em março de 2015.

- **Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)**

Análise Situacional da Meta



O acervo fundiário foi readequado para facilitar o acesso a todos os dados gerenciados pelo Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e, por meio do web feature service, foi disponibilizado para todos os órgãos parceiros. Em 2014, foram incluídos 432.198 imóveis (georreferenciados e certificados) no acervo fundiário. Dessa forma, nos três anos de vigência do plano foram incluídos e disponibilizados para o público (<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo>), 950.952 imóveis georreferenciados.

Quantidade alcançada

950.952

Data de Referência

31/12/2014

• Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)**Análise Situacional da Meta**

No exercício de 2014, foram emitidos 3.227.673 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais- CCIR.

O desempenho é resultado da modernização pela qual passa o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a funcionalidade de emissão do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CCIR pela internet, o que proporcionou maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. Até 2014, já foram emitidos 7.663.200 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIRs. Importante registrar que a emissão do CCIR é voluntária, ou seja, depende da necessidade dos detentores de imóveis rurais demandarem tais certificados ao sistema.

Quantidade alcançada

7.663.200

Data de Referência

31/12/2014

• Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida**Análise Situacional da Meta**

No ano de 2014, o Incra já está utilizando as ferramentas disponíveis no Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, para ordenamento da tramitação de processos de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros – pessoa natural e pessoa jurídica. O sistema dispõe de funcionalidade que permite a geração de estatísticas cadastrais de terras sob domínio estrangeiro por Município, Unidade da Federação e Superintendência Regional. No entanto, as funcionalidades para a troca de informação entre o Incra e os Cartórios de Registro de Imóveis ainda não estão disponíveis. A consulta de trâmite de processo só está disponível para os servidores do INCRA, os requerentes, estrangeiros (pessoa física ou jurídica) ainda precisam ser cadastrados para que possam consultar os processos no SISNATE.

• Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas**Análise Situacional da Meta**

O Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF foi finalizado e colocado em produção em novembro de 2013, mudando completamente o paradigma estabelecido. O SIGEF, entre tantas outras vantagens, procurou corrigir a ambiguidade existente entre a interpretação produzida pelas duas definições de imóvel rurais existentes na legislação brasileira. Estabeleceu que o georreferenciamento dos imóveis será efetuado através da matrícula de cada parcela, atendendo aos requisitos da Federação Internacional dos Geômetras – FIG reconduzindo o cadastro de terras do Brasil no rumo do cadastro multifinalitário. Apesar do pleno funcionamento algumas funcionalidades, ainda não estavam contempladas o que provocou uma retenção de requerimentos de certificação.



- **Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

A Rede é composta pelas Superintendências Regionais do Incra e pelas Unidades Municipais de Cadastro – UMC. Ao final de 2014 havia 2.733 Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, ou 49% dos municípios. Sendo que 352 foram implantadas em 2014 e 471 foram renovadas por meio termo de cooperação.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

- **Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a. Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b. Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c. Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d. Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população**

Análise Situacional da Meta

O INCRA homologou o SNCR/DW em junho de 2014, ferramenta essencial para a geração de relatórios estatísticos do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, os quais são indispensáveis ao planejamento, monitoramento e gestão da malha fundiária nacional.

Está em curso o Projeto de modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com o desenvolvimento de um Novo SNCR e introdução da Declaração Eletrônica, cujo sistema está em fase de homologação para entrar em produção em março de 2015.

A partir de 2015, a atualização dos imóveis rurais passará a ser anual e obrigatória, o que permitirá uma atualização contínua da base e facilitará o trabalho de fiscalização de eventuais indícios de inconsistências e grilagem de terras. O novo sistema oportunizará ao cidadão efetuar a atualização de seus imóveis através de plataforma web, agilizando o processo e conferindo maior transparência.

- **Promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 600 mil assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal.**

Análise Situacional da Meta

O Cadastramento Ambiental Rural - CAR é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, inclusive Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, e tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Em 2014, foram realizados 10.379 CAR sendo: 123 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) de perímetro de assentamentos e 10.256 CAR de lotes requeridos (o requerimento se dá no momento do lançamento do imóvel no SICAR ou Sistema Estadual de acompanhamento do CAR. o que são lotes requeridos?). Para execução dos demais cadastros de perímetro de assentamento, dentro do prazo definido por Lei, foi firmado um Termo de Execução Descentralizada – TED com a Universidade Federal de Lavras.

O número de 7.162 informado na avaliação de 2013 se refere a cadastramentos feitos nos sistemas estaduais e que estão sendo migradas para o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SNCRA.

Quantidade alcançada

10.379

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

**Análise Situacional da Meta**

O número de atualizações cadastrais no ano de 2014 foi de 327.693, totalizando nos três anos do Plano 937.823. Com isso, as atualizações cadastrais já atingiram 78,15% da meta prevista para os quatro anos. Ressalta-se que nos últimos anos, o cadastramento de imóveis rurais teve maior expressão no segundo semestre, com média mensal de 25.183 atualizações cadastrais. Este comportamento vem se verificando nos últimos anos e a maior ocorrência das atualizações cadastrais tem sido no segundo semestre, acompanhando a dinâmica de mercado imobiliário de imóveis rurais.

Considerando que o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR possui cerca de 6 milhões de imóveis privados cadastrados, é de se esperar que o número de atualizações cadastrais por ano supere a meta estabelecida para todo o período, pois com a entrada em produção da Declaração Eletrônica até o fim do terceiro trimestre de 2015, o CCIR terá validade de um ano e a obrigatoriedade de atualização cadastral passa a ser anual. Deste modo, espera-se que os titulares dos imóveis rurais que estejam com cadastro ativo junto ao INCRA atualizem seus dados no SNCR, emitam o CCIR e quitam as taxas de serviços cadastrais dos exercícios 2010/ 2014.

Quantidade alcançada

937.823

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais**

Análise Situacional da Meta

O Incra atua para encerrar os processos administrativos de fiscalização cadastral, passivos remanescentes ou não das portarias 558/1999 (cancela os imóveis com áreas igual ou superior a 10.000,0 ha submetendo os mesmos ao recadastramento, através de processo administrativo de fiscalização), 596/2001 (recadastramento de imóveis rurais entre 5 e 10 mil ha, localizados no AC, AP, AM BA, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PR, RO, SP e TO).835/2004 (fiscalização da função social da propriedade, para os imóveis relacionados no Cadastro de Empregadores infratores flagrados explorando trabalhadores na condição análoga à de escravos qual o teor), e áreas de elevada concentração fundiária, conflitos agrários, bem como municípios com registro de trabalho escravo, com base na Portaria nº 12/2006 e Instrução Normativa nº 28/2006.

São priorizados os imóveis rurais com área igual ou superior a cinco mil hectares e os relacionados no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego. No exercício de 2014, foram finalizados 296 processos administrativos de fiscalização cadastral, totalizando uma área de 5.438.739,36 As Superintendências Regionais que mais se destacaram foram: SR-01/Pará, SR-30/Santarém, SR-27/Marabá, SR-13/Mato Grosso.

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Incra promove a Regularização Fundiária dos imóveis rurais sob a gestão dos estados por meio de convênios ou da ação direta de suas Superintendências Regionais, quando os imóveis rurais estão inseridos dentro de glebas matriculadas em nome da União/Incra.

A regularização fundiária é uma das principais ações que contribuem para erradicação da pobreza do meio rural. Nesse sentido, o Incra vem continuamente empreendendo esforços para ampliá-la em todo território nacional. Para tanto,



algumas ações estão sendo desenvolvidas, tais como:

- 1) Instituição de grupo de trabalho permanente, cujo objetivo, dentre outros, é aperfeiçoar, padronizar e monitorar a execução dos convênios firmados.
- 2) Criação de grupo de trabalho que realizou importantes atividades no âmbito dos convênios de regularização fundiária firmados com os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, em especial a orientação sobre a forma de execução, supervisão e análise de produtos gerados.
- 3) Aperfeiçoamento do normativo que possibilitará a massificação das ações de legitimação de posse em áreas desapropriadas, arrecadadas ou adquiridas pelo Incra, fora da Amazônia Legal (Instrução Normativa nº 80, de 2014).
- 4) Constante interação com os órgãos de terras, visando ao levantamento das demandas e ampliação das parcerias para regularização fundiária das terras devolutas estaduais.

Foram elaborados mapas por estado, cruzando diversos indicadores sociais, tais como IDH, % Posses cadastradas no SNCR, Censo Agropecuário, com o objetivo de identificar áreas prioritárias para a execução da política de regularização fundiária. Nesse sentido, abriu-se diálogo com alguns estados, tais como Piauí e Alagoas, além de tratativas para a ampliação da política nos estados que já possuem convênios firmados.

Metas 2012-2015

• Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha

Análise Situacional da Meta

Em 2013, entrou em produção o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, desenvolvido pelo Incra para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro. Por ele, são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais. O processo de certificação foi dinamizado com a integração dos bancos de dados regionais da certificação e padronização dos métodos de análise, resultando no aumento significativo da área certificada. No exercício de 2012, foram certificados 23.584.993,0000 ha. Em 2013, 41.999.858,0868 ha e, em 2014, 66.912.378,7200 ha, para 74.645 imóveis, sendo 50.569.639,3271 ha e 65.749 imóveis via SIGEF. Com isso, o somatório das áreas dos imóveis certificados nos três anos de vigência do Plano é de 132.497.229,3568 ha, o que equivale a 132,50 % da meta prevista para o período.

Tal percentual demonstra a efetiva utilização do sistema, que agregou maior celeridade em todo o processo de certificação.

Quantidade alcançada

132.497.229,35

Data de Referência

31/12/2014

• Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram regularizados 1.994 imóveis referentes a instrumentos firmados no exercício, e 58 imóveis provenientes de exercícios anteriores, totalizando 2.052 imóveis regularizados. As ações de regularização fundiária envolvem uma cadeia de serviços e agentes, destarte, sopesa-se que sua implementação é complexa, permeada pelo precário fluxo de informações para seu monitoramento e de etapas não exclusivas ao INCRA, tais como a titulação. A contagem da execução física ocorre quando da emissão do título, independente se realizado diretamente pela Superintendência ou por instrumentos firmados com as entidades executoras.

Quantidade alcançada

67.464

Data de Referência

31/12/2014



• **Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A Serfal tem implementado um conjunto de iniciativas visando a acelerar a execução e qualificar os resultados do georreferenciamento. Com isso, atingiu-se, em 2014, a meta de 28 milhões de hectares, prevista para o PPA. Entretanto, é importante destacar que deste resultado, 17,6 milhões correspondem ao georreferenciamento de perímetros de glebas públicas, enquanto os 10,3 restantes correspondem a ocupações a serem regularizadas. Esta tipificação do georreferenciamento só foi possível ser implementada a partir da entrada em operação do Sigef Geo em novembro de 2013.

Quantidade alcançada

27.928.024

Data de Referência

02/01/2015

• **Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 11,2 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

As alterações normativas e de gestão implementadas ao longo do segundo semestre de 2014 permitiram acelerar o processo de destinação de áreas em glebas públicas federais, chegando a 10 milhões de hectares destinados.

Quantidade alcançada

10.160.083

Data de Referência

02/01/2015

• **Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A Serfal tem implementado um conjunto de iniciativas visando acelerar a execução e qualificar os resultados de identificação e cadastramento de estabelecimentos/domicílios, que passou a ser realizado por meio do georreferenciamento das áreas. Esta mudança de procedimento levou à necessidade de reajustar-se os números informados para os anos de 2012 e 2013, que passaram nesse período para 47.765 mil estabelecimentos georreferenciados. Em 2014, foram georreferenciados 41.637 estabelecimentos, totalizando 89.402 até o momento.

Quantidade alcançada

89.402

Data de Referência

02/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	104.000	unidade	89.402	02/01/2015

• **Promover a regularização e a ratificação de 20 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A Serfal tem implementado um conjunto de iniciativas visando acelerar a execução e qualificar os resultados para a titulação, o que pode ser verificado no aumento do número de títulos em faixa de fronteira no ano 2014, com relação à 2013. É importante destacar que há uma necessidade de discriminação e arrecadação de diversas áreas devolutas existentes na faixa de fronteira, a necessidade de autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional para a titulação nestas áreas, além da prévia identificação dos ocupantes, fatores que dificultam o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

2.721

**Data de Referência**

02/01/2015

• **Regularização fundiária de 11,2 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Como resultado das alterações normativas e de gestão implementadas desde 2012, foi possível acelerar o processo de destinação de áreas em glebas públicas federais. Estas iniciativas, conjuntamente com os resultados obtidos por meios dos convênios para regularização das terras estaduais, realizados com os Governos do Acre, Amazonas e Amapá e parceria com o Maranhão, permitiram chegar ao número de 10.160.083 hectares regularizados na Amazônia Legal. .

Quantidade alcançada

10.160.083

Data de Referência

02/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	11.200.000	ha	10.160.083	02/01/2015

• **Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 4 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram fiscalizados 5.964.061,37 ha, sendo: 5.438.739,36 ha com fiscalização cadastral, 200.290,09 por meio da vistoria preliminar e 325.031,92 por meio de vistoria conjunta com ECGR (as duas últimas objetivando obtenção de áreas para reforma agrária), totalizando nos três anos de vigência do plano 8.421.487,0054 hectares. Em 2013, houve um equívoco no lançamento da meta executada, pois foram consideradas em sua contabilização vistorias de avaliação para obtenção de imóveis rurais. O correto seria a contabilização apenas das vistorias preliminares e conjuntas que produzem efetivamente laudo quanto à função social da propriedade, juntamente com as fiscalizações cadastrais. Sendo assim, o valor correto para 2013 é de 1.680.632,2254 ha de fiscalização cadastral, 320.993,41 ha de vistoria para obtenção, totalizando 2.001.625,6354 ha.

Quantidade alcançada

8.421.487

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Na reforma agrária, as ações cadastrais e a fiscalização são as formas essenciais para obtenção de terras por meio da desapropriação dos imóveis que não cumprem com a função social, conforme o estabelecido na Constituição Federal, na Lei n. 4.504/1964 e na Lei n. 8.629/1993.

Desde 2012, mudanças relevantes foram realizadas no processo de obtenção de terras para que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também sejam demonstradas as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento, de forma que as novas áreas reformadas garantam as condições de vida e de produção para as famílias que serão beneficiadas.

O aprimoramento dos fluxos e procedimentos para a vistoria, obtenção de terras e homologação de famílias foram estabelecidos em novos normativos que incorporaram a integração do processo de seleção de beneficiários com o



CadÚnico e a definição de parâmetros para desapropriação de terras e instalação de novos projetos de assentamentos. As famílias assentadas contam agora com a nova rota de financiamento da reforma agrária, anunciada no lançamento do Plano Safra 2014/2015. A Lei nº 13.001/2014 criou três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias assentadas, que beneficiarão 255 mil famílias durante o ano-safra em vigor. Nesse contexto, foi elaborada conjuntamente pelo Incra, pelo MDA e pelo Ministério da Fazenda a nova sistemática de concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito de Instalação. O novo crédito é operado por cartão bancário, emitido para cada família assentada, em nome da mulher. Destaca-se, ainda, a implantação do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI), no Incra, para acompanhamento eletrônico dessa nova política. Foi criada, também, a nova modalidade de microcrédito para Reforma Agrária, visando beneficiar 80 mil famílias até 2015, e o Pronaf A Mais Alimentos Reforma Agrária, para assentados com possibilidade de expansão e estruturação de suas atividades produtivas, com limite de até R\$ 25 mil por família, ampliado em relação aos R\$ 20 mil anteriores. Em 2015, o Incra avançará em parcerias para estabelecer novas modalidades de assentamentos que aprofundem o compromisso com a agroecologia, permitindo que as novas áreas reformadas, além de trazerem benefícios para as famílias assentadas, também gerem impactos positivos em conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Importante destacar que a implantação dos projetos de assentamento é completada com a medição e demarcação das parcelas e a construção da infraestrutura básica, especialmente as estradas vicinais e sistemas de abastecimento de água. Ao longo do tempo, a dinâmica social das comunidades torna-se mais complexa, alterando e elevando suas demandas por equipamentos sociais importantes, tais como centros comunitários, brinquedotecas, postos de saúde, galpões, escolas, creches, telecomunicações e áreas destinadas ao esporte e à cultura. Esses investimentos, na maioria, não pertencem ao escopo das ações do Incra, exceto os centros comunitários, indispensáveis à organização social das comunidades assentadas, e alguns equipamentos produtivos, voltados para a agregação de valor por meio de empreendimentos coletivos. Nas demais demandas, é papel do Incra articular o atendimento com os órgãos diretamente responsáveis pelas ações. Assim, a integração de políticas é fundamental para o sucesso do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Metas 2012-2015

• **Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Incra possui ações em conjunto com a Funai em 10 estados, que envolvem 18 Terras Indígenas (TI) ou Reservas Indígenas (RI), a saber: BA – TI Barra Velha, Cahy Pequi e Tuxa de Rodelas; MA – TI Awá; MS – TI Buriti; MT – TI Maraiwatsede; PA – TI Apyterewa, Arara Volta Grande, Paquicamba, Cachoeira Seca e Alto Rio Guama; PE – TI Pankararu; PR – RI para os índios que ocupam o Parque Nacional de Iguaçu; RS – Rio dos Índios e Cantagalo e Passo Grande do Rio Forquilha; SC – Toldo Imbu e TO – RI para os índios da etnia Krahô Kanela. O Incra auxiliou a Funai a identificar 4.327 ocupantes não índios nessas áreas, sendo que 717 possuíam perfil para o PNRA, dos quais 537 foram reassentados. O trabalho de levantamento ocupacional foi realizado em parceria com a FUNAI em 5 TI, resultando na elaboração de 819 laudos de ocupação. Além disso, o Incra avaliou 75 imóveis que encontram-se em processo de indenização e criação de Reserva Indígena.

• **Assentar 200 mil famílias**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, mudanças relevantes foram realizadas no processo de obtenção de terras que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também demonstram as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento. As novas áreas reformadas devem garantir as condições de vida e produção para as famílias que serão beneficiadas. Desde 2012, foram assentadas 85.207 famílias e criados 394 novos assentamentos, incorporando 854.176,79 de hectares à reforma agrária.



Os fluxos e procedimentos para a vistoria, obtenção de terras e homologação de famílias foram estabelecidos em novos normativos que incorporaram a integração do processo de seleção de beneficiários com o CadÚnico e a definição de parâmetros para desapropriação de terras e instalação de novos projetos de assentamentos. Passam a fazer parte do procedimento de vistoria de imóveis rurais para desapropriação, a produção do estudo da capacidade de geração de renda (ECGR) do novo assentamento a ser criado, bem como a elaboração de anteprojeto de organização espacial do assentamento, que identifica as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Em 2014, foram assentadas 32.277 famílias e criados 145 novos projetos de assentamento, com incorporação de 431.138,23 hectares com capacidade para 11.458 famílias. Foram publicados 30 decretos de declaração de interesse para fins de desapropriação de imóveis, somando 56.235,92 hectares. Além disso, R\$ 235.065.364,77 foram lançados em Títulos da Dívida Agrária (TDA), para obter 65 imóveis, com 104.081,68 hectares.

Quantidade alcançada

85.207

Data de Referência

31/12/2014

• Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher**Análise Situacional da Meta**

A Lei nº 13.001/2014 criou três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias, que beneficiarão 255 mil famílias durante o ano-safra em vigor. Foi criada, também, a nova modalidade de microcrédito para Reforma Agrária, visando beneficiar 80 mil famílias até 2015.. Em 2014, foram beneficiadas 7.036 famílias, sendo 6.822 na nova modalidade Apoio Inicial e 214 famílias na antiga modalidade Apoio Mulher, no Estado do Rio Grande do Sul. Desde 2012, 7.155 famílias foram beneficiadas com o crédito Apoio Mulher. O novo crédito é operado via cartão bancário, emitido para cada família assentada em nome da mulher e acompanhado de forma eletrônica por meio do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI). Desde 2012, 63.252 famílias foram atendidas dentro das distintas modalidades de crédito instalação.

Quantidade alcançada

63.252

Data de Referência

31/12/2014

• Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água**Análise Situacional da Meta**

O trabalho desenvolvido diretamente pelo INCRA na área da segurança hídrica é complementar ao Programa Água para Todos, concebido para garantir água para populações de baixa renda, residentes em comunidades rurais e que contam com ações dos Ministérios da Saúde, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Destaca-se, por exemplo, a parceria firmada entre o Incra e o Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 84 milhões, com aporte de 50% de cada parceiro, para construir sistemas simplificados de abastecimento para cerca de 31 mil famílias assentadas no Semiárido brasileiro, em cooperação com os governos estaduais. No exercício de 2014, foram atendidas 7.047 famílias com conclusão de obras hídricas, referentes a recursos do Incra. No âmbito das ações do MDS, no período de 2012 a 2014, foram beneficiadas, com a implementação de cisternas para a captação e armazenamento de água para consumo humano, 5.631 famílias assentadas e, com a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água para a produção agropecuária, 4.599 famílias assentadas.

Quantidade alcançada

14.960

Data de Referência

31/12/2014



• **Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria.**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2013 as famílias assentadas foram incluídas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por resolução do Comitê Gestor do Programa Brasil sem Miséria (PBSM). Essa decisão foi determinante, não apenas para a efetivação da inclusão do público da reforma agrária no PBSM, mas por ter garantido a necessária transição entre a antiga forma de operacionalização dos créditos de instalação do Incra – suspensos por determinação da presidência da autarquia em junho de 2013 – e a chamada nova rota de financiamento da reforma agrária, consolidada na Medida Provisória 636, de janeiro de 2014, convertida na Lei nº 13.001, de julho de 2014.

No exercício de 2014 foram atendidas 2.304 famílias. Até o fim de 2014, 15.130 famílias dos assentamentos prioritários foram beneficiadas com os créditos Apoio Inicial e Fomento e, 13.742 foram beneficiadas com o Fomento BSM. É importante ressaltar que o Programa de Fomento é complementar à nova rota de financiamento, contemplando famílias em situação de extrema pobreza, que não preenchem os requisitos para os novos créditos de instalação, notadamente aquelas situadas em assentamentos mais antigos, que já haviam tomado algum dos créditos do Incra, mas que, por diferentes razões, não conseguiram se estruturar suficientemente para superar a pobreza.

Quantidade alcançada

15.130

Data de Referência

31/12/2014

• **Construir e/ou reformar 120 mil casas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as demandas por construção de habitações em assentamentos começaram a ser atendidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), a partir da articulação do INCRA com o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, o que representou uma mudança significativa na forma como esse serviço era prestado. No exercício de 2014, foram construídas/reformadas 6.433 casas com recursos oriundos do antigo crédito instalação já disponíveis na conta das associações. De 2012 a 2014, foram construídas ou recuperadas 35.551 casas, com recursos próprios do INCRA em obras de habitação remanescentes do Crédito Instalação. Até 2014, foram entregues oficialmente às entidades organizadoras do MCMVR a relação de 73.169 famílias assentadas a serem beneficiadas pelo programa, 5.339 famílias já assinaram contratos com a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

Quantidade alcançada

35.551

Data de Referência

31/12/2014

• **Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas**

Análise Situacional da Meta

As ações de infraestrutura desenvolvidas pelo INCRA nos assentamentos da reforma agrária atenderam a mais de 132 mil famílias, desde 2012. Nesse período, foram construídos ou reformados aproximadamente 10.059 Km de estradas e contempladas 14.960 famílias com obras de abastecimento de água. Em 2014, foram finalizadas obras de infraestrutura que beneficiaram 33.322 famílias assentadas, sendo 19.675 atendidas com construção ou recuperação de estradas, tendo sido construídos/reformados 2.021 km de estradas, 7.047 com obras de abastecimento de água e 6.600 com outras obras de infraestrutura.

Destaca-se a realização do Chamamento Público para Infraestrutura, com objetivo de firmar parcerias para realização de obras de implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais em assentamentos. Foram priorizados os projetos que contemplavam famílias que seriam beneficiadas também pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural, na busca da integração de políticas que potencializam o desenvolvimento do assentamento. O chamamento resultou na seleção de 73 projetos, em valor superior a R\$ 110 milhões. Foram contratados 47 deles, via convênios firmados com



prefeituras municipais, no valor total de R\$ 82 milhões.

Quantidade alcançada

10.059

Data de Referência

31/12/2014

• **Criar 800 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Com a publicação das Portarias nº 5 e 6 do MDA foi necessária a readequação do fluxo de criação de projetos de assentamento, no tocante aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, em especial, a integração com o Plano Brasil Sem Miséria e o estabelecimento do cronograma de execução de políticas para os beneficiários da Reforma Agrária, o que levou as Superintendências Regionais a requalificarem o processo de criação de Projetos de Assentamento.

No exercício de 2014, foram criados 145 Projetos de Assentamento, totalizando 431.138,23 há, com capacidade para assentar 11.458 famílias. Com isso, desde 2012, foram criados 394 assentamentos de reforma agrária.

Quantidade alcançada

394

Data de Referência

31/12/2014

• **Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária.**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram incorporados 431.138,23 hectares. Ressaltamos que nos três anos e meio de vigência do PPA 2012/2015 já foram incorporados 854.176,79 hectares à reforma agrária.

Quantidade alcançada

854.176,79

Data de Referência

31/12/2014

• **Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos**

Análise Situacional da Meta

A Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, criou o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, que é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, inclusive Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, e tem a finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Com isso, foi instituída uma nova concepção para regularização ambiental dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, que levou na aprovação de uma nova Resolução do Conama para disciplinar o tema (Resolução nº 458). Portanto, a obrigatoriedade da inserção dos Projetos de Assentamento no CAR implicou a revisão das rotinas e atividades de diversas áreas do INCRA, levando a não obrigatoriedade de Licença Prévia - LP e Licença de Operação e Instalação - LIO para áreas de assentamento. Todavia, alguns órgãos estaduais de meio ambiente permaneceram com essa exigência de LP e LIO, o que resultou na meta obtida em 2014.

Para o cálculo da execução 2014 foram consideradas as LP (ou similares) e LIO (ou similares) protocoladas, totalizando 41 licenças ambientais protocoladas no exercício.

Quantidade alcançada

908

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com



gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento dos projetos de assentamento é necessário para que as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) consolidem uma qualidade de vida adequada e, mediante a produção. As principais ações atualmente disponibilizadas no âmbito da reforma agrária para promover o desenvolvimento nos projetos de assentamento são: assistência técnica; apoio à agroindustrialização e comercialização; estocagem e escoamento da produção; acesso aos Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Aquisição de Alimentos (PAA e Pnae) e Garantia-Safra e condições sustentáveis de produção e uso dos recursos naturais.

A agroindustrialização por meio de empreendimentos coletivos e solidários contribui substantivamente para a organização das comunidades assentadas e para o incremento da renda monetária das famílias, pela prestação de mão de obra direta, pelo fornecimento de insumos e pela comercialização dos produtos. O conjunto das ações de fomento à agroindustrialização e comercialização é promovido pelo Incra por meio do Programa Terra Sol, que priorizou, em 2014, o apoio a grupos produtivos de mulheres assentadas, por meio do lançamento de Chamada Pública Terra Sol Mulheres. Além disso, foi criado, em 2013, o Programa Terra Forte, que visa apoiar a difusão de tecnologia e a geração de renda, por meio da agroindustrialização da produção, com a parceria entre Incra, Secretaria Geral da Presidência da República, MDA, Fundação Banco do Brasil, Banco do Brasil - BB, BNDES, MDS e CONAB. O Programa pretende ampliar as ações de comercialização de forma combinada com o processo de agroindustrialização, em especial na articulação da participação das famílias assentadas em espaços de comercialização direta e no mercado institucional.

Neste exercício serão priorizadas as implantações dos projetos de feiras populares da reforma agrária, dos projetos com participação de mulheres e de projetos de apoio complementar aos projetos do Programa Terra Forte.

Entre as mudanças significativas que ocorreram na forma de atuação do Incra, ressalta-se a inclusão da variável ambiental no âmbito das ações de promoção do desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, a partir das quais passou-se a contemplar com prioridade o tema socioambiental para além da proteção de ecossistemas e espécies.

A gestão ambiental nos projetos de assentamento estimula o protagonismo das próprias comunidades na construção e execução de soluções aos problemas ambientais, inclusive remunerando os assentados pelo acréscimo florestal ou agroflorestal em áreas legalmente alteradas. Quanto ao Pronaf, foi estabelecido um novo desenho lógico para o financiamento produtivo na reforma agrária (decreto 8256/2014), passando por três ciclos, sendo o atual PRONAF A o último ciclo.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas**

Análise Situacional da Meta

No período de 2011 a 2014, foram realizadas diversas ações com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito ao público da Reforma Agrária. Em relação aos números de operações realizadas para este público, que serviriam de base para apuração do indicador, informamos que, conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal quanto ao monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central - BC, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilitava a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. Os dados informados em 2012 e 2013 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, ao Banco Central, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a



apresentar permitir esta desagregação. O Órgão vem promovendo, em conjunto com o MDA, os ajustes indicados, e deverá passar a fornecer a informação, a partir de julho de 2015. Com isso, fica inviabilizada a aferição da meta proposta.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2014

• **Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização**

Análise Situacional da Meta

O Programa Terra Sol, que é uma ação complementar de organização produtiva dos assentamentos, priorizou, em 2014, o apoio a grupos produtivos de mulheres assentadas, por meio do lançamento da Chamada Pública Terra Sol Mulheres. O objetivo foi selecionar pré-projetos exclusivos de mulheres rurais nos segmentos de agroindustrialização e apoio à comercialização. Em 2014, foram atendidas 12.232 famílias, e desde 2012, foram beneficiadas 27.999 famílias. Visando fortalecer a agroindustrialização e comercialização nos assentamento da reforma agrária, foi realizada, em 2014, a etapa de seleção dos projetos das entidades previamente classificadas no Programa Terra Forte. Foram selecionados 32 projetos, distribuídos em todas as regiões, totalizando R\$ 133,6 milhões, nas mais diversas modalidades como: processamento de leite, beneficiamento de grãos e hortifrutigranjeiros.

Quantidade alcançada

27.999

Data de Referência

31/12/2014

• **Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Assentamentos Verdes tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos compreendidos nos estados que compõem a Amazônia Legal, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, que integra o Plano Brasil Sem Miséria. O Programa, que se baseia na atuação conjunta do Incra com instituições públicas e privadas, além de organizações sociais do campo, possui ações orientadas em quatro eixos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar; além do monitoramento e controle ambiental.

O Programa reafirma o compromisso da reforma agrária com o meio ambiente. São 2.575 projetos de assentamento com monitoramento do desmatamento ilegal na Amazônia Legal, em uma área reformada de 41,2 milhões de hectares e onde estão cerca de 490 mil famílias assentadas. Para além do controle, o Incra viabiliza o acesso a um conjunto de políticas públicas às comunidades mais comprometidas com a preservação da floresta, com destaque para o Bolsa Verde. Desde 2012, foram beneficiadas com o Bolsa Verde 32.166 famílias assentadas em 375 assentamentos verdes.

Quantidade alcançada

2.575

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	750	unidade	2.575	31/12/2014

• **Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.**

Análise Situacional da Meta

Como resultado da Lei 13.001/2014, têm-se as alterações na Lei 8629/93, que trata sobre o tema titulação em assentamentos da reforma agrária. O novo regulamento encontra-se em elaboração e representará segurança jurídica da



propriedade da terra para as famílias que vivem em assentamentos estruturados da reforma agrária, uma vez que o Incra está autorizado a conferir CDRU ou título de domínio nos assentamentos com data de criação anterior ao período de 10 anos contados retroativamente a partir de 27 de dezembro de 2013.

Desde 2012, foram concedidos 91.972 títulos. Destes, 23.347 títulos foram concedidos em 2014. Dos 9.254 assentamentos existentes, 5.532 possuem mais de dez anos, o que representa uma possibilidade de titulação para cerca de 603 mil famílias (considera-se um título por família). Cabe destacar também, que em 2014, 12.222 títulos foram emitidos de forma conjunta. Importante informar que esse número sofre alterações constantes em função da alteração na composição da unidade familiar e outros motivos, resultando em cancelamento e emissão de novos documentos

Quantidade alcançada

91.972

Data de Referência

31/12/2014

- **Construir instrumentos de priorização do atendimento às mulheres rurais em projetos de organização, estruturação e comercialização produtiva.**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de alcançar a meta, o Incra promoveu alterações na Norma de Execução do programa Terra Sol, tendo a norma em vigor como uma das suas diretrizes gerais atender prioritariamente projetos apresentados por grupos produtivos de mulheres, de forma a contribuir com a redução da desigualdade de gênero e com a promoção da autonomia econômica das mulheres assentadas. Visando a consolidação dessa proposta, foi lançado o Edital MDA e INCRA nº 01/2014, para seleção pública conjunta de pré-projetos exclusivos de mulheres para apoio à agroindustrialização e à comercialização em assentamentos da reforma agrária – TERRA SOL MULHERES.

- **Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Desde a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, diversas medidas foram tomadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero no meio rural. Muitos avanços foram conseguidos no sentido de as mulheres agricultoras conseguirem sair da invisibilidade a que estavam historicamente submetidas. Dentre as principais conquistas podemos citar a regulamentação que institui o acesso à terra à mulher rural, a criação de linhas de crédito específicas para as mulheres do campo, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, a nova lei de ATER. Em 2014 foi conduzido um trabalho, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que analisou os instrumentos de identificação da participação e o acesso das mulheres assentadas às políticas públicas com especial atenção ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) e Sistema de Informações de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER) com objetivo de avaliar o acesso das mulheres às políticas.

A participação das Mulheres na Reforma Agrária vem sendo acompanhada por meio de sistematização de dados e informações no âmbito da Diretoria de Políticas para Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Incra. No ano de 2014, foram produzidos três relatórios técnicos nos quais, constata-se que 70% dos beneficiários da reforma agrária são mulheres, fato garantido por meio da efetivação da titulação conjunta obrigatória. Neste mesmo ano foi criado o Fomento Mulher, melhorando-se as condições da antiga modalidade de crédito instalação Apoio Mulher, possibilitando maior acesso delas a políticas de inclusão produtiva. Também foi lançado edital específico do Terra Sol para Mulheres, tendo sido recebidas 566 propostas para qualificação de demandas de projetos agroindustriais.

Cabe registrar ainda que foram elaboradas orientações a serem incorporadas pelos órgãos públicos competentes nas chamadas públicas de ATES/ATER, para que a execução dos serviços de ATES/ATER possa contemplar de forma



mais satisfatória as demandas das mulheres trabalhadoras rurais com vistas a uma maior igualdade de gênero. Apesar das iniciativas, o diagnóstico previsto não foi iniciado.

• **Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

A gestão ambiental em assentamentos busca direcionar as atividades produtivas e sociais em direção à sustentabilidade. Além disso, estimula o protagonismo das próprias comunidades na construção e execução de soluções aos problemas ambientais, inclusive remunerando os assentados pelo acréscimo florestal ou agroflorestal em áreas legalmente alteradas. Desde 2012, 850 assentamentos foram beneficiados com gestão ambiental. Destes, 457 tiveram atendimento iniciado em 2014.

Quantidade alcançada

850

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa trabalhou no processamento e manutenção das 54 parcerias celebradas em exercícios anteriores com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, objetivando a realização de cursos de EJA, Nível Médio, Superior e Especialização com o propósito da elevação da escolarização dos beneficiários da II PNRA. Além das parcerias dos cursos formais, temos a continuidade na realização da II PNERA com o fechamento da 1ª fase (quantitativa), e início dos trabalhos da 2ª fase (qualitativa) e ainda na continuidade dos cursos Especialização na modalidade Residência Agrária. As parcerias são para realização de cursos nas áreas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, Nível Médio, Superior e Especialização em Residência Agrária. Com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA a parceria é para continuidade dos trabalhos da segunda fase da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária – II PNERA.

Destacam se, ainda, a atuação das Superintendências Regionais no trabalho conjunto com o MDA na divulgação e levantamento da demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária neste Programa. Reunião com Ministério da Cultura sobre o Projeto Arte e Cultura, com vistas à celebração de Termo de Cooperação. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para viabilizar ações que atendam ao Programa Fortalecimento de Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Assinatura do Termo de Execução Descentralizada com a Secretaria Nacional da Juventude para em conjunto com o INCRA disponibilizar recursos para celebração de nova parceria com o CNPq para a realização e execução de Projetos de Residência Agrária Jovem. O qual contou com a chamada pública nº 19/2014 lançada pelo CNPq em 29/09/2014

Metas 2012-2015

• **Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Campo, instituído pelo Ministério da Educação com a participação de representantes do Incra, MDA, MEC, outras Secretarias de Governo e Movimentos Sociais, discutiu



sobre a apresentação, por parte dos municípios, de projetos ao FNDE para a construção de escolas.

- **Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram atendidos 3.810 alunos, dos quais 2.871 são alunos de cursos dos exercícios anteriores que já estavam em processo de formação e 939 referem-se às novas parcerias. Em 2014, foram celebradas 16 parcerias, sendo 12 com instituições públicas federais e estaduais e quatro com instituições privadas sem fins lucrativos. A elevação do nível de escolaridade dos beneficiários do Pronera é importante para proporcionar melhoria no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação educacional e qualificação do público do II PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

Quantidade alcançada

3.810

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, continuou a parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na execução dos 35 projetos que mantêm em sala de aula 1.562 alunos estudando nas mais diversas áreas do conhecimento. A II Pesquisa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária – II PNERA teve sua primeira fase encerrada e teve início a segunda, que é a parte qualitativa, onde atuam cerca de 50 profissionais envolvidos diretamente nas análises sócio política antropológica da influência dos resultados da ação de formação do Pronera nas áreas de assentamento.

Em setembro, foi celebrada nova parceria com CNPq para execução do Projeto Residência Jovem, que objetiva a realização de cursos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora para jovens de 15 a 29 anos, estudantes do nível médio, alcançando assim o cumprimento das diretrizes do Acordo de Cooperação Técnica assinada com a Secretaria-Geral – SG/PR para o desenvolvimento de ações conjuntas para promoção do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Foram selecionadas 34 propostas, que contarão com atendimento a cerca de 1.400 alunos.

Quantidade alcançada

2.850

Data de Referência

31/12/2014

- **Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente**

Análise Situacional da Meta

Após os ajustes das metas das parcerias em execução encerramos o exercício com atendimento a 12.506 alunos. Contamos com 17 parcerias, executados por meio de termos de cooperação ou convênios, com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam na formação dos jovens e adultos beneficiários do Pronera na ação de EJA. Importante registrar o alcance dessa ação a população atendida tendo em vista o propósito na diminuição do analfabetismo dentro das áreas de Reforma Agrária. As atividades de acompanhamento e fiscalização são executadas pelas Superintendências Regionais do Incra nos Estados onde temos as parcerias.

Quantidade alcançada

12.506

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias**

**Análise Situacional da Meta**

Nas reuniões dos colegiados estaduais de educação, tem havido discussões sobre as demandas, mas até o momento não houve ações concretas junto aos estados quanto à captação dos recursos para o desenvolvimento de projetos esportivos para atendimento aos assentamentos.

- **Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Não houve ação direta na área de saúde para com o público da reforma agrária. Ainda contamos com pequenas ações nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, operacionalizado pelo Incra por meio da parceria com o INSS que trabalha a emissão de carteiras de trabalho e palestra sobre previdência social.

- **Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas duas reuniões com o Ministério da Cultura para discutir a viabilidade de implantação do Projeto Arte e Cultura, com vistas à assinatura de um Termo de Cooperação para realização de atividades nos Projetos de Assentamento.

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer do exercício de 2014 o MDA, por meio da Ouvidoria Agrária Nacional, realizou inúmeras atividades de mediação de conflitos agrários; prevenção de tensão social e violência no campo; assistência social, técnica e jurídica a famílias acampadas; e capacitação de mediadores de conflitos sociais, mediante atividades da administração pública federal direta e indireta e/ou parceiras com diversos órgãos da União e das Unidades Federativas, a exemplo da Justiça Federal, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Tribunais de Justiça dos Estados, Procuradorias de Justiça Estaduais, Defensorias Públicas Estaduais, Polícias Civil e Militar, entre outros. Essas parcerias, obtidas em boa parte por meio da especialização das entidades para o combate à violência no campo, são fundamentais para um maior alcance das ações. Com relação ao combate à fome e à miséria o Incra e a Ouvidoria Agrária Nacional interagiu junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para que as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, bem como as famílias assentadas, sejam incluídas no Cad-Único, por meio de um trabalho de “busca ativa” específico, que continua em andamento, possibilitando a inclusão destas famílias nos programas sociais.

Metas 2012-2015

- **Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

A execução do cadastro das famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra é realizada pelo Incra, por meio de suas Superintendências Regionais. A dificuldade de acesso aos acampamentos, rotatividade das famílias e ausência de documentos pessoais dos trabalhadores são fatores complicadores para esse trabalho de cadastramento. Trabalha-se, atualmente, com a estimativa de que haja 120 mil famílias acampadas. Metade dessas já encontra-se cadastrada no CadÚnico e 43.932 recebem o Bolsa Família.

- **Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo**

**Análise Situacional da Meta**

Não é possível neste momento avaliar pontualmente se a meta vem sendo alcançada. Isso porque a classificação de morte decorrente (ou não) de conflito agrário é feita com base no inquérito policial instaurado para apurar o homicídio e muitos inquéritos ainda estão em andamento, de forma que não é possível apresentar dados conclusivos. Em 2014, foram registrados 52 homicídios no campo, sendo que 30 não foram decorrentes de conflitos agrários e nove mortes foram decorrentes de conflitos agrários (13 ocorrências ainda estão em investigação e o número de mortes decorrentes de conflitos agrários pode oscilar). Por outro lado, é indiscutível que o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria Agrária Nacional, em conjunto com o Incra e demais parceiros, reflete em redução da violência no campo, observando que a sociedade é dinâmica e crescente, de forma que, se não fosse esse trabalho, os números de violência no meio rural, decorrente de conflitos agrários, seriam certamente muito maiores, ou seja, a simples análise dos números de um exercício com relação ao anterior não reflete a eficiência ou não das atividades de combate à violência no campo.

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF oferece três linhas de financiamentos: Combate à Pobreza Rural - CPR que tem uma taxa de juros bem reduzida de 0,5% ao ano, e o prazo de 20 anos para pagar, que atende as famílias com renda anual de até 9 mil reais e patrimônio de 15 mil reais, que estão inscritas no CadÚnico. A segunda linha tem a estratégia de incentivar os jovens a permanecer no campo, chamada de Nossa Primeira Terra - NPT. Conta com uma taxa de juros reduzida, de 1% ao ano e atende jovens de até 29 anos. Já a terceira linha – Consolidação da Agricultura Familiar - CAF é para o agricultor ou agricultora, com renda anual de até 15 mil reais e patrimônio até 30 mil reais, com taxa de juros de 2%.

Metas 2012-2015

• Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário**Análise Situacional da Meta**

No início de 2013, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF passou por uma reformulação nas normas para contratação, com alteração das suas taxas de juros, das estratégias para o alcance da sustentabilidade dos projetos, bem como foi ampliado o acesso a Assistência Técnica – ATER, com a destinação de recursos específicos para ATER. Em virtude destas alterações, as contratações foram suspensas, o que irá provocar dificuldade no alcance da meta. Em 2013, foi possível atender 1.369 famílias rurais. Ressalte-se que a aferição consolidada de 2012 computou 4.526 famílias beneficiadas pelo programa, alterando-se, desta forma, o dado preliminar de 2.600 famílias. O ano de 2014 apresentou a retomada de novas contratações no PNCF, após os dois últimos anos (2012 e 2013), nos quais o Programa passou por uma reformulação normativa e operacional e alterações no fluxo de tramitação e contratação, o que reduziu a velocidade de contratação. No ano de 2014, os parceiros ainda precisaram se adaptar, inclusive nos seus sistemas de análise, tramitação e contratação das propostas, o que levou uma tramitação mais lenta neste primeiro momento e um baixo nível de contratações. Nas Unidades Técnicas, houve adaptação para cumprir as novas exigências de elegibilidade dos imóveis e dos beneficiários, bem como a maior segurança quanto à sustentabilidade dos Projetos. Nos Agentes Financeiros, foi necessária a produção dos novos normativos internos e adaptação dos seus sistemas para contemplar as novas condições juros, prazos, bônus e carência. Todos esses fatores levaram a uma baixa contratação de novas propostas em 2014, com uma retomada lenta do Programa por alguns Estados. Computando as 1.469 famílias beneficiadas no ano de 2014, fechamos os anos de 2012, 2013 e 2014 com um total de 7.364 famílias.

Quantidade alcançada

7.364

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453	-	-
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R\$ bilhão	30/06/2011	16	30/06/2014	24,1
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R\$/ha	31/12/2006	1,89	-	-
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R\$	01/09/2009	337,07	30/09/2014	512,19
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R\$	31/12/2006	54.367.701	-	-

Observações:

Área total utilizada para a produção da agricultura familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.

Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.

Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar - PNAD 2013 lançada em SET/2014. Próxima pesquisa somente em SET/2015.

Valor bruto da produção da agricultura familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Acessaram o crédito rural do PRONAF, nos anos de 2012, 2013 e 2014, mais de 2,6 milhões de famílias. Do total de operações efetivadas, cerca de 19% foram para mulheres. Foram firmados mais de 1,25 milhão de contratos de microcrédito orientado e realizadas mais de 1,3 milhão de operações de custeio agrícola. Entre as safras 2011/2012 e 2013/2014, 1.985.940 contratos de seguro de produção foram realizados e mais de um milhão de agricultores foram beneficiados pelo Garantia-Safra.

Ainda persistem as dificuldades de estratificação dos públicos atendidos pelas políticas de financiamento, fomento, proteção e garantia de preços e renda. Espera-se, contudo, que, com a implantação do SICOR, novo sistema do Banco Central, seja possível solucionar essas dificuldades.

Metas 2012-2015

- Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária

Análise Situacional da Meta

O crédito rural do PRONAF está adequado às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária. Todas as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas geradoras de renda que comprovam ter capacidade de pagamento podem solicitar o apoio



crédito de uma ou mais linhas do PRONAF. O crédito do PRONAF tem prazos de carência e de amortização que atendem a todas as realidades. As taxas de juros são negativas em todas as linhas e, para as unidades familiares de menor renda e/ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que vai de 25% até 46%. Além disso, o Seguro da Agricultura Familiar cobre o valor financiado e uma parte de renda líquida esperada. Em caso de flutuações negativas dos preços, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar cobre atualmente 50 produtos.

• **Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)**

Análise Situacional da Meta

O ano de 2014 teve cenário de ausência de demandas por recursos de subvenção e para acionamento de aquisições via aquisições do governo federal. Destaca-se, contudo, o seguinte: propostas para escoamento de estoques de feijão dos armazéns da Conab; edição da Portaria 710 que estabeleceu a venda em balcão de milho a preços subsidiados para atendimento da situação de emergência em estados do Nordeste; e a doação internacional de arroz e feijão. As deliberações referentes à venda em balcão são feitas pela Câmara Técnica Interministerial de Estoques Públicos - CIEP, coordenada pelo MAPA. Atualmente, há portaria em processo de avaliação visando à autorização de venda em balcão de aproximadamente 60 toneladas de feijão dos estoques públicos. Possivelmente, parte desse feijão será absorvida por agricultores familiares.

Desde o início do plano, 78 mil toneladas de uva foram adquiridas com operações de subvenção (PEP – Prêmio de Escoamento da Produção) no valor de R\$ 20,6 milhões, em 2012; e cerca de 26 mil toneladas de uva adquiridas por meio de Prêmio de Equalização Pago ao Produtor Rural (PEPRO), no qual foram negociados 25 milhões de quilos de uva mais 1,3 milhão de quilos de café arábica, utilizando-se do instrumento de Aquisição do Governo Federal da Agricultura Familiar (AGF/AF).

Quantidade alcançada

104.000

Data de Referência

18/02/2015

• **Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram executados 438.016 contratos (cada contrato corresponde a uma família). Em 2013, foram realizados 406.950 novos contratos, dos quais cerca de 48% são firmados com mulheres (fonte: BNB). Em 2014 foram realizados 406.408 novos contratos, dos quais 48,8% são firmados com mulheres (fonte: BNB).

Assim, tem-se um acumulado de 1.251.374 contratos firmados.

Os contratos de 2012 foram considerados porque tem dois anos de vigência e as famílias não podem acessar novo crédito antes do término.

Quantidade alcançada

1.251.374

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

Estão ativas e válidas no sistema da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP um total de 3.695 pessoas jurídicas que, conseqüentemente, estão aptas para acessarem as linhas do PRONAF voltadas para cooperativas e associações.



Ainda não é possível, contudo, estimar o número de pessoas jurídicas que acessaram o crédito. Com a implantação do SICOR/BACEN, espera-se ser possível a partir do fim de 2015 quantificar o número de pessoas jurídicas que acessam o PRONAF.

- **Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta

O número de Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Nacional – DAP, após as estratégias adotadas pela Secretaria da Agricultura Familiar, vem aumentando progressivamente. Os quantitativos mostrados na tabela que segue não são maiores pelo fato do documento ter caráter voluntário e declaratório e os integrantes das comunidades indígenas e quilombolas não os terem demandados junto aos agentes emissores.

Número de DAP emitidas para Indígenas e Quilombolas no período 2010/2014 e Ativas em 2015

Ano	Indígena	Quilombola
2010	5.065	3.420
2011	6.385	6.340
2012	9.229	9.621
2013	13.513	13.941
2014	16.051	10.898
Total	50.243	44.220

De igual maneira, o número de DAP emitidas para os Agricultores Familiares do Grupo A vem aumentando paulatinamente após, especialmente, dos ajustes nos normativos que regulam a matéria.

Número de DAP emitidas para beneficiários do Grupo A, no período 2010/2014 e Ativas em 2015

Ano	Quantidade
2010	78.989
2011	60.947
2012	62.923
2013	70.539
2014	40.909
Total	314.307

- **Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 468.394 contratos de custeio agrícola pelo PRONAF. Em 2013, foram realizados 439.976 contratos de custeio agrícola. Em 2014, foram realizados 427.966 contratos de custeio agrícola.

O total perfaz o número de 1.336.336 contratos (fonte: BACEN). O número de contratos aproxima-se do número de famílias que acessam o crédito.

Quantidade alcançada

1.336.336

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas**

Análise Situacional da Meta

Não há estratificação sobre a quantidade de mulheres e suas organizações produtivas que acessaram o crédito antes de



2013. Com a implantação do SICOR/BACEN, em 2013, pode-se informar que, de julho até dezembro de 2013, nos seis primeiros meses do plano safra 2013/2014, foram realizadas 297.607 operações de crédito para mulheres, o que significa 25,8% do total de operações realizadas.

• **Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O Garantia Safra é um benefício social cujo objetivo é garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores com perda sistemática de produção agrícola em função da seca ou do excesso hídrico. Os recursos para o pagamento do benefício são constituídos das contribuições dos próprios agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União. Essas contribuições formam o Fundo Garantia Safra, administrado pela Caixa Econômica Federal desde 2003.

No final de 2012, o programa sofreu importante alteração: foi aberta a possibilidade de expansão a todos os estados e municípios brasileiros. O novo regimento do fundo também concedeu ao órgão gestor do Fundo Garantia-Safra a possibilidade de incluir outras culturas, além de feijão, milho, arroz ou algodão. A partir de janeiro de 2013, o programa passou a adotar a mulher como titular dos benefícios concedidos às famílias constituídas por um casal atendidas pelo Programa Garantia Safra, independente do seu estado civil.

Durante a safra 2013/2014, 1.177.452 famílias foram beneficiadas pelo Garantia-Safra. Para o plano safra 2014/2015, o valor do benefício é de R\$ 850,00 e o número de cotas anunciado é o maior de todas as safras em onze anos de existência do programa: 1, 350 milhão de agricultores.

Até o momento, o número de agricultores aderidos para a safra 2014/2015 é de 1.013.127. A adesão prossegue até abril de 2015.

Quantidade alcançada

1.013.127

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	938.462	unidade	1.013.127	15/08/2014
Região Norte	61.538	unidade	0	15/08/2014

• **Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Segundo o BACEN, em 2012, 178.546 máquinas e equipamentos foram financiados no PRONAF. Em 2013, o número foi de 200.465 e em 2014, 109.502 máquinas e equipamentos foram financiados. Ao total, até então, foram financiados 488.513 equipamentos da indústria nacional (fonte: BACEN).

Quantidade alcançada

488.513

Data de Referência

31/12/2014

• **Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo**

Análise Situacional da Meta



Acessaram o PRONAF nos anos de 2012, 2013 e 2014 um total de 2.617.523 famílias, garantindo-se a participação de 19% de mulheres. (Fonte Sicor/Bacen).

Quantidade alcançada

2.617.523

Data de Referência

31/12/2014

• **Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

A oferta do seguro da produção está vinculada à meta de ofertar crédito de custeio agrícola. Na safra 2011-2012, foram realizados 455.286 contratos de custeio com seguro, na safra 2012-13, 447.401 e na safra 2013-14, 433.253, totalizando 1.335.940 contratos (Fonte: Bacen).

Quantidade alcançada

1.335.940

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O serviço de ATER vem apresentando crescimento e consolidação após quatro anos de promulgação da Lei 12.188/2010. Até o momento, foi atingida a meta de atendimento a 1,5 milhão de famílias por parte do MDA e INCRA com atuação mediante contratos de ATER, Acordos de Cooperação e Convênios. Foi dado foco especial ao atendimento de assentados de reforma agrária, assentados do Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e organizações de agricultores familiares. Ações de formação de agentes de ATER e de inovação tecnológica permitem a agregação de qualidade técnica e processual aos serviços.

Metas 2012-2015

• **Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente é preciso destacar que de acordo com o Sistema de Cadastro de DAP, até março de 2015 existiam apenas 3.695 empreendimentos com DAP Jurídica no país, sendo esse o universo total possível, já que os contratos de ATER devem se restringir a empreendimentos que possuem DAP Jurídica. Dentre os que possuem DAP, existe um quantitativo que se refere a associações de produtores e que, conforme previsto no código civil, não podem realizar atividade comercial, restando um público de 1.263 potenciais beneficiários.

No âmbito da ATER Mais Gestão, que tem como público alvo cooperativas da agricultura familiar detentoras de DAP Jurídica, foram lançadas três chamadas públicas, em 2012, para o atendimento de 489 cooperativas da agricultura familiar. Em uma delas, todas as propostas de quatro lotes foram desclassificadas e/ou inabilitadas em razão de pendências no credenciamento de ATER no seu estado de atuação. Em função disso, foram atendidas 414 empreendimentos, sendo 392 cooperativas atendidas por contrato de ATER e 22 empreendimentos por Contrato de Repasse.

Uma dessas chamadas tem enfoque específico na venda para o PNAE, outra no Programa Nacional de Combustível Social – Biodiesel e a terceira, nos mercados institucionais e convencionais. Dessa forma, foram efetivados Contratos de Ater em 17 estados (RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, MS, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA), mais o Contrato



de Repasse no estado do AC. Em abril de 2014 foram celebrados mais 2 contratos de Ater Mais Gestão para beneficiar 42 empreendimentos na Bahia e 15 no Espírito Santo, totalizando assim 471 empreendimentos da agricultura familiar atendidos até o momento.

Quantidade alcançada

471

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foram realizadas as capacitações dos conselheiros municipais. As coordenações estaduais do Garantia Safra estão em fase de planejamento desta atividade.

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram atendidas 332.562 famílias. Desse total, 103.957 famílias estão em assentamentos relacionados às regiões de baixa renda sendo utilizado os seguintes critérios: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, famílias pertencentes a Assentamentos prioritários no Brasil Sem Miséria e famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e 155.211 famílias estão em assentamentos localizados em municípios inseridos nos territórios da cidadania.

Ressalta-se que a execução física é contabilizada integralmente no exercício atual, pois o orçamento é repassado anualmente para os instrumentos firmados. A execução física informada possui como marco a publicação dos contratos, sendo que foi garantida a ampliação do atendimento, em 2015, para cerca de 47 mil famílias contempladas em Chamadas Públicas realizadas em 2014 e que se encontram em estágio final de contratação.

O número de agricultores contratados pelos convênios de ATER e Pacto Federativo é de 627.000.

O baixo desempenho da liberação das parcelas do Pacto Federativo de seis estados e a suspensão dos contratos do estado do PI, aliados aos problemas de manutenção do sistema de monitoramento da meta (SEAF/ATER-GB) que dificultaram novos registros (especialmente inclusão de novos agricultores), a partir do final de 2013, interferiram na capacidade de atingimento da meta.

Quantidade alcançada

530.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Permanecem em execução as chamadas indígenas para atendimento de 1.800 famílias indígenas, sendo 1.500 dentro do perfil BSM. Além disso, em 2014 foram lançadas chamadas prevendo o atendimento para 9.300 famílias indígenas nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Alagoas, Ceará, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Roraima.

Quantidade alcançada

1.800

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	0	31/12/2014



Região Nordeste	6.000	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	4.000	unidade	300	31/12/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	1.000	unidade	1.500	31/12/2014

• **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014 foram encerrados 4 contratos referentes à chamada BSM 003/2011, contemplando o atendimento a 1655 famílias nos estados de Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco. Além disso, 7.140 famílias encontram-se em atendimento nos estados de Alagoas, Pará, Piauí, Maranhão e Bahia. No final de 2014 foi lançada uma nova chamada, visando o atendimento a 5.000 famílias quilombolas nos estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará, com contratações previstas para 2015.

Quantidade alcançada

9.980

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.000	unidade	1.100	31/12/2013
Região Nordeste	7.000	unidade	7.500	31/12/2013
Região Norte	2.000	unidade	500	31/12/2013
Região Sudeste	4.000	unidade	880	31/12/2013
Região Sul	3.000	unidade	0	31/12/2013

• **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014 foram atendidas 332.562 famílias. Desse total, 103.957 famílias estão em assentamentos relacionados às regiões de baixa renda sendo utilizado os seguintes critérios: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, famílias pertencentes a Assentamentos prioritários no Brasil Sem Miséria e famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e 155.211 famílias estão em assentamentos localizados em municípios inseridos nos territórios da cidadania.

Ressalta-se que a execução física é contabilizada integralmente no exercício atual, pois o orçamento é repassado anualmente para os instrumentos firmados, visando atender aos beneficiários em atendimento. A execução física informada possui como marco a publicação dos contratos, sendo que foi garantido a ampliação do atendimento em 2015 para cerca de 47 mil famílias contempladas em Chamadas Públicas realizadas em 2014, porém em estágio final de contratação.

Quantidade alcançada

332.562

Data de Referência

31/12/2014

• **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção**

Análise Situacional da Meta

Os primeiros contratos de ATER para diversificação produtiva das áreas de tabaco encerraram-se em agosto de 2013. Em 2014 foram lançadas novas chamadas públicas para contratação do atendimento para mais 12,4 mil famílias, totalizando o atendimento a 22 mil famílias.



De 2010 a 2014, foram excluídos da cadeia do Tabaco em torno de 30 mil famílias, em virtude da diminuição da demanda por tabaco, sobra de tabaco nos estoques mundiais, aumento da demanda por cigarros eletrônicos, e aumento da produção de tabaco em países africanos. Estas famílias, se não fossem apoiadas pelo Programa de Diversificação da Cultura do Tabaco, sairiam do campo.

O MDA participou da Convenção Quadro de Controle do Tabaco das Nações Unidas, em Moscou - Rússia, representando o Brasil nos artigos 17 e 18. Foi aprovada, como recomendação da Convenção, o uso da proposta metodológica elaborada pelo MDA para identificação de meios de vida e alternativas a cultura do tabaco.

Quantidade alcançada

22.200

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, somados os resultados dos contratos de ATER vigentes desde 2011 e Acordos de Cooperação Técnica com os Estados e novas chamadas públicas, chega-se a um público de 358 mil famílias agricultoras em situação de extrema pobreza beneficiadas com assistência técnica. Dessas, 147,4 mil possuem projetos apoiados com assistência técnica e já estão recebendo recursos de fomento para implantá-los.

Dos assentamentos criados entre 2011 e 2014, 79% têm ATER garantida para o próximo período. Foram empenhados em 2014 R\$ 272 milhões para assistência técnica para assentados, dos quais R\$ 139 milhões no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (PBSM). Do total de famílias assentadas atendidas em 2014, 93 mil possuem o perfil do público do PBSM. Dessas, cerca de 13 mil receberam os recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Em 2014, o trabalho foi focado na articulação das ações de ATER com outras políticas do Plano Brasil Sem Miséria, como o Programa Cisternas no semiárido e o Programa de Aquisição de Alimentos para comercialização dos excedentes gerados.

Quantidade alcançada

358.000

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013, foi lançada chamada pública de agroecologia para o atendimento de 55.460 mil agricultores familiares, assentados da reforma agrária e agroextrativistas em Reservas Extrativistas – RESEX que já desenvolvem a produção agroecológica ou estão em transição, com a garantia de atendimento a 30% de mulheres.

Em 2014, estes serviços foram contratados para 42.610 beneficiários, que tiveram seu início de execução no mesmo ano. Por limitações do sistema informatizado de ATER (SIATER), que não possui marcação de beneficiários isolados como público específico, ainda não foram quantificados quantos deste 42.610 são extrativistas.

Em 2014, também foram lançadas chamadas específicas para extrativistas pelo INCRA, resultando na contratação de serviços para 26.054 extrativistas, no âmbito da PLANAPO.

**Quantidade alcançada**

26.054

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos**

Análise Situacional da Meta

Desde 2003, o MDA vem ampliando e qualificando as ações de Ater para os diversos públicos da agricultura familiar, alocando seus recursos nas organizações governamentais e privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de Ater. Com isso, deu início à oferta de serviços específicos de ATER para os povos e populações tradicionais, as quais incluem quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais, de acordo com suas características sociais, étnicas e econômicas, público que tem grande importância econômica e social e historicamente ficou a margem das políticas públicas e do desenvolvimento.

As primeiras chamadas públicas para contratação de serviço de ATER para transição e fortalecimento de sistemas de produção de base agro-ecológica foram lançadas em 2012. No âmbito da Planapo, em 2014 está garantida ATER para 133 mil famílias de assentados da reforma agrária, agricultores familiares, extrativistas, quilombolas e pescadores, sendo 42.610 no tema Agroecologia; 63.340 no tema Sustentabilidade; 26.054 no tema extrativismo (parceria com o INCRA); 740 no tema Pesca (parceria com o MPA)

Com a criação da ANATER, espera-se que haja avanços consideráveis no atendimento desse público. No entanto, existem barreiras como o impedimento de contratação de pessoal pelas organizações estaduais de Ater; a falta de preparo dos profissionais egressos das universidades para atuar nos temas, e a falta de tradição das organizações de Ater para tratar com esse público, o que dificulta a ampliação da abrangência e a oferta de serviços de qualidade.

Quantidade alcançada

133.000

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2013, foram atendidos com serviços específicos de assistência técnica para a juventude, 5.460 jovens rurais. Entre 2011 e 2014, em contratos de ATER não específicos para o público jovem, 86.699 jovens entre 16 e 29 anos foram atendidos pela ATER, representando 19% do total de beneficiários. Dos 466 mil beneficiários atendidos entre 2011 e 2014, 24% são mulheres jovens. Somente em 2014, nos contratos de ATER não específicos para o público jovem, 51.872 jovens entre 16 e 29 anos foram atendidos, representando 20% do total de beneficiários. Neste ano, 68% dos atendimentos foram dedicados às mulheres jovens.

Quantidade alcançada

86.699

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por meio de duas chamadas públicas (agricultura sustentável e crédito fundiário) foram contratados serviços para o atendimento a 90.400 agricultores familiares. Em 2013, novos serviços foram contratados para mais 23.400



agricultores nas chamadas públicas das cadeias do leite e café e para o crédito fundiário (PNCF).

Quantidade alcançada

113.800

Data de Referência

15/08/2014

- **Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

A proposta do Plano Nacional de Formação de Agentes de ATER já foi aprovada, em primeira instância, no comitê de ATER do Condraf, que conta com a participação de diversos representantes da Embrapa, do MDA, e da sociedade civil, que participam de entidades com experiência em ATER indígena, quilombola e de mulheres que qualificaram o plano de formação de agentes para estes públicos específicos. A proposta foi submetida ao CONDRAF em novembro de 2013 e foi aprovada mediante ajustes sugeridos pelo conselho. No 1º semestre de 2014, a proposta foi aprovada pelo Comitê de ATER do Condraf e está sendo implementada.

- **Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Não houve avanço no andamento desta meta.

- **Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Somadas as 565.866 famílias de agricultores familiares assistidas pelos contratos de ATER e acordos de cooperação vigentes entre 2011 e 2014, 500.142 famílias e agricultores familiares assistidos por convênios vigentes entre 2011 e 2014, e 438,4 mil famílias de assentados da reforma agrária assistidos em 2014, chega-se a um público de 1,5 milhão agricultores familiares beneficiados com assistência técnica.

Entre 2011 e 2014, 472.897 agricultores familiares, sem repetição, foram registrados no Sistema Informatizado de ATER (SIATER). Destes, 48% são mulheres, e 19% são jovens entre 16 e 29 anos.

Em 2014, estiveram vigentes 211 contratos para atendimento a 279,5 mil agricultores familiares, dos quais 95% tiveram um ou mais atendimentos ainda no ano de 2014, 56% são mulheres, e 20% são jovens entre 16 e 29 anos. Dentre os jovens, 68% são mulheres. Estiveram vigentes ainda convênios para atendimento a mais de 500 mil agricultores familiares, que, somados as 279,5 mil famílias com ater garantida por contratos e acordos de cooperação, totalizam 779.612 agricultores familiares atendidos em 2014.

Em 2014 foram assistidas 438,4 mil famílias assentadas da reforma agrária, maior cobertura de assistência técnica na história da reforma agrária.

Dos assentamentos criados entre 2011 e 2014, 79% possuem têm ATER garantida para o próximo período. Foram empenhados em 2014 R\$ 272 milhões para assistência técnica para assentados, dos quais R\$ 139 milhões no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (PBSM). Do total de famílias assentadas atendidas em 2014, 93 mil possuem o perfil do público do PBSM. Dessas, cerca de 13 mil receberam os recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.



No período de 2011 a 2014, destaca-se a contratação de ATER para o público extrativista, no âmbito do Programa Bolsa Verde, respeitando as especificidades produtivas e culturais das comunidades que desenvolvem o extrativismo e a conservação ambiental em Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento Agroextrativistas, localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Pará.

Quantidade alcançada

1.504.408

Data de Referência

30/12/2014

- **Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

Análise Situacional da Meta

Desde 2011, foram capacitados 3.312 agentes de ATER para atuar no Plano Brasil sem Miséria (PBSM) em 114 cursos de orientação inicial, sendo um curso com foco na abordagem para agricultores da pesca artesanal, um com foco nos serviços de ATER para quilombolas, e um com foco em ATER indígena.

Em 2014, foram capacitados 1.353 agentes de ATER em cursos de orientação inicial para atuação em chamadas públicas, oficinas de consertação, e em eventos temáticos sobre agro-ecologia, sustentabilidade, leite, café babaçu, diversificação da cultura do tabaco e metodologias de ATER, além de constituir 12 grupos gestores estaduais.

Entre 2011 e 2014 foram capacitados efetivamente 4.665 extensionistas agentes de desenvolvimento rural na agricultura familiar.

Em 2015 serão formados mais 3.547 agentes de ATER, fruto das ações iniciadas em 2014, totalizando 8.212 agentes de ATER com formação garantida no período 2011-2014.

No âmbito de formação de agentes de desenvolvimento rural pelo PRONATEC-CAMPO, a modalidade de pronatec realizada pelo MDA, foram realizadas matrículas de 27.477 alunos nos mais diversos cursos.

Os cursos profissionalizantes abrangidos nesse universo são agrários e não agrários, visto que o campo é mais do que um espaço de produção, é um espaço de vivência e como tal necessita de cursos que ajudem seus habitantes a construir uma ruralidade mais completa.

O Pronatec campo começou tímido, 168 matrículas em 2012, nos primórdios do programa. No ano seguinte houve um salto, foram 7.110 matrículas. Em 2014 o número subiu para 20.199 matrículas realizadas e a expectativa para 2015 é de cerca de 30 mil matrículas para a Agricultura Familiar no Pronatec Campo.

Fruto das parcerias com CNPq, considerando os editais avaliados, podemos inferir que para os 672 projetos a abrangência de capacitação foi de 175.600 agricultores familiares, 15.000 estudantes e 11.000 técnicos ou professores universitários.

Fruto das parcerias com o MEC nos editais PROEXT, considerando os editais avaliados, podemos inferir que para os 208 projetos totais foram beneficiados 117.968 agricultores/as familiares, 1690 docentes, 7452 discentes de graduação, 1099 discentes de pós-graduação e 890 técnicos.

**Quantidade alcançada**

35.689

Data de Referência

30/12/2013

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A ênfase dada à informação qualificada e capacitação dos empreendimentos dos agricultores e agricultoras familiares para sua inserção nos mercados institucionais tem revelado o aspecto mais positivo desse objetivo, pois, com mais conhecimento e qualificação, os agricultores familiares e suas organizações econômicas tem podido crescentemente acessar aos programas governamentais de compras e, assim, se beneficiar do seu potencial de agregação de renda e ampliação de mercados. Dessa forma, esses agentes econômicos têm aperfeiçoado seus instrumentos de logística e marketing.

Ainda pesa, contudo, a lacuna de organização sócioprodutiva existente em algumas regiões do país, notadamente naquelas onde residem as populações de mais baixa renda, fator que restringe a ampliação dos beneficiários das diversas políticas públicas nessa área.

Justamente por essa situação de carência de informações por parte dos agentes, em termos das possibilidades de compras da agricultura familiar, dados os marcos institucionais existentes, tem-se dedicado grande esforço no sentido de informar e capacitar gestores públicos e dirigentes de organizações dos agricultores familiares para, de um lado, ampliar-se os editais e as compras diretas de produtos da agricultura familiar e, de outro, permitir que os agricultores planejem a produção e a logística de distribuição em função desses mercados. Cabe enfatizar, no caso do PNAE, que tal esforço se dá em parceria com o FNDE, DFDA e CECANEs – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, com ações junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Entidades Executoras de ATER, visando alcançar e/ou ampliar o montante mínimo de 30% do repasse de recurso da alimentação escolar em compras da agricultura familiar.

Importante destacar que, na medida em que os agentes de comercialização se tornam mais eficientes e participam de mercados mais abrangentes e estruturados, também inserem um maior número de agricultores familiares em circuitos de comercialização rentáveis, tanto nos relativos às compras públicas, quanto nos relativos às compras privadas. Nessa perspectiva, é fundamental a ação das cooperativas dos agricultores familiares, que organizam os produtores e a produção segundo as exigências da demanda. Para dar suporte a esse processo, há um conjunto de políticas que, especialmente por intermédio do Programa Mais Gestão, procuram suprir, de maneira transversal, as diferentes necessidades. Com essa estratégia, permite-se a articulação de um conjunto de instrumentos de políticas públicas (assistência à gestão, crédito, formação, etc.) em torno de bases produtivas e de um objetivo de mercado previamente dimensionado.

Colabora também para o objetivo, o fortalecimento da imagem da agricultura familiar nos canais de comercialização por meio do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), e as ações de discussão e reformulação do marco regulatório relacionado ao funcionamento das agroindústrias familiares e agroindústrias de pequeno porte.

Em relação à inclusão da agricultura familiar nos circuitos de produção, consumo e comercialização de energia a partir de fontes renováveis, destaca-se o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Selo Combustível Social. Seus instrumentos dão sinergia para ações de incentivo à culturas perenes produtoras de óleo e biomassa como a palma



de óleo (dendê) e a macaúba (esta última com grande interação com as ações da sociobiodiversidade), com potenciais nas indústrias alimentícia, química e energética.

Para outras formas de produção de energia, as ações estão voltadas para estudos, diagnósticos, e apoio a projetos de produção de biomassa para biogás/biometano e bioquerosene de aviação (BioQav), florestas energéticas, energia eólica e solar.

Metas 2012-2015

• Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas

Análise Situacional da Meta

No PNAE, está-se buscando construir uma estratégia conjunta entre Incra e MDA. No âmbito do PAA, de um total de 122 mil famílias beneficiadas, 22%, são da reforma agrária.

• Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais

Análise Situacional da Meta

1.Realização feiras comerciais:

a)eventos de negócios sem venda direta ao consumidor

•ABAD–33ª Convenção Anual do Atacadista Distribuidor

Participação de 14 organizações da AF, representando 5 mil famílias, incluindo grupos de extrativistas e indígenas de Rondônia. 159 contatos comerciais

•APAS–30º Congresso e Feiras de Negócios em Supermercados 2014

Participação de 6 organizações da AF, representando 4.420 famílias, incluindo grupos de extrativistas do Cerrado – 93 contatos comerciais

b)eventos de venda direta ao consumidor com encontros de negócios

•Semana Internacional do Café 2014 . Participação de 8 organizações da AF, representando 10.477 famílias

c)eventos de negócios com venda direta ao público consumidor

•Feira Bio Brazil Fair 2014-10ª Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia 2014 Participação de 10 organizações da AF, representando 5.070 famílias. 400 contatos comerciais

d)eventos de comercialização direta ao consumidor

•Dez Quiosques de Comercialização da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável em 10 cidades-sede da Copa do Mundo 2014 (Brasília, Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Manaus, Fortaleza, Natal e Curitiba)

Participação de 31 organizações da AF

A participação em feiras e eventos comerciais promove a divulgação e comercialização dos produtos da AF, o fechamento e prospecção de negócios, melhoria da qualidade de seus produtos e serviços, inovação tecnológica, troca de experiências, oportunidade de lançamento de novos produtos, missões, visitas técnicas, encontros e rodadas de negócios.

2.Talentos do Brasil Rural–TBR: Inserção de produtos e serviços da AF no mercado turístico, permitindo aos empreendimentos da AF a agregação de valor

O TBR tem abrangência nacional, com foco no mercado das 12 cidades sede da Copa do Mundo de 2014, beneficiando 83 organizações da AF, cerca de 25 mil famílias



3. Talentos do Brasil (moda e artesanato): possibilita o intercâmbio e o aperfeiçoamento do saber-fazer entre as mulheres manufatureiras, bem como a valorização da diversidade cultural no Brasil, na busca de resultados efetivos: produtos de qualidade, de valor agregado, que gerem trabalho e renda

Atualmente, o projeto une agricultoras-artesãs de 12 Estados (AM, TO, PA, MA, PI, PB, BA, PE, MS, MG, RJ e RS), onde estão estruturados 18 grupos, beneficiando 2 mil famílias

A maior parte dos empreendimentos do TBR e Talentos do Brasil são organizações de mulheres rurais, cerca de 110 organizações da AF

• Festa da Uva 2014, Caxias do Sul-RS. Participaram 13 organizações da AF

• 10ª Natural Tech 2014, São Paulo-SP. Participaram de 13 organizações da AF

4. Além da participação em feiras e eventos é feita a promoção comercial por meio da venda em mercados institucionais e apoio por meio de programa de assistência técnica que visam à organização economia (Mais Gestão). Até dezembro de 2014, os programas que atendem as organizações da agricultura familiar atenderam mais de 6.780 organizações da agricultura familiar. Foram apoiadas 3.501 organizações pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, 3.126 pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, 488 pelo Programa Mais Gestão. Os dados de 2014 para PNAE não foram apurados. O número total de organizações apoiadas é diferente da soma de organizações apoiadas em cada ação destacada, uma vez que algumas organizações foram apoiadas por mais de uma ação, portanto foram contadas uma única vez no total a fim de evitar dupla contagem.

Quantidade alcançada

7.233

Data de Referência

31/12/2014

• Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados

Análise Situacional da Meta

I) Legislação Previdenciária

i. Acordada com o Ministério da Previdência Social e Secretaria da Fazenda a adequação para a manutenção da seguridade especial dos agricultores familiares com agroindustrialização, turismo rural e artesanato, por meio da Lei nº 12.873, de 24 de Outubro de 2013.

II) Legislação Sanitária

i. Realização de seminários conjuntos entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e a Confederação Nacional de Municípios – CNM, envolvendo o SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal) que ocorreu entre os dias 16 de julho a 24 de setembro em 32 cidades do país.

A proposta dos Seminários foi à ampliação do acesso dos municípios aos instrumentos e programas disponíveis para viabilizar uma maior participação da Agroindústria Familiar nos mercados institucionais e privados de comercialização. Os Seminários buscaram orientar os Gestores Municipais (Prefeitos e Secretários de Agricultura), Veterinários, Agrônomos, representantes da Fiscalização e Vigilâncias Sanitárias municipais e estaduais, técnicos agrícolas, sindicatos, associações, agricultores familiares e demais setores voltados à agropecuária para implantação adequada dos Sistemas de Inspeção Municipal, Constituição de Consórcios Municipais e adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), condição fundamental para garantia da qualidade da produção e acesso aos mercados municipal, estadual e



federal. Participaram 3.405 pessoas

ii. Proposta de simplificação dos requisitos para adesão ao SISBI/POA/SUASA por meio da revisão da Instrução Normativa nº36, que estabelece os requisitos para a adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em reunião extraordinária do Comitê Técnico Consultivo do SISBI-POA do dia 07 de fevereiro de 2013.

iii. Participação desde 28 de janeiro de 2013, na construção da proposta da Minuta do Projeto de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária da ANVISA, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Essa proposta foi aprovada no dia 22 de agosto na reunião pública da Diretoria Colegiada da ANVISA e encaminhada para Consulta Pública nº 37, de 26 de agosto de 2013.

iv. Publicação da RESOLUÇÃO-RDC Nº 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências.

v. Publicação da Lei nº 12.959, de 19 de março de 2014, que altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor.

vi. O MDA iniciará tratativa com o MAPA juntamente com a Coordenação do SISBI-POA/SUASA para apresentar Minuta de Regulamento do art. 7º do Decreto 5.741/2006 – SUASA, que trata de normas específicas para Estabelecimentos Agroindustriais Rurais de Pequeno Porte e Processamento Artesanal.

III) Legislação Tributária/Fiscal – perspectivas para 2015

i. Revisar/discutir no âmbito da SAF/MDA proposta de adequação da legislação fiscal/tributária e sobre o MEI/EI (microempresa/empreendedor individual) para os agricultores familiares com agroindústria.

ii. Discutir e acordar no âmbito dos Ministérios e outros órgãos envolvidos a proposta de adequação da legislação fiscal/tributária.

Expectativas para próximo período

- Elaborar em parceria com a Embrapa Agroindústria de Alimentos/RJ novos perfis agroindustriais com respectivos manuais de Boas Práticas de Fabricação – BPF.

- Parceria com Embrapa Agroindústria de Alimentos/RJ, para o desenvolvimento de tecnologias, com pesquisa de equipamentos acessíveis à agroindústria familiar.

- Parceira com Embrapa Alimentos, para a internalização das Boas Práticas de Fabricação – BPF, nas agroindústrias familiares;

- Elaboração de materiais didáticos/informativos sobre as legislações específicas para agroindústria de pequeno porte;

- Manutenção do apoio aos Serviços de Inspeção Estaduais (SIE) e Serviços de Inspeção Municipais (SIM) para otimização da atuação dos agentes de serviços de inspeção municipais em estabelecimentos de SIM e SIE e as agroindústrias familiares à obtenção da adesão ao SISBI-POA/SUASA;

- Apoiar, através de chamada pública, os Serviços de Inspeção Municipais (SIM), para que o maior número possível de serviços solicite adesão ao SISBI/POA/SUASA.

- **Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo**

**Análise Situacional da Meta**

Para a realização da meta estão colocados desafios como: a forma de organização dos grupos indígenas e de suas entidades de apoio; o desenvolvimento de proposta que respeite a identidade, a integridade cultural e as legislações sanitárias, realização de estudo que deve anteceder o projeto de agroindústrias indígenas e o acesso à DAP e à ATER e outras políticas. Não houve andamento da meta.

- **Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Análise Situacional da Meta

Em 2009 foi criada a Lei 11.947 que estabelece percentual mínimo de 30% na compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. Essa lei também prioriza a aquisição de produtos de comunidades quilombolas e indígenas.

Em 2014 foi construída uma agenda conjunta com objetivo de ampliar o acesso do público quilombola nas compras Públicas. Para tanto, foi firmada neste ano uma rodada de cinco oficinas denominadas “Oficinas de Comercialização Quilombolas”, das quais foram realizadas: 1. Curaça/BA; 2. Catuti/MG; Alcântara/MA e Porto Alegre/RS. A quinta oficina será realizada em março de 2015 em Eldorado/SP.

- **Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Por obediência ao calendário de plantio/regime de chuvas e ano safra, de julho de 2012 a julho, de 2013 foram distribuídas 1,395 toneladas de sementes de milho e feijão para 93 mil famílias assistidas pelo PBSM.

As sementes de milho, feijão e hortaliças foram integralmente distribuídas a famílias em situação de extrema-pobreza nos anos 2011, 2012 e 2013, conforme a localização na região do semi-árido e tempo hábil para o plantio dentro do calendário de chuvas e prazo para perda de germinação das sementes. Não houve renovação de contratos para produção de sementes.

Quantidade alcançada

93.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados levantados pelo FNDE, 16 capitais adquiriram produtos da agricultura familiar, em 2012. Na média, adquiriram cerca de 20%, sendo que cinco delas adquiriram mais de 30% da agricultura familiar. Os dados de 2012 ainda são preliminares, já que o FNDE não consolidou a prestação de contas. Com relação aos municípios, cerca de 3.000 (que corresponde a aproximadamente 54% dos municípios), adquiriram produtos da agricultura familiar. O montante adquirido da agricultura familiar no Brasil foi de R\$ 310 milhões, o que corresponde a 10% do recurso total disponibilizados pelo FNDE para alimentação escolar.

Em 2013, foram adquiridos da AF 13% do total dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar.

De acordo com os dados da prestação de contas do FNDE (2013), R\$ 460 milhões foram adquiridos de DAPs físicas e jurídicas. Os dados de 2013 ainda são preliminares, já que o FNDE não consolidou a prestação de contas. Das 27 capitais (incluindo o DF), 25 (92,59%) adquiriram da agricultura familiar um total de R\$ 42,2 milhões, sendo que R\$ 40,8 milhões foram adquiridos por meio de organizações da agricultura familiar (DAPs Jurídicas) e apenas R\$ 1,4, foram adquiridos de DAP físicas. Neste último caso, pelas capitais de Macapá/AP, Porto Velho/RO e Palmas/TO, todas da região norte. Os dados de 2014 só serão disponibilizados pelo FNDE no segundo semestre de 2015).

Quantidade alcançada

93

**Data de Referência**

09/02/2015

- **Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres**

Análise Situacional da Meta

A Resolução nº 26 do FNDE está em fase de discussão, visando a sua reformulação. O tema “monitoramento” relacionado ao controle do limite de venda por DAP/ano está disposto em seu Art. 32: “Art. 32 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/ano e será controlado pelo FNDE e MDA, conforme Acordo de Cooperação firmado entre estes.” A execução do objeto da meta aguarda definição de tais reformulações que envolvem a citada Resolução.

- **Inserir 10 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Para algumas formas de produção e consumo de fontes renováveis de energia, já existem políticas, programas e instrumentos estruturados. Para o incentivo a culturas perenes produtoras de óleo/biodiesel e biomassa energética como a palma de óleo (dendê) e a macaúba, algumas ações vêm sendo feitas com apoio e sinergia dos instrumentos do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.

Para outras formas, as ações estão voltadas ao monitoramento dessa produção, e principalmente, o autoconsumo e a possível venda de energia ou fontes energéticas não renováveis. Nestes casos, antes da estruturação de políticas, programas e instrumentos de fomento, estão sendo trabalhadas, num primeiro momento, ações de identificação, diagnóstico e monitoramento: são os casos da biomassa para produção de biogás, e as ações de energia eólica e solar.

Os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre biomassa, florestas energéticas e o biogás estão mais avançados, pois partem de ações já estruturadas a partir de incentivos de programas existentes, consultorias contratadas, projetos aprovados e acordos de cooperação técnica realizados. Os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre energia solar e energia eólica ainda são iniciais e não apresentam resultados em números.

No caso da produção de culturas perenes para produção de óleo/biodiesel e coprodutos energéticos, existe atualmente uma cooperativa na Região Sudeste que produz, vende e/ou autoconsumo óleo e o endocarpo dos frutos da palmeira macaúba. O óleo pode ser utilizado para a produção de biodiesel e o seu endocarpo é muito apreciado e utilizado como carvão pelo seu alto poder calorífico. A cooperativa em questão é a Cooper Riachão de Mirabela-MG, incentivada pela habilitação criada pela Instrução Normativa do MDA nº 01 de 20 de junho de 2011.

No caso da produção de biogás, foram identificadas 10 cooperativas na Região Sul que produzem e autoconsomem o biogás, produzido a partir de dejetos e rejeitos agrícolas, pecuários e/ou agroindustriais, e que tem a finalidade na maioria das vezes de produção de energia térmica nos seus próprios processos de produção. São cooperativas que não necessariamente possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para pessoas jurídicas, mas que apresentam em seus quadros número significativo de cooperados detentores da DAP. As 10 cooperativas identificadas e acompanhadas (e suas unidades e filiais) estão distribuídas da seguinte forma:

03 no Paraná: Cooperativa Lar (Abatedouro de aves de Matelândia-PR; UPLs de Itaipulândia-PR, Missal-PR, Serranópolis-PR); Cooperativa Cvale (Aminodaria Navegantes de Assis Chateaubriand-PR; Aminodoaria São José de Terra Roxa-PR) e Cooperativa Coopagril (Marechal Cândido Rondon-PR).



03 no Rio Grande do Sul: Cooperativa Languiru (Teutônia-RS); Cooperativa Ecocitrus (Montenegro-RS) e Cooperativa Santa Clara (Carlos Barbosa-RS e Selbach-RS).

04 em Santa Catarina: Cooperativa Coopercampos (Campos Novos-SC); Cooperativa Cooperdia (Concórdia-SC); Cooperativa Cooperalfa (Palma Sola - SC) e Cooperativa Aurora (Chapecó-SC).

Para se construir políticas, programas e instrumentos de apoio às organizações econômicas produtoras de biogás, ressalta-se a necessidade de devida especificação e normatização do biogás e biometano, bem como todas as regras para a segurança de equipamentos. O MDA vem fazendo reunião com atores privados e públicos envolvidos no tema para discussão de ações. Com a recente criação da Associação Brasileira do Biogás (ABIOGAS), certamente os avanços virão de forma mais rápida nos próximos anos.

Ante o exposto, por não existir ainda uma política pública ou programa consolidado que centralize e coordene os esforços de incentivo e fomento à inclusão da agricultura familiar nas cadeias de energias renováveis, os esforços estão sendo concentrados para identificar e diagnosticar as experiências existentes, assim como as necessidades de criação e/ou adequação de marcos regulatórios de incentivo.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	5	unidade	10	31/12/2014

• Inserir 5000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis

Análise Situacional da Meta

Com incentivos e sinergia do PNPB, foi criado em 2010 o Programa Nacional de Produção Sustentável da Palma de Óleo. O MDA participou ativamente de sua construção e acompanhamento com vários instrumentos de apoio para a cadeia: criação da linha de crédito Pronaf Eco Dendê, a capacitação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural e o monitoramento e articulação com atores envolvidos no tema. Com essas ações se estruturando nos últimos anos, atualmente 1.267 agricultores familiares produzem palma de óleo (dendê) na Região Norte (financiados pelo Pronaf Eco Dendê), mais especificamente no Estado do Pará, com o objetivo de produção de biomassa para fornecimento à indústria que por sua vez produzirá alimento e/ou energia renovável (biodiesel e biomassa com potencial para energia térmica e elétrica).

Também com incentivos e sinergia do PNPB, estão sendo feitas várias ações de apoio à cadeia da macaúba, voltadas à construção de Boas Práticas de Manejo, zoneamento agrícola, perfil agroindustrial e política de garantia de preço mínimo (PGPMBio). Atualmente 350 famílias de quatro municípios de Minas Gerais (Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus) participam da cadeia de energia renovável produzindo frutos de macaúba, por meio da Cooperativa Cooper Riachão, para a indústria de óleo e/ou biodiesel e para o carvão vegetal.

Em relação ao biogás, são identificados atualmente 86 agricultores familiares produzindo biogás, que fazem uso econômico a partir de biodigestores. Essas 86 experiências puderam ser identificadas a partir do Acordo de Cooperação



Técnica com a Itaipu Binacional e 33 delas se encontram no Projeto Ajuricaba em Marechal Cândido Rondon-PR e 53 em implantação no Projeto Entre Rios do Oeste-PR.

De forma complementar, por meio de uma prospecção de campo e em fontes secundárias, estima-se que a Região Sul possui ainda aproximadamente 750 biodigestores produtores de biogás, a partir das experiências do Paraná (Granja Colombari, Granja Marmentini, Fazenda Star Milk, Granja Elton Stein, Granja Romário Shaffer, Granja Bombardelli e Granja Simonetto) de Santa Catarina (Granja São Roque) e do Projeto Alto Uruguai da Eletrobrás no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quantidade alcançada

2.453

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	250	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	500	unidade	1.267	31/12/2014
Região Sudeste	250	unidade	350	31/12/2014
Região Sul	3.000	unidade	836	31/12/2014

• **Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel**

Análise Situacional da Meta

Será possível ter uma atualização de cooperativas novas/entrantes no programa em 2014, somente no primeiro trimestre de 2015, data limite prevista na Portaria do MDA nº 60 de 06 de setembro de 2012 para envio das informações por parte das indústrias e cooperativas referentes ao ano precedente.

Destaque para a Chamada Pública de ATER SAF/MDA 07/2012 que possibilitou a contratação de entidade executora do Projeto de ATER para gestão de 24 cooperativas de agricultores familiares participantes do PNPB nas Regiões Centro Oeste, Nordeste e Semiárido, com foco no fortalecimento gerencial desses empreendimentos e sua qualificação no programa.

Quantidade alcançada

77

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem a perspectiva de contribuir para a promoção da autonomia econômica das mulheres rurais por meio da atuação em três grandes frentes. A primeira delas é a ação de Organização Produtiva que, por meio de convênios, atua no apoio aos grupos produtivos de mulheres, na organização de suas redes e feiras. Uma segunda frente implementa o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural especializada para Mulheres, a ATER para Mulheres, que visa a qualificar e a apoiar a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos, prioritariamente agroecológicos, de organizações produtivas e econômicas de mulheres. Em ambas as frentes, é fundamental o oferecimento de recreação infantil que possibilite a participação efetiva das mulheres nas atividades propostas. Por fim, a terceira frente se dedica a



concretizar o acesso ao crédito para as mulheres. Isto ocorre por meio do PRONAF Mulher, uma linha específica do crédito PRONAF para as mulheres agricultoras. Ressalta-se que o envolvimento da DPMR e dos movimentos de mulheres rurais na construção do Plano Safra 2014-2015, na Planapo (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) e no PNDRSS (Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário) garantiu maior espaço para as mulheres rurais nas políticas públicas.

Metas 2012-2015

- **Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o edital do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais apoiou três modalidades: Apoio a Grupos Produtivos, Apoio a Redes de Organização Produtiva e a Feiras da Economia Feminista e Solidária, com o objetivo de apoiar grupos produtivos de mulheres por meio de formação, capacitação, estudos e pesquisas, promoção comercial e acesso às políticas públicas, com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural, por meio de:

- Apoio à produção agroecológica;
- Apoio à gestão e à comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária e da agroecologia;
- Troca de informações, conhecimentos técnicos e organizacionais;
- Fortalecimento das cadeias produtivas em que as mulheres estão inseridas;
- Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos.

Em 2014, foram contratados 10 projetos, beneficiando 355 grupos produtivos, em 25 Estados e 6 Territórios da Cidadania.

Além do suporte a projetos, o Programa de Organização Produtiva também tem promovido formações diversas em políticas públicas e realizado mapeamento de grupos produtivos, identificando demandas de documentação, formalização jurídica, acesso a políticas públicas. Pontua-se que, para fins de monitoramento, temos considerado que, em média, 01 grupo produtivo é constituído por 10 mulheres.

Quantidade alcançada

1.355

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	228	31/12/2014
Região Nordeste	750	unidade	648	31/12/2014
Região Norte	150	unidade	40	31/12/2014
Região Sudeste	225	unidade	219	31/12/2014
Região Sul	225	unidade	220	31/12/2014

- **Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram lançadas duas chamadas públicas para a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres, com o objetivo de fortalecer a organização produtiva das trabalhadoras rurais, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos.

Oito projetos foram contratados e atenderão 232 grupos produtivos de mulheres rurais nos seguintes Territórios da Cidadania: Cocais - PI, Serra da Capivara - PI, Agreste Meridional - PE, Seridó - RN, Mato Grande - RN, Vale do



Ribeira - SP, Médio Alto Uruguai – RS e Planalto Norte - SC.

No âmbito da Política de ATER, um marco importante deu-se na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CNDRSS em 2013, na qual foi garantido que pelo menos 50% do público beneficiário direto da ATER geral deve ser de mulheres rurais.

Além disso, foi contratado estudo qualitativo sobre a prestação de serviços de ATER, no âmbito dos contratos e convênios 2010 e 2011, com vistas a perceber sua contribuição e limites para a superação da condição de desigualdade historicamente vivenciada pelas mulheres no campo. O resultado dessa pesquisa será publicado em 2015.

Quantidade alcançada

672

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	320	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	1.600	unidade	376	31/12/2014
Região Norte	320	unidade	152	31/12/2014
Região Sudeste	480	unidade	72	31/12/2014
Região Sul	480	unidade	72	31/12/2014

• Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher

Análise Situacional da Meta

O registro e a obtenção de dados sobre a participação delas nessa política ainda permanece como desafio. Desde o Plano Safra 2013/2014, definiu-se que na linha Pronaf Mulher as mulheres receberiam orientação e acompanhamento financeiro no acesso ao crédito, com o limite de até R\$ 30 mil em atividades específicas, operada pela metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado, em todo o Brasil. No atual Plano Safra 2014/2015, esta mesma orientação manteve-se, assim como a meta de que 30% dos contratos das diferentes linhas do PRONAF sejam com as mulheres rurais.

Na Safra 2013/2014, considerando o acesso geral a todas as linhas do Pronaf, 27% dos contratos e 15% dos recursos foram para as mulheres rurais. Ainda não estão disponíveis os dados do Pronaf Mulher desta Safra.

Quanto à Safra 2012/2013, foram realizados 3.547 contratos Pronaf Mulher, totalizando R\$ 41.248.013,79.

Ressalta-se que, desde 1º de janeiro de 2013, o BACEN tem registrado dados desagregados por sexo dos tomadores de crédito, o que tem contribuído para identificar o percentual de mulheres que acessam o Pronaf nos dois últimos Planos Safra. No entanto, há o limite dessas informações serem nacionais, sem registros de dados estaduais e/ou regionais.

Quantidade alcançada

5.669

Data de Referência

31/12/2014

• Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais

Análise Situacional da Meta

As reuniões técnicas sobre o Plano Safra 2014/2015 representam um importante espaço para discussão e conhecimento das normas vigentes para operacionalização das diversas modalidades do Pronaf. Em 2014, foram incluídos nessas reuniões módulos específicos sobre o acesso das mulheres ao Pronaf, com destaque ao Pronaf Mulher, com a participação de 36 agentes de crédito.

Outro espaço em que a DPMR tem participado ativamente é no Fórum do Crédito e do Seguro da Agricultura Familiar, no qual tem-se pautado e debatido diversos temas vinculados ao acesso das mulheres ao crédito.



Além disso, está em andamento estudo contratado sobre o acesso das mulheres à política de crédito, cujo objetivo é analisar a participação das mulheres no Pronaf Geral e na linha Pronaf Mulher visando a avaliar os resultados alcançados e a indicar diretrizes para ampliação da participação das mulheres e de suas organizações econômicas na política de fomento à produção.

Pontua-se que os dados dessa meta não permitem regionalização.

Quantidade alcançada

69

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a DPMR promoveu a capacitação de 20 técnicos e técnicas das entidades executoras de serviços ATER especializada para Mulheres. Em 2013, foram realizadas capacitações para 38 técnicos e técnicas das entidades e para 6 técnicos/as fiscais de contrato, com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Também foram capacitados/as na operacionalização do Sistema Informatizado de ATER do MDA – SIATER, apresentando o Manual de Fiscalização de ATER e o Guia de Operacionalização das chamadas de ATER para Mulheres. Nesta mesma ação, em 2012, foram capacitados 20 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER.

Quantidade alcançada

84

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	100	unidade	40	31/12/2014
Região Norte	20	unidade	15	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	9	31/12/2014
Região Sul	30	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Nos últimos meses, destacam-se as ações empreendidas no sentido da implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, dentre as quais destacam-se as três reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO ocorridas durante o ano de 2014, as quais foram precedidas das reuniões das subcomissões temáticas. Dentre os assuntos abordados, destacam-se: a estruturação do regimento interno da comissão nacional e das subcomissões; a disponibilização de crédito rural; o incentivo à aquisição pelos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) de produtos agroecológicos e orgânicos; as demandas por assistência técnica especializada; programa de produção de sementes crioulas; programa nacional de redução de agrotóxicos; a promoção comercial dos produtos agroecológicos e orgânicos, entre outros assuntos relacionados ao tema.

Com relação ao aumento da participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado, destaca-se o projeto:



“Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista”, que foi responsável entre outros, por:

- apoiar a estruturação da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista - ABRABIO, entidade setorial que objetiva representar o setor e que é formada por 50 organizações da Agricultura Familiar, totalizando 12,5 mil agricultores familiares que conjuntamente comercializam mais de R\$ 80 milhões por ano.
- apoiar a participação de 27 organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica em feiras e eventos nacionais e internacionais no período de 2012 a 2014, dentre os quais destacam-se: Biofach Alemanha, 2012 e 2014; Natural Products – Califórnia 2012; APAS 2012 e 2013; Naturaltech 2013 e Biobrazil 2014.
- foram selecionadas e diagnosticadas 31 organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, apoiadas nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais, no âmbito do projeto.

Ressalta-se, ainda, o Núcleo Copa Orgânica e Sustentável, que estruturou uma campanha de conscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira por ocasião dos grandes eventos internacionais sediados no Brasil, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para tanto, foi lançada a campanha de consumo denominada: “Brasil Orgânico e Sustentável” com o objetivo de inserir junto ao segmento de hotelaria, bares e restaurantes a oferta dos produtos agroecológicos e orgânicos. Como atividade desta campanha, foram montados quiosques temáticos onde foram apresentados e comercializados os produtos da Campanha em 10 das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Com vistas à formalização dos produtores familiares como orgânicos, foram realizadas 14 oficinas de Certificação Participativa ou por Organismos de Controle Social – OCS nos estados e uma oficina nacional, em que participaram 577 multiplicadores pertencentes à cerca de 350 instituições diferentes. E, como resultado desta ação, foram credenciados 10 novos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade – OPAC’s, junto à COAGRE/MAPA. Com efeito, o total de OPAC’s credenciadas passou de 4 para 14. Já os Organismos de Controle Social – OCS credenciados subiram para 183 OCS’s.

Foi iniciada a oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específicas para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos com atendimento previsto a 140 mil agricultores familiares agroecológicos e orgânicos estratificados em seus diversos públicos.

Apresentam-se como desafios a acessibilidade dos agricultores familiares agroecológicos e orgânicos as diversas políticas públicas existentes, tais como ATER Crédito e Mercado Institucional, fazendo-se necessário o fortalecimento da formalização desses agricultores, por meio do apoio e estruturação dos Sistemas de Certificação Participativa-SPG ou por Organismos de Controle Social – OCS. Neste sentido, foram elaborados e estão em fase final de análise e contratação dois projetos que visam ao cadastramento dos agricultores familiares no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos/MAPA.

São apresentados a seguir os principais resultados alcançados no primeiro ano de execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (outubro de 2013 a outubro de 2014):

Ajustes na linha de investimento Pronaf Agroecologia, com taxa de juros de 1% a.a, a inclusão da agroecologia e produção orgânica na linha do microcrédito produtivo orientado com Ater vinculada e publicação da Portaria SAF nº 38, que disciplina sobre os planos simplificados ou projetos técnicos de crédito para o financiamento de sistemas de base agroecológica ou para transição agroecológica no âmbito do Pronaf.

Identificação da produção orgânica e agroecológica pelo SEAF

PGPAF com valor diferenciado

Ater específica aos agricultores familiares agroecológicos e articulada com a pesquisa e o ensino

Implantação de 115 Núcleos de Agroecologia na Rede Federal de Educação

45 mil matrículas efetuadas em cursos de agroecologia ou com enfoque agroecológico no Pronatec



Ações específicas para mulheres e jovens

Institucionalização do PAA Sementes – R\$ 10.6 mi aplicados no período

Implantação de 72 mil tecnologias de segunda água na região do semiárido

Estruturação do Programa Nacional de Sementes e Mudas

Ampliação dos mercados institucionais da produção orgânica: R\$ 7.0 mi (PAA) + 104 mi (PNAE)

Metas 2012-2015

• Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal

Análise Situacional da Meta

No período de 2012/13, no âmbito do Programa de Qualificação Profissional para a Agricultura Familiar, com o apoio do PRONATEC, foram qualificados três mil jovens agricultores familiares; 13 jovens e adultos mil participaram de cursos de formação inicial e continuada e outros quatro mil participaram de cursos de formação de agentes de ater com foco em questões como gestão e agroecologia. Até 2015, estima-se que mais de 100 mil técnicos e agricultores serão qualificados.

Até 2014, foram fomentados nos Editais CNPq N° 58/2010 e 81/2013 87 Núcleos de agroecologia, sem repetição, que trabalham com os agricultores familiares, em eixos como formação, extensão e organização da propriedade rural. O Edital 36 foi avaliado e resultou em 86 projetos, 17.764 beneficiados, sendo que 85% são agricultores familiares, 1.287 estudantes, e 920 técnicos/professores. Para obter uma expectativa do alcance dos demais editais CNPq, considerando os resultados obtidos no Edital 36, terão sido beneficiados pelos 628 projetos: 175.600 agricultores/as familiares, 14.967 estudantes, e 10.699 técnicos/professores universitários.

• Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado

Análise Situacional da Meta

Os programas de aquisição pública dos produtos oriundos da agricultura familiar, dos quais se destacam o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, foram os grandes impulsionadores dessa meta, estimulando a produção agroecológica, orgânica e do agroextrativismo por intermédio da priorização da aquisição e do pagamento de um prêmio de 30% de sobre preço para esses produtos (no caso do PAA). Atualmente esses programas representam os principais mecanismos de fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar com ênfase na dinamização do comércio local. No período de 2012 a 2014, cerca de 2.600 organizações da agricultura familiar comercializaram através de mercados institucionais sua produção orgânica. Com o objetivo de aumentar a participação dos agricultores familiares agroecológicos e orgânicos no mercado foi realizado o apoio à participação das organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica nas seguintes feiras e eventos realizados em 2014:

- Biofach Alemanha 2014 – Principal Feira de Alimentos orgânicos realizada anualmente na cidade de Nuremberg, onde participaram 14 organizações da agricultura familiar, representando diretamente 7.600 famílias agroecológicas e orgânicas.
- Green Rio 2014 – Evento de Negócios Sustentáveis, realizado anualmente na cidade do Rio de Janeiro, onde participaram 02 redes de comercialização de agricultores familiares agroecológicos, representando diretamente 180 famílias agroecológicas e orgânicas.
- Biobrazil/ Biofach América Latina 2014 – Principal evento de negócios de produtos orgânicos do país, realizado anualmente na cidade de São Paulo, onde participaram 16 organizações da agricultura familiar, representando diretamente 8.400 famílias orgânicas

• Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)

**Análise Situacional da Meta**

A presente meta tem sido realizada através da identificação dos agricultores familiares (cadastrados no banco de dados de Diagnóstico de Aptidão ao Pronaf – DAP) que compõe o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Sistema Brasileiro de Orgânicos (SisOrg). A partir dessa iniciativa, as informações referentes ao mecanismo de garantia da qualidade orgânica de cada produtor(a) cadastrado como orgânico estão sendo georreferenciadas. Com tais informações, pode-se observar as localidades onde se encontra a oferta de produtos reconhecidamente orgânicos e agroecológicos, possibilitando se relacionar tais dados com a demanda de mercado e articulação com outras políticas que envolvam a mesma temática e público. Foram ainda construídos mapas a partir de dados do IBGE de produção orgânica por Unidade Federativa.

Quantidade alcançada

7.369

Data de Referência

31/12/2014

- **Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo**

Análise Situacional da Meta

O Cadastro de Agricultores Familiares Agroecológicos e Orgânicos está em desenvolvimento desde 2014 com previsão de entrar em funcionamento em 2015. Pretende-se identificar quem são, onde estão e o que fazem estes agricultores

- **Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.794, em 2012, e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), principal instrumento de articulação e execução das políticas públicas, foi lançado em 17 de outubro de 2013.

No plano da gestão e controle social, o MDA tem ainda participação ativa na a CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, cujo papel é: a) promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do PLANAPO; b) constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da PNAPO; c) propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do PLANAPO ao Poder Executivo federal; d) acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLANAPO, e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e) promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da PNAPO e do PLANAPO.

- **Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.**

Análise Situacional da Meta

No período 2012/14 foi iniciada a oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos, por meio das seguintes chamadas públicas:

.chamada de Sustentabilidade - destinada a atender 70.700 agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade, ou seja, com acesso a tecnologias, conhecimentos e práticas sustentáveis para atividade agrícola;

.chamada de Agroecologia e Produção Orgânica – destinada a atender 55.000 agricultores familiares agroecológicos e orgânicos em 2013 e 20.000 agricultores familiares agroecológicos e orgânicos em 2014;

.chamada para Jovens Agroecológicos e Orgânicos – destinada a atender 11.000 jovens agricultores agroecológicos e orgânicos;

.chamada para Mulheres Agroecológicas e Orgânicas - destinada a atender 4.000 mulheres agricultoras agroecológicas e orgânicas.



Foi disponibilizado para a Safra 2013/14 um total de R\$ 100 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas. Recurso suficiente para atender 70 mil unidades produtivas de agricultura familiar.

Foi lançado no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/15, o Pronaf Agroecologia com uma taxa diferenciada de juros de 1% ao ano para apoiar investimentos em sistemas de produção agroecológica e orgânica. A previsão é que a utilização dos recursos superem R\$ 100 milhões de reais.

Além dessas ações, uma iniciativa importante para referenciar a quantidade alcançada se dá pelo acesso de associações e cooperativas produtoras de orgânico ao programa de compras institucionais, com pagamento de até 30% a mais que o valor tabelado para os alimentos produzidos em sistema convencional.

Quantidade alcançada

160.700

Data de Referência

31/07/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	75	unidade	7	31/12/2013
Região Norte	20	unidade	4	31/12/2013
Região Sudeste	40	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	50	unidade	14	31/12/2013

- **Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Além das chamadas listadas na meta anterior, uma iniciativa importante para referenciar a quantidade alcançada se dá pelo acesso de associações e cooperativas produtoras de orgânico ao programa de compras institucionais, com pagamento de até 30% a mais que o valor tabelado para os alimentos produzidos em sistema convencional. Embora ainda não se tenha um dado preciso acerca da quantidade de famílias atendidas pelas iniciativas acima, estima-se que ao menos 640 mil famílias tenham sido beneficiadas, considerando uma média de 4 famílias beneficiárias por organização da agricultura familiar (pessoa jurídica).

Quantidade alcançada

640.000

Data de Referência

31/07/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25.000	unidade	16.060	31/12/2013
Região Nordeste	50.000	unidade	55.550	31/12/2013
Região Norte	250.000	unidade	8.610	31/12/2013
Região Sudeste	75.000	unidade	21.730	31/12/2013
Região Sul	100.000	unidade	56.910	31/12/2013

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo



A Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial (AIPC) atuou: i) na coordenação da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL); ii) integrando a execução da agenda de cooperação internacional do governo brasileiro nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional; iii) participando da política de comércio exterior formulada e executada pela Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CAMEX), a qual o MDA integra.

Metas 2012-2015

• **Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

COOPERAÇÃO: No âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional, foram realizadas duas missões no segundo semestre de 2014 em Moçambique e no Zimbábue, em que se acompanhou o transporte de máquinas agrícolas aos países. Ainda, o MDA assinou com a FAO e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) o projeto de Intercâmbio de experiências e diálogo de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África. A fim de se aumentar o alcance de atividades foi discutido aportes de recurso para o Projeto de Cooperação para fortalecimento dos espaços de diálogo entre a FAO, Governos e sociedade civil: novos mecanismos de construção de políticas públicas, apoio à agricultura família e à segurança alimentar. Foi também definido ajuste complementar da Cooperação Técnica Brasil Alemanha e financiamento para dois projetos do MDA para atender as áreas de mercados da sociobiodiversidade na Amazônia e de gestão de processos de regularização fundiária.

INTEGRAÇÃO: O ano de 2014 foi pautado pela celebração do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Em 2014, no escopo das atividades da equipe de Integração Regional e no âmbito da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF), foram realizadas três reuniões da Seção Nacional Brasileira. Além disso, foram realizadas as XXI e XXII REAF, em que se aprovou três declarações de ministros sobre os seguintes temas: Ano Internacional da Agricultura Familiar, Políticas de Abastecimento e Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e, Políticas Públicas de Acesso à Tecnologia Apropriada para a Agricultura Familiar. Ademais, ocorreram as seguintes atividades:

- Missão de Intercambio de saberes/experiências em Políticas Territoriais e Políticas de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional;
- Oficina sobre experiências de regularização fundiária em países da Amazônia Legal;
- I Módulo IV Curso de Formação de Jovens Rurais da REAF;
- I Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar, que contou com a presença de 22 países do bloco e elaborou um plano de ação sobre o tema para o ano de 2015 a fim de aprovar a instalação do Grupo de Trabalho Ad hoc de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.
- Conferência sobre Mulheres Rurais da América Latina e Caribe no Ano Internacional da Agricultura Familiar de 2014.

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

O MDA atuou, no âmbito da Camex, na Revisão da Lista brasileira de Exceção à Tarifa Externa Comum do Mercosul, com a manutenção e inclusão de produtos da agricultura familiar que são sensíveis ao comércio internacional, na sua maioria, marcado por práticas distorcidas e desleais de comércio. Também na Camex, o MDA acompanhou a aprovação de um novo crédito concessional para a exportação de café verde para Cuba.

O MDA atuou junto à Camex e ao Grupo Mercado Comum do Mercosul para efetivar a prorrogação da elevação da alíquota da Tarifa Externa Comum do Mercosul para 11 linhas tarifárias de produtos lácteos e 3 de pêssegos industrializados.

Durante todo o ano, o MDA acompanhou as negociações do governo brasileiro com o governo dos EUA no acordo que encerrou o contencioso do algodão e acompanhou o andamento da Negociação do Acordo de Associação Birregional Mercosul – União Europeia e o seguimento das negociações para a efetivação dos encaminhamentos da 9ª Conferência



Ministerial da OMC, principalmente relativo ao tema dos Estoques Públicos para Fins de Segurança Alimentar.

PROMOÇÃO COMERCIAL

apoio à participação de 11 cooperativas da agricultura familiar na feira Biofach Alemanha 2015•

Participação de seis cooperativas de agricultura familiar nas feiras Southern African International Trade Exhibition (SAITEX) e Africa's Big Seven 2014, em Johannesburg, África do Sul.

Apoio à participação de 6 expositores da agricultura familiar do Brasil e REAF na feira Expoalimentaria, Peru.

E com o objetivo de incidir sobre Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 da ONU que definirá as novas Metas de Desenvolvimento Sustentável, encaminhamos subsídios ao MRE no sentido de reforçar nas propostas de metas, indicadores e meios de implementação a importância da agricultura familiar para os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

Por fim, no tema da elaboração dos princípios para “Investimentos Agrícolas Responsáveis” (RAI) propostos pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), que tem seu foco em investimentos, públicos ou privados, direcionados principalmente à agricultura familiar, o MDA encaminhou comentários para as consultas regionais para América Latina e Caribe em fevereiro, assim como para as duas sessões de negociações em Roma em maio e agosto, sessões das quais também participou. O texto deverá ser por fim submetido à aprovação do CSA na sua 41ª Sessão, em outubro deste ano.



PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0	31/12/2014	1.204.209
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700	31/12/2014	56.988.400
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3,148	31/12/2014	3,620
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40	31/12/2014	44,03
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83	31/12/2014	0,74
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45	31/12/2014	3,49
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04	31/12/2014	5,6
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83	31/12/2014	6,59
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900	31/12/2014	193.386.000
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79	31/12/2013	86
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19	31/12/2014	12,98
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35	31/12/2014	4,05
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67	31/12/2014	3,6
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10	31/12/2014	4,62
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37	31/12/2014	2,6
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68	31/12/2014	8,87

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Análise Situacional do Objetivo

O momento e a intensidade de atuação dos mecanismos de apoio estão vinculados às condições de comercialização da safra de cada um dos produtos básicos de alimentação e das matérias-primas agrícolas amparadas. Em geral, em anos de grandes safras, tais instrumentos têm um papel mais importante na regularização dos preços.

Comparando com os anos anteriores, em 2012, além das 562 mil t de arroz e trigo adquiridas, os instrumentos de sustentação de preços utilizados envolveram cerca de 2,2 milhões de t em operações de subvenção (PEP, PEPRO, VEP, Recompra, Contrato Opção) para produtos como laranja, sisal, milho, trigo, arroz, uva e derivados. Em 2013, recorreu-se ao AGF, PEPRO e Contratos de Opção de Venda, onde o total de operações realizadas atingiu 11,6 milhões de t com destaque para o milho, em Mato Grosso, que foi alvo de 95% desses instrumentos. A sustentação de preços se deu por conta do grande volume de milho colhido na 2ª safra. Para produtos como arroz, trigo, algodão e feijão, as condições de oferta e demanda de seus mercados dispensaram qualquer tipo de intervenção oficial. Neste ano de 2014, as intervenções do governo no mercado foram menos intensas porque boa parte dos preços praticados apresentou-se igual ou acima dos preços mínimos fixados, razão pela qual as aquisições ocorreram em menor volume (153 mil t), mas de forma mais diversificada, para produtos como o milho, feijão e trigo. O milho, comprado em maior quantidade por meio da AGF-Especial, visou recompor os estoques públicos para atender ao Programa Venda Balcão que, como no ano anterior, beneficiou pequenos criadores da região da SUDENE. O feijão destacou-se nesse ano, cujas aquisições diretas se intensificaram nos últimos meses, em decorrência do grande volume excedente de safra. E, ao final do ano, o preço de mercado do trigo nos estados da região sul estava abaixo do preço mínimo, o que motivou sua aquisição via AGF. Além dessas aquisições, a Conab lançou operações com subvenção, como o PEPRO e o VEP, e também realizou operações de Compra, Venda, e Compra e Venda Simultânea, abrangendo produtos como algodão (cujo apoio pelo PEPRO atingiu 52% da produção total), borracha, laranja, milho, trigo, arroz, sisal, além de produtos diversos para composição de cestas básicas, totalizando 8.063.816 toneladas, no conjunto das operações.

Para balizar a utilização dos mecanismos de apoio a comercialização, a Conab utiliza seu acervo de informações sobre safras, estoques, comércio internacional e níveis de consumo doméstico dos produtos amparados e, também, sobre a rede armazenadora disponível. Acompanha o comportamento dos mercados desses produtos e monitora, continuamente, a situação do abastecimento público.

A guarda e conservação dos estoques de produtos passados à propriedade do Governo Federal são realizadas por empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos com a Conab. Para monitorar a capacidade nacional de estocagem de produtos, especialmente de grãos, a Conab administra o cadastro nacional de unidades armazenadoras, realizando o levantamento censitário das informações e atualizando o banco de dados dos armazéns do país (neste ano foram cadastrados 2831 armazéns, 57% da meta). A Conab dispõe de uma rede própria de armazéns, boa parte em áreas não atendidas pela iniciativa privada. Em 2013, quando divulgado o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, foi lançado o Plano Nacional de Armazenagem, com o objetivo de ampliar e modernizar a rede armazenadora, aumentando a capacidade estática de armazenagem privada e pública, acompanhando o crescimento da produção agrícola. Para a Conab, foram destinados recursos da ordem de R\$500 milhões, sendo R\$ 350 milhões para a construção de 10 novas unidades e R\$150 milhões para reformar/modernizar 80 das já existentes, fortalecendo as unidades armazenadoras em ambiente natural (grãos), abrangendo armazéns coletores e de abastecimento. Com essa medida, e por meio de contrato firmado com o Banco do Brasil, almeja-se evoluir de 2,32 para 2,97 mil toneladas a capacidade estática de armazenagem pública, ampliando o atendimento aos programas sociais do governo e de intervenção no mercado.

Metas 2012-2015

- **Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de acompanhar mercados e monitorar a situação do abastecimento público, desde 2012 tem sido



atualizado e informado, mensalmente, na página eletrônica da Conab e na Revista Indicadores da Agropecuária, o balanço da oferta e demanda brasileira de 8 produtos da pauta da PGPM (algodão em pluma, arroz em casca, feijão, milho, soja em grãos, farelo de soja, óleo de soja e trigo). O quadro da oferta e demanda é elaborado por produto e contempla dados referentes a estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. Com base nesses dados são elaboradas análises de mercado e conjunturas agrícolas, que auxiliam na formulação de políticas públicas de abastecimento. A Conab tem buscado sempre assegurar a qualidade da informação, por meio de metodologias que geram informações isentas e atualizadas assim como conhecimento consistente e confiável.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento

Análise Situacional da Meta

Neste triênio (2012-2014), gradativamente a Conab intensificou o processo de atualização das seguintes metodologias:

a) dos custos de produção: a revisão do método de elaboração visou torná-lo condizente com o progresso observado no campo. Durante o ano de 2014 foram realizados os acompanhamentos e atualizações das informações gerenciais do mercado de máquinas, implementos, insumos agrícolas (produção e preços pagos) e serviços, assim como foram elaborados os custos e atualizados os coeficientes técnicos de diversas culturas que estão diretamente relacionadas com as políticas e programas de governo nas áreas de agropecuária e extrativismo, proporcionando condições para o dimensionamento da renda e da rentabilidade do setor agrícola, estando os dados disponibilizados no Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento-SIAGRO.

b) da coleta e tratamento de informações sobre preços: oferece aos usuários condições para que os preços sejam compreendidos dentro da sua dinâmica de produção e comercialização. O processo de debate da tecnologia incluiu a participação das Superintendências Regionais da Companhia, de forma a buscar as especificidades locais quanto aos produtos a serem pesquisados.

c) do método estatístico para estimar a produtividade: visa imprimir qualidade à informação relacionada com a safra agrícola. Para tal, foi desenvolvido um método estatístico baseado nas séries históricas de produtividade de safras já existentes, utilizando os modelos de Box-Jenkins para análises não estacionárias e modelos Auto Regressivos Integrados e de Médias Móveis para séries temporais estacionárias.

A Conab tem buscado medidas eficazes para incrementar a potencialidade do sistema de levantamento e acompanhamento de dados agropecuários, apropriando-se de ferramentas diversificadas e utilizando recursos tecnológicos de eficiência comprovada, como modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas, modelos agrometeorológicos/espectrais, dentre outros, os quais foram utilizados para os mapeamentos da safra 2013/2014 das culturas de verão de milho, soja e sorgo, cultura de arroz e também cana-de-açúcar em São Paulo.

Para 2015 está prevista uma inovação do processo de monitoramento de safras, tendo como origem a estratégia global estabelecida pela Food and Agriculture Organization (FAO), em parceria com o Joint Research Centre-JRC (órgão da União Européia) e University of Maryland (USA), com o objetivo de aprimorar o método de avaliação de safras da Conab. O levantamento das safras de grãos, café e cana-de-açúcar subsidia o governo, os agentes econômicos e os consumidores na tomada de decisão nas áreas econômicas, social, ambiental e política.

• Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos

Análise Situacional da Meta

Já em 2014 a Conab atingiu a meta de abrangência do número de municípios com produção representativa de grãos, contemplados pelas pesquisas de safra. Atualmente são 666 municípios que compõem a amostra e em 90% deles são realizados os levantamentos da safra de grãos. Novos roteiros de levantamentos da safra 2014/2015 foram inseridos



para que a amostra seja mais representativa, notadamente em Mato Grosso, com a nova fronteira agrícola de produção de soja, milho e arroz.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2014

• **Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas**

Análise Situacional da Meta

A Conab conta com uma rede armazenadora própria, atualmente composta por 180 armazéns, agrupados em 98 Unidades Armazenadoras, distribuídas em 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Em 2014 houve um pequeno decréscimo da capacidade estática, de 2.319.320 toneladas, menos de 1% de redução da capacidade em relação a 2013. Tal fato decorreu da desativação do Armazém Frigorífico de Passa Quatro/MG, em razão dos baixos índices de ocupação e desempenho e também da devolução da UA Manhumirim/MG, cedida à Conab e que se encontrava desativada.

O Plano Nacional de Armazenagem (PNA) prevê investimentos de R\$500 milhões no triênio 2013/2015, visando ampliar a capacidade estática da rede própria da Companhia, a qual poderá vir a atingir 2.976 mil toneladas, segundo estimativa da Conab, em que pese a meta para o final do PPA ter sido previamente estabelecida em 3.100 mil toneladas. Na gestão do PNA referente à Conab está prevista a construção de dez novas unidades armazenadoras: Luiz Eduardo Magalhães/BA (100 mil t); Anápolis/GO (50 mil t); Campina Grande/PB (60 mil t); Xanxerê/SC (50 mil t); Cerejeiras/RO (30 mil t); Itaqui/MA (100 mil t); Quixadá/CE (50 mil t); Petrolina/PE (50 mil t); Viana/ES (75 mil t) e Eliseu Martins/PI (100 mil t) e ainda a reforma, adaptação e/ou ampliação de 80 unidades da rede própria.

Quantidade alcançada

2.319.320

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	534.400	TON	651.900	31/12/2014
Região Nordeste	477.300	TON	271.080	31/12/2014
Região Norte	233.900	TON	92.940	31/12/2014
Região Sudeste	909.300	TON	703.800	31/12/2014
Região Sul	637.600	TON	599.600	31/12/2014

• **Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional**

Análise Situacional da Meta

A capacidade estática da rede de armazéns disponíveis, em âmbito nacional, foi de 149.506,6 mil toneladas e a produção nacional de grãos safra 2013/2014 atingiu 193.386,1 mil toneladas, o que equivale ao índice de disponibilidade de armazenagem de 0,77 em 2014, denotando um decréscimo em relação a dez/2013, quando era 0,78. No período de 2012 a 2014 a produção de grãos cresceu 17% enquanto a capacidade estática disponível evoluiu apenas 6%. Isso exigirá uma compatibilização da expansão da capacidade armazenadora com o aumento do quantitativo de grãos produzidos no país, visando à redução do déficit de armazenagem e ao atendimento da demanda por armazenagem no local da produção agrícola, em regiões prioritárias e de fronteiras agrícolas, em consonância com o Plano Nacional de Armazenagem.

O referido Plano tem dois eixos: 1) ampliação da rede armazenadora privada, beneficiando produtores e cooperativas com a criação de linha de crédito de R\$ 25 bilhões, durante 5 anos, distribuídos em 5 parcelas de R\$5 bilhões ao ano, a partir de 2014. A taxa de financiamento é de 3,5% ao ano, e o período de financiamento é de 15 anos, sendo 3 anos de carência e 12 anos de pagamento. Essa ação poderá agregar aproximadamente 13 milhões de toneladas de capacidade



estática ao ano, totalizando 65 milhões de toneladas de capacidade estática ao final dos 5 anos;

2) ampliação da rede armazenadora da Conab, com recursos previstos de R\$500 milhões, sendo R\$350 milhões para construção de 10 novas unidades em regiões prioritárias e de fronteira agrícola do país e R\$150 milhões para reformar, modernizar e ampliar 80 armazéns da rede. Com a conclusão das obras programadas, a capacidade estática do setor público federal deverá evoluir das atuais 2,32 pra 2,97 milhões de toneladas.

Para a execução do PNA, a Conab foi autorizada a contratar o Banco do Brasil ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia, relacionados à construção, ampliação, reforma ou modernização de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários. O Contrato Administrativo assinado em 17/09/2013, entre a Conab e o Banco do Brasil, tem vigência até o final de 2015, no valor total de R\$32.946.437,44.

Quantidade alcançada

0,77

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A incorporação de estações meteorológicas automáticas na Rede de Observação Meteorológica do INMET tem permitido o aumento quantitativo de dados meteorológicos coletados e desta forma, o monitoramento meteorológico passou a ser mais efetivo.

A ampliação da capacidade de monitoramento da atmosfera propicia melhores condições para o planejamento de ações e tomada de decisão governamental, visando à proteção e salvaguarda de vidas, além da orientação à agricultura e ao agronegócio, por meio da disseminação antecipada de alertas e avisos de eventos meteorológicos severos. Convém ressaltar, ainda, que a informação meteorológica/climática tem aplicações em outras áreas como saúde, transporte, energia, abastecimento de água, etc.

A ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso, ancorada na aquisição de 118 estações meteorológicas automáticas por meio de Programa de Cooperação Internacional (PCI) entre o INMET e a Organização Meteorológica Mundial – OMM. Em 2013, iniciou-se outro processo de aquisição de estações meteorológicas. Essa aquisição será realizada por meio de acordo entre o INMET e a OMM. O recurso disponível foi transferido para o PCI e deverá balizar novo processo de aquisição de mais 100 estações automáticas pelo organismo internacional em 2014.

Em 2012, foi encerrada a primeira fase da Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos e 3.315.677 documentos foram separados, higienizados, classificados, arquivados e transformados em imagens digitalizadas. Também foram convertidas as imagens em microfilme dos livros M1, que contém os dados meteorológicos coletados desde 1909 até a década de 50. Está em curso a realização da 2ª fase, na qual os documentos estão em processo de digitação, de forma a integrar novos dados meteorológicos ao Banco de Dados Meteorológicos do INMET. Os documentos serão arquivados em prédio construído para esse fim, que abrigará o Arquivo de Documentos Históricos do INMET e atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Arquivos - CONARQ.

Considerando a importância da divulgação das informações meteorológicas e climáticas, o portal do INMET (www.inmet.gov.br/portal/) entrou em operação em maio de 2012 e teve 8.892.207 visitas (de 01/05/2012 a 31/12/2014), crescimento de 153,9% considerando-se o período de MAI/2012 a DEZ/2013. Por meio dele, o cidadão tem acesso aos dados meteorológicos atualizados e aos históricos, bem como à previsão de tempo e aos avisos de tempo severo. Estão disponíveis no portal produtos como: Banco de Dados Meteorológicos (BDMEP) e Boletins Agroclimatológicos.



Ainda no contexto de fortalecimento do uso da informação meteorológica pelo Governo e pela Sociedade Brasileira, o INMET desenvolveu e oferece novos produtos:

- Aplicativo desenvolvido por encomenda do Ministério do Meio Ambiente, disponível no endereço <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/mma>, com o propósito de fornecer informações climáticas para a execução de aterros sanitários de pequeno porte;
- Aplicativo INMET – Tempo e Clima, para telefones celulares, desenvolvido com apoio da FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia) e disponibilizado no portal para que os cidadãos acessem as informações pelo sistema telefônico móvel;
- Resultados do modelo estatístico de previsão climática sazonal do INMET, bem como boletins de previsão de tempo, que passaram a ter 5 dias de validade sendo que, nos 2 primeiros dias, a previsão é oferecida por período, de forma que o cidadão tenha uma informação mais clara e acessível;
- Resultados do modelo numérico de Tempo COSMO na grade 7 Km e 2,8 Km estão disponíveis no menu Tempo. As previsões são para 174 horas na grade de 7 Km (intervalos de 03 horas) e para 27 horas na grade de 2.8 Km (intervalos de 1 hora). Os modelos são processados 04 vezes a cada dia (às 00, 06, 12 18 UTC);
- Aplicativo para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que utiliza informações climáticas para estimar as perdas de produtividade decorrentes de déficit hídrico, em apoio ao Seguro Garantia Safra, voltado à agricultura familiar no semiárido; e
- Novos produtos de imagens foram desenvolvidos e estão disponíveis no menu Satélite do portal;
- Novos equipamentos na banda X foram adquiridos, para recepção de imagens de satélites de órbitas baixas; estão em desenvolvimento novos produtos de imagens, que serão disponibilizados em 2015.

Metas 2012-2015

• Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações

Análise Situacional da Meta

A ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso. Foram adquiridas 118 estações meteorológicas automáticas da empresa finlandesa Vaisala, por meio de Programa de Cooperação Internacional entre o INMET e a Organização Meteorológica Mundial – OMM.

Essa aquisição foi iniciada em 2012 e se encerrou no segundo semestre de 2014, quando 100 estações meteorológicas automáticas foram recebidas pelo INMET. As outras 18 estações automáticas, adquiridas graças a sobras da aquisição inicial realizada pela OMM, serão recebidas pelo INMET em 2015.

As áreas para instalação das estações meteorológicas concentram-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, visando ao monitoramento meteorológico nas áreas agrícolas. O treinamento das equipes será realizado no início de 2015 e em seguida as equipes serão enviadas para campo para instalar o novo equipamento.

Em 2014, foram instaladas 11 estações automáticas que estavam armazenadas, aguardando a identificação de áreas seguras. Essas estações faziam parte do esforço inicial de estabelecimento de uma rede de estações automáticas.

Quantidade alcançada

495

Data de Referência

31/12/2014

• Digitalizar o acervo de 4,5 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel

Análise Situacional da Meta

Na primeira fase de implementação da meta, 3.315.677 documentos foram higienizados, separados, classificados, arquivados e foram digitalizadas 70.000 cadernetas e 260 Livros M1. Essa fase se encerrou em 2012. A realização da 2ª fase está em curso. Os documentos digitalizados acima mencionados estão em processo de digitação, e os dados meteorológicos contidos nessas imagens estão, desta forma, tornando-se novos dados meteorológicos digitais, contidos no Banco de Dados Meteorológicos do INMET.

Em 2014, foram executadas 12 Ordens de Serviço pela empresa contratada e o total de documentos resgatados até o



momento é de 3.873.905 e aproximadamente 32.850.000 informações foram recebidos pela base de dados.

Em 2013 foi realizada licitação de empresa de engenharia para a construção de novo prédio que abrigue o acervo histórico de documentos em papel. A construção do Arquivo Histórico foi realizada sem contratemplos e a obra deverá ser entregue no primeiro semestre de 2015. O Arquivo Histórico permitirá que o acervo de documentos, que materializa as observações meteorológicas coletadas em todo o país esteja concentrado apenas em um local (campus do INMET em Brasília) e garantirá que os documentos originais sejam preservados, conforme preconizado pelo CONARQ.

Quantidade alcançada

3.873.905

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo visa mitigar fatores de risco, por meio de instrumentos como a subvenção ao prêmio do seguro rural e as orientações do zoneamento agrícola de risco climático. Em 2014 o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) apresentou melhorias importantes: suprimiu-se o sistema de valores predefinidos de subvenção por seguradoras; o critério de distribuição de recursos passou a ser norteado por culturas; iniciou-se estudo aprofundado quanto aos parâmetros mínimos de comercialização das apólices subvencionadas e revisão do estudo de áreas prioritárias, de forma a melhor adequar o Programa aos anseios do setor produtivo.

Durante os anos de 2012, 2013 e 2014, representantes do MAPA participaram de reuniões e seminários em diversas regiões do país com o objetivo de promover o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). O reflexo dessa iniciativa foi a entrada de mais três seguradoras no Programa, aumentando para dez o número de empresas habilitadas, além do destaque cada vez maior do seguro rural na mídia e dentro do próprio Governo Federal. Como resultado, houve a destinação da considerável quantia de R\$ 700 milhões para custear o pagamento da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural na safra 2013/2014.

Quanto à regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural (FCSR) de que trata a Lei Complementar nº 137, de 2010, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda elaborou uma proposta para a implantação do Fundo, cujo modelo está pronto desde o fim de 2012. Entretanto, por conta das alterações do PSR, ocorridas durante o último biênio, interrompeu-se o encaminhamento para poder avaliar o modelo proposto à luz dessas alterações.

Em relação ao desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária e operacionalização do Sistema Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL), sob a responsabilidade da EMBRAPA/CNPM, o projeto transcorreu normalmente, sendo gerados quatro relatórios no ano de 2014, mais especificamente nos meses de julho, outubro, novembro e dezembro.

Metas 2012-2015

• Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares

Análise Situacional da Meta

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2014 destinou recursos da ordem de R\$ 400 milhões para o PSR, dos quais R\$ 399,9 milhões foram gastos com o pagamento da subvenção, valor que proporcionou a cobertura de 4,85 milhões de hectares com o seguro rural.

No que diz respeito à regionalização, nota-se um decréscimo na área segurada em todas as regiões, de forma mais acentuada nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, principalmente nos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso do Sul. Por outro lado, apesar do cenário adverso, houve a cobertura de áreas significativas em quatro unidades



da federação onde tradicionalmente não havia contratação; é o caso da Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo, indicando uma maior espacialização das apólices de seguro rural pelo Território Nacional.

Quantidade alcançada

4,84

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,9	milhão	1,03	31/12/2014
Região Nordeste	0,4	milhão	0,21	31/12/2014
Região Norte	0,1	milhão	0,07	31/12/2014
Região Sudeste	1,7	milhão	0,83	31/12/2014
Região Sul	6,9	milhão	2,69	31/12/2014

• **Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o PSR beneficiou 39.756 produtores rurais com a subvenção ao prêmio do seguro rural, número aquém das expectativas e inferior aos valores alcançados nos três anos anteriores. Para 2015, pretende-se ampliar o benefício do programa para cerca de 80 mil produtores rurais. Também em 2015, deverá ser concluído o estudo que estabelecerá os parâmetros mínimos necessários para que os produtos de seguro estejam aptos a receber a subvenção federal e também a reformulação do estudo técnico que define as microrregiões prioritárias do Programa, medidas que visam otimizar a aplicação dos recursos do PSR.

No tocante à regionalização, nota-se um decréscimo no número de produtores em todas as regiões, de forma mais acentuada nas Regiões Centro-Oeste e Norte, principalmente nos estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Por outro lado, apesar do cenário adverso, alguns estados produtores apresentaram um número crescente de segurados em relação ao ano anterior, com destaque para o Pará, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Além disso, pelo segundo ano consecutivo, houve a contratação do seguro subvencionado em quatro unidades da federação onde tradicionalmente não havia contratação, é o caso do Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, indicando uma maior espacialização das apólices de seguro rural pelo Território Nacional, o que sem dúvida é muito salutar para o Programa de Subvenção.

Quantidade alcançada

39.756

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.000	unidade	2.934	31/12/2014
Região Nordeste	1.500	unidade	930	31/12/2014
Região Norte	500	unidade	110	31/12/2014
Região Sudeste	18.000	unidade	9.184	31/12/2014
Região Sul	75.000	unidade	26.598	31/12/2014

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo



No ano de 2014 o valor aplicado em crédito rural foi de R\$ 141,74 bilhões em operações de custeio, investimento e comercialização. Os recursos efetivamente aplicados no ano de 2014 e no anterior superam o que foi disponibilizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, confirmando o compromisso de que não faltariam recursos para a agropecuária. A agricultura brasileira tem crescido de forma sustentável, fortemente ancorada em aumentos crescentes de produtividade, em políticas públicas adequadas e no empreendedorismo do produtor rural, expandindo e consolidando, cada vez mais, a integração econômica regional e as áreas de fronteira agrícola.

A produção brasileira de grãos mais que dobrou em duas décadas, atingindo 188,7 milhões de toneladas em 2013, principalmente em decorrência de ganhos de eficiência, sendo que nesse período a taxa de crescimento da produtividade (3,2%), foi quase duas vezes superior à da área (1,7%). Em 2014 a expectativa era de uma produção de grãos na ordem de 193 milhões de toneladas.

O desempenho da agricultura, na atual safra e na anterior, também está fortemente relacionado com a política agrícola, cujas medidas adotadas de apoio ao produtor rural abrangem a maior disponibilidade de recursos, criação de novos programas de investimento e melhoria das condições de acesso ao crédito rural. Essas melhorias consistem na elevação dos limites de financiamento de custeio, comercialização e investimento, além de taxas de juros inferiores às de mercado, aumentando o nível de apoio ao produtor rural.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

Os dados exibem uma aplicação de recursos do crédito rural no montante de R\$ 141,74 bilhões na safra 2013/2014. Esse valor representa a superação da meta prevista a ser alcançada em 2015.

Quantidade alcançada

141,74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	22,2	R\$ bilhão	35,23	31/12/2014
Região Nordeste	12,3	R\$ bilhão	10,92	31/12/2014
Região Norte	4,4	R\$ bilhão	6,32	31/12/2014
Região Sudeste	48,2	R\$ bilhão	40,34	31/12/2014
Região Sul	53,4	R\$ bilhão	48,93	31/12/2014

- **Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)**

Análise Situacional da Meta

Os dados acumulados ao longo do ano de 2014 exibem um número de contratos de 784.470 unidades. Do total de contratos, a região que apresentou maior procura foi a Região Sul, confirmando o Paraná e o Rio Grande do Sul como os maiores produtores, juntamente com o estado de Minas Gerais.

Quantidade alcançada

784.470

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.000	unidade	124.971	31/12/2014
Região Nordeste	47.000	unidade	57.804	31/12/2014
Região Norte	16.000	unidade	30.134	31/12/2014
Região Sudeste	210.000	unidade	213.218	31/12/2014
Região Sul	460.000	unidade	358.343	31/12/2014



OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Desde 2011 os preços do café no mercado internacional vem sofrendo forte depreciação, motivada pela retração nos estoques nos países importadores e pela preferência por café de outras origens de preço e qualidade inferiores ao produto nacional.

Para dar sustentação ao cafeicultor neste período, foram tomadas medidas de prorrogação de dívidas e alongamento de prazos para que se mantenha a produção em níveis desejados e os preços futuros se recuperem voltando a patamares remuneradores. Tais medidas visaram atender às necessidades prementes do setor, emanadas por meio do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Em 2014 ampliou-se o volume de recursos destinados ao setor cafeeiro no Brasil, totalizando R\$ 3,82 bilhões. Os recursos oriundos do Funcafé foram distribuídos para atendimento das linhas de financiamento de: Estocagem R\$ 1,3 bilhão; FAC R\$ 750 milhões; Custeio 845 milhões; Capital de Giro para Indústrias de Café Solúvel 200 milhões; Capital de Giro para Indústrias de Torrefação 300 milhões; Capital de Giro para Cooperativa de Produção 400 milhões; Recuperação de Cafezais Danificados 20 milhões; Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros 10 milhões. Os beneficiários dessas linhas são produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

Para o exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 3,82 bilhões, entre as várias linhas de financiamento, com recursos do Funcafé (superando a meta em mais de 2 bilhões). Dos 3,82 bi disponibilizados ao setor cafeeiro, por meio da Resolução nº 4.325 de 25 de abril de 2014 e nº 4.340 de 20 de junho de 2014, R\$ 3,49 bilhões foram empenhados dos quais R\$ 3 bilhões foram efetivamente repassados às Instituições Financeiras até 31/12/2014

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

Em função da atual crise na cafeicultura e em virtude do endividamento (e consequente falta de margem) do setor cafeeiro, verificou-se que menos beneficiários tomaram um volume maior de recursos do Funcafé.

No exercício de 2012, foi atendido o total de 16.478 beneficiários pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé. Em 2013, foram atendidos 12.638 beneficiários, dos quais 8.659 atendidos com recursos liberados após a publicação da Resolução CMN nº 4.229. Já em 2014 foram atendidos 11.662 beneficiários, dos quais 8.145 atendidos com recursos liberados após a publicação das Resoluções nº 4.325 e nº 4.340. Assim, acumularam-se 40.778 beneficiários no período de 2012 a 2014.

Quantidade alcançada

11.662

Data de Referência

31/12/2014



OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 foram realizadas missões comerciais, incluindo participação em feiras de alimentos, na Rússia (em Moscou), Japão, Canadá, África do Sul, EUA e China. Essas missões comerciais dão continuidade às ações de promoção comercial do agronegócio brasileiro em mercados estratégicos selecionados, considerando dados de mercado, novas oportunidades de negócio e demandas do setor privado por ação governamental naqueles mercados. Foram priorizados mercados em regiões com alto potencial de importação dos produtos agrícolas brasileiros, tais como Ásia e o continente americano. A expansão da agricultura brasileira depende, em larga medida, da expansão das exportações, mas a existência de restrições de ordem técnica, sanitária, tarifária, além de práticas desleais de comércio como subsídios tornam o mercado internacional de produtos agropecuários altamente protegidos. Para tanto o ministério firma acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de obter melhores condições de acesso para os produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Com esta finalidade, essa ação contempla atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional, assim como na implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados. Para 2015, o calendário preliminar de promoção internacional do agronegócio prevê a continuidade e o reforço das ações nos EUA, Japão, Canadá, China, África do Sul, Rússia e Peru, bem como a ampliação da atuação no Sudeste Asiático e Oriente Médio, além de ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência, como Europa, EUA e Japão.

Metas 2012-2015

- **Realizar 360 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram obtidos importantes resultados para o agronegócio brasileiro, considerando as negociações de abertura e manutenção de mercados para a promoção comercial dos produtos agropecuários do país. Em relação às missões comerciais, destaca-se a participação oficial brasileira em onze feiras comerciais internacionais do setor de bebidas e alimentos: Foodex Japão, SIAL Xangai e Food and Hotel China, na Ásia; Summer Fancy Food Show, SIAL Canadá e Americas Food & Beverage, na América do Norte; Prodexpo, Macfrut e World Food Moscow, na Europa; Expoalimentaria, na América do Sul; e SAITEX, na África. A meta acumulou 230 missões internacionais até 31/12/2014, sendo que 75 foram realizadas em 2012, 65 em 2013 e em 2014, 90 missões.

Quantidade alcançada

230

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	360	unidade	230	31/12/2014

- **Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) realiza ações de promoção do agronegócio no exterior e também no país, voltadas para o exterior, tais como informações sistematizadas sobre os requisitos necessários para a exportação de produtos agropecuários.

As missões internacionais foram realizadas pelo MAPA em parceria com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), com disponibilidade financeira de recursos de ambos os órgãos. Foram realizadas 60 ações de promoção até 2014,



sendo que 19 foram realizadas em 2012, 19 em 2013 e em 2014, 22 ações de promoção do agronegócio no exterior.

Quantidade alcançada

60

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	76	unidade	60	31/12/2014

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Plano ABC é uma política pública que apresenta o detalhamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário e aponta, de forma clara, metas para cumprir os compromissos assumidos voluntariamente de redução de emissão de gases de efeito estufa, até o ano de 2020. Nesse sentido, cabe destacar que o grande avanço na implementação do Plano ABC se deu no estabelecimento dos Grupos Gestores Estaduais (GGE's) em todo o território nacional (27 UFs), que promoveram a elevação na divulgação e a capacitação de técnicos e produtores rurais, e contribui para o crescimento da tomada de crédito junto ao Programa ABC (Linha de Crédito do Plano Agrícola e Pecuário). Nesse sentido, dos 26 estados mais o distrito federal (DF), já temos 15 planos estaduais elaborados, inclusive o do DF. Cabe destacar que a efetiva consolidação do Plano ABC somente ocorrerá com a participação intensa dos estados e dos municípios.

No ano safra 2010/11 (1º ano da criação do Programa ABC), foram aplicados somente R\$ 418,5 milhões do Programa ABC, de um total disponível de R\$ 2 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário. Já no ano safra 2011/12, foi utilizado em torno de R\$ 1,5 bilhão de reais, de um total disponível de R\$ 3,15 bilhões, o que correspondeu a um aumento de 262,2% em comparação ao ano safra anterior. Para o ano safra 2012/13, de um total disponível de R\$ 3,4 bilhões de reais, foram tomados cerca de R\$ 2,9 bilhões, o que corresponde a um aumento de 546%. No ano safra 2013/14, até dezembro de 2013, de um montante de 4,5 bilhões disponíveis, foi liberado em torno de 2,8 bilhões de reais. Assim, é possível afirmar que o Plano ABC, bem como a utilização da sua linha de crédito na viabilização da adoção das tecnologias previstas está em franca expansão e viabilizará, dessa forma, o atingimento das metas previstas para mitigação da emissão de gases de efeito estufa até 2020.

Um importante avanço nas atividades em andamento foi a realização da primeira reunião nacional do Plano ABC, que reuniu representantes de todas as 27 UFs, além de representantes de instituições parceiras. A reunião teve por objetivo discutir ações, resultados, avanços e dificuldades enfrentadas em diversas frentes, assim como mobilizar novas ações, sobretudo mobilizar os estados que ainda não desenvolveram seu Plano ABC Estadual.

O Mapa contratou os serviços de uma equipe de pesquisa para desenvolver um sistema de acompanhamento das ações do Plano. O trabalho já está em seu quarto produto, que inclui uma análise dos dados já disponíveis por meio dos contratos de crédito. O projeto do Sistema de Monitoramento foi apresentado e está em discussão para que possa iniciar suas atividades. Um dos desafios, ainda, é ajustar o processo de informação de dados do sistema bancário, para uma avaliação efetiva do avanço da proposta.

A execução do objetivo em pauta tem contado com importantes articulações internacionais, nacionais e estaduais, buscando o estabelecimento de parcerias para potencializar o atingimento das metas que, além de serem centrais para a sustentabilidade e competitividade da agropecuária brasileira, envolvem uma resposta a compromissos estabelecidos pelo governo brasileiro junto à comunidade internacional. Muitos dados, sobretudo quantitativos, ainda não estão prontamente disponíveis.



Além desses avanços, cabe destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido com o sistema bancário para quantificação e qualificação das informações dos projetos do Plano ABC, com destaque para as alterações que estão em curso do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) do Banco Central. A partir dessas alterações, será possível identificar as áreas de cada projeto, tanto de custeio quanto de investimento, bem como as localizações georeferenciadas dos mesmos. Além disso, cabe comentar sobre o laboratório para medição da mitigação dos Gases de Efeito Estufa (GEE) do Plano, em construção pela Embrapa Meio Ambiente, que já apresentou ao Mapa toda a estratégia elaborada para consolidação do mesmo, ou seja, toda a parte estruturante, operacional e de governança.

Metas 2012-2015

• Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 1 milhão de metros cúbicos de dejetos animais

Análise Situacional da Meta

O Plano ABC vem sendo implantado em todo o território nacional, com o uso crescente das tecnologias previstas, bem como o acesso a linha de crédito. No entanto, é junto aos produtores do estado de Santa Catarina que as tecnologias de tratamento de dejetos animais têm uma forte aderência, por sua tradição na produção de suínos. Este estado, juntamente com outros que também manifestaram interesse em estabelecer ações para o tratamento de dejetos animais, ainda estão trabalhando na definição específica desta meta dentro dos Planos Estaduais ABC. Outro aspecto relevante para esta meta refere-se ao laboratório para monitoramento do Plano ABC, que está em fase de implementação, bem como a estruturação dos planos estaduais. A quantificação dessa meta depende do desenvolvimento e implementação dos Planos estaduais, principalmente dos estados de SC e PR, que são os mais adiantados no momento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Expandir a adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 1 milhão de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados

Análise Situacional da Meta

O desafio imposto ao Plano ABC por esta meta está na disseminação do uso da tecnologia FBN, já consolidada para a cultura da soja, para novas culturas como feijão e oleaginosas em geral, bem como em algumas gramíneas, tais como milho. O crescimento da área com o uso desta tecnologia é gradativo, e tem demonstrado incremento após o início de implementação do ABC.

Tais dados vêm sendo coletados nas revendas, fabricantes e agropecuárias, bem como na área de fertilizantes do MAPA (com as quantidades vendidas sendo convertidas em área). Considerando o crescimento da área de plantio de soja, que foi em torno de 1,4 milhões de hectares, é possível aferir que para essa área houve um crescimento do uso de inoculante para FBN.

Quantidade alcançada

1.409.320

Data de Referência

31/12/2014

• Expandir a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 2,8 milhões de hectares

Análise Situacional da Meta

A adoção das tecnologias do Plano ABC vem crescendo gradativamente, à medida que se avança na implementação do Plano. Houve aumento significativo em termos da contratação de crédito do Plano Agrícola e Pecuário. A tecnologia do Sistema Plantio Direto (SPD) está passando por uma retomada de rumos, onde algumas práticas abandonadas ao longo dos anos estão sendo reaprendidas pelos produtores rurais como, por exemplo, a rotação de culturas, os terraços, e outras. Trata-se de uma tecnologia que já vem sendo praticada ao longo dos anos que, com o apoio do Plano ABC, está sendo melhorada. O aumento de área com o SPD foi acima do esperado, pois, na safra 2012/2013, houve incremento aproximado de 1.382.409 hectares, totalizando cerca de 27,4 milhões de hectares no acumulado nos



últimos anos, em todo o país.

Além da avaliação de área, deve-se fazer uma avaliação da qualidade das práticas adotadas. Para aferição do valor alcançado no período de análise do primeiro semestre de 2014, foram utilizados dados da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FBRAPDP), entidade que representa os produtores.

Quantidade alcançada

2.104.013

Data de Referência

31/12/2014

• **Expandir o plantio de florestas em 1 milhão de hectares**

Análise Situacional da Meta

Com o crescimento da adoção das práticas sustentáveis de produção, preconizadas pelo Plano ABC, e, consequentemente, com o crescimento da utilização do crédito disponível, as florestas plantadas também tiveram um aumento de área plantada, cujo quantitativo foi estimado. Os valores são levantados junto ao sistema bancário operador do crédito rural, principalmente pelo Banco do Brasil e o BNDES. Considerando o período de avaliação da meta, foi identificada a expansão de 1.305.000 mil hectares de área plantada. Tal crescimento ocorreu principalmente nas regiões dos Estados de Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

Em 2014, alguns fatores estimularam bastante o setor para o crescimento da área plantada de florestas, em torno de 405 mil hectares. Destacam-se o avanço da implementação do plano ABC em todo o território nacional e as mudanças ocorridas na linha de crédito oficial, que diminuiu os juros e aumentou o limite a ser tomado por operação/ano.

Quantidade alcançada

1.305.000

Data de Referência

31/12/2014

• **Promover a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) em 1,5 milhão de hectares**

Análise Situacional da Meta

A adoção do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta vem sendo realizada dentro do esperado, pois das tecnologias previstas pelo Plano ABC esta é a mais complexa para ser executada, tanto em termos de elaboração do projeto técnico, quanto de implementação por parte do produtor rural. Nesse aspecto, um dos pilares do Plano ABC que é a capacitação se mostra de extrema importância. Porém, temos observado o avanço do ABC nos estados e a crescente adoção pelo setor agropecuário. Essa tendência também foi observada durante o Rally da Pecuária com participação de 1.165 produtores rurais, abrangendo os estados de MS, PR, SP, MG, GO, TO, PA, MT e RO. Os dados da quantidade alcançada são resultados de estimativas.

Quantidade alcançada

479.636

Data de Referência

31/12/2014

• **Recuperar 6 milhões de hectares de pastagens degradadas**

Análise Situacional da Meta

A meta de recuperação de pastagens degradadas (665.774 ha em 2013 + 538.435 ha em 2014) vem sendo realizada com sucesso. É importante mencionar que o crescimento das áreas com as tecnologias do ABC tende a ser maior que o apresentado, uma vez que o produtor pode usar recursos próprios ou outras linhas de crédito para o financiamento. Os valores referentes à área de pastagem recuperada pelo Plano ABC são preliminares, pois ainda carecem de uma maior precisão e o Mapa estima as quantidades alcançadas com base nos valores de financiamento registrado pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) do Banco Central. No entanto, esse sistema de acompanhamento bancário ainda não está totalmente ajustados as necessidades do ABC.

Quantidade alcançada

1.204.209

**Data de Referência**

31/12/2014

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No que diz respeito às políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica, em 2014 foi priorizada a organização para implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Podemos destacar a realização, no final de maio, da semana do alimento orgânico, com atividades em todas as unidades da federação, que ajudaram a promover e divulgar o sistema orgânico de produção.

No que se refere ao incentivo ao desenvolvimento da agricultura orgânica, as atividades têm sido desenvolvidas a contento, com aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, incentivo à introdução do tema da agroecologia no ensino técnico e superior e disponibilização de tecnologias agropecuárias sustentáveis que podem ser utilizadas na produção orgânica. Ressalta-se que a imposição de limites para deslocamento prejudicam as atividades de fomento a produção orgânica, assim como as auditorias e fiscalizações.

Para as cadeias produtivas agrícolas, as ações de incentivo ao desenvolvimento de sistemas de agricultura sustentável referem-se à adoção das Boas Práticas Agrícolas e da Produção Integrada por parte dos produtores rurais brasileiros, que se dará pela capacitação de produtores, implantação de unidades comparativas no campo e pela elaboração de normativos com vistas à adoção de práticas sustentáveis que agreguem valor ao produto agrícola brasileiro. Em 2014 foi reformulada a parceria do Mapa com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), com foco na divulgação do selo Brasil Certificado para produtores rurais e para os consumidores. Foi publicada a norma técnica específica da batata, que permitirá a certificação dos produtores que adotarem as boas práticas.

Metas 2012-2015

- Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior

Análise Situacional da Meta

Apesar de termos atingido um número de 66 núcleos apoiados com recursos do orçamento do Mapa, um total de 115 núcleos foram apoiados com recursos de outros parceiros, uma vez que esta iniciativa foi incluída no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, onde se visa atingir, até 2015, 150 núcleos apoiados. A execução da meta envolve a parceria de cinco ministérios.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	unidade	6	31/12/2014
Região Nordeste	34	unidade	18	31/12/2014
Região Norte	22	unidade	8	31/12/2014
Região Sudeste	14	unidade	18	31/12/2014
Região Sul	9	unidade	16	31/12/2014

- Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial



Análise Situacional da Meta

Apesar do crescimento de 28,4% em relação a 2013, temos um desafio grande no ano de 2015 para que possamos alcançar a meta prevista. Contudo, em função de várias iniciativas que estão sendo executadas no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, é provável que tenhamos em 2015 um crescimento bem maior que nos anos anteriores.

Quantidade alcançada

15.613

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica**

Análise Situacional da Meta

Considerando os dados já consolidados, temos um total de 15.102 produtores e técnicos capacitados principalmente nos projetos/atividades: Semana do Alimento Orgânico, Bancos Comunitários de Sementes, Auditoria e Fiscalização e Núcleos de Estudo. No ano de 2014, a maior quantidade de capacitações aconteceu na preparação de produtores para atendimento da legislação brasileira para produção orgânica, visando a sua inscrição no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e nos cursos do Pronatec voltados a produção orgânica. As capacitações que vão ocorrer em virtude dos editais de Assistência Técnica e Extensão Rural, que envolvem a participação do Mapa, do MDA e a ampliação dos cursos do Pronatec deverão trazer um aumento significativo no atendimento da meta.

Quantidade alcançada

15.102

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2014 foram capacitados 5.341 técnicos e produtores em bem-estar animal, 9.720 técnicos e produtores capacitados em produção integrada agropecuária e 2.400 em qualidade e segurança do leite e da carne. Contribuíram para a execução das metas as articulações e parcerias relacionadas à produção orgânica e outros sistemas sustentáveis de produção.

Quantidade alcançada

17.461

Data de Referência

31/12/2014

- **Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes**

Análise Situacional da Meta

Há 365 bancos comunitários de sementes apoiados em 15 Unidades da Federação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Tocantins, Bahia, Piauí, Paraíba) e 148 municípios. Contribuíram para a execução das metas as articulações e parcerias relacionadas à produção orgânica e outros sistemas sustentáveis de produção.

Quantidade alcançada

365

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	80	unidade	14	31/12/2014



Bioma Caatinga	200	unidade	13	31/12/2014
Bioma Cerrado	200	unidade	139	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	120	unidade	154	31/12/2014
Bioma Pampa	120	unidade	7	31/12/2014
Bioma Pantanal	80	unidade	38	31/12/2014

• **Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 tivemos a elaboração de mais 8 regulamentos técnicos, sendo 3 relacionados a normas técnicas para produção orgânica e 5 relacionados a especificações de referência para o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica. Com esses números atingimos 55,5% da meta final.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

• **Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável**

Análise Situacional da Meta

Foi oficializada (no Boletim Oficial nº 19, de 10 de julho de 2014, pela Portaria nº 203 Mapa) a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver estudos e formular propostas para estabelecimento de Marco Legal na esfera federal, referente à Produção Integrada na Agropecuária. Este grupo apresentou uma proposta de Projeto de Lei e em 2015 serão finalizados os trabalhos de elaboração do projeto de lei.

• **Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantadas duas Unidades Demonstrativas de citrus nas localidades de Rosário do Sul/RS e Cacequi/RS (região sul) e seis Unidades Demonstrativas de morango nos municípios de Atibaia/SP e Jarinú/SP (região sudeste). Para a Produção Integrada de Abacaxi foram implementadas 9 Unidades Demonstrativas e para Produção Integrada de Banana, 4 Unidades Demonstrativas, sendo as 13 unidades localizadas no Estado de Tocantins.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	20	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	15	unidade	69	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	6	31/12/2014
Região Sul	20	unidade	11	31/12/2014

• **Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

A meta de implantação das comissões de produção orgânica (CPOrgs) foi alcançada em 2013. Durante o ano de 2014 foi realizada discussão com representantes das comissões e de outros fóruns representativos do setor orgânico para aperfeiçoamento da rede de comissões. Para tanto, foi proposta alteração da Instrução Normativa que regulamenta as Comissões, para permitir a recomposição das 27 CPOrgs e também da comissão nacional, que passará a ser chamada de Subcomissão Temática e assumirá um papel de assessoramento junto à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Quantidade alcançada

28

**Data de Referência**

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	1	unidade	1	31/12/2014
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi alcançada com a publicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica pelo Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.

- **Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal**

Análise Situacional da Meta

Das 15 normas previstas para publicação até 2015, 10 referem-se às cadeias produtivas agrícolas e 5 às cadeias produtivas pecuárias. No ano de 2014 foram publicadas duas normas técnicas específicas: 1) a Instrução Normativa nº 11, de 08 de maio de 2014, que estabelece as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada da Batata; e 2) a Instrução Normativa nº 27, de 11 de agosto de 2014, que estabelece as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada do Tabaco. Os normativos podem ser acessados no endereço: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/producao-integrada>.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

Apesar de aparentar uma baixa execução, essa meta deverá ser alcançada sem problemas até o final de 2015. Já existe um grande número de tecnologias em que a parte técnica já está elaborada, estando agora na fase de ajuste de linguagem para que sejam acessíveis para os agricultores em geral, para em seguida entrar nas etapas de diagramação, ilustração e publicação.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural, previstas para 2014, ocorreram no segundo semestre tendo em vista a conclusão do Chamamento Público. As metas previstas para o exercício foram superadas por meio de parceria celebrada com o Ministério da Pesca e Aquicultura, nas ações específicas de fortalecimento das



cooperativas e associações pesqueiras. A implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária estão aquém do esperado, entretanto, com o apoio contínuo do Mapa, pretende-se avançar no alcance das metas. A concessão de créditos vem atendendo uma lacuna existente, principalmente junto aos pequenos cooperados, associados e produtores rurais, que na maioria das vezes não encontram alternativas viáveis no sistema bancário tradicional. Da mesma forma, os recursos do crédito rural oferecidos pelos bancos públicos encontram opções mais ajustadas as suas necessidades.

Metas 2012-2015

• Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais

Análise Situacional da Meta

A meta referente à aquisição de patrulhas mecanizadas se materializa via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. As patrulhas mecanizadas perfazem o objeto da maior parte dos contratos de repasse celebrados. Em 2014, verificou-se uma queda no quantitativo esperado pelo fato de ser ano eleitoral, que reduz o período de celebração dos contratos de repasse. Para 2015 serão elaboradas normas definindo critérios com vista a atingir a meta prevista.

Quantidade alcançada

3.942

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.565	unidade	375	31/12/2014
Região Nordeste	1.375	unidade	415	31/12/2014
Região Norte	1.035	unidade	230	31/12/2014
Região Sudeste	2.140	unidade	935	31/12/2014
Região Sul	3.285	unidade	1.987	31/12/2014

• Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário

Análise Situacional da Meta

As metas referentes aos projetos de desenvolvimento agropecuário correspondem à soma de todos os projetos que se materializam via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. Agregam projetos de aquisição de patrulhas mecanizadas, manutenção e recuperação de estradas vicinais, aquisição de maquinário para agroindústria, construção/reforma de mercados locais e centros de distribuição, entre outros. Em 2014, verificou-se uma queda no quantitativo esperado pelo fato de ser ano eleitoral, que reduz o período de celebração de instrumentos de parceria para execução dos projetos. Os principais projetos apoiados em 2014 foram: eletrificação rural, estradas vicinais, aquisição de máquinas e implementos agrícolas, aquisição de patrulhas mecanizadas.

Quantidade alcançada

4.895

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.600	projeto	444	31/12/2014
Região Nordeste	1.900	projeto	656	31/12/2014
Região Norte	1.600	projeto	360	31/12/2014
Região Sudeste	2.100	projeto	1.108	31/12/2014
Região Sul	8.200	projeto	2.327	31/12/2014

• Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios

**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 foi formado apenas 01 (um) consórcio entre 06 (seis) cooperativas de produção e 01 (uma) cooperativa de agroindustrialização da cadeia produtiva do chocolate, vinculada ao complexo agroindustrial do cacau. Em 2014, não houve a celebração de convênios, no exercício, com a finalidade de formação de consórcio, visando cadeias produtivas do agronegócio.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo elaborados estudos com o objetivo de melhoria na qualidade dos projetos para que a meta seja atingida.

Ressalta-se que 100% desta ação é executada por meio de emendas parlamentares.

Quantidade alcançada

7.751

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20.100	km	578	31/12/2014
Região Nordeste	7.100	km	2.345	31/12/2014
Região Norte	8.100	km	1.637	31/12/2014
Região Sudeste	10.100	km	1.737	31/12/2014
Região Sul	20.000	km	1.454	31/12/2014

- **Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa**

Análise Situacional da Meta

Com a conclusão das 2 Chamadas Públicas foi possível superar a meta prevista, graças a parceria celebrada entre o Mapa e o Ministério da Pesca e Aquicultura. Das 424 capacitações de dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social das cooperativas e associações rurais, 254 foram em função dessa parceria.

Quantidade alcançada

424

Data de Referência

31/12/2014

- **Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)**

Análise Situacional da Meta

A certificação está sendo realizada em todo o país, principalmente nas empresas que prestam serviços remunerados a terceiros, que se enquadram na obrigatoriedade de serem certificadas. A Instrução Normativa nº 03 do Mapa, de 10 de outubro de 2008, determinou que o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras iniciasse em dezembro de 2010 de acordo com o escalonamento previsto. Entretanto, na Instrução Normativa nº 24 de julho de 2013 foi determinado um novo escalonamento com uma primeira etapa iniciando em janeiro de 2014, uma segunda etapa em 31 de dezembro de 2014, além do início do escalonamento para as unidades armazenadoras que tiverem até 3 (três) CNPJs ou até 3 (três) CDAs, com capacidade estática máxima total de 20.000 toneladas. Portanto, devido a isto a evolução no processo de certificação foi impulsionada no ano de 2014.

Quantidade alcançada

7.146

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.500	unidade	1.455	31/12/2014
Região Nordeste	300	unidade	257	31/12/2014
Região Norte	200	unidade	124	31/12/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	1.145	31/12/2014
Região Sul	3.000	unidade	4.165	31/12/2014

• **Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Armazenagem já foi concluído. Como resultado, no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, foi lançado o Plano de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), com uma linha de crédito específica de financiamento, operada pelos bancos, para construção, modernização e ampliação de Unidades Armazenadoras. Serão disponibilizados R\$ 25 bilhões em cinco anos safras com juros de 4% ao ano e com 15 anos para pagamento, incluindo três anos de carência.

• **Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

Análise Situacional da Meta

Com a conclusão das Chamadas Públicas de 2014, foi possível implementar 14 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

• **Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais**

Análise Situacional da Meta

Com a conclusão das Chamadas Públicas foi possível superar a meta prevista, graças a parceria celebrada entre o Mapa e o Ministério da Pesca e Aquicultura. Das 2.004 capacitações, 719 foram em função dessa parceria, voltada para capacitação de cooperativas e associações voltadas para atividades pesqueiras e aquícolas.

Quantidade alcançada

6.926

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3.200	peças	6.926	30/06/2014

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A necessidade de aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética deu destaque mundial à agroenergia. O Brasil, atualmente, é o segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos. No contexto interno, a participação dos biocombustíveis é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética nacional. Aproximadamente, 25,4% de toda a energia ofertada internamente é originária da agricultura (16,



1% de cana e derivados, 8,3% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel), segundo o Balanço Energético Nacional de 2014. Particularmente na matriz veicular, o Brasil está na vanguarda mundial na utilização de biocombustíveis, na qual o etanol e o biodiesel foram responsáveis por 23,4% do total de combustíveis utilizados no País em 2014. Um passo incremental importante, decorrente da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, foi o aumento do percentual de mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel, de 5% para 6%, a partir de julho de 2014; e de 6% para 7%, a partir de novembro 2014, e a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina, de 25% para 27,5%, desde que comprovada a viabilidade técnica da adoção do novo percentual.

Segundo o quarto levantamento realizado pela Conab, na safra 2014/15, a lavoura de cana-de-açúcar teve sua área plantada expandida em 2,2%, o que representa um aumento de 193 mil hectares. A produção esperada de cana-de-açúcar deverá atingir 635 milhões de toneladas, que produzirão 28,7 bilhões de litros de etanol e 35,6 milhões de toneladas de açúcar. A produtividade da cana-de-açúcar deverá apresentar queda da ordem dos 3,7% na safra 2014/2015 em relação à anterior (principalmente motivada pela falta de chuvas). No âmbito dos compromissos assumidos pelo Brasil com relação à Convenção sobre Mudanças do Clima, o desafio é garantir o pleno abastecimento de frota de veículos do Ciclo Otto, o que exigirá a consolidação do etanol como principal combustível em substituição a parcela de gasolina. Isso implica na necessidade de planejamento visando garantir que as matérias primas possam receber investimentos requeridos para atender à demanda por este bicomcombustível.

Neste contexto, medidas adotadas em 2014 em benefício do setor propiciaram a retomada da produção, dentre as quais:

- a) PRORENOVA - BNDES: Linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais com baixa produtividade e implantação de novos - foram disponibilizados R\$ 4 bilhões;
- b) Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol, visando disponibilizar recursos para carregamento de estoques até o período da entressafra;
- c) Subvenção econômica aos produtores de Cana-de-açúcar do Nordeste e Rio de Janeiro e de Etanol do Nordeste com relação à produção da safra 2012/13, aprovada pelas Leis 12.999 e 13.000/2013, com valores de R\$187 milhões e R\$ 435 milhões, respectivamente. Em 2015, deverá ter continuidade a promoção da expansão da oferta de matérias-primas para a produção de biocombustíveis.

Metas 2012-2015

• Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram capacitadas 650 pessoas quanto à produção agroenergética. A capacitação se deu por meio do apoio à realização do VI Congresso Brasileiro de Mamona e III Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas. O evento ocorreu de 12 a 15 de agosto, em Fortaleza, e reuniu um público de 650 participantes. Foram realizadas: conferências, palestras, minicursos, workshops e visitas técnicas, as quais viabilizaram a troca de conhecimento, capacitação, transferência de tecnologias e discussões sobre o futuro das oleaginosas no Brasil. O público foi composto por pesquisadores, técnicos, professores, agricultores, inclusive de base familiar, pessoas ligadas à indústria de óleo e estudantes envolvidos com a pesquisa e produção de oleaginosas energéticas.

Quantidade alcançada

3.000

Data de Referência

31/12/2014

• Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê

Análise Situacional da Meta

As miniusinas funcionam como unidades pilotos de processamento de dendê e foram adquiridas por meio de parceria entre Ceplac e Petrobrás. Cada unidade protótipo de beneficiamento de óleo de dendê possui capacidade para processar 500 kg de cachos/h, com rendimento de 80 kg de óleo/h, representando uma taxa de extração de 16% do óleo existente nos cachos, 6% a mais do que no rodão, unidade artesanal tradicional. Estas unidades agroindustriais têm como objetivo a capacitação de agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, com



vistas ao beneficiamento adequado dos subprodutos do dendê, além de se constituírem em unidades demonstrativas e modelos de plantas para processamento em pequena escala pelos segmentos da agricultura familiar nos Territórios da Cidadania do Litoral Sul e Baixo Sul da Bahia.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2014

• **Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram organizados 3 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas: Rotação do Amendoim com a Cana de Açúcar; Nova plataforma para colheita mecanizada de mamona; e Produção de briquetes de resíduos agrícolas.

As difusões se deram por meio do apoio à realização do VI Congresso Brasileiro de Mamona e III Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas. O evento ocorreu de 12 a 15 de agosto, em Fortaleza, e reuniu um público de 650 participantes. Foram realizadas: conferências, palestras, minicursos, workshops e visitas técnicas, as quais viabilizaram a troca de conhecimento, capacitação, transferência de tecnologias e discussões sobre o futuro das oleaginosas no Brasil.

O público foi composto por pesquisadores, técnicos, professores, agricultores, inclusive de base familiar, pessoas ligadas à indústria de óleo e estudantes envolvidos com a pesquisa e produção de oleaginosas energéticas.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

• **Promover a implantação de 10.000 ha de dendezaís**

Análise Situacional da Meta

Na proposta de revisão do PPA em 2013 sugeriu-se alteração nos quantitativos dessa meta de implantação de dendezaís, de 10 mil para 6 mil hectares, restringindo-se sua regionalização ao Nordeste, excluindo-se portanto a meta equivocadamente indicada para a Região Norte. O esforço da iniciativa no estado do Pará consiste apenas na implantação, pela Ceplac, de um campo de produção de sementes melhoradas de dendê, não se constituindo meta do PPA.

A apuração quantitativa da meta está expressa de modo cumulativo, representando, no fechamento do exercício de 2014 uma expansão de apenas 63 hectares de novos plantios que, somados ao apurado até 2013 de 512 hectares resultou em 575 hectares, índice ainda inferior a 10% da meta final estabelecida, tendo em conta entraves associados principalmente à regularização dos trâmites para produção de mudas e limitações de crédito para investimento na atividade.

A produção de sementes selecionadas para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada, em razão de restrições contidas na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Entretanto, foi iniciado o processo de regularização da produção de sementes junto ao CGEN.

Quantidade alcançada

575

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	575	31/12/2014



Região Norte	4.000	ha	0	31/12/2014

• **Promover a renovação de 6.000 ha de dendezaís**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014 esta meta vem sofrendo as mesmas limitações quanto à disponibilidade de mudas melhoradas, tendo em conta restrições já enunciadas relativas à falta de regulamentação da produção e distribuição de sementes e mudas de dendê.

Registrou-se durante o ano de 2014 a renovação de apenas 81 novos hectares utilizando-se sementes dos cultivos tradicionais e com recursos próprios dos produtores, consequência das dificuldades ainda presentes da falta de material genético melhorado, bem como de entraves operacionais de carência e capacidade de pagamento nas linhas de crédito de investimento para a renovação dos dendezaís decadentes.

Quantidade alcançada

1.041

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	1.041	31/12/2014

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para cumprir o estabelecido em seu Planejamento Estratégico, nas perspectivas de Processos Internos (Excelência Administrativa) e de Pessoas, Aprendizado e Crescimento (Informação e Conhecimento, Ambiente de Trabalho e Pessoas), como também cumprir o estabelecido no Plano Plurianual neste objetivo, e no intuito de melhorar sua gestão e o seu desempenho operacional, busca programar suas metas e iniciativas, que caracterizam prioridades na gestão, de forma que sejam integradas e estruturadas em novos padrões, coerentes com o significativo papel de executor de políticas públicas, baseadas nos princípios: 1. desenvolvimento da gestão institucional; 2. aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação social integrada; 3. integração do planejamento estratégico e do planejamento setorial; 4. gestão de pessoas por competência e capacitação; 5. gestão da informação e do conhecimento; 6. políticas de produção e disponibilização de informações ao cidadão; e 7. gestão da tecnologia da informação.

Pode-se considerar que as atividades que compõem estas metas e iniciativas estão sendo viabilizadas, considerando o limite de movimentação e empenho destacado para o ano de 2014. Nesse sentido está-se buscando maior efetividade nas ações. O alcance das metas e a execução das iniciativas propostas têm impactado positivamente o Objetivo.

Metas 2012-2015

• **Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implementadas as seguintes ações na área de capacitação: 1)Elaboração de projetos básicos e pareceres para deferimento de eventos de capacitação e treinamento, que alcançou aproximadamente 1.474 servidores; 2)Formou-se grupo de trabalho para Revisão da Portaria SE/MAPA nº 482/2012 que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação continuada no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevista para publicação no 1º Trimestre do próximo período; 3) Termo de Cooperação com a Escola de Administração Fazendária (Esaf), com vigência de 10/04/2014 a 31/12/2014. Foram executados os cursos “Gestão de Contratos” e “Libras” (Língua Brasileira de Sinais), ofertados para servidores da Sede, Inmet, Ceplac, Lanagros E SFAs; 4)Foram emitidos



certificados para os servidores que participaram dos 8 eventos de capacitação e treinamento, realizados no âmbito interno do Mapa; 5)Ocorreu a publicação da Portaria nº 163, de 21/09/14 pela Portaria nº 123 de 16 de junho de 2014 que estabelece no âmbito do Mapa a tabela de valores da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso; 6)Elaboração do Edital para Seleção de Instrutoria Interna (aguardando Publicação no Boletim de Pessoal); 7)Elaboração de plano de trabalho para contratação de consultoria para implantação da Gestão por Competências no âmbito do Mapa e unidades vinculadas (Ceplac e Inmet); 8)Implantação do Cadastro de Instrutores do Mapa (cadastrados até o momento 56 instrutores).

Para análise da quantidade alcançada, considerou-se o total de horas cursadas (79.369,20 horas/ Fonte: CGDP), distribuídas pelos servidores ativos deste Ministério (11.142 servidores/Fonte: COPES/Divisão de Cadastro/CGAP), obtendo-se o resultado de 7,12 h/servidor.

Quantidade alcançada

7,12

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados**

Análise Situacional da Meta

Quatro projetos de mapeamento de processos foram iniciados em 2014. Ainda houve a finalização de um processo de serviço que foi agregado aos resultados. O desempenho não foi melhor em virtude da grande quantidade de subprocessos a serem mapeados e a pequena disponibilidade das áreas de negócio.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)**

Análise Situacional da Meta

Atualmente estão cadastrados na Comunidade de Aprendizagem, Trabalho e Informação em Rede (CATIR) 4.452 servidores de um total de 11.715 funcionários, o que representa 38%. Entre as dificuldades encontradas no período destaca-se: pouca atuação dos integrantes da comunidade CATIR, desinteresse dos novos servidores para veicular as informações utilizadas na CATIR; receio e insegurança dos membros em expressarem-se no grupo; abandono dos membros de uma determinada comunidade; esclarecimentos sobre em que grupo/comunidade se pode ter maior atuação; ambiente da ferramenta não muito amigável e a aposentadoria de servidores.

O planejamento para o aumento no número de participantes esteve comprometido devido a reestruturação do setor responsável pelo acompanhamento da meta. Contudo, novo planejamento está em desenvolvimento e abordará, fundamentalmente, a informação aos servidores acerca dos usos da ferramenta enquanto inteligência coletiva e repositório de conhecimento e aplicação de um ambiente virtual mais amigável aos usuários.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

• **Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 houve um aumento de notícias favoráveis em comparação com 2013, chegando a 98,72% de notícias espontâneas favoráveis ao Mapa. Excelente número, tendo em vista que em 2013 a análise qualitativa e quantitativa das notícias passou a englobar mais veículos de comunicação, como rádio, televisão e veículos especializados na cobertura do agronegócio.

**Quantidade alcançada**

98,72

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70%**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram aplicados questionários aos participantes das oficinas promovidas pelo PROVERH abordando os seguintes tópicos: - Instrutores; - Estrutura Física; - Planejamento, organização e apoio logístico; e - Auto-avaliação. O grau de satisfação dos servidores em relação às ações promovidas pelo PROVERH é de 91% . Embora o grau de satisfação geral tenha ultrapassado a meta de 70%, foram apontadas a necessidade de algumas melhorias: reforma do vestiário/banheiro; modernização do ar condicionado; aquisição de materiais para as oficinas; otimização da limpeza; ampliação da carga horária das atividades; e aumento da comunicação.

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2014

- **Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA**

Análise Situacional da Meta

Este índice indica o quanto os sistemas implantados na instituição estão sendo úteis para os usuários na percepção deles. A premissa é de que os gestores informem se estão satisfeitos com os sistemas, na medida em que eles sejam úteis para a realização dos trabalhos.

Visando identificar/aferir o nível de satisfação com os Sistemas de Informação, a CGTI elaborou um questionário disponibilizado a cada gestor de sistema para análise de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas.

O resultado apurado representa 65% de satisfação (Índice 3) com os sistemas entregues e demonstra unicamente uma consonância com o nível de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas. Isto indica que a qualidade dos sistemas permanece estável.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 1005 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de difusão de tecnologias para produtores rurais

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo busca promover a adoção de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais pelos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para apropriação de tecnologias que levem ao aumento da produtividade e da renda dos agricultores.

A viabilização dos serviços de assistência técnica e extensão rural se dará por meio da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). A Lei nº 12.897, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir a Anater, foi publicada em 19 de dezembro de 2013. O Decreto nº 8.252, de 26/5/2014 instituiu a Anater. No entanto, a Agência ainda não entrou em atividade, uma vez que sua diretoria não foi nomeada e o estatuto ainda não foi aprovado. Considerando que a Anater



ainda não está em funcionamento, o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo iniciativas para implantar projetos de assistência técnica para os médios produtores rurais. Estão em execução projetos de ATER na região do semiárido do Nordeste, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, atendendo 3.560 produtores e 65 extensionistas.

Um convênio com a Emater-MG foi formalizado no final do exercício de 2014 e, após sua execução, outros 1.364 produtores serão beneficiados, além de 108 extensionistas. Ainda em 2014 foram publicados 02 editais de chamamento público para seleção de projetos de: i) assistência técnica para médios produtores do semiárido do Estados da Bahia, Sergipe e Piauí; e ii) assistência técnica para médios produtores rurais visando a melhoria da qualidade do leite. Ambos editais beneficiarão ao todo 8.700 produtores.

Metas 2012-2015

• Capacitar 10.000 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para apoio ao produtor rural

Análise Situacional da Meta

A capacitação de técnicos extensionistas será executada com apoio da área de transferência de tecnologia do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, de forma a permitir acesso às inovações geradas pela pesquisa e promover a integração entre a extensão rural e as instituições de pesquisa.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participa do processo para implantação da Anater com apoio para a estruturação da nova entidade (elaboração de minuta de decreto, regulamento, definição do organograma da entidade).

Outra ação preparatória adotada foi a criação de grupo de trabalho que está definindo e qualificando as demandas de assistência técnica para o médio produtor. Dessa forma, quando a Anater entrar em operação, o Mapa já terá definido as prioridades para as contratações dos serviços de assistência técnica para o médio produtor, observando a orientação geral já indicada pelo Governo Federal: pecuária de leite; região do Semiárido; tecnologias do plano de agricultura de baixa emissão de carbono (Plano ABC); agricultura de precisão; agricultura irrigada; e agricultura orgânica (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo).

Em 2014 foi possível capacitar 65 agentes de extensão rural na região do semiárido do Nordeste, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Com os recursos disponibilizados até o momento (R\$2,5 milhões), foi possível realizar 2 convênios com a Secretaria de Agricultura de MG, o que possibilitará a capacitação de mais 108 extensionistas.

Quantidade alcançada

144

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.500	unidade	24	31/12/2014
Região Nordeste	2.000	unidade	89	31/12/2014
Região Norte	2.500	unidade	16	31/12/2014
Região Sudeste	1.500	unidade	8	31/12/2014
Região Sul	1.500	unidade	7	31/12/2014

• Prestar assistência técnica e extensão rural direcionada à adoção de tecnologias, agropecuária sustentável, gestão e organização de produtores e de estabelecimentos rurais para 230.000 produtores

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participa do processo para a implantação da Anater, a partir da sanção da Lei pela Presidenta da República, com apoio para a estruturação da nova entidade (elaboração de minuta de decreto, regulamento, definição do organograma da entidade). Outra ação preparatória adotada foi a criação de grupo de trabalho que está definindo e qualificando as demandas de assistência técnica para o médio produtor. Dessa forma, quando a Anater entrar em operação, o Mapa já terá definido as prioridades para as contratações dos



serviços de assistência técnica para o médio produtor, observando a orientação geral já indicada pelo Governo Federal: pecuária de leite; região do Semiárido; tecnologias do plano de agricultura de baixa emissão de carbono (Plano ABC); agricultura de precisão; agricultura irrigada; e agricultura orgânica (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo).

Em 2014 foi possível prestar assistência técnica a 3.560 produtores na região do semiárido do Nordeste, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Ademais, em 2014 foram realizadas 2 chamadas públicas para prestação de ATER, que beneficiariam 8.700 produtores.

Quantidade alcançada

3.560

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60.000	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	76.800	unidade	3.560	31/12/2014
Região Norte	36.000	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	30.700	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	26.500	unidade	0	31/12/2014



PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.163.527	-	-
Área Irrigada total no Brasil	milhões de hectares	31/12/2012	5,8	-	-
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51	31/12/2012	61,6
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação	%	30/12/2006	7,7	-	-

Observações:

Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação - Fonte: Censo Agropecuário 2006 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – Segunda Apuração. Documento, publicado em 2012, disponível em: http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2apuracao.pdf.

A previsão para o próximo censo agropecuário extrapola o período do PPA 2012-2015.

Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação - Informações encaminhadas pelo MI, Codevasf e Dnocs

Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação - A previsão para apuração é o próximo censo agropecuário de 2016, ano base 2015.

OBJETIVO: 0128 - Regular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Planos de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No segundo semestre de 2014 elaborou-se, no âmbito da Secretaria Nacional de Irrigação (Senir/MI), a minuta de decreto de regulamentação da Lei 12.787/2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Essa minuta está sendo discutida com os órgãos vinculados ao Ministério da Integração Nacional (MI), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), e com os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA) e com a Agência Nacional de Águas (Ana), para que as contribuições pertinentes desses órgãos sejam contempladas no texto. Ademais, estão ocorrendo articulações com outros órgãos públicos, com instituições privadas e com a sociedade civil e representações do setor de agricultura irrigada, incluindo irrigantes, fabricantes de equipamentos, pesquisadores e técnicos. A referida minuta contempla a consolidação de vários dispositivos que requerem regulamentação, na forma da lei. Foram agregadas à minuta de decreto as iniciativas anteriores de regulamentação que foram elaboradas no decorrer de 2012/2013, entre as quais, as que tratam da Certificação dos Projetos de Irrigação, do enquadramento dos Projetos Públicos de Irrigação como de Interesse Social e da definição como de utilidade pública os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas. Corroborando o objetivo 0128, celebrou-se um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 20/6/2014, com vigência até 31 de dezembro de 2020, entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana, com o objetivo de desenvolver políticas nacionais integradas como as de incentivo ao uso eficiente e conservação de água e solos na agricultura irrigada, aprimoramento das atividades regulatórias do uso da água no meio rural, em especial da outorga de direito de uso de água para irrigação. Acrescenta-se que, na proposta do referido Acordo, há um comprometimento



explícito dos partícipes em trabalharem conjuntamente em prol da implementação da Política Nacional de Irrigação.

Além desse ACT, firmou-se outro Acordo entre o Mapa e o MI, publicado no DOU em 20/6/2014, com vigência até junho de 2019, com objetivo de conjugar esforços na regulamentação da Política Nacional de Irrigação, na implementação dos seus instrumentos e na implementação de unidades demonstrativas de produção integrada em sistemas de irrigação para projetos públicos e privados de irrigação e em atividades que sejam de interesse comum. O Comitê Gestor designado para acompanhar a execução desse ACT foi oficialmente designado em Portaria Interministerial nº 92.718 (DOU em 18 de setembro de 2014). Em dezembro de 2014 houve reuniões entre o Mapa e o MI para estruturar um cronograma de ações que contemple os objetivos de referido Acordo.

Paralelamente a essas atividades, a SENIR/MI mantém representantes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e suas Câmaras Técnicas, no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e na Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação do Mapa, de forma a manter a Política Nacional de Irrigação articulada com as políticas afins.

Quanto aos Planos Diretores de Irrigação dos estados, tem-se a seguinte configuração: (I) Plano Diretor de Agricultura Irrigada de Minas Gerais (<http://www.pai-mg.coop.br>): concluído em 2012; (II) Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos do Rio Grande do Sul (<http://www.piuma-rs.coop.br>): concluído em 2013; (III) Plano Diretor de Irrigação do Mato Grosso do Sul: houve descumprimento de cláusulas contratuais, entrega intempestiva e com qualidade insatisfatória dos produtos dessa consultoria, assim planeja-se para 2015 a preparação de Termo de Referência para a elaboração de um Plano adequado com as novas diretrizes da Política Nacional de Irrigação, com recursos do Interágua; (IV) Planos Diretores de Irrigação dos Estados do Paraná, Pernambuco, Bahia, Ceará e Espírito Santo: foram cancelados no segundo semestre de 2013, devido ao não atendimento dos requisitos estabelecidos no processo licitatório, e, nos meses de setembro de 2014 foram realizadas reuniões com os estados de Pernambuco, Ceará, Goiás, Paraná e Tocantins para repactuar os ACTs com a finalidade de modelar Planos Diretores de Irrigação Estaduais que contemplem os princípios e fundamentos da Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013); e (V) Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Distrito Federal: firmou-se o ACT – SENIR/MI e SEAGRI/DF, com vigência até março de 2015, com objetivo de estabelecer as condições para a realização conjunta de estudos e pesquisas de interesse mútuo e de apoio à formulação do Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Distrito Federal. O Termo de Referência do Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Distrito Federal obteve a “Não Objeção” do Banco Mundial e foi publicado no DOU, em 8 de agosto de 2014, o Aviso de Manifestação de Interesse. Em função desse Aviso, houve o recebimento dos portfólios das empresas e consórcios interessados em participar do procedimento licitatório. A partir da avaliação desses portfólios elaborou-se o Relatório de Formação de Lista Curta, em outubro de 2014, o qual foi encaminhado pela Senir à Unidade de Gerenciamento de Projetos deste Ministério (UGP/MI) e aguarda-se que a referida UGP encaminhe ao Banco Mundial para a “Não Objeção” o Relatório de Formação de Lista Curta e a Solicitação de Propostas às empresas e aos consórcios que compõem a Lista Curta para que se dê prosseguimento ao processo licitatório, conforme diretrizes de contratação de consultores do Banco Mundial.

Destaca-se a realização, em Belo Horizonte/MG (2013), do II Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável, com a apresentação e discussão dos resultados alcançados com os Planos Diretores de Irrigação de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

No segundo semestre de 2013, foram elaborados cinco Termos de Referências para serem executados com recursos do PCT/IICA, a saber: (i) Edital 312/2014 - Modelo de certificação de conformidade voltada aos projetos de irrigação presentes nas unidades produtivas que praticam a agricultura irrigada no país; (ii) Edital 313/2014 - Desenvolvimento de metodologia para caracterização, avaliação de desempenho e evolução de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Agricultura Irrigada; (iii) Edital 314/2014 - Levantamento e sistematização da contribuição do meio acadêmico e das instituições de ensino superior a partir de 1980, seja por meio da oferta de cursos de pós-graduação, seja por meio de estudos e pesquisas à temática do desenvolvimento da irrigação e áreas correlatas no Brasil; (iv) Edital 315/2014 - Análise e sistematização de informações junto às Unidades da Federação (estados e o Distrito Federal) para identificar, com a maior precisão possível, as instituições que atuam no setor da agricultura irrigada, com os respectivos dirigentes,



membros e os principais contatos e (v) Edital 316/2014 - Modelo de assessoramento técnico e organizacional ao produtor irrigante visando superar os obstáculos de caráter econômico, legal, político, organizacional e social e, por conseguinte, efetivamente viabilizar a adoção de uma tecnologia. Ressalta-se que todos foram cancelados: os editais 312/2014 (Certificação) e 313/2014 (APLs) foram cancelados em virtude de nenhuma proposta ter cumprido os critérios obrigatórios estabelecidos pelos editais; o Edital 314/2014 (Meio Acadêmico) originou o Contrato 114255 de serviços de consultoria - pessoa física, assinado em setembro de 2014, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/08/002, sendo cancelado em virtude da não entrega dos produtos previstos no termo de referência e do encerramento da vigência do contrato em 24/12/2014; o Edital 315/2014 (Instituições de Agricultura Irrigada) foi cancelado em virtude do prazo limite para assinatura do contrato ter sido ultrapassado. Quanto ao Edital 316/2014 (Assessoramento), houve cancelamento em virtude de uma redefinição do escopo do trabalho de consultoria, o que implicará em mudança do perfil dos consultores para atender a demanda, exigindo, assim, outro termo de referência. Elaborou-se, no primeiro semestre de 2014, o Termo de Referência “Análise Territorial de Indicadores para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil” com a finalidade de subsidiar o escopo do Plano Nacional de Irrigação para permitir a compreensão do desenvolvimento da agricultura irrigada pela análise espacial da aptidão agrícola, da sensibilidade de impacto ambiental, da infraestrutura necessária, do perfil de desenvolvimento da agricultura e adequação da alocação de investimentos públicos no setor. Assim, no segundo semestre de 2014, firmou-se o Contrato 214025 de serviços de consultoria – pessoa jurídica, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/08/002. O estudo foi entregue em dezembro de 2014.

Metas 2012-2015

• Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado

Análise Situacional da Meta

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT), DOU em 20/6/2014, firmado entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana, viabilizará as tratativas necessárias para compartilhar a base de dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, desenvolvido e implementado pela Agência, para subsidiar o cadastro de irrigantes do setor privado. Após tratativas com a Ana articular-se-á com os órgãos outorgantes das unidades da federação a forma de acesso às suas bases de dados. As articulações entre os órgãos devem ser intensificadas para que a meta possa ser alcançada em 2015, uma vez que efetivamente encontra-se inalterada.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho (instituído em 2012) delineou o escopo e o acompanhamento do desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação - SINIR. O primeiro módulo a ser implementado é o Módulo I – Projeto Público de Irrigação. Esse módulo compõe-se das seguintes partes: (i) informações gerais dos projetos; (ii) cadastro de irrigantes; e (iii) dos indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto. Em fevereiro de 2014 ocorreu a conclusão do submódulo “i”. Para o 1º e o 2º semestre de 2014, respectivamente, havia a previsão de desenvolvimento da plataforma do cadastro de irrigantes dos projetos públicos de irrigação (submódulo ii) e dos indicadores socioeconômicos (submódulo iii).

O submódulo ii, que contempla a plataforma que dará suporte ao cadastramento dos irrigantes dos projetos públicos de irrigação, ainda não foi desenvolvido, uma vez que as discussões com as entidades vinculadas, Codevasf e DNOCS, previstas para o segundo semestre de 2014 não ocorreram. Para 2015 deve-se priorizar a implementação dessa meta para que o cadastro dos irrigantes nos projetos públicos de irrigação possa ser elaborado.

Na Política Nacional de Irrigação (§ 2º, Art. 8º da Lei nº 12.787/2013), encontra-se previsto o Cadastro Nacional Único dos Agricultores Irrigantes. Em razão do volume de dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos



(CNAH) da Ana, o qual tem hoje cadastrados produtores cuja área irrigada corresponde a 20% da área atualmente irrigada no país, espera-se uma intensificação da articulação entre o MI e a Ana, visando à importação e à integração da base de dados do CNAH e do cadastro único dos irrigantes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar o Conselho Nacional de Irrigação**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Irrigação (Conir) é um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, prevista no artigo 21 da Lei nº 12.787/2013. A minuta do decreto de regulamentação do Conselho foi concluída no segundo semestre de 2013, e aguarda a participação dos vários atores e as definições dos outros pontos da Lei que dependem de regulamentação (vide Análise da Meta 'Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação').

• **Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação**

Análise Situacional da Meta

Em 20/11/2012 foi instituído, pela Portaria MI nº 643, o Grupo de Trabalho responsável pela discussão do escopo e acompanhamento do desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação - SINIR. No escopo do SINIR o primeiro módulo a ser implementado é referente aos Projetos Públicos de Irrigação, denominado Sistema de Informações sobre Projetos Públicos de Irrigação - SISPPi. Esse módulo compõe-se das seguintes partes: (i) informações gerais dos projetos; (ii) cadastro de irrigantes; e (iii) dos indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto.

No primeiro semestre de 2014, disponibilizou-se no endereço eletrônico do MI (<http://sisppi.mi.gov.br/SISPPi/loginExterno.seam?cid=85>) parte do módulo que trata das informações gerais dos projetos (área irrigável, área irrigada, métodos de irrigação, principais culturas, produção vegetal, valor bruto da produção, vias de acesso, localização, dentre outras). Em relação a esse módulo, foi publicada em 28/5/2014 no DOU a Portaria do MI nº 195, que designa servidores da Senir, do Dnocs e da Codevasf para atuarem como operadores do Sistema de Informações sobre os Projetos Públicos de Irrigação (SISPPi) e estabelece as respectivas responsabilidades quanto ao cadastramento e atualização dos dados referentes aos projetos públicos de irrigação. Para o primeiro semestre de 2014 havia a previsão do desenvolvimento da plataforma do cadastro de irrigantes dos projetos e, para o segundo semestre, o dos indicadores socioeconômicos, porém essas atividades ainda não estão em curso devido à necessidade de privilegiar a construção de um cadastro único dos agricultores irrigantes, consoante previsto na Política Nacional de Irrigação (§2º, Art. 8º da Lei nº 12.787/2013), a partir da importação / integração do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAH) da Ana. Com relação ao Sistema de Informações relacionado aos indicadores dos projetos públicos de irrigação, aguarda-se o término das atividades do Grupo de Trabalho da Portaria MI nº 87 de 12/3/2013, publicada no DOU de 13/3/2013, que trata, entre outros pontos, da definição dos indicadores e dos mecanismos de operação (inserção e atualização dos dados) do referido sistema de informações.

Destaca-se, ainda, a importância do ACT firmado entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana (DOU em 20/6/2014), instrumento jurídico facilitador para a formulação e implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, pois tem entre os seus objetivos o apoio ao SINIR, um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação. Destaca-se que, em reunião ocorrida em outubro de 2014, os participantes desse ACT constituíram seis Grupos de Trabalhos (GTs) para tratar de temas específicos. Assim, coube ao MI a coordenação do GT - Sistema de Informações sobre Áreas Irrigadas.

• **Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação**

Análise Situacional da Meta



A Senir, visando elaborar uma minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787/2013 para discussão com os setores afins à Política Nacional de Irrigação e para consolidação de vários dispositivos que requerem regulamentação, adota a seguinte estratégia: (i) reanalisou as quatro minutas de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787/2013 que tramitavam em diferentes órgãos da administração federal, que são: minuta de decreto que trata da Certificação dos Projetos de Irrigação, minuta de decreto que enquadra os Projetos Públicos de Irrigação como de Interesse Social, minuta de decreto que institui o Conselho Nacional de Irrigação e a minuta de decreto que define como de utilidade pública os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas; (ii) elaborou a primeira versão da minuta de regulamentação, no âmbito da Senir, inserindo as minutas reanalisadas e outros dispositivos da Lei, a saber: a) Conceitos, objetivos e princípios (art.2º, I, II e III/ Gestão Democrática - Art. 3º); b) Planos de Irrigação e Sinir; c) Demais instrumentos da Lei; d) Implantação de projetos públicos (Art. 23, §§ 2º e 3º, Artigo 24, parágrafo único, e artigo 32, parágrafos 1º e 2º/ Artigo 28, inciso III do caput e parágrafo 3º e 7º); e) Transferência de gestão (Artigos 35, 37, 38, 39 e 43); (iii) apresentou a primeira minuta ao Ministro deste MI em outubro de 2014, recebendo o aval do dirigente para consulta externa ao MI; (iv) a versão final da minuta de regulamentação contemplará, dentro da pertinência, as contribuições das instituições públicas, privadas e da sociedade civil para posterior envio à Casa Civil no primeiro semestre de 2015; (v) a minuta foi divulgada no site do MI, sendo disponibilizado um endereço eletrônico para receber contribuições: http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/noticias/-/asset_publisher/xW1t/content/senir-formula-propostas-para-regulamentar-politica-nacional-de-irrigacao?redirect=http%3A%2F%2Fwww.integracao.gov.br%2Fpt%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_id%3D101_INSTANCE_xW1t%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_count%3D2.

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As medidas adotadas pelo Mapa, com redução efetiva das taxas de juros para projetos de irrigação (hoje em 4%), trouxeram reflexos altamente positivos no desempenho da irrigação do país, com uma incorporação expressiva de área irrigada ao processo produtivo agrícola, no período 2012 a 2014, próxima a 750 mil novos hectares.

A adequação da política securitária continua sendo trabalhada, buscando seu ajuste às peculiaridades, especificidades e garantias inerentes a atividade de irrigação. No seguro agrícola destaca-se o Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR), que subvenciona o prêmio do seguro de parte das culturas irrigadas. A alíquota do adicional para enquadramento no PROAGRO de empreendimentos irrigados financiados foi reduzida de 3,0% para 1,0%, independentemente da região, da linha de crédito ou do programa a que se vincula o beneficiário. Em 2014, as taxas de juros mantiveram-se diferenciadas e houve um incremento significativo na área irrigada no Brasil. O cumprimento das metas deste objetivo atingiu o montante de R\$ 1,99 bilhão, ou seja, 49,75% do programado.

Metas 2012-2015

• Disponibilizar R\$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada

Análise Situacional da Meta

A aplicação dos recursos relacionados a este objetivo atingiu a cifra de R\$1,99 bilhão, numa contribuição efetiva para o aumento da área irrigada do país, revertendo a tendência de regressão que perdurava há quase 2 décadas.

Quantidade alcançada

1.998.309.770,81

**Data de Referência**

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480.000.000	R\$ 1	234.258.086	31/12/2014
Região Nordeste	880.000.000	R\$ 1	670.288.456,13	31/12/2014
Região Norte	100.000.000	R\$ 1	6.369.996	31/12/2014
Região Sudeste	1.440.000.000	R\$ 1	638.103.562,68	31/12/2014
Região Sul	1.100.000.000	R\$ 1	449.289.670	31/12/2014

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo visa proporcionar condições para incrementar as pesquisas em irrigação e drenagem agrícola, dado que a agricultura irrigada vem sendo ainda desenvolvida dentro de parâmetros da agricultura de sequeiro com cultivares, adubação, espaçamento e outras práticas culturais. A irrigação necessita de pesquisas para adequar e adaptar essas práticas culturais às novas condições de suprimento adequado e suficiente de água. Necessário ainda harmonizar - mediante a criação de redes- o conhecimento gerado e integrar as competências dispersas nas diversas instituições de pesquisas no país, que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Inclui-se nessa perspectiva a capacitação de técnicos e agricultores nas atividades de irrigação e drenagem, mediante o seu treinamento nas unidades demonstrativas.

Os Acordos de Cooperação Técnica, celebrados entre o Mapa/MMA/Ana e o Mapa/MI poderão proporcionar avanços importantes na execução das metas a partir de 2015, principalmente em termos das unidades demonstrativas.

A questão da instalação das redes de pesquisas que não foram propostas pelo Mapa merece revisão, pois a desestruturação do setor limita as gestões e diligências necessárias para a seleção dos temas prioritários. Por outro lado, entende-se que a Rede de pesquisas Agrohidro (já consolidada) possui grande capilaridade e abrangência, capaz de abarcar grande parte dos temas inicialmente selecionados.

Metas 2012-2015

- Consolidar 4 redes de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: água e agricultura; drenagem e salinidade; fruticultura; e hortaliças.

Análise Situacional da Meta

A criação de uma rede de pesquisa envolve diligências, contatos e entendimentos, já que no campo do uso da água na agricultura torna-se imprescindível contar com a participação de diversas instituições de pesquisa, universidades, fundações e instituições privadas, sendo necessário um forte apoio de órgãos de fomento a pesquisa e outros fundos setoriais. Contudo, a Rede Agrohidro, apoiada pelo Mapa, vem cumprido a contento os seus objetivos, abrangendo todos os temas inicialmente propostos, com estudos dos problemas correlatos, buscando estratégias que possam permitir um uso mais racional da água na agricultura e, ao mesmo tempo, que assegurem uma contribuição significativa do setor agropecuário na produção de recursos hídricos de boa qualidade. Nesse sentido, considera-se que a Meta foi atingida, apesar de contar com apenas 1 rede consolidada.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014



- **Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Houve um grande esforço para a execução dessa meta, especialmente pela Embrapa que, através do Portfólio Agricultura Irrigada, vem desenvolvendo diferentes estudos, de forma abrangente, identificando produtos, tecnologias, serviços e conhecimentos potenciais que poderão ser aplicados nos sistemas produtivos envolvendo a irrigação e drenagem.

O desempenho da Meta pode ser considerado bastante satisfatório, com 80% da meta já atingida: em 2012 foram contratados 4 estudos; em 2013, 14; e, em 2014, mais 6 estudos.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

A dificuldade da meta reside no fato de que as unidades demonstrativas só se viabilizam com a aquisição dos equipamentos de irrigação, o que requer recursos para investimentos. Não obstante, existem boas possibilidades de se alcançar pelo menos 13 dessas unidades em 2015, a partir dos acordos de cooperação técnica Mapa/MI/Codevasf e Mapa/MMA/Ana, além de parcerias que estão sendo firmadas via convênio com a Emater da Paraíba e Secretaria de Agricultura do estado de Tocantins.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A irrigação se mostra fundamental para aumentar a produtividade, diminuir a sazonalidade da oferta de alimentos no decorrer do ano e, principalmente, permitir a produção de alimentos onde a falta de chuvas é um fator limitante.

Em 2012, foi lançado o Programa Mais Irrigação com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento regional por meio de projetos públicos de irrigação, promovendo a estruturação de arranjos de projetos de infraestruturas hídricas voltadas à agricultura irrigada e, principalmente, potencializando a geração de emprego e renda. O programa é composto de quatro eixos: 1- Parceria Público-Privada (PPP) em Irrigação; 2- Implantação e Revitalização; 3- Agricultura Familiar e Pequenos Irrigantes; e 4- Estudos e Projetos. O Eixo 2 trata do investimento em projetos cujas infraestruturas de irrigação estejam parcialmente implantadas, permitindo o início da ocupação em parte considerável da área irrigável em prazo razoável.

O Ministério da Integração Nacional (MI) junto com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e os governos estaduais têm implantado campos de agricultura irrigada em pontos estratégicos do País. Alguns perímetros já estão em plena produção, outros em fase de implantação, e há novos projetos em fase de estudos.

No ano de 2012, foram investidos R\$ 349,2 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), realizados nos Perímetros de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Salitre e Baixo de Irecê (BA) e Nilo Coelho e Pontal (PE). Outras importantes ações desenvolvidas



em perímetros públicos de irrigação referem-se à elaboração do projeto de revitalização de Formoso do Araguaia (TO); Costa Doce (RS) e Luís Alves do Araguaia (GO); conclusão do projeto de irrigação Várzeas de Sousa (PB) e desenvolvimento de ações de apoio à operação inicial. Em 2013, os investimentos acumulados totalizaram R\$ 598,5 milhões no Programa de Agricultura Irrigada. Até o momento, os investimentos acumulados totalizam aproximadamente R\$ 773,5 milhões. No exercício de 2014, R\$ 412,5 milhões para a irrigação em investimentos integrantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Do total disponibilizado, foram pagos R\$ 271,9 milhões (inclusive Restos a Pagar), para continuidade das ações de implantação, reabilitação e modernização das infraestruturas de uso comuns dos Perímetros Públicos de Irrigação inseridos no Programa.

Para efetivo cumprimento do objetivo, prevê-se a execução das ações do Plano Operativo (instrumento de gestão adotado no monitoramento das ações no âmbito do MI) para os perímetros assistidos pelo PAC 2, com vistas a viabilizar a transferência de gestão, otimizar os recursos hídricos, buscar alternativas para melhoria da eficiência energética dos perímetros de irrigação e executar os serviços de regularização fundiária e ambiental, visando concluir a infraestrutura, organizar a operação e a manutenção e adicionar novas áreas à produção, compreendendo o desenvolvimento agrícola e o funcionamento integral dos projetos.

Metas 2012-2015

• Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha

Análise Situacional da Meta

Esta meta contempla as obras em infraestrutura de irrigação de uso comum que serão feitas para implementar os perímetros, incluindo principalmente estações de bombeamento, estações pressurizadoras, canais de irrigação, reservatórios, drenos, dentre outras. Contribuem para o alcance desta meta os seguintes empreendimentos: Região Nordeste: Baixo de Irecê/BA (47.925ha); Jacaré-Curituba/SE (3.150ha); Marituba/AL (3.136ha); Marrecas-Jenipapo/PI (1.000ha); Pontal/PE (7.812ha); Salitre/BA (25.296ha); Tabuleiro São Bernardo/MA (5.598ha); Várzeas de Sousa/PB (4.100ha); Araras Norte/CE (1.619ha); Baixo Acaraú/CE (4.144ha); Platôs de Guadalupe/PI (10.632ha); Tabuleiros de Russas/CE (3.101ha); Tabuleiros Litorâneos/PI (6.985ha); Jaguaribe Apodi/CE (5.393ha); Região Norte: São João/TO (3.582ha); Passarão/RR (1.000ha); Região Centro-Oeste: Luís Alves do Araguaia/GO (3.797ha); e Região Sul: Arroio Duro/RS (10.650 ha). Total: 148.920 ha. Total por Região: S 10.650 ha; NE 129.891 ha; CO 3.797 ha; N 4.582 ha.

Quantidade alcançada

23.694

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.797	ha	0	31/12/2014
Região Nordeste	129.891	ha	20.112	15/08/2014
Região Norte	4.582	ha	3.582	31/12/2014
Região Sul	10.650	ha	0	31/12/2014

• Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015, considerando a construção de benfeitorias e equipamentos para beneficiamento, armazenagem, escoamento e transformação da produção agrícola, para apoio às ações de comercialização, pesquisa, assistência técnica e extensão, bem como para treinamento e capacitação dos agricultores irrigantes.

Em 2013, no Projeto Mirorós/BA, foi adquirida e instalada a balança rodoviária e realizados cerca de 25% da reabilitação e do revestimento da estrada de acesso para escoamento da produção. No Projeto Baixo de Irecê/BA foi publicado edital para o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental e o Anteprojeto de Engenharia Rodoviária de uma estrada, com aproximadamente 152,02 km de extensão, para o acesso ao projeto. No Projeto Nilo



Coelho estão sendo reabilitadas e pavimentadas as estradas principais, com 95% realizados (cerca de 30% em 2013). Nos Projetos Betume, Cotinguiba/Pindoba e Propriá/SE foi dada a ordem de serviço para reabilitação das estradas vicinais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla a conclusão dos processos de regularização fundiária, o que deve ocorrer até o ano de 2015. As atividades para regularização fundiária abrangem diagnóstico da situação fundiária, aquisição de terras, cadastramento físico, jurídico, agrícola e socioeconômico das áreas dos Perímetros de Irrigação e georreferenciamento, dentre outros. As ações de reintegração de posse estão ajuizadas, sendo que 55 foram julgadas procedentes.

Até o momento foram contratados os serviços de georreferenciamento para os perímetros Propriá, Betume, Cotinguiba-Pindoba, Itiúba, Boacica, Marituba e Salitre.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação**

Análise Situacional da Meta

Segundo a Lei nº 12.787/2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação (artigo 22), a implantação de projeto de irrigação dependerá de licenciamento ambiental, quando exigido em legislação federal, estadual, distrital ou municipal específica.

A obtenção da conformidade ambiental de um Projeto Público de Irrigação implica na solicitação ao órgão competente do licenciamento ambiental específico para cada fase (Licença Prévia, de Instalação ou de Operação). Observe-se que a conformidade ambiental é um processo, uma vez que cada fase tem condicionantes a atender, que são, geralmente, atividades regulares. Essa imprecisão na definição da meta exigiu um reposicionamento: o critério para contagem de quantidade alcançada passou a ser a OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO das licenças ambientais (LP: Licença Prévia; LI: Licença de instalação, ou LO: Licença de operação) no período do PPA. Assim:

Perímetros regulares com licenças vigentes emitidas no período PPA 2012-2015: 1) Jaíba LO vigente, renovada em 12/2012; 2) Nilo coelho LO vigente, emitida em 06/02/2012; 3) Pontal LO vigente, emitida em 13/02/2013; 4) Bebedouro LO vigente, emitida em 13/02/2014; 5) Baixio de Irecê foi renovada a Licença Prévia em 2013; 6) Perímetro Baixo Acaraú/CE, obtida a Licença de Instalação e Operação (LIO) em 2013; 7) Manuel Alves, LO foi renovada em 2014; 8) Várzea de Sousa, LO renovada em 2014; 9) Jonas Pinheiro, renovada a LI em 2014; 10) Tabuleiro de Russas, LO emitida em 14/06/2013; 11) Araras Norte, LO emitida em 21/11/2012; 12) Platôs de Guadalupe 1ª Etapa, LO emitida em 19/12/2013; 13) Tabuleiros Litorâneos do Piauí, LO emitida em 08/02/2013; e 14) Luís Alves do Araguaia, LI emitida em 30/12/2013.

Perímetros regulares com licenças vigentes emitidas antes do PPA 2012-2015: 1) Salitre; 2) Tourão; 3) São João; 4) Gurita; 5) Formoso do Araguaia-TO; e 6) Passarão-RR.

Perímetros com suas Licenças vencidas e com pedido de renovação realizado junto ao órgão competente, aguardando análise: 1. Barreiras Norte; 2. Estreito; 3. Formoso; 4. Mirorós; 5. Nupeba/Riacho Grande; 6. São Desidério/Barreiras Sul; 7. Betume; 8. Cotinguiba/Pindoba; 9. Propriá; 10. Boacica; 11. Itiúba; 12. Araras Norte; 13. Ayres de Sousa; 14. Icó-Lima Campos; 15. Jaguaribe-Apodi; 16. Tabuleiros de Russas; 17. Várzea do Boi; 18. Morada nova; e 19) Marituba.

Em resumo, apenas 46 perímetros passaram pelo levantamento da situação de licenciamento ambiental, dos quais: 20



regulares, 7 sem licença e 19 com pedido de renovação protocolado no órgão ambiental competente (o que os tornam legalmente regulares).

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2014

• **Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até 2015. A revitalização de infraestruturas de irrigação de uso comum consiste em reabilitar estruturas como estações de bombeamento, canais de irrigação, drenos, bem como estruturas elétricas, conjuntos motobombas, enfim, estruturas essenciais para o pleno funcionamento do perímetro.

Dentre os empreendimentos que contribuem para o alcance da meta estão: Nordeste: Piancó-PB (1.255ha); Baixo Açu-RN (5.168ha); Bebedouro-PE (2.091ha); Curaçá-BA (4.350ha); Estreito-BA (2.735ha); Formoso-BA (12.048ha); Manicoba-BA (4.293ha); Mirorós-BA (2.145ha); Nilo Coelho-PE (18.857ha); Curu Paraipaba-CE (3.357ha); São Gonçalo-PB (2.404ha); Norte: Rio Formoso-TO (28.500ha) e Sudeste: Jaíba-MG (24.745ha); Gorutuba-MG (5.286ha). O total é de 117.234 ha: SE 30.031 ha; NE 58.703 ha; e N 28.500 ha.

A meta continua com Quantidade Alcançada zerada, pois só se considera revitalizado o perímetro quando ele alcança 100% de revitalização das suas infraestruturas. A estimativa percentual de execução atual das obras de infraestrutura dos perímetros que compõem essa meta é:

- Projeto Rio Formoso: concluídos 70% referentes à elaboração do projeto executivo; 0% de execução de obras;
- Perímetro de Irrigação de Bebedouro: já foram realizados 57% do empreendimento;
- Projeto Curaçá: já foram realizados 42% do empreendimento;
- Perímetro de Irrigação Formoso: já foram realizados 64% do empreendimento;
- Perímetro de Irrigação Gorutuba: já foram realizados 15% do empreendimento;
- Projeto Manicoba: já foram realizados 68% do empreendimento;
- Projeto Mirorós: já foram realizados 53% do empreendimento;
- Perímetro de irrigação Nilo Coelho: já foram realizados 62% do empreendimento;
- Projeto Jaíba: já foram realizados 15% do empreendimento;
- Baixo Açu-RN: já foram realizados 75% instalação de medidores de vazão e 10% da recuperação de canais do empreendimento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Para que a transferência de gestão seja realizada, diversos passos são fundamentais, dentre os quais destacam-se: reabilitação e/ou conclusão das infraestruturas de uso comum; regularização da situação fundiária e ambiental; capacitação dos produtores para que estes realizem a gestão do projeto; disponibilização de Assistência Técnica e Extensão Rural contínua e de qualidade; delegação de competência para entidades de irrigantes assumirem atividades de administração, operação e manutenção da infraestrutura de um perímetro de irrigação; e pactuação do governo Federal com Estados e Municípios para que os serviços públicos de educação, saúde, segurança, saneamento e transporte sejam fornecidos aos projetos públicos de irrigação.

Para a quantificação dessa meta, são considerados os PPis que alcançaram a etapa de Cogestão, sendo seu início marcado pela celebração do contrato de delegação de competência da administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum entre o Governo e organização de irrigantes. O perímetro Várzea de



Sousa/PB contribuirá com a meta no próximo período, com contrato de delegação da gestão formalizado em 2015. Perímetros da Codevasf e Dnocs celebraram contrato de delegação da gestão antes do PPA 2012-2015. Outros perímetros que podem vir a contribuir com essa meta são: Manuel Alves/TO, São João/TO, Jacaré-Curitiba/SE, Salitre/BA. Os perímetros sob responsabilidade do MI ou dos Estados estão em fase de elaboração dos contratos de delegação da gestão.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e de iniciativa privada.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Elaborou-se, entre o final do segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, no âmbito do Programa Interágua (Banco Mundial), um Termo de Referência com o objetivo de estruturar e disponibilizar “Cursos de Especialização em Irrigação e Drenagem” aos técnicos de nível superior em parceria com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de Ciências Agrárias. Após avaliação conjunta da Senir e do Banco Mundial, decidiu-se pela suspensão do curso por incompatibilidade de formato com o padrão de contratação (consultoria) usualmente adotado pelo Banco Mundial (Programa Interágua). As atividades de concepção do curso de doutorado com foco mercadológico também foram canceladas. Entre os objetivos específicos do ACT firmado entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana (DOU em 20/6/2014), há um que prevê o desenvolvimento e a implementação de programa conjunto de capacitação. Os partícipes desse ACT, em outubro de 2014, constituíram seis Grupos de Trabalhos (GT) para tratar de temas específicos inerentes aos objetivos do referido ACT. O GT Capacitação para Gestão Integrada e Sustentável de Água no Meio Rural está sob a coordenação do MI. Em outubro de 2014 esse GT estabeleceu o cronograma de trabalho 2014/2016 e no momento está modelando o Termo de Referência (TR) “Levantamento de ações e ofertas/demandas de capacitação sobre o tema de água no meio rural”, tomando como base as ações institucionais federais, estaduais e distritais de capacitação, bem como ações não institucionais. Esse TR prevê a contratação de consultoria, pessoa jurídica, com recursos do Programa Interágua. A proposta faz parte do Programa Nacional de Capacitação em Agricultura Irrigada para fortalecimento da Política Nacional de Irrigação, conforme a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, no âmbito da Secretaria Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional (Senir/MI).

Metas 2012-2015

• **Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi elaborada pelo MI a minuta de Termo de Referência (TR), fruto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Mapa, MMA, MI e Ana. Após aprovação, o TR, que trata do “Levantamento das Demandas de Capacitação e Identificação de Ações de Ofertas de Capacitação sobre o Tema de Água no Meio Rural” seria viabilizado via Interágua.

Entretanto, as atividades foram suspensas e a Meta não está sendo desenvolvida.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada**

**Análise Situacional da Meta**

Foi discutido e elaborado o Termo de Referência “Estruturação e disponibilização de cursos de especialização em irrigação e drenagem na modalidade à distância ou semipresencial”, com recursos do programa Interáguas, com o objetivo de mobilizar instituições públicas de ensino superior com Plataforma de Educação à Distância e experiência reconhecida na oferta desses cursos (modalidade à distância ou semipresencial).

Entretanto, a Meta não alcançará capacitação de profissionais em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada**Análise Situacional da Meta**

Não está em curso nenhuma atividade que implique reflexo positivo no aspecto quantitativo dessa meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Esteve em elaboração um Termo de Referência com o objetivo geral de desenvolver modelos inovadores de assessoramento técnico ao produtor irrigante, com o envolvimento do Mapa, do MDA e do IICA, que foi cancelado. Este objetivo também tem relação direta com a estruturação e a disponibilização de cursos de Especialização em Irrigação e Drenagem (Objetivo 0176) aos técnicos de nível superior em parceria com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de Ciências Agrárias, cujo Termo de Referência está sendo concluído em parceria com os técnicos do Banco Mundial, no escopo do Programa Interáguas.

Estão em andamento discussões com a alta direção da Embrapa para a efetivação dos Centros de Referência em Agricultura Irrigada, um para cada região geográfica do Brasil, e capacitação dos assistentes técnicos de nível superior e nível médio. Com base nos Planos Diretores, os Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul têm uma previsão de iniciar programas de capacitação em parceria com o Sistema Embrapa.

Metas 2012-2015

• Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER**Análise Situacional da Meta**

O Termo de Referência que tratava do desenvolvimento de modelos inovadores de assessoramento técnico e organizacional ao produtor irrigante, com envolvimento do MAPA e do MDA, foi cancelado em razão da dificuldade de se encontrar perfil de consultoria adequado para o trabalho e do prazo de encerramento do Projeto de Cooperação Técnica com o IICA em 31/12/2014. Assim, a Meta não foi mais desenvolvida.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação

**Análise Situacional da Meta**

O objetivo geral dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é capacitar os produtores e suas organizações para o planejamento da produção e gerenciamento do lote, além de conscientizá-los e orientá-los para a aplicação dos princípios de boas práticas agrícolas. Os serviços de ATER são prestados pela Codevasf via contrato com entidades privadas, por distrito de irrigação, e convênio com instituições governamentais. As ações visam, também, orientar os produtores para o uso racional dos recursos de água e solo, com o correto manejo da irrigação parcelar, e estimular a organização dos produtores para o empreendedorismo e a agricultura familiar em moldes sustentáveis.

Como parte da metodologia de trabalho, as equipes de ATER procuram discutir com os produtores os principais problemas e estabelecer um plano estratégico de ações, indicando as soluções e envolvendo, de forma participativa e comprometida, as organizações e instituições públicas e privadas que atuam nos perímetros.

No ano de 2012, a Codevasf investiu R\$ 3,3 milhões a preços iniciais dos contratos de serviços de ATER nos perímetros de interesse eminentemente social (Ceraíma, Estreito, Formosinho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica e Itiúba), atendendo a 3.236 famílias alocadas em uma área irrigável de 13.702,1 ha. E ainda foi contratada ATER para os seguintes perímetros: Gorutuba, Jaíba, Formoso, Barreiras Norte, Nupeba, Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Bebedouro, Nilo Coelho, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Tourão Salitre, Caraíbas, Brígida, Manga de baixo, Icó-Mandantes, Apolônio Salles, Barreiras, Pedra branca, Rodelas e Glória. O total de beneficiados por ATER nesse ano foi de 14.132 produtores, em R\$ 21 milhões investidos em contratos de serviços de ATER.

Em 2013, foram investidos cerca de R\$ 5,9 milhões na execução de contratos de ATER nos perímetros da Codevasf. São eles: Gorutuba, Jaíba, Formoso e Formosinho, Barreiras Norte, Nupeba/Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Bebedouro, Nilo Coelho, Estreito, Ceraíma, Caraíbas, Brígida, Manga de Baixo, Icó-Mandantes, Apolônio Sales, Barreiras Bloco I, Boacica, Itiúba, Pedra Branca, Glória, Rodelas e Salitre, beneficiando 11.929 famílias. Nos Perímetros sob responsabilidade da Senir, os que tiveram ATER contratada foram: Manuel Alves e Várzea de Sousa, beneficiando 258 pequenos produtores. Assim, o total de beneficiados por ATER em 2013 foi de 12.187 produtores.

Em 2014, foram investidos cerca de R\$ 7,79 milhões na execução de serviços de ATER nos perímetros da Codevasf: Gorutuba, Jaíba, Bebedouro, Nilo Coelho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica, Itiúba, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Mirorós, Tourão e Salitre, beneficiando 8.131 produtores. Nos Perímetros sob responsabilidade da Senir, os que possuem ATER contratada são: Manuel Alves e Várzea de Sousa, beneficiando 258 pequenos produtores. O total de beneficiados por ATER em 2014 foi de 8.389 produtores. A quantidade acumulada desde 2012 é de 34.708 produtores.

Quantidade alcançada

34.708

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, tem como um de seus principais objetivos o investimento em projetos cujo modelo de ocupação é exclusiva ou majoritariamente por meio de pequenos produtores, em lotes familiares, que são geridos sob um modelo de estreita dependência do Poder Público, tanto no custeio da operação e manutenção, quanto no fornecimento de assistência técnica e extensão rural (ATER). Nesses projetos, almeja-se modernizar as estruturas internas dos Distritos de Irrigação, seja reforçando as estruturas associativas já existentes entre seus produtores, seja incentivando a organização dos mesmos em cooperativas, para que possam, eles mesmos, organizados e com o apoio institucionalizado



do Poder Público, caso seja do interesse, receber a concessão do projeto e gerir as infraestruturas de forma mais eficiente e estruturada. Como resultado dessa articulação, pretende-se ainda reforçar o apoio institucional à atividade-fim desses pequenos irrigantes, por meio de abordagens mais modernas de ATER, focadas não só na produção, mas principalmente na comercialização e na distribuição competitiva da produção, promovendo o comércio socialmente responsável.

Com a reformulação do marco legal da Política Nacional de Irrigação, a partir da sanção da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, o Ministério da Integração Nacional propôs a publicação de Decreto para dispor, dentre outros temas, sobre a caracterização de projetos públicos de irrigação considerados como de interesse social. A proposta em questão evidencia que a Política Nacional de Irrigação preconiza ações que priorizam a inserção social e a geração de empregos no campo, conjugando objetivos econômicos e sociais e contribuindo para o aumento da renda e o bem-estar social dos agricultores irrigantes familiares, sempre em sinergia com políticas públicas implementadas no campo por outros órgãos e entidades governamentais. A proposta está em discussão no âmbito dos órgãos e instituições responsáveis pelo tema. Para execução das ações de reabilitação e modernização das infraestruturas de uso comum dos perímetros de interesse eminentemente social, foram executados em 2013 R\$ 41.949.436,85. Já em 2014, apesar do orçamento de R\$ 111.056.837,00, foram executados R\$ 45.044.194,35 na continuidade das ações. Para 2015, está prevista a conclusão das ações de reabilitação dos perímetros sob responsabilidade da Codevasf e alguns do Dnocs, como o perímetro Cruzeta.

Metas 2012-2015

• Revitalizar 40 empreendimentos de interesse social

Análise Situacional da Meta

Trata-se de ações relacionadas a operação e manutenção; apoio à administração; participação nos custos operacionais; atividades de prestação de assistência técnica; atividades de organização de produtores; regularização fundiária; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento das condicionantes ambientais; capacitação de técnicos e agricultores; recuperação e manutenção das infraestruturas de irrigação de uso comum já implantadas (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc); bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e a atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

A meta ainda está zerada, pois é necessária a execução de todos os serviços descritos, que ainda estão em andamento. A situação atual, em termos da Revitalização da infraestrutura de irrigação, da Regularização Fundiária, da Regularização Ambiental e da ATER, é

- Perímetro Sumé/PB: concluídos os Projetos Básico e Executivo;
- Perímetro Boa Vista/PE: concluídos o Projeto Executivo e o diagnóstico da situação fundiária;
- Perímetro Cruzeta/RN: concluídas as obras de recuperação das pontes-canais do projeto, estando em processo de entrega das obras realizadas, e obtida a outorga de uso da água;
- Perímetro Moxotó/PE: concluído o projeto Executivo;
- Perímetro Pau dos Ferros/RN: 95% das obras concluídas;
- Perímetro Várzea do Boi/CE: concluídos os Projetos Básico e Executivo, os diagnósticos da situação fundiária e obtida a outorga de uso da água;
- Perímetro Várzea do Flores/PI: finalizado o processo licitatório para conclusão do projeto executivo;
- Perímetro Ayres de Souza/CE: elaborado pelo DNOCS o Projeto Básico e concluído o diagnóstico da situação fundiária e da ambiental;
- Perímetro Icó-Lima Campos/CE: finalizado o processo licitatório para execução das obras, concluído o diagnóstico da situação fundiária e da ambiental;
- Perímetro São Gonçalo/PB: concluída a elaboração do Projeto Básico e os diagnósticos da situação fundiária;
- Perímetro Itiúba/AL: realizadas 16% das obras, contratados serviços de Avaliação da Qualidade de Água e Sedimentos e prestados serviços de ATER para 229 produtores;



- Perímetro Boacica/AL: realizados 13% das obras, contratados serviços de Avaliação da Qualidade de Água e Sedimentos e prestados serviços de ATER para 768 produtores;
- Perímetro Cotinguiba-Pindoba/SE: realizados 15% das obras, contratados serviços de georreferenciamento e prestados serviços de ATER para 475 produtores;
- Perímetro Propriá/SE: realizados 12% das obras, contratados serviços de georreferenciamento e prestados serviços de ATER para 311 produtores;
- Perímetro Betume: realizados 10% das obras, contratados serviços de georreferenciamento e prestados serviços de ATER para 754 produtores.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, prevê em seu Eixo 4 -Estudos e Projetos- o investimento em projetos cuja infraestrutura principal de irrigação não tenha sido iniciada ou onde há necessidade de investimentos cujos custos sejam relevantes. São projetos nos quais ainda não há ocupação de terras irrigáveis. Abrange a construção, o funcionamento, a ocupação e o desenvolvimento agrícola. Grande parte dos empreendimentos encontra-se em fase de elaboração de estudos de viabilidade.

Dos projetos que contribuem para essa meta, sob responsabilidade da Codevasf, podemos destacar os Projetos de irrigação do Canal do Sertão Alagoano, que perfazem 30.690 hectares, e o Projeto Hidroagrícola Jequitaiá, no estado de Minas Gerais, com área de 18.000 hectares. Esses perímetros de irrigação terão potencial para gerar 48.690 empregos indiretos e 58.428 empregos indiretos. No tocante aos Projetos sob responsabilidade da SENIR, destaca-se o perímetro de irrigação Jonas Pinheiro/MT, que irá expandir a área irrigada em 1.296 hectares. Para o Dnocs, podemos citar o Projeto de Santa Cruz do Apodi.

Para execução das ações desse objetivo no ano de 2013 foram executados R\$ 16.886.962,43. Em 2014, apesar do orçamento de R\$ 77.139.598,00, somente foram executados R\$ 21.267.858,11 para continuidade das ações.

Metas 2012-2015

• Ampliar a área irrigada em 88.239 ha**Análise Situacional da Meta**

Entre os empreendimentos que contribuem para o alcance da meta estão: Sul: Canal de Irrigação Jaguari/RS (17.000ha); Canal de Irrigação Taquarém/RS (15.000ha); Nordeste: Estudos e projetos p/ implantação de perímetros de irrigação no NE (11.263ha); Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN (4.024ha); Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE (1.716ha); Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL (3.140ha); Centro-Oeste: Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT (1.296ha); Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS (800 ha); e Sudeste: Estudos e Projetos para o Perímetro Irrigado de Jequitaiá/MG (18.000ha); Norte: Prodoeste/TO (16.000ha). No total, 88.239 ha (Sul: 32000 ha; Nordeste: 20143 ha; Centro-Oeste: 2096 ha; Sudeste 18000 ha; Norte: 16000 ha). No momento, a maior parte das ações concentra-se na elaboração de estudos de viabilidade e projetos básicos e executivos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014



OBJETIVO: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Foram implementados procedimentos para enquadramento de Projetos de Irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), da Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007, e Portaria do MI nº 403, de 29 de agosto de 2013. O REIDI suspende a exigência da contribuição de pessoas jurídicas para o PIS/PASEP, de 1,65%, e da COFINS, de 7,6%, no custo dos materiais, serviços e equipamentos em projetos privados de irrigação. Desta forma, o REIDI permite baixar os custos de instalação de infraestruturas de projetos de irrigação gerando aumento da área irrigada, aumento da produção de alimentos e matérias primas de origem agropecuária, incremento na produtividade e melhoria na qualidade da produção, aumentando a oferta da produção. Em 2012 foram aprovados no REIDI, no âmbito do MI, três projetos de irrigação (cultura de citros – 378 ha, cultura da cana de açúcar - 2.980,59 ha), em Caçu/GO e Fazenda Graúna/SP. Em 2013 foram aprovados quatro projetos, em Itapagipe/MG, Uberaba/MG, Jaborandi/BA e Perolândia/GO (cultura da cana de açúcar – 10.898,56 ha, cultura de feijão/algodão – 400 ha). Na região de Coco/BA, no primeiro semestre de 2014 houve aprovação de 2.213 ha para a produção de soja, milho, feijão e algodão e no segundo semestre de 2014 houve a aprovação de 8.544 ha de cana de açúcar.

Metas 2012-2015

- Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos

Análise Situacional da Meta

No relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos edição 2013, elaborado pela ANA, a área irrigada saltou de 4,5 milhões de ha em 2006 para 5,4 milhões de ha em 2010 e 6,1 milhões de ha em 2012 (20% de 2006 para 2010, 13% de 2010 para 2012 e 36% de 2006 para 2012, com média de 6% ao ano). Portanto, em 4 anos poderá ser alcançado um crescimento de 24%, mesmo com todas as restrições e dificuldades conjunturais.

Os esforços para resolver os entraves da expansão da agricultura irrigada não foram suficientes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58	31/12/2014	77
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,9	31/12/2014	0,9025
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2014	0,81
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	30/06/2011	0	31/12/2014	100
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6	31/12/2014	6
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41	31/12/2014	80,34
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11	31/12/2014	26
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0	31/12/2014	0,3
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85	31/12/2014	90,9
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46	31/12/2014	50,17
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83	31/12/2014	98,34
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2014	0,88
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0	31/12/2013	100
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34	31/12/2014	45,5
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0	31/12/2014	35,71
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola	%	30/06/2011	0	31/12/2014	29,63

Observações:

Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados



pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) - Valor não apurado em 2014.

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, não houve ocorrência de febre aftosa e foram mantidas as zonas livres da doença. A Organização Mundial de Saúde Animal-OIE reconheceu os estados de AL, CE, MA, PB, PE, PI e RN, e quase toda região norte do Estado do Pará, como livres de febre aftosa com vacinação. Com isso as zonas livres implantadas até o momento passaram a representar 77,2% do Território Nacional, onde são criados 99% dos rebanhos das espécies domésticas susceptíveis à doença. Além disso, a classificação de risco para febre aftosa do Estado de Roraima foi alterada de Alto Risco (BR-4) para Médio Risco (BR-3), na maior parte do Estado do Amazonas foi mantida a classificação de Médio Risco (BR-3) e apenas o Estado do Amapá ainda mantém a classificação de Alto Risco (BR-4).

Encontra-se em elaboração um único plano de contingência nacional, apoiado por planos de ação específicos para cada doença emergencial. O trabalho foi iniciado pela revisão do Plano de Ação para Febre Aftosa, volume 2, que se encontra em andamento, e pelo desenvolvimento do SISBRAVET (Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária). Estão sendo revisados os “planos de contingência” para as seguintes doenças: febre aftosa, influenza aviária, New Castle, peste suína clássica e encefalopatia espongiforme bovina (BSE), bem como todo o arcabouço normativo relativo a emergências veterinárias.

Na área vegetal destaca-se o Projeto Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura-de-Bruxa, que visa o controle da doença vassoura de bruxa do cacau por meio do melhoramento genético e biologia molecular. O Renorbio já disponibilizou 39 cultivares de cacau resistentes ao fungo causador da vassoura de bruxa. Além disso, a praga *Cydia pomonella* (lagarta da maçã) foi oficialmente reconhecida como praga erradicada do País, conforme publicado na Instrução Normativa nº 10, de 07 de maio de 2014.

Visando conscientizar os cidadãos sobre as regras da vigilância agropecuária internacional, foram concedidas inúmeras entrevistas e foi intensificada a distribuição, em todos os aeroportos, de material de divulgação sobre as regras de transporte de produtos agropecuários, como os folders da campanha “Mala Legal”. Em virtude da realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 em junho/julho, foram mobilizados cerca de 100 servidores para reforçar as equipes nas cidades-sede dos jogos da Copa e nas fronteiras do sul do país. Na operação de férias de final de ano também houve reforço das equipes no aeroporto de Guarulhos e em algumas Unidades Vigia de fronteira de Foz de Iguaçu.

Metas 2012-2015

• Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais

Análise Situacional da Meta

O controle integrado da doença vassoura de bruxa nas regiões produtoras de cacau abrange 550 mil hectares assistidos. O controle integrado da doença envolve pesquisas laboratoriais e de campo, assistência técnica diretamente nos imóveis rurais, além de campanhas educativas e demais medidas de monitoramento, com cobertura de toda área de cacauais assistidos nos estados de atuação: AM (2.000 ha), BA (406.100 ha), ES (22.100 ha), MT (1.300 ha), PA (80.000 ha) e RO (38.500ha).

Destacam-se as realizações no período do PPA a partir de 2012, tais como: 1) o registro do Biofungicida Tricovab para o controle do fungo da vassoura de bruxa na agricultura convencional e orgânica, que encontra-se em fase de desenvolvimento para produção em escala comercial; 2) o sequenciamento dos genomas do patógeno *Moniliophthora perniciosa*, causador da doença vassoura de bruxa e do hospedeiro *Theobroma cacao*, que permitirá o desenvolvimento de uma nova estratégia de controle da praga; 3) Operacionalização do plano de contingenciamento da Monilíase do cacau, visando proteger a cacauicultura nacional contra o risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave



doença, ainda não ocorrente em território nacional, porém já instalada em países limítrofes na fronteira dos Estados da Região Norte.

No contexto da pesquisa e inovações destaca-se o Projeto Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura-de-Bruxa - financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), numa parceria: CEPLAC/MAPA, FINEP/MCTI, EMBRAPA, USP, UNICAMP, UESC e Secretaria de Agricultura da Bahia; com o objetivo de revitalizar e dinamizar a cacaucultura nacional, através do controle da doença vassoura de bruxa do cacau (Moniliophthora perniciosa), com ênfase na genética e biologia molecular. Dentre os resultados obtidos no projeto Renorbio destacam-se: a seleção de 603 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse, para avaliação regional e 113 progenitores para constituição de novo ciclo de melhoramento genético para formação de novas populações; a validação de novos atributos de produtividade, precocidade e resistência da série de clones já disponibilizados aos produtores - atualmente 39 cultivares de cacau; a identificação de 18 novas fontes de resistência; o estabelecimento de 5 ensaios regionais de variedades contemplando 367 clones em mais de 100 fazendas (200 novos clones estão sendo instalados); indicação de 14 variedades de cacau para cultivo comercial; identificação de marcadores moleculares para resistência; decifração de 8 genomas de cacau – genoma funcional de resistência; compreensão da evolução do patógeno; identificação dos múltiplos modos de penetração do patógeno.

Destaca-se a produção em escala de 16.815Kg do Biofungicida Tricovab e a distribuição para comercialização junto aos produtores rurais de 8.891Kg para o controle biológico da doença.

Quantidade alcançada

550.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	240	ha	1.300	31/12/2014
Região Nordeste	481.300	ha	406.100	31/12/2014
Região Norte	95.460	ha	120.500	31/12/2014
Região Sudeste	23.000	ha	22.100	31/12/2014

- **Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves**

Análise Situacional da Meta

Houve uma redução de 90,8% em 2013 para 80,34% em 2014. A análise detalhada demonstrou que o problema restringiu-se basicamente ao atendimento a suspeitas das síndromes Hemorrágica dos Suínos (61,2%) e Respiratória e Nervosa das Aves (79,7%), enquanto se manteve satisfatório para a Síndrome Vesicular (93,0%). Os Órgãos Defesa Sanitária Animal dos Estados onde ocorreram os problemas foram acionados para que as causas dos atrasos sejam precisamente identificadas e que ações sejam adotadas a fim de reduzir a demora nos atendimentos.

Quantidade alcançada

80,34

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças**

Análise Situacional da Meta

Foram publicados 5 planos de contingência para as seguintes doenças: febre aftosa, influenza aviária, New Castle, peste suína clássica e encefalopatia espongiforme bovina (BSE). Esses planos estão sendo revisados, bem como todo o arcabouço normativo referente à atuação em emergências veterinárias. O trabalho foi iniciado pela revisão do Plano de Ação para a Febre Aftosa, volume 2, que se encontra em andamento.

Também foram elaborados planos de emergências para 33 pragas quarentenárias dos citros. A partir desses planos de



emergência serão elaborados os planos de contingência, prevendo medidas preventivas quanto à entrada de pragas ausentes e sem registro de ocorrência no Brasil, bem como ações de contenção, caso a praga se estabeleça. Está em desenvolvimento o SISBRAVET (Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária). Planeja-se também incluir as doenças, reconhecidas como de maior impacto econômico e social, na classificação de “desastres” no Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) e no Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC).

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

• Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero

Análise Situacional da Meta

A área controlada da Mosca da Carambola é de 161.480.307 há, e atualmente 22 municípios do extremo norte do Brasil apresentam incidência da praga.

Foram implementados Planos de Erradicação nos Estados do Amapá, Roraima e Pará, a fim de prevenir a dispersão da praga para outros estados, principalmente para as regiões de fruticultura.

Em Roraima, até agosto de 2013, a presença da praga era registrada somente no município de Uiramutã, na fronteira com a Guiana. Desde então foram detectados novos focos em Normandia e em aldeias indígenas localizadas na Reserva Raposa Serra do Sol, além dos municípios de Bonfim e Pacaraima na divisa com a Venezuela. A Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR), no âmbito do acordo de cooperação firmado com o MAPA, está realizando ações de fiscalização nas barreiras fitossanitárias de Surumu, Passarão, e Normandia/Bonfim.

No Amapá todas as ações de erradicação são realizadas pelo MAPA com apoio da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Amapá (DIAGRO). Porém a praga se dispersou para vários municípios do Amapá e para o Estado do Pará, tal como ocorreu na Ilha de Marajó e Monte Dourado/Almeirim prejudicando os produtores do baixo Amazonas, Capitão Poço e demais regiões de produção de frutas do Pará.

O MAPA firmou termo aditivo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária do Pará (ADEPARÀ) para constituir uma “força tarefa”, no combate à praga, sendo que os recursos serão disponibilizados a partir de 2015.

A fim de evitar que a praga se alastre para outras regiões, para o próximo PPA será implementado o Programa Nacional de Controle de Moscas das Frutas – PNCMF, que considerará ferramentas regulatórias como a erradicação, as áreas livres e as áreas de proteção fitossanitária bem como programas de vigilância para em todo o país. As estratégias para o manejo fitossanitário dos insetos incluem a redução da população e o monitoramento, além das Técnicas do Inseto Estéril (TIE). Também será desenvolvido um sistema de Mitigação de Risco (SMR) para a região frutícola do Vale do São Francisco.

As Moscas das Frutas, como a *Bractocera carambolae*, a *Ceratitis capita*, a *Anastrepha* sp. e *Drosophila susukii* são pragas relevantes para a fruticultura nacional porque possuem muitos hospedeiros e constituem um fator prejudicial para exportações brasileiras.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	14	unidade	22	31/12/2014

• Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país



Análise Situacional da Meta

As importações regulares de animais vivos, vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso oficiais do país foram fiscalizadas regularmente. Foram realizadas 1600 mil fiscalizações de importações de produtos agropecuários, embalagens de madeira e bagagens de passageiros no ano de 2014.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

• Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa

Análise Situacional da Meta

Em 2014, não houve ocorrência de febre aftosa e foram mantidas as zonas livres da doença. A Organização Mundial de Saúde Animal-OIE reconheceu os Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, e quase toda região norte do Estado do Pará, como livres de febre aftosa com vacinação. Com isso, houve um avanço nas áreas reconhecidas internacionalmente com essa condição sanitária e as zonas livres implantadas até o momento passaram a representar 77,2% do Território Nacional, onde encontram-se 99% dos rebanhos de animais das espécies susceptíveis à doença. Ademais, a classificação de risco para a febre aftosa do Estado de Roraima foi alterada de Alto Risco (BR-4) para Médio Risco (BR-3), na maior parte do Estado do Amazonas foi mantida a classificação de Médio Risco (BR-3) e apenas o Estado do Amapá ainda continua classificado como área de Alto Risco (BR-4). Nestes três estados, estão sendo conduzidos planos de ação para melhorias estruturais e técnicas de seus serviços veterinários oficiais a fim de que alcancem a condição de livre de febre aftosa com vacinação. Está sendo conduzido um estudo soroepidemiológico nos Estados do AM, AP, RR e zonas de proteção do PA, para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa, com previsão de encerramento em 2015.

Quantidade alcançada

77,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1.558.196	km²	1.554.291	31/12/2014
Região Norte	3.869.637	km²	1.912.904	31/12/2014

• Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional

Análise Situacional da Meta

As campanhas de conscientização são realizadas regularmente nos principais aeroportos e pontos de entrada do país. Também houve a intensificação na distribuição de material de divulgação das regras de transporte de produtos agropecuários em todos os aeroportos, dentre as quais a distribuição de folders da campanha “Mala Legal”, visando conscientizar os cidadãos sobre as regras da vigilância agropecuária internacional. Além disso, foram concedidas inúmeras entrevistas em diversas mídias, divulgando estas regras. Foram realizadas 13 campanhas em 2014, nas cidades sede da copa do mundo, que somadas às 65 realizadas no biênio 2012/2013 totalizam 78 campanhas. Embora seja uma quantidade menor em relação à meta proposta, as campanhas realizadas são abrangentes e atingem o público alvo.

Quantidade alcançada

78

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	47	número	7	31/12/2014
Região Nordeste	47	número	15	31/12/2014
Região Norte	47	número	12	31/12/2014



Região Sudeste	47	número	22	31/12/2014
Região Sul	47	número	22	31/12/2014

• **Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem**

Análise Situacional da Meta

Durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 foram mobilizados cerca de 100 servidores nas cidades-sede dos jogos da Copa e nas fronteiras do sul do país. Na operação de férias de final de ano coordenada pela Conaero, também houve reforço das equipes nesse período no aeroporto de Guarulhos e em algumas Unidades Vigiaero de fronteira em Foz do Iguaçu. Gerencialmente, o MAPA trabalha com a meta para “Ampliar em 10% a fiscalização de bagagens de passageiros provenientes do exterior”, o que foi atingido devido ao reforço nas equipes de fiscalização.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• **Reduzir o número de municípios com incidência da praga *Cydia pomonella* de 3 para 0**

Análise Situacional da Meta

A praga *Cydia pomonella* foi oficialmente reconhecida como praga erradicada do país, conforme publicado na Instrução Normativa nº 10, de 07 de maio de 2014. Duas mil armadilhas foram instaladas e estão sendo monitoradas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em cooperação com a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Houve mudança na sistemática de celebração de convênios com os órgãos estaduais de defesa agropecuária, antes eram feitos convênios para atender separadamente ações de saúde animal e de sanidade vegetal, celebrados pelos respectivos departamentos de Sanidade Animal (DSA) e de Sanidade Vegetal (DSV). Com as novas diretrizes agora são celebrados os chamados convênios estruturantes "SUASA" diretamente no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Até 2014, 7 estados obtiveram o reconhecimento da equivalência de seus sistemas de inspeção com o Sistema de Inspeção Federal, e, assim, concluíram o processo de adesão ao Suasa. São eles: BA, PR, MG, DF, RS, SC e ES. Estão em processo de adequação outros oito estados: SP, TO, MT, MS, PE, PA, CE, MA.

Cabe ainda destacar a publicação da Instrução Normativa nº 20, de 1º de julho de 2014, que estabelece os requisitos e procedimentos para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária Aplicado às Cadeias dos Produtos de Origem Vegetal.

As atividades de capacitação vêm sendo desenvolvidas no âmbito de atuação do SUASA pelas instâncias intermediárias e locais com recursos disponibilizados pelo MAPA mediante convênios. O MAPA realiza e apoia algumas ações de capacitação, notadamente em congressos de agronomia e veterinária, diretamente ou por meio da Embrapa e da Ceplac, envolvendo a difusão de tecnologias para baixa emissão de carbono, manejo integrado de pragas – MIP e produção



integrada. O Pronatec Agro, em parceria com o MEC, disponibiliza vagas para técnicos do setor agropecuário em cursos de fruticultura, horticultura, produção animal no semiárido, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e agricultura orgânica.

Metas 2012-2015

• Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA

Análise Situacional da Meta

O MAPA, como instância central e superior do SUASA, realiza e apoia ações de capacitação, notadamente em congressos de agronomia e veterinária. São difundidas tecnologias para baixa emissão de carbono, manejo integrado de pragas (MIP) e produção integrada. Essa meta possui interface com outros órgãos do MAPA, como a Embrapa e a Ceplac, no âmbito dos quais são realizadas ações de capacitação.

Destaca-se o Pronatec Agro que, em parceria entre o MAPA e o MEC, disponibiliza vagas para técnicos do setor agropecuário em cursos de fruticultura, horticultura, produção animal no semiárido, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e agricultura orgânica.

Não foram realizadas ações de capacitação diretamente pelo MAPA em 2014. Entretanto, o MAPA vem disponibilizando recursos mediante convênio e as capacitações estão desenvolvendo-se de forma regular pelas instâncias intermediárias e locais em sua maior medida junto aos escritórios de Defesa Agropecuária capilarizados na grande maioria dos municípios brasileiros.

Quantidade alcançada

8.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	peessoas	1.500	31/12/2014
Região Nordeste	5.100	peessoas	1.000	31/12/2014
Região Norte	2.800	peessoas	500	31/12/2014
Região Sudeste	4.100	peessoas	2.000	31/12/2014
Região Sul	5.000	peessoas	3.000	31/12/2014

• Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi constituída uma equipe de trabalho para definir as diretrizes sobre a implantação do Centro de Inteligência e Formação Agropecuária. Foram realizadas reuniões com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Ministério da Defesa (MD), a Secretaria da Receita Federal, o Comando da Aeronáutica, além de algumas apresentações no Senado Federal e no Comando do Exército. Foram realizadas ações conjuntas de capacitação e de inteligência integradas com os demais órgãos e entidades do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e com o Exército Brasileiro nas chamadas operações Ágata.

No âmbito do Acordo de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), foram elaborados Termos de Referência para a contratação de consultoria com a finalidade de auxiliar na estruturação do Centro de Inteligência e Formação Agropecuária e para a contratação de instituição de ensino para a capacitação dos servidores do Mapa e o desenvolvimento das atividades de inteligência. A publicação dos Termos de Referência deverá ocorrer em 2015.

Quanto a formação de Fiscais Federais Agropecuários definiu-se que deve compreender cursos especiais com Módulo Geral (Direito Administrativo, Regimento Interno, etc.); Módulo Técnico (Relacionado com a área de atuação) e Treinamento em Serviço.



• **Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do acordo de cooperação entre a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o MAPA para a implementação da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) foram incorporados novos Estados ao sistema eletrônico de emissão de Guias de Trânsito Animal (GTAs), que já se encontra em funcionamento. Foi concluída a implantação da Base de Dados Única (BDU) que abrigará outros dois módulos: o Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) e o Sistema de Informações Gerenciais do Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF). O módulo do SISBOV foi concluído, e está sendo elaborada instrução normativa para sua implantação. O SIGSIF tem cinco módulos em fase de homologação para entrarem em funcionamento.

• **Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

A adesão dos municípios ao SUASA é voluntária. Os municípios que demonstram interesse na adesão são aqueles que possuem cadeias produtivas de produtos de origem animal bem desenvolvidas e serviços de inspeção estruturados. O Decreto 8.445/2015 alterou o Art. 153 § 2º do decreto 5.741/2006, regulamentador do Suasa, a fim de delegar a análise da documentação e a realização de auditorias dos serviços de inspeção municipais aos Estados que já tiveram seus sistemas de inspeção reconhecidos como equivalentes ao Sistema de Inspeção Federal (SIF), com aprovação final pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com isso, essa meta passa do âmbito federal para o estadual e não deverá mais constar do Próximo PPA.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	município	5	31/12/2014
Região Nordeste	350	município	0	31/12/2014
Região Norte	60	município	0	31/12/2014
Região Sudeste	360	município	1	31/12/2014
Região Sul	250	município	11	31/12/2014

• **Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

Até 2014, 7 estados obtiveram o reconhecimento da equivalência de seus sistemas de inspeção com o Sistema de Inspeção Federal, e, assim, concluíram o processo de adesão ao Suasa. São eles: BA, PR, MG, DF, RS, SC e ES. Estão em processo adiantado de adequação outros 8 estados: SP, TO, MT, MS, PE, PA, CE, MA. Estima-se que estes Estados deverão concluir o processo de adesão ao longo do próximo PPA.

Entretanto observa-se que o processo de adesão tem sido moroso, devido às necessidades de adequação das legislações e dos serviços de inspeção estaduais, além da realização de auditorias pelo MAPA.

A fim de agilizar o processo de adesão foi publicado o Decreto nº/ 8445/2015 que estabelece um prazo máximo de 90 dias para a conclusão do processo quando não haja diligências. Também será publicada uma nova Instrução Normativa para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA) a fim de adequar os procedimentos ao novo Decreto. Tais alterações serão realizadas para o próximo PPA.

Cabe ainda destacar a publicação da Instrução Normativa nº 20, de 1º de julho de 2014, que estabelece os requisitos e procedimentos para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária Aplicado às Cadeias dos Produtos de Origem Vegetal – Suasa Vegetal.

Houve mudança na sistemática de celebração de convênios com os órgãos estaduais de defesa agropecuária, antes eram feitos convênios para atender separadamente ações de saúde animal e de sanidade vegetal, celebrados pelos respectivos



departamentos de Sanidade Animal (DSA) e de Sanidade Vegetal (DSV). Com as novas diretrizes agora são celebrados os chamados convênios estruturantes "SUASA" diretamente no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

• Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária

Análise Situacional da Meta

As capacitações estão se desenvolvendo de forma regular no âmbito do SUASA, com recursos disponibilizados pelo MAPA mediante convênios às instâncias intermediárias e locais, que devido à sua capilaridade, podem atingir a grande maioria dos municípios brasileiros.

Quantidade alcançada

143.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30.000	peessoas	23.000	31/12/2014
Região Nordeste	220.000	peessoas	20.000	31/12/2014
Região Norte	40.000	peessoas	20.000	31/12/2014
Região Sudeste	110.000	peessoas	32.000	31/12/2014
Região Sul	100.000	peessoas	48.000	31/12/2014

OBJETIVO: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A ampliação da capacidade analítica da rede laboratorial exige uma série de ações ligadas, especialmente, à modernização do parque de equipamentos dos laboratórios oficiais e adequação de suas instalações (envolvendo reformas, construções e ampliações) e ao treinamento constante de servidores, de forma a acompanhar o progresso científico. O atendimento a todas essas condições possibilita ao MAPA, não apenas manter sua rede de laboratórios oficiais adequada, de acordo com normas internacionalmente aceitas, mas também exigir o cumprimento de rigorosas normas técnicas de qualidade e rastreabilidade pela rede credenciada em ensaios realizados dentro de seus escopos de credenciamento.

Em relação à implantação do sistema informatizado de gestão laboratorial (SISLAB), foi iniciada a inserção dos dados referentes ao escopo e cadastro de laboratórios nesse sistema. A construção de outros módulos foi retomada, com a continuidade do levantamento dos requisitos técnicos. Foram implementadas ferramentas de acompanhamento do Plano Operativo Anual (POA), o que facilitou a coleta de dados dos laboratórios credenciados e padronizou o monitoramento a partir de 2015.

Foram ampliados os ensaios acreditados conforme ABNT NBR ISO/IEC 17.025 - Requisitos Gerais para Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração nos Laboratórios Oficiais do MAPA (Lanagros).

Foi concluída a revisão da conformidade documental e do escopo dos laboratórios credenciados da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, em atendimento à Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo MAPA.

No âmbito do Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



(CNPq) foram incluídos novos projetos relacionados ao desenvolvimento e validação de métodos de ensaios laboratoriais e gestão da qualidade.

Foi dada continuidade à implantação da norma ISO 9001 – sistema de gestão de Qualidade, na rede de laboratórios oficiais do MAPA (Lanagros).

Metas 2012-2015

• **Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizados 33,22 milhões de ensaios pela rede nacional de laboratórios agropecuários, atingindo a meta prevista para o PPA. A implementação de uma nova ferramenta de controle auxiliou a captação das informações, tornando-a mais efetiva.

Quantidade alcançada

33,22

Data de Referência

31/12/2014

• **Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025**

Análise Situacional da Meta

O número de ensaios realizados em 2014 (767 ensaios) ultrapassou a meta estabelecida (610 ensaios) para o atual ciclo do PPA, o que se constitui um grande avanço para a rede de laboratórios oficiais do MAPA, resultado do esforço contínuo da equipe e dos importantes investimentos em qualidade, capacitação técnica e cooperação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Quantidade alcançada

767

Data de Referência

31/12/2014

• **Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados**

Análise Situacional da Meta

A publicação da Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo MAPA impôs a necessidade de atualização de toda a rede credenciada segundo critérios de qualidade mais rigorosos, o que afetou a realização de auditorias no primeiro semestre de 2014, sendo realizadas apenas as auditorias essenciais. Assim, a retomada do processo de auditorias se deu a partir do segundo semestre. Paralelamente, vem sendo aprimorados os processos de auditoria, por meio da estruturação dos procedimentos necessários à implementação do sistema de gestão da qualidade, com base na norma ISO 9001.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Buscando implementar melhorias nos processos referentes ao registro e fiscalização de insumos pecuários (produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e material genético animal) encontra-se em desenvolvimento o



Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPEAGRO). O módulo de registro de estabelecimentos comercializadores, fabricantes e importadores de produtos de uso veterinário já foi implementado e se encontra em operação. Os demais módulos, inclusive os relativos ao registro e fiscalização de produtos de alimentação animal e material de multiplicação animal encontram-se em fase final de desenvolvimento.

Estão sendo realizados estudos para revisão da legislação de registro e fiscalização de insumos pecuários e para a regulamentação de farmacovigilância, de insumos pecuários.

Metas 2012-2015

• Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas 1.573 fiscalizações de produtos veterinários. A fiscalização foi priorizada em estados de maior risco e com grandes demandas de coleta de vacinas para controle oficial. A limitação de pessoal tem sido fator relevante para o não alcance das metas propostas. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

1.573

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	708	unidades/ano	58	31/12/2014
Região Nordeste	2.227	unidades/ano	696	31/12/2014
Região Norte	769	unidades/ano	248	31/12/2014
Região Sudeste	869	unidades/ano	341	31/12/2014
Região Sul	543	unidades/ano	230	31/12/2014

• Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal

Análise Situacional da Meta

A execução das atividades de fiscalização de produtos para alimentação animal no ano de 2014 atingiu aproximadamente 60 % do número de fiscalizações previstas no PPA. A carência de pessoal para a execução das atividades contribuiu para a baixa execução da meta. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

3.155

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	564	unidades/ano	351	31/12/2014
Região Nordeste	2.221	unidades/ano	904	31/12/2014
Região Norte	653	unidades/ano	522	31/12/2014
Região Sudeste	1.329	unidades/ano	767	31/12/2014
Região Sul	578	unidades/ano	611	31/12/2014

• Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal

**Análise Situacional da Meta**

O percentual de execução das ações de fiscalização de material genético animal foi 93,92% em relação à meta de fiscalizações programadas no Plano Operativo Anual (642 fiscalizações) para 2014.

O cumprimento da meta do Plano Plurianual de aumentar para 1049 o número anual de fiscalizações de material genético animal tem sido comprometido pelo número reduzido de fiscais federais agropecuários. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

603

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	159	unidades/ano	65	31/12/2014
Região Nordeste	119	unidades/ano	97	31/12/2014
Região Norte	20	unidades/ano	14	31/12/2014
Região Sudeste	235	unidades/ano	130	31/12/2014
Região Sul	516	unidades/ano	297	31/12/2014

• **Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, o Programa FISCORGEN (Fiscalização de Atividades com OGM) realizou 1.111 ações de fiscalização. A carência de pessoal para a execução das atividades contribuiu para a baixa execução da meta. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

1.111

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	392	unidade	253	31/12/2014
Região Nordeste	185	unidade	270	31/12/2014
Região Norte	51	unidade	56	31/12/2014
Região Sudeste	371	unidade	215	31/12/2014
Região Sul	485	unidade	317	31/12/2014

• **Construção da Política Interna de Gestão de Risco Aplicada na Fiscalização de Insumos Agropecuários**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2015, o modelo de gestão de riscos de insumos pecuários deve ser adaptado e colocado em prática para as demais áreas de fiscalização de insumos agrícolas.

• **Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2015, o modelo de gestão de riscos de insumos pecuários deve ser adaptado e colocado em prática para as demais áreas de fiscalização de insumos agrícolas.



• **Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi possível iniciar a construção do modelo de auditoria contemplando a definição dos requisitos a serem auditados e dos requisitos para a acreditação de instituições certificadoras no Programa de Boas Práticas de Fabricação, o que só será possível após concluir a revisão da legislação sobre fertilizantes e agrotóxicos e afins, que encontra-se em andamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do sistema de auditoria interna dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas já foi concluído. Para 2014, estavam previstas cinco auditorias nos Serviços de Fiscalização, porém as mesmas não foram realizadas, devido à dificuldade de alocar pessoal para realização das mesmas. Entretanto, em 2014 foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais gropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações na área de qualidade dos alimentos e bebidas foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle visando encontrar soluções operacionais para suprir as demandas da sociedade brasileira, bem como de organismos internacionais e representantes de países com os quais o Brasil mantenha relações comerciais no campo dos produtos agropecuários.

Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil. A publicação da Lei de Inspeção Vegetal e sua regulamentação permitirá o estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco.

Nas ações relacionadas aos produtos de origem animal foram identificados entraves relacionados à insuficiência de recursos humanos capacitados para a realização de auditorias e supervisões, com a consequente redução do número de inspeções programadas.

No setor de bebidas e vinhos, ressalta-se a revisão da legislação e a elaboração de procedimentos que permitam a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras, além da simplificação dos procedimentos de registro de forma a tornar mais rápido o cadastro das empresas e o lançamento de novos produtos, possibilitando a inclusão da produção familiar e artesanal.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal**

**Análise Situacional da Meta**

No âmbito do PNCRC-Animal, foram analisadas 10.696 amostras de um total de 19.189 amostras sorteadas, perfazendo uma taxa de 55.74 %. O encerramento dos contratos com os laboratórios credenciados e a demora na realização de novas contratações contribuíram para o resultado da meta em 2014. Entretanto, essa situação será normalizada em 2015.

Quantidade alcançada

55,74

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal**Análise Situacional da Meta**

Os resultados alcançados em 2014 são um pouco inferiores ao esperado tendo em vista a diminuição de supervisões realizadas nos estabelecimentos produtores, considerando a adoção de um novo modelo de distribuição amostral baseado em delineamento estatístico.

Quantidade alcançada

88,1

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal**Análise Situacional da Meta**

No âmbito do PNCRC-Vegetal foram analisadas 817 amostras de um total de 1.459 amostras sorteadas, perfazendo uma taxa de 56%. A fim de melhorar o desempenho da meta é necessário o aprimoramento dos procedimentos de acondicionamento das amostras, como a implantação de acondicionamento resfriado ou congelado, o treinamento dos responsáveis pela coleta das amostras e a atualização e publicação do Manual de Coletas de Amostras.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2014

• Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal**Análise Situacional da Meta**

O estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco depende da publicação e regulamentação da Lei de Inspeção Vegetal. Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil.

Dentro dos regulamentos vigentes foram elaborados procedimentos operacionais padrão – POPs que contemplam itens de verificação nos processos de autocontroles para inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal.

• Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal**Análise Situacional da Meta**

A fim de proporcionar um controle oficial eficiente, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal, com base em análise de risco. Porém o estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco depende da publicação e regulamentação da Lei de Inspeção Vegetal. Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil.



OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros brasileiros, o MPA vem implementando ações que visam proteger a condição zoossanitária dos animais aquáticos nacionais, como o credenciamento de estabelecimentos quarentenários para animais aquáticos importados, a realização de análises de risco de importação de animais aquáticos e seus produtos, o monitoramento de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros, a estruturação Rede Nacional de Laboratórios do MPA (RENAQUA) e a formação da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária (AquaEpi). Além disso, o MPA vem trabalhando na elaboração de toda a base legal para estruturação dos serviços de sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola. O MPA tem celebrado convênios com os Estados com a finalidade de estruturação dos serviços de sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola dos órgãos estaduais de defesa agropecuária.

No intuito de aportar o MPA com informação técnica-científica sobre organismos aquáticos foi implementada a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA (AQUAEPI), constituída por instituições públicas de ensino superior e pesquisa. A AQUAEPI realiza estudos epidemiológicos, projetos de pesquisa, extensão e inovação e é responsável pelo suporte técnico e científico para definição e execução das políticas públicas em sanidade aquícola e pesqueira.

Foi instituída a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura – RENAQUA. A RENAQUA é responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais, bem como pelo desenvolvimento contínuo de novas metodologias analíticas de modo a contribuir para a proteção sanitária dos organismos aquáticos e para a segurança do alimento obtido de recursos pesqueiros. Integram a RENAQUA os Laboratórios Oficiais Centrais - AQUACENs, vinculados ao MPA, como unidades laboratoriais de referência técnica altamente especializada, pertencentes à instituições públicas de pesquisa, de ensino, ou de extensão.

Em 30 de julho de 2014, foi publicado o Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 6/2010, que define a colaboração entre o Ministério da Agricultura Pecuária e abastecimento (MAPA) e o MPA no desenvolvimento de ações relativas à Sanidade Pesqueira e Aquícola, prorrogando seu prazo de vigência até 2018. A parceria entre as duas pastas permite a harmonização dos procedimentos relacionados à sanidade pesqueira e aquícola. O Acordo de Cooperação Técnica resultou na participação do MPA na Plataforma de Gestão Agropecuária; o que envolve a execução de ações para o aperfeiçoamento da autorização e fiscalização da importação e exportação de recursos pesqueiros quanto aos aspectos zoossanitários e o melhor controle sobre a movimentação de recursos pesqueiros no território nacional. Também favorece o estabelecimento de programas de controle e erradicação de enfermidades de animais aquáticos e de monitoramento e controle de resíduos e contaminantes nos sistemas produtivos.

Metas 2012-2015

• Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos

Análise Situacional da Meta

Como medida de redução do risco de introdução de doenças de animais aquáticos via importação, todos os animais aquáticos importados devem ser submetidos a um período mínimo de quarentena de 07 (sete) dias em estabelecimentos credenciados para tal fim. Atualmente são 16 estações quarentenárias cadastradas pelo MPA em atividade.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data



Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	10	unidade	14	31/12/2014

- **Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Encontram-se em processo de definição as espécies e tecnologias mais apropriadas para o desenvolvimento dos kits. A conclusão dessas definições está prevista para o final de 2015 e o desenvolvimento dos kits ocorrerá durante o próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 20 enfermidades em animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

O MPA já superou a meta do PPA 2012-2015 de implementação de métodos oficiais de acordo com o Manual de Testes de Diagnóstico para Animais Aquáticos da OIE, pois foram estabelecidos 40 métodos oficiais para diagnóstico de doenças de peixes, moluscos, crustáceos e anfíbios, o que auxiliará a implantação de programas de certificação sanitária no país. Atualmente, o MPA conta com metodologias de diagnósticos validadas para todas as doenças de notificação obrigatória à OIE, além de doenças bacterianas consideradas de interesse para o país. O MPA continua trabalhando com a implementação de metodologias analíticas para outras doenças e tem expectativa de ampliar ainda mais o escopo analítico da Rede Nacional de Laboratórios do MPA (RENAQUA).

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2014

- **Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos nas 27 unidades federativas**

Análise Situacional da Meta

O MPA tem realizado parcerias, por meio de convênio, com os órgãos executores de defesa sanitária animal nos estados, sendo o controle do trânsito nacional de animais aquáticos uma das etapas obrigatórias nos convênios firmados. O MPA já celebrou convênios com as seguintes unidades da federação: SC, CE, PE, MG, PA, RJ, RR e PR. No intuito de despertar o interesse dos estados em celebrar convênios na área de sanidade aquícola e pesqueira, o MPA vem conscientizando os órgãos estaduais responsáveis pela defesa sanitária de animais aquáticos sobre o potencial aquícola e pesqueiro brasileiro e sobre a necessidade de implementação de ações visando à manutenção da condição sanitária brasileira. Entretanto, a inadimplência de alguns estados junto ao poder público federal e a limitada estrutura física atualmente encontrada em grande parte destes órgãos dificultam o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção**

Análise Situacional da Meta

O MPA já celebrou convênios com os órgãos executores de defesa agropecuária nos estados de SC, CE, PE, MG, PA, RJ, RR e PR. No intuito de despertar o interesse dos estados em celebrar convênios na área de sanidade aquícola e pesqueira, o MPA vem sensibilizando os órgãos estaduais responsáveis pela defesa sanitária animal sobre o potencial



aquícola e pesqueiro brasileiro e sobre a necessidade de implementação de ações visando a sanidade aquícola e pesqueira. Entretanto, a inadimplência de alguns estados junto ao poder público federal e a limitada estrutura física atualmente encontrada em grande parte destes órgãos dificultam o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

• **Inserir o Ministério da Pesca e Aquicultura como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal – SUASA, instituído pelo Decreto nº5.741/2006, estabelece como Instância Central e Superior do SUASA o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Entretanto, com a publicação da Lei nº 11.958, foram atribuídas ao MPA competências relativas à sanidade pesqueira e aquícola dos animais aquáticos. O MPA atualmente é considerado uma instância setorial do Suasa e solicita sua inclusão como Instância Central e Superior assim como o MAPA. Para tanto, foi encaminhada ao MAPA e à Casa Civil proposta de alteração da legislação atual (Decreto nº5.741/2006) por meio de Avisos Ministeriais. Porém até o momento, a referida inclusão ainda não ocorreu.

• **Manter 1 centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

O MPA está apoiando a construção do Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (CENIMP), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que tem sua conclusão prevista para 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas**

Análise Situacional da Meta

O monitoramento de resíduos e contaminantes visa proteger a saúde pública humana do consumo de pescado contaminado por biotoxinas marinhas, metais pesados, pesticidas, antibióticos e outros resíduos e contaminantes. O MPA tem investido em sua rede laboratorial de forma a ampliar o escopo analítico de resíduos e contaminantes. Para 2015, a capacidade de processamento e análise aumentará substancialmente em virtude da aquisição de um espectrômetro de massa de alta capacidade e resolução.

Atualmente, o órgão de defesa agropecuária do Estado de Santa Catarina - CIDASC está realizando o monitorando de resíduos e contaminantes de recursos pesqueiros de 15 áreas e vem se estruturando para ampliar as áreas monitoradas.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	35	unidade	15	31/12/2014

• **Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados**

Análise Situacional da Meta

O MPA publicou três Análises de Risco de Importação: Alevinos de Tilápia do Nilo - *Oreochromis niloticus* -



originários de aquicultura de Singapura; Camarões congelados da espécie *Pleoticus muelleri* originários de pesca extrativa da Argentina; e Alevinos de Tilápia do Nilo- *Oreochromis niloticus* - originários de aquicultura dos Estados Unidos. Para 2015, há previsão de publicar mais cinco análises de risco de importação que ainda dependem de revisão final.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

• **Publicar 8 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foram elaborados 5 planos de contingência para doenças de animais aquáticos, que ainda dependem de revisão final e validação por especialistas na área para publicação.

A implantação de planos de contingência para doenças de animais aquáticos depende da disponibilidade de recursos humanos em nível estadual para sua execução. É necessário o estabelecimento de equipes para o atendimento de emergências sanitárias, o que depende da existência de médicos veterinários oficiais trabalhando com animais aquáticos, algo muito restrito atualmente por falta de uma carreira específica no MPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Reconhecer 4 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o Estado da Paraíba foi oficialmente considerado como área com condição sanitária diferenciada em virtude da ocorrência da infecção por *Perkinsus marinus* em ostras. Por isso o MPA proibiu o egresso de moluscos bivalves daquele estado.

Foram propostas duas metodologias para a realização de estudos de prevalência em Santa Catarina, uma sobre doenças de camarão e outra sobre doenças de moluscos. Estas metodologias subsidiarão a elaboração de estudos epidemiológicos que possibilitarão a compartimentação do país de acordo com a condição sanitária das diversas regiões produtoras. O MPA está primeiramente definindo os estudos e exigências de biossegurança nos sistemas de produção para depois realizar o reconhecimento das áreas com condição sanitária diferenciada e publicar normas sobre regras sanitárias tais como restrições de trânsito e periodicidade de diagnóstico laboratorial de doenças.

O MPA submeteu à consulta pública o projeto de Instrução Normativa que institui o Programa Nacional de Monitoramento Sanitário de Alevinos de Tilápia, cuja publicação deverá possibilitar uma ampliação significativa do número de áreas ou zonas oficialmente certificadas com condições sanitárias diferenciadas para doenças de animais aquáticos.

Para auxiliar na definição técnica dos processos oficiais de certificação sanitária, a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do Ministério da Pesca e Aquicultura (Aquaepi) validará as metodologias previstas a serem incluídas em legislação específica assim como os estudos epidemiológicos necessários para sua proposição.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782	31/12/2014	1.303
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292	31/12/2014	304
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	56	31/12/2014	62
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63	31/12/2014	1,29
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98	31/12/2014	2,05
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442	31/12/2014	66,255
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703	31/12/2014	1.069
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64	31/12/2013	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,8	31/12/2014	3.394
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado	R\$	30/04/2011	9,35	31/12/2014	8,53
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	0,1	31/12/2014	0,13

Observações:

Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas) - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano - Fonte: Informações do Mapa / CGPLAN.

Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano - Fonte: Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação - Valor não apurado



Produtividade agrícola dos grãos - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado - Fonte: Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O cumprimento deste objetivo compreende o alcance de três metas prioritárias, alinhadas aos grandes desafios nacionais em pesquisa agropecuária. A primeira refere-se à organização e articulação dos esforços e recursos em genômica voltada às necessidades da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC); a segunda, também relacionada com ABC, envolve a implantação de cenários de referência para Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, e a terceira ao compromisso da Embrapa com o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da inovação na agropecuária.

Quanto aos esforços tecnológicos em genômica para a promoção da ABC, destacaram-se, em 2014, a implantação da Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas (UMiP GenClima), em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a inauguração do novo banco genético da Embrapa. A UMiP GenClima é uma plataforma funcional para validação de genes com potencial de introdução em espécies de interesse. Neste momento, a UMiP opera com infraestrutura laboratorial disponibilizada pela Unicamp e recursos humanos cedidos pela Embrapa. O banco genético consiste em uma nova edificação de dois mil metros quadrados, instalada em Brasília/DF, que triplica a capacidade de armazenamento de amostras de sementes abrigadas pelo maior banco genético da América Latina, colocando o Brasil entre os três maiores repositórios mundiais do gênero.

No tocante à elaboração de cenários de referência para Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, registraram-se duas experiências em unidades de referência tecnológica (URTs): uma na Fazenda Santa Brígida, em Ipameri/GO, outra na Fazenda São Mateus, em Selvíria/MS, para validação, demonstração e transferência de sistemas de Recuperação de Pastagens Degradadas e ILPF apropriados a cada localidade. A análise dessas experiências fornecerá os elementos necessários para a construção dos dois cenários propostos para a região central, que concentra a maior área de pastagens cultivadas e de produção de carne no país.

Além disso, destaca-se a consolidação da agenda de P&D e TT da nova unidade de pesquisa da Embrapa, a Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop/MT (inaugurada em junho de 2012), voltada prioritariamente ao estabelecimento de sistemas de produção integrados, com ênfase na ILPF. Outras unidades da Embrapa também vêm se dedicando ao tema, executando projetos no portfólio ILPF, com foco: na identificação de fatores e processos limitantes relacionados à pesquisa em sistemas de ILPF; na prospecção de alternativas de alocação dos componentes agrícola, animal e florestal, em contextos regionais; na adaptação e ou desenvolvimento de indicadores para a avaliação da sustentabilidade de sistemas de ILPF; na geração de informações econômicas para maior entendimento do sistema; na ampliação e intensificação da transferência de conhecimentos e de tecnologias validadas; e na capacitação associada à rede de técnicos multiplicadores de ILPF.

Visando destacar e valorizar o protagonismo do Brasil em práticas agropecuárias sustentáveis, a Embrapa propôs a organização do Primeiro Congresso Mundial de Sistemas Integrados ILPF, a ser realizado de 12 a 17/Julho/2015, em Brasília/DF.

Na vertente do desenvolvimento sustentável e da inovação agropecuária, a Embrapa tem se dedicado a identificar e desenvolver soluções para problemas de pesquisa com impactos de médio e longo prazo. Dada a característica da pesquisa de possuir um longo prazo para maturação dos seus esforços, destaca-se que os resultados apresentados são



fruto de esforços contínuos que antecedem o início do período do PPA vigente e estão destinados a promover a contínua incorporação de inovações tecnológicas aos sistemas sociais e econômicos. Destacam-se como resultados para 2014:

- Lançamentos de cultivares de diversas espécies que proporcionam aos produtores maior sustentabilidade econômica e ambiental. Essas variedades apresentam resistência a doenças, maior produtividade e maior adaptabilidade às regiões brasileiras. Dentre as 26 cultivares lançadas no exercício 2014, destacam-se: cereais de inverno (trigo, triticale), soja, frutíferas (cupuaçu, pêssago), hortaliças (abóbora), forrageiras (leguminosas forrageiras, capim Pannicum), uvas de mesa e algodão transgênico;
- Avanços em genômica e melhoramento genético em café e eucalipto;
- Descoberta de sete novas espécies de bactérias promotoras do crescimento de culturas importantes para a agricultura brasileira, como soja, feijoeiro, feijão-caupi e leucena;
- Lançamento de um mapa digital de carbono orgânico dos solos brasileiros, com potencial de subsidiar diversos programas de conservação de recursos naturais, tais como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC);
- Lançamento de fêmea suína versátil, com boa produção de leitões e capaz de transmitir também melhor qualidade de carne aos suínos de abate;
- Lançamento de máquinas e equipamentos agropecuários, especificamente um desperfilhador de bananeiras e um equipamento para avaliação de condição corporal do rebanho, denominado Vestcore. Esses equipamentos promovem ganhos de produtividade na bananicultura e na produção de gado leiteiro de pequeno porte, respectivamente;
- Desenvolvimento de insumo para alimentos funcionais proveniente do bagaço da uva;
- Desenvolvimento de softwares e ferramentas web de apoio à produção agropecuária e sua gestão, tais como os “Cenários agrícolas futuros para forrageiras baseados em mudanças climáticas globais”, o “GD Arroz” e o SARA;
- Lançamento do Sistema de Gestão das Soluções Tecnológicas (Gestec), que permite aos produtores rurais o acesso a informações sobre 845 produtos, processos e serviços desenvolvidos pela Embrapa;
- Realização da Caravana Embrapa (Fase I), com a finalidade de orientar os produtores rurais no enfrentamento emergencial de pragas de interesse econômico nas várias regiões brasileiras. Para realizá-las, a Embrapa aliou-se a associações e cooperativas de produtores como Aprosoja, Abrapa e OCB, organizações estaduais de pesquisa e universidades. Em 2014, foram treinados 6 mil multiplicadores em 34 dos principais polos produtivos do Brasil, levando profissionais da Embrapa e de parceiros a diferentes regiões afetadas pelas pragas, proferindo palestras e organizando dias de campo com ênfase no Manejo Integrado de Pragas (MIP). Em 2015 será realizada a Fase II da Caravana Embrapa;
- Realização de 467 eventos no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Desse total, 311 foram realizados pela Embrapa e 156 pelos parceiros, com a participação da Embrapa. Os eventos contaram com o envolvimento de milhares de agricultores;
- Estruturação de ações de capacitação em TT, intercâmbio e construção do conhecimento de agentes multiplicadores nacionais e internacionais;
- Disponibilização de produtos de inteligência estratégica e territorial, incluindo: (i) o estudo Agroindústrias rurais e periurbanas brasileiras, que objetiva fornecer subsídios para a compreensão da situação atual dessas agroindústrias quanto à inovação, que poderá subsidiar a definição das agendas de P&D e TT; (ii) o estudo Estratégias adotadas por organizações privadas e públicas no mercado brasileiro de tecnologia para o agronegócio, que analisa como as empresas se organizam para introduzir novas tecnologias no mercado, além de identificar como são definidos os acordos de licenciamento no setor privado; (iii) lançamento da maior base de dados de solos do país; (iv) Estudo da recomposição de áreas de cana-de-açúcar em São Paulo; e (v) o mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal para todas as áreas desflorestadas incluídas no Projeto PRODES, em parceria com o INPE;
- No tocante à gestão e proteção do conhecimento, 39 requerimentos de proteção de tecnologias por patentes (Brasil e exterior); 44 de proteção de cultivares; 73 de registro de cultivares; 24 de registro de marcas; e 8 de registro de softwares;
- Geração e disseminação de informação tecnológica, por meio da distribuição e comercialização de publicações impressas e eletrônicas pela Livraria Embrapa (118.818 exemplares); da produção de publicações impressas e digitais,



tais como a revista Pesquisa Agropecuária Brasileira (PAB), a Revista de Política Agrícola e os Cadernos de Ciência e Tecnologia (CC&T); da disponibilização de informação em mídia eletrônica (programas radiofônicos e de TV); da disponibilização de publicações eletrônicas nos sistemas de acesso livre e aberto à informação (Infoteca-e, Alice e Sabiia) para a divulgação de informação científica e tecnológica. Computando-se visitas, acessos e downloads, constata-se que os sistemas de informação tiveram 9.875.115 consultas ao longo do ano de 2014, ou 27.055 acessos diários. Foram distribuídos para escolas e comunidades rurais 753 kits de Minibibliotecas;

• Comunicação institucional e mercadológica voltada aos diferentes segmentos da sociedade que têm interesse em temas relacionados à Empresa. Além de ações corporativas de comunicação interna, em 2014 a Embrapa: (i) participou de 13 feiras e exposições visando demonstrar o impacto de seu trabalho junto à assistência técnica e extensão rural e os produtores; (ii) produziu 51 edições do programa Conexão Ciência, em parceria com a Secom da Presidência da República e NBR, abordando temas como Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Gestão Territorial, Biossegurança, Alimentos Orgânicos, Desperdício de Alimentos, Gestão de Risco Agrícola, Mudanças Climáticas; (iii) reformulou o Portal institucional; (iv) produziu e divulgou matérias e notícias em meio impresso e digital, sobre resultados e pesquisas da Empresa. A Embrapa ainda manteve a rotina de atendimento às demandas de imprensa e também de oferta de pautas a jornalistas, bem como o relacionamento com o público externo via redes sociais (Facebook – Agrosustentável, com 68.600 acessos e Twitter, com 12.900 seguidores) e pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (6.348 atendimentos).

Metas 2012-2015

• Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento da plataforma funcional de validação de novos genes faz parte do escopo de ações de pesquisa e transferência de tecnologias que visam atender ao Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Em 2012 a Embrapa dedicou-se a delinear o projeto e a compor um Grupo de Trabalho para definir as ações a serem desenvolvidas. Complementarmente foi assinado um acordo de cooperação técnica com a Unicamp para uma unidade mista de pesquisa na área de genética e biotecnologia.

No ano de 2013, iniciou-se a construção do laboratório/unidade mista de pesquisa, bem como se estabeleceu os produtos a serem trabalhados na transformação de plantas a partir do gene *Dreb*: milho, feijão, soja, arroz e eucalipto. Também foram implantadas as tecnologias de suporte do programa como escolha e avaliação das melhores linhagens de milho (cultura escolhida como modelo inicial de trabalho) e obtenção e estabelecimento de linhagens de bactérias utilizadas na biologia molecular e no processo de engenharia genética de plantas. Ainda em 2013, foi iniciada a construção da base de dados e ferramentas de bioinformática para a descoberta de novos genes relacionados com a tolerância à seca e outros fatores bióticos e abióticos relacionados com as mudanças climáticas do planeta.

Em 2014, foi concluída a instalação do laboratório da Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas (Umip GenClima), em parceria com a Unicamp. Também o “pipeline” de bioinformática, estrutura fundamental para suporte aos estudos de seleção de genes, foi implantado e validado, e já permitiu a seleção de 4 genes que estão sendo pesquisados quanto à resistência a estresse térmico.

Em 2014, foram importadas variedades de milho mais adequadas à transformação genética que foram cultivadas para geração de material para teste de inserção de genes. Esse material foi trabalhado por meio de uma estratégia de análise *in silico* de coexpressão gênica, utilizando-se genes drivers funcionalmente caracterizados como responsáveis a estresses, por meio do software Genevestigator (Nebion AG). A análise de coexpressão indica que esses genes participam de respostas adaptativas a estresses abióticos, como seca e calor. A estratégia permitiu a identificação de 15 genes de função desconhecida, oriundos de plantas superiores, que serão introduzidos no pipeline de transformação de plantas a partir de 2015.

Além da constituição da UMIP GenClima, vale ressaltar experimentos inéditos em campo (conduzidos em Londrina/PR) com variedades transgênicas de soja resistentes à seca (com os genes *dreb* e *areb*, obtidos através de cooperação com instituições do Japão) estabelecidos na safra 2013/2014. O desempenho observado mostrou-se



promissor na comparação com variedades não resistentes à seca, especialmente considerando a situação de estresse hídrico a que as regiões Sudeste e Sul do País foram submetidas exatamente durante o período de desenvolvimento da cultura. Neste período quando, em geral, se tem grandes precipitações (média histórica de 300 mm de chuva), ocorreram 49 dias entre janeiro-fevereiro de 2014 com uma precipitação de 44 mm. Outro importante resultado foi o estabelecimento de experimentos em campo de variedade transgênica de cana-de-açúcar resistente à seca (também em cooperação com o Japão), que foram implementados em parceria com o Centro Tecnológico da Cana (CTC), em Piracicaba-SP.

São resultados promissores com tecnologia avançada e que serão vitais para manter a produtividade e competitividade de duas das principais culturas do Brasil, soja e cana-de-açúcar, especialmente em função de situações de estresses hídricos, as quais tudo indica devem se acirrar de acordo com cenários de mudanças climáticas, e que já estão sendo observadas como foi o caso em 2014.

• **Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, a Embrapa tem dado continuidade aos esforços de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para o enfrentamento de importantes problemas da pecuária brasileira, incluindo a degradação das pastagens e também dos solos; o manejo animal inadequado; a baixa reposição de nutrientes no solo; os impedimentos físicos dos solos; e os baixos investimentos tecnológicos. Tais restrições trazem consequências negativas para a sustentabilidade da pecuária, tais como: baixa oferta de forragens, baixos índices zootécnicos e baixa produtividade de carne e leite por hectare, além de reduzido retorno econômico e ineficiência do sistema.

A recuperação de pastagens degradadas e os sistemas de produção integrados, com destaque para a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), emergiram como principais soluções tecnológicas para esses problemas. Trata-se de uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais, realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotação, e busca efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema, contemplando a adequação ambiental, a valorização do homem e a viabilidade econômica da atividade agropecuária. Traz os benefícios de intensificação do uso da terra, com aumento sustentável da produtividade, qualidade do produto, qualidade ambiental e competitividade da pecuária nacional.

Com o elevado potencial de contribuição econômica, social e ambiental dessa solução tecnológica, estabelecer cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta torna-se estratégico para a agropecuária brasileira. Nesse sentido, a Embrapa organizou e aprovou, em maio de 2013, um portfólio de projetos dedicado ao tema, com foco na identificação de fatores e processos limitantes relacionados à pesquisa em sistemas de ILPF; na prospecção de alternativas de alocação dos componentes agrícola, animal e florestal, em contextos regionais; na adaptação e ou desenvolvimento de indicadores para a avaliação da sustentabilidade de sistemas de ILPF; na geração de informações econômicas para maior entendimento do sistema, incluindo comparação com sistemas tradicionais; na ampliação e intensificação da transferência de conhecimentos e de tecnologias validadas; e na capacitação associada à rede de técnicos multiplicadores de ILPF em diferentes regiões.

A partir dos resultados já alcançados nessa carteira de projetos, foi possível estabelecer duas unidades de referência tecnológica, uma na Fazenda Santa Brígida, em Ipameri/GO, outra na Fazenda São Mateus, em Selvíria/MS, para validação, demonstração e transferência de sistemas de Recuperação de Pastagens Degradadas e ILPF apropriados a cada localidade. Essa é uma etapa fundamental para viabilizar a solução em ambiente de produção. A análise dessas experiências fornecerá os elementos necessários para a construção dos dois cenários propostos para a região central, que concentra a maior área de pastagens cultivadas e de produção de carne no país.

Adicionalmente, é importante informar que mais de uma centena de unidades de referência estão estabelecidas em todas as regiões e biomas do Brasil. Destaca-se ainda a atuação da nova Unidade de Pesquisa da Embrapa, a Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop-MT (inaugurada em junho de 2012), com grande parte da sua agenda de P&D e TT voltada ao estabelecimento de sistemas de produção integrados, com ênfase no ILPF.



Também visando destacar e valorizar o protagonismo do Brasil em práticas agropecuárias sustentáveis, a Embrapa propôs a organização do Primeiro Congresso Mundial de Sistemas Integrados ILPF, a ser realizado de 12 a 17 de julho de 2015, em Brasília/DF. A expectativa é a participação de mais de mil cientistas, produtores e consultores atuantes e interessados no tema, do Brasil e do exterior.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• **Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano**

Análise Situacional da Meta

O número de projetos em execução, incorporados ao Sistema Embrapa de Gestão (SEG) até a data de apuração da meta, aponta um aumento consistente na carteira de projetos de P&D e Transferência Tecnológica no período do PPA 2012-2015, atingindo 1.303 projetos em 2014. Isto pode ser explicado por dois fatores:

1) A Empresa passou por uma reestruturação que nos últimos anos viabilizou mais chamadas de pesquisa e transferência e, em consequência, mais projetos foram incorporados à carteira. Tudo isso com objetivo de fortalecer a atividade fim da Empresa: pesquisa e inovação.

2) Ressalta-se ainda que houve um esforço para que os projetos executados com fontes de recursos externos (como CNPq, Finep, Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, e outros) passassem a compor a carteira de projetos do Sistema Embrapa de Gestão (SEG). Esses são os projetos ditos cofinanciados, que no passado não eram formalmente incluídos na carteira da Empresa. Assim, muitos desses projetos têm sido apropriados e passaram a ser contabilizados. A Embrapa avalia sistematicamente a sua programação e decidiu, recentemente, por um processo de reorganização da carteira de projetos baseado no documento Visão 2014-2034, considerando macrotemas focados nas cadeias de valor da agropecuária, norteados por cinco eixos de impacto: a) avanços na busca do conhecimento, b) inserção estratégica e competitiva na bioeconomia, c) contribuições para aprimoramento de políticas públicas, d) inserção produtiva e redução da pobreza, e e) posicionamento da Embrapa na fronteira do conhecimento. Tal organização tem como objetivo principal aumentar a efetividade das ações da Empresa ao mesmo tempo em que permite comunicar de forma mais organizada seus esforços e resultados para a sociedade, orientar melhor as suas demandas e possibilitar atuação mais sinérgica de todo o aparato operacional da Empresa.

Para isto, a programação vem sendo orientada por onze macrotemas, sendo três transversais, baseados no conceito de cadeia de valor da produção. A partir desta orientação, os projetos estão organizados de acordo com dois conceitos distintos e complementares - o primeiro voltado para organização e gestão de “portfólios” de projetos que contemplam temas complexos de grande importância estratégica. Atualmente 20 portfólios estão implementados, com destaque para: mudanças climáticas e agricultura; sistemas integrados lavoura-pecuária-floresta; agricultura irrigada; automação agropecuária; dinâmica do uso da terra; sanidade animal; sanidade vegetal; controle biológico; setor sucroalcooleiro e energético entre outros. O segundo, baseado na organização de “arranjos” de projetos, constituídos a partir de temas de importância regional, por bioma, por cadeia produtiva e definidos a partir da iniciativa das Unidades operacionais da Empresa. No momento, 71 arranjos estão aprovados, com destaque para: melhoramento genético da soja, melhoramento genético de arroz, melhoramento genético de feijão, melhoramento genético de frutas (caju, uva, manga, açaí, mamão, etc), melhoramento genético de forrageiras, sistemas de produção de carne, sistemas de produção de leite, entre outros. Atualmente, aproximadamente 70% da programação da Empresa já se encontra organizada na forma de projetos agregados e integrados em portfólios e arranjos. A expectativa é um grande avanço na gestão das carteiras de projetos de P,D&I com ênfase na geração de resultados finalísticos e de grande impacto no setor produtivo brasileiro.

Quantidade alcançada

1.303

Data de Referência

31/12/2014



OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo 0845, contemplado no PPA e no Mapa Estratégico da Ceplac-Mapa, consiste na execução de um conjunto de 134 projetos de P&DT nas unidades da Federação BA e ES (no bioma Mata Atlântica) e nos Estados do AM, MT, PA e RO (no bioma Floresta Amazônica). E contempla as áreas de conhecimento: Melhoramento Genético, 42 projetos; Biotecnologia, 10; Fisiologia da Produção e Manejo, 28; Fortalecimento Econômico e Social das Comunidades, 09; Manejo, Conservação e Fertilidade do Solo, 11; Tecnologia de Pós-Colheita, Engenharia Agrícola e Agroindústria, 02; Manejo Integrado de Pragas, 5; Manejo de Pequenos Animais, 3; Manejo Integrado da “VB”, 11; de Recursos Ambientais, 7; Sistema de produção de Leite, 1; e Avaliação e Manejo de Pastagens, 5.

Os aumentos de produtividade e de produção, metas desse objetivo estratégico, são influenciados pelos bons preços de cacau. “Entre 1993 e 2007, a média de preços do cacau foi de US\$ 1.465 por tonelada; durante os seis anos seguintes, a média foi de US\$ 2.736 -- um aumento de 87%.” Segundo o link uol.com.br/noticias/bloomberg, até 2020 haverá um déficit entre a quantidade produzida e o volume demandado pelo mercado consumidor de um milhão de toneladas, e em 2030 a previsão é que sejam 2 milhões. Esse fato tem contribuído para criar um novo ambiente de trabalho e esperança para o agronegócio regional, com boas perspectivas de: produção de cacau, com suprimento de 100% da demanda do maior parque moageiro nacional; retorno da possibilidade de geração de excedentes exportáveis de forma competitiva; possibilidade de alavancar o ingresso de divisas externas no País; e elevação da participação do Brasil no mercado mundial de cacau. Na área social, vem criando novos postos de trabalho com mais qualidade de vida, que é a principal demanda dos produtores regionais.

A execução integrada dos objetivos de Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência (PD&T) com a ATER em parceria com as secretarias de Governos Estaduais e Municipais, entidades sem fins lucrativos (Associações, Consórcios, Cooperativas de Produtores e Trabalhadores), Sebrae, Embrapa, Universidades e outros, como a Biofábrica (unidade de produção de mudas em grande escala), tem gerado reflexos positivos para a cadeia do cacau, viabilizando a produção de 280.923t, com produtividade de 402,5Kg/ha em 2014, conforme estimativa do IBGE, que significa um aumento real de 19,3% na produção e de 13% na produtividade média, tomando-se como referência os valores apurados em 2010 (235.389t produzidas, com produtividade média de 356,27Kg/ha). Esses resultados têm contribuído para a manutenção da mão-de-obra do parque moageiro de cacau, para o retorno dos níveis médios de processamento nacional e contribuído com os níveis de redução da importação de matéria prima por parte das indústrias do setor de produção de chocolate, quadro este que tende a recolocar o país no cenário da economia mundial da cadeia produtiva do cacau.

Como entraves da área fim, mantêm-se os baixos níveis médios de produtividade e produção do cacau, o baixo nível de rentabilidade e o alto endividamento dos produtores, além de outros agravantes. Um deles é a incidência da praga “Vassoura de Bruxa”, há muitos anos instalada nos cultivos do bioma Floresta Amazônica, sem gerar maiores prejuízos; posteriormente, se instalou de forma bem agressiva e prejudicial no bioma Mata Atlântica, mais especificamente da Bahia e Espírito Santo, reforçando a incapacidade do agricultor de contrair novos créditos a título de custeio operacional, investimento em tecnologia e infraestrutura das propriedades agrícolas no curto e médio prazo. Outro agravante é a escassez de recursos financeiros também para o pagamento de despesas operacionais e aplicação de pacotes tecnológicos de manejos agrícolas recomendados pela Ceplac, a exemplo de práticas culturais de rotina como: adensamento, com o objetivo de elevar o número de plantas, aproximando-se de 1.000 árvores de cacau por hectare; substituição de parte dos cacauais com baixa produtividade por plantas clonais melhoradas, mais resistentes a pragas, doenças e mais produtivas; recuperação e manutenção dos cultivos cuja produtividade média esteja próxima ou superior a produtividade mínima desejada; readequação e/ou substituição do sombreamento tradicional por plantas de maior valor econômico agregado; incorporação do uso de insumos agrícolas (corretivos, defensivos e fertilizantes); substituição do cultivo em regime de monocultura extensiva pelo Sistema Agroflorestal (SAF) intensivo (cacau com seringueira e cacau com essências



florestais), com ou sem fertirrigação, com maior índice de produtividade. Outro fator crítico identificado é o reduzido número de produtores com condição técnica e visão estratégica em agregação de valor aos produtos e subprodutos da agricultura, bem como conhecedores e dispostos a exercerem boas práticas de compras de insumos e vendas da produção em comum. E ainda, produtores com interesse em atividades solidárias e cooperativas de médio e grande porte. Como agravante no âmbito do Estado, considera-se a convivência com políticas públicas regionais insuficientes nas áreas de crédito e tecnologia.

Para mitigar esses entraves e buscar superar a maior e mais prolongada crise socioeconômica de todos os tempos das regiões produtoras de cacau, sem uma solução há quase três décadas consecutivas, a Ceplac elabora e implanta dois Planos convergentes com o PPA e com o Plano Estratégico do MAPA. Esse esforço promove a reestruturação dos seus processos internos de P&DT para, assim, efetivar o suporte técnico com foco na alavancagem das principais cadeias produtivas regionais via agregação de valor, desenvolvimento territorial rural e inclusão social e produtiva em bases sustentáveis. Para mitigar outros entraves, a Ceplac tem trabalhado junto às Câmaras Setoriais dos Estados da Federação e da União para propor um novo Plano de Metas para as cadeias do cacau, dendê, seringueira e outras culturas regionais, buscando recuperar o parque produtivo de cacau através da elevação de produtividade e qualidade dos produtos até o final do ciclo do PPA 2020/2023.

Nacionalmente, mantém-se as parcerias para execução do Projeto “Rede de Cacau - Renorbio - Vassoura de Bruxa”, tendo como Concedente: Finep/MCT; como Conveniente: Funpab; como Executores: o Mapa/Ceplac, as universidades Unicamp, Uesc, Usp/Cena e Embrapa/Cenargem; e, como Interviente: o Estado da Bahia/Seagri. Também continua o Convênio de Cooperação Mútua para execução do Programa de capacitação científica e tecnológica para o desenvolvimento de estudos e projetos aplicados as regiões produtoras de cacau – Bolsistas, tendo como Concedente: a Ceplac/Mapa, como Conveniente: Fapespa e, como Interviente: Sedect/Pará. No contexto internacional, fortaleceram-se as parcerias para executar o projeto ATP - Sepang (Seleção Genômica Aplicada), que visa tornar o cacau mais produtivo e mais resistente a doenças, aprovado pelas Fundações: Capes (por meio de colaboração científica entre a Ceplac, Uesc e Ufla), representando o Brasil, e Agropólis (por meio do Cirad), da França, e do Irad, representando o País de Camarões.

Para avaliar o objetivo de P&DT, a unidade de Gestão Estratégica do Mapa/Ceplac definiu dois resultados estratégicos: “elevar a produtividade” e a “produção de cacau do país” a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau, cuja ênfase é alavancar as metas de produtividade de cacau no bioma Mata Atlântica e de produção de cacau do bioma Floresta Amazônica, por meio da expansão de 236.000 hectares, sendo 70.500ha em Sistema Agroflorestal (SAF) tradicional, 20.000ha em cultivo irrigado e 145.500ha em Sistema Agroflorestal (SAF) intensivo: cacau com seringueira e cacau com essências florestais.

Metas 2012-2015

• Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras

Análise Situacional da Meta

O esforço de execução da meta física do objetivo estratégico de pesquisa nº 0845 – “Aumentar a produção de cacau do Brasil”, contemplado no projeto da CEPLAC-R1.P1 – “Expansão e modernização do cultivo de cacau, dendê e seringueira em áreas degradadas nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e mais especificamente no Estado do Pará”, como forma de alavancar a produção e exportação dessas commodities agrícolas tem oportunizado um aumento da produção nacional de cacau, de 235.389 toneladas em 2010, para 253.211 ton em 2012 e para 256.186 ton em 2013. Segundo estimativa do IBGE, a produção nacional de cacau deverá crescer para o patamar de 280.923 ton em 2014.

Analizando a meta de produção de cacau: na ótica do bioma Floresta Amazônica (BFA), representado pela Região Norte, nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia e pela região Centro Oeste, no estado do Mato Grosso, registrou-se um aumento real da produção regional de cacau, elevando a produção de 66.473 toneladas, em 2008, para 98.743 ton em 2013. E, segundo estimativa do IBGE, a região do BFA deverá aumentar a produção de cacau de 80.906 toneladas,



em 2010, para o patamar de 97.448 ton em 2014, representando um crescimento de 20,45%. Em termos da produção de cacau do bioma Mata Atlântica (BMA), representado pela região do Nordeste no estado da Bahia, e pela região do Sudeste, no estado do Espírito Santo, registrou-se um aumento real de 16,14% da produção regional, elevando a produção de 135.557 toneladas em 2008, para o patamar de 157.441 ton em 2013. Segundo estimativas do IBGE, a região do BMA deverá aumentar a produção de cacau de 154.483 toneladas em 2010, para o patamar de 183.475 ton em 2014, representando um crescimento de 18,77%. Na ótica das Grandes Regiões do País, tem-se: o Norte, representado pelos Estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, cresceu de 66.015 toneladas em 2008 para 98.163 ton em 2013, representando um crescimento de 48,7%. Segundo estimativa do IBGE, a região deverá aumentar a produção de cacau de 80.259 toneladas em 2010, para 96.866 ton em 2014, representando um crescimento de 20,69%; o Nordeste, representado pelo estado produtor da Bahia, cresceu de 131.060 toneladas em 2008, para 152.592 em 2013, representando um crescimento de 16,43%. Segundo estimativas do IBGE, deverá aumentar a produção de cacau de 148.254 toneladas em 2010, para 179.179 ton em 2014, representando um crescimento de 20,86%; o Centro Oeste, representado pelo estado produtor do Mato Grosso, cresceu de 458 toneladas em 2008 para 580 ton em 2013. Segundo estimativa do IBGE, deverá haver uma redução na produção de cacau de 647 toneladas, em 2010, para 582 ton em 2014, representando um decréscimo de -10,05%; o Sudeste, representado pelo estado produtor do Espírito Santo, cresceu de 4.497 toneladas em 2008 para 4.849 ton em 2013, representando um decréscimo de -36,93%. Estima o IBGE que deverá haver uma redução na produção de cacau de 6.229 toneladas em 2010, para 4.296 ton em 2014, representando um decréscimo de -31,03%, em função da incidência da “Vassoura de Bruxa”.

Quantidade alcançada

280.923

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	805	TON	582	31/12/2014
Região Nordeste	208.818	TON	179.179	31/12/2014
Região Norte	116.242	TON	96.866	31/12/2014
Região Sudeste	8.402	TON	4.296	31/12/2014

• Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacauzeiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia

Análise Situacional da Meta

Observa-se que o esforço de execução da meta física do objetivo estratégico de pesquisa ‘Elevar a produtividade média de cacau do Brasil’, vinculada ao objetivo de pesquisa de nº 0845, através do projeto da CEPLAC – R1.P2 – ‘Modernização e recuperação do parque produtivo de cacau, dendê e seringueira em áreas degradadas da Bahia e Espírito Santo’, que tem como meta o incremento de produtividade do cultivo, como forma de alavancar a produção e exportação. Segundo o IBGE, houve um aumento real de 17,98% da produtividade nacional, que passou de 315 Kg/ha, em 2008, para 371,67 Kg/ha em 2013. E o IBGE estima que a produtividade de cacau deverá alcançar 402,50 Kg/ha em 2014.

Analizando a meta de produtividade de cacau: na ótica do bioma Floresta Amazônica (BFA), representado pelos estados das regiões Norte (AM, PA e RO) e do Centro-Oeste (estado do MT), a produtividade média registrou aumento real, de 666,38 Kg/ha em 2008 para 733,06 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 10%. Pelas estimativas do IBGE, a produtividade média do cacau deverá alcançar 758,52 Kg/ha em 2014. Já a produtividade de cacau do bioma Mata Atlântica (BMA), representado pelos estados da região Nordeste (Bahia) e do Sudeste (Espírito Santo), registrou aumento real de 13,42%, saindo de 250,3 Kg/ha em 2008 para 283,89 Kg/ha em 2013. Segundo estimadas do IBGE, a produtividade de cacau deverá atingir 322,19 Kg/ha em 2014.

Na ótica das Grandes Regiões do país, o Norte, representado pelos estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, deverá crescer de 668,49 Kg/ha em 2008 para 733,80 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 9,77%. O



IBGE estima que a produtividade de cacau deve alcançar 759,24 Kg/ha em 2014. O Centro Oeste, representado pelo estado produtor do Mato Grosso, cresceu de 457,54 Kg/ha em 2008 para 626,35 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 36,9%. As estimativas do IBGE apontam para 655,41 Kg/ha em 2014. O Nordeste, representado pelo estado produtor da Bahia, cresceu de 251,72 Kg/ha em 2008 para 286,68 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 13,88%. Segundo estimativas do IBGE, a produtividade média do cacau deverá aumentar para 327,31 Kg/ha em 2014. O Sudeste, representado pelo estado produtor do Espírito Santo, cresceu de 214,83 Kg/ha em 2008 para 217,36 Kg/ha em 2013, acumulando o pequeno aumento de 1,17%. A estimativa do IBGE acusa uma diminuição da produtividade de cacau para 194,88 Kg/ha em 2014, em função da incidência da “Vassoura de Bruxa”.

Quantidade alcançada

402,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	480	kg/ha	758,52	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	480	kg/ha	322,19	31/12/2014

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Desde 2012, a Embrapa deflagrou diversas ações de modernização da infraestrutura e da gestão organizacional em seis frentes. No exercício de 2014, em especial, constata-se a materialização de várias melhorias e avanços gestados nos anos anteriores:

1) DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS:

a) Pós-graduação: de 2012 até o presente momento, 142 profissionais iniciaram cursos de pós-graduação no âmbito dos programas corporativos da Embrapa. Deste total, 33 para mestrado e 48 para doutorado no país, 12 para doutorado no exterior e 49 para cientista visitante. Apenas em 2014, 10 empregados da Embrapa previamente aprovados no processo seletivo de pós-graduação stricto sensu iniciaram os cursos nas áreas e subáreas que foram definidas no âmbito de cada Unidade, dentre as constantes dos Planos Diretores da Embrapa e das Unidades (PDE e PDUs). Em 31/12/2014, 114 profissionais estavam com os cursos de pós-graduação stricto ou lato sensu ou no programa de cientista visitante em andamento, sendo que 92 são empregados da Embrapa e 22 empregados de Oepas. Do total de empregados da Embrapa, 67 estão em curso no país: 2 em especialização lato sensu, 16 em mestrado, 48 em doutorado e 1 em cientista visitante. Além disso, no exterior, há 23 empregados da Embrapa em doutorado e 2 em cientista visitante. Dos empregados das Oepas, 21 cursam doutorado no País e 1 cursa mestrado também no País. No período, houve redução do número de incorporações em virtude de suspensão dos processos seletivos para reestruturação. Com as novas diretrizes e critérios definidos e considerando o prazo que os profissionais possuem para iniciar os cursos, estima-se que a retomada do fluxo normal de incorporações, com base no histórico das ações, ocorrerá apenas em 2015.

b) Cursos de curta duração: incluem cursos individuais ou coletivos, presenciais ou a distância, de caráter técnico ou gerencial e têm o foco estabelecido pelas chefias das Unidades da Embrapa, levando em consideração o Plano de Metas de cada Unidade e as necessidades de capacitação identificadas para os empregados, tanto relacionadas a conhecimentos técnico-científicos como de gestão e administração. Em 2014, 4.439 empregados da Embrapa realizaram cursos de curta duração em ações locais ou corporativas. Ainda, 317 empregados realizaram cursos de idiomas com custeio da Embrapa ou liberação de horas por meio de ação de incentivo corporativa. Considerando-se o período 2012-2014, um total de 13.023 empregados participou de capacitações de curta duração no país, individuais ou coletivas relacionadas a temas técnicos ou gerenciais relevantes para o desempenho do trabalho. Apesar de a meta prever a formação de empregados da



Embrapa e das Oepas, as ações de capacitação de curta duração em 2014 continuam restritas aos empregados da Embrapa, tendo em vista a dificuldade de se operacionalizar a aquisição de cursos de curta duração para empregados externos à Empresa por questões jurídicas, bem como o escasso recurso destinado a esse fim. Até o presente momento, não há sinalização que viabilize a inclusão desses empregados.

2) MELHORIAS NA ESTRUTURA E NA GESTÃO ORGANIZACIONAL:

a) Implantação do sistema de inteligência estratégica: trata-se de processo para o monitoramento e a prospecção de tendências para o setor agropecuário no Brasil e no exterior. No período 2012-2014 foram definidas as bases de estruturação e operação, em Unidades Descentralizadas, da rede de observatórios que comporá o Observatório de Estudos e Tendências do Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa). Além delas, a rede conta com contribuições de 16 Unidades Administrativas, seis Laboratórios Virtuais (Labex) e mais de dez projetos de Cooperação Técnica da Embrapa no exterior. Cada um dos observatórios dessa rede toma como referência os grandes temas definidos pela Embrapa para capturar, processar, analisar e difundir informações e conhecimentos. Um primeiro produto da rede, lançado em abril de 2014, é o documento “Visão 2014 – 2034, o Futuro do Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Brasileira”, que mapeia e descreve as principais forças motrizes e desdobramentos tecnológicos na agricultura nos próximos 20 anos.

b) Revisão e atualização da orientação estratégica da Embrapa: materializada na elaboração do VI Plano Diretor da Embrapa (PDE), essa ação incluiu a redefinição dos componentes estratégicos (missão, visão, valores, objetivos e diretrizes), que orientarão a atuação da Empresa nos pilares do seu processo de produção: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Transferência de Tecnologia (TT) e Desenvolvimento Institucional (DI), em um horizonte de 20 anos. A sexta edição está fundamentada nos cenários e tendências apontados pelo documento “Visão 2014-2034: O Futuro do Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Brasileira”, elaborado pelo Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa). O plano segue as premissas de planejamento dinâmico, menos permanente e mais flexível, passível de revisões e ajustes contínuos. O VI PDE, o documento de Visão 2014-2034 e outros produtos do Agropensa são os instrumentos norteadores da definição das Agendas de Prioridades das Unidades. A construção das Agendas de Prioridades é uma das etapas do processo de mudanças no Modelo de Gestão da Embrapa.

c) Lançamento do Sistema Integrado de Gestão de Desempenho da Embrapa (Integro): como o próprio nome diz, o sistema, que começou a ser implantado em 2014, permite conectar a visão de futuro e os objetivos e diretrizes estratégicas da Empresa às agendas de trabalho das unidades operacionais, às equipes e aos indivíduos. O Integro permite a articulação das gestões de desempenho institucional, programática e de equipes, que passam a ser trabalhados de forma alinhada e complementar. Trata-se de um processo que integra planejamento tático (contribuições e metas), programação operacional (projetos e ações gerenciais), monitoramento e avaliação de resultados. O VI PDE e as Agendas de Prioridades das Unidades são componentes básicos para o funcionamento do Integro.

d) Reinstalação do Conselho Assessor Nacional: num momento de grandes desafios e expectativas para a agricultura e a segurança alimentar no Brasil e no mundo, a Embrapa realizou a reinstalação do Conselho Assessor Nacional (CAN). Trata-se de órgão consultivo atuando junto à Diretoria-Executiva, com finalidade de assessorar na definição e compatibilização das ações estratégicas relevantes ao planejamento da programação da Empresa. Para isso, é formado por representantes de dezenas de instituições convidadas pela Embrapa.

3) ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA PÚBLICA NA AGROPECUÁRIA:

a) Implantação da Embrapa Quarentena Vegetal: até o final de 2014 foram executadas atividades administrativas (deflagração de processos licitatórios e de compras) e legais (obtenção de licença de instalação junto ao Ibram, credenciamento junto ao Mapa) requisitadas para iniciar e avançar as obras de construção das instalações e as aquisições de equipamentos de laboratório e outros itens da infraestrutura de pesquisa da unidade.

b) Ampliação e modernização da estrutura física e do parque laboratorial dos Centros de Pesquisas da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac): a reforma e adequação dos Centros de Pesquisas da Ceplac contribuiria para a realização do Objetivo Estratégico da Ceplac de “Ser excelência em PD&I”, com esforços



regionalizados para 3 unidades estaduais da federação: Bahia, Pará e Rondônia.

c) Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias (Oepas): Em 2012, foi aberta no Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a Chamada 21/2012, destinada a financiar projetos submetidos pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) focados em ações institucionais para a criação e/ou implantação de novos processos ou melhorias incrementais. Das 18 Oepas que fazem parte do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa), 15 apresentaram propostas de melhorias nas instalações e infraestrutura de pesquisa (Equipamentos para Laboratório, Equipamentos de Informática, Implementos Agrícolas, Mobiliário, Veículos e Obras/Reformas de Laboratório), das quais 11 foram aprovadas e os convênios firmados. As Oepas com propostas aprovadas pertencem aos estados de: Maranhão, Goiás, Paraíba, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro. Até o presente momento, nove Oepas tiveram os projetos básicos e termos de referência aprovados pela Embrapa, pré-requisito necessário para receber a primeira parcela do convênio, o que foi feito a partir do segundo semestre de 2014. As instituições deram início aos preparativos das licitações para a execução das obras e aquisição dos bens previstos nos convênios, não havendo, portanto, nenhuma execução, por parte das Oepas, até 31/12/2014.

Metas 2012-2015

• Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2014 foram realizadas as seguintes atividades para o cumprimento da meta:

- Contratação do projeto, licitação das obras e edificação de parte do conjunto de laboratórios;
- Elaboração dos projetos complementares e a planta baixa, por meio de empresa contratada mediante processo licitatório;
- Obtidas as licenças prévia e de instalação da Unidade solicitadas ao Ibram, atendendo às exigências legais para a construção da sede da Unidade;
- Elaboração do Termo de Referência para aquisição de mobiliário de escritório, equipamentos de laboratório e bancadas de laboratórios (em 2012);
- Limpeza do terreno, fechamento, instalação dos barracões da obra, terraplanagem;
- Reelaboração do projeto de fundação com base no tipo de solo do local;
- Perfuração e concretagem das estacas da fundação;
- Nova elaboração dos Termos de Referência para aquisição dos equipamentos de laboratório, no 2º semestre de 2014;
- Executados serviços de telhado, alvenaria (paredes, chapisco e reboco) e parte do revestimento externo;
- Concluída 100% da laje.

Considera-se cumprida 56% da meta de implantação da unidade Embrapa Quarentena Vegetal.

• Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa

Análise Situacional da Meta

A meta trata da participação de empregados da Embrapa e das OEPAs em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em 2014.

Em 2014, 10 empregados da Embrapa previamente aprovados no processo seletivo de pós-graduação stricto sensu iniciaram os cursos nas áreas e subáreas que foram definidas no âmbito de cada Unidade, dentre as constantes dos Planos Diretores da Embrapa e das Unidades (PDE e PDUs), e de acordo com o Edital nº 01 de 2011, do Processo Seletivo de Pós-Graduação 2011/2012 e da Chamada nº 01/2014. Desses 10 empregados, 9 estão realizando seus cursos no país – 2 em mestrado e 7 em doutorado – e 1 no exterior em doutorado. Ainda, foram incorporados 3 empregados da Embrapa no Programa Cientista Visitante (antes chamado Programa de Pós-doutorado); sendo 2 para o exterior e 1 para o País. Ressalta-se que não houve empregados de Oepas incorporados nesse ano. Ainda com relação às incorporações, ressalta-se que não houve incorporação ao programa referente à especialização lato sensu visto que,



por decisão institucional, não foi aberto processo seletivo em 2014.

Em 31/12/2014, 114 profissionais estavam com os cursos de pós-graduação stricto ou lato sensu ou no programa de Cientista Visitante em andamento, sendo que 92 são empregados da Embrapa e 22 empregados de Oepas. Do total de empregados da Embrapa, 67 estão em curso no país: 2 em especialização lato sensu, 16 em mestrado, 48 em doutorado e 1 em Cientista Visitante. Além disso, no exterior, há 23 empregados da Embrapa em doutorado e 2 em Cientista Visitante. Dos empregados das Oepas, 21 cursam doutorado no país e 1 cursa mestrado também no país.

Em relação aos programas de pós-graduação stricto sensu e de Cientista Visitante, a publicação das novas normas que os regulamentam e a realização dos processos seletivos entre junho e agosto deste ano permitiu um incremento de incorporações no segundo semestre de 2014. Porém, uma vez que os programas se reestabeleceram com novas diretrizes e critérios e, considerando o prazo que os profissionais possuem para iniciar os cursos, estima-se que a retomada do fluxo normal de incorporações, com base no histórico das ações, ocorrerá apenas em 2015.

Ressalta-se que o baixo número de incorporações para os programas de pós-graduação stricto e lato sensu e Cientista Visitante nos últimos anos deve-se ao fato de que desde 2012 não havia sido realizado novo processo seletivo devido à reestruturação desses, ficando as incorporações até o segundo semestre de 2014 restritas aos aprovados até aquele ano. Logo, considerando o contexto apresentado, em relação à meta prevista, a análise deve ser feita a partir do quantitativo total de participações no programa no período considerado (2012-2015). Dessa forma, a análise histórica indica que, desde 2012 até o presente momento, 142 profissionais iniciaram cursos de pós-graduação no âmbito dos programas corporativos da Embrapa. Deste total, 33 para mestrado e 48 para doutorado no país, 12 para doutorado no exterior e 49 para Cientista Visitante. Resultados alcançados em 2014: 13 (Zero especialização, 2 mestrado, 7 doutorado país, 1 doutorado exterior, 3 pós doutorado).

Quantidade alcançada

142

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

Análise Situacional da Meta

A meta visa capacitar empregados em cursos de curta duração no país, individuais ou coletivos, presenciais ou a distância, de caráter técnico ou gerencial.

O foco dos treinamentos de curta duração para o ano de 2014 foi estabelecido pelas chefias das Unidades da Embrapa, levando em consideração o Plano de Metas de cada Unidade e as necessidades de capacitação identificadas para os empregados, tanto relacionadas a conhecimentos técnico-científicos como de gestão e administração.

Em 2014, 4.439 empregados da Embrapa realizaram cursos de curta duração em ações locais ou corporativas. Ressalta-se ainda que 317 empregados realizaram cursos de idiomas, com custeio da Embrapa ou liberação de horas, por meio de ação de incentivo corporativa. Pelas características de grande parte dos cursos de idiomas, estes não são considerados na apuração quantitativa da meta visto que este tipo de ação ainda não é cadastrada no Sistema de Eventos da Embrapa (Sieve), que é o sistema utilizado para registrar ações de capacitação.

Com a liberação de recursos destinados à capacitação no segundo semestre de 2014, foi possível alcançar o quantitativo comumente atingido de empregados capacitados anualmente, que se restringia a 930 empregados até junho desse ano. Ressalta-se também que, no segundo semestre, foram registrados no Sieve alguns eventos realizados nos primeiros seis meses do ano.

Considerando-se o período 2012 – 2014, um total de 13.023 empregados participaram de capacitações de curta duração no país, individuais ou coletivas relacionadas a temas técnicos ou gerenciais relevantes para o desempenho do trabalho. Apesar de a meta prever a formação de empregados da Embrapa e das Oepas, as ações de capacitação de curta duração em 2014 continuam restritas aos empregados da Embrapa tendo em vista a dificuldade jurídica de se operacionalizar a aquisição de cursos de curta duração para empregados externos a Empresa, bem como o escasso recurso destinado para



esse fim. Até o presente momento, não há sinalização que viabilize a inclusão desses empregados.

Quantidade alcançada

13.023

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Conforme os pressupostos e desafios da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o esforço do Objetivo está integrado à dinâmica do desenvolvimento territorial rural, incluindo produtiva e socialmente famílias agricultoras com cerca de 70 mil produtores rurais registrados no sistema próprio de gerenciamento das atividades de extensão rural. Contempla apoio gerencial e associativo a 1.206 cooperativas e associações rurais acompanhadas, com repercussões em um universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos às atividades com cacau. Circunscrita ao recorte regional das regiões cacaueiras do Brasil, o Objetivo em análise contempla dois relevantes biomas para a humanidade, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, envolvendo população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade nos 223 municípios dos seis estados produtores de cacau no Brasil.

Constata-se atendimento a 11.425 novos produtores inclusos no ano que, somados aos 50.912 de 2013, consuma atendimento acumulado dentro do ciclo do PPA a 62.337 produtores rurais até 31 de dezembro de 2014. A apuração desta meta tem como base o esforço descentralizado de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação, conforme regionalização descrita a seguir: Amazonas – 6.130; Bahia – 22.740; Espírito Santo – 1.346; Mato Grosso – 1.570; Pará – 18.244 e Rondônia – 12.307, com o seguinte resultado consumado por região: 1.570 no Centro Oeste; 36.681 no Norte; 22.740 no Nordeste e 1.346 no Sudeste.

A meta que realça o esforço na organização socioprodutiva registra acompanhamento a 1.206 organizações associativas cadastradas, envolvendo atendimento cumulativo a 16.622 agricultores associados assistidos de forma coletiva, representando incremento de 1.946 desde 2014. A qualificação das metodologias participativas em ATER na abordagem junto às comunidades rurais tem estimulado a organização e eficácia na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais.

Além de manutenção do contingente de famílias beneficiadas próximo aos 37 mil no ano, ampliaram-se as capacitações tecnológicas, acumulando no ciclo analisado 33,9 mil trabalhadores e agricultores treinados em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Estimulou-se, com esses métodos, o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do Pronaf, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Governo Federal. Na Amazônia, compartilham-se iniciativas de Ater e PD&I dentro do eixo de fomento à produção sustentável, no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e no Projeto Xingu, coordenados pela secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Motivada pela recuperação de áreas de cacaueiros decadentes no estado da Bahia, que passaram a ser manejadas e objeto de assistência técnica, a meta apurada de atendimento direto às unidades produtivas registrou incremento de 51.530 hectares, consumando cobertura de assistência técnica, dentro do ciclo do PPA, a uma superfície de 735.840 hectares, somando-se os três cultivos priorizados: cacau, seringueira e dendê, tanto em cultivo único como em sistemas agroflorestais (SAFs).

No aperfeiçoamento das metodologias de extensão rural encontram-se sob avaliação 42 unidades demonstrativas ou



unidades de referência tecnológica (URT), incluindo-se novas sete unidades implantadas no exercício, todas em parceria com os produtores rurais, envolvendo sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Ressaltam-se, em 2014, as comemorações do Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em sua 66ª Sessão. Os principais objetivos definidos pelo Comitê Organizador Nacional são a promoção de políticas públicas, o fortalecimento das organizações representativas e o aumento da conscientização na sociedade sobre a importância de apoiar a agricultura familiar.

A regulamentação da Lei nº 12.897/2013, que autorizou a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), consagra grandes avanços na gestão integrada e fomento ao sistema nacional de ATER, com expectativa de resgate dos processos de desenvolvimento territorial rural sustentável. Nesse cenário o Objetivo ganhará realce diante do reconhecimento da Ceplac e de sua representação no futuro Conselho Assessor da Agência.

Dentro do contexto do campo brasileiro o êxodo rural é um fenômeno preocupante, com relevantes impactos na produção de alimentos e soberania alimentar. No Brasil, em 1950, 63,8% da população brasileira habitava a zona rural mas, em sentido inverso, o censo de 2010 contabilizou apenas 15,6%. As últimas décadas demarcam mudanças no perfil dos migrantes. A partir dos anos de 1990, acentuou-se a migração de jovens do sexo feminino de 15 a 19 anos e do sexo masculino de 20 a 24 anos, comprometendo a sucessão rural geracional. Até então, o êxodo afetava predominantemente adultos entre 30 a 39 anos. Em sintonia com estas demandas territoriais rurais, este Objetivo dedica especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem-se estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Uma das ações é a formação de jovens em organização social e produtiva, tendo como resultado a formação já acumulada de 615 jovens rurais em 15 turmas, com incremento, no ano, de 90 jovens incluídos, via cooperação técnica formalizada entre Ceplac, MDA e Governo do Estado da Bahia.

Alinhado às atividades de ATER e de crédito rural, constitui esforço continuado a produção e distribuição anual de propágulos de espécies diversas, com destaque para 20 milhões de sementes de cacau e essências florestais distribuídas por ano, de forma dirigida aos sistemas agro sustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) e o Objetivo Estratégico do órgão de “Promover a competitividade e sustentabilidade do setor agrícola”.

Quanto ao Objetivo Estratégico de “Agregar valor à produção”, já se realizaram este ano mais duas edições do Festival do Chocolate, uma na Bahia e outra no Pará, com a participação diversificada de produtores e instituições interessadas no negócio do chocolate, cuja cadeia no Brasil representou valor de doze bilhões de reais, com participação de dois bilhões do setor primário da cacauicultura nacional, em 2014.

Além do volume total de moagem de cacau que retoma o seu patamar histórico das 250 mil toneladas de cacau processado, registra-se nesse exercício acumulado, o funcionamento de 25 pequenas agroindústrias e centenas de unidades artesanais, com volume aproximado de 400 toneladas processadas pelos próprios produtores, individualmente e em suas associações e cooperativas.

Mantêm-se o cenário prospectivo para o ciclo do PPA em curso, cujo desafio da cacauicultura no Brasil, setor mais destacado do Objetivo, estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da Ceplac: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos, de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso. Esta estratégia está harmonizada com as diretrizes das Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia, bem como com iniciativas dos governos estaduais.

Metas 2012-2015

- Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras



Análise Situacional da Meta

Esta meta define como abordagem, nas ações de ATER, a priorização de metodologias coletivas e atendimento preferencial às organizações associativas do campo, em particular junto ao público da agricultura familiar, assim como o atendimento focado nas parcerias institucionais por meio de cooperações técnicas junto às prefeituras e órgãos estaduais nos estados de atuação. Dentro do exercício analisado intensificou-se o foco nas associações rurais e cooperativas já cadastradas, constatando-se o atendimento cumulativo a 1.206 organizações rurais, todas já cadastradas e contidas na meta consumada dentro do ciclo do PPA. O incremento de novos agricultores associados assistidos neste ano de 2014 foi de 1.946, que somados aos 14.676 apurados até 2013, perfazem um total de 16.622 acumulados no ciclo de apuração até dezembro de 2014, conforme regionalização a seguir: Amazonas – 3.200; Bahia – 7.576; Espírito Santo – 214; Mato Grosso – 442; Pará – 1.090 e Rondônia – 4.100, com o seguinte resultado consumado por região: 442 no Centro Oeste; 8.390 no Norte; 7.576 no Nordeste e 214 no Sudeste.

A qualificação das metodologias participativas de ATER na abordagem junto às comunidades rurais tem estimulado a organização e eficácia na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Como resultado promoveu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do Pronaf, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal.

Na atenção ao território, dedicou-se especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Numa perspectiva mais relevante e em sintonia com os desafios de mitigação do intenso êxodo rural, busca-se favorecer o protagonismo juvenil e a sucessão rural, ao estimular que a juventude desenvolva ações que viabilizem sua permanência no campo. A principal iniciativa dessa natureza reside na realização dos cursos Jovens Empreendedores Rurais, cuja formação associa teoria e prática, discute as políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural sustentável e oferece subsídios técnicos e gerenciais, estimulando-os à constituição de empreendimentos produtivos. Nesse esforço de qualificação dirigida já foram capacitados 615 jovens rurais em 15 turmas de 124 horas de conteúdo, sendo 90 destes qualificados no exercício corrente. Estas ações estimularam iniciativas solidárias de verticalização e integração das cadeias produtivas regionais, favorecidas pelo atual contexto do campo brasileiro que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização sócio-produtiva, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais.

Quantidade alcançada

16.622

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	138	unidade	442	31/12/2014
Região Nordeste	2.393	unidade	7.576	31/12/2014
Região Norte	4.279	unidade	8.390	31/12/2014
Região Sudeste	190	unidade	214	31/12/2014

• Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacauzeiras

Análise Situacional da Meta

A apuração da meta registra o atendimento a 11.425 novos produtores que, somados aos 50.912 de 2013, consuma atendimento acumulado dentro do ciclo do PPA a 62.337 produtores rurais, até 31 de dezembro de 2014.

A apuração tem como base o esforço descentralizado de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação, conforme a regionalização: Amazonas – 6.130; Bahia – 22.740; Espírito Santo – 1.346; Mato Grosso – 1.570; Pará – 18.244 e Rondônia – 12.307, com o seguinte resultado agregado por região: 1.570 no Centro Oeste; 36.681 no Norte; 22.740 no Nordeste e 1.346 no Sudeste.



Considerando-se o conjunto de métodos e técnicas de atendimento e qualificação tecnológica na assistência ao público alvo registra-se a manutenção do contingente de 37 mil famílias beneficiadas e ampliação das atividades de capacitação tecnológica, consumando só no ano analisado 33,9 mil trabalhadores e agricultores treinados em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Objetivando aperfeiçoar as metodologias de extensão rural, estão em curso a avaliação de 42 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), sete destas unidades implantadas no ano, todas em parceria com os produtores rurais, envolvendo sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Articulações do setor produtivo com governo e agentes financeiros têm superado gargalos do desenvolvimento rural nas regiões cacaueiras, especialmente sobre a repactuação de dívidas dos produtores rurais e disponibilização de novas linhas de crédito. A qualificação de metodologias de transferência e difusão de tecnologias através das unidades demonstrativas e instalação de sistemas agroflorestais implantados de forma participativa com os agricultores têm se constituído em alternativas, diante de dificuldades financeiras e de pessoal, hoje vigentes.

Quantidade alcançada

62.337

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.373	unidade	1.570	31/12/2014
Região Nordeste	23.934	unidade	22.740	31/12/2014
Região Norte	42.790	unidade	36.681	31/12/2014
Região Sudeste	1.902	unidade	1.346	31/12/2014

• Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira

Análise Situacional da Meta

A meta se refere ao atendimento à área abrangida pelos cultivos focos da Ação e do Objetivo: cacau, seringueira e dendê. Motivada pela recuperação de áreas de cacaueiros decadentes no estado da Bahia, que passaram a ser manejadas e objeto de assistência técnica, a meta apurada de atendimento direto às unidades produtivas registrou incremento de novos 51.530 hectares, consumando cobertura de assistência técnica dentro do ciclo do PPA, a uma superfície de 735.840 hectares, somando-se os três cultivos priorizados tanto em cultivo único como em sistemas agroflorestais - SAFs.

O esforço de ampliação quantitativa e qualitativa de cobertura pelos serviços de ATER e difusão das tecnologias validadas nessa área e nos arranjos produtivos focados permitirá ao Brasil voltar a ser grande no mercado de cacau possibilitando atingir as metas estratégicas estabelecidas pelo setor de elevação da produtividade média nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e de alcance das 380 mil toneladas/ano com os cultivos já instalados e em expansão, até o final de 2015.

A distribuição da área assistida atende a seguinte regionalização: Centro Oeste - 926 hectares de cacau no Mato Grosso; Nordeste: Cacau - 498.927ha; Dendê - 17.754ha e Seringueira - 20.149ha, de cultivos instalados no estado da Bahia; Norte: AM - 13.000ha de cacau; PA - 126.800ha de cacau e RO - 37.284ha de cacau e, Sudeste - 21.000 hectares de cacau no Espírito Santo.

Quantidade alcançada

735.840

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.013	ha	926	31/12/2014
Região Nordeste	522.044	ha	536.830	31/12/2014



Região Norte	151.328	ha	177.084	31/12/2014
Região Sudeste	21.005	ha	21.000	31/12/2014

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Com relação à inovação do agronegócio, no ano de 2014 foram firmados quatro Termos de Cooperação que objetivam a disseminação da cultura da agricultura de precisão e o apoio à conservação e valorização de recursos genéticos, em parceria com a Embrapa Gado de Leite, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e Embrapa Clima Temperado. Houve a participação em eventos e reuniões técnicas nacionais e internacionais de grande importância para a Agricultura de Precisão e para a Conservação de Recursos Genéticos, que forneceram informações úteis para a melhoria dos trabalhos. Em novembro, foi promovida a Oficina sobre Protocolo de Nagoya em parceria com a Embrapa/Agropensa para discussão desse instrumento, de grande relevância para o setor de recursos genéticos. Em conjunto com a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP), foi publicada a Agenda Estratégica da Agricultura de Precisão de 2014-2030. Além disso, foram articulados Termos de Referência junto ao IICA para viabilizar, em 2015, estudos, levantamentos e diagnósticos voltados para o setor de recursos genéticos e agricultura de precisão.

No tocante ao fomento à Indicação Geográfica (IG) e Marcas Coletivas, no ano de 2014, realizaram-se atividades voltadas para a continuidade das ações nos Estados visando o fortalecimento dos 74 projetos anteriormente apoiados. Essas ações foram realizadas por meio de reuniões, estudos, visitas técnicas, capacitações de produtores, diagnósticos e orientações para fortalecimento dos projetos.

A fim de atender este Objetivo foram buscadas articulações com outros órgãos e instituições por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias, visando ampliar os recursos humanos e financeiros envolvidos. Exemplo disso são os projetos apoiados com recursos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), do Banco Mundial, da União Europeia – via Diálogos Setoriais, da França – por meio de protocolo técnico assinado pelos Ministérios da Agricultura de ambos países, ou realizados diretamente por Universidades parceiras, como é o caso da UFSC e Secretarias de Estado da Agricultura.

No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, em 2014 foram reconhecidas 202 novas variedades de plantas, totalizando 2.542 cultivares protegidas. Atualmente existem 170 espécies dentro do regime de proteção, com um incremento anual em torno de 10 espécies. A meta prevista para 2015 é proteger mais 240 cultivares e ampliar o número de espécies para 180. A mudança na exigência documental de cultivares estrangeiras, seguindo recomendação exarada pela CONJUR/MAPA, prejudicou o desempenho no ano, provocando a dilação de prazos para mais de 40 cultivares, fato que deve se repetir em 2015.

Metas 2012-2015

• Ampliar de 1658 para 2400 o número de cultivares protegidas

Análise Situacional da Meta

No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, até 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidas 202 novas variedades de plantas, totalizando 2.542 cultivares protegidas, além do monitoramento de aproximadamente 2.000 cultivares já protegidas anteriormente. O sistema confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril. Atualmente existem 170 espécies dentro do regime de proteção, com um incremento anual em torno de 10 espécies. A meta prevista para 2015 é proteger mais 240 cultivares e ampliar o número de espécies para



180. Observou-se uma redução no número de proteções concedidas em 2014, frente à meta estimada para o ano, em razão da mudança na exigência documental de cultivares estrangeiras, seguindo recomendação exarada pela CONJUR/MAPA. O acréscimo de etapas no trâmite cartorial a ser efetuado pelos requerentes, tanto no Brasil quanto no exterior, ensejou a dilação de prazos para cumprimento de diligências e postergou a concessão dos certificados de proteção de mais de 40 cultivares que se encontram em análise. Espera-se que tal fato também seja sentido nas estimativas do ano de 2015.

Quantidade alcançada

2.542

Data de Referência

31/12/2014

• Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas

Análise Situacional da Meta

Considerando que os projetos de IG são de longo prazo (em média 7 anos), tentamos manter, ao menos, a mesma estrutura de apoio nas 74 regiões que vem sendo trabalhadas desde 2012, já que a meta é cumulativa, o que equivale ao cumprimento de 49,3% da meta total estipulada até o ano de 2015. Esperamos melhorar esse índice em 2015, o que exigirá uma readequação dos recursos humanos e orçamentários disponíveis.

Para contornar a situação, temos buscado articulações com outros órgãos e instituições, por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias. Exemplo disso é o termo de cooperação assinado em abril, com a União Europeia, via Diálogos Setoriais, com o objetivo de realizar intercâmbio técnico e criar um ambiente propício ao amadurecimento e discussão de políticas públicas relacionadas às IGs no nosso país, e o Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina, que permitiu a realização da 4ª Edição do Curso à distância de IG, nos meses de outubro e novembro, que capacitou cerca de 1.000 pessoas entre servidores, técnicos, extensionistas, produtores e outros interessados. Ademais, participamos do protocolo de cooperação técnica para agricultura, assinado em 2013, entre o Mapa e o Ministério da Agricultura, do Agroalimentar e Florestas da França, que tem gerado rico conhecimento técnico, além de promover ações mais específicas em produtos e regiões de Indicação Geográfica, a exemplo das regiões produtoras de queijos artesanais.

Atualmente a lista de potenciais IGs de produtos agropecuários do Brasil, levantada pelo MAPA, é de aproximadamente 240 regiões.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	35	unidade	13	31/12/2014
Região Norte	15	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	35	unidade	24	31/12/2014
Região Sul	35	unidade	18	31/12/2014

• Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA

Análise Situacional da Meta

Em 2014 o Mapa encaminhou à Casa Civil um Anteprojeto de Lei (APL) sobre o acesso à agrobiodiversidade para atividade agrícola e contratou consultoria para consolidação do RGAA, com resultados esperados para 2015. O APL foi arquivado em função do Projeto de Lei nº 7.735/2014 (tramitando em regime de urgência no Senado com o nº 002/2015), que trata do acesso e repartição de benefícios de recursos genéticos e contempla a segurança jurídica necessária para o acesso a recursos genéticos para agricultura e alimentação.



Ainda durante o ano de 2014, houve articulação com instituições para apoio a coleções, capacitações e participação em fóruns nacionais e internacionais relacionados ao tema.

• **Aumentar de 110 para 170 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, até 31 de dezembro de 2014 foram incluídas no Sistema de Proteção 9 espécies, totalizando 165 espécies aptas ao regime de proteção. O sistema confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril. A meta prevista para 2015 é ampliar o número de espécies para 180.

Quantidade alcançada

165

Data de Referência

31/12/2014

• **Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as atividades desenvolvidas atingiram um total de 88 empresas cadastradas, o que significa o alcance de 88% da meta do PPA até 2015, que é de 100 empresas.

Em 2013, a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, reestruturada em 2012, trabalhou para dar continuidade à organização das instituições que atuam com Agricultura de Precisão (AP) e cadastrou mais 23 empresas, totalizando 111 empresas cadastradas.

Em 2014, foram cadastradas mais 25 empresas atuantes no setor, totalizando o montante de 136 cadastros.

Esse valor supera a meta do PPA e mostra o grande potencial do setor de Agricultura de Precisão no Brasil. As empresas cadastradas têm seu foco de atuação na AP, mediante fabricação de máquinas e implementos agrícolas, assistência técnica, desenvolvimento de softwares de informática. Além dessas, foram cadastradas instituições representativas de produtores rurais e instituições públicas e privadas de ensino agrícola.

Quantidade alcançada

136

Data de Referência

31/12/2014

• **Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram capacitados 52 profissionais e em 2013, 60. Em 2014, realizou-se palestra no evento RELARE (Reunião da Rede de Laboratórios para a Recomendação, Padronização e Difusão de Tecnologia de Inoculantes Microbianos de Interesse Agrícola), apoiou-se o Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos e promoveu-se Oficina sobre o Protocolo de Nagoya. Nesses eventos, houve capacitação de cerca de 188 pessoas em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de RGAA.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013 foram implantados 16 projetos, com valores reduzidos com o intuito de atender a um maior número de instituições. Em 2014, também mediante Termos de Cooperação, foram apoiados os 06 projetos abaixo:



- 1) I Workshop Avanços da Pecuária de Leite no Brasil, em Juiz de Fora/MG, no período de 17 a 19 de março de 2014, junto à Embrapa Gado de Leite (processo nº 21000.001018/2014-11);
- 2) II Workshop Pecuária de Precisão, em Juiz de Fora/MG, no período de 17 a 19 de março de 2014, junto à Embrapa Gado de Leite (processo nº 21000.001018/2014-11);
- 3) III Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos, no período de 18 a 21 de novembro de 2014, junto à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (processo nº 21000.002928/2014-11);
- 4) I Feira Internacional de Negócios em Olivicultura - Finooliva 2014, no período de 02 a 05 de setembro de 2014, junto à Embrapa Clima Temperado (processo nº 21000.004865/2014-29);
- 5) VIII Workshop de Nanotecnologia Aplicada ao Agronegócio e a IV Escola Avançada de Nanotecnologia, no período de 01 a 05 de setembro de 2014, em Juiz de Fora/MG, junto à Embrapa Gado de Leite (processo nº 21000.005080/2014-73);
- 6) Revisão dos descritores de banana e atualização de cultivares exemplo, desenvolvimento de descritores de bananeira ornamental e manutenção do banco de germoplasma de bananeira, em parceria com a Embrapa Mandioca e Fruticultura e o setor de Proteção de Cultivares desde DEPTA (processo nº 21000.006931/201-03).

Observa-se que já houve superação da meta do PPA.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13	31/12/2012	15,74
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51	31/12/2012	54
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	8	31/12/2012	8
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	64	31/12/2011	64
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18	31/12/2012	23

Observações:

Percentual do território com comitês interestaduais instalados - O percentual é de 15,74% ou cerca de 16%. São 10 Comitês Interestaduais.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012.

O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados - Amazônica - 66%; Paraguai - 0%; Tocantins-Araguaia - 100%; Paraná - 27%; Uruguai - 0%; Atlântico-Sul - 0%; Atlântico-Sudeste - 66%; São Francisco - 100%; Atlântico-Leste - 0%; Parnaíba - 0%; A. Nordeste-Occidental - 0%; A. Nordeste-Oriental - 0%. São 9 planos interestaduais

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012. O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável - Amazônica - 0,3%; Paraguai - 4%; Tocantins-Araguaia - 4%; Paraná - 20%; Uruguai - 17%; Atlântico-Sul - 20%; Atlântico-Sudeste - 25%; São Francisco - 12%; Atlântico-Leste - 25%; Parnaíba - 13%; Nordeste-Occidental - 16%; e Nordeste-Oriental - 29%. Dados de 2010 - Informação publicada no Conjuntura 2013.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012. O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada) - Amazônica - 7% Paraguai - 2% Tocantins-Araguaia - 81% Paraná - 88% Uruguai - 25% Atlântico-Sul - 37% Atlântico-Sudeste - 58% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 75% Parnaíba - 13% Nordeste-Occidental - 0% Nordeste-Oriental - 37%. Não foi possível atualizar o indicador, pela indisponibilidade de dados mais atuais (mesmo valor de 2012).

A data de apuração continua inalterada em 31/12/2011 porque o Conjuntura 2012 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2011. O Conjuntura 2013 não atualizou a Vazão de consumo, e o Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica - Amazônica - 0,4%; Paraguai - 6%; Tocantins-Araguaia - 8%; Paraná - 36%; Uruguai - 44%; Atlântico-Sul - 61%; Atlântico-Sudeste - 31%; São Francisco - 64%; Atlântico-Leste - 69%; Parnaíba - 33%; A. Nordeste-Occidental - 36%; e Nordeste-Oriental - 98%. Dados de 2010 - Informação publicada no Conjuntura 2013.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012. O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas



setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, com a implantação do Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente para o período 2014-2022, os macroprocessos finalísticos que orientaram a agenda estratégica da Política Nacional de Recursos Hídricos, relacionados ao Objetivo 0646 do Programa 2026 do PPA Federal 2012-2015 foram: i) Formulação e apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e ii) Apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas.

Com a condução do macroprocesso de “Formulação e apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos”, espera-se contribuir para que União, Estados e Distrito Federal estejam dotados de instrumentos de gestão de recursos hídricos que qualifiquem a tomada de decisão, em especial dos planos de recursos hídricos.

As metas do PPA Federal 2012-2015 que fazem parte deste macroprocesso são: i) Apoiar a elaboração de seis Planos Estaduais de Recursos Hídricos; ii) Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH); iii) Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Até o ano de 2014, 6 Estados foram apoiados na elaboração dos seus PERHs, correspondendo a 100% da meta. Em relação ao SIGEOR, teve início o processo para a licitação e contratação de consultorias especializadas para a realização de uma avaliação da implementação do PNRH no período 2006-2014, proposição de recomendações para a sua revisão e indicadores para o seu monitoramento e avaliação continuados. Portanto, as ações para consecução da meta estão em andamento. A meta de qualificação de 30 mil pessoas foi superada, em virtude, em grande parte, dos processos de capacitação na modalidade Ensino à Distância (EaD) desenvolvidos pela ANA.

Ainda em relação a este macroprocesso, o MMA está apoiando o Estado do Paraná na elaboração da Carta de Águas Subterrâneas do Estado, em Sistema de Informações Geográficas - SIG. O processo de seleção da empresa foi conduzido durante o primeiro semestre de 2014, no âmbito do Programa Interáguas e, em 03/07/2014, foi assinado contrato com a empresa Água e Solo, que terá 10 meses para a execução do serviço. Em 2014 foram entregues dois produtos da Carta, correspondente à Obtenção e Análise de Dados e à Análise do Território Paranaense. Conforme o cronograma de execução do projeto, os três produtos restantes deverão ser apresentados até maio de 2015, quando se encerra o contrato. A montagem do banco de dados geográficos seguirá as normas exigidas pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Cabe destacar também o esforço coordenado pelo MMA para a construção de um Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), com o envolvimento da ANA, tendo em vista aportes técnicos e científicos no tema Água. Encontra-se em fase de conclusão, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, o documento de subsídios técnicos para a adaptação considerando o tema água, que está configurado em cinco eixos, quais sejam: i) diretrizes para a elaboração de cenários; ii) geração de conhecimento; iii) instrumentos de gestão de recursos hídricos; iv) governança; e v) interação com setores usuários. O documento servirá de subsídio para a elaboração do Plano Nacional de Adaptação, em especial, na temática dos recursos hídricos.

O macroprocesso de “Apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas”, que envolve o exercício da atribuição do MMA de Secretaria Executiva do CNRH, deve contribuir para a elaboração de diretrizes para orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. As atividades deste macroprocesso envolvem a disponibilização de salas e de auditório para a realização das reuniões do Plenário e das Câmaras Técnicas do CNRH; os serviços de gravação e degravação das reuniões; o custeio da participação dos representantes da sociedade civil; a manutenção e atualização do site do CNRH; dentre outras. A relatoria das reuniões do Plenário e Câmaras Técnicas é realizada pela equipe técnica de servidores do MMA.



Os produtos e serviços entregues em 2014 envolveram: i) publicação da 8ª Edição do Conjunto de Normas Legais, com cerca de 160 Resoluções e 60 Moções aprovadas pelo CNRH, além de outras legislações pertinentes, com vistas a orientar e regulamentar a implementação da Política; ii) realização de 2 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária do Plenário do CNRH; iii) realização de 34 reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH; iv) aprovação de 4 Resoluções e 1 Moção; v) realização de 2 seminários.

Durante a 37ª Reunião Extraordinária do CNRH foi realizado o seminário sobre Exploração e Produção de Gás Não Convencional e durante a 32ª Reunião Ordinária o seminário O comportamento hidrológico e a oferta de água em 2014: o que aconteceu, as lições aprendidas e os encaminhamentos possíveis. As deliberações emitidas pelo CNRH, no ano de 2014, são informadas abaixo:

Resolução nº 158, de 09 de junho de 2014. Estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Resolução nº 157, de 09 de junho de 2014. Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para as Comissões CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências. Resolução nº 156, de 09 de junho de 2014. Estabelece diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social, a informação e comunicação para a percepção de riscos e vulnerabilidades, e a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente a desastres inerentes às questões hídricas.

Resolução nº 155, de 09 de junho de 2014. Aprova novos valores para os Preços Unitários Básicos (PUBs) da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Moção nº 65, de 09 de junho de 2014. Recomenda ao Ministério da Saúde que no processo de revisão da Portaria GM/MS nº 2.914/2011 sejam adequadas as redações dos artigos 12 e 16 da Portaria MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, de modo a torná-los compatíveis com a Política Nacional de Recursos Hídricos

No tema da cooperação internacional, o MMA exerceu atividades relativas à Coordenação Nacional do Programa dos Aquíferos Transfronteiriços da América (ISARM-América) e ao Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata – PMarco, no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Plata), órgão executivo do Sistema da Bacia do Prata, integrado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Metas 2012-2015

• Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos

Análise Situacional da Meta

Para o apoio e acompanhamento da elaboração e revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), o MMA lançou mão dos seguintes mecanismos: i) contratação direta via Programa Interáguas (GO e PA); ii) contrato de repasse com o FNMA/MMA (AM, MA, RS e RO) e iii) apoio técnico e acompanhamento junto ao Estado desde a fase de elaboração dos Termos de Referência.

Atualmente, o MMA está apoiando a elaboração dos PERHs AM, GO, MA, PA e RO. Quanto ao RS, o anteprojeto de lei do PERH/RS foi aprovado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e encaminhado ao legislativo estadual, conforme previsto na Lei Estadual n.º 10.350, de 30 de dezembro de 1994. Dessa forma, foi alcançado o total previsto no PPA 2012-2015 de 6 Estados apoiados.

A elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) segue, basicamente, as seguintes etapas: i) Elaboração das base metodológicas; ii) Elaboração do Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado; iii) Elaboração do Prognóstico e dos Cenários Futuros; iv) Elaboração das Diretrizes e Metas; v) Elaboração do documento consolidado e sumário executivo do PERH. Além disso, a elaboração dos PERHs envolve consultas públicas e o acompanhamento contínuo dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

A seguir, algumas informações sobre a etapa em que se encontram cada um dos projetos:



•PERH/GO – entrega prevista para maio de 2015. Execução via contratação direta do MMA, no âmbito do Programa Interligações. Concluída a terceira das cinco etapas de elaboração do PERH, correspondente ao Prognóstico e Cenários de Recursos Hídricos do Estado.

•PERH/MA – entrega prevista para dezembro de 2015. Execução pelo Estado via contrato de repasse FNMA (aditado até fev/2016). Fase de finalização da primeira das quatro etapas: Bases Metodológicas para a Elaboração do PERH/MA.

•PERH/RO – entrega prevista para 2016. Execução pelo Estado via contrato de repasse FNMA (aditado até fev/2016). Lançada no Estado a Concorrência Pública 033/2014, em 27/06/14. Em razão de mandado de segurança impetrado contra a forma do Edital, a Procuradoria Geral do Estado recomendou a realização de novo processo licitatório. A nova previsão de contratação é até jun/2015.

•PERH/AM – entrega prevista para 2016. Execução pelo Estado via contrato de repasse FNMA, com vigência até dez/2015. Elaborado o Termo de Referência para a contratação de consultoria especializada. A previsão de lançamento da licitação no Estado é no primeiro semestre de 2015.

•PERH/PA – entrega prevista para 2017. Execução via contratação direta do MMA, no âmbito do Programa Interligações/Banco Mundial. Termo de Referência encaminhado ao BM para a não objeção. A previsão de lançamento da licitação é de junho de 2015.

•PERH/RS – entregue em março de 2014. Execução pelo Estado via convênio FNMA, iniciado em 2004. Aprovada a Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nº 141, de 21/03/14, que institui o PERH/RS e encaminhada minuta de anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado, conforme previsto na legislação estadual.

Cabe destacar que o MMA incluiu com meta no seu Planejamento Estratégico contribuir para o alcance da cobertura de 100% do território nacional com PERHs até 2017. Atualmente, restam 8 Estados sem PERHs: AM, AP, ES, GO, MA, PA, RO e SC. Em 2014, com a conclusão dos PERHs do RS e RJ, houve uma progressão de 3,8% da meta em relação ao ano anterior e o território coberto passou de 49% para 52,8%. A previsão de progressão da meta para os anos seguintes é para 2015, a conclusão da elaboração dos PERHs de GO e do MA, com alcance de 60,7%; para 2016, a conclusão da elaboração dos PERHs AM e RO, correspondendo a 82% da meta e, finalmente, em 2017, estão previstas as finalizações dos PERHs AP, ES, PA e SC, alcançando 100% do território nacional coberto com PERHs. Em relação à revisão dos PERHs existentes, em 2014 o MMA recebeu a demanda dos Estados MS e PB, que está em análise pela equipe técnica.

Para a execução desta ação, faz-se necessário o estreito acompanhamento do MMA, por meio de ações de supervisão técnica e reuniões de orientação, em especial no caso das licitações em andamento nos Estados. Até o momento, já foram realizadas as seguintes visitas/reuniões de supervisão e orientação por Estado: MA (3), AM (1), RO (1), PA (2), GO (6) mais o acompanhamento das consultas públicas, RS (1). Em dezembro de 2014 foi realizada, ainda, a Reunião Técnica sobre o Apoio aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, com a participação dos Estados de GO, MA, RO e PA, que estão com os projetos em andamento. Também participaram representantes do MMA, da ANA, do Programa Interligações e do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

26/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	2	unidade	3	26/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	1	unidade	1	30/06/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	0	26/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sul	2	unidade	1	26/12/2014

**• Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)****Análise Situacional da Meta**

A concepção, implantação e manutenção do SIGEOR/PNRH é também uma meta no Planejamento Estratégico do MMA. A entrega associada a esta meta é o Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do PNRH (SIGEOR/PNRH) operando com todas as funcionalidades previstas e atualizadas. Para o desenvolvimento do SIGEOR/PNRH, está em andamento contratação de consultorias especializadas, via Programa Interágua, para avaliação da implementação do PNRH no período de 2006-2014 e a proposição de recomendações para a sua segunda revisão e de indicadores de desempenho para o seu monitoramento e avaliação contínuos. Também está previsto o desenvolvimento e a implantação de sistema informatizado para apoio ao monitoramento do PNRH. As entregas previstas constituem ferramentas que auxiliarão no monitoramento e avaliação contínuos do PNRH, conferindo maior transparência à implementação do Plano e visibilidade aos resultados alcançados.

Em 2014, o MMA também coordenou a elaboração do Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015, com a colaboração da ANA e da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTPNH/CNRH). O Informe teve como objetivo atualizar os Conselheiros do CNRH sobre a situação da implementação do PNRH e oferecer insumos para orientar a elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs) do Governo Federal e dos Estados para 2016-2019 e também para realização da segunda revisão do PNRH, prevista para 2015. O Informe constitui importante instrumento do SIGEOR, oferecendo um panorama da implementação do PNRH e conferindo maior transparência à implementação do Plano e visibilidade aos resultados alcançados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

26/12/2014

• Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos**Análise Situacional da Meta**

Em 2013 o MMA apoiou a realização do III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas e I Encontro de Educação Ambiental e Gestão de Águas da Bacia do Rio Doce, na cidade de Ouro Preto-MG, de 26 a 29 de agosto. Ao todo, os encontros envolveram a participação de em torno de 250 pessoas, de 17 Estados da Federação.

Em 2013, foi realizada a 8ª edição do curso sobre Planificación y Gestión de Recursos Hídricos, coordenado pelo MMA, no âmbito do Programa de Formação da Conferência de Diretores Iberoamericanos de Águas (CODIA). O curso é dirigido aos países da Iberoamérica e tem como público alvo técnicos e profissionais das instituições que integram a CODIA, profissionais de outras instituições públicas com atribuições em matéria de águas, professores universitários e estudantes de disciplinas relacionadas ao campo de gestão de recursos naturais e manejo de águas. O curso aconteceu em Brasília-DF, envolvendo 25 participantes de 10 países da América Latina.

Está em andamento o processo de construção participativa do PERH/GO, que envolve oficinas de trabalho, consultas públicas e seminários com a participação dos servidores dos órgãos gestores estaduais, membros dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e outros atores locais. Para a elaboração do PERH/GO, até o momento, foram realizadas reuniões prévias de mobilização em 43 municípios de Goiás, envolvendo em torno de 550 pessoas, além de 18 consultas públicas, nas etapas de Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado, do Prognóstico e Cenários do PERH/GO e de proposição das Diretrizes, Programas e Metas. As consultas públicas envolveram em torno de 850 pessoas.

Em consonância com as diretrizes e prioridades do PNRH, assim como em atendimento a demandas e compromissos assumidos no III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental, o MMA está desenvolvendo curso em modalidade de Educação a Distância (EaD) sobre Educação Ambiental e Gestão de Águas, dirigido a atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).



A ANA também desenvolve diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em 2012 foram realizados: 113 turmas de 49 cursos diferentes, totalizando 7.308 pessoas capacitadas, sendo 6 mil em cursos de EaD. Em 2013, foram realizadas 177 turmas de 57 cursos, totalizando 12.534 pessoas capacitadas. Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. De 2012 até o momento, portanto, foram capacitadas mais de 42 mil pessoas, considerando as modalidades presencial, semipresencial e à distância. Para 2015 serão oferecidas mais de 10 mil vagas em cursos à distância e 600 vagas em cursos semipresenciais e presenciais. Os cursos são destinados a órgãos gestores de recursos hídricos, comitês de bacias da União e dos Estados, bem como aos usuários e a sociedade em geral.

Cabe esclarecer que a atuação da ANA em relação à capacitação também é contabilizada na meta vinculada ao Objetivo 0662 do Programa 2026, de capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos sobre gestão integrada dos recursos hídricos. Portanto, são duas metas do MMA, alocadas nos Objetivos 0646 e 0662 do Programa 2026 do PPA que convergem para o mesmo foco.

Quantidade alcançada

33.675

Data de Referência

26/12/2014

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Até o momento destacaram-se como principais avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão dos recursos hídricos:

-Ampliação do universo de usuários de recursos hídricos regularizados totalizando 11.303. Observa-se que o processo está em aprimoramento e automação, o que pode acelerar os procedimentos e elevar a média anual de usuários regularizados. A fiscalização da ANA atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico quali-quantitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Em 2012 foram realizadas 37 campanhas de fiscalização. Em 2013, em decorrência da situação de escassez hídrica no semiárido, foram realizadas 60 campanhas de fiscalização, que ocorreram de forma articulada com os estados e o DNOCS. Essas ações da ANA, órgãos gestores estaduais e DNOCS têm como objetivo a regularização dos usuários e o estabelecimento de regras de usos da água em situação de seca. Em 2014 foram realizadas 64 campanhas de fiscalização de uso de recursos hídricos e 20 campanhas de campo para fiscalizar barragens quanto à segurança, totalizando 84 campanhas no referido exercício.

Em 2014, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 65 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia.

A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias dos rios Verde Grande (Região Hidrográfica do São Francisco) e rio Paranaíba (Região Hidrográfica do Paraná) está em processo de implementação e seu andamento depende da atuação dos próprios Comitês de Bacia. Encontra-se em fase final de elaboração o estudo para implementar a cobrança na Bacia do rio Grande (Região Hidrográfica do Paraná). Foi também realizada estimativa do potencial de arrecadação com a cobrança na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, que foi incorporada ao plano de bacia em elaboração.

-Construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e disponibilização dos mapas de todos os estados brasileiros, com



diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. Está disponível para download no website da ANA (www.ana.gov.br). Além disso, até o momento, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontram-se em operação (AC, AL, AM, AP, BA, CE, MA, MG, MT, MS, TO, GO, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, PR e SE). As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. As ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente. As ações da ANA inseridas no Plano se enquadram nos eixos Mapeamento (Atlas) e Monitoramento e Alerta (Salas de Situação). Até o final de dezembro de 2014, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontravam-se em operação, já estando todas as 27 implantadas (as salas do ES e DF deverão estar operacionais até o final do primeiro semestre de 2015).

- Localização e classificação das barragens por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, segundo Resolução CNRH nº 143/2012, que regulamentou o art. 7º da Lei nº 12.334/2010. A perspectiva é a estruturação de um Sistema informatizado para disponibilização dessas informações na internet, com previsão de conclusão até o fim de 2015.

Modernização de 291 estações hidrometeorológicas da ANA, em 2014. De 2012 até o momento, foram modernizadas 997 estações hidrometeorológicas.

Metas 2012-2015

• Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados

Análise Situacional da Meta

Os procedimentos de regularização encontram-se em fase de aprimoramento e automação, o que pode elevar a média anual de usuários regularizados. Inicialmente, foi realizada revisão que ajustou para baixo o valor total de usuários regularizados. Assim, em 2012 foram regularizados 1.003 usuários, totalizando 7.362; em 2013, 1.741 usuários foram regularizados totalizando 9.103. Em 2014 foram regularizados 2.200 usuários, desde 2012, 11.303 usuários. Os novos usuários cadastrados no CNARH, em 2014, totalizaram 6.000, sendo que 900 são usuários federais. A diferença existente entre usuários federais cadastrados e usuários federais regularizados ocorre em decorrência da regularização aplicar-se também a usuários já cadastrados e não necessariamente novos usuários.

Quantidade alcançada

11.303

Data de Referência

31/12/2014

• Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)

Análise Situacional da Meta

A meta foi inicialmente proposta para as bacias dos rios Paranaíba, Verde Grande e Grande.

Em 2012 foi elaborado estudo para subsidiar o Comitê de Bacia do Rio Paranaíba (RH Paraná) na implementação da cobrança naquela bacia. Esse estudo foi realizado com base na proposição de diretrizes e mecanismos para a cobrança, na simulação do potencial de arrecadação com base no Plano e dos impactos sobre os setores usuários e na avaliação sobre a sustentabilidade financeira da Agência de Bacia, tendo sido atualizado em 2013 e incorporado ao plano da bacia. No ano de 2013, foi concluído o estudo para implementar a cobrança na bacia do rio Grande, contendo estimativa do potencial de arrecadação e impacto sobre usuários característicos. Em 2014 teve início o processo de implementação da cobrança pelo Comitê da Bacia do rio Paranaíba, com instituição de grupo de trabalho para elaborar proposta de cobrança a ser encaminhada ao plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica e posteriormente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Para 2015, está previsto que a cobrança na bacia do rio Paranaíba seguirá em



fase de implementação e a possibilidade de operacionalização da cobrança na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, caso o Comitê venha a encaminhar proposta de cobrança ao CNRH.

Outras informações como mapas sobre a situação da operacionalização da cobrança podem ser obtidas em <http://www.ana.gov.br/cobranca>.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	1	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	0	31/12/2014

• Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros

Análise Situacional da Meta

A construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi finalizada e foram disponibilizados os mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas está disponível para download no website da ANA (www.ana.gov.br). O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as Unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura de controle de cheias e de medidas não estruturais (sistemas de alerta e mapeamento de riscos), para alocação mais racional de recursos públicos, além de possuir caráter informativo para a sociedade. Estão sendo realizados estudos para o corte em uma escala menor de bacias consideradas críticas para uma melhor visualização.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens

Análise Situacional da Meta

A Resolução CNRH nº 143/2012, que regulamentou o art. 7º da Lei nº 12.334/2010 classifica as barragens por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume. Com base nessa resolução, a ANA identificou a localização das barragens e categorizou-as segundo esses critérios.

A perspectiva é a estruturação de um Sistema informatizado para disponibilização dessas informações na internet em 2015.

O Plano Anual de Fiscalização de Segurança de Barragens (PAFSB) para 2014 priorizou a fiscalização do cumprimento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e dos normativos de segurança de barragens emitidos pela ANA em decorrência da Lei nº 12.334/2010, em especial, a Resolução ANA nº 742, de 17 de outubro de 2011, referente à inspeção regular de segurança de barragem e a resolução ANA nº 091/2012, de 02 de abril de 2012, referente ao Plano de Segurança e à Revisão Periódica de Segurança de Barragem. No âmbito do cumprimento da Lei nº 9.433/97, também foi objeto de fiscalização a situação de regularização das barragens quanto ao uso regular de recursos hídricos, por meio da outorga do barramento.

Em cumprimento ao PAFSB 2014, foram realizadas fiscalizações em 27 barragens distribuídas em todas as regiões do Brasil. As barragens foram priorizadas considerando o nível de perigo informado pelo empreendedor (normal, atenção, alerta e emergência). Com as vistorias realizadas no período de 2013 a 2014, foram vistoriadas todas as 52 barragens com indicativo de nível de perigo de atenção, alerta ou emergência.

Além das campanhas previstas no PAFSB/2014 foram executadas 4 campanhas extras em 6 barragens, para atendimento a solicitações de outras áreas, acompanhamento das ações decorrentes de processos fiscalizatórios ou por



necessidade de acompanhamento de inspeção realizada por especialista externo. Ao todo foram realizadas 20 campanhas de fiscalização, sendo que 14 dessas estavam previstas no PAF 2014.

Em 2014, a ANA também deu especial atenção à análise dos normativos internos referente aos procedimentos da atividade de fiscalização visando a sua adequação às ações de fiscalização de segurança de barragens

• Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico

Análise Situacional da Meta

As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, instituto de meteorologia e Defesa Civil Estadual, e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Até o final de dezembro de 2014, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontravam-se em operação, já estando todas as 27 implantadas (as salas do ES e DF deverão estar operacionais até o final do primeiro semestre de 2015).

Em 2014 foram visitadas 15 salas de situação estaduais (AL, AC, RO, MS, RS, SC, MT, GO, BA, RR, RJ, PE, SP, MG e PR) onde foram levantadas as necessidades de capacitação e suporte técnico para o perfeito funcionamento das mesmas.

• Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram modernizadas 291 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 997 estações hidrometeorológicas.

Quantidade alcançada

997

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	236	unidade	185	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60	unidade	44	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35	unidade	44	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34	unidade	85	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105	unidade	94	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65	unidade	86	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraguai	110	unidade	53	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	80	unidade	115	31/12/2014
Região Hidrográfica Parnaíba	35	unidade	30	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	81	unidade	74	31/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81	unidade	125	31/12/2014
Região Hidrográfica Uruguai	68	unidade	62	31/12/2014

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.



Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Nos anos de 2012, 2013 e 2014, foram empreendidas as seguintes ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

Em 2012 a ANA desenvolveu diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse ano foram realizados: 49 cursos diferentes com 113 turmas. No total, foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2013, foram formadas 60 turmas de capacitação. Foram capacitadas 2.800 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia Estaduais, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Foram 16.829 pessoas aprovadas em cursos totalmente a distância sem tutoria, 4.765 pessoas aprovadas em cursos a distância com tutoria e 723 pessoas aprovadas em cursos presenciais ou semipresenciais. De 2012 até o momento foram capacitadas mais de 32,4 mil pessoas.

- Acompanhamento pela ANA de nove comitês interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, já implantados desde 2011; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Paranapanema e Grande. Sendo que desses 08 encontram-se em funcionamento com Comitê instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo resoluções pertinentes às suas atribuições. O Comitê da bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, foi implantado em 2009, porém, encontra-se atualmente em processo de elaboração de proposta para um novo arranjo institucional.

- Adesão de 25 Estados (AL, PB, RN, PI, SE, MA, AC, RO, AM, TO, PA, MT, MS, GO, RJ, PR, SC, RS, TO, MG, BA, ES, AP, RR, CE e PE) ao Progestão (programa que foi desenhado em 2013 para materializar uma parte do Pacto Nacional de Gestão das Águas) e manifestação de Carta de Interesse de 2 Estados (DF, SP). Desses 25 Estados, 20 pactuaram metas para estruturar a gestão e já receberam 750 mil reais cada um. O restante dos Estados está em processo de negociação para pactuarem as metas, celebrarem os contratos e receberem os recursos.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a ANA desenvolveu diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em 2012 foram realizados: 113 turmas de 49 cursos diferentes. No total foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2013 foram realizadas 60 turmas de capacitação. Foram capacitadas 2.800 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia Estaduais, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Foram 16.829 pessoas aprovadas em cursos totalmente a distância sem tutoria, 4.765 pessoas aprovadas em cursos a distância com tutoria e 723 pessoas aprovadas em cursos presenciais ou semipresenciais. Tratam-se de 60 cursos distribuídos em diversos temas: Hidrologia/ Hidrometria, Qualidade da Água, Planejamento e gestão de Recursos Hídricos, Educação e Participação Social na Gestão de Recursos Hídricos, Segurança de Barragens, Geoprocessamento e sensoriamento remoto. De 2012 até o momento foram capacitadas mais de 32,4 mil pessoas.

Quantidade alcançada

100

**Data de Referência**

31/12/2014

• **Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União**

Análise Situacional da Meta

A apuração da meta se refere ao Comitê instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações pertinentes às suas atribuições. A situação atual encontra-se da seguinte forma:

-O comitê da Bacia do Rio São Francisco está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: <http://cbhsaofrancisco.org.br/>

- O comitê da Bacia do Rio Doce está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: <http://www.cbhdoce.org.br/>

- O comitê da Bacia do Rio Paranaíba está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: <http://cbhparanaiba.org.br/>

- O comitê da Bacia do Rio Verde Grande está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: <http://www.verdegrande.cbh.gov.br/>

- O comitê da Bacia do Rio Grande está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: <http://www.grande.cbh.gov.br/>

- O comitê da Bacia do Rio Paranapanema está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: <http://paranapanema.org/>

-O Comitê da bacia do rio Piranhas-Açu está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link <http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/site/>. Atualmente encontra-se em processo de elaboração de proposta de novo arranjo institucional.

-Na bacia do rio Uruguai: ao longo de 2014 não foram observados avanços significativos para atendimento dos requisitos visando a criação daquele comitê, mas ocorreram trâmites da minuta de Acordo de Cooperação no âmbito dos dois governos estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, visando adequação aos normativos de ambos os estados.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1	unidade	0	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	3	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	2	31/12/2014

• **Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, dando continuidade aos esforços de articulação com os estados da Federação para fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos no país, os quais resultaram na assinatura da Carta de Brasília em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, SP, SC, RN, RO, RS, RJ, PI, PB, PA, MT, MS, MG, MA, SE e TO), a ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão das Águas que apresentam seus aspectos conceituais e sua estratégia de implementação. O Pacto se configura como uma extensa estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas e Órgãos Estaduais, visando a maior integração no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

Tendo em vista as negociações com Estados, a Agência priorizará inicialmente a pactuação de metas de gestão para que os Estados se estruturam e se preparem para futuramente alcançarem as condições de entrega de água entre rios de



diferentes dominialidades. A contrapartida financeira da ANA ainda esta sendo formatada, mas deve compreender a criação de um Fundo, junto a um agente financeiro, baseado no pagamento por resultados, com a previsão de repasse anual de um montante de R\$ 20 milhões para o Programa (média de R\$ 750 mil por Estado). Progestão é o programa que foi desenhado em 2013 para materializar uma parte do Pacto Nacional de Gestão das Águas. Nesse Programa, a partir da adesão dos Estados por meio da publicação de um decreto ao pacto, o Estado indica o interlocutor sobre recursos hídricos (Secretaria de Recursos Hídricos, etc). A partir disso, a ANA inicia em conjunto com o Estado um processo de negociação das metas (relativas a cadastro, outorga, servidores, monitoramento hidrológico, etc), que são pactuadas e submetidas a apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Caso sejam aprovadas as metas, os Estados celebram um contrato com a ANA formalizando as metas e os valores a serem repassados para execução dessas metas.

Em 2013, 18 Estados (AL, PB, RN, PI, SE, MA, AC, TO, RO, AM, PA, MT, MS, GO, RJ, PR, SC e RS) aderiram ao Progestão. Desses 18 Estados, 16 pactuaram metas para estruturar a gestão e já receberam 750 mil reais cada um. Os demais Estados estão em processo de negociação para pactuarem as metas, celebrarem os contratos e receberem os recursos.

A pactuação de metas de gestão entre Estados e União depende de um arranjo interfederativo que vem sendo construído gradativamente. Dessa forma, a articulação com os Estados se dará nos moldes previstos no Progestão, desenhado em 2013.

Em 2014, os estados de MG, BA, ES, AP, RR, CE e PE aderiram ao Progestão. Ao todo 25 estados já aderiram ao Progestão e estão sendo realizados esforços para a pactuação por parte do Estado de São Paulo.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, destacaram-se os seguintes avanços para subsidiar a articulação de políticas públicas e setores usuários:

- Desenvolvimento de estudos para subsidiar a definição de áreas de restrição de uso dos recursos hídricos em bacias hidrográficas prioritárias.
- Desenvolvimento das "Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil", utilizando os coeficientes técnicos de uso de recursos hídricos na indústria e irrigação.
- O Atlas de despoluição de bacias hidrográficas que está contratado e em execução com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2015. O escopo do Atlas de Despoluição, iniciado em fevereiro de 2014, consiste na análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras de coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos. Já o estudo de Bacias Críticas (Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas) trata do refinamento das informações de balanço hídrico em áreas selecionadas de forma a subsidiar as ações de gestão de recursos hídricos, a ser concluído em 2015
- O Plano Nacional de Segurança Hídrica que foi licitado e está na fase de assinatura do contrato para o início do trabalho que terá previsão de conclusão para o segundo semestre de 2015. O Plano Nacional de Segurança Hídrica, iniciado em setembro de 2014, é resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a ANA e tem como escopo



a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para: i) garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e ii) reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Os primeiros resultados do estudo serão apresentados no primeiro semestre de 2015. Já os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

Os planos de recursos hídricos mais recentemente elaborados ou em revisão pela ANA têm procurado considerar os impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos. Os planos da margem direita do Amazonas, do Paranaíba e do Paranapanem consideraram essa forçante em sua elaboração, introduzindo-a nos cenários prospectivos (usualmente no mais crítico). Além disso, a ANA é uma das coordenadoras dos trabalhos da Rede Água no âmbito da elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, tendo concluído, em 2014, a elaboração de documento contendo subsídios técnicos à citada rede, para sua contribuição ao Plano.

Metas 2012-2015

• **Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias**

Análise Situacional da Meta

O MMA está desenvolvendo estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação poderão ser utilizados como subsídio à definição de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, no âmbito do planejamento de recursos hídricos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)**

Análise Situacional da Meta

Uma das iniciativas de elaboração desse tipo de estudo no Brasil foi o desenvolvimento de uma Matriz de Coeficientes Técnicos em parceria firmada entre o Ministério do Meio Ambiente, a Fundação Banco do Brasil e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de Viçosa. Os estudos, que englobaram as atividades industriais e de agricultura irrigada, foram finalizados em 2011. Outra atividade que também objetiva explicitar as demandas de água bruta pelos setores da economia é o desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água, por meio de metodologia definida pela Divisão de Estatística das Nações Unidas. No Brasil essa atividade foi iniciada com a publicação da Portaria Interministerial no. 236, de maio de 2012, que cria o Comitê das Contas Econômicas Ambientais da Água, envolvendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, objetivando explicitar, de forma coerente com o Sistema de Contas Nacionais, as relações entre água e economia. Ambas iniciativas fazem parte da implementação do Subprograma I.1 – “Estudos estratégicos sobre o contexto macro-econômico global e inserção geopolítica da GIRH no contexto sul-americano” e contribuem para a implementação do Subprograma V.I do Plano Nacional de Recursos Hídricos. No âmbito do desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água em 2013 foram realizadas diversas reuniões, cursos de capacitação e seminário regional sobre contas econômicas ambientais promovido pelo IBGE e DENU. Também, a convite das Nações Unidas, o IBGE e ANA participaram de reuniões do Grupo de Especialistas sobre Abordagens de Instrumentos e Modelagem para Realização de Contas Experimentais de Ecossistemas e do Grupo de Especialistas sobre as Diretrizes para a Compilação das Contas e Estatísticas da Água. O Grupo Executivo das Contas Econômicas Ambientais da Água no Brasil dedicou-se às atividades de coleta e organização de dados sobre estoques de águas continentais, fluxos de entrada e saída de água no território e ativos de recursos hídricos, além de dedicar-se às estimativas de fluxos do meio ambiente para a economia, como por exemplo o consumo de água na indústria, irrigação e saneamento. Um dos resultados dessa atividade foi a consolidação da primeira versão da Tabela Simplificada de



Dados 2000-2012 a partir das estimativas de estoques e fluxos de recursos hídricos. No âmbito do desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água em 2014 foi realizado o Curso de Contas Nacionais aplicado às Contas Econômicas Ambientais com ênfase em recursos hídricos, organizado no âmbito da parceria MMA, ANA e IBGE, que contou com a presença de servidores da ANA, IBAMA, Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro. Foi realizado também o Seminário Internacional sobre Contas Econômicas Ambientais da Água, em novembro de 2014, organizado pelo MMA e CEPAL, com o objetivo de compartilhamento de experiências internacionais no desenvolvimento das contas da água e como seus resultados podem subsidiar políticas públicas e monitorar a implementação dos futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Grupo Executivo das Contas continua desenvolvendo as atividades de coleta e organização de dados sobre estoques e fluxos de recursos hídricos, atualização da Tabela Simplificada de Dados, além de ter se dedicado ao Questionário 2013 de Estatísticas Ambientais, demandado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

No âmbito da ANA foi licitado e contratado “Estudos de estimativa de demandas e usos consuntivos de água, contemplando a definição de metodologias, a construção de base de dados e a produção, atualização, armazenamento e disponibilização de resultados das estimativas de demandas e usos consuntivos da água ao longo do tempo”, incluindo entre outros as demandas de água pela indústria, irrigação e saneamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos**

Análise Situacional da Meta

O processo licitatório que envolve as atividades relacionadas à elaboração do Atlas de despoluição de bacias hidrográficas foi concluído e o contrato assinado no primeiro semestre de 2014; as atividades previstas encontram-se em execução com os primeiros resultados esperados para o primeiro semestre de 2015. No primeiro semestre de 2014 foi realizada a licitação para elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, resultado da parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas e que tem como objetivo geral a definição das principais intervenções de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para garantir a oferta de água para abastecimento humano e redução de riscos associados a eventos críticos (secas e cheias). Já os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização implementada pelo Governo Federal consiste em promover e fortalecer um conjunto de ações integradas de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebidas e executadas de forma articulada e participativa.

No período de 2012-2014, dentre as principais avanços alcançados pelo Objetivo em prol da revitalização de bacias hidrográficas, destacam-se a continuidade dos projetos prioritários do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, como projetos de manejo integrado de microbacias que contemplam intervenções destinadas à



conservação da água e do solo na região do Alto São Francisco; implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD, na região do Alto São Francisco, em parceria com a Universidade Federal de Lavras e do Baixo São Francisco, com a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal do Vale do São Francisco, que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais na bacia do São Francisco; e realização de Operações de Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, com vistas a promover a recuperação dessa bacia e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais.

Em 2013, concluiu-se o Projeto Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio Uberabinha, visando à melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o município de Uberlândia em Minas Gerais, executado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Projeto de Revitalização de microbacia urbana no município de São João de Meriti/RJ com a recuperação de 7,1 hectares no Parque Natural Municipal Jardim Jurema, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Com o objetivo de desenvolver ações de revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes no município de Rio Branco/Acre, em 2014, foi firmado convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o município de Rio Branco, no qual estão previstas obras de recuperação da infraestrutura do Parque e atividades de educação ambiental.

Na Região Hidrográfica do Alto Paraguai destacam-se a execução do projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do Pantanal Matogrossense, em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso; ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana, localizada no município de São Gabriel do Oeste/MS, por intermédio da recuperação de 18 km de matas ciliares; o terraceamento de 1.200 hectares, a adequação de 6 km de estradas rurais, a estabilização de processos erosivos e o plantio de 11.000 mudas de espécies florestais nativas.

Além disso, foram concluídas ações de revitalização no perímetro urbano do município de Anastácio– MS, nas margens do rio Aquidauana, por meio do cercamento de Áreas de Preservação Permanente, do reflorestamento concomitantemente com ações de educação ambiental. Como principais resultados se destacam o isolamento de 3.000 metros de APP no perímetro urbano; plantio de 20.000 mudas de espécies florestais nativas; população local conscientizada e informada por meio da realização de reuniões e da distribuição de cartilhas informativas; melhoria das condições ambientais; e recuperação ambiental de 3 Km de mata ciliar ao longo do rio Aquidauana.

Em 2014, formalizada parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL para apoio ao projeto “Capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari”, com o objetivo de capacitar e envolver a população residente nos municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Taquari em processos que busquem novas formas de conduta voltadas à preservação e conservação dos recursos naturais.

Na Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia a continuidade de apoio ao projeto de recuperação de Ipucas (fragmentos florestais naturais sazonalmente alagados) na planície do Araguaia no Estado do Tocantins, com o objetivo de recuperar áreas degradadas, devido às atividades de expansão agrícola nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, por intermédio do reflorestamento por meio de introdução de espécies nativas e regeneração natural, visando sua reabilitação, manejo e conservação.

Com relação às ações de recuperação e controle de processos erosivos executadas pela Codevasf, incluídas no PAC-2 (2011-2014), foram aplicados recursos para a recuperação e controle de processos erosivos em diversos municípios nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí, abrangidos pelas Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

Em referência à conservação e recuperação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, em 2014, foram recuperados e conservados 3.033 ha, totalizando, desde 2012 6.633 ha. O principal legado desses projetos é a função de influenciar o resto da bacia em práticas conservacionistas de solo e água. Ressalta-se que o resultado é parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados.

No que diz respeito à despoluição das bacias hidrográficas, em 2014, foi certificada a remoção de 8.935 ton de DBO, o que corresponde a remoção média de 24.478 Kg de DBO/dia. As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das



Estações de Tratamento de Esgoto: Dornelas, Betim Central, Conchas, Padilha Sul, Guarema e Predeira. No período de 2012 até agora, uma remoção média anual de 21.425,62Kg de DBO/dia.

Metas 2012-2015

• Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação do solo, matas ciliares e nascentes nas seguintes localidades e proporções: Votuporanga – SP 320ha, Apucarana – SP 360ha, Extrema – MG 145ha, SAAE/Viçosa – MG 100 60, Cedro do Abaeté – MG 130 60, BH Guariroba – MS 253 75, BH Pipiripau – DF 245 31, 1.553 226. A implementação da ação se deu pouco acima do programado, atingindo 1.779 ha de áreas recuperadas e conservadas. No exercício de 2013 foram implementados parcialmente projetos contratados no exercício, e concluídos projetos contratados no exercício anterior, totalizando 1.645 ha, sendo 521 ha em recuperação e conservação de solo e água, inclusive readequação de estradas vicinais, e 1124ha em recuperação de cobertura vegetal em áreas de preservação permanente (nascentes, topos de morro, reserva legal, mata ciliar, APP). Estes resultados referem-se a 17 projetos em implementação no exercício. Em 2014 foram recuperados e conservados 3.033 ha. De 2012 até o momento foram recuperados e conservados um total de 6.633 ha. O principal legado desses projetos é a função de influenciar o resto da bacia em práticas conservacionistas de solo e água. Ressalta-se que o resultado é parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados. Está prevista a implantação de 1.500 ha no exercício de 2015 em conservação de solo e água, recuperação de cobertura vegetal em áreas de preservação permanente e readequação de entradas vicinais

Quantidade alcançada

6.633

Data de Referência

31/12/2014

• Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a carga removida pelos empreendimentos do PRODES obteve a média de remoção de 29.798,01 Kg de DBO/dia. Após revisão por parte da área técnica responsável, no período de janeiro a dezembro de 2013 foram abatidos e certificada a remoção de 7.610,82 ton de DBO, o que corresponde a remoção média de 20.851,56 Kg de DBO/dia (para os 365 dias de 2013).

A remoção no ano de 2014 teve média anual de remoção de 24.478,38 kg DBO/Dia – que correspondem à remoção total de 8.935 ton de DBO no ano, totalizando desde 2012 75.127,95 Kg de DBO/dia, o que corresponde a uma média anual de 25.042,65 Kg de DBO/dia

As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das ETES:

-ETE Dornelas, município de Muriaé/MG, Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR

- ETE Betim Central, município de Betim - MG, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA

- ETE Conchas, município de Conchas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

- ETE Padilha Sul, município de Curitiba, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

- ETE Guararema, município de Guararema – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

- ETE Pedreira, município de Pedreira – SP, Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

- ETE Hortolândia, município de Hortolândia – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

- ETE Bragança Paulista, município de Bragança Paulista – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

- ETE Capim Fino, município de Piracicaba – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo –



SABESP

- ETE Cachoeira Paulista, município de Cachoeira Paulista – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

- ETE Parateí, município de Guarema – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Quantidade alcançada

25.042,65

Data de Referência

31/12/2014

• **Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados com transferência de recursos projetos para revitalização em 10 sub-bacias na Região Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo 4 sub-bacias na região do Alto São Francisco, 4 sub-bacias no Médio São Francisco, 1 no Submédio São Francisco e 1 no Baixo São Francisco.

Na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, destaca-se o projeto realizado no município de São João de Meriti para recuperar a sub-bacia de 7,1 ha, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Na região hidrográfica do Paraguai foram apoiados projetos em 3 sub-bacias com a continuidade das ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana em Mato Grosso de Sul; o projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do pantanal matogrossense, na sub-bacia do Rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso e capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari.

Na Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia a continuidade de apoio ao projeto de recuperação de Ipucas (fragmentos florestais naturais sazonalmente alagados) na planície do Araguaia no Estado do Tocantins.

Foram apoiados 2 Projetos: “Conservação e Revitalização da sub-bacia do rio Uberabinha”, visando a melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o município de Uberlândia em Minas Gerais; e “Revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes” no município de Rio Branco/Acre, que prevê obras de recuperação da infraestrutura do Parque e atividades de educação ambiental.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	unidade	2	31/07/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6	unidade	1	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraguai	9	unidade	3	30/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	24	unidade	10	01/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6	unidade	1	30/07/2014



PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85	31/12/2014	3.179
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18	31/12/2011	0,6
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2009	9,03	31/12/2013	10,77
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93	31/12/2014	96
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478	31/12/2014	1.015.771
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545	31/12/2014	9.822
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexploração	%	31/12/2009	40	31/12/2014	30
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	31/12/2010	6,29	31/12/2014	5,9
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39	-	-
Percentual do número de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração	%	31/12/2009	23	-	-
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649	31/12/2013	480.809
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164	31/12/2013	765.286,7
Resultado da Balança Comercial de Pescado em Valor	US\$			31/12/2014	-1.326.269.090
Resultado da Balança Comercial de Pescados em Volume	tonelada			31/12/2014	-376.649
Valor exportado	US\$	31/12/2010	199.374.163	31/12/2014	234.356.242
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02	31/12/2014	34.931

Observações:

Consumo de pescado por alunos da rede pública - Indicador não apurado em 2014

Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria - Indicador não apurado em 2014

Produção da Aquicultura - Dados da aquicultura na Pesquisa Pecuária Municipal - PPM do ano de 2013, divulgados em 12/2014. Não apurado em 2014.

Produção da pesca - Dados referentes ao ano de 2013. Fonte: GTT MPA/IBGE. Não apurado em 2014.

OBJETIVO: 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

O estímulo à produção aquícola e pesqueira realizado por meio das metas deste Objetivo busca o efetivo aumento da



produção, firmado nos pilares da sustentabilidade, desenvolvimento econômico e inclusão social.

As águas públicas de domínio da União podem ser acessadas por demandas espontâneas (áreas aquícolas) ou por meio da política de parques aquícolas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O aproveitamento das águas da União por meio de parques aquícolas, sejam continentais ou marinhos, depende de uma sequência de ações que inclui a realização de estudos de zoneamento dos ambientes e ordenamento da atividade, demarcação de parques aquícolas, implantação e regularização dos parques.

No período de execução do PPA2012-2015 foram concluídos estudos para demarcação de parques aquícolas marinhos em 7 Estados costeiros (PA, MA, CE, RN, SC, SE e PR). Destes, em 2014, 5 foram regularizados (PA, MA, SC, PR, SE), com 43 parques licenciados. Nos estados de Santa Catarina e Paraná foram implantados 25 parques aquícolas marinhos, sendo 23 em Santa Catarina e 2 no Paraná. Para o ano de 2015 estão disponíveis para o processo seletivo público 20 parques aquícolas marinhos, sendo 3 no Pará, 4 no Maranhão, 8 em Sergipe, 3 no Paraná e 2 em Santa Catarina.

Em relação aos parques aquícolas continentais, no período de execução do PPA 2012-2015, foram realizados estudos e zoneamentos em 44 reservatórios. Sendo: 7 no Centro-Oeste, 8 no Nordeste, 7 no Norte, 10 no e 12 no Sul, que possibilitaram a regularização de parques aquícolas em 11 reservatórios em 2014, sendo que 10 reservatórios possuem parques aquícolas implantados. Foram regularizados 11 reservatórios em 2014: Manso (MT), Serra da Mesa (GO), Cana Brava (GO) e Ilha Solteira (MS); Castanhão (CE); Lajeado (TO) e Tucuruí (PA); Ilha Solteira (MG), Três Marias (MG) e Furnas (MG); Itaipu (PR). Dentre estes, os reservatórios que possuem parques aquícolas são:

Região Centro-Oeste: Cana Brava (GO), Manso (MT), Serra da Mesa (GO) e Ilha Solteira (MS); Região Nordeste: Castanhão (CE); Região Norte: Lajeado (TO) e Tucuruí (PA); Região Sudeste: Três Marias (MG) e Furnas (MG).

Região Sul: Itaipu (PR).

As metas relacionadas com a assistência técnica e a extensão aquícola e pesqueira estão sendo trabalhadas por meio dos chamamentos públicos. Em 2014 foram atendidas cerca de 5.000 famílias. Também foram celebrados convênios com 4 entidades estaduais de extensão rural (MG, PE, ES e AM), que possibilitaram o atendimento de mais 350 famílias em de 2014.

A capacitação de técnicos das instituições públicas de assistência técnica estaduais e municipais mostra-se como estratégia relevante na perspectiva de difusão dos conhecimentos técnicos disponíveis ao público do MPA. Por meio de termos de cooperação e convênios com governos estaduais e municipais, foi possível a capacitação de 140 técnicos em 2014. Tiveram continuidade em 2014 as ações decorrentes do acordo de cooperação celebrado entre o MPA, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para o atendimento de pescadores artesanais no Plano Brasil Sem Miséria. Destaca-se, ainda, a capacitação de 25 técnicos da instituição Bahia Pesca que irão atuar no Território da Cidadania Sertão do São Francisco, na Bahia, no atendimento de 2.500 famílias.

A capacitação de pescadores e aquicultores promove o uso de ferramentas que otimizam a produção e reduzem os desperdícios de matérias primas.

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), foram ofertadas 12.589 vagas para qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O MPA está envidando esforços para a divulgação dos cursos e realização das pré-matrículas de pescadores e aquicultores nos cursos ofertados por este programa.

Fruto do acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi celebrado um convênio com o Serviço Social da Indústria (SESI), por meio do seu Departamento Regional de Goiás, para a capacitação teórica e prática de manipuladores de alimentos de escolas públicas e filantrópicas (merendeiras) em sete unidades da federação (AM, PA, BA, CE, DF, SP e SC). Está prevista, ao final do projeto, a capacitação de cerca de 3.080 manipuladores de alimentos.

Na área de associativismo e cooperativismo, foi celebrado Termo de Cooperação entre o MPA e o Ministério do Trabalho e Emprego que possibilitará o atendimento a pescadores e aquicultores por meio de 3 projetos regionais de apoio ao cooperativismo e à economia solidária.

Para apoiar o desenvolvimento sustentável da pesca, o MPA investe em projetos de agregação de peixes, como as bóias



atradoras no Estado do Ceará, um projeto desenvolvido com pescadores artesanais que viabilizou a instalação de 120 atratores artificiais no período de execução do PPA 2012-2015.

Em apoio à renovação da frota pesqueira brasileira, que data da década de 70, estão em andamento alguns projetos firmados com universidades para pesquisa de novos modelos de embarcações para a pesca artesanal e renovação das frotas artesanais e industriais. Tais projetos servirão como modelo para os Programas Revitaliza e Profrota Pesqueira. O MPA apoia cerca de 8 projetos demonstrativos na atividade de pesca, que vão desde a elaboração de protótipos de barcos de pesca artesanal, zoneamento pesqueiro, diagnóstico da cadeia produtiva pesqueira, aquisição de embarcações, projeto de capacitação de pescadores, pesquisa para qualificação de pescadores artesanais para a pesca oceânica de atuns, afins e grandes demersais. Além disso, o MPA vem trabalhando no ordenamento da pesca amadora e no conhecimento da abrangência de seus impactos, sejam econômicos, sociais ou ambientais, como ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Quanto à comercialização, o MPA vem atuando em diferentes frentes para desenvolver o consumo de pescado, por meio de ações de promoção, como o apoio a feiras e competições de pesca amadora e a realização da Semana do Peixe.

As ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são importantes para garantir a venda da produção de pescado oriundo da pesca artesanal e da aquicultura familiar de comunidades tradicionais onde o consumo é inferior à produção, garantindo um preço de venda compatível com os custos de produção.

Em 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados da aquicultura obtidos na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) realizada no ano anterior, fruto de parceria entre as instituições. A inclusão da aquicultura na metodologia PPM exigiu um esforço de levantamento de cadastros e de fontes de informação, treinamento e revisão de questionários, além de visitas técnicas para capacitação da equipe de planejamento, viagens de supervisão de coleta de dados e apoio de técnicos estaduais do MPA. Estas ações estão contempladas no acordo e visam a padronização da coleta e a adequada tratativa dos dados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o total das vendas de pescado para o PAA, no período de janeiro a setembro de 2014, foi de 2.767 toneladas, nas três modalidades (PAA CONAB, PAA Estadual e Termo de Adesão).

Quantidade alcançada

2.767

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, não houve execução física para esta meta, permanecendo o mesmo quantitativo indicado no final de 2013, de três projetos já viabilizados.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	31/12/2014

- **Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional**

**Análise Situacional da Meta**

De 06 a 08 de maio de 2014, o Pavilhão Brasileiro esteve na XXII Seafood Expo Global 2014, realizada em Bruxelas na Bélgica, abrigando 13 empresas brasileiras exportadoras de pescado.

No período de 1º a 14 de setembro ocorreu a XI Semana do Peixe, principal evento de incentivo ao consumo de pescado, de abrangência nacional. Além disso, o MPA apoiou o VI Festival Internacional do Camarão da Costa Negra e o VI Workshop Gastronômico, que ocorreram no período de 14 a 16 de novembro de 2014, no município de Acarajú, no Ceará. Assim, desde o início do PPA foram realizados 11 eventos.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

• Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola**Análise Situacional da Meta**

No período de 2012 a 2014 foram atendidas 27.622 mil famílias (2012: 9.822; 2013: 4.529; e 2014: 13.271). Vale ressaltar que a maioria dos contratos celebrados em 2014 somente foram efetivados no último trimestre e que diversos convênios celebrados pelo MPA em 2013, somente tiveram repasse da primeira parcela no segundo semestre de 2014, devendo a execução desses contratos ser realizada em 2015 com consequente melhoria na execução da meta em 2015.

Quantidade alcançada

27.622

Data de Referência

31/12/2014

• Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional**Análise Situacional da Meta**

Os pólos da produção que receberam KIT Despoupadeira encontram-se nos seguintes estados DF, SP, MG, ES, SC, RS, TO, MA, CE e MS. Em outros 7 pólos (PA,DF,SC,CE,AM,SP,BA) foram realizados eventos de capacitação para inserção do pescado no mercado institucional.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

19/12/2014

• Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis de R\$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria**Análise Situacional da Meta**

O processo de contratação da entidade responsável pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no Território da Cidadania Transamazônica (PA) foi concluído em julho/2014. Em agosto realizou-se a capacitação dos técnicos da entidade contratada. As atividades deste contrato (que prevê o atendimento de 1.000 famílias) tiveram início em outubro de 2014. O contrato com a Bahia Pesca (para atendimento de 2.500 famílias de pescadores artesanais em extrema pobreza no Território Sertão do São Francisco) segue em execução, sendo que a meta relativa ao mesmo já foi contabilizada.

Quantidade alcançada

3.500

Data de Referência

31/12/2014

• Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura**Análise Situacional da Meta**



A quantidade de trabalhadores da cadeia produtiva da pesca e aquicultura capacitados no ano de 2014 inclui os beneficiados por meio de convênios e por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC Pesca e Aquicultura.

Quantidade alcançada

28.923

Data de Referência

31/12/2014

• Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado**Análise Situacional da Meta**

Até o final de junho de 2014 as ações do convênio com o Sesi/GO para a capacitação de merendeiras para o desenvolvimento de receitas regionais à base de pescado, contemplando 07 unidades federativas (AM, PA, BA, CE, DF, SP e SC), teve as suas ações de planejamento concluídas em 2014. As capacitações deverão iniciar no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Capacitar 5.000 pescadores artesanais em informática básica**Análise Situacional da Meta**

O MPA lançou edital de chamamento público para a formalização de convênio para a realização de capacitação de pescadores e aquicultores em informática básica, contudo, a única proponente não conseguiu habilitar-se. O MPA viabilizará parcerias com a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade Federal do Pará, que possuem grande capilaridade e expertise na modalidade educação à distância, voltada para telecentros, pois ambas são polos de formação do Programa Telecentros BR. A previsão de conclusão do acordo é para o primeiro semestre de 2015, com a oferta dos cursos de capacitação em informática básica nos Telecentros Pesca Maré ainda no ano de 2015 para cerca de 1000 alunos. A intenção é elaborar turmas piloto por região (considerando as peculiaridades de cada região).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios**Análise Situacional da Meta**

Para demarcação de parques aquícolas, são selecionadas áreas definidas a partir de uma análise integrada que considera diversos critérios, a saber: a avaliação das comunidades locais lindeiras, as condições locais meteorológicas e hidrográficas, a batimetria da área, o índice trófico e os parâmetros químicos da água e, ainda, as condições de acesso e a disponibilidade de área em terra para instalação de infraestrutura de apoio. Foram demarcados 210 parques aquícolas em 44 reservatórios. Não foram demarcados parques em 2014. Nos anos de 2012 e 2013 o MPA trabalhou para demarcar os reservatórios que foram definidos como prioritários na elaboração do PPA 2012-2015, como a meta foi cumprida até o final do ano de 2013, em 2014 os esforços foram concentrados nas fases subsequentes do programa de implantação de parques aquícolas, como a legalização e a licitação das áreas. Para 2015 o objetivo é continuar implantando os parques aquícolas, principalmente licitando as áreas regularizadas no ano de 2014 e que não puderam ser licitadas em cumprimento da lei eleitoral.

Quantidade alcançada

44

**Data de Referência**

12/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	6	19/12/2014
Região Nordeste	6	unidade	8	19/12/2014
Região Norte	6	unidade	3	19/12/2014
Região Sudeste	13	unidade	17	19/12/2014
Região Sul	10	unidade	10	19/12/2014

- Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, foram demarcados parques aquícolas marinhos em 6 estados litorâneos (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná), configurando um total de 60 parques nestes estados. Na região Norte foram demarcados 16 parques no estado do Pará, enquanto que na região Nordeste foram demarcados 34 parques (4 parques no Maranhão, 12 no Ceará, 10 parques no Rio Grande do Norte e 8 em Sergipe). Na região Sul, demarcaram-se 10 parques aquícolas marinhos no Paraná, sendo que 2 estão regularizados e 8 em fase final de regularização, aguardando o licenciamento ambiental. No Espírito Santo, estão sendo realizados estudos por meio de convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), com vistas à demarcação de parques aquícolas. Não foram demarcados parques em 2014. Para o ano de 2015 estão regularizados e disponíveis para processo seletivo público 20 parques aquícolas marinhos, sendo 3 no Pará, 4 no Maranhão, 8 em Sergipe, 3 no Paraná e 2 em Santa Catarina.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	4	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	19/12/2014
Região Sul	2	unidade	1	27/12/2013

- Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) – Plano Safra da Pesca e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Consórcio, destaca-se que foram retomadas as tratativas junto à Embrapa para consolidação e operacionalização do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia em Pesca e Aquicultura (CBPA). Está em negociação o apoio a um projeto estruturante, com foco no desenvolvimento de pacotes tecnológicos de espécies aquícolas, o qual, possivelmente, dará início às atividades do referido Consórcio. O apoio a projetos poderá se dar, também, por meio de editais e/ou encomendas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- Financiar 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza (pesca artesanal)**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Revitaliza, com o objetivo de atender aos pequenos produtores e pescadores artesanais tanto para aquisição de novas embarcações quanto para a reforma de barcos, foram emitidas, em 2012/2013, 2.186 anuências para o financiamento de projetos de embarcações artesanais pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar



(PRONAF). Em 2014 foram emitidas 1.293 anuências, totalizando 3.749 até o momento desde o início do PPA 2012-2015. De posse da anuência, o interessado se dirigirá aos agentes financeiros e solicitará o crédito, cabendo a estes a análise financeira para sua aprovação. Até o momento não é possível aferir a quantidade de anuências que realmente obtiveram financiamento.

O MPA está promovendo a sensibilização junto às instituições financeiras para que alterem seus sistemas de modo a poderem informar o número de financiamentos concedidos no âmbito do revitaliza e para que divulguem junto ao público alvo esta linha de crédito.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais**

Análise Situacional da Meta

Foi viabilizado o apoio ao projeto: "Construção de barco de pesca com sistema de propulsão Híbrida com uso de fonte de energia renovável" com a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Ao final de 2014 foi formalizado o Termo de Execução Descentralizada em apoio ao projeto: "Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) - 2ª Etapa: Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) no "Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (Cenimp)".

Para 2015 está previsto o lançamento de um edital de Chamada Pública Conjunta MPA/CNPq, visando a seleção de propostas para a criação e/ou estruturação de redes de pesquisa e tecnologia em pesca e aquicultura. Prevê-se, também, o apoio ao projeto para a realização de ações de pesquisa e desenvolvimento de boas práticas para o transporte e processamento do caranguejo-uçá.

Adicionalmente, estão sendo realizadas tratativas junto à Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC) e CNPq, a fim de formalizar no primeiro semestre de 2015, parceria para apoio ao projeto de pesquisa com utilização das vísceras do pescado, para produção de biodiesel, em atenção a uma das ações previstas no âmbito do Memorando de Entendimentos com a Petrobrás Biocombustíveis.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

31/12/2014

- **Financiar 20 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira**

Análise Situacional da Meta

O Programa Profrota Pesqueira necessita de ajuste na sua legislação para a continuidade das atividades. Nesse sentido, uma minuta de Decreto foi elaborado pelo MPA, com as considerações do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração. Posteriormente, serão realizadas articulações com os demais membros do Grupo Gestor do Profrota Pesqueira e posterior envio a Casa Civil para homologação. Além da Edição do Decreto, será necessário revisar a "Portaria Conjunta" nº 01/2006 do MF e MPA; e regulamentar o Programa, principalmente, no que se refere aos critérios para concessão do financiamento. Assim, o financiamento das embarcações propriamente dito deverá ocorrer ao longo do próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

**Análise Situacional da Meta**

Foram implantados pela Codevasf o Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba (CERAQUA-PHB) da Bacia do Rio Parnaíba no Piauí e o Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias (MG).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	12/02/2015

- **Implantar 05 Estações de Piscicultura**

Análise Situacional da Meta

Duas estações de piscicultura serão implantadas pela Codevasf e as outras três deverão ser implantadas pelo Dnocs.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 50 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

A implantação de polos de ensino a distância foi substituída por uma parceria entre o MPA e o Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Assim, os pescadores e aquicultores que seriam atendidos pelos polos de ensino a distância com cursos de capacitação profissional e de formação técnica serão atendidos pelo Pronatec.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e manter 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Esta é uma ação contínua da Codevasf, que mantém unidades demonstrativas nos Estados da Bahia, Piauí, Pernambuco, e Alagoas, e em Minas Gerais. Os recursos desta ação são destinados a atividades de manutenção e operação de unidades de capacitação em piscicultura em tanques-rede e viveiros escavados e de capacitação de pequenos produtores. A implementação de unidades demonstrativas e produtivas de criação de peixes é uma ação extremamente importante para o desenvolvimento da aquicultura brasileira, pois promove a capacitação de pequenos produtores, proporcionando uma alternativa de fonte de renda a essas pessoas.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	30	unidade	30	12/02/2015
Região Sudeste	1	unidade	1	12/02/2015

- **Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados 107 parques aquícolas em 10 reservatórios: Região Centro-Oeste: Cana Brava (GO), Manso (MT),



Serra da Mesa (GO) e Ilha solteira (MS); Região Nordeste: Castanhão (CE); Região Norte: Lajeado (TO) e Tucuruí (PA); Região Sudeste: Três Marias (MG) e Furnas (MG). Região Sul: Itaipu (PR). Não foram implantados parques aquícolas em 2014 porque não há possibilidade legal de ceder bens da União em ano eleitoral.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	19/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	1	19/12/2014
Região Norte	2	unidade	2	19/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	2	19/12/2014
Região Sul	8	unidade	1	19/12/2014

• **Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo implantados parques aquícolas marinhos em 7 estados litorâneos.

Em Santa Catarina foram implantados 25 parques aquícolas marinhos e ainda serão implantados outros 5 parques aquícolas que aguardam a anuência da SPU para entrega das áreas e posterior implantação.

No Paraná existem 2 parques já implantados e regularizados aguardando processo seletivo público e 8 parques em fase final de regularização junto ao órgão estadual de meio ambiente.

Nas regiões Norte e Nordeste serão implantados 50 parques aquícolas (16 no Pará, 4 no Maranhão, 12 no Ceará, 10 no Rio Grande do Norte e 8 no Sergipe).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	0	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	19/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	0	19/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	19/12/2014

• **Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atradoras)**

Análise Situacional da Meta

Desde o início do PPA já foram instalados 120 dispositivos de agregação de peixes no estado do Ceará, nas cidades de Itarema e Icapuí. Foi celebrado termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Ceará

(UFC) para a realização de um estudo prévio para instalação de mais 20 boias atradoras na costa do Estado. A UFC está em fase de elaboração do relatório final do projeto.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2014

• **Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

A Codevasf opera e mantém 2 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura no Estado de Minas Gerais,



nos municípios de Três Marias e Nova Porteirinha e 5 Centros Integrados na Região Nordeste: Guanambi/BA, Xique-Xique/Ba, Petrolina/PE, Neópolis/SE e Porto Real do Colégio/AL, além de 1 Centro de Referência em Aquicultura e Pesca – Ceraqua em Parnaíba/PI.

No momento estão sendo priorizados a manutenção e operação dos Centros Integrados, sendo que a modernização deverá ser realizada ao longo do próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	1	12/02/2015
Região Sudeste	2	unidade	2	12/02/2015

• **Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura"**

Análise Situacional da Meta

Estão em operação na região Sudeste 2 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura: o de Três Marias/MG e o de Nova Porteirinha/MG. Na região nordeste, estão em operação 5 Centros, nos municípios de Guanambi e Xique-Xique/BA, Petrolina/PE, Neópolis/SE, Porto Real do Colégio/AL e o Centro de Referência do Vale do Parnaíba (CERAQUA-PHB) no município do Parnaíba/PI.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	19	unidade	5	12/02/2015
Região Sudeste	2	unidade	2	12/02/2015

• **Promover 3 estudos e prospecção de mercado para o levantamento de informações técnicas, econômicas e mercadológicas sobre a cadeia produtiva de pescado**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado um estudo sobre o mercado institucional da Alimentação Escolar, denominado "Mapeamento Nacional sobre a Inserção de Pescado na Alimentação Escolar", com a disponibilização do questionário em formato eletrônico, para o preenchimento de todas as Secretarias de Educação, obtendo um total de 1.884 respostas, sendo: 1.831 municipais, 51 Estaduais e 2 Federais. Esse Mapeamento foi o alicerce para muitas das ações que se seguiram para a inserção do pescado na Alimentação Escolar, visto que, a partir dele foi possível traçar estratégias que facilitassem a inclusão do pescado nas escolas públicas brasileiras. Além disso, foi realizado um estudo de mercado em áreas com potencial para expansão de comercialização do pescado produzido pela pesca e aquicultura, visando o levantamento de informações socioeconômicas das principais cidades da fronteira agrícola.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• **Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014 foram qualificados 478 técnicos em extensão pesqueira e aquícola por meio de convênios e termos de cooperação com empresas estaduais de extensão rural e com a Embrapa Pesca e Aquicultura. Em 2014 foi, ainda celebrado um convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEDRAF/MT), o qual tem como uma de suas metas a capacitação de profissionais da extensão rural pública, que deve



ser iniciada em 2015.

Quantidade alcançada

478

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 750 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Foi solicitada a exclusão desta meta, tendo em vista que a mesma não será implementada no atual PPA, tendo em vista a priorização de outras atividades.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado termo de cooperação com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para construção de uma embarcação de pesquisa para a região Norte, cuja entrega está prevista para junho de 2015.

Foi firmado termo de cooperação com a Universidade Federal do Ceará para a construção de uma embarcação de pesquisa, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2015, a embarcação denominada "Argo Equatorial" já se encontra com 95% concluída.

Foi firmado, ainda, termo de descentralização de recursos do MPA com a UFRA para construção de 4 (quatro) protótipos de embarcações de pesca artesanal, com previsão de entrega para junho de 2015.

Em 2014 foi firmado projeto com o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC para construção de uma embarcação do tipo catamarã no projeto denominado Barco Escola que servirá no apoio as aulas práticas para os pescadores formados pelo Instituto.

Em 2014 foram firmados Termos de Execução Descentralizada com a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e com a Universidade Federal do Pará para projetos demonstrativos para criação de dispositivos de exclusão de arrasto - DEFA para as frotas de camarões no nordeste/norte brasileiros. Estes projetos compõem a contrapartida à FAO para o financiamento de projetos de apoio a pesca artesanal no Brasil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora**

Análise Situacional da Meta

A formalização de três instrumentos de repasses voluntários aos estados de Alagoas, Pará e Santa Catarina para a realização dos estudos sobre o impacto socioeconômico da pesca amadora está prevista para 2015. Está em análise a possibilidade de contratar produtos específicos, via cooperação internacional, para elaboração de diagnósticos em diversas localidades, apontando assim, gargalos, e demais empecilhos para o desenvolvimento da atividade de pesca amadora nas diversas regiões do país.

Quantidade alcançada

0

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros**

Análise Situacional da Meta

Os estudos para o zoneamento e ordenamento da atividade aquícola previsto para 14 estados costeiros foram realizados no Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná, por meio dos estudos para demarcação dos parques aquícolas marinhos. Ainda, por meio do convênio nº 014/2012, estão sendo realizados estudos para demarcação de parques aquícolas marinhos no litoral do Espírito Santo, com previsão de término em junho de 2015. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, os estudos não foram finalizados devido a problemas técnicos e administrativos com as empresas contratadas e conveniadas. Foi realizada a Concorrência para a contratação de estudos complementares na qual houve vencedor que deverá ser contratado no início de 2015. No mesmo sentido, em Alagoas há uma proposta de convênio em fase final de aprovação para demarcação dos parques a ser concluída até o final de 2015. Em Pernambuco e na Paraíba foi contratado um consultor pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) para prospectar o potencial aquícola destes Estados, por meio de um levantamento prévio. Para Piauí, Amapá e Rio Grande do Sul, será lançado outro Termo de Referência visando à prospecção de parques aquícolas marinhos. Em 2014 foram contratados três consultores da FAO para prospecção de parques nos estados do PE, PB, PI, AP e RS.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	4	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	0	19/12/2014
Região Sul	1	unidade	1	19/12/2014

- **Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados estudos e zoneamentos em 36 reservatórios. No primeiro semestre de 2014 foram realizados estudos e zoneamentos em mais 3 reservatórios, totalizando 39 reservatórios. No segundo semestre de 2014 foram realizados estudos e zoneamentos em mais 5 reservatórios, totalizando 44 reservatórios.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	7	19/12/2014
Região Nordeste	8	unidade	8	19/12/2014
Região Norte	6	unidade	7	19/12/2014
Região Sudeste	12	unidade	10	19/12/2014
Região Sul	10	unidade	12	19/12/2014

- **Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens**

Análise Situacional da Meta

Foi reestruturada uma unidade em Santarém/PA. Existe previsão de conclusão de mais 3 unidades até o final do ano de 2015: Curaçá/PA Terra Alta/PA e Uruará/PA.

Quantidade alcançada



1

Data de Referência

31/12/2014

• **Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios****Análise Situacional da Meta**

A regularização dos parques aquícolas (licenciamento ambiental) é uma das etapas mais complexas para consecução da política de desenvolvimento da aquicultura. Porém, após articulação com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), foram regularizados parques aquícolas em 10 reservatórios. Outra ação que está beneficiando positivamente esta meta é a articulação junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, no intuito destes aderirem à Resolução CONAMA 459/2013 (licenciamento único simplificado para parques aquícolas). Alguns estados possuem legislação própria, no entanto, as mesmas atendem à Resolução Conama nº 459/2013. São eles: Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba, Pará, Goiás e Acre. Até o momento foram regularizados parques aquícolas em 14 reservatórios, sendo 1 no Centro-Oeste, 3 no Nordeste, 3 no sudeste e 7 no Sul

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	19/12/2014
Região Nordeste	5	unidade	3	19/12/2014
Região Norte	3	unidade	0	19/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	3	19/12/2014
Região Sul	10	unidade	7	19/12/2014

• **Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros****Análise Situacional da Meta**

Os parques aquícolas marinhos nos estados do Pará, Ceará e Rio Grande do Norte estão em fase final de regularização junto às Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, para anuência quanto ao tráfego aquaviário e segurança da navegação; junto à SPU, para emissão dos termos de entrega para cessão de uso dos parques; e aos OEMAs, para o licenciamento ambiental. Têm sido regularizados parques aquícolas marinhos em Santa Catarina, os quais já se encontram em fase de licitação/concorrência pública. Nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pará, os parques encontram-se em fase de regularização. Em 2014 foram regularizados 25 parques em cinco estados, são eles: 8 parques em Sergipe, 5 parques no Paraná, 5 parques em Santa Catarina, 4 parques no Maranhão e 3 parques no Pará.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	2	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	19/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	19/12/2014

• **Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura****Análise Situacional da Meta**

Em 2014 iniciou-se a execução de 3 projetos (SE, BA e SC), todos fruto de termo de cooperação entre Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e MPA. Além disso, foi assinado Termo de Cooperação entre o MPA e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para apoio ao associativismo e cooperativismo pesqueiro e aquícola,



do qual resultou o lançamento de chamamento público no qual foram selecionadas 6 entidades, as quais estão em fase de celebração de convênio. O início das atividades desses projetos deverá ocorrer no primeiro semestre de 2015. O valor lançado como quantidade alcançada em número de 13, corresponde ao valor acumulado até 2014. Em 2014 temos: SC, PA, MG, AC, DF, ES. E anteriormente em 2013: SC, BA, e SE e por fim em 2012 temos: Cooperativismo RS, ES, PA, e MS.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesca para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

A implementação de infraestruturas das cadeias produtivas da aquicultura e da pesca tem sido tratada pelo MPA levando-se em conta a estruturação das atividades em todas as regiões, em especial naquelas com maior carência de estruturas e maior potencial produtivo.

As ações de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar no Brasil visam criar alternativas de renda para produtores rurais familiares, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, pescadores artesanais, indígenas, dentre outros. O MPA, por meio da celebração de convênios, contratos, descentralizações e outros instrumentos, apoia estados e municípios na implementação de unidades de produção aquícola e de infraestruturas de apoio, como a construção de viveiros escavados, sendo que até 2014 foram atendidas 21.153 famílias com essa ação.

Seis terminais pesqueiros públicos estão sendo adequados a fim de obedecerem aos critérios de segurança de navegação, além de exigências do Sistema de Inspeção Federal (SIF) e Regularização Ambiental e nove terminais estão sendo implantados. Para os terminais entregues em condições de operar, o MPA está promovendo a nomeação dos membros dos Conselhos de Terminais Pesqueiros (CTP). Já foram implantados os CTPs de Manaus/AM, Camocim/CE, Cabedelo/PB e Vitória/ES.

Para organizar e incentivar a cadeia produtiva de peixes ornamentais, o MPA criou o Grupo Técnico de Trabalho GTT-Ornamentais. Esse Grupo elabora diagnósticos para apontar em quais localidades serão construídas as embarcações para apoio à atividade. A implantação ou adequação de unidades de estocagem de peixes ornamentais será objeto de chamamento público para contratação de entidades privadas da região Norte, sabidamente a maior produtora de organismos ornamentais.

O MPA apoia projetos de estruturação da cadeia produtiva pós-pesca/despesca, que inclui as fases de beneficiamento e comercialização, investindo em mercados públicos, caminhões-feira, unidades de beneficiamento e pontos de comercialização fixos. Estas iniciativas são realizadas com a colaboração de parceiros (entidades não governamentais, secretarias estaduais e prefeituras) por meio de chamamentos públicos e da publicação de editais de compra de equipamentos.

Os Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) visam diminuir os gargalos na produção e distribuição de pescado da pesca artesanal. O Programa encontra-se em fase de reformulação, tendo em vista as necessidades de adequação de empreendimentos antigos e do desenvolvimento de novas ações de acordo com as diretrizes da política para a pesca artesanal.

Metas 2012-2015



• **Adequar 6 terminais pesqueiros públicos**

Análise Situacional da Meta

São os seguintes os TPPs planejados para serem adequados até o final de 2015: Jacundá, Niterói, Aracajú, Cananéia, Angra dos Reis e Vitória.

TPP de Jacundá (PA): Foi elaborado o projeto básico para as obras de complementação e adequações ao SIF. Em razão de inconsistências no Termo Cessão de Uso do Terreno não foi possível realizar o processo licitatório para elaboração do Projeto Executivo. A expectativa de conclusão do Projeto Executivo e das obras previstas é para o final de 2016.

TPP de Niterói (RJ): Foi celebrado um termo de cooperação com a Diretoria de Obras Cíveis do Comando da Marinha para elaboração do projeto executivo de dragagem, o que depende de licença ambiental prévia pelo órgão estadual de meio ambiente. A expectativa é que a licença ambiental seja expedida até abril de 2015 e que o projeto executivo seja concluído até julho de 2015 e a respectiva licitação para os serviços de dragagem ocorra ainda em 2015. A dragagem propriamente dita tem previsão de ser realizada em 2016 e possibilitará, ao seu término, o acesso dos pescadores da região ao equipamento pesqueiro.

TPP Aracajú (SE): Após o frustração da primeira licitação realizada, em virtude de as empresas participantes não possuírem mais interesse em assinar o contrato, está em curso novo processo licitatório pela Conveniente para execução das obras.

TPP Angra dos Reis (RJ): Foi rescindido o contrato com a construtora responsável pela execução das obras civis da primeira etapa de implantação do terminal em virtude de ter sido condenada a estrutura recém-edificada do cais. A perspectiva de retomada da execução do empreendimento depende da apresentação de nova proposta de trabalho pela Prefeitura de Angra dos Reis.

TPP Cananéia (SP): Foi rescindido o contrato de arrendamento oneroso com a antiga administradora do terminal. A continuidade da adequação do terminal deverá ocorrer após a conclusão do distrato, a partir de 2015.

TPP Vitória (ES): o terreno encontra-se em processo judicial de reintegração de posse, porém ainda não há uma decisão definitiva.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 Foram adquiridos uma Fábrica de Gelo para Santa Fé do Sul (SP) e caminhões frigoríficos para Icaraíma (PR), São Sebastião (SP) e Paulicéia (SP). Territórios atendidos desde 2012: Santa Fé do Sul/SP, Icaraíma/PR, São Sebastião/SP, Paulicéia/SP, Marcelino Ramos/RS e Alto Alegre dos Pareci/RO.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	20	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	36	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	1	31/12/2014

• **Disponibilizar 3 embarcações para transporte de peixes ornamentais**

**Análise Situacional da Meta**

Estão em fase de elaboração, com universidades da região Norte, projetos de protótipos de embarcações para atividades referentes à cadeia produtiva dos organismos aquáticos com fins ornamentais e de aquariofilia. A finalização está prevista para o final de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR****Análise Situacional da Meta**

Existe a necessidade de avaliar tecnicamente a continuidade desta política. Após esta avaliação, será necessário adequar os empreendimentos antigos e estabelecer procedimentos (atos normativos) para a implantação dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), o que deverá ocorrer em 2015 e durante o próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 150 cozinhas comunitárias****Análise Situacional da Meta**

Em 2014, foi lançado edital contemplando uma proposta para entrega de uma cozinha na região Sul do Brasil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 150 pontos comerciais fixos****Análise Situacional da Meta**

Em 2015, será verificada a disponibilidade orçamentária para o lançamento de uma chamada pública para distribuição de 50 pontos comerciais fixos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos****Análise Situacional da Meta**

O Conselho Terminal Pesqueiro de Manaus foi implantado em 2013. Pretende-se efetuar a implantação de 14 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos em 2015. O principal desafio está no elevado número de órgãos e entidades previstos no Decreto nº 5321/2004 para compor os Conselhos, além da necessidade de que indiquem os seus representantes. Em 2014 foram constituídos os CTP(s) de Camocim/CE, Cabedelo/PB e Vitória/ES. O Decreto 5.231/2004 está sendo revisto, bem como a composição dos CTPs.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	4	unidade	1	31/12/2014



Região Sudeste	4	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

• Implantar 9 terminais pesqueiros públicos

Análise Situacional da Meta

Os TPP planejados para serem implantados até o final de 2015 são os de Niterói, Belém, Salvador, Ilhéus, Manaus, Cabedelo e Camocim. Foram entregues os TPPs de Manaus/AM, Salvador/BA e Ilhéus/BA.

TPP de Niterói encontra-se em fase de testes de seu sistema de refrigeração e ações administrativas necessárias;

TPP de Belém encontra-se com finalização prevista para fevereiro de 2015. Em 2014 foi elaborada um TR para contratação do Projeto Executivo do Cais, e em 2015 será realizada a licitação do projeto executivo do cais e posteriormente contratado o seu aparelhamento.

TPP de Salvador (BA) e Ilhéus (BA): Estes dois terminais foram entregues sendo que as obras civis e o aparelhamento foram concluídas. Será consolidada a forma de Gestão em 2015;

TPP de Manaus (AM): O TPP de Manaus foi entregue com serviços de vigilância e administração direta, mas ainda necessita de aparelhamento e adequações às Normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em 2014 foi elaborado TR para contratação de um Projeto Executivo para a realização das obras de adequação ao SIF;

TPP Cabedelo (PB): Foi celebrado um acordo de cooperação com o Comando do Exército para a reforma do terminal, que já dispõe de serviço de vigilância. O prazo para conclusão do terminal é março de 2015;

TPP Camocim (CE): Terminal em funcionamento, com serviço de mão de obra e vigilância contratado pelo MPA, necessitando de obras e serviços de engenharia, adequação ao SIF e recuperação do cais. O projeto executivo para essas obras foi elaborado e está em fase de ajustes de modo a balizar a licitação para essas obras em 2015.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	5	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	3	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2014

• Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização

Análise Situacional da Meta

Foram construídas as infraestruturas das Unidades de Comercialização de Pescado de Caponga, em Cascavel/CE, e da Ceasa de Brasília/DF, além de implantadas as Unidades Móveis de Comercialização pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas em Manaus/AM. Já existem convênios formalizados visando à implantação dos Mercados Públicos em Alenquer/PA, Cascavel/CE, Itajaí/SC, Jaguaruana/CE e Imperatriz/MA. Além disso, existem propostas em análise para execução em Soure/PA, Bragança/PA, João Pessoa/PB, Vigia de Nazaré/PA, Itaituba/PA, Bom Jesus da Lapa/BA, Governador Luiz Rocha/MA, com expectativa de conclusão das obras até o final de 2015.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar e adequar 15 unidades de recepção de pescado

Análise Situacional da Meta

Está sendo implantada uma unidade na cidade do Rio de Janeiro. Foram implantados os atracadouros para atendimento às comunidades pesqueiras da Ilha do Governador instaladas nas praias de Tubiacanga e da Ribeira. Foi finalizada a



elaboração do Projeto Executivo, tendo em vista que foi obtido o licenciamento ambiental e a comprovação de dominialidade da área. A expectativa é de que a licitação das obras e construção do cais aconteça até o final de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar e adequar 4 unidades de estocagem de peixes ornamentais**

Análise Situacional da Meta

O Grupo Técnico de Trabalho de Organismos Ornamentais (GTT Ornamentais) definiu que as ações devem ser focalizadas nos municípios de Barcelos/AM, Altamira/PA, São Félix do Xingu/PA e Santa Isabel do Rio Negro/AM. Está em execução convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Barcelos para o fomento e desenvolvimento da pesca ornamental naquele município.

Em 2014 foi formalizado Termo de Descentralização de Recursos com a Universidade federal de Santa Catarina - UFSC para o desenvolvimento de Tecnologias para a Produção de Peixes Ornamentais Marinhos no Laboratório de Peixes ornamentais e Marinho (LAPOM) visando a construção de estruturas para a criação e reprodução de peixes ornamentais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar –Uadaf)**

Análise Situacional da Meta

Foi concluído o convênio para adequação da UBP de Cássia/MG. Encontram-se em execução, as UBP dos municípios de Iracema (RR), 06 UBP no estado do Ceará, Pinhalão (PR), Bananeiras(PB), Saubara (BA), Luis Eduardo Magalhães(BA), Anhembí (SP), Seberí(RS), Presidente Castelo Branco(SC), Abelardo Luz(SC), Dois Irmãos do Buriti (MS), Dourados (MS). Espera-se que estas 16 UBPs sejam concluídas ao longo de 2015 e do próximo PPA.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 30.000 famílias**

Análise Situacional da Meta

Um total de 21.153 famílias foram atendidas por meio da destinação de máquinas e convênios de aquicultura familiar em várias Unidades da Federação. Ainda em 2013, por meio da Portaria nº 77/2013, foi realizada a seleção de propostas para a ação de aquisição de patrulha mecanizada, composta de uma escavadeira hidráulica e um trator de esteiras, para o fomento à aquicultura familiar no Brasil. Foram firmados convênios de diversos projetos para construção de viveiros escavados por meio de aquisição de horas-máquina e aquisição de máquinas. Do total de famílias atendidas por esta meta, 13.311 foram atendidas em 2012 e 5.693 em 2013. Em 2014 foram atendidas mais 2.149 famílias, completando assim um total de 21.153 famílias contempladas pela meta. Para 2015 e para o próximo PPA pretende-se atender mais 14.000 famílias.

Quantidade alcançada

21.153

Data de Referência

31/12/2014

**• Manter 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR****Análise Situacional da Meta**

O projeto de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), foi concebido com o objetivo principal de integrar a cadeia produtiva da pesca nas comunidades escolhidas, por meio da interação dos diferentes elos da cadeia produtiva (beneficiamento, armazenamento e comercialização) e das diferentes formas de apoio às comunidades pesqueiras (inclusão digital, educação continuada, espaço para uso da comunidade). Mas o projeto não alcançou o objetivo pretendido devido a dificuldades de implantação das estruturas físicas e à falta de entidades aptas a gerir os empreendimentos. O MPA reavaliará tecnicamente a continuidade do Programa CIPAR.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) busca a promoção da inclusão social, do acesso à cidadania, da educação e da qualificação profissional para os trabalhadores da pesca e da aquicultura, por meio de ações de capacitação, inclusão digital e da regularização das áreas historicamente utilizadas pelas famílias para a atividade econômica.

Sabidamente o setor pesqueiro possui um grande contingente de pescadores e trabalhadores com baixo grau de escolaridade. O MPA está trabalhando para mapear a realidade em cada região para, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, oferecer cursos e realizar ações voltadas para atender este público.

A parceria entre o MPA e o MEC inclui ações de alfabetização, elevação do nível de escolaridade e capacitação profissional de pescadores e aquicultores. Dentre estas ações, destaca-se o Programa Pescando Letras, para alfabetização de pescadores profissionais e aquicultores familiares que não tiveram acesso à educação durante a idade escolar. O Programa utiliza uma metodologia própria, respeitando a cultura, a experiência e a realidade dos pescadores e aquicultores. As turmas são formadas levando em consideração a disponibilidade irregular de tempo desses trabalhadores e aproveitando os períodos de defeso/piracema. É executado por meio do Programa Brasil Alfabetizado, do MEC. Desde a sua criação, em 2003, o Pescando Letras atendeu 228.660 trabalhadores.

Outra parceria de destaque entre MPA e MEC, no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador do Pronatec, visa a qualificação e o acesso de pescadores e aquicultores à formação técnica e profissional. Cabe destacar que o MEC criou a modalidade Pronatec Pesca e Aquicultura, visando o público alvo do MPA, tendo atendido mais de 12.589 profissionais do setor pesqueiro e aquícola.

O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) instituiu o Grupo Técnico de Trabalho Formação e Capacitação do Pescador, com o objetivo de propor ações para padronizar a matriz curricular do Ensino Profissional Marítimo para o Pescador, bem como as demais ações necessárias para a regularização da profissão dos pescadores. O grupo técnico é composto por conselheiros representantes da sociedade civil, do segmento empresarial e de pescadores e por conselheiros representantes governamentais do MEC, da Marinha do Brasil e do MPA. O grupo vem trabalhando na formação e planejamento de um novo modelo de formação profissional do pescador, visando ampliar a rede de oferta dos cursos de habilitação, bem como atualizar e adequar os conteúdos e o fluxo de carreira às exigências internacionais sobre o tráfego e a segurança no mar, em função de acordos internacionais dos quais o país é signatário e devido ao aumento do tráfego de embarcações observado nos últimos anos.

Foram assinados acordos de cooperação técnica para capacitação de pescadores com o Instituto Federal de Educação,



Ciência e Tecnologia dos Estados do Ceará (IFCE); Paraíba (IFPB); Santa Catarina (IFSC), Rio Grande do Norte (IFRN), Tocantins (IFTO) e o Instituto Federal Fluminense (IFF). Através destes acordos foram ofertadas 30 vagas no curso de Pescador Profissional Nível 1 (POP N1) pelo IFCE; 63 vagas POP N1, 60 vagas POP N2, 30 vagas Pescador Especializado (PEP) pelo IFPB; 34 vagas POP N1e 80 vagas POP N2 pelo IFSC.

Outra importante ação foi a parceria entre o MPA e o Ministério das Comunicações para a implantação do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – TELECENTROS.BR. Esses espaços, destinados a pescadores e aquicultores, dispõem de equipamentos de informática, internet, bolsa de monitoria e curso de capacitação de monitores. Para atuarem nos telecentros no auxílio aos usuários, foram selecionados 37 monitores bolsistas, em edital de seleção pública.

Foi elaborada uma minuta da portaria interministerial para a transferência ao MPA de áreas sob domínio da União com fins de cessão para comunidades pesqueiras. Essa ação tem o objetivo de promover a continuidade da atividade da pesca tradicional e do uso pelas comunidades de terras tradicionalmente ocupadas pelas famílias para o armazenamento de petrechos e embarcações. A portaria se encontra na Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) para análise jurídica.

Metas 2012-2015

• Alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação

Análise Situacional da Meta

O programa “Pescando Letras” possibilitou a alfabetização de trabalhadores da pesca e pescadores artesanais por meio de parceria entre o MPA e o MEC. Considerando o biênio 2012-2013 foram 33.553 trabalhadores alfabetizados e em 2014 foram atendidos 14.146 pescadores, a maioria nos Estados do Norte e Nordeste do Brasil, onde se localizam os maiores percentuais de pescadores não alfabetizados, totalizando 47.699 trabalhadores atendidos desde o início do PPA. As turmas do programa “Pescando Letras” são formadas levando-se em consideração a disponibilidade irregular de tempo dos trabalhadores, aproveitando-se os períodos de defeso/piracema, por meio de uma metodologia diferenciada, atendendo a especificidades da atividade. Assim, a metodologia adotada pelo programa visa, além de respeitar a cultura, a experiência e a realidade dos pescadores artesanais, utilizar-se do período de defeso para intensificar as aulas. Desde sua criação no ano de 2003, o programa “Pescando Letras” atendeu 228.660 pescadores e aquicultores.

Entretanto cerca de 5,99% dos 938.478 pescadores artesanais inscritos no RGP ainda são analfabetos, o que representa mais de 56.000 pescadores. Os mesmos continuarão sendo sensibilizados por meio de busca ativa pelo MPA. Observa-se que a demanda tem sido maior nas regiões cujos índices de analfabetismo são maiores como o Nordeste e o Norte.

Quantidade alcançada

47.699

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	186	11/02/2015
Região Nordeste	32.000	unidade	36.438	11/02/2015
Região Norte	24.000	unidade	10.192	11/02/2015
Região Sudeste	8.000	unidade	380	11/02/2015
Região Sul	8.000	unidade	5,03	11/02/2015

• Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 300 matrículas em comunidades pesqueiras no Programa Mulheres Mil. A partir de setembro de 2013 este Programa passou a ser executado no âmbito do Pronatec, tendo como demandante o Ministério



do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o qual o MPA tem buscado definir uma estratégia para viabilizar o atendimento de mulheres pescadoras. Para o próximo PPA propõe-se a realização de chamadas de ATER para mulheres.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

12/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	200	unidade	0	12/02/2015
Região Nordeste	800	unidade	300	12/02/2015
Região Norte	600	unidade	0	12/02/2015
Região Sudeste	200	unidade	0	12/02/2015
Região Sul	200	unidade	0	12/02/2015

• **Criar 150 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré**

Análise Situacional da Meta

A implementação da meta requer articulação com o Ministério da Cultura (MinC) para sua realização, pois a implementação dos pontos de leitura nos telecentros ocorre por editais realizados pelo MinC para parcerias com entes da federação. O MPA desenvolve articulações junto às entidades do setor pesqueiro para que se inscrevam no processo seletivo do MinC. Em 2014 não foram realizadas chamadas públicas pelo Minc.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Elevar a escolaridade de 20.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade aos cursos “Técnico em Pesca” e “Técnico em Aquicultura”, fruto do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Os cursos foram realizados em 48 telecentros da Pesca Maré, que se transformaram em polos de apoio presencial de ensino a distância para receber as aulas transmitidas via satélite, diretamente do estúdio do IFPR, e possuem carga horária total de 2.400 horas.

Considerando o biênio 2012/2013, foram beneficiados 3.067 pescadores. Em 2014 foram matriculados 319 alunos nos cursos técnicos, sendo 284 no curso Técnico em Aquicultura e 35 no curso Técnico em Recursos Pesqueiros.

O MPA e o MEC estão elaborando o Plano Nacional de Educação para a Pesca e Aquicultura com metas e ações voltadas à educação dos pescadores e aquicultores, com previsão de publicação ainda em 2015.

Encontram-se matriculados mais 6.904 alunos nos cursos de pesca, aquicultura, recursos pesqueiros e construção naval dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Esses cursos são ofertados por meio da Política Nacional de Formação Humana na Área de Pesca e Aquicultura do MEC.

Quantidade alcançada

3.386

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar 187 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações**

Análise Situacional da Meta

O MPA faz parte do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades Telecentros - BR, promovido



pelo Ministério das Comunicações (MC). Por meio deste programa, os telecentros da Pesca Maré foram selecionados para receberem equipamentos de informática e/ou mobiliário, conexão com internet e bolsa de capacitação para monitores. Em 2012, foram instalados 18 Telecentros; em 2013 foram 35; e 2014 foram 19 totalizando 72. Também foram disponibilizados kits telecentros que possibilitarão a implantação de outros 78 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em 2015.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	3	12/02/2015
Região Nordeste	75	unidade	29	12/02/2015
Região Norte	55	unidade	13	12/02/2015
Região Sudeste	19	unidade	15	12/02/2015
Região Sul	19	unidade	12	12/02/2015

• Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada uma minuta da portaria interministerial para a transferência ao MPA de áreas sob domínio da União com fins de cessão para comunidades pesqueiras. Essa ação tem o objetivo de promover a continuidade da atividade da pesca tradicional e do uso pelas comunidades de terras tradicionalmente ocupadas pelas famílias para o armazenamento de petrechos e embarcações. A portaria se encontra na Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) para análise jurídica. Espera-se que até o final de 2015 a portaria seja publicada.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, define como conjunta entre o MPA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a competência pelo ordenamento da pesca. Para a operacionalização da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, foram publicados o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, e a Portaria Interministerial nº 2, de 13 de novembro de 2009, determinando as competências, estabelecendo os colegiados e suas formas de atuação. Em seguida, os Ministérios levantaram quais as principais pescarias brasileiras a serem regularizadas, em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, considerando aspectos como as principais bacias e o enfoque ambiental, social e econômico das pescarias. O ordenamento pesqueiro, em especial, é instrumento para garantir a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

O Sistema de Gestão Compartilhada (SGC) é responsável pela operacionalização da atuação conjunta do MPA e do MMA, nos aspectos relacionados à definição de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. O SGC é coordenado pela Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (CTGP), órgão consultivo e implementador das atividades do Sistema. Dentro desse cenário, o MPA, em conjunto com o MMA, tem implantado e operacionalizado os Comitês Permanentes de Gestão – CPG.

Atualmente encontram-se em pleno funcionamento dois Comitês: CPG atuns e afins e CPG lagosta. Em 2013, foram



criados seis novos comitês: CPG Camarões; CPG Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; CPG Demersais Sul/Sudeste; CPG Demersais Norte/Nordeste; CPG Pelágicos Sul/Sudeste; e CPG Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco. Dentre as atribuições conferidas aos CPGs, está a contribuição para a elaboração e publicação dos planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. O funcionamento dos comitês instituídos permitirá a elaboração de novos planos para as pescarias assistidas por eles e contribuirá para o alcance do objetivo de implantação de sistemas de informação para a coleta e gestão de dados dos programas de monitoramento e controle.

O Grupo Técnico de Trabalho instituído dentro do Sistema de Gestão Compartilhado para discutir a pesca da tainha (GTT Tainha) finalizou suas atividades, encaminhando a proposta do Plano de Gestão da Tainha no Sudeste/Sul do Brasil.

Foi finalizado o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Mapas de Bordo (SisBORDO), do Sistema Informatizado do Regime Nacional de Certificação de Capturas (SisRCC) e o sistema da Pesca Amadora, os quais permitirão maior celeridade e segurança na recepção, análise e entrega de documentos ao cidadão. Os mesmos deverão entrar em funcionamento no início de 2015.

Como resultado do processo de recadastramento no Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP do Pescador Profissional iniciado em fevereiro de 2013 e concluído em janeiro de 2014, foram publicadas 30 portarias de suspensão e cancelamento de pescadores que deixaram de realizar a solicitação de atualização e substituição das licenças de Pescadores Profissionais, totalizando 78 mil pescadores com os registros suspensos e 252 mil cancelados.

Com o objetivo de melhorar o controle e aprimorar a operacionalização do Registro Geral da Atividade Pesqueira, foi instituído, por meio da Instrução Normativa MPA nº 15/2014, o Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na categoria Pescador Profissional Artesanal, que possibilita uma avaliação sobre o desempenho do pescador, as espécies por ele capturadas, bem como o quantitativo, comercialização e destino da produção. Além disso, permite um maior controle do ingresso de pessoas na categoria de Pescador Profissional.

Em 2014 foram inscritos 20.380 aquicultores no RGP, representando um acréscimo total neste período de 31% em relação ao ano de 2013. Foram ainda, no âmbito do RGP, licenciadas cerca de 59.000 embarcações nas modalidades de linha, emalhe, arrasto e cerco. Na categoria de Pesca Amadora, foram emitidas 126 licenças para torneio e cadastrados 230.677 mil pescadores amadores.

Metas 2012-2015

• Desenvolver 2 sistemas de informação para a coleta e a gestão dos dados dos programas de monitoramento e controle

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de aprimorar a eficiência do MPA no que tange ao recebimento e controle dos Mapas de Bordo (SisBORDO), foi desenvolvido um sistema que possibilita às embarcações o preenchimento e entrega online dos Mapas de Bordo, bem como permita ao MPA tratar e sistematizar os dados e informações de forma mais ágil e precisa. A implantação de tal sistema foi finalizada ao final de 2014 e com previsão de entrar em operação no início de 2015. Os dados gerados pelos formulários são fundamentais para subsidiar ações afetas ao monitoramento e ao ordenamento da atividade pesqueira, sendo também importantes para a realização de pesquisas na área.

O Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC) determina que a exportação à União Europeia de produto oriundo de pesca extrativa marinha deve ser acompanhada de um certificado de captura validado pelo MPA, o qual garante que o produto não foi obtido mediante pesca ilegal, não declarada ou não regulamentada. Foi desenvolvido em 2014 um sistema informatizado do RCC (SisRCC), que entrará em funcionamento no início de 2015 que agilizará as análises e validações dos certificados de captura.

Foi desenvolvido também um sistema que auxiliará e dará agilidade ao processamento das informações oriundas do registro das atividades de pesca amadora, incluindo os pescadores, as competições e torneios e entidades organizadoras desses eventos.

**Quantidade alcançada**

3

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão**Análise Situacional da Meta**

Atualmente se encontram em pleno funcionamento 2 Comitês: CPG atuns e afins e CPG lagosta. Além disso, foram criados mais 6 CPG: CPG Camarões; CPG Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; CPG Demersais Sul/Sudeste; CPG Demersais Norte /Nordeste; CPG Pelágicos Sul /Sudeste e CPG Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco. A Instrução Normativa Interministerial (INI) MPA/MMA No 1, de 26 de março de 2015 revogou a disposição da INI nº 10/2011 que restringia a participação nos CPGs a entidades com assento no Conape, o que dificultava participação de entidades ambientalistas. Essa alteração possibilitará a instalação dos 6 CPGs já criados.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros**Análise Situacional da Meta**

O Grupo Técnico de Trabalho instituído dentro do Sistema de Gestão Compartilhado para discutir a pesca da tainha (GTT Tainha) finalizou suas atividades encaminhando a proposta do Plano de Gestão da Tainha no Sudeste/Sul do Brasil. Os Comitês Permanentes de Gestão (CPG) estão em fase de criação. Ao longo do próximo PPA deverão ser implantados 9 CPGs e elaborados 20 planos de gestão dos recursos pesqueiros.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES

ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS



PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.988.420	6.636.401	5.876.575
Despesas Correntes	1.005.935	993.746	821.754
Despesas de Capital	4.982.485	5.642.655	5.054.821
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	2.946.172	2.441.382	2.112.182
Totais	8.934.592	9.077.784	7.988.757

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03HP - Fabricação de dispositivos eletrônicos e semicondutores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6432	78.430.756	78.430.756	74.321.542	51.188.657	51.188.297
Total	78.430.756	78.430.756	74.321.542	51.188.657	51.188.297

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03GU - Implantação de Sistema de Monitoramento da Política Industrial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211W	9.320.000	9.320.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000
Total	9.320.000	9.320.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000

• 03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2692	191.584	191.584	97.992	94.992	94.992
Total	191.584	191.584	97.992	94.992	94.992

• 04F6 - Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e das Cadeias Produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210E	8.713.000	8.713.000	4.081.416	3.054.297	3.054.297
Total	8.713.000	8.713.000	4.081.416	3.054.297	3.054.297

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03HB - Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades e potencialidades das empresas, setores e cadeias produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210D	2.550.000	2.550.000	2.550.000	1.295.343	1.295.343
Total	2.550.000	2.550.000	2.550.000	1.295.343	1.295.343

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03HM - Programas especiais de qualificação profissionalizante para atender as demandas específicas de setores e cadeias produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QR	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	3.000.000	3.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03HY - Fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V1	83.111.864	83.111.864	77.958.724	77.958.724	53.903.203
Total	83.111.864	83.111.864	77.958.724	77.958.724	53.903.203

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos		
20PR	209.000	1.235.000	905.445	
212X	3.987.000	12.749.000	1.651.682	
20PQ	0	6.599.000	5.203.343	
Total	4.196.000	20.583.000	7.760.470	

- 03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
6597	24.505.000	13.104.000	8.530.643
1C62	0	102.000	11.987



6595	209.638.000	324.136.000	336.750.346
1C61	0	91.845.000	72.152.378
Total	234.143.000	429.187.000	417.445.354

• 047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125U	142.850.000	198.098.000	172.014.303
Total	142.850.000	198.098.000	172.014.303

• 047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12NC	107.143.000	52.763.000	52.050.902
Total	107.143.000	52.763.000	52.050.902

• 047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12NF	253.558.000	244.676.000	192.355.401
Total	253.558.000	244.676.000	192.355.401

• 047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.223 mil t/ano de Ureia e 70 mil t/ano de Amônia

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124V	1.302.527.000	1.290.710.000	1.152.507.565
Total	1.302.527.000	1.290.710.000	1.152.507.565

• 047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14LD	696.390.000	0	0
Total	696.390.000	0	0

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XI	60.372.000	60.372.000	2.651.750	0	0
Total	60.372.000	60.372.000	2.651.750	0	0

**Plano
Mais Brasil**

- 03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212H	540.000	540.000	0	0	0
Total	540.000	540.000	0	0	0

- 03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TV	590.448.000	590.448.000	579.501.500	568.382.940	568.380.942
Total	590.448.000	590.448.000	579.501.500	568.382.940	568.380.942

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação junto aos setores produtivo, acadêmico, tecnológico e governamental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TW	6.619.793	6.619.793	3.236.276	2.976.789	2.976.789
Total	6.619.793	6.619.793	3.236.276	2.976.789	2.976.789

- 03LO - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F44	7.938.538	7.938.538	0	0	0
Total	7.938.538	7.938.538	0	0	0

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00N4 - Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8636	56.825.381	55.525.381	40.485.682	3.203.221	3.145.321
20K7	134.071.439	130.971.439	105.512.271	8.014.330	8.014.330
Total	190.896.820	186.496.820	145.997.953	11.217.551	11.159.651

- 00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1H00	205.365.372	205.365.372	118.048.119
Total			



- 00N8 - Expansão da FIOCRUZ através da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para o SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UO	19.708.000	15.025.600	6.314.769	3.802.883	3.734.940
13E0	2.000.000	2.000.000	0	0	0
13DX	2.000.000	2.000.000	896.693	0	0
Total	23.708.000	19.025.600	7.211.462	3.802.883	3.734.940

- 00N9 - Instalação de Novas plataformas tecnológicas na FIOCRUZ para o desenvolvimento de insumos estratégicos para o SUS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K1	8.837.500	11.488.750	11.435.285	7.208.227	7.161.267
Total	8.837.500	11.488.750	11.435.285	7.208.227	7.161.267

- 00NA - Modernização das Unidades da FIOCRUZ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7674	48.650.000	63.245.000	60.622.846	58.174.640	57.685.463
13DT	2.850.000	2.850.000	0	0	0
Total	51.500.000	66.095.000	60.622.846	58.174.640	57.685.463

- 00NB - Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2522	50.528.000	57.088.000	53.678.934	46.461.344	45.957.892
2E47	25.000.000	25.000.000	0	0	0
Total	75.528.000	82.088.000	53.678.934	46.461.344	45.957.892

- 047Z - Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da FioCruz no Ceará

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DU	39.900.000	27.930.000	5.091.720	2.099.689	1.943.496
Total	39.900.000	27.930.000	5.091.720	2.099.689	1.943.496

- 0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DV	4.750.000	3.325.000	14.272	12.021	12.021
Total	4.750.000	3.325.000	14.272	12.021	12.021



• 04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DW	163.450.000	115.219.550	91.514.574	22.018.262	22.018.262
Total	163.450.000	115.219.550	91.514.574	22.018.262	22.018.262

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0118	4.481.128.956	5.176.011.956	4.949.001.450	4.949.001.450	4.411.768.028
Total	4.481.128.956	5.176.011.956	4.949.001.450	4.949.001.450	4.411.768.028

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T4	1.800.000	1.800.000	1.148.625	348.545	289.284
Total	1.800.000	1.800.000	1.148.625	348.545	289.284

• 00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B28	900.000	900.000	896.316	497.603	484.099
Total	900.000	900.000	896.316	497.603	484.099

• 00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4528	94.785.000	94.785.000	94.783.118	61.780.933	61.727.933
Total	94.785.000	94.785.000	94.783.118	61.780.933	61.727.933

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.334.551	5.873.920	3.625.564
Despesas Correntes	4.510.284	4.991.187	3.276.092
Despesas de Capital	824.267	882.733	349.472
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.334.551	5.873.920	3.625.564

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6147	6.127.447	5.777.447	5.692.341	3.080.108	2.570.268
Total	6.127.447	5.777.447	5.692.341	3.080.108	2.570.268

• 0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200D	4.780.984	4.780.984	4.780.984	4.780.984	4.780.984
Total	4.780.984	4.780.984	4.780.984	4.780.984	4.780.984

• 0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2223	31.290.000	31.290.000	15.297.722	14.542.081	11.160.948
Total	31.290.000	31.290.000	15.297.722	14.542.081	11.160.948

• 0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4947	31.000.000	31.000.000	9.267.083	8.540.311	8.145.471
20UP	9.548.781	10.792.781	7.092.495	1.949.557	1.845.536
20US	105.342.061	103.210.061	97.413.360	43.034.373	39.489.117
20UQ	30.550.000	31.117.600	24.363.686	990.603	990.603
4148	7.900.000	7.900.000	3.154.545	3.085.301	3.079.301
6702	36.003.710	35.590.710	27.067.595	11.176.508	7.546.018
20I4	673.873.542	641.873.542	550.583.290	309.404.621	263.193.300
20V6	63.627.851	63.627.851	23.230.503	11.942.575	3.247.575
Total	957.845.945	925.112.545	742.172.558	390.123.850	327.536.920



OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
20UR	14.028.107	13.828.107	11.994.391	7.036.361	7.036.361
Total	14.028.107	13.828.107	11.994.391	7.036.361	7.036.361

- 017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
4542	3.000.000	2.816.000	1.382.050	0	0
4125	3.570.300	3.570.300	3.240.294	1.868.961	1.868.961
4949	16.060.000	16.060.000	2.251.359	1.225.274	876.866
Total	22.630.300	22.446.300	6.873.703	3.094.236	2.745.828

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
13CL	65.530.000	65.530.000	65.530.000	34.638.992	34.638.992
Total	65.530.000	65.530.000	65.530.000	34.638.992	34.638.992

- 017Z - Expansão e modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas do país

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
2095	304.950.000	346.770.000	315.861.391	213.069.588	119.607.858
Total	304.950.000	346.770.000	315.861.391	213.069.588	119.607.858

- 0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Empenhado	Execução	
	LOA	LOA+Créditos		Liquidado	Valor Pago
20UL	4.518.415	4.518.415	4.277.631	2.548.977	2.548.977
2C67	2.084.400	2.084.400	1.933.869	1.246.393	1.246.393
212D	250.000	175.000	125.000	125.000	125.000
20UI	6.012.550	6.012.550	5.825.984	4.717.990	4.690.573
212E	200.000	200.000	200.000	4.000	4.000



4132	4.529.112	3.978.822	3.298.773	3.159.334	3.159.334
212H	408.876.636	404.109.036	351.709.705	242.587.767	242.587.767
212C	641.000	512.800	397.789	22.789	22.789
20UK	3.884.000	3.884.000	3.213.607	3.100.761	3.100.761
4128	1.850.000	1.950.000	1.950.000	1.596.242	1.359.323
20UM	4.865.000	4.865.000	4.806.892	3.452.362	3.452.362
20V7	14.266.305	14.341.305	11.067.648	6.651.680	5.739.104
20UO	1.281.850	1.281.850	1.222.851	1.046.395	1.046.395
4139	3.409.500	3.409.500	3.354.637	2.792.252	2.792.252
4126	1.139.905	1.139.905	1.132.986	1.024.749	1.024.749
20UJ	3.283.739	3.283.739	3.111.314	2.051.676	2.051.676
Total	461.092.412	455.746.322	397.628.686	276.128.367	274.951.456

- 04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XT	10.946.100	10.946.100	10.946.100	1.146.100	1.146.100
Total	10.946.100	10.946.100	10.946.100	1.146.100	1.146.100

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4185	35.385.000	35.385.000	16.673.828	11.650.902	11.628.243
Total	35.385.000	35.385.000	16.673.828	11.650.902	11.628.243

- 01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UT	2.995.706	2.995.706	2.370.098	2.020.148	2.020.148
Total	2.995.706	2.995.706	2.370.098	2.020.148	2.020.148

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01O4 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4031	40.620.000	40.620.000	3.073.967	2.789.037	2.690.181
20UU	3.744.945	3.744.945	3.729.186	3.131.766	2.833.176
Total	44.364.945	44.364.945	6.803.153	5.920.803	5.523.357



OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2189	78.555.000	78.555.000	9.750.331	5.717.750	5.584.737
20UN	6.771.915	6.771.915	5.671.672	2.293.990	2.280.730
Total	85.326.915	85.326.915	15.422.002	8.011.741	7.865.467

• **01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2119	8.470.000	8.470.000	1.513.655	624.872	598.928
Total	8.470.000	8.470.000	1.513.655	624.872	598.928

• **01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4156	142.600.000	142.600.000	47.791.290	33.044.211	23.916.279
Total	142.600.000	142.600.000	47.791.290	33.044.211	23.916.279

• **01OO - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2997	89.465.000	89.465.000	28.959.408	24.459.993	19.445.727
Total	89.465.000	89.465.000	28.959.408	24.459.993	19.445.727

• **01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4053	38.980.000	38.980.000	16.243.733	14.657.749	9.212.266
2357	3.420.000	3.420.000	2.049.781	1.246.884	448.570
2121	49.100.000	40.772.659	815.453	815.453	815.453
2191	451.000	451.000	51.020	51.020	51.020
8563	25.840.000	25.840.000	12.700.914	9.985.959	7.411.860
Total	117.791.000	109.463.659	31.860.902	26.757.065	17.939.168

• **01OR - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4043	81.260.000	81.260.000	5.789.896	4.359.862	4.104.974
Total	81.260.000	81.260.000	5.789.896	4.359.862	4.104.974



OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01P9 - Apoio à inovação nas empresas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0748	1.000.000	1.000.000	20.000	20.000	20.000
0A29	266.100.000	266.100.000	162.714.553	133.806.758	109.606.837
007Z	3.000.000	3.000.000	60.000	60.000	60.000
0745	50.300.000	50.300.000	46.634.675	1.034.675	1.034.675
2113	130.250.000	130.250.000	36.037.544	20.813.900	10.020.920
0741	208.994.670	208.994.670	208.994.670	208.994.670	96.659.031
Total	659.644.670	659.644.670	454.461.441	364.730.003	217.401.463

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00LV	2.185.717.165	2.730.406.805	2.846.235.269	2.194.333.188	2.188.995.766
Total	2.185.717.165	2.730.406.805	2.846.235.269	2.194.333.188	2.188.995.766

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
201W	2.309.700	2.309.700	2.309.609	2.010.650	1.996.052
Total	2.309.700	2.309.700	2.309.609	2.010.650	1.996.052

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	32.593	31.556	12.030
Despesas Correntes	27.290	28.104	10.389
Despesas de Capital	5.302	3.452	1.641
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	32.593	31.556	12.030

OBJETIVO: 0836 - Regularizar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03EL - Atualização de instrumentos legais que versam sobre micro e pequenas empresas de forma a consolidar o tratamento favorecido e diferenciado a esse segmento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0473	8.073.000	8.073.000	5.967.600	622.319	622.319
Total	8.073.000	8.073.000	5.967.600	622.319	622.319

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 04E2 - Apoio a projetos de desenvolvimento integrado de micro e pequenas empresas, inclusive artesanais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210C	24.214.654	23.178.465	13.072.467	11.303.294	11.303.294
Total	24.214.654	23.178.465	13.072.467	11.303.294	11.303.294

- 04ET - Implantação de política nacional de estímulo e promoção do empreendedorismo e do ambiente de negócios

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212Q	305.000	305.000	104.569	104.569	104.569
Total	305.000	305.000	104.569	104.569	104.569

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	44.262	48.887	25.247
Despesas Correntes	35.648	38.773	23.768
Despesas de Capital	8.614	10.114	1.479
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	44.262	48.887	25.247

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147Q	900.000	900.000	0	0	0
Total	900.000	900.000	0	0	0

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03DF - Desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TT	14.000.000	14.000.000	12.100.884	7.016.702	7.016.702
Total	14.000.000	14.000.000	12.100.884	7.016.702	7.016.702

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147K	9.669.200	10.355.389	1.549.916	1.549.916	1.549.608
Total	9.669.200	10.355.389	1.549.916	1.549.916	1.549.608

Plano
Mais Brasil

- 03D0 - Monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2031	19.693.000	23.631.600	17.475.794	16.679.911	16.679.911
Total	19.693.000	23.631.600	17.475.794	16.679.911	16.679.911

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.036.167	4.247.209	1.092.169
Despesas Correntes	1.132.479	1.343.520	393.674
Despesas de Capital	2.903.688	2.903.688	698.495
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.036.167	4.247.209	1.092.169

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 039B - Realização de investigações de defesa comercial e fraude de origem

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2022	1.550.000	1.550.000	1.506.276	1.502.276	1.502.276
Total	1.550.000	1.550.000	1.506.276	1.502.276	1.502.276

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 039Y - Financiamentos oficiais à exportação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0267	1.025.208.000	1.230.249.600	1.229.025.532	351.785.541	351.785.541
0A84	2.900.000.000	2.900.000.000	2.540.735.745	694.892.569	694.892.569
Total	3.925.208.000	4.130.249.600	3.769.761.277	1.046.678.110	1.046.678.110

- 039Z - Operações de seguro de crédito à exportação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0027	30.000.000	30.000.000	154.693	148.279	148.279
Total	30.000.000	30.000.000	154.693	148.279	148.279



OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03AS - Construção e implementação de estratégias para promover o Comércio Exterior Brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZO	3.950.000	3.950.000	1.419.526	1.412.879	1.412.879
Total	3.950.000	3.950.000	1.419.526	1.412.879	1.412.879

- 03BC - Promoção dos produtos brasileiros no exterior utilizando a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente como diferencial de acesso a mercados de elevada conscientização ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XH	30.000.000	36.000.000	36.000.000	6.890.723	6.890.723
Total	30.000.000	36.000.000	36.000.000	6.890.723	6.890.723

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03CJ - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TU	45.458.964	45.458.964	35.964.131	35.536.974	35.536.974
Total	45.458.964	45.458.964	35.964.131	35.536.974	35.536.974

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2076 - Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.342.144	1.496.842	117.778
Despesas Correntes	304.121	288.028	106.723
Despesas de Capital	1.038.023	1.208.814	11.055
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.342.144	1.496.842	117.778

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152V	1.000.000	1.000.000	0	0	0
10V0	887.141.230	1.081.381.830	526.531.038	8.272.598	8.272.598
Total	888.141.230	1.082.381.830	526.531.038	8.272.598	8.272.598

• 02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TJ	146.916.679	122.966.679	30.323.127	6.193.141	6.193.141
Total	146.916.679	122.966.679	30.323.127	6.193.141	6.193.141

• 02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8990	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

• 02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0454	35.915.302	35.915.302	35.915.302	0	0
2C01	2.000.000	2.000.000	113.640	113.640	113.640
Total	37.915.302	37.915.302	36.028.942	113.640	113.640

• 02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos



- 02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4590	39.320.000	28.320.000	6.999.624	4.140.437	4.140.437
Total	39.320.000	28.320.000	6.999.624	4.140.437	4.140.437

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y3	83.765.500	79.172.500	54.783.395	37.785.287	37.785.287
Total	83.765.500	79.172.500	54.783.395	37.785.287	37.785.287

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculada ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y5	117.359.570	117.359.570	64.628.085	53.883.645	53.883.645
Total	117.359.570	117.359.570	64.628.085	53.883.645	53.883.645

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y4	28.626.000	28.626.000	9.509.522	7.389.219	7.389.219
Total	28.626.000	28.626.000	9.509.522	7.389.219	7.389.219

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	437.253	437.293	19.889
Despesas Correntes	55.418	55.458	19.018
Despesas de Capital	381.835	381.835	871
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	437.253	437.293	19.889

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VA	23.201.770	23.242.282	21.615.259	16.024.645	15.782.645
Total	23.201.770	23.242.282	21.615.259	16.024.645	15.782.645

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, inclusive o Fundo Amazônia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20G4	27.052.298	27.052.298	11.269.141	3.330.564	3.330.357
00J4	360.000.000	360.000.000	360.000.000	0	0
Total	387.052.298	387.052.298	371.269.141	3.330.564	3.330.357

• 02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M8	1.450.000	1.450.000	1.188.221	122.669	122.669
Total	1.450.000	1.450.000	1.188.221	122.669	122.669

• 02MP - Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W1	4.798.744	4.798.744	3.185.968	305.120	305.120
Total	4.798.744	4.798.744	3.185.968	305.120	305.120



OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 020C - Adequação ecológica e socioambiental de instrumentos de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis à desertificação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W2	20.750.000	20.750.000	709.227	105.910	105.910
Total	20.750.000	20.750.000	709.227	105.910	105.910

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	513.992	536.729	236.192
Despesas Correntes	281.123	304.160	229.481
Despesas de Capital	232.869	232.569	6.711
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	513.992	536.729	236.192

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00ME - Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WL	5.769.600	7.106.367	7.052.390	5.918.433	5.894.121
Total	5.769.600	7.106.367	7.052.390	5.918.433	5.894.121

• 00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WK	2.308.252	1.708.252	1.693.546	1.380.594	1.376.526
20VD	16.513.498	16.513.498	6.389.525	3.029.018	2.887.979
Total	18.821.750	18.221.750	8.083.071	4.409.612	4.264.505

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01TU - Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VO	638.661	638.661	357.785	23.552	23.552
20N1	3.734.338	3.734.338	2.448.991	1.801.731	1.801.731
Total	4.372.999	4.372.999	2.806.776	1.825.283	1.825.283

• 01U9 - Licenciamento e manejo da fauna em vida livre ou com potencial de uso, com foco no uso sustentável e na conservação dos ecossistemas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WG	1.500.000	1.500.000	1.359.473	958.725	958.725
Total	1.500.000	1.500.000	1.359.473	958.725	958.725

**Plano
Mais Brasil**

- 01UB - Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VP	106.221.000	106.221.000	85.401.520	83.801.092	83.800.112
Total	106.221.000	106.221.000	85.401.520	83.801.092	83.800.112

- 01UD - Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VQ	380.000	380.000	372.140	266.714	266.714
Total	380.000	380.000	372.140	266.714	266.714

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01UU - Promoção da repartição de benefícios decorrentes do acesso e uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TS	2.665.216	2.665.216	1.008.906	578.273	578.273
Total	2.665.216	2.665.216	1.008.906	578.273	578.273

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01UZ - Aprimoramento da gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4969	3.990.000	3.990.000	3.563.289	2.855.479	2.855.479
Total	3.990.000	3.990.000	3.563.289	2.855.479	2.855.479

- 01V4 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2976	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000
Total	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000

- 01V6 - Elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LU	362.500	362.500	107.780	3.610	3.610
Total	362.500	362.500	107.780	3.610	3.610



OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01VP - Avaliação do potencial sustentável e monitoramento dos recursos vivos marinhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WF	490.000	490.000	284.337	275.649	275.649
212R	250.000	250.000	112.703	109.269	109.269
Total	740.000	740.000	397.040	384.918	384.918

• 01W3 - Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WE	8.750.000	8.750.000	5.597.249	4.755.961	4.755.961
Total	8.750.000	8.750.000	5.597.249	4.755.961	4.755.961

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01WK - Ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LX	4.665.549	4.665.549	244.402	230.655	230.655
20WN	13.300.000	13.300.000	13.133.055	10.021.209	9.821.100
Total	17.965.549	17.965.549	13.377.457	10.251.864	10.051.755

• 01WR - Conservação de ecossistemas aquáticos vulneráveis para manutenção de bens e serviços ambientais para a sociedade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VN	691.000	691.000	34.401	27.591	27.591
Total	691.000	691.000	34.401	27.591	27.591

• 01WU - Consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6381	223.916.000	223.416.000	4.109.272	857.520	857.520
Total	223.916.000	223.416.000	4.109.272	857.520	857.520

• 01WW - Implantação de Corredores Ecológicos



• 01WW - Implantação de Corredores Ecológicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
101V	1.739.000	1.739.000	1.011.373	264.148	264.148
Total	1.739.000	1.739.000	1.011.373	264.148	264.148

• 01X1 - Implementação e gestão das Unidades de Conservação Federais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WM	110.027.402	131.427.402	126.728.877	113.880.995	112.769.288
20WO	6.000.000	7.100.000	5.929.280	5.072.092	5.038.891
Total	116.027.402	138.527.402	132.658.158	118.953.087	117.808.179

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	266.333	292.502	174.956
Despesas Correntes	239.619	261.320	173.478
Despesas de Capital	26.713	31.182	1.478
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	266.333	292.502	174.956

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V9	6.389.700	6.389.700	6.156.958	4.922.548	4.225.530
Total	6.389.700	6.389.700	6.156.958	4.922.548	4.225.530

• 01KW - Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6329	23.187.000	27.487.000	21.482.617	20.496.136	20.496.136
Total	23.187.000	27.487.000	21.482.617	20.496.136	20.496.136

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00OS - Aprimoramento da estrutura e atuação dos órgãos do SISNAMA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8294	3.200.000	3.200.000	2.802.726	2.064.116	2.064.116
Total	3.200.000	3.200.000	2.802.726	2.064.116	2.064.116

• 00OV - Aprimoramento do controle das atividades florestais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8296	1.594.000	1.594.000	1.247.443	1.239.648	1.239.648
Total	1.594.000	1.594.000	1.247.443	1.239.648	1.239.648



• 000X - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WB	3.426.320	3.426.320	1.641.955	542.230	542.068
Total	3.426.320	3.426.320	1.641.955	542.230	542.068

• 00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WD	30.317.987	35.887.347	12.454.471	543.182	543.182
Total	30.317.987	35.887.347	12.454.471	543.182	543.182

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00PA - Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de sistema de regularização ambiental em todas as unidades da federação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8308	63.200.000	63.200.000	51.816.027	32.653.294	32.653.294
Total	63.200.000	63.200.000	51.816.027	32.653.294	32.653.294

• 00PB - Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8288	5.026.141	5.026.141	1.815.685	214.399	214.399
Total	5.026.141	5.026.141	1.815.685	214.399	214.399

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00PT - Instituição de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M4	700.000	700.000	645.340	125.340	125.340
Total	700.000	700.000	645.340	125.340	125.340

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento



Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WA	3.655.000	3.655.000	3.036.613	1.738.682	1.738.682
8292	50.000	50.000	0	0	0
Total	3.705.000	3.705.000	3.036.613	1.738.682	1.738.682

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WC	5.000.000	5.000.000	4.417.516	3.363.690	3.363.690
Total	5.000.000	5.000.000	4.417.516	3.363.690	3.363.690

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01JJ - Fomento à expansão da base florestal plantada para atividades produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VV	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000
Total	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01JV - Prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MY	20.000.000	21.000.000	20.729.580	19.069.110	19.008.119
6074	38.447.710	42.847.710	25.195.192	24.851.284	24.851.284
Total	58.447.710	63.847.710	45.924.772	43.920.394	43.859.403

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01KD - Aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e combate ao desmatamento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6037	6.600.000	6.600.000	6.014.545	5.055.098	5.055.098
Total	6.600.000	6.600.000	6.014.545	5.055.098	5.055.098

Plano
Mais Brasil

- 01KK - Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de planos e estratégias de prevenção e controle do desmatamento de forma integrada entre os órgãos federais, Estados e Municípios

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VU	382.700	382.700	201.906	1.140	1.140
Total	382.700	382.700	201.906	1.140	1.140

- 01KQ - Policiamento e fiscalização ambiental orientados pelo planejamento estratégico federal de combate ao desmatamento

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6307	55.006.000	65.906.000	64.537.490	57.925.885	57.925.885
Total	55.006.000	65.906.000	64.537.490	57.925.885	57.925.885

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	40.469	40.469	14.491
Despesas Correntes	31.686	27.235	12.742
Despesas de Capital	8.783	13.234	1.749
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	40.469	40.469	14.491

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01MO - Adequação dos procedimentos de controle do perigo e avaliação do risco de substâncias químicas e produtos perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WH	2.400.000	2.400.000	2.280.049	2.102.847	2.102.847
Total	2.400.000	2.400.000	2.280.049	2.102.847	2.102.847

- **01MR - Aprimoramento da fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos considerados efetivo ou potencialmente poluidores, degradadores e contaminantes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6124	350.000	350.000	260.288	260.288	260.288
Total	350.000	350.000	260.288	260.288	260.288

- **01MW - Fomento aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para o aperfeiçoamento de redes de monitoramento de qualidade do ar, assim como para a elaboração de inventários regionais de poluentes atmosféricos e para o aperfeiçoamento de seus processos internos de gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VX	555.445	555.445	166.177	150.274	150.274
Total	555.445	555.445	166.177	150.274	150.274

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N4 - Gestão de Risco de Emergências Ambientais, Preparação e Atendimento à Ocorrência de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VW	1.705.815	1.705.815	1.700.399	759.442	755.523
20MM	620.000	620.000	503.945	494.123	494.123
Total	2.325.815	2.325.815	2.204.343	1.253.565	1.249.646



• 04DR - Promoção da qualidade das águas em portos brasileiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V38	7.000.000	7.000.000	0	0	0
Total	7.000.000	7.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N0	200.000	200.000	199.712	146.262	146.262
8499	11.000.000	11.000.000	4.561.328	2.032.035	2.032.035
6925	7.876.000	7.876.000	6.022.058	5.639.152	5.639.152
Total	19.076.000	19.076.000	10.783.097	7.817.449	7.817.449

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VZ	1.576.364	1.576.364	168.033	119.475	119.475
Total	1.576.364	1.576.364	168.033	119.475	119.475

• 01NI - Fomento a planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M6	3.000.000	3.000.000	2.250.810	2.058.137	2.058.137
Total	3.000.000	3.000.000	2.250.810	2.058.137	2.058.137

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VY	3.835.582	3.835.582	988.222	555.320	555.320
Total	3.835.582	3.835.582	988.222	555.320	555.320



- 01NL - Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, participação social e mediação de conflitos para apoio à gestão socioambiental de territórios ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8286	250.000	250.000	95.462	93.962	93.962
Total	250.000	250.000	95.462	93.962	93.962

- 01NS - Pesquisa, divulgação técnico-científica e formação de multiplicadores em educação ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2972	100.000	100.000	100.000	80.000	80.000
Total	100.000	100.000	100.000	80.000	80.000

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.481.816	2.482.247	706.962
Despesas Correntes	250.884	221.331	80.380
Despesas de Capital	2.230.933	2.260.916	626.582
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.481.816	2.482.247	706.962

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2105	5.700.000	4.560.000	1.940.889	1.580.297	1.533.504
Total	5.700.000	4.560.000	1.940.889	1.580.297	1.533.504

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210U	40.484.545	34.635.463	28.281.634	13.233.732	10.859.141
Total	40.484.545	34.635.463	28.281.634	13.233.732	10.859.141

• 01E8 - Gestão de malha fundiária e destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211C	82.825.926	77.700.000	49.134.354	5.151.094	4.456.945
Total	82.825.926	77.700.000	49.134.354	5.151.094	4.456.945



OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211B	720.500.000	716.225.926	569.209.476	394.041.565	390.017.547
Total	720.500.000	716.225.926	569.209.476	394.041.565	390.017.547

- **01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, abastecimento de água, moradia, segurança alimentar e início de estruturação produtiva para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0427	946.000.000	946.000.000	161.292.200	21.559.200	21.559.200
Total	946.000.000	946.000.000	161.292.200	21.559.200	21.559.200

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211A	288.086.000	303.313.654	289.295.557	88.101.177	62.279.627
Total	288.086.000	303.313.654	289.295.557	88.101.177	62.279.627

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210T	30.500.000	34.500.000	30.474.688	18.722.755	17.941.377
Total	30.500.000	34.500.000	30.474.688	18.722.755	17.941.377



OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural e proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210R	7.215.555	7.215.555	3.444.812	2.389.522	2.370.111
Total	7.215.555	7.215.555	3.444.812	2.389.522	2.370.111

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02UI - Concessão de financiamento para aquisição de imóveis e infraestrutura básica rurais às famílias de trabalhadores rurais, por meio de crédito fundiário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0061	300.000.000	300.000.000	300.000.000	154.128.724	154.128.724
Total	300.000.000	300.000.000	300.000.000	154.128.724	154.128.724

- 02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Q	60.504.408	58.096.408	40.688.604	8.053.589	8.053.589
Total	60.504.408	58.096.408	40.688.604	8.053.589	8.053.589

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.180.786	6.171.993	1.209.970
Despesas Correntes	4.599.294	5.585.737	1.052.689
Despesas de Capital	581.491	586.256	157.281
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.180.786	6.171.993	1.209.970

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01A6 - Ampliação e qualificação do Programa Garantia Safra para todo o país, com a revisão do marco legal e monitoramento de macroprocessos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0359	203.000.000	916.267.709	916.267.709	859.000.000	859.000.000
Total	203.000.000	916.267.709	916.267.709	859.000.000	859.000.000

- 01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A81	350.000.000	350.000.000	176.292.824	156.292.824	156.292.824
0281	3.155.946.788	3.437.946.788	3.437.946.788	56.268.070	56.268.070
Total	3.505.946.788	3.787.946.788	3.614.239.612	212.560.894	212.560.894

- 01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GI	200.000.000	200.000.000	0	0	0
00GW	150.000.000	150.000.000	3.090.241	3.090.241	2.688.971
00GZ	50.000.000	50.000.000	0	0	0
Total	400.000.000	400.000.000	3.090.241	3.090.241	2.688.971

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais,

**Plano
Mais Brasil**

indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210S	356.750.000	395.011.428	371.638.245	99.403.255	79.977.251
210O	629.845.248	579.845.248	285.393.341	7.873.287	5.179.403
Total	986.595.248	974.856.676	657.031.586	107.276.542	85.156.655

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01CX - Fomento à diversificação econômica, à agroindustrialização e à produção de base ecológica e orgânica, da sociobiodiversidade e das cadeias de energia renováveis por meio da disponibilização de insumos produtivos, tecnologias e conhecimentos, com apoio à gestão de riscos, visando à promoção e ao fortalecimento da agricultura familiar e das políticas voltadas para o segmento, nos planos nacional, regional e internacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210V	52.543.679	60.221.522	40.526.441	16.523.188	13.045.547
Total	52.543.679	60.221.522	40.526.441	16.523.188	13.045.547

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações; à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres; bem como promoção da cidadania de mulheres rurais contemplando a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e o apoio à formalização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210W	32.500.000	32.500.000	16.039.019	11.465.151	9.297.296
Total	32.500.000	32.500.000	16.039.019	11.465.151	9.297.296



OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 030N - Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6087	200.000	200.000	199.400	54.466	54.466
Total	200.000	200.000	199.400	54.466	54.466

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.967.497	13.539.343	4.757.839
Despesas Correntes	7.763.431	7.092.189	1.132.549
Despesas de Capital	6.204.066	6.447.154	3.625.290
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.967.497	13.539.343	4.757.839

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010Y - Aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de informação do agronegócio e da capacidade armazenadora

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y7	5.000.000	6.000.000	3.697.783	1.931.670	1.931.320
Total	5.000.000	6.000.000	3.697.783	1.931.670	1.931.320

- 010Z - Ampliação e modernização da capacidade estática da rede armazenadora da CONAB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151O	225.735.000	225.735.000	159.525.721	11.525.501	10.660.064
Total	225.735.000	225.735.000	159.525.721	11.525.501	10.660.064

- 0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0299	800.000.000	800.000.000	274.157.004	274.157.004	274.157.004
2130	1.640.000.000	1.640.000.000	604.696.591	522.081.704	516.864.045
Total	2.440.000.000	2.440.000.000	878.853.595	796.238.708	791.021.049

- 0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0300	2.650.000.000	1.962.770.400	23.464.062	23.464.062	22.367.742
Total	2.650.000.000	1.962.770.400	23.464.062	23.464.062	22.367.742



- 0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2137	2.000.000	2.000.000	1.852.535	1.799.876	1.799.876
Total	2.000.000	2.000.000	1.852.535	1.799.876	1.799.876

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147S	2.364.342	2.364.342	463.700	463.700	463.700
Total	2.364.342	2.364.342	463.700	463.700	463.700

- 02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2161	36.258.238	46.646.338	38.221.521	29.910.397	27.070.494
Total	36.258.238	46.646.338	38.221.521	29.910.397	27.070.494

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZU	10.421.512	8.821.512	877.565	816.959	816.959
Total	10.421.512	8.821.512	877.565	816.959	816.959

- 02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0026	20.000.000	20.000.000	1.118.740	1.118.740	1.117.239
099F	400.000.000	700.000.000	400.000.000	399.932.571	9.875.088
Total	420.000.000	720.000.000	401.118.740	401.051.311	10.992.328

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0301	1.077.210.951	877.210.951	877.210.951	13.548.431	13.548.431
0611	372.800.000	372.800.000	364.960.266	71.373.266	71.373.266
0373	13.348.021	13.348.021	13.346.709	0	0
0297	7.100.000	7.100.000	0	0	0
0294	1.864.334.512	1.864.334.512	1.864.329.844	188.213.332	188.213.332
0298	123.212.398	123.212.398	121.136.175	22.175	22.175
Total	3.458.005.882	3.258.005.882	3.240.983.946	273.157.204	273.157.204

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0012	3.825.427.262	3.825.427.262	3.492.875.237	3.003.006.332	3.003.006.332
Total	3.825.427.262	3.825.427.262	3.492.875.237	3.003.006.332	3.003.006.332

• 02GN - Fomento ao Desenvolvimento do Agronegócio do Café

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y8	11.052.358	11.052.358	8.709.351	2.775.055	2.772.852
Total	11.052.358	11.052.358	8.709.351	2.775.055	2.772.852

• 02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A27	143.000.000	143.000.000	124.497.052	82.287.048	82.287.048
Total	143.000.000	143.000.000	124.497.052	82.287.048	82.287.048

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZT	7.267.031	7.267.031	7.161.825	6.409.579	6.086.449
Total	7.267.031	7.267.031	7.161.825	6.409.579	6.086.449

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02WU - Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8593	3.513.275	3.513.275	3.492.909	615.718	580.538
Total	3.513.275	3.513.275	3.492.909	615.718	580.538

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8606	5.741.821	5.741.821	5.687.161	2.854.602	2.734.051
Total	5.741.821	5.741.821	5.687.161	2.854.602	2.734.051

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZV	720.193.077	869.480.257	486.812.338	119.145.666	88.229.183
0064	233.267	233.267	0	0	0
Total	720.426.344	869.713.524	486.812.338	119.145.666	88.229.183

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZS	1.284.083	1.284.083	534.978	385.954	385.954
Total	1.284.083	1.284.083	534.978	385.954	385.954

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	589.162	498.912	184.991
Despesas Correntes	131.752	81.296	49.355
Despesas de Capital	457.409	417.616	135.636
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	589.162	498.912	184.991

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5934	200.000	200.000	0	0	0
7014	200.000	200.000	0	0	0
Total	400.000	400.000	0	0	0

• 00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5314	27.000.000	9.427.709	9.390.849	4.959.259	4.053.925
Total	27.000.000	9.427.709	9.390.849	4.959.259	4.053.925

• 00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M16	6.622.562	0	0	0	0
Total	6.622.562	0	0	0	0

• 00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5252	7.787.275	0	0	0	0
Total	7.787.275	0	0	0	0

• 00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1622	100.000	3.216.143	2.480.614	286.500	94.810
Total	100.000	3.216.143	2.480.614	286.500	94.810



• 00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3770	28.400.650	0	0	0	0
Total	28.400.650	0	0	0	0

• 00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FT	26.267.853	24.702.000	24.702.000	4.871.811	3.167.384
Total	26.267.853	24.702.000	24.702.000	4.871.811	3.167.384

• 00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E79	7.329.200	13.709.706	7.329.200	0	0
Total	7.329.200	13.709.706	7.329.200	0	0

• 00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5260	45.807.500	45.807.500	26.639.019	9.917.343	1.911.381
Total	45.807.500	45.807.500	26.639.019	9.917.343	1.911.381

• 00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1692	36.000.000	41.000.000	40.996.302	25.357.225	18.012.462
Total	36.000.000	41.000.000	40.996.302	25.357.225	18.012.462

• 00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo/MA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FS	5.680.130	0	0	0	0
Total	5.680.130	0	0	0	0

• 00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5246	100.000	1.500.000	0	0	0
Total	100.000	1.500.000	0	0	0



• 00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1025	4.159.321	6.159.321	6.064.000	4.386.488	3.033.668
Total	4.159.321	6.159.321	6.064.000	4.386.488	3.033.668

• 00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1012	13.924.492	12.324.492	12.297.822	4.512.442	3.453.648
Total	13.924.492	12.324.492	12.297.822	4.512.442	3.453.648

• 00GS - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Jaíba/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5322	17.157.658	17.157.658	17.157.658	3.684.762	3.466.257
Total	17.157.658	17.157.658	17.157.658	3.684.762	3.466.257

• 00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1028	916.150	67.000	54.000	6.831	6.831
Total	916.150	67.000	54.000	6.831	6.831

• 00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1017	916.150	2.496.150	1.650.150	404.593	404.593
Total	916.150	2.496.150	1.650.150	404.593	404.593

• 00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1021	18.733.681	52.053.681	52.053.000	29.338.373	18.049.119
Total	18.733.681	52.053.681	52.053.000	29.338.373	18.049.119

• 00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140X	2.000.000	1.600.000	106.838	51.695	51.695
Total	2.000.000	1.600.000	106.838	51.695	51.695

• 00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1P91	6.413.050	10.000.000	2.500.000	0	0
Total	6.413.050	10.000.000	2.500.000	0	0



• 00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5330	3.180.559	195.122	195.122	0	0
Total	3.180.559	195.122	195.122	0	0

• 00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5378	2.600.452	1.647.686	1.647.685	207.650	207.650
Total	2.600.452	1.647.686	1.647.685	207.650	207.650

• 00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5368	8.098.597	2.065.348	2.065.348	1.029.490	1.002.421
Total	8.098.597	2.065.348	2.065.348	1.029.490	1.002.421

• 00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5370	23.086.980	32.330.502	32.330.502	14.157.785	5.791.848
Total	23.086.980	32.330.502	32.330.502	14.157.785	5.791.848

• 00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5442	1.374.225	349.994	349.994	209.994	209.994
Total	1.374.225	349.994	349.994	209.994	209.994

• 00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5348	4.229.306	3.520.676	3.520.676	1.663.451	1.552.213
Total	4.229.306	3.520.676	3.520.676	1.663.451	1.552.213

• 00IO - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5354	14.575.690	14.870.240	14.870.240	3.807.770	2.660.705
Total	14.575.690	14.870.240	14.870.240	3.807.770	2.660.705

• 00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12OB	17.643.000	14.114.400	12.113.458	9.825.581	9.252.046
Total	17.643.000	14.114.400	12.113.458	9.825.581	9.252.046



OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EY	67.754.152	69.682.752	61.405.945	39.604.227	38.386.927
20WP	41.836.474	37.892.715	32.445.534	5.433.147	4.290.539
Total	109.590.626	107.575.467	93.851.480	45.037.373	42.677.466

- 021J - Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse social

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5984	9.161.500	0	0	0	0
Total	9.161.500	0	0	0	0

- 0012 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5980	3.481.370	3.481.370	6.821	6.821	6.821
Total	3.481.370	3.481.370	6.821	6.821	6.821

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FZ	100.000	0	0	0	0
Total	100.000	0	0	0	0

- 021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G2	4.580.750	0	0	0	0
Total	4.580.750	0	0	0	0

- 021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G3	2.748.450	0	0	0	0
Total	2.748.450	0	0	0	0



• 021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XU	49.955.000	22.857.972	15.357.972	1.050.744	261.455
Total	49.955.000	22.857.972	15.357.972	1.050.744	261.455

• 021X - Implantação da infraestrutura de apoio à irrigação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XV	100.000	100.000	0	0	0
14XW	100.539	100.539	0	0	0
Total	200.539	200.539	0	0	0

• 0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FR	10.740.492	0	0	0	0
Total	10.740.492	0	0	0	0

• 022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FP	4.580.750	0	0	0	0
Total	4.580.750	0	0	0	0

• 022E - Implantação de Perímetros de Irrigação - Nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10BC	200.000	100.000	90.058	0	0
Total	200.000	100.000	90.058	0	0

• 022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
100N	27.667.730	44.167.730	43.667.730	17.898.699	7.332.323
Total	27.667.730	44.167.730	43.667.730	17.898.699	7.332.323

• 022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M38	7.665.382	0	0	0	0
Total	7.665.382	0	0	0	0



• 022T - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140C	27.484.500	9.313.357	9.304.858	2.318.415	1.478.687
Total	27.484.500	9.313.357	9.304.858	2.318.415	1.478.687

• 04H5 - Implantação de Sistemas Simplificados de Irrigação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212Y	500.000	500.000	0	0	0
Total	500.000	500.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	304.445	303.034	126.878
Despesas Correntes	201.654	198.056	124.822
Despesas de Capital	102.792	104.978	2.056
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	304.445	303.034	126.878

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZW	171.134.676	161.195.426	116.631.286	92.528.268	85.693.941
Total	171.134.676	161.195.426	116.631.286	92.528.268	85.693.941

• 04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZX	65.040.810	63.940.810	49.407.578	32.608.377	30.174.506
Total	65.040.810	63.940.810	49.407.578	32.608.377	30.174.506

OBJETIVO: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152L	48.000.000	58.000.000	31.751.299	1.706.286	1.577.615
Total	48.000.000	58.000.000	31.751.299	1.706.286	1.577.615



OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 04BO - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XZ	20.270.000	19.897.300	12.021.168	35.000	35.000
Total	20.270.000	19.897.300	12.021.168	35.000	35.000

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	619.178	620.228	256.364
Despesas Correntes	375.594	351.112	222.755
Despesas de Capital	243.584	269.116	33.609
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	619.178	620.228	256.364

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias para atender a agricultura familiar, os grandes desafios nacionais, a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y6	428.740.228	432.258.228	346.552.744	215.028.736	211.831.240
Total	428.740.228	432.258.228	346.552.744	215.028.736	211.831.240

- 03GJ - Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8924	121.210.663	122.260.663	57.940.615	26.658.935	25.327.761
Total	121.210.663	122.260.663	57.940.615	26.658.935	25.327.761

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03GM - Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZY	39.526.750	39.526.750	18.030.849	14.676.347	13.842.499
Total	39.526.750	39.526.750	18.030.849	14.676.347	13.842.499



OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03GR - Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
153F	10.000.000	10.000.000	6.929.395	0	0
117A	8.000.000	5.600.000	0	0	0
147T	11.200.000	10.082.000	0	0	0
Total	29.200.000	25.682.000	6.929.395	0	0

• 048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116Z	500.000	500.000	0	0	0
Total	500.000	500.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	305.429	307.531	156.078
Despesas Correntes	237.601	246.278	147.091
Despesas de Capital	67.827	61.253	8.986
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	305.429	307.531	156.078

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VS	4.450.000	4.450.000	2.552.058	1.217.509	1.217.509
142D	150.000	150.000	0	0	0
Total	4.600.000	4.600.000	2.552.058	1.217.509	1.217.509

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WI	214.340.057	212.340.057	194.653.125	92.303.196	91.081.663
00LX	54.622.300	65.687.370	60.839.481	60.839.481	60.839.481
2D93	1.000.000	800.000	24.233	24.233	24.233
Total	269.962.357	278.827.427	255.516.839	153.166.909	151.945.376

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12DS	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0
Total	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0



OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VR	5.978.109	5.978.109	616.579	298.859	273.145
Total	5.978.109	5.978.109	616.579	298.859	273.145

• 02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZW	20.888.220	14.125.446	12.030.168	1.394.465	1.136.654
Total	20.888.220	14.125.446	12.030.168	1.394.465	1.136.654

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	311.038	299.818	21.283
Despesas Correntes	132.169	118.543	18.260
Despesas de Capital	178.869	181.276	3.023
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	311.038	299.818	21.283

OBJETIVO: 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02AQ - Equalização da taxa de juros em financiamentos para a ampliação e modernização da frota pesqueira nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09FU	5.000.000	3.500.000	0	0	0
Total	5.000.000	3.500.000	0	0	0

- 026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2819	3.218.960	3.218.960	2.360.930	1.495.227	1.486.426
Total	3.218.960	3.218.960	2.360.930	1.495.227	1.486.426

- 04EO - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5464	1.000.000	1.000.000	442.914	338.228	338.228
20NE	900.000	900.000	200.000	0	0
20Y0	80.793.566	72.740.318	33.007.207	4.765.886	4.765.886
212M	50.000	50.000	0	0	0
Total	82.743.566	74.690.318	33.650.121	5.104.114	5.104.114

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 027I - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U12	0	800.000	0	0	0
14TI	44.671.058	44.671.058	9.152.653	5.165.788	5.148.576
Total	44.671.058	45.471.058	9.152.653	5.165.788	5.148.576



• 04DZ - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y1	136.670.137	135.703.713	46.042.932	2.235.202	2.235.202
5372	140.000	140.000	64.631	64.168	64.168
Total	136.810.137	135.843.713	46.107.563	2.299.370	2.299.370

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 028G - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0080	22.163.850	22.163.850	22.163.850	5.108.093	5.108.093
Total	22.163.850	22.163.850	22.163.850	5.108.093	5.108.093

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 04AW - Fiscalização e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e aquícolas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y2	16.430.487	14.930.487	3.876.898	2.110.315	2.110.315
Total	16.430.487	14.930.487	3.876.898	2.110.315	2.110.315

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos
Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Resgate da reforma política: Diversidade e pluralismo no Legislativo



Uma das questões mais comentadas e talvez menos compreendidas no Brasil é a reforma política. Ela diz respeito à revisão das instituições vinculadas à nossa democracia representativa. Trata-se de um conjunto de temas fortemente entrelaçados, que repercutem em várias dimensões das relações sociais. Esta obra enfrenta o desafio de lidar com esse universo.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 464 páginas
(O.S. 12567/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

